UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Geociências

HELENA RIZZATTI FONSECA

URBANIZAÇÃO CORPORATIVA VISTA PELO AVESSO: PERIFERIZAÇÃO, INTERSECCIONALIDADE E LUGAR – UMA ANÁLISE A PARTIR DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS URBANAS

CAMPINAS

2020

HELENA RIZZATTI FONSECA

URBANIZAÇÃO CORPORATIVA VISTA PELO AVESSO: PERIFERIZAÇÃO, INTERSECCIONALIDADE E LUGAR – UMA ANÁLISE A PARTIR DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS URBANAS

TESE APRESENTADA AO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ADRIANA MARIA BERNARDES DA SILVA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA
HELENA RIZZATTI FONSECA E ORIENTADA
PELA PROFA. DRA. ADRIANA MARIA BERNARDES
DA SILVA

CAMPINAS
2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

Rizzatti, Helena, 1987-
R529u Urbanização corporativa vista pelo avesso : periferização, interseccionalidade e lugar - uma análise a partir das ocupações de terras urbanas / Helena Rizzatti Fonseca. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Adriana Maria Bernardes da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Urbanização. 2. Periferias urbanas. 3. Interseccionalidade. 4. Ribeirão Preto (SP). 5. Campinas (SP). I. Silva, Adriana Maria Bernardes da, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Corporate urbanization seen inside out : peripheralization, intersectionality and place - an analysis from the urban land occupations
Palavras-chave em inglês:
Urbanization
Urban periphery
Intersectionality
Ribeirão Preto (Brazil)
Campinas (Brazil)
Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial
Titulação: Doutora em Geografia
Banca examinadora:
Rafael Straforini
Arlete Moysés Rodrigues
Catia Antonia da Silva
Diana Helene Ramos
Ana Paula Mestre
Data de defesa: 28-05-2020
Programa de Pós-Graduação: Geografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0001-9882-0995
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/0044776296429835

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

AUTORA: Helena Rizzatti Fonseca

URBANIZAÇÃO CORPORATIVA VISTA PELO AVESSO:
PERIFERIZAÇÃO, INTERSECCIONALIDADE E LUGAR –
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS URBANAS

ORIENTADORA: Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

Aprovado em: 28 / 05 / 2020

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Rafael Straforini - Presidente

Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues

Profa. Dra. Catia Antonia da Silva

Profa. Dra. Ana Paula Mestre

Profa. Dra. Diana Helene Ramos

A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Campinas, 28 de maio de 2020.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Cláudia, pela seriedade, dedicação e leveza com que leva a vida e sob as quais me criou. Ao meu pai, Juninho, pela seriedade, filosofia e descontração que sempre me compartilhou. Aos dois, pelo amor, apoio e sabedoria incondicionais.

À minha irmã, Marina, pela compreensão. Ao meu irmão, Mateus, pela sensibilidade. Ao meu sobrinho, Rafael, pelo horizonte. Ao meu cunhado, André, pela participação.

Às minhas avós, Zenaide, a professora alfabetizadora, e Claudina, a costureira, pela força. Ambas nortearam o caminhar que possibilitou chegar a essa tese de escritas e costuras.

À Jucilene Sena, pela batalha. À Dona Carmen, pela coragem. Às comunidades, Cidade Locomotiva e Menino Chorão, pela riqueza e aprendizado.

À minha orientadora e amiga, Profa. Dra. Adriana Bernardes da Silva, pelo rigor e parceria.

À Profa. Dra. Julie-Anne Boudreau (UNAM-México/DF) pelo acolhimento e oportunidade.

À banca de qualificação, Profas. Dras. Arlete Moysés Rodrigues e Daniele Cordeiro Motta, pela atenção. À banca de defesa, Profas. Dras. Arlete Moysés Rodrigues, Cátia Antônia da Silva, Ana Paula Mestre e Diana Helene Ramos, pelo desafio.

À Profa. Dra. Ruth Paolino e demais colegas da Universidade de Ribeirão Preto pela oportunidade e apoio.

Às amigas do coração, Pilar, Ju, Mari Alter, Biscoito, Pri, Bruninha, Lerê, Mari Sombrio, Debi, Minera, Loreto, Gabi, Mabê, Nat (prima), pela cumplicidade. Aos amigos do peito, Maurício, Carlão, Curioso, Thiago S., pela perspectiva. Ao Paulista, pelo cotidiano compartilhado e incentivo.

A las y los gueyes, Amor, Lisbeth, Liliana, Rosario, Flor, Rubén, Letizia, Caracolas, por los intercambios. A Iván, por Latinoamérica y el arte.

À Campinas, Ribeirão Preto e São Paulo, pelo aprendizado. Ao Brasil, pela intensidade.

A Ciudad de México por la magia, belleza y sabores. Al Templo Mayor por el poder. A las, los y loas zapatistas por la rebeldía. A México por la potencia.

Ao CNPq pela bolsa de doutorado essencial para o desenvolvimento da pesquisa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa sanduíche (PDSE, processo n° 88881.189694/2018-1) que possibilitou expandi-la. O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo n° 140553/2017-7.

À SPG/IG e ao Prof. Rafael Straforini (coordenador do Programa de Pós-Graduação do IG), pelo apoio.

Aos sistemas e espaços de educação pública pela insubstituível importância. Vida longa!

A Rosario Castellano e Gioconda Belli por los vuelos. À Belako pela inspiração. *Mono o Stereo por el transe. Calle 13 por la crítica. Ángeles Azules por el baile. Maldita Vecindad por el ritmo. "Te invito a nuestra ciudad".*

Brindemos!

Em frente da casa em que ela morava com Vó Rita,
ficava uma torneira pública.
A “torneira de cima”,
pois no outro extremo da favela
havia a “torneira de baixo”.
Tinha, ainda, o “torneirão”
e outras torneiras em pontos diversos.
A “torneira de cima”,
em relação à “torneira de baixo”,
era melhor.
Fornecia mais água
e podíamos buscar
ou lavar roupa
quase o dia todo.
Era possível se fazer ali o serviço mais rápido.
Quando eu estava para brincadeira,
preferia a “torneira de baixo”.
Era mais perto de casa.
Lá estava sempre a criançada amiga,
os pés de amora,
o botequim da Cema, em que eu ganhava sempre restos de doces.
Quando eu estava para o sofrer,
para o mistério,
buscava a “torneira de cima”.

(Conceição Evaristo, Becos da Memória, 2013)

RESUMO

A tese busca compreender a formação socioespacial brasileira a partir do processo de urbanização que, sob os ditames dos interesses corporativos corroborados pelo Estado, impõe uma segregação socioespacial interseccionalizada, posto que esta se constitui mantendo o enovelamento das desigualdades de gênero-raça-classe que reproduz e diversifica as enormes periferias urbanas que perpassam toda a cidade. Assim, analisamos a urbanização corporativa e interseccionalizada a partir da periferização, seu avesso. Entende-se as periferias urbanas como formas-conteúdo da modernização seletiva do espaço urbano, fruto da racionalidade capitalista, que constitui pontos luminosos em meio aos grandes espaços opacos que acumulam menores densidades técnica-científica-informacionais. Realizamos essa análise especialmente a partir da cidade de Ribeirão Preto/SP. Foi possível constatar que as diversas periferias urbanas se mantêm no território também enquanto contra-racionalidades, não só reproduzindo os rumos da urbanização, mas disputando-os. Dentre suas formas-conteúdo, destacamos as ocupações de terras urbanas nas quais se constituem lugares que vão além da construção de moradias, pois implantam parcelas de cidades. Para aprofundar a análise selecionamos duas comunidades: Cidade Locomotiva, em Ribeirão Preto/SP, e Menino Chorão, em Campinas/SP. A formação e permanência dessas ocupações urbanas se dá por meio do acúmulo de saberes, conhecimentos e tecnologias da sobrevivência que edificam uma racionalidade alternativa, potencialmente em formação, no cotidiano e na luta pelo lugar. Os novos usos dados aos objetos, única maneira de construir esses lugares, reproduzem e questionam as formas sociais por meio da organização das pessoas para implantar sistemas técnicos necessários à reprodução da vida. Trata-se, portanto, de ver a tessitura social a partir do lugar. Para desvelar essas potencialidades, nos atentamos às líderes mulheres das ocupações urbanas estudadas e propusemos uma cartografia da luta pelo lugar que permite espacializar os eventos geográficos que narram a formação desses territórios, logo, seus conflitos, dentre os quais enfatizou-se aqueles ao redor da interseccionalidade dos marcadores sociais das diferenças. Buscamos, assim, apreender a riqueza e a diversidade das periferias urbanas que gestam o período popular da história.

Palavras-chave: urbanização; periferia urbana; interseccionalidade; ocupação urbana; Ribeirão Preto - SP (Cidade Locomotiva); Campinas - SP (Menino Chorão)

ABSTRACT

The thesis seeks to understand Brazilian socio-spatial formation from the process of urbanization which, under the dictates of corporate interests corroborated by the State, imposes an intersectionalized socio-spatial segregation, since it is constituted by maintaining the overlap of gender, race and class inequalities that reproduce and diversify the enormous urban peripheries that permeate the entire city. In this manner, the text analyzes corporate and intersectionalized urbanization from the periphery, its reverse. Urban peripheries are understood as content-forms of the selective modernization of urban space, a result of the capitalist rationality, which constitutes luminous points amid vast opaque spaces that accumulate lower technical, scientific and informational densities. The analysis was carried out mainly from the city of Ribeirão Preto/SP. It was possible to ascertain that various urban peripheries remain in the territory also as counter-rationalities, not merely reproducing the paths of urbanization, but disputing them. Among its content-forms, this study highlights urban land occupations in which places that go beyond the construction of houses are constituted, since they set up parcels of cities. To deepen the analysis, two communities were selected: Cidade Locomotiva, in Ribeirão Preto/SP, and Menino Chorão, in Campinas/SP. The formation and permanence of these urban occupations took place through the accumulation of knowledge and survival technologies that build an alternative rationality, potentially in formation, in daily life and in the struggle for the place. The new uses provided to objects, the unique way to build these places, reproduce and challenge social forms through the organization of people to deploy technical systems necessary for the reproduction of life. It is, therefore, a question of observing social structure from the place. In order to unveil these potentialities, this study turned to the women leaders of the urban occupations studied and proposed a cartography of the struggle for the place that allows to spatialize the geographic events that narrate the formation of these territories, that is, their conflicts. Among these conflicts, those surrounding the intersectionality of the social markers of differences were emphasized. This thesis, therefore, aims to grasp the wealth and diversity of the urban peripheries that engenders the popular period of history.

Keywords: urbanization; urban periphery; intersectionality; urban occupation; Ribeirão Preto – SP (Cidade Locomotiva); Campinas - SP (Menino Chorão)

RESUMEN

La tesis busca comprender la formación socioespacial brasileña desde el proceso de urbanización que, bajo los intereses corporativos asentidos por el Estado, impone una segregación socioespacial interseccionalizada, constituyéndose en abigarradas desigualdades de género-raza-clase que reproducen y diversifican las enormes periferias urbanas que articulan toda la ciudad. Por lo tanto, analizamos la urbanización corporativa e interseccionalizada desde la periferia: su reverso. Las periferias urbanas se entienden como formas-contenido de la modernización selectiva del espacio urbano, fruto de la racionalidad capitalista, que constituye puntos luminosos en medio de grandes espacios opacos que acumulan menores densidades técnicas-científicas-informacionales. Realizamos este análisis desde la ciudad de Ribeirão Preto/São Paulo. Fue posible constatar que las diversas periferias urbanas permanecen en el territorio también como contra-racionalidades, no solo reproduciendo los rumbos de la urbanización, sino disputándolos. Entre sus formas-contenido, destacamos las ocupaciones de tierras urbanas en las que se constituyen lugares que van más allá de la construcción de viviendas, ya que construyen segmentos de las ciudades. Para profundizar el análisis, seleccionamos dos comunidades: Cidade Locomotiva, en Ribeirão Preto/São Paulo, y Menino Chorão, en Campinas/São Paulo. La formación y permanencia de estas ocupaciones urbanas es posible por la acumulación de conocimientos, saberes y tecnologías de sobrevivencia que edifican una racionalidad alternativa, potencialmente en formación, en la vida cotidiana y en la lucha por el lugar. Los usos nuevos que se les dan a los objetos, única forma de construir estos lugares, reproducen y cuestionan las formas sociales a través de la organización de las personas para implantar los sistemas técnicos necesarios para la reproducción de la vida. Se trata, por lo tanto, de ver el tejido social a partir del lugar. Para develar estas potencialidades, ponemos atención en las mujeres líderes de las ocupaciones urbanas estudiadas y proponemos una cartografía de la lucha por el lugar que permita la espacialización de los eventos geográficos que narran la formación de estos territorios, como son sus conflictos, entre los cuales destacamos aquellos alrededor de la interseccionalidad de los marcadores sociales de la diferencia. Por lo tanto, buscamos aprehender la riqueza y diversidad de las periferias urbanas que gestan el período popular de la historia.

Palabras claves: urbanización; periferia urbana; interseccionalidade; ocupación urbana; Ribeirão Preto - SP (Cidade Locomotiva); Campinas - SP (Menino Chorão)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 – Bairros originados a partir do desmembramento das seções do Núcleo Antônio Prado (Ribeirão Preto/SP)	76
Figura 1.2 – Distribuição desigual de fixos demarcando o território da riqueza e da pobreza (Ribeirão Preto/SP)	78
Figura 1.3 – Loteamentos urbanos realizados entre 1884 e 2015 (Ribeirão Preto/SP)	84
Figura 1.4 – Localização dos dois núcleos de favelas instituídos da década de 1960 e que se mantém até hoje e da vila operária Vila Abranches (Ribeirão Preto/SP)	92
Figura 2.1 – Localização dos conjuntos habitacionais construídos a partir do BNH e do Núcleo Colonial Antônio Prado (Ribeirão Preto/SP)	102
Figura 2.2 – Compatibilização de abordagem para estimativa do déficit habitacional e inadequação habitacional: dimensões e componentes (PLHIS-RP, 2019) – Ribeirão Preto/SP	128
Figura 2.3 – Território da riqueza: Av. Presidente Vargas, Av. João Fiúsa, Ribeirão *Shopping*, UNIP e Distrito de Bonfim Paulista (2019) – Ribeirão Preto/SP	133
Figura 2.4 – Localização do Quadrilátero Central e do bairro Jardim Progresso em Ribeirão Preto/SP (2019)	175
Figura 2.5 – Ocupação do solo do bairro Jardim Progresso em Ribeirão Preto/SP	176
Figura 2.6 – Novos núcleos de favelas, área em regularização urbanística e fundiária e núcleos extintos (remoções) na cidade de Ribeirão Preto/SP (2010-2016)	185
Figura 2.7 – Localização do empreendimento Vida Nova Ribeirão (Faixa 2 do MCMV) em Ribeirão Preto/SP	191
Figura 2.8 – Maiores conjuntos habitacionais do BNH, do MCMV e assentamentos precários para remoção completa no entorno imediato do aeroporto no PLHIS-RP (2019) – Ribeirão Preto/SP	193
Figura 2.9 – Mapa-Base do PLHIS-RP de Ribeirão Preto/SP (2019)	197
Figura 2.10 – Assentamentos Precários em Ribeirão Preto/SP (PLHIS-RP, 2019)	199
Figura 2.11 – Localização dos novos empreendimentos segundo o plano "Ribeirão Preto – 2001"	203
Figura 2.12 – Localização da comunidade Cidade Locomotiva, Avenida Cavalheiro Paschoal Inecchi, Ferrovia Central Atlântica e Parque Permanente de Exposições em Ribeirão Preto/SP (2020)	204
Figura 3.1 – Informativos do Movimento Livre Nova Ribeirão (Ribeirão Preto/SP)	263
Figura 4.1 – Localização dos eventos geográficos da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	307
Figura 4.2 – Cartografia da Luta pelo Lugar da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP): Representação	308
Figura 4.3 – Eventos 1, 2 e 3 da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão (Campinas/SP): Representação 1	329
Figura 4.4 – Eventos 4 e 5 da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão (Campinas/SP): Representação 2	335
Figura 4.5 – Eventos 6 e 7 da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão (Campinas/SP): Representação 3	345

Imagem Capa: Brunza Zanolli (2020)

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	66
Foto 1.1 – Situação das moradias na favela Mangueiras (Ribeirão Preto/SP)	90
Foto 2.1 – Desigualdade socioespacial marcada na paisagem (bairro Jardim Progresso e condomínio Quinto da Alvorada) – Ribeirão Preto/SP	121
Foto 2.2 – Edifícios inteligentes localizados na Avenida Presidente Vargas e na Avenida Professor João Fiúsa (Ribeirão Preto/SP)	135
Foto 2 – Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	223
Foto 3 – Comunidade Menino Chorão (Campinas/SP)	226
Foto 3.1 – Poesias construídas nas ocupações urbanas (Cidade Locomotiva e Menino Chorão)	233
Foto 3.2 – Esgoto a céu aberto e Ferrovia Central Atlântica na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	238
Foto 3.3 – Canal pluvial e alagamentos na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	240
Foto 3.4 – Documento da reunião entre Prefeitura, Cidade Locomotiva e empresa de transporte VLI (Ribeirão Preto/SP)	241
Foto 3.5 – Ações necessárias quando ocorrem alagamentos na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	243
Foto 3.6 – Croqui para projeto urbanístico de aprimoramento da drenagem na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	236
Foto 3.7 – Novos usos dados ao vagão social: sede da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	253
Foto 3.8 – Vagão de trem abandonado no início da ocupação da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	253
Foto 3.9 – Vagões de trem transformados em casa na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	254
Foto 3.10 – Velha técnica no novo fogão a lenha	256
Foto 3.11 – Aterramento com entulhos da Cidade de Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	257
Foto 3.12 – Construção de ponte de população da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	257
Foto 3.13 – Fossa séptica individual e sistema de esgoto sanitário coletivo na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	259
Foto 3.14 – Antenas para acessar internet via rádio	265
Foto 3.15 – Área da Cidade Locomotiva no início da ocupação – 2014 (Ribeirão Preto/SP)	280
Foto 4.1 – Oficinas realizadas nas comunidades Cidade Locomotiva e Menino Chorão (Ribeirão Preto/SP e Campinas/SP)	298
Foto 4.2 – Bloqueio da Rodovia Anhanguera (SP-330) (Ribeirão Preto/SP)	312
Foto 4.3 – Reuniões com o poder público e no vagão social da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	317
Foto 4.4 – Entrevistas pela mídia local apenas de líderes homens (Ribeirão Preto/SP)	324
Foto 4.5 – Reunião de negociação durante ocupação da PMRP (Ribeirão Preto/SP)	324
Foto 4.6 – Cozinha montada e gerida pelas mulheres na ocupação da PMRP (Ribeirão Preto/SP)	325
Foto 4.7 – Bar que apoio o pacto contra violência doméstica na comunidade Menino Chorão (Campinas/SP)	340

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – Conversa entre líderes do MLNR e GARP sobre o Programa Municipal Lotes Urbanizados em Ribeirão Preto/SP	149
Quadro 2.2 – Relato da liderança sobre o começo do Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR) em Ribeirão Preto/SP	159
Quadro 2.3 – Fala de liderança do Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR)	161
Quadro 2.4 – Conversa entre liderança da favela da Família e capitão da PMSP na iminência de uma remoção (Ribeirão Preto/SP)	179
Quadro 2.5 – Relato-análise da Lei Complementar 2.773/16 de Ribeirão Preto/SP	186
Quadro 3 – Informações sobre o movimento social União dos Movimentos de Moradia (UMM)	222
Quadro 3.1 – Explicação das lideranças sobre o problema de alagamento no local (Cidade Locomotiva, Ribeirão Preto/SP)	239
Quadro 3.2 – Fala de moradora da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	287
Quadro 4.1 – Iconografia da Cartografia da Luta pelo Lugar da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)	306
Quadro 4.2 – Relato da líder Jucilene sobre a da luta por moradia (Cidade Locomotiva – Ribeirão Preto/SP)	314
Quadro 4.3 – Iconografia da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão (Campinas/SP)	328

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Unidades habitacionais produzidas pela Cohab-RP por ano em Ribeirão Preto/SP (1970-2016	104
Gráfico 2.2 – Crescimento do número de domicílios nos assentamentos precários de Ribeirão Preto/SP (1968-2019)	126
Gráfico 2.3 – Empreendimentos viabilizados por setor em Ribeirão Preto/SP (1950-2015)	154
Gráfico 2.4 – Evolução do déficit habitacional total (número de unidades) no Brasil (2007-2017)	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente nos dez municípios com maior contingente populacional do Estado de São Paulo (2010)	43
Tabela 1.1 – Número de loteamentos por décadas em Ribeirão Preto/SP (1930-2018)	82
Tabela 2.1 – Taxa média de crescimento demográfico no Estado de São Paulo e no município de Ribeirão Preto/SP (1940-2010)	98
Tabela 2.2 – Unidades habitacionais construídas pela Cohab-RP por década em Ribeirão Preto/SP (1970-2019)	104
Tabela 2.3 – Maiores conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-RP em Ribeirão Preto/SP (1970-2008)	105
Tabela 2.4 – Favelas formadas em Ribeirão Preto/SP (1970-1989)	114
Tabela 2.5 – Crescimento dos assentamentos precários, do número de domicílios e do contingente populacional estimado em Ribeirão Preto/SP (1968-2019)	124
Tabela 2.6 – Número de domicílios em situação de déficit habitacional fora dos assentamentos precários em Ribeirão Preto/SP (2019)	129
Tabela 2.7 – Total de domicílios em situação de déficit habitacional dentro e fora de assentamentos precários em número absolutos e relativos em Ribeirão Preto/SP (2019)	129
Tabela 2.8 – Número de domicílios, contingente populacional absoluto e relativo na periferia urbana de Ribeirão Preto/SP (2019)	131
Tabela 2.9 – Núcleos de favelas existentes em Ribeirão Preto/SP (fevereiro de 1994)	147
Tabela 2.10 – Assentamentos precários em Ribeirão Preto/SP (março de 2001)	157
Tabela 2.11 – População extremamente pobre e população pobre em Ribeirão Preto/SP (1991, 2000, 2010)	163
Tabela 2.12 – Domicílios “com solução de consolidação” e domicílios “com solução de remoção e reassentamento” em Ribeirão Preto/SP (PLHIS-RP, 2019)	201

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Densidade populacional por setor censitário (2010) – Ribeirão Preto/SP	67
Mapa 02 – Rendimento nominal médio mensal domiciliar por setor censitário (2010) – Ribeirão Preto/SP	68
Mapa 03 – Proporção de pretos e pardos por setor censitário (2010) – Ribeirão Preto/SP	69
Mapa 04 – Rendimento nominal médio mensal domiciliar chefiados por mulheres (2010) – Ribeirão Preto/SP	70
Mapa 2.1 – Localização dos três maiores conjuntos habitacionais e distribuição da população por raça/cor (2010) – Ribeirão Preto/SP	110
Mapa 2.2 – Localização dos três maiores conjuntos habitacionais e distribuição da chefia domiciliar por gênero (2010) – Ribeirão Preto/SP	111
Mapa 2.3 – Localização aproximada dos núcleos de favelas instituídas entre as décadas de 1970 e 1980 que se mantém até 2019 sobre a proporção da população por raça/cor (2010) – Ribeirão Preto/SP	119
Mapa 05 – Mapa de localização – Ribeirão Preto/SP	227
Mapa 06 – Mapa de localização – Campinas/SP	228

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMCL – Associação de Moradores da Cidade Locomotiva

BNH – Banco Nacional de Habitação

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

Cohab-RP – Companhia de Habitação de Ribeirão Preto

DAERP – Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto

EZLN – *Ejército Zapatista de Liberación Nacional*

FCA – Ferrovia Centro Atlântica

FDRP – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto

IAPS – Instituto de aposentadoria e pensão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MCMV – Programa Federal Minha Casa, Minha Vida

PAITT – Plano de Ação Imediata de Trânsito e Transporte de Ribeirão Preto

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PLHIS-RP – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto

PM – Polícia Militar

PMRP – Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

PMSP – Polícia Militar do Estado de São Paulo

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PPDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado

PPPPM – Plano de Preservação do Patrimônio Público Municipal (de Ribeirão Preto)

SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento – Sanasa Campinas

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

UMM – União dos Movimentos de Moradia

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....20

Lugar de fala e trabalho de campo interativo.....39

PARTE I – URBANIZAÇÃO CORPORATIVA E INTERSECCIONALIZADA: A PERIFERIZAÇÃO.....42

INTRODUÇÃO.....43

COSTURA (I): Segregação socioespacial interseccionalizada.....59

CAPÍTULO 1 – GÊNESE DA URBANIZAÇÃO CORPORATIVA E INTERSECCIONALIZADA EM RIBEIRÃO PRETO/SP (1880-1969).....71

1.1 Gênese da segregação socioespacial interseccionalizada e o planejamento "higienista" (1880 – 1949).....71

1.2 Primeiras favelas, loteamento urbano e fortalecimento da agroindústria (1950-1969).....82

CAPÍTULO 2 – POBREZA URBANA ESTRUTURAL EM RIBEIRÃO PRETO/SP (1970-2019).....96

2.1 Cohab-RP, conjuntos habitacionais e Proálcool (1970-1989).....97

2.2 Ocupações urbanas, neoliberalismo e esgarçamento do tecido social (1990 até os dias atuais).....123

2.2.1 Década de 1990: Adensamento da pobreza, ocupações urbanas e condomínios verticais.....131

2.2.2 Década de 2000: Arrefecimento da pobreza, condomínios horizontais e Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR).....152

2.2.3 Década de 2010: Remoção não é solução! Regularização fundiária e Programa MCMV.....164

- Nova lei de regularização fundiária.....169
- Remoções (I).....177
- Programa Federal Minha, Casa Minha Vida.....189
- Remoções (II).....196

Considerações finais.....206

PARTE II – LUGAR, COTIDIANO E INTERSECCIONALIDADE.....209

INTRODUÇÃO.....210

COSTURA (II): Ocupações organizadas de terras urbanas.....218

Comunidade Cidade Locomotiva e União dos Movimentos de Moradia (UMM) – Ribeirão Preto/SP.....220

Comunidade Menino Chorão – Campinas/SP.....224

CAPÍTULO 3 – TECNOLOGIA DA SOBREVIVÊNCIA: O ACÚMULO DE TEMPO NO LUGAR.....229

3.1 As especificidades do terreno e de sua localização.....236

- Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP).....236
- Comunidade Menino Chorão (Campinas/SP).....245
- Questões socioambientais como camuflagem de vetores da modernização.....248

3.2 Tecnologias da sobrevivência.....252

- Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP).....252
- Comunidade Menino Chorão (Campinas/SP).....260
- Imbricações entre comunicação e informação: a densidade comunicacional.....261

3.3 Técnica como modo de fazer: uma narrativa em torno da rede de distribuição de água (Cidade Locomotiva).....278

CAPÍTULO 4 – CARTOGRAFIA DA LUTA PELO LUGAR: UMA PROPOSTA.....293

4.1 Cartografia da Luta pelo Lugar: Cidade Locomotiva.....303

4.2 Cartografia da Luta pelo Lugar: Menino Chorão.....327

Considerações finais.....356

CONCLUSÃO.....358

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....364

Documentos consultados.....381

ANEXOS.....383

ANEXO A: Manifesto em defesa da luta pela moradia (Ribeirão Preto, 2011).....383

ANEXO B: Informativos do Movimento Livre Nova Ribeirão (2017).....386

ANEXO C: Zines realizados nas oficinas (2017).....388

INTRODUÇÃO

"Não acredita nessas lágrimas que com elas
eu também posso botar fogo no mundo."
(Ivanete Araújo, liderança de movimento de moradia em São Paulo)

A proposta teórica de Milton Santos sobre a formação socioespacial brasileira (2008 [1978], 2014 [2005]) nos permitiu elaborar um esquema de método para compreender o processo de periferização no contexto de uma urbanização corporativa, através das suas formas-conteúdo. De tal modo que os problemas da pesquisa fossem delineados a partir do movimento da totalidade, com ênfase na análise da espacialidade desse processo juntamente com a compreensão das relações socioeconômicas e culturais.

A urbanização brasileira está diretamente associada ao processo de modernização conservadora do território (SANTOS, 2008 [1993]; BRANDÃO, 2012), ambos ocorrendo por meio da racionalidade capitalista que se atualiza para manter-se, ou para frear sua decadência, pela urbanização dada em escala mundial (HARVEY, 2011)[1] e baseada, cada vez mais, numa sociedade do consumo exacerbado (SANTOS, 2008 [1993]; 2014 [1987]). Como escreve M. Santos "a extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas, não é contraditória com a enorme produção de pobreza cada vez mais difundida" (2008 [1993], p. 115). Porém, visualizar essa difusão não é tarefa fácil pois é preciso encontrar as especificidades.

Entendemos que as diversas formas que a periferia urbana apresenta resultam de diferentes momentos da urbanização corporativa que exigiram diversificação nas estratégias para sobreviver e *contrarrestar* tal processo pela maior parte da população que nela vive. Não se pode admitir, portanto, que a periferia urbana é uma forma-conteúdo que evolui linearmente, tendendo a homogeneizar frações do espaço e da sociedade. Trata-se na verdade, da existência complexa de diversas formas-conteúdo que coexistem ao longo do tempo de maneira solidária e conflituosa. Resultam, entre outros fatores, de diferentes normas do planejamento urbano que, historicamente, forçam a adaptação da cidade aos câmbios do modo de produção e, concomitantemente, resultam de diferentes estratégias elaboradas pela sociedade para se adaptar, se reinventar, resistir e sobreviver. Como explica M. Santos (1999a, p. 17) é "uma forma que, por ter um conteúdo, realiza a sociedade de uma maneira particularizada, que se deve à forma" dinamizando-se mutuamente.

A diversidade de formas-conteúdo quando vistas no tempo presente devem necessariamente incluir as heranças socioterritoriais. Estas últimas podem ser denominadas

[1] David Harvey, entre outros, explica a relação intrínseca entre a urbanização e a absorção de excedentes de capitais que se dá rigorosamente controlado por poucas mãos, entrelaçando urbanização e constituição de classes sociais. Essa captura do excedente através da produção do espaço urbano ocorre com a modernização seletiva de parcelas da cidade. "A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital. (...). Urbanização e formação de classe, portanto, sempre andaram juntas. A relação geral persiste no capitalismo, mas há uma dinâmica diferente. O capitalismo é uma sociedade de classe que se destina à produção perpétua de excedentes. Isso significa que está sempre produzindo as condições necessárias para a urbanização ocorrer" (HARVEY, 2011, p. 137).

como rugosidades (SANTOS, 2008 [1978]; 2017 [1996]), verdadeiro prático-inerte que diz respeito à "prática depositada nas coisas, tornada condição para as novas práticas" (SANTOS, 2017 [1996], p. 140). São heranças do processo social que acabam sendo uma condição para um novo momento.

A partir disso, é possível perguntar-nos se as diferentes formas-conteúdo da periferização urbana (quilombos, cortiços, mocambos, favelas, palafitas, vilas operárias, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais, lotes urbanizados, ocupações urbanas de terras e de imóveis) seriam rugosidades das atualizações do modo de produção capitalista, que chegam aos dias atuais coexistindo com novas formas, funções, estruturas e processos. A nosso ver são em parte rugosidades, mas são também outras modernidades situadas no tempo presente que as ressignifica e aporta novos elementos. Há, assim, um acúmulo de tempos e práticas pretéritas nas periferias urbanas e, sem embargo, há atualizações concomitantes às mudanças do modo de produção capitalista, ao movimento da totalidade. O sistema capitalista e as formações socioespaciais se alteram expandindo e diversificando as periferias urbanas.

Afirmamos essa indissociabilidade da atualização das formas de reprodução do capital no espaço urbano às proliferações e diversificações das periferias, posto que a formação socioespacial brasileira institui uma urbanização avassaladora apoiada justamente na acumulação de capital através da periferização (SANTOS, 2009 [1990]; MARICATO, 1996; ROLNIK 2015). São as formas-conteúdo que o modo de produção capitalista gera (intencional e não-intencionalmente) e que são possíveis de se compreender pela análise das dinâmicas territoriais (HARVEY, 2013).

Assim, as atualizações do modo de produção capitalista engendram diferentes periferias urbanas que vão se constituindo ao redor do mundo, porém com características específicas à cada formação socioespacial. Na formação socioespacial brasileira, essas dinâmicas territoriais carregam consigo desigualdades sociais estruturadas a partir do nó raça-classe-gênero (SAFFIOTI, 2015 [2004]).

Foi Heleieth Saffioti (2015 [2004]), socióloga brasileira, quem formulou a metodologia de análise do nó entre gênero, raça e classe que utilizamos. Para a autora (2015 [2004]), não existe uma relação social que determina as outras pois uma se alimenta da outra potencializando-se mutuamente. Dessa forma, entende-se que o processo de consolidação do capitalismo no Brasil possui um caráter patriarcal e racista. Ambos, patriarcado e racismo, já existiam antes dessa consolidação, eles serão, assim, reorganizados para aprimorar esse modo de produção no país (SAFFIOTI, 2015 [2004]). E essas alterações precisam ser constantemente compreendidas, pois reproduzem as desigualdades enoveladas.

> O nó formado por essas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão. (...) o conceito de superexploração não dá conta da realidade, uma vez que não existem apenas discriminações quantitativas, mas também qualitativas. Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 115).

Específico também de nossa formação socioespacial é, além do nó estruturante de nossas desigualdades sociais, uma burguesia nacional patrimonialista, patriarcal e regionalista[2] (BRANDÃO, 2012; HOLANDA, 1995; SCHWARCZ, 2019). Essa burguesia se instituiu, em grande medida, por meio da concentração de terra, com destaque para a relação entre a Lei de Terras, de 1850, a economia cafeeira e a industrialização (CANO, 2007), que coloca na gênese do nosso processo de urbanização corporativa uma de suas principais características: a especulação imobiliária (SANTOS, 2009 [1990]; 2008 [1993]). Como descreve David Harvey (2011, p. 152), em linhas gerais sobre o ocidente, "a paisagem geográfica da acumulação do capital está em perpétua evolução, em grande parte sob o impulso das necessidades especulativas de acumulação adicional (incluindo a especulação sobre terra) e, só secundariamente, tomando em conta a necessidade das pessoas".

Os interesses dessa burguesia são coadunados pelo Estado brasileiro, caracteristicamente capitalista, e obedecendo a ordens e necessidades mundiais (SANTOS, 2008 [1993]; BRANDÃO, 2012; SILVA, 2001). Não obstante, esse agente foi se alterando com as atualizações do modo de produção. Inicialmente oligárquico, comandado diretamente pelos interesses do capital agrário. Posteriormente, propondo-se desenvolvimentista, efetivamente defensor dos interesses do capital imobiliário e industrial que, para instituir-se sem alterar as bases da desigualdades social, culminaram em governos ditatoriais. E, recentemente, atendendo aos ditames da política econômica neoliberal mantendo o papel periférico do país na Divisão Internacional do Trabalho e, dessa maneira, atendendo aos interesses do capital financeiro e de

[2] Nas palavras de Tânia Bacelar de Araújo "é preciso identificar o projeto hegemônico das elites brasileiras. É um projeto que busca a modernização conservadora, priorizando as partes já mais avançadas do país. Busca ampliar a inserção competitiva de nossos nichos dinâmicos, esquecendo o que considera "o resto". Um projeto que tende a desconsiderar o grave quadro de desigualdade social que o país tem. Esse é o equívoco da elite brasileira, achar que pode fazer do Brasil uma grande potência com o tamanho da desigualdade social que nós temos. E não pode. Basta ver a crise social instalada nas principais capitais do país" (ARAÚJO, 2012, p. 18).

grande parte da burguesia nacional que, ainda fortemente de base agrária, se mantém, em grande medida, por meio dos complexos agroindustriais.

Esse Estado capitalista brasileiro dá aos agentes corporativos (as burguesias nacionais e internacionais) autorização e lastro para suas ações e tende a se submeter aos interesses deles, em todas as escalas possíveis: locais, regionais, nacionais e internacional. Nas palavras de M. Santos, nesse contexto a urbanização brasileira se caracteriza por ser "empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, [que] constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos em detrimento dos gastos sociais" (2008 [1993], p. 105). É o que o autor denomina como urbanização corporativa (SANTOS, 2009 [1990]; 2008 [1993).

Assim, compreender a urbanização corporativa pela perspectiva dos usos do território (SANTOS & SILVEIRA, 2001) é compreendê-la através de seus agentes: as corporações, com destaque para imobiliárias, construtoras e empreiteiras; o Estado (capitalista) e a sociedade civil (CORRÊA, 2000; HARVEY, 1980). Nesse estudo nos embrenharemos sobre este último agente. Adentraremos o processo de periferização considerando a dinâmica da sociedade civil colorindo-a, generificando-a, analisando sua diversidade e trazendo sua complexidade para aprofundar a compreensão da urbanização brasileira a partir do espaço geográfico.

Para o escopo teórico da tese compreendemos que a modernização capitalista busca a constituição de pontos luminosos no território. São áreas de alta acumulação de capital, os chamados espaços modernos ou da modernização, logo, com alta densidade técnica-científica-informacional, que só se constituem por meio da exploração, reprodução e manutenção dos espaços opacos, as periferias urbanas. Destacamos que o elemento central para pensar essas periferias não são suas situações quanto às suas regularizações, mas a acessibilidade às possibilidades da modernização capitalista nesses territórios (SANTOS, 2009 [1990]). O objetivo, a nosso ver, de um processo de urbanização (não corporativa) seria a redução da necessidade de espaços com tamanha "luminosidade". Ou a difusão dessa "luz" em forma de infraestrutura, equipamento coletivo, emprego e oportunidade por todo o tecido urbano. Como Milton Santos e María Laura Silveira explicam "não haveria, então, exagero em considerar tais espaços luminosos? Dito assim, isto é, sem crítica, estaríamos adotando e mesmo engrossando uma visão preconceituosa da organização do espaço, ao atribuirmos qualificação valorativa a uma característica que interessa apenas a um grupo limitado de atores" (2001, p. 264). Dessa maneira, é importante destacar que a conexão entre luz e acúmulo de capital não é um elogio a esse processo, mas uma constatação da densidade técnica, científica e informacional, de capital, tecnologia e organização que neles se acumulam.

Concomitantemente, os espaços opacos seriam os territórios por excelência da diversidade, devido à densidade humana e comunicacional que possuem, "a *opulência* dos lugares (...) não adviria de sua densidade técnica, mas de sua densidade humana (...) onde a riqueza comunicacional é maior" (SANTOS, 2013 [1994], p. 161). Afinal, a pobreza atual não é resultado da "exclusão da modernidade, mas, sobretudo, da presença desta" (SILVEIRA, 2007, p. 04). Ana Paula Mestre recorda que "O fenômeno da periferização (...) assume formas que escondem a essência dos processos, e a própria modernização das cidades é uma trajetória que oculta fórmulas de crescimento e pobreza" (2015, p. 245).

A periferização, que expande e diversifica as opacidades, constitui, como já salientado, novas formas-conteúdos devido às mudanças do modo de produção capitalista que é, também, racista e patriarcal na formação socioespacial brasileira (SAFFIOTI, 2015 [2004]; BIROLI & MIGUEL, 2015). Apontamos, com isso, que para aprofundar a análise da urbanização nacional a partir do agente sociedade civil precisa-se compreender que esse agente se estrutura enquanto classe social, raça e gênero, que se interseccionam com outros marcadores sociais.

Uma parcela dos debates feministas considera as diferenças entre raça, classe, gênero e sexualidade como eixos de diferenciação ou marcadores de diferença. A articulação desses diferentes eixos ou marcadores é pensada a partir da ideia da *interseccionalidade* (CRENSHAW, 1989; AKOTIRENE, 2019). O Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas), da Universidade de São Paulo, define os marcadores como "categorias classificatórias compreendidas como construções sociais, locais, históricas e culturais, que tanto pertencem à ordem das representações sociais – a exemplo das fantasias, dos mitos, das ideologias que criamos –, quanto exercem uma influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais". Logo, as diferenças estão inscritas num conjunto de relações sociais (determinadas pela formação socioespacial), que a partir da experiência vivida de cada sujeito criam uma subjetividade e uma identidade. Ao tratar das conceituações de diferença, Avtar Brah (2006) discute a dinâmica das relações sociais que "são constituídas e operam em todos os lugares de uma formação social. Isso significa que, na prática, a experiência como relação social e como o cotidiano da experiência vivida não habitam espaços mutuamente exclusivos" (p. 364).

Brah (2006) organiza sua análise a partir do que entende como as diferenças, pensadas por meio de distintos marcadores. Cabe colocar, entretanto, que a autora indica a necessidade de uma análise baseada em cada contexto e formação social. Segundo a autora devemos pensar as "inter-relações das várias formas de diferenciação social, empírica e historicamente, mas sem necessariamente derivar todas elas de uma só instância determinante" (BRAH, 2006, p. 331).

As definições desenvolvidas são importantes para contextualizarmos as diferenças e os processos de diferenciação, situando-os em sua dinâmica histórico-geográfica que permitirá compreender quando as diferenças se tornam desigualdades e quais dessas se constituem de maneira estrutural perpassando todas as relações sociais. Sabemos que esse é um amplo debate e não pretendemos dar conta de toda sua amplitude, propomos uma estratégia metodológica de vincular a análise espacial às desigualdades estruturais e outras que se interseccionem nos tempo-espaços abarcados pela tese.

Para isso, a ideia do "nó frouxo" de Heleieth Saffioti (2015 [2004]) é um mecanismo analítico interessante e complexo, pois além de marcar que gênero, raça e classe são estruturantes, não engessa essa estrutura ao permitir mobilidade com a ideia da frouxidão do nó. Cria-se a imagem de que as três categorias estruturais podem se relacionar com pesos diferentes a depender do espaço-tempo considerado. E mais do que isso, permite uma leitura em que na constituição das relações estruturantes seja possível analisar outras formas de diferenciação, que se entrecruzam com essas, como linhas que passam entre esse nó frouxo, como: a idade, a sexualidade, a religiosidade, a nacionalidade (MOTTA, 2017; 2018). Essa perspectiva permite que no estudo da urbanização brasileira seja incorporado esses outros marcadores sociais da diferença e suas relações que constroem os lugares.

A análise imbricada ganhou força nas pesquisas nos últimos anos a partir do conceito de interseccionalidade cunhado em 1989, nos Estados Unidos, pela afrojurista Kimberle Crenshaw (1989). Nas palavras da autora:

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos (...) (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A autora utiliza uma analogia com o cruzamento de avenidas para pensar a interseccionalidade e escreve que

> os vários eixos do poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. (...). Essas avenidas são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes (...). Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Assim, pode-se compreender essa analogia a partir das encruzilhadas[3] que, diferente do que aponta Kergoat (2010), não significa a definição de relações fixas de dominação, pois estas se alteram nas diferentes opressões-dominações-explorações que se intercruzam nos diversos espaço-tempos vividos e analisados individual e coletivamente. Flexibilidade considerada também pela metáfora do nó frouxo (SAFFIOTI, 2015 [2004]).

Como explica Carla Akotirene (2019, p. 14) "a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias (...)". A pesquisadora (2019) frisa ainda que, embora tenha sido Kimberle Crenshaw quem cunhou o termo interseccionalidade, ele provém das lutas das feministas negras[4]. "É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade" (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

No mesmo sentido, Patricia Hill Collins (2019) propõe a ideia de matriz de dominação que associa as opressões de gênero, raça, classe e nação, sendo necessário "determinar quais são os elos entre esses sistemas" (COLLINS, 2016, p. 108). A autora explica que a matriz de dominação

> caracteriza essa organização social geral dentro da qual as opressões interseccionais se originam, se desenvolvem e estão inseridas (...) [e] **adquirem formas historicamente específicas que se transformam em resposta às ações humanas – a segregação racial persiste, mas não sob formas que tinha em momentos históricos anteriores** – de modo que os próprios contornos da dominação se alteram (COLLINS, 2019, p. 368, destaque nosso).

Apesar de as feministas negras estadunidenses em nenhum momento citarem a ideia de nó de Heleieth Saffioti (2015 [2004]), e vice-versa, utilizaremos a perspectiva de interseccionalidade numa leitura "à brasileira". Ou seja, considerar-se-á o nó frouxo das desigualdades estruturais relativas à formação socioespacial brasileira (raça-classe-gênero) para pensar, quando necessário, outros marcadores sociais imbricando-os. Buscamos realizar essa análise a partir da urbanização.

---

[3] Termo importante para as religiões de matriz africana nas quais práticas culturais (e sociopolíticas) são reivindicadas, resgatas e mantidas pela população negra (AKOTIRENE, 2019).

[4] Necessário lembrar importantes predecessoras do termo: Sojourner Truth por meio do discurso proferido em 1851 nomeado "Não sou eu uma mulher?" (DAVIS, 2016); Lélia Gonzalez que reivindica o termo "amefricana" e as relações entre racismo e sexismo na desigualdade pensando a partir das mulheres negras na América Latina (GONZALEZ, 1984; 1988); Angela Davis com o livro, de 1981, intitulado "Mulheres, raça e classe" (DAVIS, 2016); a organização de mulheres negras lésbicas Combahee River constituída em 1974 em Boston, Massachusetts (DAVIS, 2016); além de Audre Lorde que escreveu o livro "Irmã intrusa, idade, raça, classe e sexo: mulheres redefinindo diferenças"; e bell hooks com o livro "Não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo" ambos publicados originalmente no ano de 1984; entre diversas outras (DAVIS, 2016; AKOTIRENE, 2019). Como escreve Carla Akotirene "há mais de 150 anos, mulheres negras invocam a interseccionalidade e a solidariedade política entre os Outros" (2019, p. 22).

Por meio desse enovelamento compreendemos como o processo de urbanização corporativa atualiza a *segregação socioespacial interseccionalizada*. Embora a modernização capitalista tente negar, ela é totalmente dependente destas diversidades às quais explora, domina, violenta, oprime, desaparece e mata. Propomos, assim, a compreensão de um processo de urbanização que é corporativa e interseccionalizada.

Nas palavras de Harvey (2011, p. 166 e 208)

> Os imperialismos, as conquistas coloniais, as guerras anticapitalistas e as discriminações raciais [e a exploração dos trabalhos reprodutivos] têm desempenhado um papel dramático na geografia histórica do capitalismo. Nenhuma narrativa das origens do capitalismo pode evitar o confronto com o significado de tais fenômenos. (...). **O racismo e a opressão das mulheres e crianças foram fundamentais para a ascensão do capitalismo** (destaque nosso).

Silvia Federici (2017) ao analisar como esse processo se dá na origem do modo de produção capitalista, na Europa ocidental, enfatiza a necessidade de dominação do corpo, através da sua opressão, assim como, da exploração do trabalho reprodutivo das mulheres. Processo no qual se constitui, também, a organização urbana generificada "que institui espaços públicos e privados a partir da separação [dicotômica] entre espaços produtivos e espaços reprodutivos" (HELENE, 2019, p. 959). A autora (2017) sintetiza, ainda, como esse mecanismo segue em funcionamento, embora alterando algumas formas para adaptar-se às mudanças:

> Não é de surpreender, portanto, que a violência em grande escala e a escravidão tenham estado na ordem do dia, do mesmo modo que estavam no período de "transição" [do sistema feudal para o capitalista], com a diferença de que **hoje os conquistadores são os oficiais do Banco Mundial e do FMI**, que ainda pregam o valor de um centavo às mesma populações que as potências mundiais dominantes têm roubado e pauperizado durante séculos. (...). **Ademais, a "feminização da pobreza" que acompanhou a difusão da globalização adquire um novo significado quando recordamos que foi o primeiro efeito do desenvolvimento do capitalismo sobre a vida das mulheres.** (...). **O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a "natureza" daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização.** No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e sua vida (FEDERICI, 2017, p. 36 e 37, destaques nosso).

Posto isso, para compreender a conexão entre o processo de urbanização corporativa e as interseccionalidades selecionamos para análise da periodização da cidade de Ribeirão Preto,

elaborada na primeira parte da tese: (i) as políticas urbanas[5] e habitacionais que engendram uma segregação racial intencionalmente e acabam por aprofundar as desigualdades de gênero por dificultar as atividades de cuidado e reprodução da vida ao expulsar, constantemente, a parcela pobre da população para mais longe ou, para aquelas que se mantém no centro (que não são poucas), reduzindo sua acessibilidade à modernidade capitalista, logo, com condições de moradia e direito ao território[6] reduzidos para a população negra e parda; (ii) soma-se a isso as desigualdades laborais (divisão racial do trabalho) que mantém de maneira geral os trabalhos menos valorizados para as e os negros e pardos, além de pagamentos diferenciados para as mesmas atividades por serem exercidos por população branca ou negra e parda; (iii) a feminização da pobreza que é expressa pela reduzida renda dos domicílios chefiados por mulheres e ao acúmulo de trabalhos "produtivos" [7], mal pagos, e reprodutivos, não pagos e/ou mal pagos, associados à divisão sexual do trabalho (hierárquica e setorial) característica do sistema capitalista (HIRATA & KERGOAT, 2007[8]).

Nosso objetivo, com isso, é unir os campos de pesquisas que costumam se especificar em um dos marcadores sociais das diferenças, mas isso não significa que neguem os outros

[5] Compreendemos políticas urbanas em consonância com Flavio Villaça (2004, p. 180) para quem "devem referir-se às reais ações do Estado sobre o urbano. (...) envolvem os três níveis de governo [e] devem abordar principalmente as políticas de saneamento e meio ambiente, transportes e habitação". Para isso, consideraremos alguns aspectos dos planos urbanos, porém concordamos que estes tratam mais da esfera ideológica e do discurso que das políticas urbanas realmente implantadas (ibidem).

[6] "Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que o direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, por meio das instâncias do governo, e são devidos a todos" (SANTOS, 2014 [1987], p. 157 e 158).

[7] Utilizamos nesse estudo a classificação de trabalho "reprodutivo" como as atividades necessárias para a reprodução da vida, não remuneradas e realizadas majoritariamente no espaço doméstico, embora não se atenham a ele (por exemplo, com a realização das compras para manter a casa, os fluxos para levar e buscar pessoas de escolas, postos de saúde etc.); e o trabalho "produtivo" relacionado às atividades remuneradas que ocorrem majoritariamente no espaço público, mas de forma nenhuma se restringem a ele (são inúmeras as atividades realizadas no espaço doméstico com fins de remuneração, por exemplo, a elaboração e venda de comida, o conserto de roupas, bicicletas, as *lanhouses*, o *home office* etc.). O uso de aspas se deve ao fato de que parte dessas atividades não são consideradas como produtivas *stricto sensu*, com destaques para aquelas associadas às atividades necessárias à reprodução da vida e majoritariamente realizadas pelas mulheres, também de maneira remunerada, como os trabalhos de cuidado (babás, cuidadoras etc.). Essa classificação dos tipos de trabalho é um dos fundamentos da desvalorização das atividades relacionadas à reprodução da vida e da força de trabalho, justamente por não serem consideradas como trabalho produtivo como deveriam ser (SAFFIOTI, 2013; DAVIS, 2016; FEDERICI, 2019). Por isso, manteremos as aspas nessa segunda categoria de modo a denunciar a manutenção das desigualdades que tal classificação pode fomentar. A própria construção das ocupações organizadas de terras urbanas, ênfase desse estudo, é um caso de rompimento da fronteira dessa classificação, por isso, consideramos como primordial uma diferenciação não dicotômica, mas relacional dessas atividades. Essa definição que propomos se baseia em Saffioti (2013), Federici (2019), Fraser (2016), Sabaté *et. al*, (1995) e Davis (2016), entretanto elas se diferenciam entre si.

[8] Temos conhecimento da proposta de Danièle Kergoat (2010), entre outras feministas principalmente francesas, de compreender as relações imbricadas entre classe social, relações sociais de sexo e "raça" como consubstancialidade. Porém, escolhemos por não utilizar esse conceito, mas o de nó frouxo e interseccionalidade. É possível encontrar um debate sobre consubstancialidade e interseccionalidade em Piscitelli (2008), entre outros.

apenas que colocam ênfase em um deles. Assim, há uma narrativa da segregação urbana brasileira como uma segregação racial (PATERNIANI, 2019; ROLNIK, 1997); assim como compreendendo-a a partir da organização urbana generificada (HELENE, 2019; TAVARES, 2015; FREITAS, 2018). A nosso ver, ambas ocorrem a partir de processos que possuem uma mesma origem, o sistema capitalista-racista-patriarcal, porém que se expressam no território com especificidades e por meio de diferentes políticas urbanas. Entretanto, não é possível "visualizar cada eixo de opressão separadamente para então compreender sua concomitância, ou os efeitos de sua co-presença" (BIROLI & MIGUEL, 2015, p. 47). A acumulação desigual necessária à reprodução do capital, em âmbito mundial, engendra a urbanização corporativa interseccionalizada no território nacional através de diversas políticas interrelacionadas: urbanas, econômicas, sociais etc. Como explica Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015, p. 50) "(...) é necessário frisar que as opressões *são estruturais* e o esforço de investigação é entender como se dá o funcionamento conjunto de estruturas de desigualdades que têm origens que não se resumem a uma única raiz comum".

A definição racial de negros(as) e pardos(as)[9] da qual partimos inclui a população migrante de outras parcelas do país, com destaque para os estados do Nordeste, em direção ao Sudeste, majoritariamente ao Estado de São Paulo, como parte da população negra e parda. Assim como, compreendemos os e as trabalhadoras que realizaram a migração campo-cidade também nessa categoria. Posto que as políticas urbanas e de habitação voltadas a atingir esse contingente populacional sempre funcionaram na mesma lógica que as destinadas para "suprir" as necessidades da população pobre, majoritariamente negra e parda. Para ser mais assertiva, são políticas urbanas e habitacionais desenhadas para suprir (aí sim sem aspas) as necessidades das burguesias locais e das corporações engendrando e mantendo a segregação interseccionalizada. Essa compreensão se dá com base nos estudos que consideraram as questões raciais na produção do espaço urbano paulistano (BONDUKI, 1998; CALDEIRA, 2003; ROLNIK, 1997; PATERNIANI, 2019) e identificaram essa similaridade entre a população migrante do Norte e Nordeste do Brasil e a população negra e parda, que sempre fez parte da história da capital e do Estado de São Paulo.

Outra esfera que dinamizamos para pensar as periferias urbanas, fundamentada nas desigualdades dos espaços opacos e luminosos, é sua compreensão como "outras

[9] A categoria de pardos é composta também pelos indígenas que compõem parte da migração campo-cidade, e de diversas regiões do país para o Sudeste com destaque para o Estado de São Paulo (SANTOS, 2003). Além disso, relembramos que o Movimento Negro considera, de modo geral, negros e pardos como pertencentes à população negra para a análise da formação social brasileira.

modernidades". Concordando com a chamada que faz Stella Paterniani (2019) de que, de maneira geral, as narrativas que tratam o tema das periferias obliteram "a permanência da casa negra no centro da cidade" (p. 163). Busca-se, assim, segundo a autora, "enfatizar a permanência do corpo negro no centro da cidade, a despeito da narrativa englobante da periferização" (ibidem). Nossa estratégia para compreender e construir essa narrativa não-englobante se baseia no entendimento das periferias urbanas como modernizações do território já que, como veremos na segunda parte dessa tese, são prenhes de modernidades alternativas que estão sempre atualizando-se pari-passo às atualizações da racionalidade capitalista. São seu par dialético: as contra-racionalidades.

> A racionalidade [capitalista] supõe contra-racionalidades. **Essas contra-racionalidades localizam-se, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos "modernas"; e, do ponto de vista social, nas minorias.** As minorias se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas. As minorias – **étnicas, sexuais (de gênero) e outras** – têm mais dificuldades para aceitar e atender às exigências da racionalidade (...). Esses são também os instrumentos da realização da contra-racionalidade (SANTOS, 2013 [1994], p. 102, destaques nosso).

Estamos de acordo que há permanência da periferia urbana no centro, seja com a manutenção dos cortiços e quilombos urbanos, seja pelo trabalho da população periférica que está por toda a cidade sustentando-a. Mas mais do que isso, **a periferia está no centro** (SANTOS, 2008 [1993], 2000) porque construiu boa parte do que atualmente se compreende como o centro das grandes cidades e metrópoles brasileiras. **Assim, as periferias urbanas são as costuras da urbanização que, quando vista pelo avesso, demonstram a capacidade de coser todo o espaço urbano sustentando-o, através do trabalho remunerado, e construindo-o através do trabalho nem sempre remunerado.** E quando nos atentamos às costuras da urbanização, notamos como são a maior parte do tecido urbano conectando-o desde o centro mais antigo até os limites mais longínquos das cidades[10]. Para realizar esse estudo caminhamos da primeira para a segunda parte da tese.

Com o intuito de aprimorar as metodologias investigativas sobre o avesso da urbanização corporativa nos centramos nas ocupações de terras urbanas, forma-conteúdo mais recente das periferias urbanas constituída a partir da década de 1980 (RODRIGUES, 1988; BONDUKI & KOWARICK, 1993; JACOBI, 1982) que se destaca pela sua capacidade de

[10] São as costuras que definem qual é o avesso e qual é o não-avesso (que está longe de ser o direito quando o tecido em análise é o urbano). E é pelo avesso que se vê o trabalho necessário para a construção e manutenção da malha urbana: suas costuras.

planejamento para seleção do local onde se implantará, assim como para sua rápida edificação. Para estudar as ocupações urbanas que selecionamos, realizamos as seguintes análises: (i) a partir da configuração territorial, das materialidades, das técnicas e dos sistemas de objetos por meio do estudo das especificidades da localização, da construção das tecnologias da sobrevivência e dos conflitos inerentes ao processo de formação e manutenção do lugar quando este é feito pela própria população que o habita; (ii) por meio da análise de outros eventos geográficos que narram as histórias imbricadas na sua formação mediada por um exercício de representação que recorre às lutas pelo lugar.

Como propõe Ana Clara Torres Ribeiro:

> A cartografia do homem lento mescla a ação espontânea à ação organizada, expressando racionalidades alternativas. Para interpretá-la, é necessário alterar a observação e o registro da ação social, assumindo a cidade como arena incerta e experimental. Os usos do território mapeados nesta cartografia decorrem de regras – não ditas – do cotidiano e da sociabilidade. Quando articulados à revolta e à insurgência, estes usos são frequentemente fugazes, de curta duração, já que conquistados no espaço do opositor. Escapam da repressão justamente por serem imprevisíveis para a ordem dominante, inesperados e surpreendentes. Esta é uma cartografia construída pelo conhecimento vivido e pela solidariedade. Esta cartografia condiz com a razão prática da maioria, com a tradição dos lugares. É necessário conhecer esta razão, as racionalidades alternativas que a constroem, e estimular o debate em torno de uma outra urbanidade, distante da pauta consumista e da arquitetura do medo da última modernidade (RIBEIRO, 2013 [2009], p. 200).

As periferias urbanas são, afinal, resultado da constante modernização seletiva do território, logo, a seu modo, elas também são modernidade. Como nomeado por Margara Millán (2013), com base em Bolívar Echeverría, trata-se da "modernidade alternativa". A autora explica a hipótese de que "en el espacio abierto en y por las movilizaciones sociales de fines de siglo XX e inicio del XXI, movimientos que atraviesan y rompen con la modernidad realmente existente[11] de la cual provienen, encontramos el laboratorio social, político, vivencial, imaginante y enunciativo, performativo y prefigurativo, de lo que denominamos *modernidad alternativa*, *postcapitalista*" (p. 50).

Para isso, é necessário compreender a modernidade como algo diferente de capitalismo, ainda que inerente a ele. Nas palavras da autora "si bien es cierto que no se puede concebir el capitalismo sin la modernidad, sería sin embargo posible imaginar una modernidad sin capitalismo, que ha existido en el pasado, como proyectos derrotados de una modernidad no

[11] Como explica Millán (2013), a modernidade realmente existente é a modernidade hegemônica, ou seja, caracterizada pela "tendencia totalizante de una forma de la modernidad, al tiempo que hay la existencia de otras formas posibles de modernidad, como simultaneidad tensionada del tiempo presente" (p. 47).

capitalista; y que se nos presenta como potencia prefigurada en el presente" (MILLÁN, 2013, p. 51).

Essa leitura parte da compreensão de que a colonização realizada na América Latina por mais de três séculos engendrou, além da sua posição periférica na DIT, também uma negação de toda a cultura, cosmologia, tecnologia, idioma das sociedades que aqui viviam. Logo, foi negado compreendê-las como modernidades. Especificamente tratando do Brasil, Renato Emerson dos Santos explica que:

> A colonialidade é ao mesmo tempo (i) o contraponto complementar da modernidade (não existiria modernidade sem colonialidade, e vice-versa); (ii) herança, atualização e continuidade da colonização (que, mais do que a chegada do colonizador, era a chegada de um "pacote enredado de relações de poder"); e (iii) uma forma de leitura totalizante do modo de produção capitalista que, ao invés de privilegiar uma forma específica de exploração, dominação e hierarquização (a relação de classe) como sendo aquela capaz de definir o todo, toma a ideia de que este modo de produção não se afirmaria sem a coexistência (...) de múltiplas formas de poder operantes na complexidade das interações e do tecido social (2019, p. 04).

Propomos, assim, compreender as periferias urbanas, os espaços opacos, como modernidades alternativas, ainda que em potencial, com o intuito de valorizar não só as vidas, mas todo o saber e conhecimento que reside nesses lugares. Desse modo, pretende-se contrapor as inúmeras justificativas encontradas para a realização de remoções, despejos ou o estéril termo "reintegração de posse[12]" e a própria invisibilização de todas essas pessoas, suas vidas, seus bens, suas histórias, seus projetos e devires. Além disso, a partir da ideia de modernidade alternativa pode-se traçar não só as resistências latentes, como as resistências em potencial, em gestação[13], que constroem o Período Popular da História (SANTOS, 2000; SILVA, 2005). Neste os novos usos dados à técnica e à tecnologia são essenciais. Para captá-los, analisaremos a capacidade de construção da cidade, o que nomeamos de *tecnologia da sobrevivência* criada pelos homens e mulheres, majoritariamente negras e negros, pardas e pardos, que constroem essas enormes áreas a partir das ocupações urbanas. "Enfrentemos a forma a partir do seu

[12] No doutorado de Arlete Moysés Rodrigues (1988) diferencia-se a ação da Prefeitura como "deslocamentos forçados" e a ação de "despejo" por meio das Ações de Reintegração de Posse (p. 112). Nesse trabalho estamos nomeando a tudo isso como remoção. A autora explica, ainda, que a Reintegração de Posse é um mecanismo utilizado para garantir a propriedade buscando retirar da área aqueles que possuem apenas sua posse retornando-a ao que detém sua propriedade. Considerando que após o período de um ano mais um dia de ocupação é possível pedir-se o reconhecimento da posse, as ocupações de áreas privadas tendem a ser reintegradas, o que nomeamos nesse trabalho igualmente como remoção, antes desse tempo.

[13] Bolívar Echeverría (2010) considera as "modernidades alternativas" como as outras racionalidades já existentes na América Latina pelos povos pré-hispânicos, ou seja, não trata especificamente dos espaços urbanos. Por isso, propomos fazer essa leitura, pois compreendemos que também nos espaços urbanos estão as ancestralidades e os saberes outros que se tentou apagar.

conteúdo renovado. E aí também vem a esperança de que se use de outra forma a cidade" (SANTOS, 1999a, p. 22). Como escreve Ana Clara Torres Ribeiro "É em busca do tecido social que se constata (...) a valorização contemporânea do cotidiano e do lugar" (RIBEIRO, 2005, p. 411).

Assim, propomos entender a urbanização corporativa e interseccionalizada. Ou seja, a racionalidade capitalista que comanda o processo de urbanização está associada a uma racionalidade branca, do gênero masculino, adulta, heterossexual, católica etc. Logo, a periferização que a sustenta não é apenas caracterizada pelo menor acúmulo de capital e tecnologia, mas também pela intensa presença da população negra e parda, em famílias diversificadas com alto contingente de mulheres chefas de domicílios, de múltiplas sexualidades e expressões destas, com diversas religiões (com destaque para as pentecostais e as de matriz africana), e assim por diante; além de possuíram um grande acúmulo de sabedoria, conhecimento e tecnologia da sobrevivência. "Se nós não olharmos esses "outros" que têm saberes que nós não temos, e praticam este território de uma forma que nós não praticamos, nós não vamos entender a complexidade do lugar" (RIBEIRO, 2014, p. 300). Trata-se do "saber construído pelo cotidiano praticado" (SILVA, 2014a).

Adjetivamos a urbanização corporativa como interseccionalizada, e não apenas a periferização, para atentar que os pontos luminosos, de acumulação do capital e sua modernidade, possuem também cor, raça, gênero, e outros marcadores. Ou seja, os pontos luminosos abarcam majoritariamente a população branca, embora necessitem do trabalho negro e pardo, porém não se reconhecem brancos[14], pois a racialização está pensada em relação às pessoas que foram designadas como o "Outro", o "diferente". Consideramos que se adjetivássemos especificamente a periferização como interseccionalizada, reforçaríamos a ideia de que apenas esta se constitui sob os marcadores sociais e isso tenderia a uma análise equivocada. Branco, homem e rico são, também, marcadores sociais.

Nossa tese é de que a formação socioespacial brasileira que historicamente enovela as desigualdades de raça, classe e gênero institui através da urbanização corporativa e

[14] Essa ideia pode se associar à concepção de duas possíveis identidades dos agentes elaborada por Bolívar Echeverría (que os denomina como sujeitos): uma reconhece e respeita as identidades outras; e uma que reconhece apenas a sua e, implicitamente, anula a outra. "**El primer modo de perseverar en el proprio ser comienza con un desafío que respeta la "sujetad otra"** de lo otro en la vigencia que esto otro mantiene al estar presente como *fysis* (natura) o creación perpetua; avanza por la afirmación del carácter contingente y aleatorio de la identidad del sujeto y de su cosmos en medio de lo otro. **El segundo mundo avanza por la anulación de la otredad de lo otro y su conversión en un "caos" o naturaleza salvaje por conquistar y domesticar**; pasa por la afirmación del carácter absolutamente necesario de la identidad del sujeto y su cosmos y por la subordinación de la realidad de lo otro a esa necesidad. El primero se encamina a encontrar para el sujeto y su cosmos un lugar propio en medio de lo otro mientras el segundo se dirige a someter lo otro al sujeto y a integrarlo dentro del cosmo" (ECHEVERRÍA, 2010 *apud* MILLÁN, 2013, p. 56, destaque nosso).

interseccionalizada uma segregação urbana constituindo grandes periferias. Estas se formam desde o centro mais antigo até os confins mais longínquos das cidades e metrópoles em diferentes formas-conteúdo que se alteram segundo as mudanças do modo de produção capitalista e sua modernização seletiva. Para isso, as periferias urbanas se constroem, também, como contra-racionalidades desse sistema racista-capitalista-patriarcal por meio de modernidades alternativas que lhes permitem construir grande parte do espaço urbano através das tecnologias da sobrevivência. Para esta construção/criação as formas sociais impostas pelas estruturas enoveladas são tensionadas. O acúmulo de tempo e sabedoria existente no cotidiano dos lugares lhes permitem resistir a esse sistema, ao mesmo tempo que o reproduz.

Buscamos com isso traçar as relações entre os espaços opacos e os luminosos; entre a reprodução da vida e a do capital; entre periferia urbana e metrópole corporativa como pares estabelecidos a partir de relações dialéticas desenvolvidas devido às contradições intrínsecas ao sistema capitalista-racista-patriarcal.

Para isso, realizamos a análise do processo de urbanização corporativa e interseccionalizada especialmente a partir da cidade de Ribeirão Preto localizada no interior do Estado de São Paulo. E as periferias urbanas foram analisadas por meio de trabalhos de campo interativos[15] em duas ocupações organizadas de terras urbanas: a Cidade Locomotiva que tem como uma de suas principais líderes a Jucilene, em Ribeirão Preto/SP; e a Menino Chorão liderada pela Dona Carmen, em Campinas/SP.

A inserção da comunidade localizada em território campineiro se deve a riqueza de sua narrativa para nossa proposta teórica. A Menino Chorão está construída na região do Jardim Campo Belo sobre a qual elaboramos nossa dissertação de mestrado (RIZZATTI, 2014; RIZZATTI & SILVA, 2017) e, posteriormente, conhecemos com mais profundida essa comunidade[16]. Assim, com o intuito de aprimorar nossa compreensão sobre as ocupações de terras urbanas decidiu-se por inserir essa comunidade possibilitando aprofundar a análise com a sua ampliação.

[15] Os trabalhos de campo realizados para viabilizar essa pesquisa exigiram a construção de laços de confiança entre as pesquisadoras, as lideranças, moradores e moradoras das comunidades. Para isso, foram desenvolvidas atividades, como: oficinas, aulas de interpretação e elaboração de texto, participação na organização e nas festas, entre outras atividades. Trataremos mais dessa proposta no quarto capítulo da tese.

[16] Realizamos um Projeto de Extensão Comunitária (PEC/PREAC/UNICAMP), entre 2015 e 2016, através do Observatório dos Conflitos Urbanos de Campinas/SP em funcionamento, desde 2014, no Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial (Geoplan) no Instituto de Geociências da Unicamp sob coordenação da Profa. Dra Adriana Maria Bernardes da Silva.

Desenvolvemos na primeira parte da tese a análise das políticas urbanas especificamente na cidade de Ribeirão Preto que explicam a urbanização corporativa interseccionalizada e sua periferização. Para isso, elaboramos uma periodização que não se propõe evolutiva, binária ou dicotômica, pois busca captar o movimento de transformação criador de novas misturas entre moderno e "não-moderno", modernidade hegemônica e modernidades alternativas, novo e velho, luminoso e opaco, gerando uma estabilidade provisória. Essa periodização tem a intenção de captar algumas rupturas e tendências de transformação por meio das formas-conteúdo das periferias urbanas.

No primeiro capítulo expomos os dois primeiros períodos de periferização de Ribeirão Preto. O primeiro, delimitado entre 1880 e 1949, é quando ocorre a gênese da segregação socioespacial interseccionalizada delimitando os territórios da pobreza e da riqueza que se manterão, de modo geral, até hoje. Destaca-se, nesse momento, o planejamento urbano "higienista" que têm nas suas intenções o embranquecimento do Quadrilátero Central por meio do discurso da modernização através, principalmente, do combate aos cortiços. No segundo período de periferização, datado entre 1950 e 1969, quando a população urbana já é superior à do campo, inicia-se a mecanização do trabalho rural e se intensifica a industrialização. Ambas políticas expandem a migração do campo para a cidade que se expressa nas primeira favelas construídas. É nesse momento que o maior número de loteamentos urbanos ocorre através do lucrativo processo de transformação da terra rural em urbana, expandindo o capital imobiliário.

No segundo capítulo são tecidos os terceiro e quarto período de periferização. Abarcando as décadas de 1970 e 1980, o terceiro período é marcado pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool) que aprofundou a estrutura desigual fundamentada na expulsão do e da trabalhadora para a cidade, tornando-os "boias-frias" ou volantes, e no aprofundamento da concentração da propriedade da terra. Junto disso, criou-se a Companhia de Habitação municipal para articular e implantar a política habitacional do Banco Nacional de Habitação. Enormes conjuntos habitacionais foram construídos nos limites urbanos adensando as periferias e retroalimentando o déficit habitacional. Além desta forma-conteúdo expandem-se as favelas.

No quarto e último período, que começa em 1990 e segue vigente até hoje, o país ingressa na política econômica neoliberal fomentada por meio da urbanização, pelo que se nomeou empreendedorismo urbano. Ou seja, a incansável busca pelo lucro a partir do espaço urbano sob impulsos de um planejamento denominado estratégico. A análise desse período foi subdividida por décadas. Nos anos 1990 iniciou-se a revalorização do solo urbano através da implantação de condomínios verticais de luxo próximo ao centro, mas em direção ao eixo sul de Ribeirão Preto. Enquanto a pobreza urbana se intensificou a níveis nunca antes alcançados,

e se constituiu uma nova forma de periferia com as ocupações organizadas de imóveis e de terras urbanas. Estas ocupações disputam uma das bases da urbanização corporativa ao dar uma função social aos vazios urbanos e imóveis vazios. Para compreender sua devida importância pormenorizamos a história da maior ocupação de terras que se construiu até hoje na cidade, o Jardim Progresso. Na primeira década do século XXI, por sua vez, há um arrefecimento do crescimento da pobreza, com redução do ritmo de expansão das ocupações urbanas. Ainda assim, foi quando se formou um importante movimento na luta por moradia na cidade, o Movimento Livre Nova Ribeirão. Ainda nos anos 2000, a revalorização imobiliária se acelerou e construiu-se uma grande quantidade de condomínios horizontais ampliando os limites sul do perímetro urbano e retroalimentando essa revalorização. Na década de 2010, expomos a implantação do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida que fomentou violentas ações de remoção através da política de desfavelamento, iniciada em 2009, que culminou na criminalização das ocupações. A partir de 2014, como expressão da crise política e econômica instituída no país, as ocupações de terras voltam a constituir-se em ritmo acelerado. É quando se inicia, inclusive, a formação da comunidade Cidade Locomotiva. Analisamos, ainda, a nova lei de regularização fundiária, em âmbito nacional e municipal, que já regularizou a ocupação Jardim Progresso. Finalmente, com as políticas urbanas mais recentes dinamizadas através da revisão do Plano Diretor (2017) e do novo Plano Local de Habitação de Interesse Social (2019) nota-se um "novo" discurso estatal justificando a continuidade das remoções.

Por toda essa periodização buscou-se compreender, concomitantemente, como as políticas urbanas e habitacionais aprofundaram as desigualdades de gênero-raça-classe expandindo a segregação socioespacial interseccionalizada.

Na segunda parte da tese nos debruçamos sobre a forma-conteúdo das ocupações organizadas de terras urbanas que constroem lugares, indo além da construção das moradias ao construírem parcelas de cidades, e indo além do local, pois seus limites se expandem junto ao cotidiano daquelas e daqueles que ali vivem. Para isso, analisamos as comunidades Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP) e Menino Chorão (Campinas/SP). Suas formações e permanência no território só são possíveis por um acúmulo de saberes, conhecimentos e tecnologias que permite visualizar uma racionalidade e uma modernidade alternativa, potencialmente em gestação, no cotidiano e na luta pelo lugar. Os novos usos dados aos objetos, única maneira de construir esses lugares, reproduzem e questionam as formas sociais por meio da organização exigida para implantar sistemas técnicos necessários à reprodução da vida, as tecnologias da sobrevivência. Para visualizar essas potencialidades, nos atentamos às líderes mulheres das ocupações estudadas e propusemos uma cartografia da luta pelo lugar que

permitiu espacializar os eventos geográficos narrando a formação desses territórios, logo, dos seus conflitos, dentre os quais enfatizou-se aqueles ao redor da interseccionalidade.

Para realizar essas análises expomos no terceiro capítulo as especificidades dos terrenos e das localizações onde se instalaram cada ocupação urbana. Se destaca na Cidade Locomotiva a proximidade com os macrofixos de transporte, Rodovia Anhanguera (SP-330), Ferrovia Central Atlântica (FCA) e Aeroporto Estadual de Ribeirão Preto – Dr. Leite Lopes. Todos já utilizados em ações de luta pela população. Assim como, a ocorrência constante de alagamentos da comunidade nos levou a refletir sobre os discursos competentes mobilizados ao redor dos riscos socioambientais, acionados para justificar inúmeras remoções. Enquanto na ocupação Menino Chorão, em Campinas, destacou-se a proximidade com a maior ocupação urbana da cidade, a região do Jardim Campo Belo, assim como do Aeroporto Internacional de Viracopos. Na sequência, tratamos da implantação da tecnologia da sobrevivência em cada um desses lugares. A constituição de novos-velhos objetos que permitem desde a construção de fogões à lenha, como de casas, sistemas de distribuição de água, de energia elétrica e fossas sépticas. Nesse momento nos atentamos, também, para a importância das estratégias e táticas de comunicação-informação mobilizadas pelo cotidiano do lugar e pela luta para permanência. E, posteriormente, nos atemos a um conflito ocorrido na Cidade Locomotiva ao redor da reinstalação da rede de distribuição de água problematizando como as formas sociais são questionadas, ainda que reproduzidas, durante a constante tarefa de construir esses lugares. A intensa organização das mulheres tensiona a construção social de gênero ainda que a mantenha, posto que, é o peso dos trabalhos reprodutivos que as leva a tamanha capacidade de organização e resistência.

No quarto e último capítulo elaboramos uma proposta metodológica através de um exercício de representação cartográfica: a cartografia da luta pelo lugar. Nos propomos a espacializar os eventos geográficos que narram os conflitos e confrontos necessários na luta para manterem-se no lugar, ainda que essa permanência se dê entre remoções e reconstruções. Deve-se ampliar o local até as fronteiras do lugar, sendo que estas acompanham os fluxos do cotidiano. Assim, embora seja uma difícil tarefa selecionar os eventos a serem espacializados e desenvolver uma proposta para essa espacialização, o fizemos de maneira a expor as vitórias, incompletas e efêmeras, que levam ao vislumbre de “um mundo onde caibam outros mundos” (EZLN).

Essa segunda parte da tese revela o potencial do Período Popular da História através das modernidades e racionalidades alternativas constantemente dinamizadas no cotidiano da construção e da luta pelo lugar.

LUGAR DE FALA E TRABALHO DE CAMPO INTERATIVO

Com o intuito de alterar a realização de pesquisas científicas que se propõem neutras e universais, pretensão que as mantêm na obscuridade quanto à compreensão da realidade da maior parte da população mundial, trarei em primeira pessoa do singular relatos pessoais que considero mais relevantes do trajeto percorrido por mim para chegar nessa tese. Sem dúvida, há ainda um longo caminho pela frente. Pretendo, com isso, localizar meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017) o qual, como explica Djamila Ribeiro (2017), precisa ser feito também pela população privilegiada de modo que não apenas os grupos subalternizados se localizem nas hierarquias sociais.

Essa tese se inicia com minha constante inquietação com a amplitude das periferias urbanas, que nomeava no termo generalista de favelas, nas cidades brasileiras nas quais morei. Enquanto mulher branca de classe média, tratava-se de uma realidade que eu vislumbrava à distância e sobre a qual apreendia parte de sua amplidão e complexidade justamente nas aulas de Geografia fato que me levou a almejar tal graduação.

Desde que iniciei essa caminhada geográfica na Unicamp, em 2006, busquei compreender como, porque, quanto, onde as periferias urbanas, as pessoas que ali viviam, estavam-eram. Com esse intuito elaborei meu primeiro projeto de iniciação científica, em 2008, já sob a cuidadosa e rigorosa orientação da Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva e seu grupo de pesquisa "Círculos de informações, urbanização e território". Com este aprendi de maneira incomensurável de colegas e amigues que vinham de lugares sociais diferentes do meu. Com todo esse apoio, realizei três iniciações científicas sobre as duas maiores ocupações de terras urbanas existentes na cidade de Campinas/SP (a região do Jardim Campo Belo e a região do Parque Oziel) com ênfase na produção e circulação de informações ascendetes que resultaram na Monografia[17] elaborada no ano de 2011.

Desde o princípio da pesquisa, realizar os trabalhos de campo sempre me motivaram, assim como compreender os textos de Milton Santos. Ambos, cada um a seu modo, me exigiram assimilar de onde eu vinha e cuidar do que faria com tudo que me ensinavam. Nos semestres finais da graduação, realizei os estágios docentes nas escolas localizadas nos lugares que eu estudava (EMEF/EJA Oziel Alves Pereira e Escola Estadual Celeste Palandi de Mello). Foi quando ocorreu um salto qualitativo nos trabalhos de campo que eu seguia realizando. A partir do momento que a população desses lugares me reconheceu enquanto "professora", novas portas se abriram e eu pude adquirir uma importante compreensão: uma possível maneira de

[17] FONSECA, Helena Rizzatti. **Produção e difusão de informações na cidade de Campinas-SP:** um estudo da região do Jardim Campo Belo. IG, UNICAMP, Campinas, 2011

retribuir uma pequena parte de todo o conhecimento que esses lugares e pessoas me ofereciam e oferecem. Desde então, comecei a refletir sobre a necessidade dos trabalhos de campo interativos e não esterilizados.

Foi também nesse período final da graduação que comecei a participar de cursinhos populares em Barão Geraldo (TRIU) e no Parque Oziel (posteriormente dando origem ao Quilombo Urbano). Ainda trabalhando nos cursinhos, ingressei no mestrado para seguir os estudos sobre as ocupações de Campinas, porém ampliando a análise com o intuito de abarcar, na medida do possível, seus cotidianos. Se iniciou a caminhada para ir da urbanização corporativa ao lugar. Durante esse período fortaleci e expandi minha formação enquanto professora e descobri mais uma nova motivação: a docência. Fui professora de Geografia e de Redação nos cursinhos populares que participei me possibilitando iniciar o que viriam a ser as oficinas para a realização dos trabalhos de campo interativos.

Entre a graduação e o mestrado outro movimento pessoal importante ocorreu com a compreensão e inserção na luta e no movimento feminista na Unicamp e em Campinas, além da realização do curso das Promotoras Legais Populares Cida da Terra no qual conheci a Dona Carmen. Embora eu já estudasse há alguns anos a região do Jardim Campo Belo, nossos caminhos ainda não haviam se cruzado, de modo que, só me alcançou inserir sua luta no prólogo da minha dissertação[18]. Foi então que, ao finalizar o mestrado em 2014, iniciei a busca por conectar a importante e densa teoria elaborada por Milton Santos à outras desigualdades socioespaciais que estruturam a sociedade brasileira com o intuito de ampliar os alcances da análise da urbanização corporativa. E a realização dessa tentativa só foi possível pela abertura, incentivo e apoio constante dado pela minha orientadora.

Além disso, realizamos o Projeto de Extensão Comunitária na região do Jardim Campo nos anos de 2015-2016 já mencionado na introdução. Nesse momento, as políticas afirmativas no país começavam a surtir efeito e novamente tive a oportunidade de participar e aprender com a companhia de colegas e amigues de outros lugares sociais no período de trabalho no grupo de pesquisa "Observatório dos Conflitos Urbanos de Campinas-SP", entre 2014 e 2016, sob orientação da mesma professora em parceria com outra instituição de pesquisa (GEOPLAN/IG/UNICAMP-ETTERN/IPPUR/UFRJ).

Ao mesmo tempo ampliei novamente minha atuação enquanto professora ao começar a lecionar na área de Planejamento Urbano e Regional no ensino superior privado na cidade de Ribeirão Preto/SP, instituição voltada principalmente para estudantes majoritariamente brancos

[18] RIZZATTI, Helena. **O recente processo de urbanização da cidade de Campinas-SP (1990-2014):** as ocupações urbanas – um estudo dos usos do território da região Sul. IG, Unicamp, Campinas, 2014.

e de classes média e alta. Assim, me propus o desafio de levar até eles parte da realidade do espaço urbano que poderia escapar-lhes: a periferia urbana. Uma experiência rica e de grande aprendizado para mim e para os e as estudantes. A proposta dos trabalhos de campo interativos exige uma presença constante nos lugares estudados, por isso, quando surgiu essa oportunidade de emprego em outra cidade, decidi junta à minha orientadora levar a pesquisa de doutorado também para lá. Iniciei os trabalhos de campo interativos com um projeto nas escolas localizadas ao redor do aeroporto nas quais realizei as oficinas de produção de zines e de mapeamento com adolescentes da EMEF Professor Horonato de Lucca.

Através da participação enquanto observadora de Conselhos Populares e assembleias abertas à participação popular do poder público de Ribeirão Preto conheci a Jucilene Sena e outras lideranças da comunidade Cidade Locomotiva, entre outras periferias urbanas ribeirão-pretanas. Comecei a visitar a comunidade por um semestre até definir junto às lideranças a possibilidade de realizar as oficinas de aprimoramento de interpretação e elaboração de textos. Assim, durante todo o ano de 2018, realizei semanalmente essas oficinas nas quais, entre diversos outros temas, busquei compreender a história do lugar e das pessoas que nele viviam. Essas atividades foram divulgadas na mídia local e uma instituição de ensino superior se ofereceu para construir uma sala de aula apropriada na ocupação. Junto do arquiteto-urbanista Mauro Freitas elaboramos o projetos para tal, porém até hoje a instituição não a construiu.

No início de 2020 combinei com Dona Carmen e com Jucilene Sena que realizaríamos uma mesa redonda no Instituto de Geociências da Unicamp anterior à defesa de doutorado, que ambas indicaram que gostariam de assistir, para que elas pudessem compartilhar um poucos dos seus inúmeros conhecimento e saberes com os e as estudantes. Entretanto, com a chegada da pandemia de Covid-19 não foi possível realizar o evento o qual espero organizar assim que possível. Tenho consciência de que tanto o evento quanto essa tese não são suficientes para dar o devido lugar de fala a essas mulheres, melhor seria que elas escrevessem sobre suas vidas, conhecimentos, saberes e lutas. Estejamos atentas para lutar pela ampliação desse espaço no país.

PARTE I

URBANIZAÇÃO CORPORATIVA E INTERSECCIONALIZADA: A PERIFERIZAÇÃO

Porque o nosso papel enquanto movimento social é ressocializar,
é preparar o cidadão que chega totalmente arrebentado
por um sistema capitalista que o fere em todos os sentidos
e devolver a este Estado um cidadão pleno,
conhecedor de direitos, conhecedor de deveres
e, acima de tudo, de que o dever não é assistencialista."
(Carmen Silva, liderança de movimento de moradia em São Paulo-SP, 2018[19])

[19] Documentário da Comissão de Direitos Humanos (CDU) e de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) - https://www.youtube.com/watch?v=UG7YJb--tc4 - Acessado em 07/09/2019

INTRODUÇÃO

A cidade de Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo, localizada a 310 quilômetro da capital estadual, possuía no último censo (IBGE, 2010) 604.682 habitantes[20] posicionando-se como a vigésima nona maior cidade do país nesse quesito e a oitava do estado. Neste, com exceção de algumas cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, apenas Campinas e São José dos Campos possuem maior contingente populacional que Ribeirão Preto. Para facilitar essa leitura apresentamos na tabela 1 as dez cidades com maiores contingentes populacionais do Estado.

Tabela 1 – População residente nos dez municípios com maior contingente populacional do Estado de São Paulo (2010)

Posição	Município	População residente
1º	São Paulo	11.253.503
2º	Guarulhos	1.221.979
3º	Campinas	1.080.113
4º	São Bernardo do Campo	765.463
5º	Santo André	676.407
6º	Osasco	666.740
7º	São José dos Campos	629.921
8º	Ribeirão Preto	604.682
9º	Sorocaba	586.625
10º	Santos	419.400

Fonte: IBGE (2010)
Elaboração: própria autoria (2018)

Além desse grande contingente populacional, a cidade se destaca economicamente no Estado de São Paulo por ter o 10º maior Produto Interno Bruto (PIB) estadual e o 24º nacional (IBGE, 2015)[21]. Dentre os três setores que compõem o PIB, Ribeirão Preto se destaca pelos serviços, posicionando-se entre o 7º e o 8º lugar nesse quesito dentro do Estado e o 17º e 18º no país, entre os anos de 2010 e 2015. Já na produção industrial posiciona-se entre 21º e 23° no Estado e 61º e 67º no Brasil, no mesmo período. Por fim, quanto às atividades agropecuárias figura entre 75º e o 80º lugar no Estado e entre o 470º e o 815º no país, entre os anos de 2010 e 2015.

Concomitantemente, ao redor de 27% dos domicílios da cidade e 47% da sua população se localizam no que compreendemos como periferias urbanas, valores calculados a partir dos

[20] Segundo o IBGE, no ano de 2019, a população ribeirão-pretana foi estimada em 703.293 habitantes. https://cidades.ibge.gov.br - Acessado em 23/03/2020
[21] Segundo série histórica do IBGE, desde 2010, o município de Ribeirão Preto variou entre o 10º e o 11º lugar no Estado e entre o 24º e o 29º no país, entre os anos de 2010 e 2015, dentre os municípios com maiores PIBs do país. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama - Acessado em 09/07/2018

déficit habitacionais (qualitativos e quantitativos) e dos domicílios em conjuntos habitacionais (especificamente produzidos a partir do Banco Nacional de Habitação e do Programa Minha Casa, Minha Vida)[22]. Concentrando a população negra e parda com altos índices de chefes de domicílios mulheres com rendas domiciliares menores nas periferias urbanas. Considera-se, assim, não só a questão da falta de moradia, mas da acessibilidade às infraestruturas, equipamentos coletivos, serviços, empregos e oportunidades concentradas nas parcelas da modernidade hegemônica, nos pontos luminosos da cidade. A população negra e parda da cidade, para a análise que propomos, é composta, além da escravização, pela intensa migração campo-cidade (BAENINGER *et. al.*, 2010).

Para compreender como o processo de urbanização ocorreu chegando a essa organização do espaço urbano elaborou-se uma proposta de periodização, desde 1880 até 2019. A partir do método proposto por Milton Santos a periodização é um elemento central da compreensão do espaço geográfico, o autor escreve que "períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas" (SANTOS, 2013 [1994], p. 70). Para fazer a leitura dessa manutenção é necessário delimitar as variáveis que se mantém em equilíbrio que, nessa pesquisa, são as formas-conteúdo da periferia urbana. Ou seja, a cada nova forma-conteúdo delimitamos um período[23]: gênese da segregação socioespacial interseccionalizada (1880-1949); as primeiras favelas (1950-1969); os conjuntos habitacionais (1970-1989); as ocupações urbanas (1990-2019). Constitui-se desse recorrido o território da pobreza, a maior parcela da cidade desde suas áreas centrais.

Como escreve M. Santos (2008 [1993], p. 11)

> O nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidades a ser analisadas à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. Os nexos que esses fatores mantêm em cada fase histórica devem permitir um primeiro esforço de periodização que deve iluminar o entendimento do processo.

Realizar-se-á uma leitura à luz das políticas urbanas e habitacionais implantadas em escala nacional, afinal a urbanização corporativa só pode ser compreendida a partir dessa escala. Refletiremos sobre como essas políticas foram se instituindo na cidade de Ribeirão Preto[24].

---

[22] Não considerados os IAPs nem os CDHUs nessa contagem pela sua baixa representatividade na cidade.

[23] As datas que delimitam o início e o fim de cada período não se propõem exatas, apenas aproximadas, posto que as mudanças no processo de urbanização são constantes e as alterações dos seus rumos, em âmbito geral, se dão ao longo do tempo dificilmente permitindo uma datação exata.

[24] Embora a gênese da urbanização brasileira seja localizada no século XVIII, daremos ênfase na análise a partir do final do século XIX de quando data a cidade de Ribeirão Preto, fundada em 1856. Porém, iniciaremos nosso

Retomamos o que consideramos a gênese do processo de urbanização corporativa e interseccionalizada que foi a Lei de Terras (n. 601), de 1850, que concentrou a propriedade da terra nas mãos de uma pequena parcela da população (majoritariamente homens brancos, adultos e ricos); junto da abolição da escravização da população negra, em 1888, sem a implantação de políticas públicas para a inserção dos antigos escravizados no mercado de trabalho. Constituiu-se a estrutura da pobreza do país que se adensa nos espaços urbanos, leia-se: concentração de terras e cidadania integral para poucos (SANTOS, 2008 [1993]; BRANDÃO, 2012; SCHWARCZ, 2019; ROLNIK, 1997).

Já no Artigo 1° da lei n. 601/1850, define-se a proibição da aquisição de terras de qualquer outra forma que não por meio da compra; no Artigo 2° institui-se a possibilidade de despejo dos que se apossarem de terras devolutas ou alheias com pena de dois a seis meses e multa de cem mil réis; e a restrição da pequena propriedade pelo Artigo 6° com o não reconhecimento de posse das roças (propriedades de terras menores). Como explica Raquel Rolnik, a implicação do Artigo 1° é de duas ordens "a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição efetiva de ocupação [legitima-se a possibilidade de especulação], e sua monetarização [elitizando seu acesso] (...)." (1997, p. 23). No Artigo 2° institui-se a remoção já como caso de polícia. Quanto ao Artigo 6°, Regina Gadelha (1989, p. 161) explica que "[a] Lei fixaria, portanto, o preço de terra para os posseiros, mas desconsideraria os roçados simples como característica de posse. Restringia-se, assim, a possibilidade da pequena propriedade, preservando-se, ao mesmo tempo, a estrutura da propriedade.".

Essa lei foi elaborada sob grande influência dos cafeicultores do Estado de São Paulo, onde se localizava o principal eixo econômico do país no momento de sua elaboração, com destaque para o Oeste Paulista que tinha Ribeirão Preto como a cidade mais importante. Assim, manejaram a lei em consonância com a iminente substituição da mão-de-obra escravizada, ou seja, com a intenção (i) de afastar a possibilidade da população liberta de tornar-se proprietária (GADELLA, 1989); (ii) e de substituir a mão-de-obra escravizada pela população migrante europeia já desde a abolição do tráfico negreiro (ROLNIK, 1997). Transferiu-se o papel de lastro do escravizado para a terra (ibidem).

Soma-se a isso a reduzida compreensão de quem era considerado cidadão no Brasil desde a Constituição de 1824, em vigor quando da implantação da Lei de Terras. Segundo a Constituição, Capítulo VI, Art. 92°, não tinha direito a voto mulheres (embora isso não se

estudo a partir de 1880 quando tem-se o primeiro grande marco da periferização urbana com o desmembramento do Núcleo Colonial Antônio Prado, em 1887, como a gênese do território da pobreza no município.

especifique no texto, em nenhuma passagem há referência às mulheres, todas as indicações se dão apenas no gênero masculino), homens menores de vinte e cinco anos, filhos acompanhados dos pais (tudo apenas no masculino) e os homens que não tivessem renda líquida anual de cem mil réis em bens de raiz (propriedade de terra), indústria, comércio ou emprego (BRASIL, 1824). De modo que, além do impedimento da aquisição de propriedades de terras, devido a obrigatoriedade da compra em valor monetário e de amplas áreas, não se reconheceu a cidadania de grande parte da população que vivia no país.

No Brasil, um dos nexos para entendermos o processo de formação do capitalismo é o da transformação na organização do trabalho: de escravizada à assalariada. Depois de séculos de escravização, "a universalização do trabalho livre foi separada das reparações aos ex-agentes do trabalho servil e do destino que cumpria dar à sua força de trabalho" (FERNANDES, 2008 [1965], p. 56). As medidas sociais fundamentais[25] para colocar a população negra e parda em condições de igualdade de competição após a escravização não foram garantidas. A industrialização e urbanização foram, portanto, processos de exclusão da população negra ex-escravizada, que as vivenciou no crescimento econômico a partir da pauperização, da falta de acesso à moradia, à educação, à saúde e muitas vezes ao trabalho assalariado. Houve, assim, uma tendência à exclusão e marginalização da população negra e parda (FERNANDES, 2008 [1965]).

Mesmo atualmente pode-se dizer que existem critérios de classificação racial que mantem tal segregação no mercado de trabalho. Negros e negras ainda ocupam cargos de menor remuneração e reconhecimento social. O próprio Estado brasileiro durante o início do processo de industrialização optou por facilitar a imigração europeia ao invés de propor políticas de socialização e educação da população ex-escravizada. Isso fez com que essa população ocupasse as posições marginais nos centros urbanos em expansão.

Essa perspectiva nos coloca de forma crítica ao que ficou conhecido como a democracia racial brasileira, entendendo-a como um mito (FERNANDES, 2008 [1965]). Essa ideia auxilia a compreensão de como a "raça", enquanto um marcador social, marcou profundamente o desenvolvimento capitalista no Brasil, mostrando que a problemática racial é parte essencial da questão democrática. Por isso, é necessário refletir como os processos de urbanização nas diferentes cidades atuaram para atenuar ou reforçar tal desigualdade histórica.

Isso posto, é importante situar como a desvantagem no caso das mulheres negras e pardas se coloca de maneira ainda mais contundente, visto que estão submetidas a lógica do

[25] São essas: reforma agrária, a ampliação do mercado de trabalho visando à ampla participação dos negros, o acesso à educação, à habitação, à saúde etc.

patriarcado, além da racista. A mulher negra no Brasil sempre esteve, em grande medida, no espaço da rua, portanto, no lugar que não era socialmente visto como o "lugar das mulheres". É interessante perceber como Sueli Carneiro (2003, p. 49) coloca: "Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!"

Em uma sociedade machista e racista, sofreram uma opressão mais forte. Os padrões femininos definidos por essa sociedade foram construídos com um referencial branco, portanto não se encaixam na vivência das mulheres negras[26]. Essas ocupam boa parte dos empregos mais desvalorizados, e sujeitas a uma série de violências advindas do processo de estigmatização da população negra e feminina.

Silvia Federici (2017) analisou a transição do sistema feudal para o sistema capitalista-industrial na Europa, que especializou a divisão sexual do trabalho e constituiu o que as urbanistas Diana Helene (2019) e Rossana Tavares (2015) definiram, com foco no Brasil, como organização generificada do espaço urbano. Helene (2019, p. 957) explica que:

> na formação das cidades capitalistas, especializou-se a nova divisão sexual do trabalho. Isto é, uma organização urbana generificada também nasceu (...). O êxodo rural [sic] e a separação entre trabalho e moradia trazidos pela industrialização são indissociáveis das dicotomias de gênero, pelas quais foram estruturadas as hierarquias entre trabalho doméstico e trabalho produtivo.

Relembramos que o território "é objeto de divisões de trabalho superpostas" (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 290) inclusive da divisão sexual e racial do trabalho nas quais nos focamos para compreender a constituição do espaço urbano.

Com a aceleração do processo de urbanização instituiu-se o período do planejamento urbano "higienista" (ou sanitarista[27]), nomeado por Flávio Villaça (2004) de período dos Planos de Embelezamento datado a partir de 1875. O autor os caracteriza por suas intenções, em muitos casos alcançadas, de: atender aos interesses imobiliários, erradicar a classe trabalhadora

[26] A construção da subjetividade dessas mulheres é um processo consideravelmente difícil, pois vivendo em uma sociedade onde a "mulher boa" é aquela pra casar, e a estética feminina definida pela branca, muitas formas de se afirmar no plano social se vincula a busca pelo que é socialmente aceito e à fuga daquilo que é rejeitado.

[27] Nomeamos esse período de planejamento "higienista" para dar ênfase ao seu caráter de "limpar" a cidade do que não era bem quisto pelas elites locais que viviam no centro. Porém o utilizaremos entre aspas para relembrar que não se trata de higiene, mas de racismo. Enquanto o termo sanitarista, que também caracteriza o período, remete a um processo até hoje não difundido no país de implantar formalmente o sistema sanitário. Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, de 2016, cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada e mais de 100 milhões, equivalente à metade da população brasileira, não tem coleta de esgoto. Esses dados são alarmantes e os utilizaremos em outros momentos dessa tese.
http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2016 - Acessado em 10/08/2019

das áreas centrais, mudar a função do centro atendendo aos interesses especulativos valorizando essas parcelas das cidades e atendendo às exigências de acumulação e circulação de capital comercial e financeiro permitindo, através de todos esses elementos, o desfrute das camadas que acumulam privilégios (p. 193).

Logo, não se pode compreender as políticas urbanas implantadas por Pereira Passos no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de 1903 a 1906, e pelo primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo, em 1894, como outra coisa que não a remoção da população pobre, negra e parda das áreas centrais. O mesmo ocorreu em Ribeirão Preto no primeiro período de periferização.

Essa política urbana se deu através de ações de "modernização" de parcelas do espaço urbano, com a implantação de sistema de saneamento, realizada nas principais cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, assim como em Ribeirão Preto. Implantaram-se esses sistemas especificamente nas áreas centrais voltadas para o desfrute da população privilegiada e em detrimento do restante. Soma-se a isso a remoção da população pobre, negra e parda dos centros através da derrubada e proibição dos cortiços principal forma-conteúdo da periferia urbana nesse momento da urbanização brasileira. Essas delimitações foram políticas implantadas por meio da práticas do zoneamento que, como aponta Villaça (2004), no Brasil possuíam e possuem caráter elitista e segregacionista. O autor explica que

> O zoneamento (...) surge no Brasil sem qualquer elaboração teórica, sem a participação de intelectuais estudiosos e sem a influência do pensamento estrangeiro. Recorde-se que no final do século XIX, quando se inicia no Brasil, o zoneamento mal ensaiava os primeiros passos na Alemanha e nos Estados Unidos. **O que se inicia no Brasil corresponde (e continuará correspondendo) a interesses e soluções específicos das elites brasileiras.** (...). Nos seus quase cem anos de existência entre nós, [o zoneamento] quase que exclusivamente serviu para atender a interesses claros e específicos, particularmente os dos bairros da população de mais alta renda (VILLAÇA, 2004, p. 178, destaque nosso).

O estudo realizado por Chalhoub (1996) para a área da Corte no Rio de Janeiro, demonstra inclusive como as próprias enfermidades, principal justificativa para as ações e normas violentas do planejamento higienista, recebiam investimento diferenciado de acordo com a parcela da população que era mais afetada. Ou seja, a febre amarela era tão combatida porque o mosquito que a transmite estava por toda a cidade. Enquanto a tuberculose, embora fosse uma doença com altos índices de mortalidade, nunca recebeu tamanho atenção. A principal política para solucioná-la era a instalação de hospitais para concentrar os enfermos fora dos centros "modernos" das cidades. Não é surpresa a considerável diferença que havia

entre a intensa contaminação da população pobre, negra e parda que sofria com essa enfermidade em contraposição ao menor índice dela, ainda que existente, nas populações ricas e brancas.

Essas são as características da política urbana que constituem a gênese da urbanização corporativa e da segregação socioespacial racial que também ocorreu em Ribeirão Preto, no primeiro período de periferização (1880-1949) que exporemos no primeiro capítulo.

Quanto a organização generificada do espaço urbano que se instituiu, em grande parte, pela inserção e manutenção da divisão sexual do trabalho, destacamos a legislação que tratou dessa temática. As mulheres pobres, negras, pardas e libertas se apresentavam em considerável número trabalhando como quitandeiras, vendedoras, cozinheiras, lavadeiras, entre outras atividades nos espaços urbanos (ROLNIK, 1989, 1997; FARIAS *et. al.*, 2006). Enquanto as mulheres ricas e brancas mantinham o elo de reprodução do sistema capitalista através da manutenção dos ambientes domésticos e das atividades reprodutivas, seja ordenando-os através de empregadas domésticas (originariamente mulheres negras escravizadas), seja realizando parte dessas atividades (SAFFIOTI, 2013). A autora (2013) aponta ainda que, no Censo de 1872, as mulheres eram quase metade da mão-de-obra ativa no país (representando 45,5% desta). No total da força de trabalho, os serviços domésticos representavam 33% do qual 80% eram realizados por mulheres, tratava-se, assim, da segunda maior atividade econômica atrás apenas do trabalho no campo.

Com a ampliação da população no espaço urbano a possibilidade das mulheres exercerem atividades remuneradas foi controlada por meio da exigência da autorização por parte do esposo para que sua respectiva esposa pudesse trabalhar, de acordo com o Código Civil, de 1916, que também tornava os esposos os "chefes de família" sem nenhum tipo de constatação de que cumpriam tal função. Parte dessa legislação foi alterada apenas com a nova Constituição Brasileira, em 1934, que, pela primeira vez, permitiu o direito ao voto para as mulheres. Outra parte alterou-se apenas na Constituição de 1988. A própria CLT permitia, por exemplo, a interferência do esposo ou do pai no contrato de trabalho. Esses elementos indicam alguns aspectos da divisão sexual do trabalho na gênese da organização generificada do espaço urbano. Detalharemos mais elementos especificamente a partir da análise de Ribeirão Preto e para o primeiro período delimitado entre 1880 e 1949.

No segundo período de periferização da análise, datado de 1950 a 1969, apontamos como política urbana de âmbito nacional a intensa expansão dos perímetros urbanos através de inúmeros loteamentos periféricos, política incentivada pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas (1930-1945). Como explica Nabil Bonduki (1994, p. 720) "no começo da década de

1940, a grande maioria dos trabalhadores e da classe média eram inquilinos.". As primeiras políticas habitacionais implantadas, ainda que de maneira desarticulada e incoerente com a estrutura dos problemas habitacionais já existentes, foram: a construção em larga escala dos conjuntos habitacionais a partir das carteiras prediais dos Institutos de Aposentaria e Pensões (IAPs), em 1937[28]; e posteriormente substituída pela Fundação da Casa Popular, em 1946, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Entretanto, foi com a instituição da "solução periférica" principalmente na cidade de São Paulo, durante a década de 1940, que a política habitacional atingiu uma dimensão próxima ao que a problemática exigia (ibidem). Essa estratégia foi replicada no interior do Estado como alternativa habitacional "que mais convinha ao processo de expansão industrial, baseada em altas taxas de acumulação" (idem, p. 729).

A "solução periférica" era compreendida pela edificação da casa própria pelas próprias famílias em loteamentos periféricos considerada, então, a "melhor solução" para as questões habitacionais. E para isso, foi necessário incentivar o trabalhador a também considerá-la como "melhor solução". A estratégia do governo federal foi, então, a partir da prévia permissão de compra parcelada de lotes (Decreto n. 3.079, de 1938), fornecer o material para a construção das casas como "doação". E, embora o respectivo Decreto obrigasse à implantação de infraestrutura urbana mínima para o loteamento, esta se resumiu à implantação de alguma via de conexão com a malha urbana possibilitando que as e os trabalhadores chegassem ao seu local de trabalho (BONDUKI, 1994)[29]. Nas palavras do autor:

> na questão da expansão periférica a presença estatal limitou-se a garantir o acesso à propriedade aos compradores do lote – sem o que esta solução não poderia difundir-se. Em todos os demais aspectos, como na exigência de padrões mínimos de urbanização previsto na lei, a administração pública fez-se ausente, como se existisse um acordo para permitir-se a ampliação deste tipo de assentamento habitacional popular, única maneira de superar a crise habitacional. (p. 730).

[28] É importante ressaltar que não era qualquer família pobre que podia ser atendida pelo IAP que possuía um caráter estritamente corporativo, logo, majoritariamente branco, posto que, como os operários eram majoritariamente compostos pela população branca migrante ou descente direta deles. Como explica Bonduki (1998, p. 109 *apud* PATERNIANI, 2019, p. 148) "Merece exame mais profundo o caráter corporativo dos institutos, que estabelecia uma distinção entre quem podia e quem não podia ser beneficiado, não pelo aspecto social, mas pela associação a uma corporação. Traçou-se, com isso, uma linha divisória entre os cidadãos com direitos sociais, entre os quais os trabalhadores assalariados [brancos], e os subcidadãos [negros e pardos], que não tinham lugar na nova ordem social.". Não aprofundaremos a análise dos IAPs em Ribeirão Preto, pois foram pouquíssimos empreendimentos implantados a partir dessa política urbana.

[29] Bonduki explica que "a preocupação em garantir transporte, mesmo que precário, para a então chamada área suburbana é explicitamente citada como condição necessária para viabilizar o padrão periférico." (ibidem, p. 730).

Esmiuçaremos a análise desse período para a cidade de Ribeirão Preto no segundo subcapítulo que compõem a periodização elaborada por nós.

O terceiro período para análise no âmbito municipal se desdobra, como os outros dois, de mudanças na urbanização em coadunação com a escala nacional. Na década de 1970 o país expulsou 15,6 milhões de habitantes do meio rural majoritariamente para as periferias urbanas, em todas as formas que possuía até então, nas grandes cidades e metrópoles do país (BRANDÃO, 2012, p. 140). Acompanhando um processo de que se passa a nível mundial, embora dinamizado por outros fatores nessa escala, constitui-se nesse momento o que Milton Santos define como pobreza estrutural que não é nem local nem nacional, mas sim global. "Há uma disseminação planetária da pobreza e uma produção globalizada da pobreza" (SANTOS, 1999b, p. 10). Como sintetiza Ermínia Maricato (1996), trata-se de um processo de urbanização que é uma máquina de produzir favelas (periferias urbanas). Há assim uma tolerância para com esse processo. Porém, nos parece importante ressaltar que há também conflito e disputa.

Carlos Brandão (2012) explica como a modernização conservadora levada à cabo pelo regime ditatorial-militar (1964-1985) amalgamou os interesses das burguesias regionais com o Estado nacional. Especificamente no Estado de São Paulo ocorre a política econômica nomeada, por alguns estudiosos, como "desconcentração concentrada" (LENCIONI, 1991). Essa política atingiu a região de Ribeirão Preto principalmente através do Programa Nacional do Álcool – Proálcool, implantado em 1975, e fomentou a complexização do parque industrial da região, porém com alta concentração na área da agroindústria (BRANDÃO, 2012; ELIAS, 2003). Essa política marcou a economia paulista, nas décadas de 1970 e 1980, com a tentativa de interiorizar o processo de industrialização, com destaque para as regiões de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos (BRANDÃO, 2012; LENCIONI, 1991). Porém, como esses autores constatam, não foi bem sucedida pois, além de atingir uma pequena parcela do Estado, não descentralizou o capital industrial, apenas o desconcentrou mantendo as sedes das indústrias majoritariamente na Região Metropolitana de São Paulo.

Especificamente para a região de Ribeirão Preto sua principal consequência foi a intensa expulsão do trabalhador do campo para as periferias urbanas, transformando-a em mão-de-obra volante. Processo que sobrecarregou novamente as mulheres chefes de domicílios que, além de compor a mão-de-obra volante no trabalho "produtivo", localizado a uma distância de dezenas de quilômetros de suas residências, seguiram com os trabalhos reprodutivos (ROSSINI, 1998, 2010, 2014).

Brandão (2012) destaca, também, a importância da empreiteiras durante a Ditadura Militar na qual a infraestrutura foi implantada integrando o país (VILLAÇA, 2004), leia-se,

conectando os pontos luminosos das capitais e principais cidades de todas as suas Unidades Federativas. E a política urbana que ganha grande proporção nesse período é a instituída pelo Sistema Nacional de Habitação (SNH) e o Banco Nacional de Habitacional (BNH) (Lei n. 5.762/1971). Brandão escreve que:

> Conjunturalmente, esse amplo arco de alianças conservadoras ganha "ares mais modernos", promovendo alguma reestruturação nas articulações urbano-regionais do mercado de terras e de moradias, das relações promíscuas entre provisão pública de infra-estrutura econômica e valorização fundiária. Destaque-se no Brasil o ascenso da incorporação imobiliária que promove a articulação entre o proprietário original do terreno, os futuros compradores do imóvel, o construtor e o financiador, esquema que terá seu auge de sobrelucros durante a existência do BNH (1964-1983) (BRANDÃO, 2012, p. 140).

Essa política é implantada em âmbito municipal e estadual através das Companhias de Habitação (Cohabs) que construíram enormes conjuntos habitacionais com pouca infraestrutura urbana, nas periferias distantes dos equipamentos coletivos e sem atingir a principal parcela do déficit habitacional, concentrada na faixa de renda de zero a três salários mínimos (SANTOS, 2014 [1987]; BONDUKI, 1998; ROLNIK, 2015). Sobrecarregando o papel das mulheres que, removidas de suas casas em favelas mais bem localizadas, precisaram dar conta dos infindáveis trabalhos reprodutivos, além de acumularem os trabalhos "produtivos".

Quanto à urbanização propriamente dita o autor explica que "a estrutura fundiária arcaica e a preservação clientelística dos espaços de produção do capital mercantil em suas diferentes faces (...) foram responsáveis pela explosão dos custos da urbanização brasileira e pela periferização da população de baixa renda (...), enquanto os estratos de mais alta renda realizam a "segregação socioespacial voluntária"" (BRANDÃO, 2012, p. 83). Nos parece importante acrescentar que há também, nesse período, a manutenção da desigualdade racial e da divisão sexual do trabalho que estimula e aprofunda a feminização da pobreza.

Analisaremos esses elementos especificamente na cidade de Ribeirão Preto no início do segundo capítulo que abarca o terceiro período da periodização efetivado nas décadas de 1970 e 1980.

A partir de 1990, "afirma-se a opção neoliberal no país" (BRANDÃO, 2012, p. 154), a crise urbana explode por meio da violência urbana, criminalidade, informalidade e precarização do mercado de trabalho. Esse é o acerto de contas de toda uma herança escravista que não foi, até hoje, reconhecida devidamente. Carlos Brandão sintetiza o desenvolvimento socio econômico brasileiro ao sugerir que: "simultaneamente, construímos talvez a mais veloz máquina capitalista de crescimento e constituímos a mais desigual estrutura social e,

provavelmente, a mais eficiente máquina de exclusão social do planeta" (idem, p. 148). Milton Santos e María Laura Silveira explicam o agravamento dessas características da nossa formação socioespacial na atualidade da seguinte maneira:

> A prática do neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando esse uso mais seletivo do que antes e punindo, assim, as populações pobres, mais isoladas, mais dispersas e mais distantes dos grandes centros e dos centros produtivos. (...) levado pelo império da competitividade a buscar (...) as localizações mais favoráveis. Desse modo a acumulação, em certo pontos, das respectivas atividades pode conduzir a maiores dificuldades quanto ao acesso aos respectivos produtos, sejam eles bens ou serviços (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 302).

Assim, o processo de urbanização, na política econômica neoliberal, se destaca pelo desenvolvimento do empresariamento da gestão urbana (HARVEY, 1996; ROLNIK, 2015), com um reescalonamento governamental (BRENNER, 2003) que acirra a guerra dos lugares (SANTOS & SILVEIRA, 2001), a partir majoritariamente das metrópoles, mas também dos pontos luminosos das grandes cidades. Esse processo se dá através das vantagens fiscais intensamente oferecidas às corporações, mas também por meio das parcerias público-privadas e operações urbanas consorciadas (FIX, 2001) e da falácia das gentrificações (ROLNIK, 2015) que buscam, no limite, produzir lucro a partir do espaço urbano, aprofundando a urbanização corporativa. Nota-se inclusive um câmbio na linguagem do poder público local, ou o modo como as palavras são utilizadas pelos gestores urbanos, políticos e técnicos. Palavras típicas de jargões do mundo das empresas e do empreendedorismo são aplicadas à lógica da cidade, e seus usos são associados a uma imagem da cidade a ser vendida como uma mercadoria.

As periferias urbanas são a outra face da expressão espacial desse processo que se adensam intensamente em todo o país, mas há mais do que isso. Cria-se uma nova forma-conteúdo justamente na passagem dos governos ditatoriais-militares para o neoliberal: as ocupações organizadas de terras urbanas e de imóveis vazios. Essa nova forma-conteúdo reproduz a urbanização corporativa, mas também a questiona, pois constrói grandes parcelas da cidade e disputa os limites da propriedade privada e individual.

Concomitantemente expande-se, a nível nacional, a compreensão de um inimigo "em comum" na figura do narcotráfico, sempre localizado na chamada favela, mas que pode tratar-se de cortiço, favela, conjunto habitacional ou ocupação urbana, porque desde a narrativa midiática são áreas onde impera a violência, a criminalidade e a morte (TELLES, 2010; FELTRAN, 2014). E, assim, oblitera-se os enormes índices de violência física e psicológica também existente dentro das paredes dos enclaves fortificados, assim como do enorme consumo de drogas efetivado por essa população. Como sintetiza Raquel Rolnik (2015, p. 275):

> O estigma territorial das periferias e favelas – elemento central de uma cultura urbana excludente – foi assim reforçado nos anos 1990, reinventando-se no novo milênio nas cidades brasileiras, apesar dos avanços de renda e emprego. Isso se deve, em parte, ao caráter político-militar-territorial do comércio de drogas, que se mimetiza com os bairros populares, transformando favelas e periferias em sinônimo de insegurança e objeto permanente de políticas de segurança (...).

Trata-se assim de um novo discurso para uma velha prática: o racismo. Onde antes se localizava a doença e a sujeira agora se localiza a droga, a morte, o crime e a violência (FELTRAN, 2014). Essa promoção da criminalização da pobreza tem seu ápice, em escala nacional, com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no ano de 2008, nas favelas dos morros cariocas (FRANCO, 2019) que resultam no agravamento da desigualdade de gênero ao assassinar crianças e jovens que ainda são majoritariamente cuidados pelas mulheres (CASTRO, 2001). Essa sobrecarga se dá pelo intenso desgaste emocional de proteger os mais jovens da violência policial, assim como pela imensa dor da perda de cada um deles. Como explica Milton Santos, fala-se da violência vivida pelos pobres que são, na verdade, vítima, para não fazer-se ver a violência estrutural da perversidade sistêmica (1999b, p. 12).

Quanto à divisão sexual do trabalho, dinamizadora da organização generificada do espaço urbano, institui-se por meio da política econômica neoliberal a chamada "reestruturação flexível" (HARVEY, 1992). A pesquisadora Helena Hirata explica como essa política aprofunda as desigualdades de gênero com ênfase na análise das mudanças da participação das mulheres nas indústrias (HIRATA, et. al., 1995, p. 90 e 91):

> La eliminación de empleo industrial debido a la introducción de innovaciones tecnológicas afectó mucho más a la mano de obra femenina que a la mano de obra masculina: el reemplazo de un cierto número de mujeres llamadas "no calificadas" por un trabajador más cualificado del sexo masculino en diferentes ramas industriales (…). Sin embargo, a pesar de esta eliminación de lugares de trabajo femenino en la industria, el empleo femenino no ha cesado de crecer durante los años de crisis de la "década perdida": la participación de las mujeres en el empleo que alcanzaba 31,2% en 1981 ha subido al 35,2% en 1989. (…) concerniente al desempleo em la zona de San Pablo, la más industrializada del Brasil, son los siguientes: em marzo de 1989, 9% para los hombres y 12,8% para las mujeres; en marzo de 1990, 8% para los hombres y 11,6% para las mujeres; en marzo de 1991 11,4% para los hombres y 13,6% para las mujeres.

Fomenta-se, assim, a terciarização e a terceirização com ênfase no trabalho feminino (HIRATA, 2016; FEDERICI, 2019), processo que, embora apresente algumas mudanças devido ao aumento da presença de mulheres em cargos de gestão e chefia nas corporações principalmente dos países do centro do sistema mundial, fomenta a manutenção das desigualdades raciais e de gênero.

Isso se deve à maior empregabilidade de mulheres nas atividades do setor terciário (comércio e serviço), com destaque para os serviços de cuidado (chamado na literatura especializada por "*care*"), mantendo-se o trabalho feminino concentrado nas atividades menos valorizadas que se expandem com a terciarização e a terceirização. Como escreve Helena Hirata (2015, p. 12), "a expansão do setor terciário (comércio e serviços) em detrimento do setor industrial, tem impacto na divisão sexual do trabalho, pois as mulheres são majoritariamente empregadas nesse setor, em praticamente todo o mundo.". E, justamente por serem classificados como trabalhos "femininos", são excessivamente mal remunerados mantendo o círculo vicioso que faz com que elas tenham que assumir a dupla jornada de trabalho, fora e dentro casa.

Enquanto a inserção das mulheres nos cargos corporativos mais altos e valorizados reproduz as desigualdades da divisão sexual e racial do trabalho ao ampliar as necessidades de terceirizar as atividades reprodutivas, que são mal remuneradas, com vínculos informais e supridas pela trágica intensificação da migração mundial (HIRATA, 2016). A crítica aqui não se dá sobre mulheres em cargos altos de terceirizarem parte de sua dupla jornada, mas à manutenção da divisão sexual do trabalho hierárquica e setorial sob a qual a responsabilidade dos trabalhos reprodutivos segue associado às mulheres.

Especificamente em âmbito nacional, Tânia Bacelar Araújo (2012) expõe como a modernidade capitalista permanece dificultando sua superação. A autora escreve que

> Trata-se de superar o modelo hegemônico, que não dá conta de grande parte de nossas enormes potencialidades. Tal modelo desperdiça muitas das virtuosidades existentes no espaço nacional, exatamente porque ele é exclusivo, seletivo, apropriado apenas para o pedaço mais moderno do Brasil. E o país não é só sua porção mais moderna. Mas a fatia dita "não-moderna" tem muito potencial. O desafio, portanto, é promover uma mudança profunda, desmontando a máquina de desigualdade que foi aqui instalada (ARAÚJO, 2012, p. 19).

As políticas econômicas de caráter neoliberal levaram, assim, a um acirramento entre o acúmulo de capital e luminosidade em pontos das grandes cidades e metrópoles do país e a generalização de espaços opacos em diversas formas-conteúdos que vão se criando e se mantendo na maior parte do espaço urbano. Dá-se seguimento à modernização conservadora.

Assim ocorreu com o BNH, o Programa Federal Minha Casa, Minha Vida[30] (Lei n. 11.977/2009) foi implantado, em 2009, em cima da lógica: estratégias financeiras e monetárias do país, redução dos problemas habitacionais em demandas reprimidas de "casas próprias" e

[30] O programa foi inicialmente instituído pela Medida Provisória n. 459, de 25/03/2009, substituída pela Lei n. 11.977, de 07/07/2009, e regulamentada pelos Decretos n. 6819, de 13/04/2009 e n. 6962, de 19/09/2009.

fomento à atuação do setor da construção civil retroalimentando o setor financeiro (ROLNIK, 2015, p. 282). Outras características em comum dessas duas políticas habitacionais é o fomento à remoção de assentamentos precários com base no discurso de que há moradia para essa população, justificando essas violentas ações com a inclusão numa eterna e infindável lista de espera para uma dessas unidades habitacionais (PATERNIANI, 2019).

Segundo o Relatório de Despejos do Brasil, de 2018, elaborado pelo Tribunal Internacional de Despejos em parceria com a Aliança Internacional de Habitação (AIH), em apenas trinta e nove casos analisados foram despejadas 230 mil pessoas, sendo 56% delas do gênero feminino e 44% masculino; desse total, 44% foi promovido pelo poder público, 41% por proprietários privados e o restante (15%) não foi especificado. Além disso, o relatório indica que a Unidade Federativa que mais realizou despejos foi o Estado de São Paulo, que somou 110.335 pessoas, aproximadamente 50% do total de pessoas especificamente nesses trinta e nove casos analisados.

Esses elementos alteram também a própria dignidade e autoestima das pessoas e famílias que são removidas e, em alguns casos, enviadas para as unidades habitacionais que, muitas vezes, não lhes permite sentir-se bem nas casas que gostariam de estar. Descreve Mary Castro o neoliberalismo "como um tipo de cultura pela qual se amplia a sujeição dos e das trabalhadoras, inclusive minando vontades, a auto-estima e a dignidade" (2001, p. 95). Se são nas periferias urbanas onde se concentra a população negra, parda e as mulheres chefes de domicílio de baixa renda, são essas pessoas também as mais afetadas pelas ações de remoção. Fomenta-se um círculo vicioso da pobreza.

Como escreve Milton Santos (2014 [1987], p. 63 e 64):

> E o direito ao entorno? Ele está nos livros e nos discursos oficiais, mas ainda está muito longe de uma implementação. Que dizer, por exemplo, das mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente, sem a menor consideração pelas pessoas? A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno. (...). **O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente.** Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da representação política (destaque nosso).

Tais características da urbanização se arrefecem um pouco nas duas últimas décadas por meio das políticas de ações afirmativas, voltadas para a redução da desigualdade racial (JODAS, 2019), e pelo novo momento de ampliação das lutas pela igualdade de gênero. Uma expressão disso foi a regulamentação do trabalho doméstico no país (Lei Complementar n.

150/2017) que, embora ainda não o equipare nos direitos trabalhistas, foi uma vitória principalmente das mulheres negras, maioria absoluta dessa categoria de trabalho (GUIMARÃES, 2016). Como escreve Carlos Brandão, "Essa nova direção das políticas de desenvolvimento, em sua dimensão espacial e pedagógica, democrática e politizadora, deve resgatar o potencial das diversidades (sociais, regionais, produtivas etc.) da "civilização multicultural" brasileira" (2012, p. 33).

Entretanto, trata-se apenas de um rápido arrefecimento da ampliação dessas desigualdades que já retorna a patamares anteriores desde o questionável *impeachment* da segunda gestão da Presidenta Dilma Rousseff (PT / 2015-2016). Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais elaborado pelo IBGE (SIS/IBGE) em 2018, a proporção de pessoas pobres no Brasil[31] era de 25,7% da população, em 2016, e subiu para 26,5%, em 2017. Em números absolutos isso significa uma variação de 52,8 milhões para 54,8 milhões de pessoas, ou seja, dois milhões de pessoas ingressaram, ou retornaram, a pobreza de 2016 para 2017. Quanto à extrema pobreza[32] também houve crescimento, passando de 6,6% da população em 2016 para 7,4% em 2017. Em números absolutos indica um acréscimo de 800.000 mil pessoas que voltaram, ou ingressaram, à situação de extrema pobreza (de 13,5 milhões para 15,2 milhões de brasileiros/as). Nessa retomada de políticas de cunho nitidamente conservadoras destacamos, no âmbito das políticas urbanas, a nova lei federal de regularização fundiária (n. 13.465/2017) e a suspensão do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida principalmente na categoria Entidades.

Em Ribeirão Preto esse processo também ocorre, porém em escala reduzida. Assim, para a análise do quarto período de periferização, que segue em curso, trataremos da revalorização do solo urbano iniciada na década de 1990 e intensificada nas seguintes. Assim como, a implantação do Programa MCMV concomitante às violentas remoções, ambos realizados a partir de 2009. Essas ações muitas vezes chamadas de despejo ou reintegração de posse são, na realidade, violentas ações que desalojam pessoas e famílias inteiras, destroem seus bens arduamente adquiridos, inclusive seus documentos (!), e violentam psicológica e moralmente a população que vê ser derrubada suas casas. Tudo isso orquestrado pela Polícia Militar sob comando do Estado. Analisamos, ainda, a nova lei de regularização fundiária, em âmbito federal e municipal, que aciona novamente as ações de remoções chancelando quem

[31] Como o Brasil não possui uma definição própria do que é considerado pobreza, o estudo utilizou a delimitação do Banco Mundial que indica que é pobre a população que vive com rendimento de até US$ 5,50 por dia, equivalente a R$ 406 por mês, ou seja, um pouco menos de meio salário mínimo.

[32] Segundo o Banco Mundial a extrema pobreza se refere à população que vivem com menos de US$ 1,90 por dia, equivalente a R$ 140 por mês.

pode, ou não, permanecer nos lugares que a própria população constrói material e imaterialmente através das histórias e afetos.

Dessa maneira, a cada período buscamos compreender junto das mudanças nas formas-conteúdo das periferias urbanas, quais os subprocessos econômicos, políticos e socioculturais que trouxeram novas características ao processo de urbanização corporativa e interseccionalizada por meio das modernizações capitalistas de parcelas do espaço urbano de Ribeirão Preto. Assim, em cada período buscamos abarcar esse processo dialético engendrado: pelo planejamento "higienista" (1880-1949); pela expansão urbana e fortalecimento das agroindústrias (1950-1969); pela mecanização do campo com o programa Proálcool (1970-1989); pela supervalorização do solo urbano com os condomínios verticais e horizontais (1990-2019). Constitui-se nesse recorrido o território da riqueza, uma pequena parcela da cidade, costurado pelas enormes periferias urbanas que tecem o espaço urbano desde o seu centro até seus mais longínquos limites.

COSTURA (I): Segregação socioespacial interseccionalizada

Para a análise da segregação socioespacial interseccionalizada esmiuçaremos o processo de periferização de Ribeirão Preto com a intenção de compreender as políticas urbanas municipais que levaram à alta concentração da população de baixa renda, negra e pobre no território da pobreza, delimitado, desde 1887, com o desmembramento do Núcleo Colonial Antônio Prado do qual partirá nossa periodização. A formação socioespacial brasileira esteve calcada na escravização da população africana e na manutenção da reduzida possibilidade de acesso às modernidades capitalistas por parte desta população até os dias atuais. Não obstante, são também pessoas munidas de saberes, conhecimentos e ancestralidades que lhes permitiram resistir de maneira conflituosa, criativa e diversa que precisa ser compreendida.

Segundo o SIS/IBGE (2018) destacamos os seguintes indicadores que apontam as desigualdades raciais nas cidades brasileiras: (i) o rendimento domiciliar *per capita* médio das pessoas de cor ou raça preta ou parda[33] é de "quase a metade do valor observado para as pessoas brancas em 2017 (50,3%)" (p. 55); (ii) a população abaixo da linha de pobreza "cresce significativamente em alguns recortes demográficos" com destaque para domicílios chefiados por mulheres com filhos (os chamados arranjos familiares monoparentais), dentre os quais a incidência de pobreza se amplia com as chefes de família[34] preta ou parda (p. 60); (iii) quanto às condições de moradia, "em todos os indicadores de habitação e saneamento analisados, a situação da população preta ou parda é mais grave do que a enfrentada pela população branca" (p. 69), dentre os quais destaca-se a ausência de esgotamento sanitário que atinge 43,4% dos domicílios com população preta ou parda e 26,6% dos domicílios com população branca, enquanto em 1999, esses dados eram de 60,4% dos domicílios chefiados por preto ou pardo que não possuíam acesso a essa infraestrutura, enquanto dos chefiados por brancos eram 37,3% (HERINGER & MIRANDA, 2005, p. 61) indicando a manutenção dessa desigualdade, posto que, a distância entre as porcentagens dos grupos de domicílios praticamente se manteve; e quanto ao adensamento excessivo a relação também dobra atingindo 7,6% dos domicílios com população preta ou parda e 3,7% com população branca (p. 69).

Quanto à divisão racial do trabalho, segue também um processo parecido com o que apresentaremos para a divisão sexual do trabalho, com a manutenção da população negra e

[33] O IBGE, assim como outros órgãos que realizam pesquisas quantitativas, utiliza a categoria "cor preta e parda" para o que estamos considerando como raça negra e parda. Assim, quando utilizamos os dados desses órgãos fazemos uso da categoria definida por eles.

[34] Escolhemos o termo chefe de domicílio para o desenvolvimento dessa tese, porque consideramos que reduz a conexão naturalizada entre mulher e família. Porém, quando as fontes consultadas utilizar "chefe de família" será o que indicaremos.

parda em trabalhos menos valorizados. Como avaliam Rosana Heringer e Dayse Miranda (2005), com base no Programa Internacional de Pesquisa Social (ISSP) realizado em 2003, "[o]s negros brasileiros também têm feito pouco progresso na conquista de profissões de maior prestígio social e no estabelecimento de negócios próprios. Eles ainda se concentram em atividades manuais, que exigem pouca qualificação e escolaridade formal." (p. 213). Segundo a referida pesquisa os homens negros representavam, em 2003, 3,7% dos profissionais liberais, empregadores e administradores, enquanto dentre os homens brancos esse percentual era de 12%. Além disso, os negros se concentram nas atividades agrícolas, na indústria de construção e na prestação de serviços, enquanto os brancos estão mais presentes nas indústrias de transformação e no comércio de mercadorias (p. 213). Segue a segmentação de trabalhos para brancos e trabalhos para negros no país, assim como de trabalhos para mulheres e trabalhos para homens.

Como explica Daniele Motta (2017) sobre os estudos de Carlos Hasenbalg & Nelson Silva (1999) e Hasenbalg (1995), estes afirmaram a raça como um critério classificatório estrutural e fundamental para entender as contradições da sociedade brasileira e mostraram que na década de 1980 a população negra ainda ocupava os setores mais mal remunerados. Hasenbalg (1992) ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1987, notou que a população negra e parda se mantinha concentrada no setor agrícola em relação à população branca, com 30,6% enquanto a segunda alcançava 20,3%.

> Além disso, constatou que da população empregada na indústria e nos setores menos remunerados e qualificados (setor primário, construção civil e prestação de serviços) 58,3% eram negros e pardos (HASENBALG, 1992). Hasenbalg ainda apontou para a tendência da população negra se ocupar nos empregos informais, já que apenas 38,2% tinha carteira de trabalho assinado, enquanto na população branca essa posição formal alcançava 57,3% (MOTTA, 2017, p. 126).

Conclui-se que apesar de a população negra ter ingressado (em certa medida) no mercado de trabalho formal, a desigualdade racial persiste. Segundo Carlos Hasenbalg (1995), negros e pardos estão expostos a **desvantagens cumulativas** transmitidas geracionalmente. O autor escreve que "os resultados mais relevantes apontam não só para menores taxas de mobilidade ascendente para os estratos médios e altos experimentados pelos não-brancos, como também para as maiores dificuldades encontradas pelas famílias não-brancas de classe média para transmitir aos filhos as posições sociais conquistadas" (HASENBALG, 1995, p. 361).

Há, assim, gritantes diferenças dos tipos de trabalho e na valorização destes entre brancos e negros ou pardos[35] (desigualdade hierárquica e setorial como ocorre na divisão sexual do trabalho). Segundo a Agência de Notícias do IBGE:

> Em 2017, os trabalhadores brancos (R$ 2.615) ganhavam, em média, **72,5% mais que os pretos ou pardos** (R$ 1.516) e os homens (R$ 2.261) recebiam **29,7% a mais que as mulheres** (R$ 1.743). O rendimento-hora dos brancos superava o dos pretos ou pardos em todos os níveis de escolaridade, e a maior diferença estava no nível superior: R$ 31,90 por hora para os brancos contra R$ 22,30 por hora para pretos ou pardos. (SIS/IBGE, 2018, destaques nossos).

Em relação às desigualdades de gênero compreendidas a partir da divisão sexual do trabalho, Helena Hirata & Danièle Kergoat (2007, p. 596) explicam que:

> falar em termos de divisão sexual do trabalho deveria permitir ir bem além da simples constatação de desigualdades [constituídas tanto pela distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, quanto pela divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres] (...) falar em termos de divisão sexual o trabalho é: 1. Mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero.

Soma-se a isso um duplo processo característico da urbanização corporativa: mecanização do campo que exclui com mais intensidade as mulheres, porque não são instigadas e não são aceitas nos trabalhos de controle das máquinas agrícolas (HIRATA & ROGERAT, 1988); e a inserção da mão-de-obra feminina na indústria, o que indica, por si, a desvalorização do trabalho industrial ao mesmo tempo que dialeticamente indica a redução dos salários de modo geral (MASSEY, 1994; ROSSINI, 1998). É justamente essa desvalorização do salário industrial que leva à necessidade de a mulher ingressar nesse mercado recebendo pagamentos ainda mais reduzidos. Como explica Rossini, "[n]ão é pelo fato de a mão-de-obra feminina ingressar de forma expressiva num determinado setor que este se desvaloriza, mas é justamente porque tal setor já está desvalorizado que ela o adentra" (ibidem, p. 09; KERGOAT, 2009).

> Com o advento da Revolução Industrial, a incorporação da mulher no mercado de trabalho consolidou, em função da ideologia sustentada historicamente, preconceitos sobre o sexo feminino na esfera do trabalho; salários mais baixos para as mulheres, designação para tarefas consideradas menos qualificadas, aceitação da dupla jornada de trabalho (...), massa de reserva para o capital industrial, etc. (ROSSINI, 1998, p. 08).

[35] Lembremos que a igualdade de salários para ocupações iguais, independente de gênero, raça ou religião, é lei no país desde a instituição da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943.

Esse processo se institui de maneira mais perversa entre as pessoas negras e pardas aprofundando-se nos domicílios chefiados por mulheres que nessa parcela da população é onde mais se concentram. Como explica Patrícia Hill Collins (2019, p. 390)

> Ao longo da história, índices mais altos de famílias negras formadas por mães e filhas e/ou filhos, assim como o rápido aumento da proporção de famílias com essas características nas décadas de 1960 e 1970, **podem ser mais bem explicados por padrões industriais e de mercado de trabalho que por características da cultura negra**. Consideradas no contexto do desenvolvimento capitalista global, as famílias negras formadas por mães e filhas e/ou filhos nos países africanos, caribenhos, latino-americanos, norte-americanos e europeus surgem em grupos que enfrentam desafios políticos e econômicos similares (destaque nosso).

De acordo com os dados disponibilizados pelo DIEESE[36] para o quarto trimestre de 2019, no Brasil as mulheres recebem 22% a menos que os homens, sendo a média geral de R$ 1.958 pago para as mulheres e R$ 2.495 para os homens ao mês. Na aposentaria essa diferença é de 17%, com uma média geral de R$ 1.707 para as mulheres e R$ 2.051 para os homens. Esses dados apontam a desigualdade nos postos de trabalho, restando às mulheres os que são menos valorizados, assim como, o pagamento desigual para postos semelhantes. Nesta última, apontamos mais dois dado. Em cargos de gerência as mulheres recebem em média R$ 29 a hora, enquanto os homens recebem R$ 40, uma diferença de 39%. Dentre as e os trabalhadores com ensino superior completo essa distância se amplia e as mulheres recebem, em média, R$ 3.868 ao mês, enquanto os homens recebem R$ 6.292, equivalente a 38% a mais.

Quanto a diferença entre trabalho "produtivo" e trabalho reprodutivo, os dados do Departamento apontam que as mulheres gastam 95% mais tempo do que os homens em afazeres domésticos, com uma média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos de 21 horas e 18 minutos para as mulheres, e 10 horas e 54 minutos para os homens. E, por fim, um elemento que nos auxilia diretamente a entender porque o processo de urbanização amplia as desigualdades de gênero é a relação da quantidade de mulheres que deixam de realizar trabalho remunerado devido à ausência ou impossibilidade de contar com as creches para os dependentes menores idades. Entre as mulheres que conseguiram acessar uma creche 67% realiza trabalho remunerado, já dentre as mulheres cujos filhos não tiveram acesso apenas 41% exerce atividade remunerada. Logo, a localização de cortiços, favelas, conjuntos habitacionais e ocupações próximas ou distantes desse tipo de serviço afeta diretamente as mulheres pobres.

[36] Departamento Intersindical de Estudos Econômicos.

Quanto ao fenômeno da feminização da pobreza, a introdução do termo foi feita por Diane Pearce, em 1978, que a definiu como "um processo que se desenvolve a partir do momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família" (NOVELLINO, 2004, p. 02). Como explica Maria Salet Novellino (2004) essa associação entre mulher chefe de domicílio e pobreza está sempre ligada ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho, por isso, "os estudos de feminização da pobreza e mulheres chefes de família/domicílio estarão sempre incluindo indicadores que possam dar conta de sua forma de participação no mercado de trabalho." (p. 03). Ainda assim, Suzana Cavenaghi & José Alves (2018, p. 74) atentam para não fazer a conexão automática entre chefia feminina e pobreza, posto que essa situação é vivenciada em todas as classes sociais. Entretanto, as desigualdades na divisão sexual do trabalho seguem, ainda que venham se alterando de maneira lenta (DIEESE, 2019). Como explica Mary de Castro: "(...) o termo "feminização da pobreza" não deveria ser lido como crescimento das mulheres entre os pobres, mas como aumento da visibilidade estrutural da pobreza das mulheres, já que, historicamente, o trabalho da mulher não remunerado no cuidar dos filhos, da casa, do marido não seria contabilizado na produção de riqueza (...)" (CASTRO, 2001, p. 91).

Segundo os dados compilados por Cavenaghi & Alves (2018), elencamos as seguintes características dos domicílios chefiados por mulheres que nos permitirão desenvolver as análises dessa primeira parte da tese: (i) trata-se de um fenômeno majoritariamente urbano, com 91% dos domicílios chefiados por mulheres situados em área urbana (p. 56); (ii) está em expansão posto que "o número de famílias chefiadas por mulheres dobrou em termos absolutos, aumentando 105% em 15 anos (...). Em termos percentuais, (...) as famílias chefiadas por mulher subiram de 27,4% para 40,5% no mesmo período." (p. 54), e nesse grupo se destacam as famílias monoparentais (com filhos) nas quais mais de 87% são chefiadas por mulheres (p. 61); (iii) dentre estas se destacam os domicílios chefiados por mulheres negras que somam 41,1% do total e foram os que mais cresceram, entre 2001 e 2015, com um aumento de 248% (p. 57); e (iv) são, de modo geral, os domicílios que possuem as menores rendas, "[p]ara 2015, o cenário é muito parecido [ao de 2001]. Para o total das mulheres chefes de família que recebiam respectivamente 62,3% [considerando o rendimento somando todas as fontes], 66,6% [considerando o rendimento familiar] e 90,6% [considerando o rendimento familiar *per capita*] do que os homens recebiam (...), esses dados passaram para 64%, 78,5% e 89,2% em 2015" (p. 89 e 90).

Como sintetiza Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015, p. 41) “Fica claro que não se pode tratar a diferença de renda como questão de gênero isoladamente. As desvantagens incidem sobre *determinadas mulheres* relativamente a *determinados homens*, gênero, raça e classe produzem conjuntamente as hierarquias que colocam *mulheres negras* em posição de maior desvantagem”.

Assim, interseccionalizando esses com os dados sobre as desigualdades raciais brasileiras, os domicílios chefiados por mulheres negras e pardas tendem a possuir os menores rendimentos econômicos, majoritariamente concentrados nas periferias urbanas com reduzida acessibilidades às infraestruturas, serviços, equipamentos coletivos, empregos e oportunidades alimentando um círculo vicioso.

Para demonstrar essa tendência na cidade de Ribeirão Preto, mapeamos as estruturas desiguais que se interseccionam e se aprofundam também por meio do processo de urbanização corporativa[37]. Apresentamos a densidade populacional (mapa 01), o rendimento médio mensal domiciliar (mapa 02), a distribuição da população por raça/cor (mapa 03) e o rendimento médio mensal dos domicílios chefiados por mulheres (mapa 04), todos espacializados por setor censitário e a partir dos dados do último censo demográfico nacional (IBGE, 2010).

Os quatro mapas indicam aproximadamente as subdivisões dinamizadas para compreender a segregação socioespacial do município, a partir do contorno delimitado pelo Anel Viário. Essas subdivisões serão referência para acompanhar toda a periodização dessa primeira parte da tese. Dessa maneira, indica-se com a letra N a parcela que é referenciada como região[38] Norte, periferia que se constitui desde o primeiro período de periferização e que se adensará até o momento atual, com a construção dos maiores conjuntos habitacionais no terceiro período (1970-1989), e no mais recente com a implantação das ocupações de terras urbanas, principalmente ao redor do aeroporto, também indicado nos mapas. Enquanto a região Oeste, indicada com a letra O, é onde se instalou a maior ocupação organizada de terra da cidade na década de 1990, hoje regularizada, expandindo o território da pobreza. Posterior a esta diversas outras foram se instalando nesse setor municipal. Já o Anel Viário Contorno Sul, indicado com a letra S, refere-se à parcela mais luminosa da cidade onde se intensifica o processo de revalorização do solo urbano, também a partir da década de 1990 (quarto e atual período). Por fim, a indicação da região Leste, L, aponta a área menos dinâmica do território

[37] Os mapas estão expostos a partir da página 67.

[38] O termo região será utilizado como sinônimo de setor, parcela ou área da cidade, posto que, não realizamos uma análise pormenorizada da dinâmica territorial municipal a partir dessa perspectiva. Sem dúvida há elementos interesses, porém o recorte elaborado por nós não adentrou essas questões.

ribeirão-pretano devido às fragilidades ambientais que a caracteriza pela presença das recargas do Aquífero Guarani. Sem embargo, no mais recente Plano Diretor de Ribeirão Preto (2017) expandiu-se o perímetro urbano nessa direção. Trataremos detalhadamente de todos esses elementos no decorrer da periodização.

Ao observarmos esse conjunto de mapas nota-se como a densidade populacional (mapa 01) se concentra nas suas periferias Norte e Oeste. Há também considerável concentração no Quadrilátero Central, devido a densidade dos edifícios nessa área. Na espacialização do rendimento médio mensal dos domicílios (mapa 02) visualiza-se a concentração daqueles com renda acima de dez salários mínimos desde a ponta sul do Quadrilátero Central até o extremo sul dos limites municipais. Visualiza-se, ainda, como a área que concentra os domicílios com menores rendas se localiza na região do aeroporto, periferia urbana mais recentemente constituída. A distribuição da paleta de cores no território exposta nesse mapa é quase inversa a do mapa 03 que apresenta a proporção de população preta e parda na cidade. Neste, nota-se essa concentração no limite municipal Oeste, por toda a região Norte que se concentra, ainda mais, ao redor do aeroporto. Por último, apresentamos a renda média mensal por domicílios chefiados por mulheres (mapa 04). De relance, nota-se a redução geral da coloração em relação ao mapa 02, indicando uma renda inferior dos domicílios com chefia feminina por todo o município, inclusive na parcela mais luminosa (eixo sul). Observa-se, ainda, como a área ao redor do fixo aeroportuário é a que apresenta as menores rendas.

Para arrematar essas costuras, trazemos uma síntese da formação da comunidade Cidade Locomotiva, localizada nas proximidades do aeroporto, por ser a situação geográfica que acompanhamos durante essa pesquisa de doutorado com o intuito de compreender as dinâmicas do movimento social organizado ao redor da luta pela moradia digna na cidade.

Essa comunidade tem como líderes participantes da União dos Movimentos de Moradia (UMM), importante movimento atuante na Região Metropolitana de São Paulo desde a década de 1980, e entre outras regiões metropolitanas para as quais expandiu sua atuação, sendo a de Ribeirão Preto a mais recente delas. O movimento atua nessa região desde meados do ano de 2010 nas cidades menores da região, e, especificamente, em território ribeirão-pretano a partir de 2012.

O nome da comunidade se deve ao fato de que no local onde foi construída havia diversos vagões de trens abandonados, parte deles foram transformados em resíduos e utilizados, entre outros materiais, para aterrar a área localizada numa bacia de contenção de água sofrendo constantemente com alagamentos. Outros vagões são usados como moradia

principalmente pelas lideranças, pois, por serem altos, dificilmente são atingidos pelas águas dos alagamentos.

A área foi ocupada em 2014 pelas lideranças que se conheceram numa ocupação anterior, também organizada pela UMM, no bairro Ribeirão Verde, no ano de 2013. Foi nesta ocupação que a maioria dos e das líderes da Cidade Locomotiva se aproximaram do movimento de moradia. Quando houve a remoção, no final de 2013, eles foram "despejados"[39] no local onde estão até hoje. Assim, os e as atuais líderes chegaram na área em fevereiro de 2014, capinaram e limparam o terreno e começaram o hercúleo trabalho de construir suas casas e seu lugar. Segundo relataram, depois de dois meses que estavam lá começaram a chegar muitas famílias. Hoje vivem aproximadamente 370 famílias (ao redor de mil pessoas) e, no momento, não está permitida a instalação de novas casas, de modo que as área vazias, que ainda existem, possam ser utilizadas para a instalação de fixos públicos caso consigam a regularização fundiária. Apresentamos na foto 1 a comunidade Cidade Locomotiva.

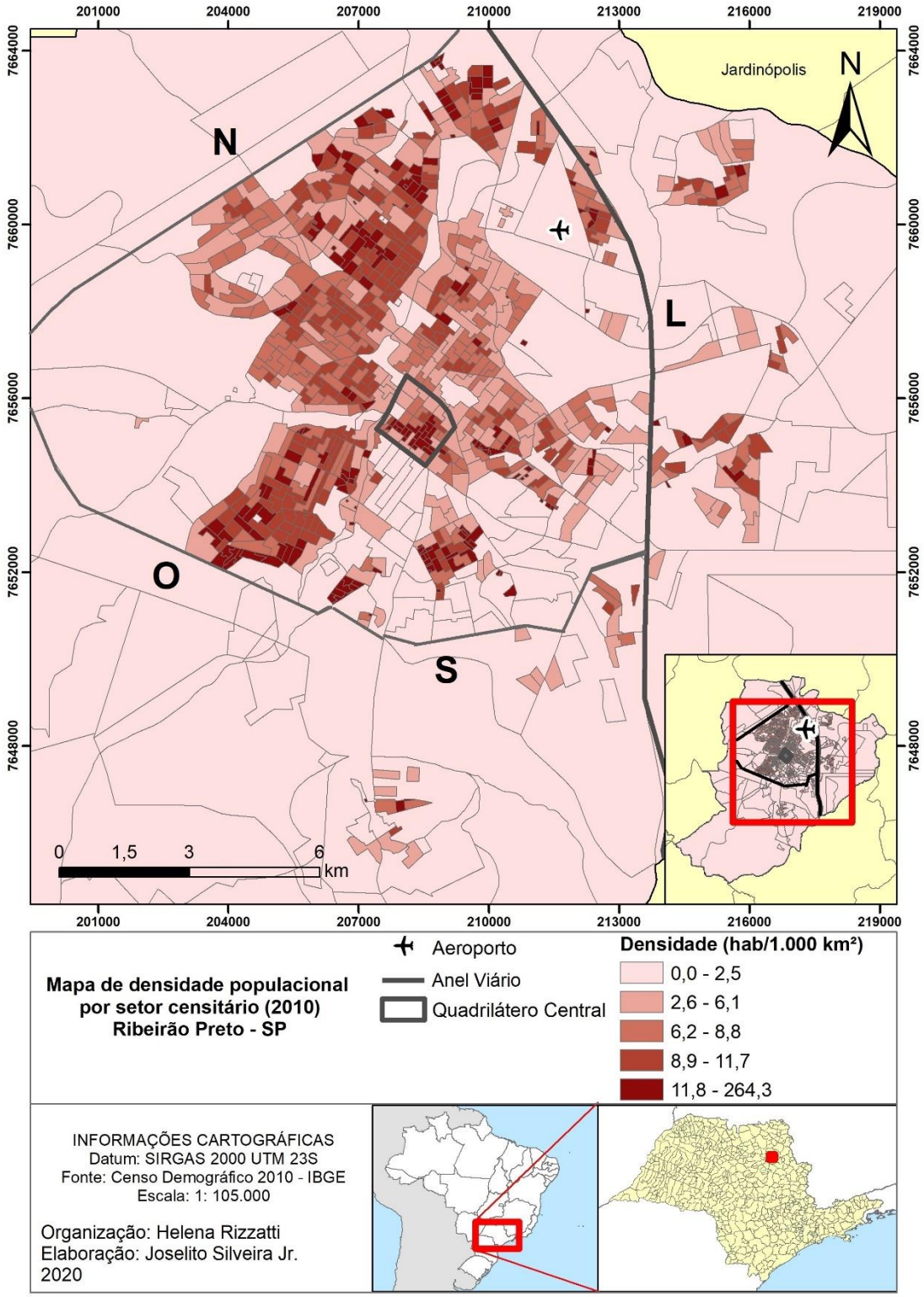
Foto 1 – Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Página do Facebook Cidade Locomotiva (2018)

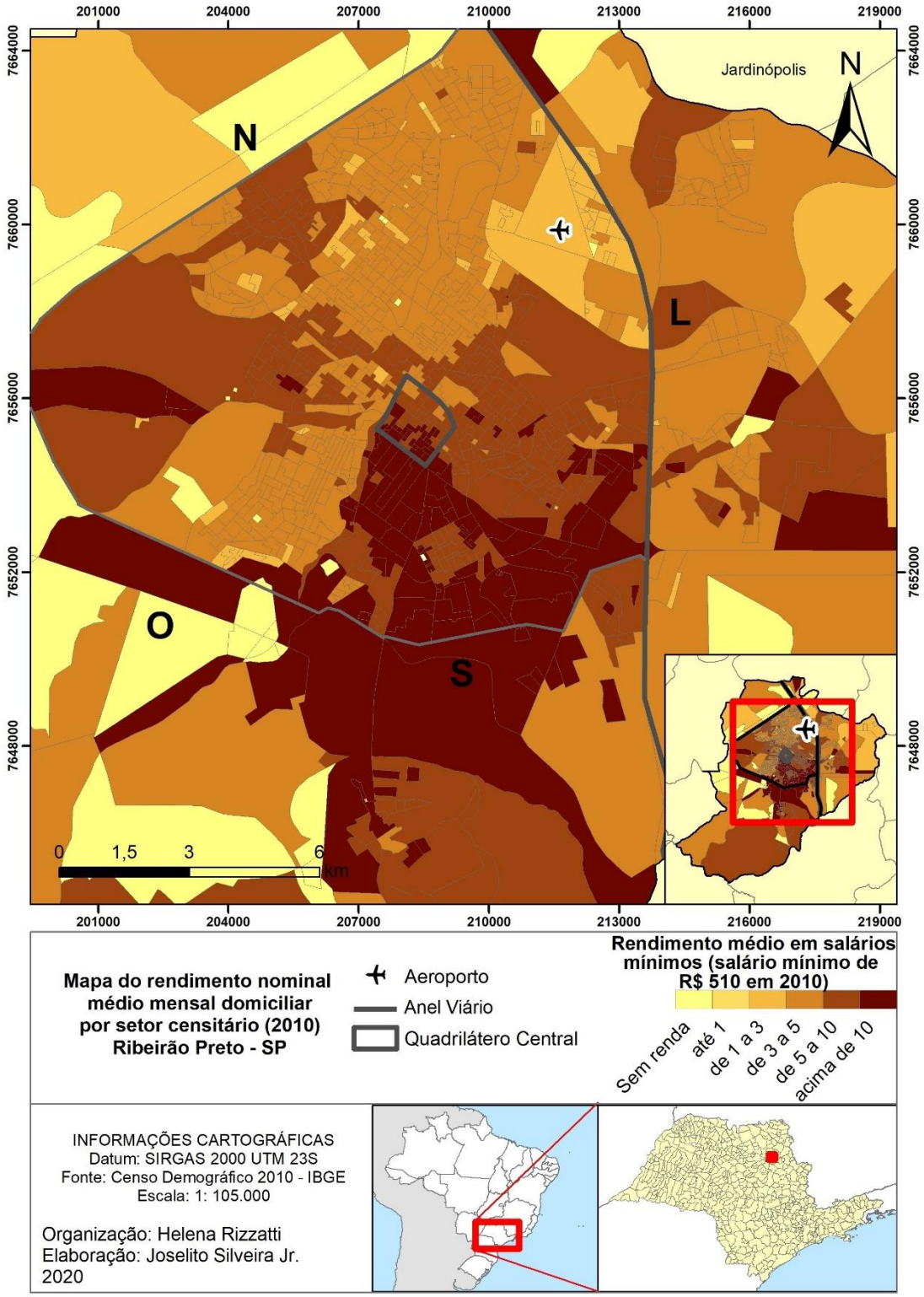
No canto esquerdo abaixo se vê as industrias localizadas em um dos limites da comunidade e, seguindo em direção ao outro canto da fotografia, visualiza-se: os vagões transformados em residência, a rua 1, uma sequência de casas, um terreno separado pela comunidade para usos futuros e seu outro limite feito pela linha de trem na qual é possível ver um trem de carga, principalmente de açúcar, em movimento. As 370 casas que compõem a comunidade estão distribuídas em oito ruas. Toda a área está visível nessa fotografia.

[39] Termo utilizado por lideranças em entrevista realizada por nós. Como analisaremos mais a frente, esse "despejo" foi, mais propriamente, a indicação/incentivo por parte do poder público de que se ocupassem essa área não seriam removidos instantaneamente. Ainda segundo as lideranças, essa indicação foi resultado da pressão do movimento para que, em caso de reintegração de posse no Ribeirão Verde, como ocorreu, as famílias fossem destinadas para outro local.

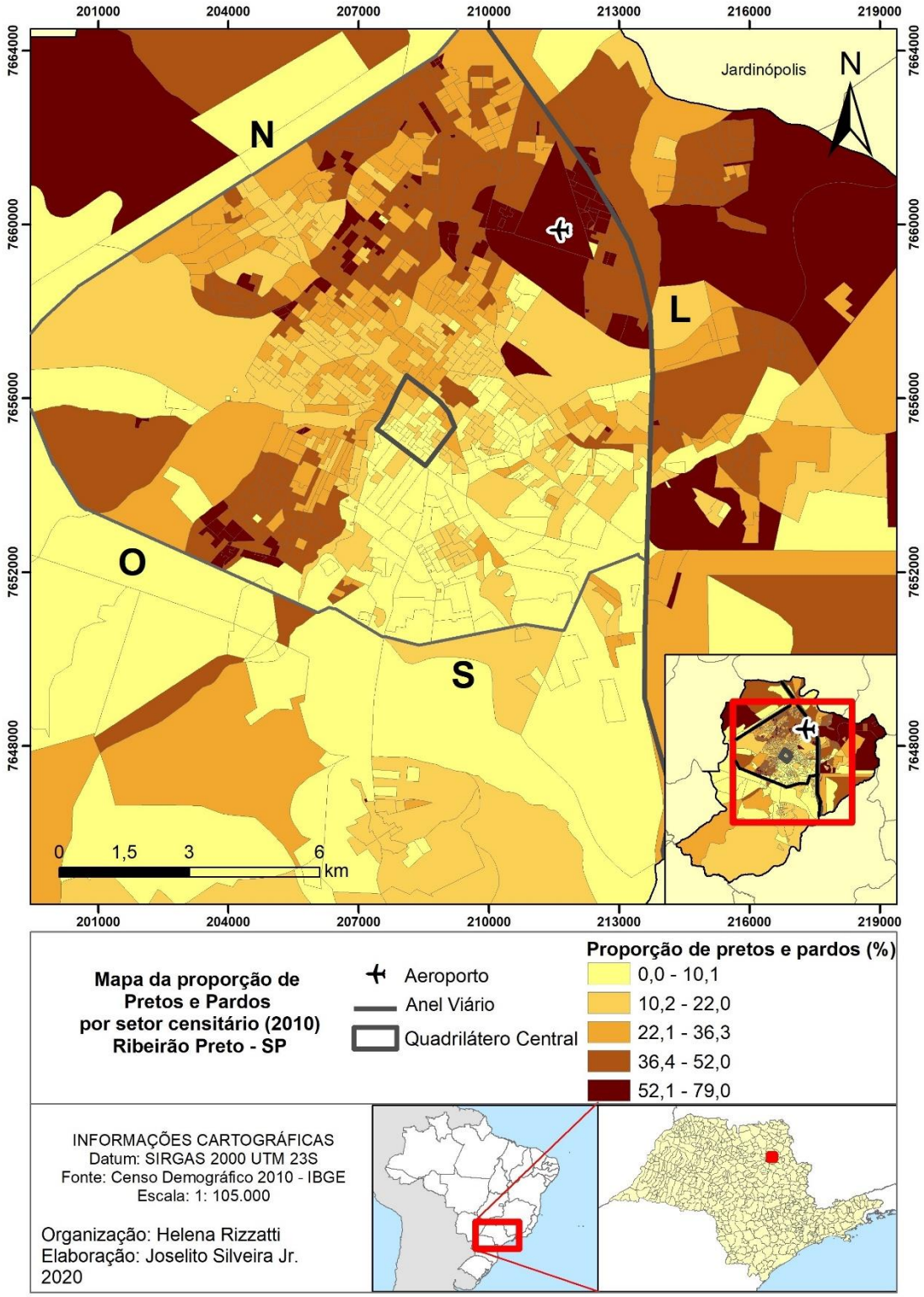
MAPA 01


201000
204000
207000
210000
213000
216000
219000
7664000
7660000
7656000
7652000
7648000
Jardinópolis
N
N
L
O
S
0
1,5
3
6
km
Aeroporto
Anel Viário
Quadrilátero Central
Densidade (hab/1.000 km²)
0,0 - 2,5
2,6 - 6,1
6,2 - 8,8
8,9 - 11,7
11,8 - 264,3
Mapa de densidade populacional por setor censitário (2010) Ribeirão Preto - SP
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Datum: SIRGAS 2000 UTM 23S
Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE
Escala: 1: 105.000
Organização: Helena Rizzatti
Elaboração: Joselito Silveira Jr.
2020

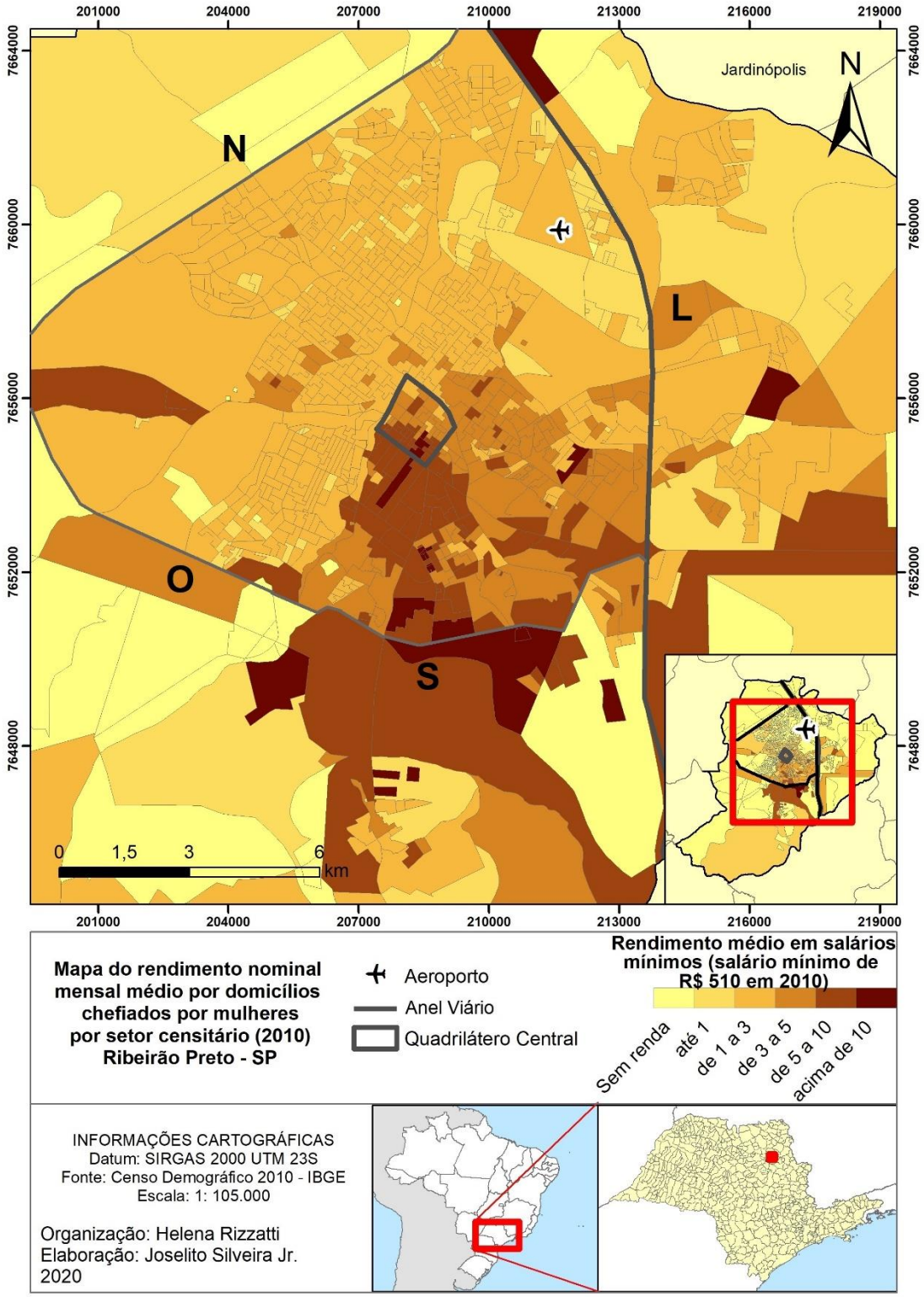
MAPA 02


201000
204000
207000
210000
213000
216000
219000
7664000
7660000
7656000
7652000
7648000
Jardinópolis
N
N
L
O
S
0
1,5
3
6
km
Mapa do rendimento nominal médio mensal domiciliar por setor censitário (2010) Ribeirão Preto - SP
Aeroporto
Anel Viário
Quadrilátero Central
Rendimento médio em salários mínimos (salário mínimo de R$ 510 em 2010)
Sem renda
até 1
de 1 a 3
de 3 a 5
de 5 a 10
acima de 10
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Datum: SIRGAS 2000 UTM 23S
Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE
Escala: 1: 105.000
Organização: Helena Rizzatti
Elaboração: Joselito Silveira Jr.
2020

MAPA 03


201000
204000
207000
210000
213000
216000
219000
7664000
7660000
7656000
7652000
7648000
Jardinópolis
N
N
L
O
S
0 1,5 3 6
km
Mapa da proporção de Pretos e Pardos por setor censitário (2010) Ribeirão Preto - SP
Aeroporto
Anel Viário
Quadrilátero Central
Proporção de pretos e pardos (%)
0,0 - 10,1
10,2 - 22,0
22,1 - 36,3
36,4 - 52,0
52,1 - 79,0
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Datum: SIRGAS 2000 UTM 23S
Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE
Escala: 1: 105.000
Organização: Helena Rizzatti
Elaboração: Joselito Silveira Jr.
2020

MAPA 04


201000
204000
207000
210000
213000
216000
219000
7664000
7660000
7656000
7652000
7648000
Jardinópolis
N
N
L
O
S
0
1,5
3
6
km
Mapa do rendimento nominal mensal médio por domicílios chefiados por mulheres por setor censitário (2010) Ribeirão Preto - SP
Aeroporto
Anel Viário
Quadrilátero Central
Rendimento médio em salários mínimos (salário mínimo de R$ 510 em 2010)
Sem renda
até 1
de 1 a 3
de 3 a 5
de 5 a 10
acima de 10
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Datum: SIRGAS 2000 UTM 23S
Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE
Escala: 1: 105.000
Organização: Helena Rizzatti
Elaboração: Joselito Silveira Jr.
2020

CAPÍTULO 1 – GÊNESE DA URBANIZAÇÃO CORPORATIVA E INTERSECCIONALIZADA EM RIBEIRÃO PRETO/SP (1880-1969)

Nesse capítulo analisaremos os dois primeiros períodos de periferização de Ribeirão Preto com base na modernização seletiva que fundamenta o processo de urbanização do país como um todo.

No primeiro, datado de 1880 a 1949, daremos ênfase nos elementos que explicam à gênese da segregação socioespacial da cidade que institui um padrão existente até hoje, embora com algumas alterações. Para isso, analisaremos as políticas racistas e patriarcais que marcam o planejamento "higienista". Nesse período, a principal forma-conteúdo da periferia urbana são os cortiços diretamente combatidos pelas políticas urbanas.

No segundo período, datado de 1950 a 1969, intensifica-se a migração campo-cidade a partir do início da modernização do trabalho no campo. Analisaremos, assim, como esse processo expande a organização generificada do espaço urbano. Além disso, a migração campo-cidade ocorrida junto da expansão da industrialização impulsionam a periferização constituindo as primeiras favelas da cidade. A forma-conteúdo que marca esse período.

Todas essas periferias urbanas se mantém no território ribeirão-pretano como constatado pelo mais recente Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS-RP, 2019).

1.1 Gênese da segregação socioespacial interseccionalizada e o planejamento "higienista" (1880 – 1949)

Propomos esse primeiro período de periferização de Ribeirão Preto, de 1880 a 1949, como de demarcação dos territórios da riqueza e da pobreza na cidade. Foi durante esses setenta anos que se delimitou onde estão, até hoje, as áreas para construção dos bairros ricos e pobres da cidade. Os territórios da riqueza e da pobreza.

Durante essas décadas, a cidade de Ribeirão Preto passa de uma economia majoritariamente agrária com as plantações de café para o início do fluxo da população que passa a residir na cidade. Esse fluxo é composto tanto pela elite local quanto pelos recentes ex-escravizados e os migrantes europeus recém chegados. O período é, também marcado por algumas crises com destaque para a febre amarela, principalmente nos primeiros anos de 1900.

Ocorre nesse período o importante processo de substituição da mão de obra escravizada pelos migrantes, processo que deixa de fora a população negra e parda, seja ex-escravizada seja a que já era livre, não só do exército de reserva necessário à industrialização, que em poucas décadas se instituirá no país, mas também do trabalho na lavoura, o chamado colonato (CANO, 2007; GADELHA, 1989). O próprio café passa por crises, com uma geada em 1918 e,

posteriormente, com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, que influenciou a expansão dos capitais imobiliários e industriais. Posto que o capital agrícola foi o mais afetado por essas crises, incentivou-se o investimento no rentável processo de transformação de terras rurais em urbanas, através do seu parcelamento (ZAMBONI, 2018), e investindo na indústria em formação (MARCONDES & GARAVAZZO, 2004). Na década de 1940, a população urbana do município já era superior a rural.

Assim, para analisar esse período destacaremos: o planejamento higienista (e racista) realizado na cidade e a alteração da organização familiar e da força de trabalho incentivando a compreensão da função da mulher como dona-de-casa associando essa imagem à de "rainha do lar" instituindo, no espaço urbano, uma organização generificada.

A forma-conteúdo da periferização que se constituí majoritariamente nesse período são os cortiços localizados no centro da cidade, principais alvos do chamado "planejamento higienista ou sanitarista". Trata-se de uma política pública eficiente para a redução da população pobre, negra e parda das áreas centrais de Ribeirão Preto, com destino a região conhecida como Barracão, onde hoje se localizam os bairros Ipiranga e Campos Elísios (figura 1.1). Foi uma política que se deu em escala nacional com destaque para as principais cidades do país, justificada na ideologia do higienismo (VILLAÇA, 2004). Há uma rica bibliografia acadêmica e literária sobre essa temática que tem seu episódio mais conhecido na Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro.

O município foi fundado em 1871 como vila de Ribeirão Preto, porém entre os anos de 1879 e 1881 teve o nome alterado para vila de Entre Rios em referência ao Quadrilátero Central como a cidade Entre Rios (área entre o ribeirão Preto e o córrego Retiro Saudoso). E é nessa parcela do território exclusivamente onde foram implantadas as políticas urbanas de saneamento, embelezamento, higienismo e, como deveria ser sempre destacado, embranquecimento da área onde residia a população de alta renda (DEMINICI, 2015; FARIAS, 2003; SILVA, 2008). Uma considerada parcela das famílias que compunham essa população urbana seguem, até os dias atuais, como elite local (DOIN, *et. el.*, 2007).

Nesse sentido, destacamos um trecho retirado do Jornal Diário da Manhã, de 1907, com o intuito de fortalecer nossa justificativa da importância de se ler as periferias urbanas como possíveis modernidades de modo a fazer-se ver seu valor e, com isso, reduzir a capacidade de legitimar as inúmeras ações de remoção e outras violências que se passam nesses lugares sem que a elite política e financeira (majoritariamente branca e da classe social burguesa) considere a existência das milhões de vidas que neles residem. Escreveu-se no respectivo jornal:

> Por entre as bellesas que já se destacam o conjunto imponente que apresenta o aspecto geral da cidade, notam-se às vezes, aqui e ali, como manchas encardidas de cousas velhas e arcaicas, algumas casinholas a enfeiarem o bello panorama. **Não se poderia desmanchar essas velharias sujas para limpar a cidade, ao menos as ruas centrais?** (...). É preciso uma reforma nesse sentido, reforma que renderá não só benefícios da esthética, mas também da Hygiene (*apud* SILVA, 2008, p. 90, destaque nosso).

Nesse período são elaborados os Códigos de Posturas Municipal e Estadual que orientam esse embranquecimento da cidade. Assim como descreve Stella Paterniani (2019) para São Paulo, chega-se a instituir leis que versam sobre a vestimenta aceita nas principais ruas na área central. Retomado do estudo de Danilo Deminici (2015) sobre Ribeirão Preto, constou no Segundo Código de Posturas Municipal, de 1902, que:

> Ninguém poderá estar nas ruas, praças e outros lugares públicos senão **decentemente vestido** sob pena de multa de 20$000 e ser recolhido a prisão por 24 horas (...) é proibido gritar, salvo para pedir socorro, bem assim fazer alarido, cantar pelas ruas ou lugares públicos e por qualquer modo perturbar o sossego público (p. 88 e 89, destaque nosso)

Ora, a população escravizada até catorze anos antes da data deste documento, de 1902, possuía poucos recursos para portarem roupas que pudessem ser consideradas como "decentemente vestido" para poder caminhar nas ruas, praças e lugares públicos. Trata-se de uma norma segregacionista racista e classista. Adriana Silva (2008) retoma a partir da análise do mesmo conjunto de leis que "a maior preocupação era com o embelezamento e saneamento da cidade (...). Neste sentido, proibiu a construção de estalagens e cortiços e com esta atitude, proibiu-se claramente a presença de pobres [e negros e pardos] dentro da área central" (p. 83). Soma-se a isso as políticas de demolição que "[c]om justificativa de modernização, facilidade de fluxos e ampliação de espaços, todo o passado escravista era demolido" (p. 90). Heróis e fatos históricos iam sendo apagados e reescritos.

Quantas igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foram derrubadas das áreas centrais das cidades brasileiras para serem reconstruídas nas periferias, nos espaços opacos? Por que será que justamente essas igrejas foram construídas em lugares onde obrigatoriamente tiveram que ser traçadas novas avenidas, ou praças, ou teatros para a "modernização" do espaço urbano no período dos planos de embelezamento? É necessário uma pesquisa pormenorizada disso no país, porém já foi constatado que isso ocorreu na cidade de Campinas (LAPA, 1995) e em São Paulo (HELENE, 2010). Seria a população negra e parda capaz de prever as áreas onde se estabeleceriam os eixos mais valorizados da cidade? Ou racionalmente, para o capital,

se revaloriza constantemente os espaços construídos pela população pobre e negra, como Milton Santos relata em detalhes para a metrópole corporativa e fragmentada de São Paulo, expulsando-a até hoje dos lugares que, muitas vezes, ela mesma construiu?

Trata-se de uma política urbana racista e classista na sua elaboração, na sua proposta e na sua implantação. Segundo o estudo realizado por Hugo Sousa sobre esse momento, em Ribeirão Preto, o autor sintetiza que, "Homens e mulheres pobres em geral, ex-escravos, imigrantes (principalmente italianos pobres de origem rural) circulavam todos (...). Nesse sentido, a reordenação do espaço seria uma forma de resolver o "problema" da convivência entre pessoas teoricamente livres e iguais, mas socialmente diferentes" (SOUSA, 2006, p. 09).

Compõem ainda os códigos de posturas e de obras, elaborados nesse período, normas construtivas que, mais do que visar a qualidade de vida nas casas, buscavam delimitar o território onde a população pobre não podia residir, já que por motivos econômicos não poderia cumpri-las. Com o primeiro Código Sanitário Estadual, em 1894, são proibidas as habitações coletivas e obriga-se a eliminação das existentes (SILVA, 2008, p. 83). Trata-se muito mais de uma política de embranquecimento dos centros urbanos e áreas mais valorizadas da cidade do que de uma política de saneamento ou higienista. A legislação cria, assim, uma barreira segregadora que se pretende invisível, porém não é. Essa análise é feita detalhadamente para São Paulo por Raquel Rolnik (1997) e para Ribeirão Preto por Rodrigo Farias (2003). Demolir e tornar ilegal resultam da racionalidade racista-classista da política urbana elaborada por homens, brancos e ricos.

Nesse período da Primeira República tanto na escala nacional quanto na municipal a política ainda era controlada majoritariamente pela oligarquia rural composta pelas elites locais envolvidas com as atividades agrícolas, com destaque para o café (DEMICINI, 2015; HOLANDA, 1995). Tal fato explica, inclusive, porque Ribeirão Preto veio se constituindo como uma importante cidade do interior paulista, pois nela estava uma parcela dessa oligarquia com influência em âmbito nacional (DEMICINI, 2015; DOIN *et. al.*, 2007[40]). Até o final desse primeiro momento de periferização agregam-se às elites locais a burguesia que comandava o capital industrial e imobiliário. No próximo período esses capitais já possuem uma considerável hegemonia que se manterá até hoje, em consonância com a elite agrária que perdeu importância relativa, mas que não pode ser desconsiderado seu poder político atualmente no país (SANTOS 2008 [1993]; BRANDÃO, 2012; SCHWARZ, 2019).

[40] Era parte da elite local, inclusive, Francisco Schmidt, aquele que era considerado "o maior proprietário de café do mundo no início do século XX, político atuante no município de Ribeirão Preto e conhecido como o "rei do café"" (DOIN *et. al.*, 2007, p. 96).

Soma-se a isso a descrição detalhada feita no estudo de Demicini (2015) sobre a implantação dos sistemas sanitários em Ribeirão Preto que, desde a elaboração dos seus mapas até a instalação em si, abordavam apenas a "vila Entre Rios", ou seja, o Quadrilátero Central. Tudo o que não era desejado ali (rios não canalizados, deposição de resíduos nos recursos hídricos etc.) era levado ou desviado para as áreas mais distantes, onde se localizava também a população que não era permitida viver no centro por meio de normas e da diferenciação de valores do espaço urbano. O autor detalha ainda como a pressão das empresas privadas de água e tratamento de esgoto impuseram seus interesses sobre o poder público local contradizendo, inclusive, as propostas feitas pelo engenheiro-urbanista Francisco Saturnino Rodrigues de Britto.

Este último havia sido contratado para solucionar os problemas de esgotamento e distribuição de água em Ribeirão Preto. Outros nomes conhecidos do planejamento urbano nacional elaboraram planos ou auxiliaram na instalação da infraestrutura urbana da cidade, entre eles estão: o engenheiro Flavio Mendonça Uchôa, o engenheiro José de Oliveira Reis, além do próprio Francisco Prestes Maia.

Como parte do planejamento "higienista" ocorreu a construção do Teatro Carlos Gomes, inaugurado em 1897, catorze anos antes da instalação do teatro na capital paulista, além de outra casa de espetáculos suntuosa, o Theatro Pedro II, inaugurado em 1930. Ambas construções se localizavam na Praça XV de Novembro, marco desse período do planejamento pelo embelezamento europeizado recebido com seu ajardinamento e arborização, em 1905, mas também pela pressão da elite e burguesia local pelo seu uso exclusivo. Como relata Farias (2003), foi publicado no Jornal "A Cidade", de 2 de maio de 1905, o seguinte texto

> Ribeirão Preto (...) não pode estar dominada por este elemento pernicioso que attenta publica e audaciosamente contra os mais comesinhos deveres sociais (...) chegando a desrrespeitar as famílias, fazendo-as retrahirem-se, fugirem daquelle logar [a Praça XV de Novembro] aprazível e único que possuímos. (...) **uma califa de negras desoccupadas e attrevidas e uma molecada insolente** (...). **A liberdade, já tivemos occasião de dizer referindo-nos a abusos naquelle logar, não pode ser esta criminosa.** Desatenção que indivíduoas mal educados querem praticar com similhante desenvoltura – **o jardim é de todos, mas todos os educados**. Á Prefeitura e ás autoridades policiaes endereçamos estas linhas como uma reclamação que nos fizeram muitas famílias. Esperamos o corretivo energico da parte das autoridades, **mesmo que setorne precisa uma postura municipal prohibindo allí a entrada dessa gente mal educada** (*apud* FARIAS, 2003, p. 197, destaques nosso).

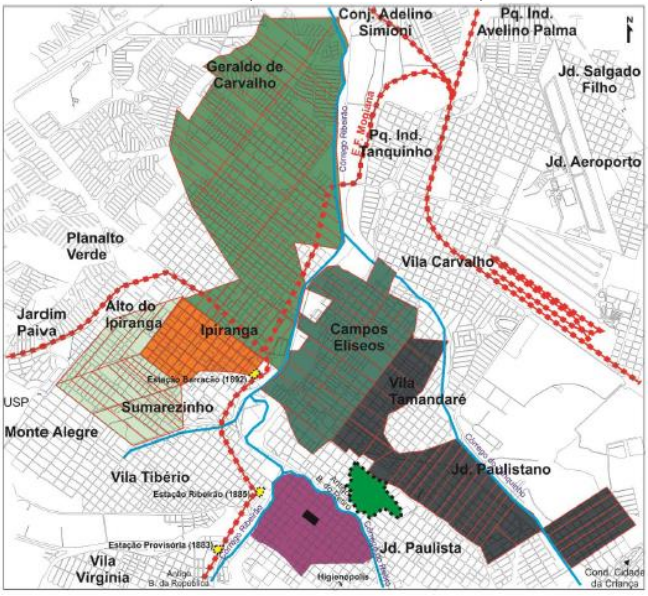
Trata-se da modernização seletiva do espaço urbano através de uma urbanização corporativa que se esboçava. Tal processo é detalhadamente descritos no estudo de José Roberto

do Amaral Lapa (1995) para Campinas para o mesmo período. E em artigo sobre a Belle Èpoque caipira[41], como ficou conhecido esse momento do planejamento urbano no Oeste Paulista, delimitado entre 1883 a 1919, DOIN *et. al.* explicam que:

> A Belle Èpoque caipira era constituída especialmente pela ação de uma elite desejosa de modernizar-se. (...) agiam com violência, amparados na legitimidade de um discurso constituído a partir da significação social positiva atribuída ao moderno. (...) que mesclava sem possibilidade de separação o arcaico e o novo. Era nesse contexto que as ambivalências da própria modernidade se somavam às contradições de um país e de um povo (...) (DOIN *et. al.*, 2007, p. 59).

As áreas distantes do centro onde não chegava intencionalmente essa modernização se localizavam no que era chamado de Barracão, terceira seção de desmembramento do Núcleo Colonial Antônio Prado previamente instituído para a instalação dos imigrantes europeus (italianos e espanhóis) (SILVA, 2008). Essa migração foi intensamente incentivada e financiada pela elite cafeeira do Sudeste brasileiro para substituir a mão-de-obra negra e parda recentemente liberta e impedi-la, ainda mais, de ascender socialmente no período da Primeira República (FERNANDES, 2008 [1965]; CANO, 2007; GADELHA, 1989). Assim, a população imigrante europeia que, embora pouco, recebia pagamento, teve a oportunidade de comprar suas terras, terrenos e/ou lotes em outras áreas da cidade, concentrando-se na área do antigo Núcleo a população pobre, negra e parda.

Figura 1.1 – Bairros originados a partir do desmembramento das seções do Núcleo Antônio Prado (Ribeirão Preto/SP)



Fonte: Dal Pozzo (2015, p. 109)

[41] Como debatido em estudo específico sobre esse processo de modernização seletiva, a parcela da cidade de Ribeirão Preto que o recebeu chegou a ser chamada de *Petit Paris* (PAZIANI, 2004).

Nesse primeiro período de periferização ocorre, então, a delimitação das grandes parcelas da cidade voltadas para a residência da população de baixa renda, o território da pobreza. Através do desmembramento do Núcleo Colonial Antônio Prado foram instituídos os bairros onde se inicia esse território, ao norte do Quadrilátero Central (cor roxa na figura acima[42]).

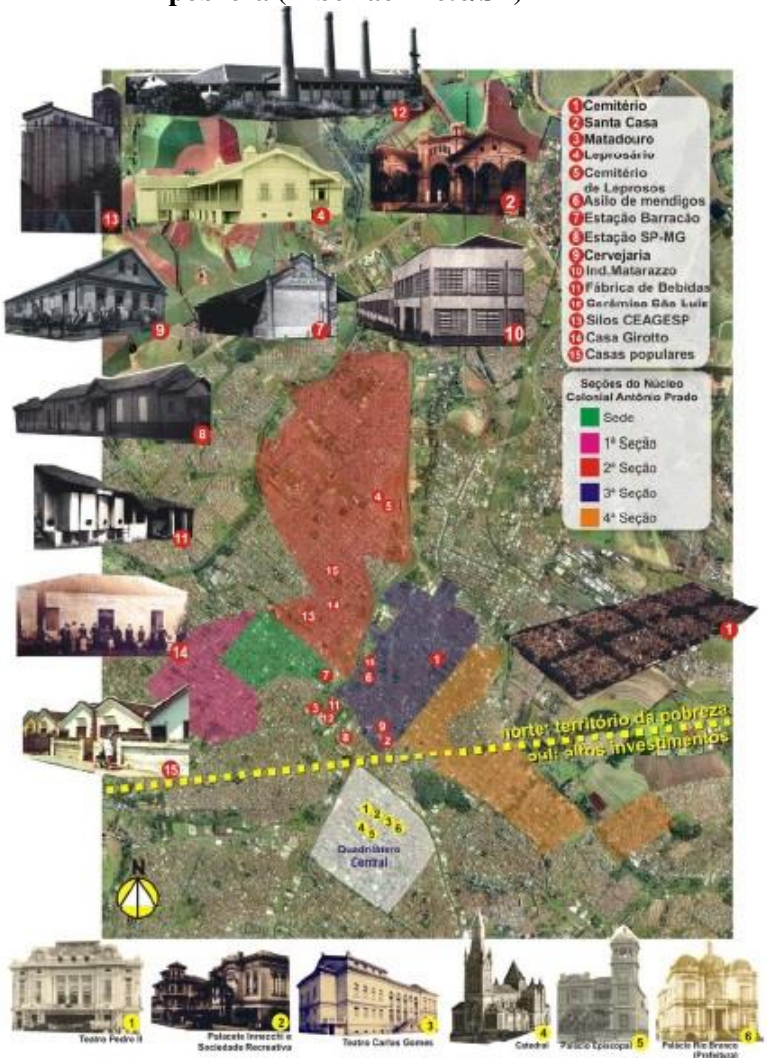
Marcio Luís de Souza (2009, p. 64) relata como a implantação de praças, igrejas e até mesmo de um hospital na área do antigo Núcleo Colonial, especificamente no atual bairro Campos Elísios[43], só foi possível pela organização da própria população tanto para a arrecadação de dinheiro quanto para sua construção, entre 1908 e 1920. Não surpreende o relato do autor de que, no momento da inauguração desses equipamentos coletivos públicos o prefeito se fazia presente para o ato inaugural. A capacidade de construção dos lugares e das cidades pelos pobres urbanos é uma constante da história da urbanização brasileira.

No doutorado de Adriana Silva (2008) consta uma imagem da cidade, que apresentamos na figura 1.2, na qual se visualiza a distribuição desigual dos fixos instalados no período que abarcamos aqui. A autora conclui que aqueles associados a elementos degradantes da paisagem e do cotidiano da população, como os cemitérios, as indústrias, o aeroporto, entre outros, estão todos no território da pobreza, nos espaços opacos. Enquanto os elementos valorizados pela modernidade capitalista, como os teatros, museus, parques urbanos etc., se localizam na área central e Sul, o território da riqueza, os pontos luminosos de Ribeirão Preto.

[42] Essa parcela do território ribeirão-pretano é hoje a região ao redor do aeroporto, área com os piores indicadores socioeconômicos da cidade. Dentre os bairros possíveis de visualizar na figura 1.1, destaca-se o Monte Alegre onde se localizou a maior favela da cidade, regularizada em julho de 2019; a Vila Carvalho que possuí, ao redor de, cinco assentamentos irregulares segundo o PLHIS-RP (2019); o Jardim Salgado Filho no qual se localizam as maiores ocupações urbanas mais recentes da cidade; e os conjuntos habitacionais Adelino Simioni e Avelino de Palma, construídos por meio do BNH no começo da década de 1980, estão entre os três maiores da cidade e rodeados de favelas. A exceção dentre os bairros marcados na figura 1.1 são o Jardim Paulista e o Jardim Paulistano, que constam entre as áreas com o metro quadrado mais valorizados da cidade atualmente (BARCELLA, 2018). Não é coincidência que estes bairros se localizem na parcela mais próxima ao Quadrilátero Central em relação ao restante do Núcleo Colonial. Trataremos de tudo isso, detalhadamente, nessa periodização.

[43] A área recebeu esse nome, em 1905, em meio a uma das muitas crises econômicas que vivia exigindo a revenda de parcelas da área sendo uma delas batizada como Campos Elísios (SOUZA, 2009).

Figura 1.2 – Distribuição desigual de fixos demarcando o território da riqueza e da pobreza (Ribeirão Preto/SP)



Fonte: Silva (2008, p. 102)

Visualiza-se na figura 1.2 o que Rodrigo Farias (2003, p. 176) descreve como "Aos imigrantes e trabalhadores, pobres em geral, nada mais que matadouros, hospitais e cemitérios. Ao nobre burguês urbanizado, teatros, palacetes e vitrines". No Norte estão também, além do que foi citado pelo autor, o leprosário, o asilo de mendigos, as indústrias e fábricas e as casas populares.

Adentrando as questões mais diretamente relacionadas às políticas urbanas generificadas, Adriana Silva (2008) relata como foi-se impondo nesse momento a ideia da família capitalista, composto por mãe, pais e filhos apenas, em detrimento das famílias estendidas que marcaram a vida rural brasileira. Além disso, incentivava-se a figura da mãe como a "rainha do lar", pois no trabalho realizado previamente na produção agrícola, destacadamente nas lavouras de café, as mulheres também trabalhavam na terra (ROSSINI,

1998), atividade que foi se perdendo com a vinda para a cidade e a regulamentação do trabalho dos colonos. Como consta em Silva (2008), o decreto de 1894 instituído por Bernardino de Campos, governador do Estado, sobre os trabalhos nos Núcleos Coloniais, ou seja, para regulamentar o trabalho dos colonos, "determinou o salário por dia de trabalho, sendo fixado o dobro para artesão e carpinteiros, ferreiros, pedreiros etc. (reforçando a importância dada às profissões urbanas), além do estabelecimento da jornada de trabalho (...), impedimento de mulheres e crianças menores de doze anos no trabalho (...)" (p. 55).

Nas palavras de Silva (2008, p. 80):

> Para organizar o espaço da cidade industrial capitalista, foram criadas as instituições totais (asilos, manicômios, orfanatos, prisões, internatos etc.), excluindo da residência – que passou a ser unifamiliar e habitada pela família nuclear, composta apenas por pai, mãe e filhos – todos os que não faziam parte dela. (...). Entre as estratégias de manipulação e vigilância, foi criado um novo papel para a mulher, que passou a "rainha do lar", além de ser divulgada a necessidade da casa limpa, associada aos seus moradores "com boa moral" atribuindo à degradação física a degradação moral.

É importante atentar-se nesse raciocínio da organização generificada do espaço urbano que, como o movimento feminista negro constantemente reivindicou, as mulheres negras sempre trabalharam não só no trabalho doméstico (empregadas domésticas e babás majoritariamente) de outras casas, além das suas, mas também como quitandeiras, vendedoras, cozinheiras nos espaços públicos, seja como população liberta, seja como escravas de ganho (ROLNIK, 1989; 1997; FARIAS *et. al.*, 2006; PATERNIANI, 2019).

Há também um processo de alteração da arquitetura das residências. Segundo Silva (2008, p. 80 e 81), "A nova função da arquitetura deixou de ser artística e passou a ser distributiva (separando cômodos por sexo e idade), prática (para possibilitar a limpeza, como pisos em materiais que facilitavam varredura) e climática".

Em estudos específicos sobre prostituição (PERINELLI & FRANÇA, 2009), crimes sexuais (DE TILIO, 2009), o papel da mulher na sociedade (MELLO, 2011) e a constituição da imagem da mulher na imprensa (FRANÇA, 2011) é possível retomarmos um pouco a gênese da constituição da relação entre espaço urbano e gênero nos discursos e normas do início do processo de urbanização e periferização de Ribeirão Preto. Em artigo de Humberto Perinelli Neto e Jorge Luiz França (2009) os autores explicam sobre o período da chamada *Belle Èpoque* caipira que:

> Por intermédio dessa dinâmica econômica, a cidade vivenciou mudanças urbanísticas, comerciais e, principalmente [sic], nas atividades ligadas ao lazer.

> (...). Diante de novidades e oportunidades, coube à mulher cumprir o papel de modelo das normas pré-estabelecidas, a fim de transmitir os princípios considerados corretos. Esta, então, passa a ser vislumbrada, mais do que nunca, como símbolo do processo civilizador/educador: tanto a esposa associada ao espaço privado quanto a meretriz ligada ao universo público. (...). **Instrumentos legais foram criados para controlar e punir possíveis rupturas das normas sociais desejadas pela elite local** (p. 2, destaque nosso).

Ainda nesse artigo, os autores supracitados retomam um caso de Processo-Crime, que data de 24 de abril de 1913, iniciado pelo pai de uma vítima de estupro que, ao ser manipulado pela defesa do réu, desvalida-a com base na sua raça e gênero. Os autores escrevem que, "Além de mulher, a vítima foi declarada preta. Diante dessas qualificações, o advogado de defesa alterou o julgamento: no lugar de vítima a jovem ficou sendo acusada e o português passou a posição de réu à de vítima" (ibidem, p. 05).

Vai-se instituindo, assim, na normatização da população urbana o que é respeitável do que não é. Ora, uma jovem negra não merece respeito para merecer estar na posição de vítima. No doutorado de Rafael De Tilio (2009), o autor faz uma análise pormenorizada dos discursos ao redor dos crimes sexuais e o tratamento judicial destinado às vítimas demonstrando como a normatização da mulher foi se instituindo, especificamente na cidade de Ribeirão Preto. Ao mesmo tempo que se impõe as normas da elite ao conjunto da sociedade gera-se, indissociavelmente, suas contra-normas, posto que a população reproduz as normas, na medida que a materialidade lhe permite, ao mesmo tempo que as questiona. Parte das resistências da população das periferias às normas comportamentais nitidamente burguesas reside na impossibilidade de cumpri-las, e há outra parte que se deve à consciente negação delas.

Houve ainda a inserção de um *cabaret* por François Cassoulet, conhecido como o "rei da noite", dentro do perímetro do Quadrilátero Central que impulsionou a fama da cidade em todo o interior paulista, um dos ápices da sua "modernidade", além de aprofundar a normatização das mulheres diferenciando-as entre meretrizes e matrimoniáveis. Assim como, da segregação socioespacial com outras casas de prostituição consideradas "depreciativas" instaladas fora da "cidade Entre Rios" para o consumo da população de baixa renda (SILVA, 2000). Uma marca da dupla moral provinda dessa noção de modernidade que, no espaço urbano, se deu por uma leitura dicotômica entre o espaço "desviante", frequentado pelas prostitutas, bêbados, usuários de drogas, entre outros, e o espaço "normal" (BECKER, 2008 [1963]; HELENE, 2015).

Como explica Biroli & Felipe (2015, p. 40) "O sexismo, atualizado cotidianamente na forma da divisão sexual do trabalho e da dupla moral sexual, impacta *as mulheres*, mas as impacta de formas diferentes, em graus variáveis e com efeitos que precisam ser analisados

contextualmente.”. Essa dupla moral é o que destacamos aqui conectando-a com a divisão sexual do trabalho. Enquanto os homens recorrem às mulheres pobres, negras e pardas para ter relações sexuais (em grande parte de maneira abusiva) e para fazer os trabalhos reprodutivos em suas casas, as mulheres brancas e ricas são as selecionadas para o casamento e como “rainhas do lar”. Segundo Adriana Piscitelli (2009, p. 124) “Ser mulher de classe alta no Brasil, no início do século 20, pressupunha ser delicada, ficar restrita ao espaço doméstico, ter pouca educação formal, saber bordar e costurar. Assim, elas eram ensinadas a se enquadrar nesse modelo”.

Unindo a compreensão da divisão sexual do trabalho a partir do modo de vida urbano, da normatização da vida das mulheres no espaço urbano, com as políticas urbanas de embranquecimento das áreas centrais (erroneamente nomeadas de higienistas) segregando a cidade, tem-se a gênese da urbanização corporativa e interseccionalizada em Ribeirão Preto seguindo os rumos da urbanização brasileira.

Ainda nesse primeiro período, um evento geográfico que merece ser destacado é a instalação das nove primeiras indústrias da cidade, todas implantadas na zona Norte (em áreas do antigo Núcleo) aumentando a demanda de operários entre as décadas de 1930 e 1940, e dando início a incorporação do capital industrial (PIRES, 2004; SILVA, 2004). Em 1948, instalaram-se mais duas indústrias importantes até hoje na cidade, a Coca-Cola e a Dabi Atlante; no mesmo ano, foi asfaltada a Rodovia Anhanguera (SP-330); e foram criadas leis municipais que facilitavam a aquisição da casa própria. Encaminha-se, assim, para o próximo período de periferização dinamizado pelo acúmulo de capital através de atividades industriais e imobiliárias.

Por fim, outro evento geográfico marcante desse período é a elaboração do primeiro Plano Diretor de Ribeirão Preto, sob responsabilidade do arquiteto-urbanista José de Oliveira Reis, no ano de 1945. Com grande influência do Plano de Avenidas de Prestes Maia, de 1930, o autor propõe a implantação de vias radiais perimetrais e um zoneamento da cidade e faz uma previsão do crescimento populacional para direcionar seu planejamento (CALIL, 2003). O plano, entretanto, embora muito citado nos estudos sobre a cidade não foi aplicado.

Temos assim, nesse período de sessenta anos do processo de urbanização de Ribeirão Preto, a gênese da segregação socioespacial interseccionalizada. Os principais eventos geográficos que a marcaram foram: a modernização seletiva do espaço urbano por meio do planejamento higienista; o desmembramento do Núcleo Colonial Antônio Prado; a instalação das primeiras grandes indústrias e a elaboração do Plano Diretor municipal. Esse processo se dá em consonância com as maiores cidades do país.

1.2 Primeiras favelas, loteamento urbano e fortalecimento da agroindústria (1950-1969)

Destacamos no segundo período de periferização, delimitado aproximadamente entre 1950 e 1969, a expansão do espaço urbano (e do capital imobiliário) através dos loteamentos urbanos e do Plano de Vias modernizando a cidade dentro dos cânones desse momento do urbanismo voltado para a expansão dos automóveis; a implantação das primeiras favelas no município que marca a história da segregação racial de todo o país; e a implantação do *campus* da Universidade de São Paulo com intuito de formar mão de obra qualificada e, majoritariamente, masculina.

Um importante evento geográfico do processo de urbanização de Ribeirão Preto foi o intenso parcelamento e loteamento do solo urbano através da aprovação de oitenta e nove loteamentos, especificamente entre 1955 e 1959 (FIGUEIRA, 2013)[44]. Em nenhuma outra década o município teve tamanha aprovação de novos loteamentos, como é possível ver na tabela 1.1.

Tabela 1.1 – Número de loteamentos por décadas em Ribeirão Preto/SP (1930-2018)

Décadas	Número de loteamento	Porcentagem de loteamento em relação ao total (%)
1930-1939	2	0,6
1940-1949	10	2,9
1950-1959	89	25,6
1960-1969	31	8,9
1970-1979	20	5,8
1980-1989	33	9,5
1990-1999	40	11,5
2000-2009	77	22,2
2010-2019	45	13
TOTAL	**347**	**100**

Fonte: FIGUEIRA (2013) e Secretaria de Planejamento e Gestão Pública
Elaboração: própria autoria (2018)

Nota-se que apenas na década de 1950 foram loteados mais de 25% do total desses empreendimentos realizados nos últimos 90 anos, especificamente na sua segunda metade de 1950. É exatamente o mesmo período que esse fenômeno ocorre na cidade de Campinas (RIZZATTI, 2014). Esses fundos de terras tendem, entretanto, a se manter vazios durante décadas chegando até o período atual com parcelas ainda sem cumprir sua função social (FIGUEIRA, 2013). Como explica M. Santos "A terra urbana, dividida em loteamentos ou não,

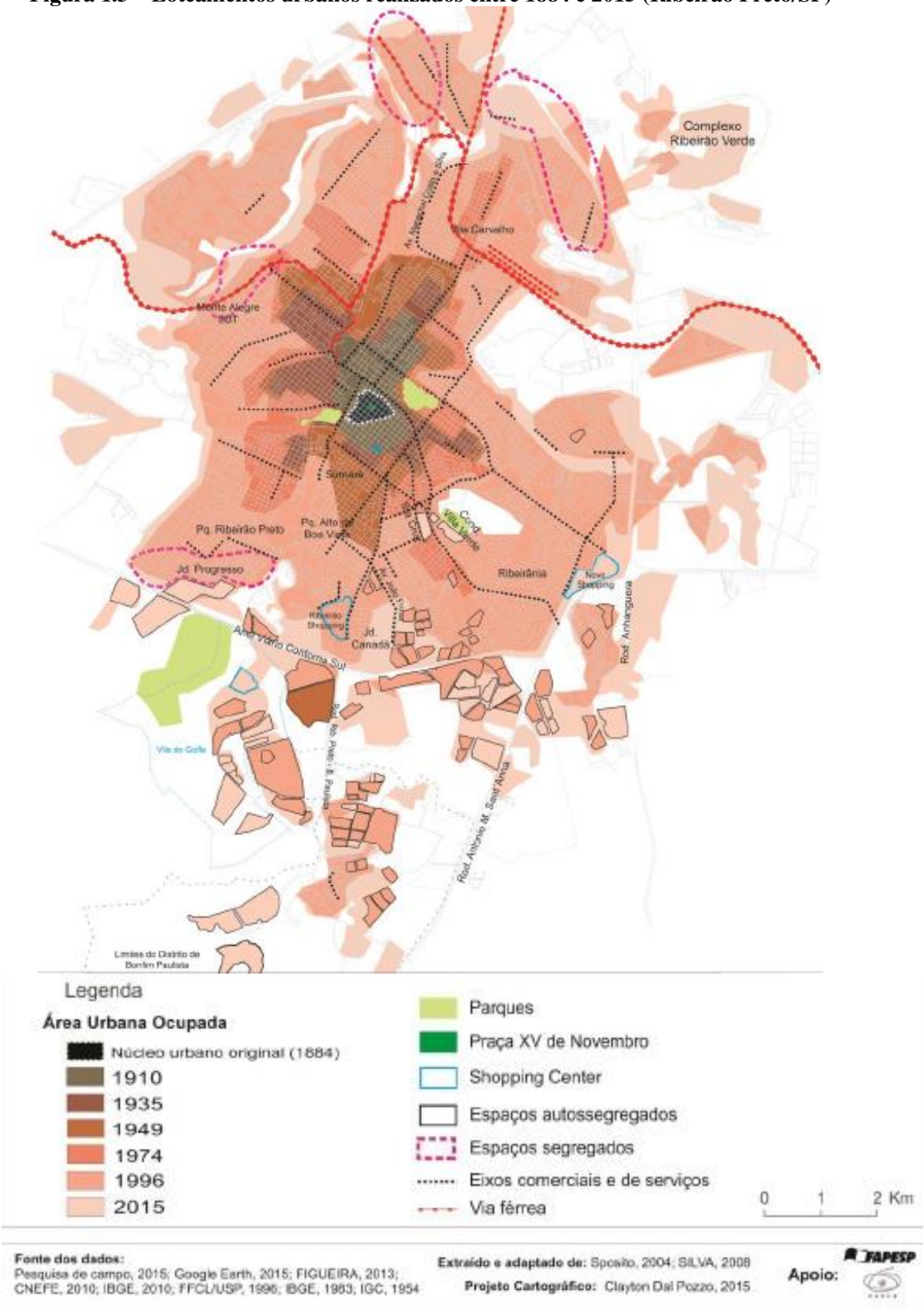
[44] Várias pesquisas indicam que foram realizados 121 loteamentos nessa década, o que não alteraria nossa conclusão, ao contrário a reforçaria, porém no mestrado de Tânia Figueira (2013) disponibiliza-se um material cartográfico de qualidade enumerando e localizando cada um dos loteamentos realizados na cidade desde 1950 até 2009. Por isso, devido ao detalhamento desse material, decidimos utilizá-lo como principal fonte para essa variável.

aparece como promessa de lucro no futuro, esperança justificada pela existência da demanda crescente" (2008 [1993], p. 107).

Esse grande contingente de parcelamento é, assim, a base da constituição do capital imobiliário local e da urbanização corporativa e interseccionalizada resultante da coadunação do Estado com os interesses corporativos imobiliários nas cidades brasileiras (SANTOS, 2008 [1993]), assim como em Ribeirão Preto. O processo de parcelamento e loteamento da terra está diretamente associado à expansão do perímetro urbano e é onde reside um dos maiores problemas urbanos: a extensão desmesurada das cidades e os vazios urbanos, que posteriormente serão utilizados pelas ações de ocupações de terras urbanas. Trata-se da "solução periférica", política urbana instituída nos anos 1940, por Getúlio Vargas em âmbito federal.

Apresentamos na figura 1.3 os loteamentos realizados na cidade desde seu núcleo original até o ano de 2015. Como é possível notar, entre 1949 e 1974, a cidade vive uma considerável expansão desses empreendimentos. Esse processo ocorrerá novamente, embora com menor número de loteamentos, na década de 1990.

Figura 1.3 – Loteamentos urbanos realizados entre 1884 e 2015 (Ribeirão Preto/SP)



Fonte: Dal Pozzo (2015, p. 116).

É também nesse segundo período, especificamente na década de 1960, que a porcentagem de população urbana ultrapassa a de população rural na região de Ribeirão Preto (ROSSINI, 2014) que se estabelece como complexo agroindustrial[45] por meio da produção da cana-de-açúcar e seus derivados (açúcar e etanol) e do suco de laranja concentrado, produções que se intensificarão no próximo período (ELIAS, 2003). A constituição desse complexo indica, além da industrialização da produção de seus derivados, a modernização da agricultura que terá como principal consequência, para nossa análise, a redução da oferta de empregos no campo forçando a migração campo-cidade (ibidem). Aprofunda-se, assim, a constituição do capital industrial que teve sua gênese no período anterior e que se manterá até os dias atuais por meio do complexo agropecurário.

A mecanização das atividades do campo (modernização da agricultura) afeta diretamente o emprego das mulheres, como explica Rosa Esther Rossini a partir de seus estudos da região de Ribeirão Preto: "Não se tem notícia de mulheres tratoristas na agricultura comercial" (1998, p. 23). Logo, a mecanização do campo reduz os postos de trabalho para as mulheres. Nos estudos mais recentes da autora, com trabalhos de campo realizados em 2017, ela afirma que começa-se a ingressar a mão-de-obra feminina no controle das máquinas agrícolas (ROSSINI, 2019), ou seja, cinquenta anos após o período que estamos analisando. Na mesma direção há estudos que apontam para a intensa apropriação das atividades com maior uso de tecnologia por parte dos homens, a chamada "apropriação masculina da tecnologia" (HIRATA & ROGERAT, 1988). Além disso, a expulsão da trabalhadora do campo aprofunda a organização generificada do espaço urbano separando ainda mais o espaço do trabalho "produtivo" do espaço do trabalho reprodutivo.

Embora a migração campo-cidade já seja intensa nesse período, ela atinge seu ápice na década de 1970, por isso. analisaremos esse fenômeno no próximo período de periferização.

No ano de 1960 a região de Ribeirão Preto[46] já possuía o terceiro maior parque industrial do Estado de São Paulo (depois apenas da capital e da região de Campinas), contendo o equivalente a 8,7% das indústrias dessa parcela do país (ibidem). Porém, é na próxima década que esse processo se ampliará aprofundando a pobreza urbana, como veremos. Durante o período aqui enfatizado são as funções comerciais que seguem tendo preponderância no espaço urbano (MARCONDES & GARAVAZO, 2004).

---

[45] Compreende-se por complexo agroindustrial as áreas que concentram atividades industriais especialmente para o beneficiamento de produtos agrícolas (ELIAS, 2003).

[46] Nessa região, as cidades de Ribeirão Preto e Franca são as que mais se destacaram no ramo industrial entre 1960 e 1980.

Detalhando as funções econômicas do município, o professor Júlio Manuel Pires (2004, p. 10 e 11) explica que

> Durante os anos [19]50, a importância de Ribeirão Preto como centro distribuidor de mercadorias para toda a área da Alta Mojiana ampliou-se ainda mais. Apesar da reduzida participação do Nordeste paulista como um todo no Estado de São Paulo – 1,5% do emprego e das receitas do setor em 1959 – internamente à região de Ribeirão Preto destaca-se de forma evidente, responsabilizando-se isoladamente por mais de três quartos do pessoal ocupado e quase dois terços das receitas totais do comércio atacadista em 1959. Tal concentração elevada das atividades de comércio atacadista em Ribeirão Preto permitiu que, no final da década de 1950, o município se constituísse no sexto centro atacadista mais importante do Estado em termo de faturamento e capital aplicado e o quinto no que tange ao pessoal ocupado. Tal evolução se manteve nos anos [19]60, permitindo que, em 1970, os trabalhadores no comércio correspondessem a 15,1% da PEA total do município (11.609 comerciários).

Quanto aos serviços, o autor explica que

> Ao final dos anos [19]50, a cidade já se firmava como a quarta mais importante do Estado, posicionando-se de forma muito próxima a Campinas no tocante ao contingente ocupado e à receita total, e ultrapassando-a quando considerado o volume de capital aplicado no setor de serviços. Situação semelhante pode ser observada em relação aos serviços financeiros, com Ribeirão Preto confirmando-se como a quarta maior praça financeira do Estado, sendo suplantada, novamente, apenas pela Capital, por Santos e por Campinas (PIRES, 2004, p. 12).

Ainda nesse período, e relacionado à necessidade de circulação da mercadoria produzida pelo complexo agroindustrial, se destaca como evento geográfico do processo de urbanização e periferização de Ribeirão Preto a elaboração do Plano de Vias da cidade. Instituído no ano de 1960, foi intensamente influenciado pelo Plano de Avenidas elaborado por Francisco Prestes Maia, em 1933, para a cidade de São Paulo. Trata-se do plano mais importante, no âmbito da mobilidade urbana, que o município elaborou[47] e que norteou a construção das principais vias até a década de 1980, levando à cabo boa parte do sistema de transporte planejado. Assim, o Plano de Vias teve como norte a implantação das avenidas radiais-perimetrais com destaque para o Anel Viário que delimitou a área urbana da cidade até a década de 1990 (ZAMBONI, 2012; CALIL, 2003).

Esse plano teve tamanha importância nesse período que o consideramos como a principal política urbana desse momento da periodização, afinal se dá em consonância com a política nacional de "modernização" instituída pelo então presidente Juscelino Kubitschek

[47] Outro plano de transporte importante da cidade é o PAITT (Plano de Ação Imediata de Trânsito e Transporte de Ribeirão Preto), que data de 1978, porém ele foi menos aplicado que o Plano de Vias (ZAMBONI, 2012; CALIL, 2003).

(1956-1960), com ênfase na centralidade dos automóveis no planejamento urbano. Como explica Milton Santos (2009 [1990]), as políticas públicas voltadas à modernização do sistema viário são um importante fator de revalorização de parcelas da cidade auxiliando no processo de urbanização dentro da lógica corporativa. O autor escreve que:

> nesse quadro de extremas disparidades socioeconômicas, a extensão desmesurada da cidade, enquanto dentro dela se mantêm vazios especulativos, é uma das causas do seu crescimento periférico. Esses fenômenos trabalham em conjunto, influenciando-se mutuamente e agravando a problemática urbana, cujas dimensões são multiplicadas pelas formas recentes do crescimento metropolitano: preferência pelos terrenos distantes para o estabelecimento de projetos habitacionais para as classes pobres; políticas privadas de criação e manipulação de loteamentos; **políticas públicas ligadas à modernização do sistema viário, com localização seletiva das infra-estruturas**, valorização diferencial dos terrenos, e expansão da especulação, com todas as consequências derivadas da superprodução de medidas elaboradas para atender a preocupações particulares e interesses individualistas, agravando, desse modo, a crise urbana e as dificuldades em que vive a maioria da população (SANTOS, 2009 [1990], p. 18 e 20, destaque nosso).

Além do Plano de Vias também ocorre, na década de 1960, a transferência das operações da Companhia Mogiana do centro para a região Norte da cidade (ZAMBONI, 2012). Essa transferência leva para o território já destinado aos pobres outro elemento que degrada seu entorno, que as elites urbanas não querem nos seus locais de residência apesar de também necessitarem dessa infraestrutura e seus serviços. A principal estação ferroviária que existia na cidade é, assim, transferida do centro para a periferia pobre, em 1960, e é nessas novas linhas de trem que a Comunidade Cidade Locomotiva foi construída em 2014. São linhas ainda em funcionamento que carregam um bem precioso para o Estado e a burguesia local: o açúcar.

Acumula-se densidade técnico-científica em pontos da cidade enquanto se expande excessivamente o município e aprofunda-se a pobreza urbana.

Assim, como par indissociável do processo de industrialização-urbanização, delimitamos outro importante evento geográfico desse período: a constituição dos primeiros núcleos de favelas. Estas vêm em consonância com a migração campo-cidade forçada e a necessidade de exército de reserva que interessa à reprodução do capital industrial, elementos que se sintetizam na compreensão da modernização conservadora vivida intensamente em escala nacional nessas décadas (CANO, 2007; BRANDÃO, 2012). Como explica Carlos Brandão

> A partir da segunda metade dos anos [19]50, o país viveria profundas transformações econômicas, culturais, sociais, políticas etc., todas submetidas ao caráter da modernização conservadora que conduziu tais mudanças

> estruturais. A modernização com tal natureza agudizaria ainda mais os elementos históricos de heterogeneidade estrutural (produtiva, socia e espacial) (...). A industrialização avançou, arrastando e acicatando o conjunto das atividades econômicas terciárias, agropecuárias, de suporte infra-estrutural etc. Transformações materiais abrangentes se processaram, porém nunca foram acompanhas de maior acessibilidade, por parte da maioria da população, à propriedade, à terra rural ou urbana, à educação e saúde de qualidade, à moradia, aos serviços urbanos, à inserção formal no mercado de trabalho, à renda com permanência e segurança, ou seja, *sem direitos à economia urbana moderna* etc. (BRANDÃO, 2012, p. 126).

A favela, enquanto forma-conteúdo da periferia urbana brasileira, se caracteriza por instalar-se com famílias construindo suas residências em diferentes tempos e momentos, ou seja, diferenciando-se das ocupações nas quais as famílias chegam em maior quantidade num período de tempo curto; e pela sua localização concentrada em áreas de baixíssima qualidade, como áreas de risco, Áreas de Proteção Permanente, encostas de morros e assim por diante, devido ao baixo valor do solo que essas parcelas possuem de modo que há pouco interesse por parte dos proprietários em dar uso a esses locais. Porém, também podem estar localizadas no centro urbano ou cerca deste, principalmente devido a localização dos empregos dos e das chefes de domicílio. E, desse modo, acabam por acercar-se dos serviços urbanos demonstrando a capacidade estratégica existente na sua implantação. Características constatadas, também, nas três favelas que se instituíram nesse período e se mantém até hoje em Ribeirão Preto.

Entre os anos de 1964 e 1968 se constituíram os seis primeiros núcleos de favelas da cidade conhecidos por: Santa Cruz, Mangueiras, Monte Alegre[48], Alto do Ipiranga, Tanquinho e Vila Recreio (PIRES, 2004; PLHIS, 2010[49]). Dentre esses, pelo menos três se mantém até hoje na cidade: Mangueira, Monte Alegre e Tanquinho.

O núcleo Tanquinho**[50] foi formado em 1964 nas margens do rio que dá nome à favela e possui atualmente cinquenta e oito domicílios que estão indicados para remoção completa no

[48] Todos os estudos que tivemos acesso indicam que, no ano de 1968, havia seis núcleos de favelas, e todos indicam como fonte de dados a Secretaria de Bem-Estar Social (FERNANDES, 2004; PIRES, 2004; SILVA, 2004; LAURENTIIS, 2010). Entretanto, há divergência quanto a quais núcleos foram esses. Alguns estudos indicam que a favela Monte Alegre data da década de 1970 (ELIAS, 2003), e, como mais estudos indicam isso, resolvemos apresentar as características do núcleo Monte Alegre no próximo período de periferização.

[49] Utilizaremos concomitantemente o penúltimo Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto, de 2010, e o mais recente, elaborado em 2019, mas ainda não aprovado pela Câmara de Vereadores, porque este nem sempre detalha os assentamentos precários como fez o anterior. No PLHIS-RP de 2010 a nomenclatura utilizada para essas áreas foi de núcleos irregulares, enquanto no Plano mais recente foi de assentamentos irregulares. Não consta nos planos a diferença na compreensão dessas terminologias.

[50] **Não sabemos se esse é exatamente o mesmo núcleo instituído em 1964 que se mantém até hoje na cidade, ou se ele foi removido e voltou a se constituir algumas vezes entre sua constituição e o período atual. Assim como não sabemos se, caso isso tenha ocorrido, esse núcleo se reconstituiu exatamente no mesmo lugar de origem. Porém não consideramos que essa exatidão é necessária, posto que, a precariedade e a perversidade sistêmica que os núcleos de favelas expõem não se devem à exata localização, mas à gênese e permanência. Apontamos com isso que, o fato de ainda haver favelas hoje nos respectivos bairros onde se implantaram essas primeiras, estejam

mais recente Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS-RP, 2019). Desde a contratação de Francisco Saturnino de Britto, no período anterior, vem sendo planejada a transformação dessa área em *parways* (FARIAS, 2003) ou, em planos urbanos mais recentes, em parques lineares. Ou seja, está instalado provavelmente desde sua origem numa área de risco com constantes alagamentos e inundações. Porém, nenhum desses projetos foi consolidado pelo poder público expondo o desinteresse deste agente em tais ações.

A favela Mangueiras está, até hoje, construída num bairro de baixa e média renda e diferencia-se da paisagem ao seu redor composta majoritariamente por residências e serviços regularizados. Assim, ela está implantada numa área relativamente privilegiada por ter fácil acesso à infraestrutura e serviços formalmente instituídos, além de se localizar próxima ao centro urbano. Foi considerado, no PLHIS-RP de 2010, o núcleo mais adensado do município. Segundo o Plano de 2019, há hoje 333 unidades habitacionais (PLHIS, 2019) que somam 1.245 pessoas (PLHIS, 2010).

Entretanto, notamos uma importante contradição entre esses dois documentos. Enquanto no Plano de 2010 a Mangueiras foi indicada para remoção integral dos domicílios (e das pessoas que neles vivem), devido a existência de um afloramento rochoso do qual brota água e à declividade do relevo; no ano de 2019, ela foi incluída no Decreto Municipal n. 150 para ser regularizada com base na nova lei federal de regularização fundiária que analisaremos no último período de periferização. No PLHIS-RP (2019) foi considerado que há necessidade de remoção de, em média, 35% desse assentamento precário (Tipologia de problema T3).

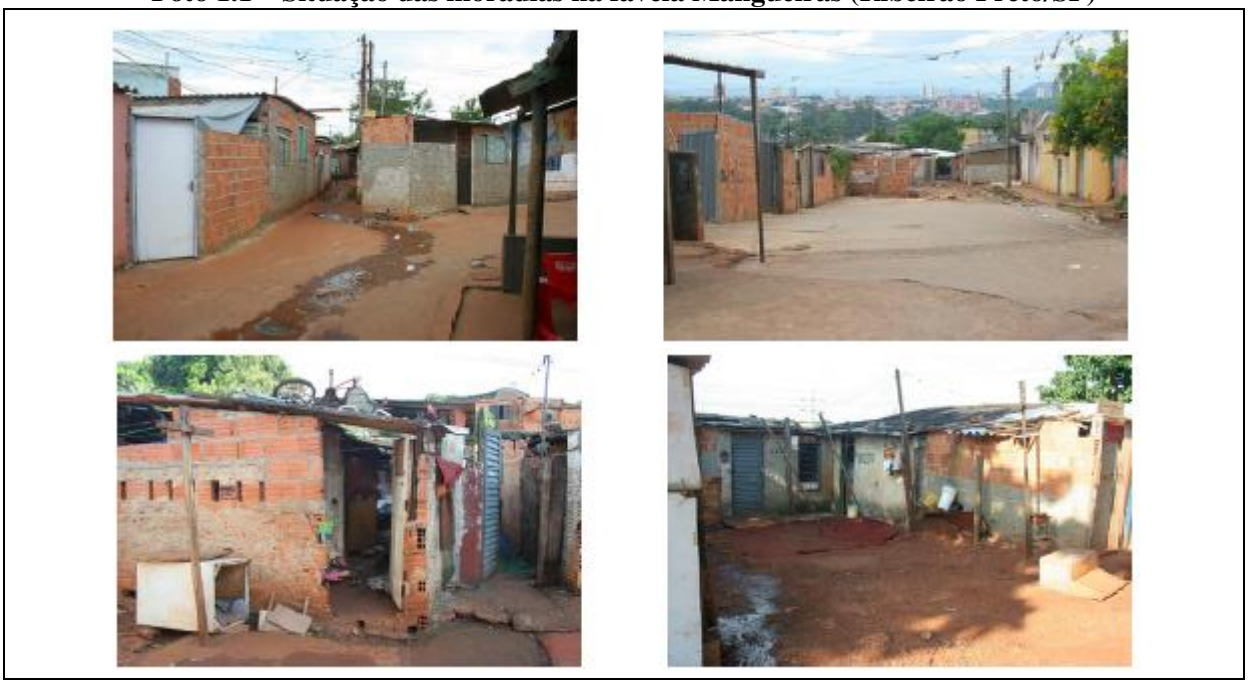
Assim, vemos na alteração do "diagnóstico" dessa favela o manejo dos discursos sobre risco socioambiental segundo os interesses do poder público, como vem sendo apontado pelos movimentos sociais de moradia e pela literatura especializada (RIBEIRO & CARDOSO, 1994; TOPALOV, 1997). Também trataremos desse tema na segunda parte dessa tese.

Na foto 1.1, retiradas do PLHIS-RP (2010), é possível ver a situação das residências da favela Mangueiras que existe há cinquenta anos em Ribeirão Preto. É notável a manutenção da pobreza durante todo esse tempo! Assim como é notável a existência de vidas de relações, constituição de bens familiares e o desenvolvimento de tecnologias da sobrevivência para que essas pessoas se mantenham nesse lugar por tanto tempo.

---

elas ou não exatamente no mesmo lugar, indica a manutenção desses territórios da pobreza. Inclusive denuncia como se trata de uma pobreza planejada, por demonstrar que o Estado não solucionou a questão por escolha e não por falta de oportunidade. Pontuamos essa longa nota aqui, pois nos próximos períodos de periferização daremos destaque à análise dos núcleos sem nos reter à exatidão das suas localizações.

Foto 1.1 – Situação das moradias na favela Mangueiras (Ribeirão Preto/SP)



Fonte: PLHIS-RP (2010)

Alguns desses núcleos, como o Tanquinho, se localizam nos entremeios dos bairros originados a partir do desmembramento do Núcleo Colonial Antônio Prado que se constituíram como loteamentos regulares[51] (SILVA, 2004), porém sem a implantação prévia das infraestruturas urbanas. Embora a obrigatoriedade de implantação de infraestrutura previamente ao loteamento tenha se tornado Lei Federal (n. 3.079), no ano dessa 1938, raramente foi cumprida. Esse descumprimento contou com a coadunação do Estado que tinha mais interesse em que a população solucionasse sozinha seus problemas de moradia, gerando uma imensa acumulação de capital através da "solução periférica" (BONDUKI, 1994). Como aponta Ermínia Maricato (2000), enquanto a população encontra suas próprias estratégias para ter uma moradia não há conflito com o Estado, este ocorre quando se busca além de moradia o direito à cidade.

Ainda assim, é importante destacar como as favelas, assim como os cortiços, desafiam o território da riqueza ao se constituírem em áreas centrais, ou próximas ao centro, disputando os territórios com a elite branca. Soma-se a isso as antigas periferias que se valorizam com a expansão da urbanização corporativa que, só aí, transforma as favelas em problemas, posto que

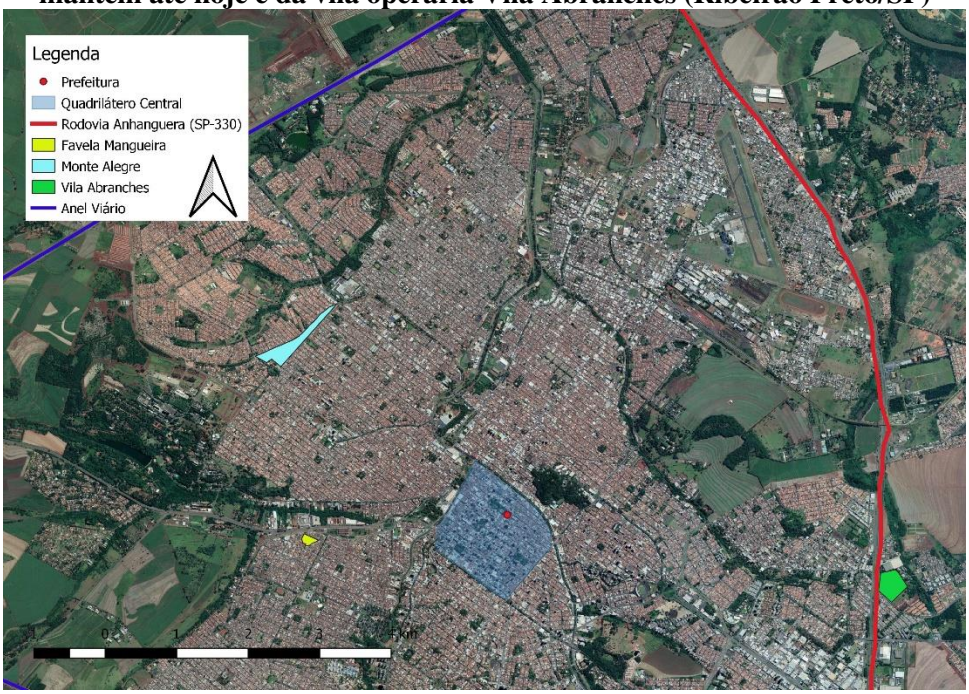
[51] É difícil falar sobre regularidade, como já apontamos na introdução dessa tese, posto que grande parte das terras do município de Ribeirão Preto estão em litígio. Como aponta James Holston (2010), de modo geral, as terras no Brasil estão regularizadas até que alguma família ou imobiliária as reivindiquem e, inclusive, apresentem documentos (sejam eles verdadeiros ou não) que "comprovem" a propriedade.

impedem a expansão espacial da acumulação do capital. E inexoravelmente trazem a remoção como “solução”.

O bairro Vila Virgínia (onde se localiza a favela Mangueira) viveu um processo de revalorização imobiliária devido a instalação do *campus* da Universidade de São Paulo (USP), ainda em 1950, que alterou com o passar do tempo o perfil de parte da população que residia nele. Assim, há uma pressão crescente por parte dos moradores da parcela “regular” do bairro para que o poder público “solucione” o “problema” da favela. Ora, se esse território fosse lido como prenhe de saberes, histórias e tecnologias da sobrevivência possibilitaria uma outra compreensão por parte do restante da população. Pelo menos tornaria a “solução” da remoção como ela deve ser compreendida: geradora de problemas ainda maiores, posto que desestabilizaria a vida de mais de mil pessoas que estabeleceram seus cotidianos a partir desse lugar, algumas delas há mais de cinquenta anos. Soma-se a isso o fato de que foi a própria população que o construiu, se organizou, juntou recursos econômicos e trabalhou para construir suas casas, assim como para construir as vielas, ruas e becos que aí existem.

Milton Santos retoma a sagaz compreensão de Paulo Freire (1968) e nos permite contemplar com nitidez o que propomos aqui. Escreve Santos (2009 [1978], p. 84) que “o problema da pobreza não é uma questão de integrar a população pobre em uma estrutura opressiva, a fim de que possa tornar-se mais parecida com o opressor, mas, sim, de transformar essa estrutura, de maneira que cada indivíduo seja o que é.”. Trata-se de propor a “pedagogia do urbano” (SANTOS, 2014 [1987], p. 161). Dessa maneira, estamos de acordo com Paterniani (2019) quando afirma que as análises da pobreza urbana fazem uma narrativa englobante da periferização ao não apontar que os corpos negros (ênfase da respectiva tese) também estão nos centros urbanos. Já dizia Milton Santos: “a periferia está no polo [centro]” (2008 [1993], p. 10). Pode-se observar isso para Ribeirão Preto na figura 1.4 a seguir.

Figura 1.4 – Localização dos dois núcleos de favelas instituídos da década de 1960 e que se mantém até hoje e da vila operária Vila Abranches (Ribeirão Preto/SP)



Fonte: GoogleMapas (2020)
Elaboração: autoria própria (2020)

Como é possível visualizar na figura 1.4, a favela Mangueiras está nos arredores do Quadrilátero Central. A favela Monte Alegre se localiza mais distante, porém com maior facilidade de acesso ao centro, posto que, não necessidade cruzar um importante fragmentador da malha urbana que é a Rodovia Anhanguera. Fato que acontece com a população que reside na Vila Abranches.

Sigamos nossa análise para as vilas operárias. A política habitacional instituída por Getúlio Vargas (1930-1945) resultou de um importante debate entre o poder público e as corporações sobre qual agente deveria se responsabilizar por essa política. Havia uma grande preocupação sobre o a possibilidade de "acostumar mal" a população que d ependeria sempre de um desses agentes para a construção de suas residências (BONDUKI, 1994). Assim, a proposta das vilas operárias que deveriam ser construídas pelo capital industrial, mais especificamente cada indústria deveria construir sua vila operária, foi incentivada pelo poder público. Porém, suas instalações não se deram de forma intensa e são pouquíssimos os exemplos de vilas que foram devidamente construídas, com bons materiais e bom planejamento. A maioria delas resultou em casas de má qualidade e sem a implantação de equipamentos e serviços urbanos adequados, ou simplesmente sem implantá-los (ibidem).

Em Ribeirão Preto, o caso emblemático dessa política foi a Vila Abranches instalada no "limite extremo leste, à margem da Rodovia Anhanguera" (SILVA, 2004, p. 13), construída

pelo empresário Paulo Abranches de Faria em 1958. É possível visualizar o quão distante do centro da cidade está essa vila (figura 1.4). Segundo Raquel Rolnik (1997), as vilas operárias são a "miséria permitida" aos "pobres trabalhadores" em contraposição às favelas e cortiços que são a "miséria ilegal" dos "perigosos marginais". Como debate Paterniani (2019) ao analisar a cidade de São Paulo, essas vilas serviram para vigiar e controlar a população que aí viviam. Porém, nelas se localizavam principalmente a mão-de-obra operária composta majoritariamente pela população branca e pobre, principalmente por migrantes, como também aconteceu em Ribeirão Preto (SILVA, 2004).

Nabil Bonduki retoma a explicativa e preconceituosa fala do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do, então, Presidente Getúlio Vargas, no ano de 1937, sobre a população que vivia nas favelas da cidade do Rio de Janeiro: "Mas será obra social atender-se a esses habitantes das "favelas" do Distrito Federal, que não são, a rigor, operários? [...] Todos os indivíduos que ocupam essas "favelas", essas casas, já denominados de cachorro, não são trabalhadores que vivem de um trabalho honesto [...] Pergunto à Câmara: será obra social fazer-se uma edificação para esses vadios?" (BONDUKI, 1994, p. 180 *apud* VILLAÇA, 2004, p. 203). Mais do que uma diferenciação entre trabalhadores e não trabalhadores pode-se inferir, a partir do formação socioespacial brasileira, que se diferem também brancos de negros e pardos para a elaboração e implantação das políticas urbanas e habitacionais.

Dessa maneira, compreende-se que o processo de urbanização, através das políticas urbanas, permitia à população negra a residência em favelas; enquanto aos operários, majoritariamente brancos nesse momento, lhes fornecia a opção de compra parcelada de lotes periféricos ou as vilas operárias também periféricas. Portanto, uma urbanização corporativa e racista.

Por fim, destacamos outro evento geográfico, no ano de 1950, com a fundação do *campus* da Universidade Estadual de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto. Importante fator para a formação e atração de mão-de-obra qualificada e especializada e de concentração de serviços na área da saúde[52], com a implantação do curso de Medicina e do Hospital das Clínicas[53] que é até hoje referência regional. Além disso, incentivou a constituição da cidade como centro de

[52] De acordo com Pires (2004, p. 3, 4 e 5) "O desenvolvimento desse setor colaborou de forma decisiva para o crescimento econômico do município, não só pela renda e empregos diretamente ligados a essas atividades como também por servir como fator de atração de pessoas de todo o país e, por esse meio, de estímulo ao comércio e setor de serviços locais".

[53] Segundo José Manuel Pires (2004, p. 16) "A fundação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, em 1952, constitui-se em ponto de inflexão fundamental do sistema de ensino do município, na medida em que ensejou condições para consolidação do município como um centro de excelência na área médica, tanto no que diz respeito ao atendimento, como à pesquisa e educação".

oferecimento de educação superior que também a caracteriza no período atual. José Manuel Pires (2004, p. 16) explica que "o incremento da atividade educacional caminhou a passos largos nas décadas de 1950 e 1960, com a abertura de novos cursos na USP e o surgimento de várias faculdades particulares.".

Esse evento geográfico analisado a partir das questões de gênero permite sugerir que, a implantação de uma estrutura que amplie a formação e atração de mão-de-obra qualificada significa o aumento de emprego majoritariamente para a população masculina, principalmente, no período analisado. Logo, aprofundou a generificação da organização do espaço urbano e da feminização da pobreza. Os domicílios de baixa renda chefiados por mulheres, nesse momento, tendem a crescer e indicam um aprofundamento da situação de pobreza, posto que, as mulheres não tinham inserção no mercado de trabalho com mão-de-obra qualificada e recebiam salários inferiores aos homens para realizar a mesma atividade (HIRATA & KERGOAT, 2007). Isso se deve à ínfima possibilidade de uma mulher, nos anos 1950 e 1960, adentrar as universidades públicas para qualificar sua mão-de-obra e adaptar-se ao mercado de trabalho cada vez mais especializado (LIBERATO & ANDRADE, 2018). Apenas no período mais recente essa relação tem se alterado (HIRATA & KERGOAT, 2007).

Soma-se a isso as características classista e racista existentes até hoje nas universidades públicas[54], com destaque para as estaduais paulistas, que vem sendo efetiva e eficientemente combatidas pelas políticas afirmativas que marcaram a última década (JODAS, 2019). Porém quando da instalação da USP em Ribeirão Preto, em 1950, essas características eram inquestionáveis.

Para fortalecer tal argumento, seria interessante termos discriminadas as informações de raça e gênero dos profissionais liberais existentes na cidade, desde 1890 até 1960, que correspondiam, neste último ano, a mais de 10% dos estabelecimentos entre serviços, comércio e indústria. E era composta majoritariamente por médicos, advogados e dentista aos quais se agregaram, desde a década de 1920, os arquitetos, engenheiros e veterinários (MARCONDES & GARAVAZO, 2004). Considerando as características da nossa formação socioespacial é possível supor a reduzida participação de mulheres, negros e pardos nessas atividades. Ainda assim, será importante a realização de pesquisas como essas para compreender a formação das cidades brasileiras.

[54] Segundo o SIS/IBGE (2016), a presença de população negra no ensino superior subiu de 5,5%, em 2005, para 15,5%, em 2015. https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos - Acessado em 28/02/2020

Temos nesse último evento um possível a organização generificada do espaço urbano a partir da constituição do mercado de trabalho com ênfase quase exclusiva na qualificação e especialização da mão-de-obra masculina.

Assim, o período que delimitamos como a segunda fase de periferização de Ribeirão Preto tem como principais eventos geográficos no âmbito do processo de periferização urbano: o maior número de loteamentos ampliando o capital imobiliário e instituindo a "solução periférica" para os problemas habitacionais; e a formação dos primeiros núcleos de favela, como territórios negros e pardos, em contraposição à vila operária e a compra parcelada de lotes periféricos para os operários majoritariamente brancos. Esses dois eventos estão diretamente associados com a política urbana voltada para a modernização do sistema viário, através do Plano de Vias e da alteração das operações da Companhia Mogiana, ambas em consonância com a modernização seletiva em escala nacional; e a implantação do *campus* da USP para formar mão-de-obra qualificada majoritariamente masculina, aprofundando a produção de um espaço urbano generificado a partir da divisão sexual do trabalho. Sob todos esses eventos é dada continuidade à urbanização corporativa e interseccionalizada.

CAPÍTULO 2 – POBREZA URBANA ESTRUTURAL EM RIBEIRÃO PRETO/SP (1970-2019)

Nesse capítulo serão analisados o terceiro e quarto período de periferização de Ribeirão Preto abarcando da década de 1970 até os dias atuais.

No terceiro período, datado de 1970 a 1989, enfatizaremos a expulsão da população do campo para a cidade com destaque para a sobrecarga que isso causou na vida das mulheres chefes de domicílios. Moderniza-se a produção do campo e, como par dialético, expandem-se intensamente as favelas. Junto disso, implantam-se os conjuntos habitacionais a partir do Banco Nacional de Habitação, por meio da Cohab-RP, responsável por aprofundar a segregação socioespacial, logo racial. Também sobrecarregou as mulheres devido a construção dessas habitações ainda mais distante do que as favelas e sem a devida implantação da infraestrutura, dos serviços urbanos e dos equipamentos coletivos o que dificulta a realização dos trabalhos reprodutivos. Ou seja, mais uma vez reproduz-se o modelo de "solucionar" o problema de habitação fornecendo propriedades privadas e individuais sem, com isso, permitir o direito ao território para a enorme população que ocupa as periferias urbanas.

No quarto período, iniciado na década de 1990 e em vigor até o momento atual, o discurso do empreendedorismo urbano que fomenta a intensa revalorização do solo urbano, vivido no país a partir dos anos 2000 e intensificando até a primeira metade da década de 2010, tem como principal exemplo na cidade de Ribeirão Preto a região Sul. Nele destaca-se a Avenida Professor João Fiúsa, protagonista desse processo de revalorização com a implantação de condomínios residenciais verticais de luxo, já na década de 1990 (especificamente na segunda metade). E continuado com a intensa expansão dos condomínios horizontais de luxo e loteamentos fechados, principalmente a partir do século XXI, com a construção de dois *shopping centers* e uma faculdade privada que fomentou uma nova centralidade no que era o limite urbano dessa parcela da cidade, hoje já expandido. Além disso, ocorre a implantação na nova lei federal de regularização fundiária que no âmbito da União (n. 13.465/2017), assim como no município em análise, apontam para a tendência de aprofundamento da urbanização corporativa sob os ditames da política econômica neoliberal. O aprofundamento da pobreza gerado por esta política fomentou a nova forma-conteúdo das periferia urbanas, as ocupações organizadas de terras e de imóveis. As analisaremos, especificamente as de terras, pois temos conhecimento de poucos casos de ocupações de imóveis em Ribeirão Preto.

Concomitantemente, o problema habitacional segue tratado como caso de polícia, impulsionando-se, novamente, as remoções justificadas na criação da "nova" política

habitacional através do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida. Stella Paterniani (2019) faz uma síntese sublime das remoções relacionando-as com os programas públicos habitacionais ao escrever que

> A violência das remoções está intimamente relacionada às suas gestações como projetos modernistas e humanistas, no sentido de, respectivamente, ansiar por soluções de larga escala homogeneizantes e restringir a humanidade a corpos específicos. (...). A construção dos pobres, dos *global poor*, do trabalhador de baixa renda, cria populações geríveis pelo Estado, grupos definidos pela pobreza colocados sob uma mesma categoria. Desse modo, tornam-se factíveis "explicações unívocas e soluções universais", conforme Akhil Gupta (2010) – como o conjunto habitacional (PATERNIANI, 2019, p. 156).

Por isso, é necessário atentar-se para que a compreensão de pobreza estrutural não caia nessa narrativa homogeneizante e, por isso, passível de "soluções unívocas e universais". Nosso intuito com a utilização desse termo é apontar a responsabilidade das políticas urbanas e habitacionais, elaboradas e executadas pelo poder público, como reprodutoras da pobreza urbana. E as inúmeras e infindáveis ações de remoções que marcam toda a história da urbanização brasileira são a marca mais vil dessas políticas.

2.1 Cohab-RP, conjuntos habitacionais e Proálcool (1970-1989)

No terceiro período de periferização de Ribeirão Preto destacamos como eventos geográficos principais a criação da Companhia Habitacional de Ribeirão Preto (Cohab-RP), em 1970, e a implantação de centenas de conjuntos habitacionais majoritariamente no território da pobreza reforçando-o como tal. A Cohab-RP é, assim, o principal agente do processo de urbanização da cidade nesse período na perspectiva da sua periferização. Quanto à modernização conservadora, par dialético dessa nova forma-conteúdo da periferia urbana, apontamos a implantação do Programa Nacional do Álcool – Proálcool. Esse programa, iniciado no ano de 1975, incentivou o desenvolvimento do etanol e foi o principal fator de atração de mão-de-obra, principalmente não qualificada, para a cidade destacando-se a migração campo-cidade. Constituíram-se, assim, além dos conjuntos habitacionais, dezessete novos núcleos de favelas durante essas duas décadas. Os analisaremos depois de explanarmos sobre as ações da Cohab-RP, posto que, algumas dessas favelas surgem justamente nos arredores de conjuntos habitacionais de grande escala. Logo, as políticas urbanas aplicadas a partir da Companhia de Habitação geram ou aprofundam duas formas-conteúdo de pobreza urbana: conjuntos habitacionais e favelas próximas a estes.

Além desses eventos, destacamos a implantação do PPDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado), que data de 1977, e sua principal consequência (a autorização para construção de enclaves fortificados no município); e a implantação do Ribeirão *Shopping*, em 1981, que deu início ao intenso processo de expansão da região Sul onde se adensará essa nova forma de residência das classes ricas (os condomínios verticais e horizontais).

Comecemos pela análise do Proálcool, importante evento para a periferização de Ribeirão Preto pela intensa atração de mão-de-obra devido aos subsídios para mecanização do campo que levou a expulsão de população para as periferias urbanas, além de manter a concentração fundiária em toda a região (BAENINGER *et. al.*, 2010; ELIAS, 2003; PIRES, 2004).

Como é apontado por José Manuel Pires (2004), os índices de crescimento demográfico, na década de 1980, em Ribeirão Preto, são consideravelmente superiores à média do Estado de São Paulo. O autor explica que

> Entre 1970 e 1990, a taxa de aumento populacional no município foi bem maior que a do Estado, evidenciando um fluxo migratório significativo para Ribeirão Preto. Dados do Anuário Estatístico do Estado de São Paulo para o ano de 1980 apontavam um fluxo migratório líquido para a Região de Ribeirão Preto de 32.987 pessoas. Equivalente a 10% do total do Estado (PIRES, 2004, p. 04).

Na tabela 2.1 é possível visualizar a taxa média de crescimento demográfico no Estado de São Paulo e em Ribeirão Preto para o período entre 1940 e 2010.

Tabela 2.1 – Taxa média de crescimento demográfico no Estado de São Paulo e no município de Ribeirão Preto/SP (1940-2010)

ANO	ESTADO DE SÃO PAULO (%)	RIBEIRÃO PRETO (%)[55]
1940/1950	2,4	9,9
1950/1960	3,4	8,8
1960/1970	3,3	6,4
1970/1980	3,5	5,3
1980/1990	2,1	3,8
1990/2000	1,8	2,1
2000/2010	1,1	2,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2000; BAENINGER *et. al.* (2010)
Organização: autoria própria (2018)

Como é possível visualizar na tabela 2.1, a taxa média de crescimento demográfico de Ribeirão Preto vem decrescendo desde 1940 e é, constantemente, superior à média estadual.

[55] Essa taxa foi calculada por nós a partir dos contingentes populacionais.

Entretanto, há uma homogeneidade dentre os estudos sobre a cidade em apontar o grande contingenciamento de migrantes nas décadas de 1980 e 1990[56] (BAENINGER *et. al.*, 2010).

E esse fato é explicado, pesquisas com foco nas questões econômicas e demográficas de Ribeirão Preto (BAENINGER *et. al.*, 2010; ELIAS, 2003; PIRES, 2004; BORIN, 2011), pela implantação do Programa Nacional do Álcool – Proálcool, em 1975, que, em meio a uma profunda crise econômica mundial (as chamadas crises do petróleo), incentivou a migração de mão-de-obra especializada para a pesquisa e desenvolvimento da tecnologia ao redor do etanol. E concomitantemente também de mão-de-obra não-qualificada para a produção de cana-de-açúcar, não só na cidade como na Região Administrativa de Ribeirão Preto (BAENINGER *et.al.*, 2010).

Após quarenta anos de crescimento e dinamização do complexo agroindustrial, com foco na produção da cana-de-açúcar e seus derivados, mantém-se uma intensa concentração da propriedade rural (BORIN, 2011; ELIAS, 2003). Não haveria melhor lugar para a implantação desse programa, se o objetivo da modernização era a reprodução do capital de maneira rápida e concentrada. Assim, o "maior programa público mundial com vistas à produção de combustíveis alternativos" (BORIN, 2011, p. 136; ELIAS, 2003) teve como principais consequências o aprofundamento da modernização conservadora. Como sintetiza André Luis Borin (2011), "O "desenvolvimento" do país, figurado pelo Proálcool enquanto modelo econômico, concretizou-se somente na inserção do capital nos diversos setores produtivos e nas políticas governamentais para a elite, continuando – e até acentuando – o quadro de espoliação da maioria da classe trabalhadora" (p. 140). Tal espoliação se deu pela conexão entre o capital industrial e os proprietários rurais que expulsaram todo tipo de mão-de-obra pretérita em troca do trabalhador volante, os chamados "boias-frias". Esse processo afetou intensamente o espaço urbano, pois se incorporaram de maneira precária esses trabalhadores do campo às periferias urbanas (BAENINGER *et. al.*, 2010).

Em âmbito nacional, a década de 1970 teve o maior contingente de população migrante no país, seja do campo para a cidade, seja de cidades menores para cidades maiores (SANTOS, 2008 [1993]). Somaram dezessete milhões de pessoas na migração interna, somente na década de 1970. Enquanto na anterior haviam sido catorze milhões e, em 1950, foram oito milhões

[56] Tal processo, inclusive parece seguir vigente, embora com menor intensidade, posto que, segundo relatório da Fundação SEADE (2018, p. 10) sobre crescimento de domicílios ocupados na última década, as Regiões Administrativas que mais se destacaram, dentro do Estado de São Paulo, foram as de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto.

(BRANDÃO, 2012). Na região de Ribeirão Preto a maior migração campo cidade e de cidades menores também se deu na década de 1970 (BAENINGER *et. al.*, 2010).

Assim, como Rosa Ester Rossini (1998; 2014) aponta, tal processo afeta intensamente as mulheres, posto que elas voltam a ser incorporadas com maior intensidade na colheita da cana-de-açúcar. Porém, com suas residências localizadas nas periferias urbanas (cortiços, favelas ou conjuntos habitacionais), sustentar a reprodução da vida (e da força de trabalho) e fazer o trabalho "produtivo" nas plantações de cana-de-açúcar é um enorme desafio. Desafio colocado pela organização generificada do espaço urbano, ou seja, que se organiza sob a lógica de uma total separação entre o trabalho "produtivo" feito no espaço público e o trabalho reprodutivo realizado apenas no espaço privado/doméstico. Sendo que constantemente esses trabalhos e esses espaços se misturam (SABATÉ, *et. al.*, 1995; OKIN, 2008).

A autora relata que durante as safras da cana "'somem' das cidades as empregadas domésticas, as lavadeiras, as faxineiras; "donas de casa" se assalariam no campo" (ROSSINI, 1998, p. 21). A partir dos trabalhos de campo realizados pela autora, nos anos de 1977, 1986 e 1995/96, as chefes de domicílios mulheres que trabalhavam nas plantações de cana sobem de 11,6%, em 1977, para 23,7%, em 1986, e atinge 34,8%, em 1995/96. Se contabilizadas as chefes de família com filhos (ou seja, que ambos compõem a renda domiciliar) os percentuais passam para 18,6%, 31,6% e 37,1%, respectivamente, para os anos de 1977, 1986 e 1995/96.

Embora no período atual se questione a conexão direta entre chefia feminina e pobreza (visto que as mulheres começam a ocupar mais cargos de chefia nas empresas), no trabalho "produtivo" no campo a tendência é de que o aumento das chefes de domicílios mulheres indique uma situação financeira pior incrementando a feminização da pobreza. As mulheres historicamente ganham menos que os homens para o mesmo tipo de atividade, e com o trabalhador volante da cana-de-açúcar isso não é diferente (ROSSINI, 1998; 2010; 2014). Soma-se a isso o grande contingente desses trabalhadores e trabalhadoras que migram do campo para a cidade, especificamente para Ribeirão Preto, adensando suas periferias urbanas que, nesse período, ganharão outra forma-conteúdo: os conjuntos habitacionais de interesse social[57].

Como descreve José Manuel Pires (2004, p. 11), também se destacam na década de 1970 as atividades comerciais "Os anos [19]70 foram o período de maior crescimento das atividades comerciais, com taxa média do PIB comercial de Ribeirão Preto situando-se em 9,7% ao ano, o que correspondeu a um aumento total de 150% na década". Também se destacam os serviços:

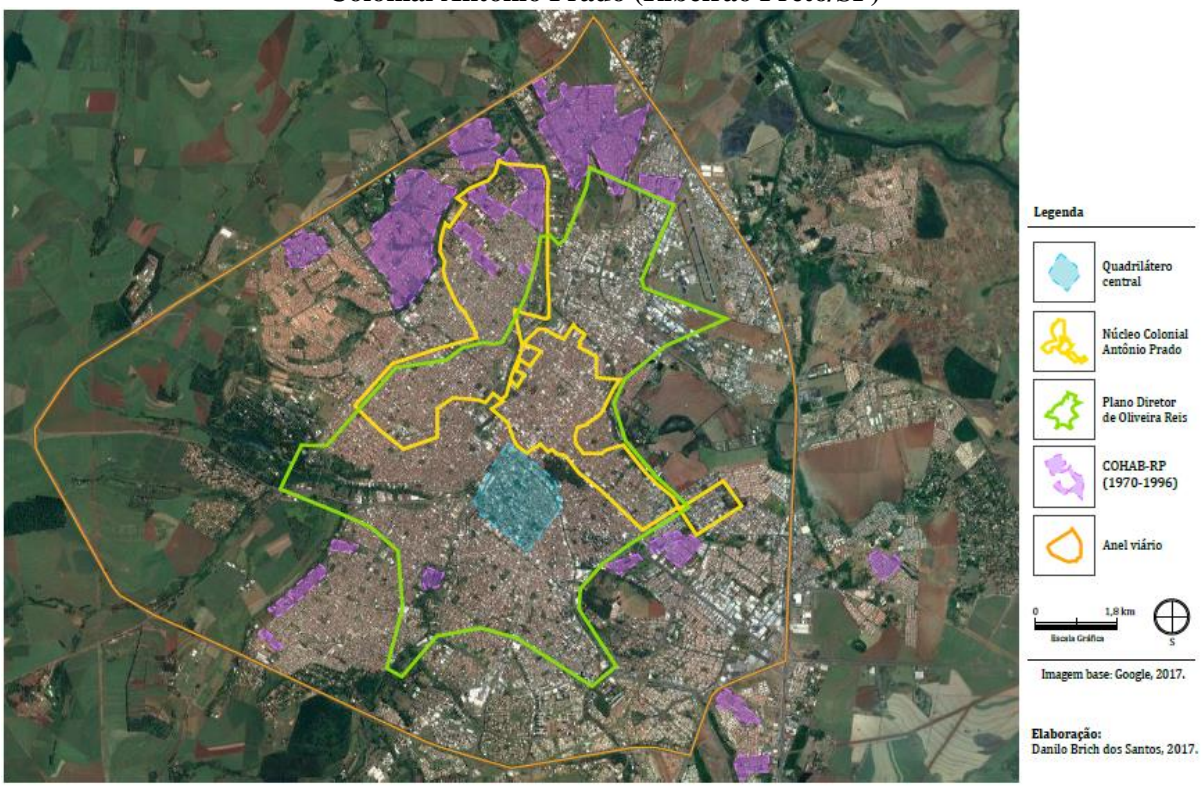
[57] Relembramos que não é a primeira vez que essa forma-conteúdo surge no país nem na cidade, ela tem início com os Institutos de Aposentaria e Pensões (IAPs), implantados em 1937. Entretanto, em Ribeirão Preto foram instaladas poucas unidades para permitir uma análise (DOS SANTOS, 2017).

“Em 1970, os trabalhadores do setor de serviços, já englobavam mais de metade da PEA do município (...). Durante os anos [19]70, a hegemonia do terciário firmou-se ainda mais no município” (idem, p. 13). É bastante conhecido pela literatura especializada que o setor terciário, de comércio e de serviços, concentra mão-de-obra feminina (FEDERICI, 2019; HIRATA, 2016). Por serem atividades simplificadas de realizar, com baixo uso de tecnologia e, no caso dos serviços, intensamente voltada para as atividades do *care*, que é composta pelas inúmeras trabalhos ao redor do cuidado.

Retomando o processo de urbanização, foram realizados, entre 1970 e 1989, 53 loteamentos novos na cidade (vinte na década de 1970 e trinta e três na década de 1980), o equivalente a 15% dos loteamentos realizados entre 1930 e 2019, como apresentamos na tabela 1.1 (p. 82). A grande maioria deles dentro dos limites do Anel Viário, majoritariamente na região Norte (FIGUEIRA, 2013) onde se construíram os maiores conjuntos habitacionais da cidade.

Essa concentração da localização dos loteamentos indica, de antemão, a reafirmação e o aprofundamento da segregação socioespacial e interseccionalizada. Tais loteamentos se deram nas terras em continuidade àquelas resultantes do desmembramento do Núcleo Colonial Antônio Prado, expandindo o território da pobreza para ainda mais distante do Quadrilátero Central (DOS SANTOS, 2017, p. 132). É possível observar a localização do Núcleo (em amarelo) e dos conjuntos habitacionais (em roxo), estes majoritariamente concentrados no extremo Norte, na figura 2.1 a seguir.

Figura 2.1 – Localização dos conjuntos habitacionais construídos a partir do BNH e do Núcleo Colonial Antônio Prado (Ribeirão Preto/SP)



Fonte: Dos Santos (2017, p. 132)

A Companhia de Habitação de Ribeirão Preto[58] foi fundada no ano de 1970, teve seu primeiro conjunto habitacional entregue em 1973 e, até os dias atuais, já agiu em 84 municípios da região Oeste do Estado de São Paulo (para além da Região Administrativa e Metropolitana de Ribeirão Preto). Como escreve Denise Elias: "No Sistema Federal de Habitação, a Cohab-Ribeirão Preto aparecia como uma das maiores companhias de habitação do país" (ELIAS, 2003, p. 338).

É importante pontuar que a cidade não possui (nem nunca possuiu em sua história) uma Secretaria de Habitação Municipal. Assim, a Cohab-RP junto da Secretaria de Planejamento e Gestão Pública é o órgão estatal responsável por lidar com a gama complexa de questões que envolvem a habitação, o planejamento e o desenvolvimento urbano. Ao entrevistarmos diferentes servidores públicos[59] ficou nítido como a diferença no entendimento deles sobre a

[58] Lei Ordinária n. 2.302 de 11 de dezembro de 1969, com fundação oficial da Companhia de Habitação de Ribeirão Preto no ano de 1970 segundo a mesma.
https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/cohab/i08principal.php - Acessado em 12/08/2018.

[59] 04/09/2017 – Entrevista na Cohab-RP – Diretor Técnico e Diretor Financeiro-Administrativo – Ribeirão Preto/SP
05/09/2017 – Entrevista na Cohab-RP – Representante de comercialização – Ribeirão Preto/SP
18/09/2017 – Entrevista na Secretaria de Planejamento e Gestão Pública, Departamento de Urbanismo (PMRP) – Ribeirão Preto/SP

necessidade, ou não, desse órgão na política urbana municipal pode se associar com a compreensão que possuem das questões centrais da crise habitacional da cidade: aqueles que apontam como desnecessária a criação de uma Secretaria de Habitação costumam também entender de maneira simplista e incompleta os motivos de tal crise; enquanto aqueles que indicam como central a necessidade de uma Secretária Habitacional para aprimorar o planejamento e a gestão dos problemas habitacionais, também possuem uma compreensão mais complexa e, a nosso ver, mais próxima da realidade da cidade.

A implantação de uma secretaria específica para tratar das questões habitacionais possibilita a elaboração de políticas mais apropriadas, pois seriam desenvolvidas por um corpo técnico focado nas especificidades necessárias às políticas habitacionais possuindo, provavelmente, formação especializada para tal. Não se trata de desassociá-la totalmente do restante das políticas urbanas, mas de ter um conjunto de servidores públicos e técnicos que as elaborassem e, concomitantemente, estabelecessem as devidas conexões com as outras secretarias para aprimorá-las e implantá-las. Além da produção de unidades habitacionais, faz parte do conjunto de atividades que costumam ser da alçada das secretarias de habitação os complexos processos de regularização fundiária e titulação. Todas essas políticas, da elaboração à implantação, estarem sob responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão Pública, somando-se às que são específica de sua alçada, como a elaboração e revisão de planos diretores, da lei de uso e ocupação do solo, entre diversas outras, sobrecarrega os servidores públicos e o corpo técnico. Além disso, fornece considerável centralização das políticas urbanas ao órgão do planejamento.

Em artigo acadêmico de Tatiana Gaspar & Ana Miranda que trata da política habitacional de Ribeirão Preto, elas escrevem que:

> Este descompasso entre o crescimento contínuo de assentamentos precários e a falta de políticas habitacionais, evidencia que a dificuldade no enfrentamento desta realidade perpassa pelo campo político, mas também pela baixa capacidade administrativa da prefeitura municipal, dada a ausência de uma Secretaria de Habitação e pelo reduzido corpo técnico especializado (GASPAR & MIRANDA, 2016, p. 8).

Voltando à Cohab-RP, apresentamos na tabela 2.2 o número de Unidades Habitacionais construídas por década pela Companhia, desde sua criação até 2019.

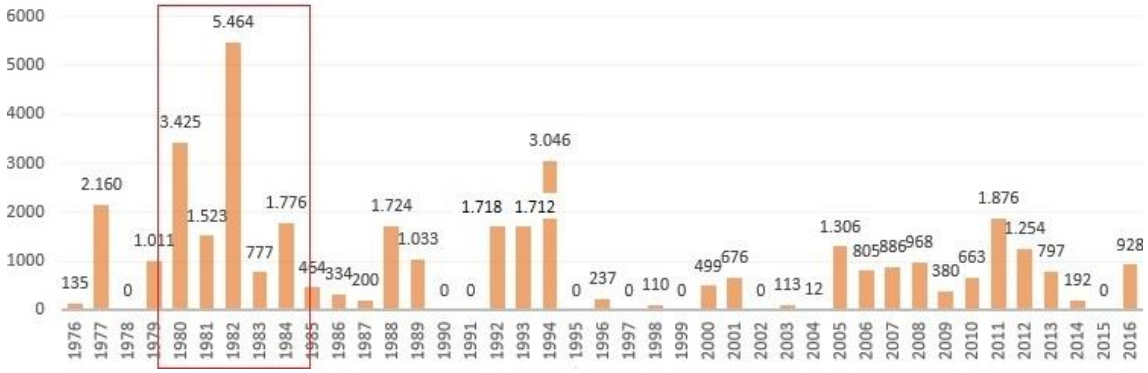
Tabela 2.2 – Unidades habitacionais construídas pela Cohab-RP por década em Ribeirão Preto/SP (1970-2019)

Anos	Unidades Habitacionais entregues	Porcetagem de UHs em relação ao total (%)	Observações
1970-1979	3.306	8,5	
1980-1989	16.720	42,5	
1990-1999	6.823	17,5	
2000-2009	5.645	14,5	Apenas no ano de 2009 são entregues ao redor de 3.000 Unidades Habitacionais
2010-2019[60]	6.582	16,9	Estão em construção 2.440 Unidades Habitacionais Faixa 2 do MCMV (Vida Nova Ribeirão) que não foram contabilizadas
TOTAL	**39.076**	**100**	

Fonte: PLHIS (2010) e Cohab (2019)
Elaboração: autoria própria (2020)

É notável na tabela 2.2 a alta concentração de produção habitacional na década de 1980, equivalente a mais de 40% de toda a produção de Unidades Habitacionais por parte da Cohab-RP. Se considerarmos as 2.440 novas unidades do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida, que ainda não foram entregues, a produção dos anos 1980, ainda assim, seria quase o dobro da última década. No gráfico 2.1 apresentamos essa produção por ano.

Gráfico 2.1 – Unidades habitacionais produzidas pela Cohab-RP por ano em Ribeirão Preto/SP (1970-2016)



Fonte: COHAB-RP (2017)
Elaboração: autoria própria (2020)

Como é possível observar no gráfico 2.1, apenas no ano de 1982 foram entregues 5.464 unidades habitacionais; seguido do ano de 1980, quando foram entregues 3.455 unidades; na sequência estão os anos de 1984 e 1988 com, respectivamente, 1.776 e 1.724 unidades

[60] Embora o sítio virtual da Companhia não tenha sido atualizado, desde agosto de 2017, não constatamos a entrega de nenhum novo empreendimento nos últimos dois anos inclusive devido à crise política pela qual atravessa o país.

entregues. Em contrapartida, nos dois primeiros anos da década de 1990 não ocorreu a entrega de nenhuma unidade habitacional.

Esses conjuntos habitacionais se localizam majoritariamente no território da pobreza, distante do centro, e em áreas com escassa infraestrutura e acessibilidade a serviços básicos como educação, saúde e lazer (FERNANDES, 2004). São, assim, periferias urbanas. O mesmo foi constatado por nós para a cidade de Campinas, tanto em relação ao período de produção das unidades habitacionais pela Cohab-Campinas, quanto pela sua localização fortalecendo a segregação socioespacial da cidade (RIZZATTI, 2014).

Essa situação se agrava quando analisamos as dimensões dos conjuntos construídos na década de 1980 e início de 1990. Dentre as 3.455 unidades habitacionais entregues no ano de 1980, 3.112 são de apenas um conjunto habitacional: o Conjunto Habitacional Quintino Facci II. Com uma média de cinco pessoas morando em cada unidade, cálculo realizado tanto pelo IBGE quanto pela Cohab, temos um contingente populacional de entorno de 15.560 pessoas vivendo num mesmo conjunto.

Mostramos na tabela 2.3 os conjuntos habitacionais com maiores números de unidades entregues pela Cohab-RP (1970-2008) antes do início do Programa MCMV.

Tabela 2.3 – Maiores conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-RP em Ribeirão Preto/SP (1970-2008)

ANO	NOME DO CONJUNTO HABITACIONAL	REGIÃO	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS
1980	Jardim Quintino Facci II	Norte	3.112
1982	Conjunto Adelino Simioni	Norte	2.940
1984	Conjunto D'Elboux	Oeste	1.776 (primeiro conjunto vertical construído na cidade)
1994	Jardim Heitor Rigon	Norte	1.766
1988	Jardim José Sampaio	Norte/Oeste	1.724
1992	Jardim Maria Casagrande Lopes	Norte	1.718
1993	Jardim Alexandre Balbo	Norte	1.367
1977	Jardim Castelo Branco	Leste	1.140
1981	Conjunto Antônio Marinceck	Norte	1.055
1989	Jardim Joaquim de Araújo Ferraz	Norte/Oeste	1.033
1982	Conjunto Avelino Alves Palma	Norte	1.031
TOTAL	**11**		**18.662**

Fonte: Cohab (2017)
Elaboração: autoria própria (2018)

Marcamos em verde os conjuntos construídos, na década de 1990, e foram elencados todos os que possuem mais de mil unidades. Eles somam, ao todo, 18.662 unidades (aproximadamente 93.310 pessoas) em onze conjuntos habitacionais.

No estudo realizado por Danilo dos Santos (2017) é feito uma detalhada análise dos conjuntos Quintino Facci II (entregue em 01/12/1980), Adelino Simioni (entregue em 07/01/1982) e Avelino Alves de Palma (de 19/06/1982). Os três somam 7.091 unidades habitacionais que equivalem a 18% do total de unidades entregues desde a criação da Companhia, há cinquenta anos!

O autor apresenta as plantas desses conjuntos habitacionais indicando sua monotonia e destaca que o conjunto Adelino Simioni é atravessado por uma linha férrea em atividade, que conecta a cidade de Ribeirão Preto com Jardinópolis. Ora, o Estado tem autorização para construir nessa área, porém quando é a população que ergue favelas e ocupações próximas a linhas férreas elas são removidas ou sofrem intensas pressões para remoção justificada no "risco". Como é o caso da própria Cidade Locomotiva; e em Campinas houve um famoso caso de remoção, no ano de 2018, da comunidade Joana D'arc que possuía mais de 200 famílias assentadas próximos nas margens desses objetos.

Além disso, Dos Santos apresenta a cadeia dos proprietários de terras desses três conjuntos e conclui que:

> Em todas as três cadeias, há uma imagem clara da concentração da terra na cidade, onde a área de 322,77 hectares correspondente aos conjuntos pertencia, nas primeiras décadas do século XX, a apenas duas famílias diferentes: aos Junqueira, representados por Luiza Bompani Junqueira e seu esposo José Maximiliano Junqueira[61]; e aos Teixeira, na figura de Candido Alves Teixeira e sua esposa Olympia Candida Teixeira de Sousa. Ribeirão Preto se mostra aí como um bom retrato da realidade histórica patrimonialista brasileira (2017, p. 150).

Posteriormente, essas terras transitaram para outras famílias (com destaque para a Quintino Facci onde se localiza o maior conjunto habitacional da cidade) e apenas no caso do conjunto Adelino Simioni, que primeiramente era propriedade da família Simioni, houve a compra por parte de corporações, ou seja, saindo das mãos da antiga elite local. Essa área foi comprada por diferentes indústrias ligadas ao complexo agroindustrial da cana-de-açúcar, provavelmente devido a localização da linha férrea que cruza a gleba (DOS SANTOS, 2017).

A situação de precariedade a que foram submetidas as 18.662 famílias nos onze maiores conjuntos habitacionais da cidade é constatada na obra de Maria Esther Fernandes (2004) que, junto de outros e outras pesquisadores, realizou o mais completo estudo que tivemos acesso

[61] O autor retoma inclusive que o maior caso de litígio de terras do Estado de São Paulo está ligado a essa família e engloba uma área de 194km² equivalente a toda a zona urbana de Ribeirão Preto (DOS SANTOS, 2017, p. 151) fortalecendo nosso argumento sobre a reduzida porcentagem dos espaços urbanos que são, de fato, regularizados (HOLSTON, 2010).
https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri06069901.htm - Acessado em 24/02/2020

sobre o processo de constituição de importantes ocupações e favelas da cidade. Nos seus capítulos, os diferentes agentes que foram entrevistados descreveram a situação de precariedade em que estavam as áreas onde se instalaram esses enormes conjuntos habitacionais. Eles relatam a completa ausência de saneamento básico e água encanada, de transporte público, a existência de um único orelhão para realização de ligações telefônicas (lembrando que não havia celulares) e a inexistência de comércios e serviços básicos nas proximidades. Em pesquisa realizada no Conjunto Habitacional Avelino Alves de Palma, com 1.031 unidades habitacionais, Mariza Campos descreve que:

> o Conjunto (...) foi o 15º. a ser entregue à população, inaugurado em 19 de junho de 1982. (...). Pelos vários testemunhos obtidos, chega-se à conclusão que a precariedade da infra-estrutura era enorme e que a ocupação do espaço só foi possível pelos fortes laços de união e solidariedade que se estabeleceram entre os primeiros moradores. (...). Segundo os moradores mais antigos, o esgoto das casas corria pela rua, em valas a céu aberto pois a rede coletora ainda não fora instalada; a energia elétrica não chegava às residências nem aos pontos de iluminação pública, em virtude de se acharem inconclusos os trabalhos de colocação dos postes e do cabeamento. Não havia fiação telefônica, linhas de ônibus circular nem pavimentação nas ruas. A falta d'água era uma constante e a urbanização precária, inexistindo praças, jardins públicos ou qualquer tipo de arborização. (...). **Ao longo de quase duas décadas de existência do conjunto habitacional, os problemas de ordem estrutural foram sendo superados, muitos deles devido ao empenho e atuação da Associação de Moradores [fundada em 1984], ainda muito atuante.** O bairro está dotado de toda infra-estrutura: água encanada, esgoto canalizado, linhas de ônibus urbanos regulares, linhas telefônicas, asfalto, iluminação pública, praça, arborização, coleta de lixo e limpeza de vias públicas. Os moradores reivindicam, ainda, um posto de saúde, um posto policial e uma agência bancária (CAMPOS, 2004, p. 87, 89 e 94, destaque nosso).

É apenas no ano de 1987 que são regulamentadas as Leis Municipais n. 5.164 e n. 5.085 que auxiliaram na amenização dessas perversidades, pois autorizaram o uso misto para implantação, principalmente, de comércios e também de serviços. Como relata a passagem acima, a organização ao redor da Associação de Moradores foi essencial para essas vitórias. Nas palavras da pesquisadora e professora arquiteta-urbanista Vera Migliori:

> O início da década de [19]80 foi marcado pela construção de imensos conjuntos habitacionais, os quais, a princípio, eram destinados apenas ao uso residencial. Com o consequente adensamento populacional verificado, estas áreas passaram a enfrentar terríveis problemas decorrentes, principalmente, do isolamento, pois se situavam na periferia da cidade, e da falta de estabelecimentos comerciais e de serviços. Para amenizar esses problemas são elaboradas as leis n. 5.164/87 e 5.085/87, que passam a permitir o uso misto nos conjuntos habitacionais de interesse social (MIGLIORI, 1997, p. 82).

Refletimos se a produção de políticas públicas habitacionais criou maiores demandas de habitação ou permitiu, de fato, reduzir o problema. Como já foi afirmado por diversos autores, o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) se constituíram como política de capitalização da moradia voltada mais para a geração da mercadoria moradia do que para suprir as necessidades da população pobre do país (SANTOS, 2014 [1987]; 2009 [1990]; MARICATO, 1996; ROLNIK, 2015; BONDUKI, 1998). Ou seja, essa política fortalece o pensamento conservador de tornar "cada brasileiro um proprietário" (ROLNIK, 2015, p. 282) incutindo não só o desejo pela casa própria como única solução para o problema da moradia, mas também o conservadorismo proprietário.

No doutorado de Arlete Moysés Rodrigues (1988) há um debate sobre quais seriam os problemas de estimular a casa própria enquanto política habitacional. A autora escreve que "Mais do que justo e legítimo, a luta pelo acesso à casa própria é uma forma de resistência e de vencer obstáculos impostos pelo capital" (RODRIGUES, 1988, p. 76). Questiona-se, assim, a transformação automática do proprietário de uma casa própria num defensor da ordem, ou seja, que toma para si o discurso do conservadorismo proprietário. A nosso ver, a centralidade da questão é de que essa seja a principal, e praticamente única, política habitacional proposta, pois fomenta a manutenção da gênese do problema: quanto mais se produz novas casas, mais se retroalimenta o mercado imobiliário agravando os problemas habitacionais (RODRIGUES, 1988).

Em texto mais recente, a autora (2011) escreve nessa direção numa análise sobre a produção habitacional por parte do Estado. Explica que "o Estado capitalista, conquanto priorize o mercado, cria a expectativa de que a casa própria e a função social da propriedade urbana são soluções viáveis, mesmo com a manutenção da propriedade capitalista" (2011, p. 12).

Desse modo, nos parece que um dos pilares da política habitacional deveria ser fomentar o uso de imóveis vazios ou ociosos no interior do perímetro urbano, e quanto mais centrais forem esses imóveis melhor. Posto que desaceleraria um dos principais fundamentos da urbanização corporativa, a especulação imobiliária. Além disso, as ocupações de terras urbanas potencializam a luta pela apropriação coletiva do solo urbano o que pode possibilitar uma mudança na lógica da aquisição da casa própria como objetivo final. Por isso, na segunda parte da tese, partimos do entendimento dessa forma-conteúdo da periferia urbana como construtora de lugares indo além das moradias.

Consideramos que estamos de acordo com Rodrigues (2011) ao apontar a manutenção de um círculo vicioso por meio de políticas públicas habitacionais focadas, majoritariamente,

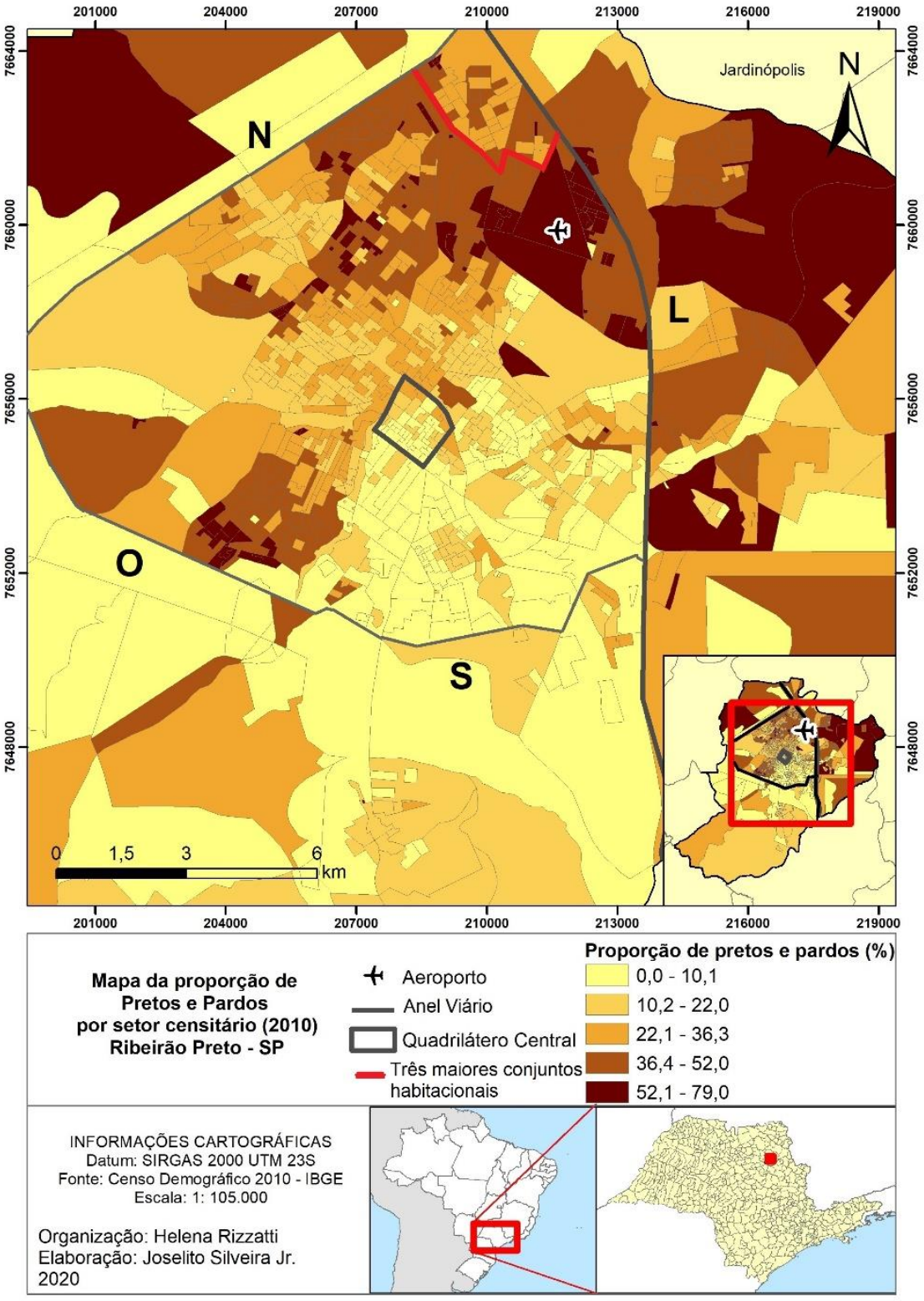
na produção de novas unidades que mantém e aprofundam a urbanização corporativa e interseccionalizada. Como escreve Denise Elias especificamente para a região de Ribeirão Preto:

> A tese da criação do BNH tendo como principal missão servir de instrumento para a política urbana do Estado, fornecendo as bases para a expansão do capital até o mais alto grau possível dentro das condições históricas reinantes, parece correta para a situação da região de Ribeirão Preto. Os conjuntos habitacionais serviram quase como pretexto, quando o objetivo era dotar o território de maior fluidez, como de fato ocorreu. **O BNH ajudou a expandir a malha urbana e a construir o modelo urbano corporativo e fragmentado**. (...). O resultado é a falta de moradias, assim como a baixa qualidade das construídas pelos diversos níveis de governo. Multiplicaram-se, desse modo, inúmeras formas de habitações subnormais (ELIAS, 2003, p. 341, destaque nosso).

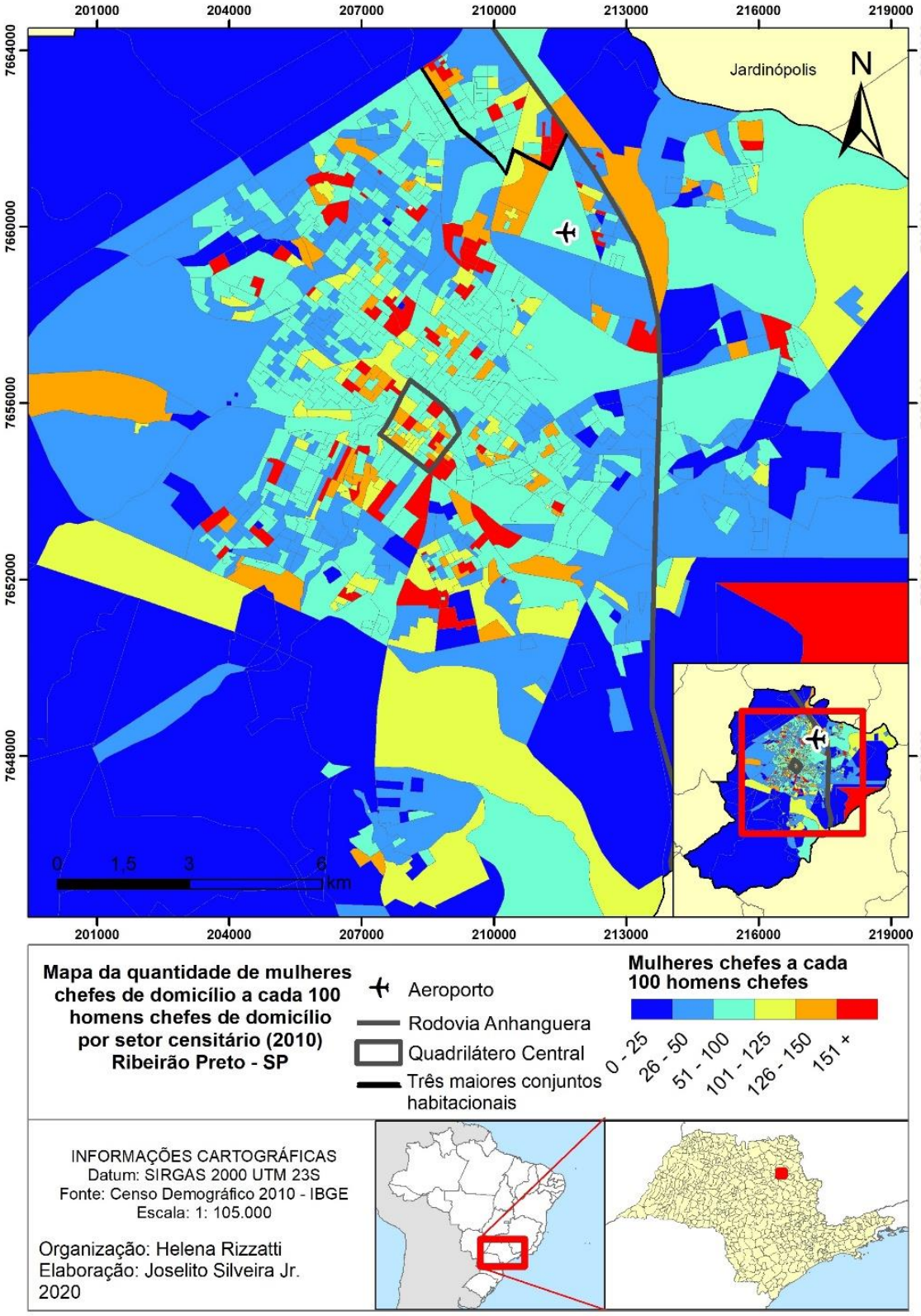
E essa constatação do aumento do déficit habitacional se expressa no vertiginoso crescimento de núcleos de favelas de grandes proporções nesse período. Trata-se, assim, de uma modernização hegemônica produtora de modernidades alternativas. Porém, antes de analisarmos as novas favelas instaladas em Ribeirão Preto, nos foquemos na análise da interseccionalidade mantida por essa política habitacional do BNH.

No mapa 2.1 é possível observar a sobreposição entre os três maiores conjuntos habitacionais da cidade e a distribuição da população segundo raça/cor. É inegável como há concentração da população negra e parda nas áreas onde se instalaram os conjuntos. Para além disso, no mapa 2.2 nota-se a distribuição das chefas de domicílios mulheres e a localização dos mesmos três conjuntos habitacionais. Para compreendê-lo deve-se considerar que os setores censitários indicados nas colorações quentes (amarelo, laranja e vermelho) significam maior presença de chefia feminina. Enquanto as colorações frias (tons de azul) indicam maior presença de chefes de domicílio homens, quanto mais escuro o tom de azul maior a concentração destes. Assim, visualiza-se que, embora não sejam todos os setores censitários com maioria de mulheres na chefia sua presença supera a dos homens em diversas parcelas desses conjuntos. Da mesma maneira, se retomarmos o mapa 02, nas costuras da primeira parte da tese, observar-se-á que todos os setores referentes à localização desses conjuntos estão classificados com uma renda média mensal domiciliar de três a cinco salários mínimos indicando o predomínio da população de baixa renda.

Mapa 2.1 – Localização dos três maiores conjuntos habitacionais e proporção da população por raça/cor (2010) – Ribeirão Preto/SP



Mapa 2.2 – Localização dos três maiores conjuntos habitacionais e concentração da chefia domiciliar por gênero (2010) – Ribeirão Preto/SP



Para além dessa análise espacial, nos parece interessante a proposta realizada por Stella Paterniani (2019) que debate como os conjuntos habitacionais resultam da lógica da "branquitude do Estado brasileiro". Essa característica se expõe na remoção das pessoas dos lugares que elas mesmas construíram e criaram laços, nos cortiços e favelas localizados em áreas mais centrais, para os distantes, monótonos e mal construídos conjuntos habitacionais. Não temos dados das remoções realizadas nesse período em Ribeirão Preto. Para Campinas a narrativa é válida, com caso até de aterramento de barracos com famílias dentro, durante o período de implantação dos conjuntos habitacionais através do BNH (RIZZATTI, 2014). Esse tipo de ação por parte do Estado centralizado e autoritário que marcou o período da Ditadura Militar é analisado em diversos estudos (MARICATO, 1996; KOWARICK, 1983; ROLNIK, 2015). Para Ribeirão Preto aprofundaremos essa ideia no próximo período quando os dados de remoção estão acessíveis e seguem alarmantes.

Além disso, é possível também analisar os conjuntos habitacionais por uma perspectiva generificada. Em primeiro lugar, a ausência completa de fixos públicos dentro ou próximo da maioria dos conjuntos habitacionais (CAMPOS, 2004) tende a sobrecarregar as "mães", e outras mulheres que façam parte do círculo familiar (irmãs, avós, tias etc.) (MOREIRA, 2015). Quem precisará caminhar por um, dois ou três quilômetros para levar e posteriormente buscar as crianças nas escolas são as mulheres. E no caso de postos de saúde soma-se às crianças, outras pessoas que necessitam de cuidados (idosos, pessoas com capacidades diferentes, doentes etc.) às responsabilidades das mulheres. Há também a necessidade de ir até as bicas de águas próximas ao conjunto o que será feito pelos filhos e filhas menores e pelas mães, e quem terá que cozinhar e assear as crianças com essa má acessibilidade à água são também as mulheres (BERNARDES & ANTONELLO, 2019; FREITAS, 2018).

Junto disso, se soma a ausência ou escassez de transporte público intra-bairros, de maneira geral no planejamento urbano, que dificulta a ida ao mercado, quitanda, açougue; assim como, o trajeto até as escolas e postos de saúde que terão que ser realizados majoritariamente a pé (BUCKINGHAN, 2011; CEPAL, 1996; SANTORO, 2007; SOTO, 2016). Além do alto custo desses meios de transporte nas cidades brasileiras (SANTOS, 2009 [1990]) válido também para Ribeirão Preto. E soma-se a isso a reduzida qualidade da construção das casas e sua planta que tendem a reduzir os espaços necessários aos trabalhos reprodutivos: área de serviço e cozinha são os primeiros a serem planejados com tamanhos mínimos e com pouca qualidade de ventilação e luminosidade. As mulheres que trabalham como donas de casa

passarão a maior parte das suas horas de trabalho (não-remuneradas) nesses ambientes[62]. Como escreve Paulo Soto (2016, p. 44), "se traslada la preocupación desde el problema da la "cantidad" al de la "calidad" de las viviendas sociales (…)".

Danilo dos Santos (2017) descreve com detalhe a planta mais comum nos conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-RP nesse período. O autor explicita que os lotes costumam ser de 200 m² (10 m x 20 m), com casas térreas de dois quartos (alguns possuem três), uma sala, uma cozinha, um banheiro (p. 115 e 116). A área de serviço não é citada nem quanto a sua ausência (ou presença nos quintais não pavimentados).

Assim como, uma arquitetura menos generificada a partir da perspectiva masculina das necessidades cotidianas no lugar de residência permitiria pensar nos espaços públicos dos conjuntos habitacionais de modo que fossem mais eficientes para a reprodução da vida. Por exemplo, incluindo lavanderias e cozinhas comunitárias. Além disso, espaços de lazer para as mulheres adultas é praticamente inexistente. As opções costumam ser parquinhos para as crianças e campos de futebol para os jovens, majoritariamente homens, e adultos homens. Jane Jacobs denunciou essa lógica da generificação dos espaços de residência massificados a partir da visão masculina, desde 1961, em seu clássico livro "Morte e vida de grandes cidades" (JACOBS, 2014 [1961]).

Essas questões se complexizam ainda mais no período atual quando a divisão sexual do trabalho vem se alterando e se intensifica a quantidade de mulheres que saem para trabalhar e homens que permanecem nas unidades habitacionais (FREITAS, 2018). Aprofunda-se a crise da sociedade urbana-industrial-capitalista e as questões de gênero são uma das fronteiras que a expõe. Muitas pesquisas ainda precisam ser realizadas para compreender os elos entre a produção do espaço urbano e a organização generificada deste, um desdobramento possível dessa tese.

Sigamos a análise do terceiro período de periferização de Ribeirão Preto.

Ainda entre 1970 e 1989 são constituídos dezessete novos núcleos de favelas na cidade que estão elencados no tabela 2.4. Nela apresentamos também o número de domicílios e da população estimada pela Secretaria de Bem-Estar Social, na década de 1990, para cada núcleo. Indicamos, ainda, quais delas se mantém ou compõe um dos núcleos de favelas contabilizados no Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto em 2010 e em 2019. Comparamos as indicações da Secretaria de Planejamento e Gestão Urbana quanto à tipologia

[62] Pesquisadoras da área da Arquitetura têm desenvolvido estudos sobre essas temáticas (JAIME & MANSUETO, 2019; SOTO, 2016).

de problema[63] (2019) e possibilidade de consolidação[64] (2010 e 2019) para os assentamentos precários.

Tabela 2.4 – Favelas formadas em Ribeirão Preto/SP (1970-1989)

[63] Os assentamentos precários foram classificados no PLHIS-RP (2019) dentro de 4 tipologias de problema: **T1** – assentamentos urbanizados, consolidados e irregulares, que demandam ações de regularização fundiária; **T2** – assentamentos precários, irregulares e consolidáveis, que demandam obras de infraestrutura, podendo necessitar de alguma remoção, para fins de dimensionamento do déficit, estimada remoção/reassentamento médio de 15% dos domicílios; **T3** – assentamentos precários, irregulares e consolidáveis, com elevado índice de precariedade, para os quais se prevê elevado percentual de remoção ou substituição de tecido. Para fins de dimensionamento do déficit foi estimada remoção/reassentamento médio de 35% dos domicílios; **T4** – assentamentos precários, irregulares e não consolidáveis, cuja solução é a remoção total dos domicílios e o reassentamento externo (p. 35 e 36). A bibliografia utilizada para essa tipologia, indicada no Plano, foi de FEITOSA *et. al.,* 2018.

[64] Com base no Ministérios das Cidades (BRASIL, 2009 *apud* PLHIS, 2019, p. 30) é definida a tipologia dos assentamentos quanto a possibilidade de consolidação. Os dois últimos PLHIS de Ribeirão Preto (2010 e 2019) fizeram uso dessa tipologia que é definida da seguinte maneira: **Consolidados** – assentamentos que possuem infraestrutura básica e estão integrados à cidade formal. De maneira geral, possuem um traçado urbano e lotes regulares, carecendo de regularização fundiária e demandas específicas (equipamentos públicos e serviços públicos e sociais); **Consolidáveis** – assentamentos que precisam de alguma intervenção física (abertura de vias, complementação de infraestrutura básica, parcelamento do solo) para consolidar a ocupação, podendo existir a necessidade de remoção por parte dos moradores para adequar a densidade ou para eliminar situações de risco ou, até mesmo, para desocupar áreas com restrição à ocupação; **Não consolidáveis** – assentamentos que não podem ser consolidados, nos quais não há intervenções que não seja a remoção. São áreas sujeitas a situações de risco não solucionáveis, além das áreas de preservação ambiental e áreas *non aedificandi* (áreas onde a ocupação não é permitida por questões de segurança, tais como faixas de domínio de rodovias e ferrovias, oleodutos, adutoras, coletores troncos e redes de alta tensão).

Ano	Nome (local)	Região	N. Barraco[65] / n. Família[66] (1994)	N. Unidades / n. População estimada (plhis 2010) Tipologia	N. Domicílio (plhis 2019) Tipologia Decretos n. 360/2017 n. 150/2019[67]	Situação quanto a remoção (2010/2019 – plhis)
1970	Lacerda Lagoinha	L	34 / 170	Não consta	Não consta	
1974	Vila Elisa (córrego Tanquinho)	N	160 / 800	41/205 Não consolidável (remoção completa)	Não consta	Removida em 2016
1974	Frangolar (Vila Virgínia)	O	4 / 20	Não consta	Não consta	
1975	Adelino Simioni 2 (Adelino Simioni 2)	N	23 / 115	4 núcleos: Magid (512/3.200 – remoção média 50%) Via Norte (450/3.375 – não consolidável) Usina de Reciclagem (120/750 – remoção média 50%) Valentina Figueiredo (44/230 – consolidado) TOTAL: 1.126 unidades / 7.550 pessoas	4 núcleos: Magid (672 – T3 – Decreto 360) Via Norte (583 – T3) Reciclagem (209 – T3 – Decreto 150) Comunidade do Bem (55 – T4) TOTAL: 1.519 domicílios	Altera-se: Núcleo Via Norte indicado para remoção total (2010) T3 (2019) Comunidade do Bem (não existia em 2010) Aumento da quantidade de domicílios
1976	Tanquinho (Tanquinho)	N	35 / 175	165/825 Não consolidável	58 – T4 – remoção completa	Se mantém a necessidade de remoção completa.
1976	Morro (Vila Virgínia)	O	50 / 250	Não consta	48 – T2 – Decreto 150	Indicada para regularização fundiária (2019)
1977	Monte Alegre (Monte Alegre)	O	95 / 475	335/não indicada calculamos 1.675 pessoas)	Núcleo regularizado	
1977	Fepasa (Vila Carvalho)	N	45 / 225	45/225	55	Consolidável – remoção média de 25% (2010) T2 – remoção média de 15% (2019)
1979	Jardim Jandaia (Jardim Jandaia)	N	320 / 1600	5 núcleos: Igrejas (39/245 – remoção média 25%) Torre (54/285 – remoção média 25%) Porto Seguro (140/735 – remoção média 25%) Japurá (72/380 – remoção média 25%) TRANSERP (120/630 – remoção média 25%) TOTAL: 435 unidades /2.275 pessoas	6 núcleos: Igrejas (90 – T2 – Decreto 150) Torre (66 – T2 – Decreto 150) Porto Seguro (61 – T2 – Decreto 360) Japurá (74 – T3 – Decreto 360) Tabatinga (41 – T2) Ambrosio Chaguri (88 – T2 – Decreto 150) TOTAL: 420 domicílios	Aumento de 1 núcleo. Manutenção da situação (Remoção 25% e T2). Redução do número de domicílios com intensa dinâmica do número de domicílios entre cada núcleo, para mais e para menos.
1982	Parque Rib. Preto	O	40 / 200	Andradas (46/170 – remoção completa)	6 núcleos AIDS (128 – T4)	Não é possível identificar a qual dos

	(Parque Rib. Preto)				Andradas (351 – T3 – Decreto 360) Andradas 2 (96 – T2 – Decreto 150) Andradas 3 (21 – T4) Cruz e Souza (137 – T2 – Decreto 360) Morro (já indicamos acima) TOTAL: 956 domicílios	núcleos nomeado Andradas se refere o PLHIS de 2010
1984	Raposa (Alto da Boa Vista)	C	20 / 100	Não consta	Não consta	
1984	Jardim do Trevo (Lagoinha)	L	38 / 190	188/940 – remoção média de 25%	Trevo (135 – T2 – Decreto 360)	
1986	Simioni (Adelino Simioni)	N	180 / 900	Descrito acima (Adelino Simoni 2)	Descrito acima (Avelino Simoni 2)	Descrito acima (Avelino Simoni 2)
1989	Avelino Palma (Avelino Palma)	N	25 / 125	192/960 – Remoção média 25%	212 – T2 – Decreto 360	Consolidável (2010) T2 / Decreto 360/2017 (2019)
1989	Alto do Ipiranga (Alto do Ipiranga)	N	74 / 370	Não consta	Não consta	
1989	Jardim Zara (Jardim Zara)	L	40/200	99/495 – Remoção média 25%	205 – T2 – Decreto 360	Consolidável (2010) T2 / Decreto 360/2017 (2019) Duplicou o número de domicílios
1989	Francisco Junqueira (Centro)	C	7/35	Não consta	Não consta	
TOTAL	**17**		**1.190 barracos 5.950 habitantes**	**2.662 unidades / 15.325 habitantes**	**3.385 domicílios**	

Fonte: ELIAS (2003), Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto (2010), Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto (2019)
Elaboração: autoria própria (2020)

Como é possível ver na tabela 2.4, dos dezessete núcleos de favelas implantados nas décadas de 1970 e 1980, oito deles estavam na região Norte, quatro na Oeste, três na Leste e dois no Centro na cidade. Logo, embora se implante com mais intensidade no território da pobreza, compondo os espaços opacos, também disputam as áreas centrais, luminosas.

[65] Nomenclatura utilizada na fonte que consultamos (Elias, 2003).
[66] Principal fonte para esse dado é de Elias (2003) que o retirou da Secretaria de Bem-Estar Social no ano de 1996.
[67] Esses dois decretos resultam da nova lei federal de regularização fundiária aplicada para o município (Decreto n. 360 de 2017 e Decreto n. 150 de 2019). Analisaremos os dois no próximo período.

Além disso, constata-se que foram construídos nove núcleos na década de 1970, que somavam 766 domicílios com aproximadamente 3.830 pessoas. Dentre eles, destaca-se o núcleo formado no Jardim Jandaia pela sua abrangência (320 domicílios, em 1994, e 420 em 2019) e permanência no território municipal até hoje. Também é de grande importância a implantação do núcleo Monte Alegre, iniciado em 1977, próximo ao centro da cidade e que foi regularizado, em 2019, com base na nova lei municipal de regularização fundiária. Especificamente, a partir do primeiro Decreto Municipal (n. 360/2017) instituído logo após a implantação da lei federal (n. 13.465/2017). Foram entregues nessa regularização 230 títulos de propriedade, ou seja, mais de 100 habitações não os receberam. Outro núcleo que destacamos é o Adelino Simioni 2 implantado em 1975, sete anos após a instalação do conjunto habitacional que lhe fornece o nome, sendo o segundo núcleo que se implanta na área. Provavelmente o primeiro já havia sido removido em 1994.

Quanto à década de 1980, se formaram oito núcleos, dois deles na região Leste e dois no Centro, logo, em áreas de maior conflito com os interesses imobiliários e com a própria elite por se aproximar de seus locais de residência. E quatro desses núcleos se constituíram no ano de 1989, desvelando o aprofundamento da pobreza urbana que ocorreu em todo o país na década seguinte, de 1990. Nas favelas instituídas nessa década somava-se, em 1994, 424 domicílios com aproximadamente 2.120 pessoas. Logo, são núcleos menos densos que os que se constituíram nos anos 1970. Destacamos também as favelas do Trevo e do Jardim Zara que, embora não estejam no território da pobreza (se localizam na região Leste), têm conseguido se manter e ambas foram incluídas no Decreto n. 360/2017 para serem regularizadas. Por fim, destacamos mais um núcleo que se constituí ao redor do conjunto habitacional Avelino Palma, que leva o mesmo nome, que se mantém até hoje na cidade.

Ainda com base na tabela 2.4 as dezessete favelas que se constituíram nesse período somavam 1.190 domicílios com a estimativa de uma população de 5.950 pessoas. Destas, pelo menos dez se mantiveram as quais contavam 2.238 domicílios, em 1994, enquanto, em 2019, o total de domicílios desses mesmos núcleos foi de 3.720 indicando, assim, o adensamento das favelas. E está indicado para completa remoção apenas um deles, o Tanquinho, que se trata provavelmente de um desdobramento do núcleo de mesmo nome, instalado em 1964, do qual falamos no período anterior.

Não foram constatadas incongruências quanto a situação de consolidação dos núcleos entre os PLHIS-RP de 2010 e 2019, como ocorreu com a favela Mangueiras. E, por fim, constata-se que as favelas que provavelmente deram origem a núcleos que existem até hoje na cidade são: Adelino Simioni, Tanquinho, Morro, Monte Alegre (regularizado), Fepasa, Jardim

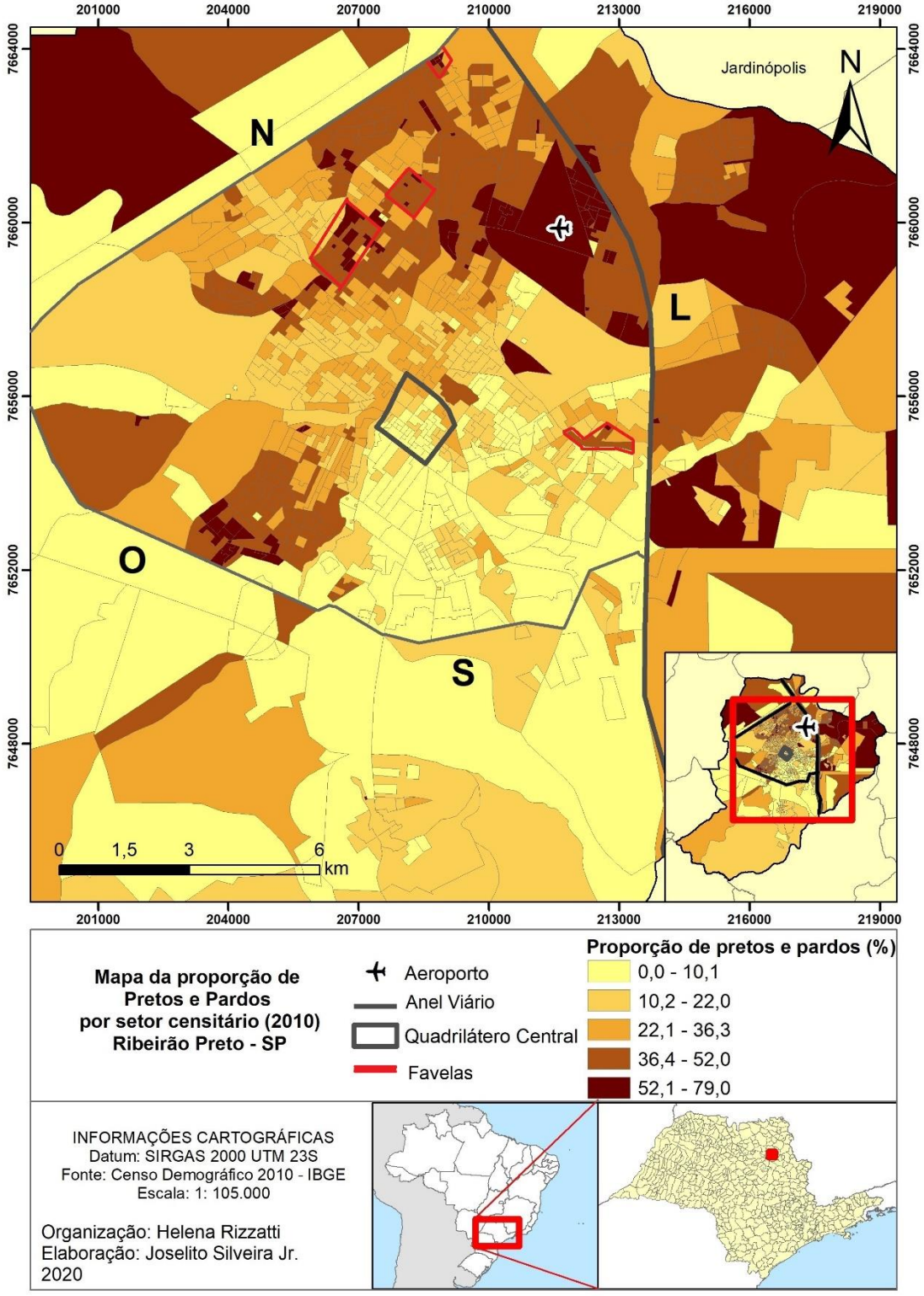
Jandaia, Parque Ribeirão, Jardim do Trevo, Avelino de Palma e Jardim Zara. No mapa 2.3 localizamos algumas delas (Adelino Simioni, Monte Alegre, Jardim Jandaia e Jardim Zara[68]) sobre a distribuição da população a partir da variável raça/cor para demonstrar como, embora disputem territórios, transpor a fronteira da segregação racial é historicamente difícil em Ribeirão Preto e no Brasil.

Para compreender o mapa 2.3 é importante ressaltar que as favelas não possuíam as dimensões indicadas, estas se referem ao período atual e foram elaboradas através da análise de imagens de satélite que indicam a predominância de construções que se assemelham (principalmente devido à coloração) às situações mais precárias.

Nota-se a predominância de população negra e parda nas áreas das favelas e a manutenção da baixa qualidade das suas construções, que foi o fator que nos permitiu reconhecer a permanência aproximada desses núcleos. A maior parte dos setores censitários demarcados com a presença dessas favelas (em vermelho) indicam uma proporção de, pelo menos, mais de 30% da população considerada como preta ou parda.

[68] As outras favelas são de tamanho muito reduzidos para permitir essa visualização ou não foram identificadas por nós a partir das imagens de satélite.

Mapa 2.3 – Localização aproximada dos núcleos de favelas instituídas entre as décadas de 1970 e 1980 que se mantém até 2019 sobre a proporção da população por raça/cor (2010) – Ribeirão Preto/SP



Assim, nesse terceiro período de periferização se constituem as maiores favelas da cidade prenhes de sabedorias, conhecimento, tecnologias da sobrevivência, histórias, vidas e muita diversidade. Só assim para conseguirem se manter por tanto tempo em meio a tantas confrontações em forma de remoção, urbanização e reassentamento.

As décadas de 1970 e 1980 são centrais para o entendimento da formação da desigualdade social e da pobreza no país. A criação do BNH e suas Cohabs pelo regime militar ditatorial e centralizador se dá concomitantemente ao fortalecimento dos movimentos sociais, principalmente na década de 1980, devido não só à disseminação da pobreza, mas também à expansão da capacidade de organização da sociedade civil que teve seu ápice na Emenda à Constituição nomeada de Reforma Urbana[69] (RODRIGUES, 1988; MARICATO, 1996). Fortalecimento que resultará nas ocupações organizadas de terras e de imóveis urbanos, importante estratégia de luta dos movimentos por moradia que vem sendo utilizada e aprimorada desde então como veremos na próxima fase da periferização de Ribeirão Preto.

Porém, antes de chegarmos nela, pontuamos um último evento geográfico do período: a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado [PPDI], em 1977. Apenas um estudo sobre a urbanização de Ribeirão Preto, dentre os que tivemos acesso, analisa com profundidade a Lei Complementar Municipal n. 3.346/77, que é o doutorado da professora Vera Migliori (1997). No estudo conclui-se que

> a Lei Complementar n. 3.346/77, que embora no seu enunciado se auto defina como Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado [PPDI], na verdade representa apenas uma lei de parcelamento do solo, que têm o mérito de ser anterior a Lei Federal n. 6.766/79 [conhecida como Lei Lehmann]. Esta lei introduz elementos bastante inovadores para a época em que foi elaborada, como a exigência de reserva de áreas públicas perfazendo um total de 40% da área a ser loteada, superior inclusive ao exigido pela lei federal (35%), a proteção das áreas às margens dos cursos d'água, diretrizes viárias bastante completas, entre outros. (...). Entretanto, os principais problemas da lei [municipal] n. 3.346/77, residem justamente no fato de ter sido anterior, e, portanto, em vários aspectos, incompatíveis à lei federal. Além de definir alguns termos técnicos de forma contrária à norma federal, a lei não é clara quanto a permissão de loteamentos para fins urbanos em áreas externas ao perímetro urbano e de expansão urbana, e **introduz o conceito de 'Condomínios Fechados' como modalidade de parcelamento do solo, para a qual não exige reserva de áreas públicas**. Assim, a década de [19]70 assiste à implantação dos primeiros condomínios fechados da cidade – a Quinta da Alvorada e a Quinta da Boa Vista (MIGLIORI, 1997, p. 81, destaque nosso).

[69] Essa Emenda Constitucional elaborada durante a Constituinte contou com a assinatura de mais de 160.000 apoiadores (RODRIGUES, 1988, p. 175).

A Lei Federal n. 6.766/79 (Lei Lehmann) é apontada por alguns estudiosos como uma das criadoras de diversos loteamentos irregulares e clandestinos (MARICATO, 1996; BONDUKI, 1998), posto que, definiu uma grande quantidade de critérios para que os loteamentos fossem considerados regularizados, sem permitir flexibilidade principalmente para todos aqueles que haviam sido implantados desde a Lei Federal n. 3.079/38. Lembramos que os critérios da lei mais antiga foram pouco cobrados pelos poderes públicos locais, devido ao incentivo dado pelo próprio governo federal de "solucionar" os problemas habitacionais através da receita: periferização e autoconstrução. Assim, a Lei Lehmann gerou, na verdade, um enorme contingente de loteamentos irregulares em todo o país. Um caso bastante representativo disso é, justamente, a situação da respectiva Lei Municipal de Ribeirão Preto que instituiu características em desacordo com a Federal. Mais um motivo para questionarmos a definição com base na regularidade ou irregularidade de terrenos, lotes ou glebas devido as especificidades que marcam a propriedade da terra no país desde a colônia (HOLSTON, 2010).

Afora essas importantes observações, a Lei Municipal n. 3.346/77 foi importante no processo de urbanização de Ribeirão Preto, principalmente, pela última característica apontada pela autora: a permissão para a instituição de "condomínios fechados". Por isso, para nossa análise é considerada um evento geográfico.

O citado condomínio Quinta da Alvorada foi construído ao lado do local onde se constituirá posteriormente a ocupação urbana conhecida, hoje, como Jardim Progresso, a maior ocupação urbana da cidade que se instalou, no ano de 1996, e foi regularizada em junho de 2019, com base na Lei Federal n. 13.465/2017. Essa proximidade geométrica entre a ocupação e o condomínio compõem uma paisagem muito significativa para o retrato do espaço urbano brasileiro: a imagem da concentração de renda e da perversa desigualdade social vivida pela nossa sociedade. É possível visualizar esse retrato na Foto 2.1.

Foto 2.1 – Desigualdade socioespacial marcada na paisagem (bairro Jardim Progresso e condomínio Quinto da Alvorada) – Ribeirão Preto/SP

Fonte: Googlemaps (2019)

Essa lei municipal de parcelamento do solo urbano foi um importante marco para a próxima e última fase de periferização de Ribeirão Preto, pois sua manutenção permitiu a excessiva expansão da região Sul com a formação de enormes vazios urbanos e condomínios horizontais cada vez mais isolados da malha urbana contígua. Essa expansão, intensificada na década de 1990, teve um atrativo que fomentou a criação de um novo eixo comercial, uma nova centralidade na cidade: o Ribeirão *Shopping*.

Construído em 1981, esse empreendimento comercial[70] foi o segundo *shopping center* do interior do Estado de São Paulo, e um dos primeiros do Brasil, e é um dos principais responsáveis por incentivar a constituição dessa nova centralidade voltada a atender a população de alta renda e atraindo-a para a região Sul. Esse centro comercial fez a ligação da Avenida Presidente Vargas, com a Avenida Professor João Fiuza até a Rodovia Anhanguera, eixo de alta revalorização imobiliária desde a década de 1990 até os dias atuais (figura 2.3, p. 133).

O Ribeirão *Shopping* segue até hoje como um centro de consumo da população com rendas mais altas da cidade e da região. Já está na sua quinta expansão abarcando inclusive hotéis, um "mercadão" de produtos refinados (e caros) e condomínios empresariais no seu complexo (FIGUEIRA, 2013). Porém, esse centro comercial foi instalado próximo do único conjunto habitacional construído na zona Sul, o Conjunto Habitacional Jardim João Rossi[71], entregue em 1986 pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), havendo intensa pressão por parte dos administradores do *shopping* para sua remoção. Se mantém ao redor dos muros que cerca o conjunto seguranças para "controlar" as ações da população que reside no local. Trata-se de um alto grau de violência viver dessa forma, posto que as pessoas que moram nesse lugar têm seus fluxos vigiados cotidianamente. Mas isso não é visto como violento por parte daqueles que não enxergam nas periferias urbanas vidas. É obliterado pela população que frequenta esse fixo comercial, majoritariamente rica e branca, que ali vivem pessoas que tem o direito a residir onde residem.

Encerramos assim esse terceiro período de periferização que teve como principais eventos geográficos: a implantação do Programa Federal Proálcool resultado de uma política

[70] De acordo com José Manuel Pires (2004, p. 14) "Trata-se de um momento de grande diversificação e sofisticação da oferta no setor terciário, com a instalação do segundo grande *shopping center* do interior do Estado, em 1981, ampliação da rede hoteleira moderna (com a implantação de hotéis cinco estrelas até então inexistentes), expansão e modernização do sistema financeiro (instalação de bancos estrangeiros), comércio (lojas de departamento), transporte e armazenagem, chegada das estações de televisão (com destaque para a chegada da EPTV, afiliada da Rede Globo, em 1980)".

[71] Esse conjunto habitacional é um caso único na cidade e poderia ter uma pesquisa inteira voltada para a compreensão na íntegra de sua história.

de modernização conservadora da Ditadura Militar, que intensificou a migração campo-cidade aprofundando a segregação socioespacial interseccionalizada; a criação da Companhia de Habitação de Ribeirão Preto e o período com o maior número de construção de conjuntos habitacionais, majoritariamente, na zona Norte que também agravam essa segregação; a constituição das maiores favelas da cidade; e a instituição da lei municipal que regulamenta os condomínios horizontais e loteamentos fechados.

Alteram-se as estratégias de acúmulo do capital e somam-se periferias urbanas com suas diversidades, riquezas e modernidades. Já se constituíram, até aqui, cortiços, favelas, vilas operárias e conjuntos habitacionais. Todos resultados da modernização seletiva implantada por uma processo de urbanização corporativa e interseccionalizada, segregando a população pobre, negra e parda e aprofundando as desigualdades de gênero através de políticas urbanas generificadas com destaque para os conjuntos habitacionais como "soluções" para os problemas de moradia e pela intensificação do trabalhador volante na cultura da cana-de-açúcar.

No próximo período trataremos da mais recente forma-conteúdo das periferias urbanas: as ocupações organizadas de terras urbanas.

2.2 Ocupações urbanas, neoliberalismo e esgarçamento do tecido social (1990 até os dias atuais)

Para realizar a análise desse período iremos subdividi-lo nas três décadas que o compõe devido à complexidade que o marca. Durante os trinta anos abarcados, implantou-se e aprofundou-se a política econômica neoliberal em escala nacional a partir de 1990, na década seguinte ocorreu um arrefecimento do intenso empobrecimento vivido pela população nos dez anos anteriores. Ao mesmo tempo, impulsionou-se a revalorização do solo urbano em todo o país processo que se aprofunda na primeira metade da década de 2010, quando são implantadas também novas políticas urbanas. Algumas delas são: o Programa Federal Minha Casa, Minha Vida junto da Lei de Regularização Fundiária (Lei Federal n. 11.977), em 2009, e a nova Lei de Regularização Fundiária (Lei Federal n. 13.465) que revogou integralmente a anterior, em 2017. O golpe parlamentar, nomeado de *impeachment*, vivido no país no ano de 2016, impulsionou mudanças de grande envergadura na política urbana. Faremos a análise de todos esses fatores a partir da urbanização de Ribeirão Preto.

Como expusemos no item anterior, até o final dos anos 1980 havia na cidade dezessete assentamentos precários que somavam, aproximadamente, 1.190 domicílios e 5.950 habitantes. Em 2001, já havia trinta e dois assentamentos, somando ao redor de 4.600 domicílios e aproximadamente 23 mil pessoas. Em 2010, foram constatados quarenta e quatro núcleos de

favelas, com 5.582 unidades habitacionais que, de acordo com o PLHIS-RP (2010), abrigavam 26.077 pessoas. A Secretaria de Planejamento e Gestão Pública contabilizou, em 2017, noventa e seis assentamentos precários que somavam 43 mil pessoas. E, por fim, com o novo PLHIS-RP (2019) se quantificou em oitenta e sete assentamentos que somavam 9.734 domicílios (aproximadamente 48.670 habitantes[72]). Na tabela 2.5 apresentamos esses números e a porcentagem de crescimento que eles representam.

Tabela 2.5 – Número de assentamentos precários, de domicílios e do contingente populacional estimado nos assentamentos em Ribeirão Preto/SP (1968-2019)

ANO	ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (TOTAL)	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA	% DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NOS NÚCLEOS[73]	% DE CRESCIMENTO AO ANO[74]
1968	6	741	3.705		
1989	17	1.190	5.950	60% (1968-1989)	2,9%
1993	21	1.566	7.830	30% (1989-1993)	7,5%
2001	32	4.600	23.000	193% (1993-2001)	24%
2010	43	5.681	26.590	15% (2001-2010)	1,6%
2016	56[75]	--	30.000[76]		
2017	96	8.600[77]	43.981		
2019	87	9.734	48.670	83% (2010-2019)	8,3%

Fonte: PLHIS-RP (2010); FERNANDES (2004); GASPAR E MIRANDA (2016); Cidade ON[78](2018)
Elaboração: autoria própria (2020)

Como é possível observar os períodos que possuem maior crescimento ao ano da população residente em assentamentos precários foram: entre 1993 e 2001, com taxa de 24% ao ano; e, entre 2010 e 2019, com 8,3% de crescimento ao ano.

O PLHIS-RP (2019) explica a alteração da quantidade de núcleos entre os dois últimos anos da década passada da seguinte maneira:

[72] Calculado por nós a partir da média utilizada pelo IBGE de cinco pessoas por domicílio.
[73] Essa porcentagem foi calculada por nós a partir dos dados da própria tabela, logo, não se trata de números oficiais.
[74] Essa porcentagem foi calculada por nós a partir dos dados da própria tabela, logo, não se trata de números oficiais.
[75] Notícia do Cidade On, portal online, do dia 27/07/2016, intitulada "5 anos após reintegração violenta, Favela da Família já tem 50 barracos" - Acessada em 24/07/2018.
[76] Notícia do Cidade On, portal online, do dia 27/07/2016, intitulada "5 anos após reintegração violenta, Favela da Família já tem 50 barracos" - Acessada em 24/07/2018.
[77] Calculado por nós a partir da média utilizada pelo IBGE de cinco pessoas por domicílio.
[78] Reportagens consultadas: "Em menos de dois anos, número de favelas quase dobra em Ribeirão Preto", do dia 11 de março de 2018, escrita por Lucas Castanho, portal da internet Cidade On (Acessada em 24/07/2018); "Com 70 favelas, Ribeirão Preto registra uma tentativa de ocupação por mês", do dia 09 de março de 2017, escrita no portal da internet G1 (Acessada em 24/07/2018); "Secretário de Planejamento anuncia o combate sistemático à novas invasões", do dia 11 de março de 2018, escrita por Lucas Castanho, portal da internet Cidade On - Acessada em 24/07/2018

> A atual administração registra que em março de 2017 havia 96 assentamentos precários, reduziu-se 19 (sendo dois deles o Jardim Progresso e Monte Alegre, que tiveram a regularização fundiária concluída) e foi acrescentado no PLHIS outros 15 (destes, 12 já existiam mas não tinham sido registrados[79]), além da combinação entre 10 núcleos contíguos dois a dois resultando em 5 núcleos (...)." (PLHIS-RP, 2019, p. 09).

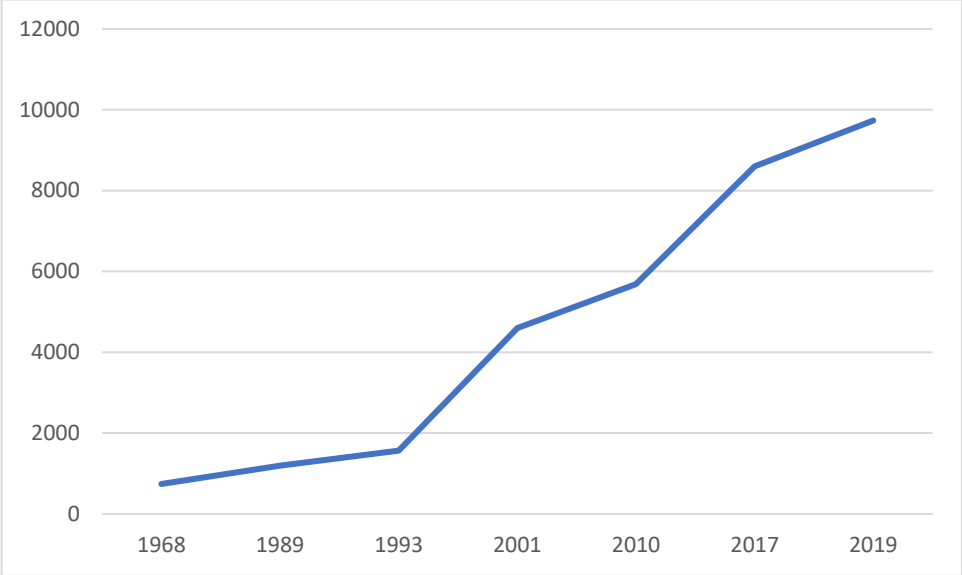
O Plano ainda sugere como fatores explicativos desse crescimento a "subestimação do fenômeno pelo PLHIS-RP em 2010; ocupações de terra com deslocamento de população de outras regiões para o município; e excessiva valorização do preço da terra no período." (p. 09). Assim, embora se aproximem de fatores explicativos, principalmente pelo terceiro argumento elencado, há uma omissão quanto à lógica da política urbana que favorece os interesses corporativos em detrimento das necessidades sociais. Ou seja, não se constata a urbanização corporativa em andamento desde a gênese da cidade.

Segundo diversas fontes (ROLNIK, 2015; MIRANDA E GASPAR, 2016; CIDADE ON, 2018), entre 2010 e 2016, se instalaram treze novos assentamentos na cidade. Entre 2016 e 2017 essa quantidade quase duplicou (passou de 56 núcleos de favelas para 96, o equivalente à média de mais de um novo assentamento e meio por mês durante esses dois anos). Se, em 2019, contabilizou-se a redução na quantidade de assentamentos precários (passando de 96, em 2017, para 87, em 2019) há, em contrapartida, um adensamento populacional nos mesmos (aumentando de 8.600 domicílios para 9.734, respectivamente).

É possível visualizar a expansão dos domicílios em assentamentos precários, desde 1968 até 2019, no gráfico 2.2 na sequência.

[79] Entretanto, na tabela apresentada nos Complementos do PLHIS-RP (2019) que comparou os assentamentos precários que constavam no PLHIS-RP (2010); os contabilizados pela Prefeitura, em 2017; e os constatados para o plano atual, são apresentados apenas quatro núcleos que existiam na cidade quando da elaboração do plano anterior. Logo, não é possível saber quais são esses outro oito núcleos que, segundo o PLHIS-RP (2019), já estavam implantados em 2010.

Gráfico 2.2 – Crescimento do número de domicílios nos assentamentos precários de Ribeirão Preto/SP (1968-2019)



Fonte: Tabela 2.5 (p. 124)
Elaboração: autoria própria (2020)

Nota-se no gráfico 2.2 o intenso crescimento do número de domicílios em assentamentos precários entre os anos de 1993 e 2001, 2010 e 2017, e, entre 2017 e 2019. Este último se destaca por ser um intervalo de tempo de apenas dois anos, enquanto os anteriores foram de oito e sete anos, respectivamente. Ao mesmo tempo, é possível visualizar o crescimento dos núcleos, entre 1968 e 1989, como o menos intenso do período analisado, e a redução do ritmo de crescimento na quantidade de domicílios em assentamentos precários, entre 2001 e 2010. Relembramos que esses dados não equivalem a análise da periferia urbana como um todo, pois não constam os conjuntos habitacionais, os cortiços, os loteamentos irregulares.

O PLHIS-RP (2019) se baseia na metodologia desenvolvida em Feitosa *et al.* (2018) que elabora as seguintes classificações para calcular o déficit habitacional do município: domicílios dentro de assentamentos precários e/ou irregulares (abordagem territorial) e fora deles (abordagem domiciliar), subdividindo-os ainda entre quantitativo e qualitativo. Ocorre, assim, uma complementariedade entre os déficits quantitativos e qualitativos dentro e fora de assentamentos levando à duplicação, pois permite que se contabilize mais de uma vez um mesmo domicílio nas diferentes categorias. Assim, após a contabilização dos domicílios segundo a inadequação, os dados são sobrepostos e se reduz os casos duplicados.

A abordagem domiciliar considera sete dimensões de adequação da moradia digna, são elas: 1) custo da moradia; 2) adequação física da edificação; 3) adequação da edificação à família; 4) segurança ambiental; 5) segurança jurídica; 6) infraestrutura e serviços públicos; 7)

localização e acessibilidade (PLHIS-RP/Complementos, 2019, p. 19). Essa classificação foi feita a partir da análise de microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Cada uma dessas dimensões têm determinados seus componentes dentre os quais, a partir da nossa compreensão de periferia urbana, destacamos problemas nas seguintes dimensões:

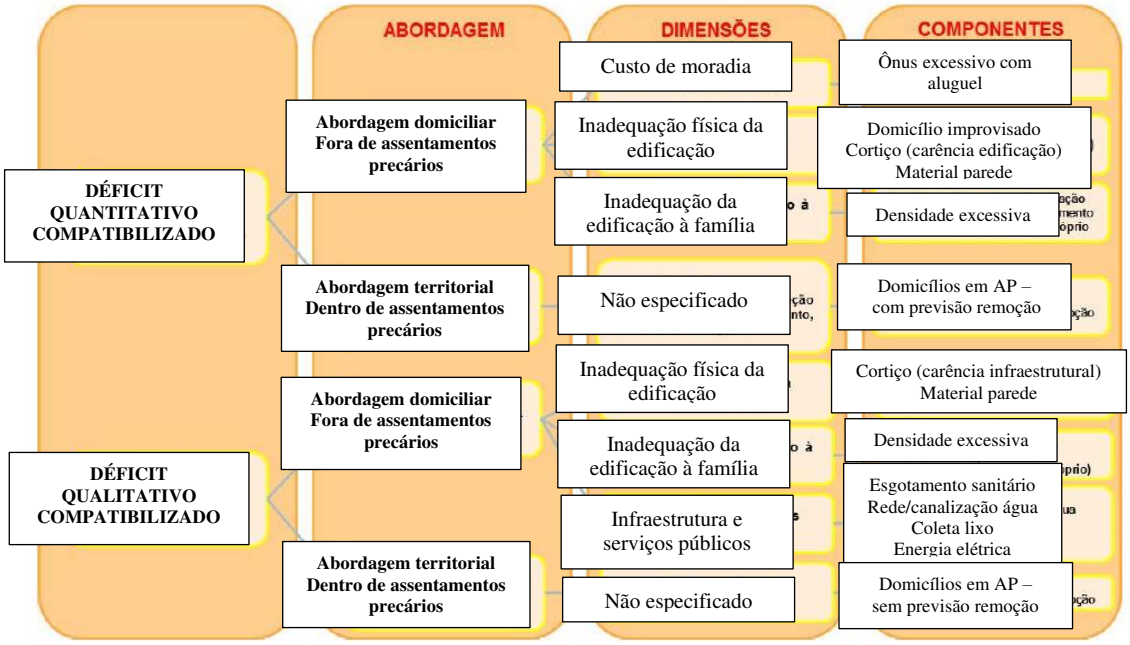
4) Segurança ambiental: não tem nenhum componente especificando quais e como são considerados os riscos ambientais. Embora haja uma pequena descrição de quais são eles, o plano se atém em dizer que "São inadequadas as edificações localizadas em áreas de preservação ambiental, de risco de inundação ou escorregamentos, áreas de contamização, etc." (PLHIS-RP/Complemento, 2019, p. 19).

5) Segurança jurídica: também não é apresentado nenhum componente especificando quais e como são consideradas as inseguranças jurídicas. A descrição que consta é que "está relacionada à regularidade e posse da terra" (ibidem). Considerando a diversidade de situações existentes de irregularidade nos pareceria interessante uma abordagem mais aprofundada.

7) Localização e acessibilidade: qual o tempo habitual gasto de deslocamento de sua casa até o trabalho. Na descrição indica-se "trata-se da integração à cidade, incluindo o acesso às opções de emprego, transporte público eficiente, serviços de saúde, escola, cultura e lazer" (ibidem). Entretanto, posteriormente o plano explica que "em virtude do excesso de dados não informados, a dimensão "localização e acessibilidade", ainda que relevante, não foi incorporada ao presente estudo" (p. 20).

Apresentamos na figura 2.2 a seguir o organograma elaborado para a realização da classificação do déficit habitacional do PLHIS-RP (2019).

Figura 2.2 – Compatibilização de abordagem para estimativa do déficit habitacional e inadequação habitacional: dimensões e componentes (PLHIS-RP, 2019) – Ribeirão Preto/SP



Fonte: PLHIS-RP/Complemento (2019, p. 27)
Elaboração: PLHIS-RP (2019) – adaptado

Nota-se, observando a figura 2.2, como os casos dentro de assentamento precários recebem menos especificidades. Eles serão classificados a partir das tipologias de problemas que apresentaremos na análise da década atual. Dessa maneira, como exporemos durante esse subcapítulo, características essenciais para compreender a periferia urbana não foram contabilizadas posto que o item acessibilidade é uma dimensão central para compreendê-la. Além disso, um dos elementos que justifica uma grande parcela dos domicílios indicados como "solução de remoção" se devem aos riscos socioambientais que tampouco são aprofundados ou, que seja, discriminados seus componentes. Por fim, a simplificação da dimensão de insegurança jurídica também deixa de fora uma análise pormenorizada de uma característica essencial da luta pela moradia.

Feitas essas constatações, apresentaremos na sequência os dados do déficit habitacional contabilizado pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto de 2019.

Na tabela 2.6 são expostos os números de domicílios fora de assentamentos precários e classificados segundo as dimensões da moradia digna. Nota-se a concentração desse déficit nas categorias ônus excessivo com aluguel (com 11.748 domicílios) e densidade excessiva/coabitação (7.004 domicílios). Na soma final são reduzidas as sobreposições de problemas habitacionais numa mesma residência atingindo um total de 20.689 domicílios que

equivalem a, aproximadamente, 103.445 pessoas em situação de déficit habitacional fora dos assentamentos precários.

Tabela 2.6 – Número de domicílios em situação de déficit habitacional fora dos assentamentos precários em Ribeirão Preto/SP (2019)

Componentes	Número de domicílios	População**
Ônus excessivo com aluguel	11.748	58.740
Densidade excessiva e coabitação	7.004	35.020
Sem canalização de água	1.912	9.560
Cortiços	701	3.505
Inadequação de material da parede externa	653	3.265
Domicílios improvisados	190	950
Outros componentes	35	175
TOTAL	**20.689***	**103.445*****

* Reduzindo as sobreposições.
** Dado calculado por nós a partir da média de cinco habitantes por domicílio.
*** Equivalente ao total de domicílios após redução das sobreposições.
Fonte: PLHIS-RP (2019, p. 49)
Elaboração: autoria própria (2020)

Na tabela 2.7 na sequência apresentam-se as proporções e somatórias referentes às duas principais classificações para o déficit habitacional utilizado no PLHIS-RP (2019): domicílios dentro de assentamento precários (9.734 domicílios) e os fora destes (20.689 domicílios). É notável como mais de dois terços deles se localizam fora dos assentamentos precários indicando como a periferia urbana é composta por muito mais lugares do que as favelas e ocupações de terras urbanas. Esse montante de 30.423 domicílios em situação de déficit habitacional corresponderia a uma população de 152.115 habitantes, equivalente a pouco mais de 20% da população total do município, estimada pelo IBGE para o ano de 2019.

Tabela 2.7 – Total de domicílios em situação de déficit habitacional dentro e fora de assentamentos precários em número absolutos e relativos em Ribeirão Preto/SP (2019)

Tipo de déficit habitacional	Número de domicílios	%
Dentro de assentamentos precários	9.734	32
Fora de assentamentos precários	20.689	68
TOTAL	**30.423 (152.115 habitantes)**	**100**
Em relação ao total do município	**12,8% dos domicílios***	**21,6% da população****

* Considerando os dados do PLHIS-RP (2019) que indicou a existência de 238.703 domicílios em 2019.
** Considerando a estimativa do IBGE de 703.293 habitantes para o ano de 2019.
Fonte: PLHIS-RP (2019)
Elaboração: autoria própria (2020)

Sem embargo, a nosso ver, a periferia urbana de Ribeirão Preto é amplamente maior e mais extensa do que isso, posto que consideramos que os conjuntos habitacionais as compõem devido à precária acessibilidade às modernidades e ao reduzido direito ao território vivido nesses lugares. Provavelmente, parte dos domicílios que compõem o déficit habitacional fora dos assentamentos irregulares se localizam nesses conjuntos, entretanto isso não é especificado no plano. Assim como, não há um mapeamento da localização desses domicílios inadequados fora dos assentamentos precários. A nosso ver uma ausência intencional para obliterar a magnitude e extensão do problema. Trataremos disso na análise da década atual.

Considerando que, os componentes do déficit habitacional fora de assentamentos precários de "densidade excessiva e coabitação", "inadequação de material da parede externa" e "outros componentes" podem se referir às unidades dos conjuntos habitacionais, decidimos por não considerá-los para o cálculo que faremos. Assim, dos 20.689 domicílios fora de assentamentos precários, mantemos 12.997 domicílios que dificilmente seriam contabilizados nos conjuntos habitacionais. Isso porque eles se referem aos contabilizados dentro dos componentes: ônus excessivo com o aluguel, sem canalização de água, cortiços e domicílios improvisados.

Dessa maneira, a população total que vive nas 39.076 unidades dos conjuntos habitacionais (tabela 2.2, p. 102) é de aproximadamente 195.380 moradores. Considerando o déficit habitacional calculado no plano (30.423 domicílios), fora os componentes que podem se referir a essas unidades em conjuntos habitacionais (7.692 domicílios), tem-se 22.731 domicílios em situação de déficit. Somando-os às unidades dos conjuntos habitacionais totaliza-se 61.807 domicílios e, ao redor de, 309.035 habitantes. Como é possível visualizar na tabela 2.8 que segue, esses números absolutos equivalem a quase 26% do total de domicílios (238.787 domicílios) contabilizados no município para o ano de 2019 (PLHIS-RP), e 44% do seu contingente populacional total (703.293) considerando a estimativa do IBGE para o mesmo ano.

Tabela 2.8 – Número de domicílios, contingente populacional absoluto e relativo na periferia urbana de Ribeirão Preto/SP (2019)

Tipo de periferia urbana	Número de domicílios	Relação quanto ao total do município (%)	Contingente populacional	Relação quanto ao total do município (%)
Dentro de assentamentos precários	9.734	4,1	48.670	6,9
Fora de assentamentos precários e dos conjuntos habitacionais	12.997	5,4	64.985	9,2
Conjuntos habitacionais	39.076	16,4	195.380	27,8
TOTAL	**61.807**	**25,9**	**309.035**	**43,9**

Fonte: PLHIS-RP (2019), COHAB-RP
Elaboração: autoria própria (2020)

Ressaltamos que esse cálculo da abrangência da periferia urbana de Ribeirão Preto não equivale ao déficit habitacional da cidade, mas às parcelas urbanas com reduzida acessibilidade às modernizações do território. Logo, onde se ausenta grande parte do direito ao território. Para percorrer esse período marcado pela intensificação da pobreza urbana faremos em seguida essa análise subdividida por décadas.

2.2.1 Década de 1990: Adensamento da pobreza, ocupações urbanas e condomínios verticais

Esse período é delimitado por nós, com base em diversos estudos (ELIAS, 2003; FERNANDES, 2004; SILVA, 2004; PIRES, 2004; LAURENTIIS, 2010), como sendo o de maior crescimento da população pobre da cidade. Apesar de muitos dos eventos geográficos que o delimitam já terem começado a se constituir no território no período anterior (1970-1989), é a partir dos anos 1990 que eles ganham densidade no tecido urbano.

Definimos os seguintes eventos geográficos significativos do processo de periferização e urbanização corporativa e interseccionalizada nessa década: o crescimento exponencial dos núcleos de favelas (chegando a trinta e dois no início dos anos 2000); o início das ocupações organizadas de terras urbanas, com destaque para a maior delas, Jardim Progresso, iniciada em 1996; e a intensa revalorização imobiliária do eixo Sul a partir da Av. João Fiúsa e Av. Presidente Vargas que constituem a principal centralidade dessa parcela da cidade. Quanto ao planejamento urbano, houve a instituição do primeiro Plano Diretor (após a Constituição Federal de 1988 que os tornou obrigatórios), em 1995, com efeitos no processo de revalorização

do solo urbano; e a implantação do projeto "Ribeirão Preto 2001 – Ação Estratégica para o Desenvolvimento", apresentado em 1996, que delimitou diretrizes para o planejamento urbano que guiam até hoje as gestões urbanas.

O Plano Diretor de Ribeirão Preto (Lei Complementar n. 501) implantado durante o primeiro mandato do prefeito Antônio Palocci Filho (PT / 1993-1996), em 1995, instituiu a expansão do perímetro urbano ultrapassando, praticamente pela primeira vez na história da cidade, a área delimitada pelo Anel Viário construído a partir do Plano de Vias de 1960. Essa expansão ocorreu tanto no sentido Norte, implantando pela primeira vez conjuntos habitacionais além do limite do Anel; quanto na direção Sul, com os condomínios e loteamentos fechados que começam a ser instalados aí nos anos 1990.

Segundo Marcos Antônio Gomes (2009, p. 128) "Ficaram definidos como eixo principal de expansão urbana os prolongamentos dos corredores comerciais das avenidas Independência, Presidente Vargas e Adelmo Perdizza, ao sul do município". O Plano Diretor, inclusive, incentivava a ocupação do setor Sul em seu artigo 8º:

> O setor Sul, limitado pelo Vale do Ribeirão Preto, Vale do Retiro Saudoso e pela Rodovia Antônio Machado Sant'Anna (SP 255), e parte do setor Oeste, limitado pelo Vale de Ribeirão Preto, pela Avenida dos Bandeirantes e pela divisa do Município a Oeste, constitui o vetor de crescimento da área urbanizada de Ribeirão Preto.

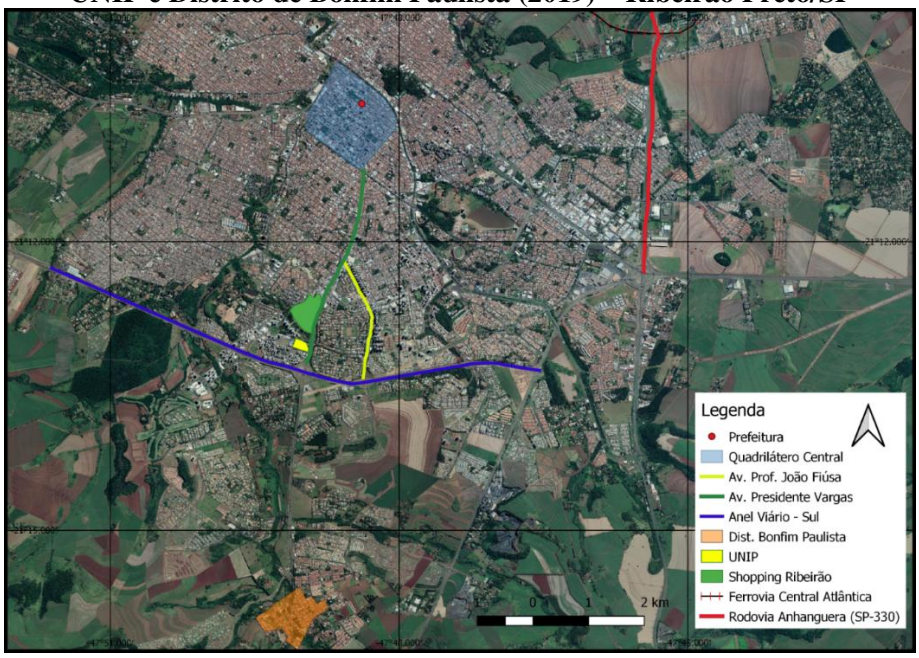
Nesse processo, Migliori (1997) destaca a lei municipal n. 5.685, do ano de 1990, como uma das mais segregadoras da cidade. Apesar de ser anterior ao Plano Diretor, de 1996, acaba sendo incorporada ao plano por meio da delimitação de uma grande parcela do setor Sul para fins residenciais com apenas alguns eixos comerciais. Prepara-se a área para a instalação de condomínios e loteamentos fechados. Nas palavras da pesquisadora

> A mais recente das normas de uso e ocupação do solo da cidade, e sem dúvida a mais segregadora é a Lei Complementar n. 5.685/90, que delimita extensa área exclusivamente residencial e, próxima a ela, áreas de uso especial onde são permitidas as atividades comerciais e de serviços 'compatíveis' com o uso residencial, e cria também alguns corredores comerciais ao longo das principais avenidas que atravessam esta área residencial. Em toda área delimitada por esta lei fica proibida a construção de edifícios verticalizados. (...). Esta área é hoje o principal vetor de crescimento da cidade para os empreendimentos destinados às classes médias e média alta. **Sofreu, em cinco anos de vigência, mais de 35 alterações, todas privilegiando situações particulares**, anexando novos usos às tabelas que definiam as atividades permitidas nas zonas especiais e nos corredores comerciais, até mesmo em determinadas quadras de área exclusivamente residencial (MIGLIORI, 1997, p. 81 e 82, destaque nosso).

Essa passagem não só destaca a perversidade dessa legislação como a flexibilidade da mesma para com interesses individuais. Como explica Maricato “As recorrentes discussões técnicas detalhadas sobre posturas urbanísticas ignoram esse fosso existente entre lei e gestão e ignoram também que a aplicação da lei é instrumento de poder arbitrário” (2000, p. 148). Ou seja, quando há interesse político a máquina estatal tem tempo, dinheiro e funcionários suficientes para realizar trinta e cinco alterações, em apenas cinco anos. Quando isso precisa ser feito para atender as necessidades da população pobre economicamente costuma haver problema na ordem do tempo, dinheiro ou funcionários tardando *ad aeternum* o procedimento.

A última década do século XX tem como marca mais importante das estratégias urbanas corporativas a revalorização imobiliária da Avenida Professor João Fiúza, a partir de 1995. Essa via faz a conexão entre a Avenida Presidente Vargas, eixo que também vai se transformando para receber as construções mais modernas e tecnológicas da cidade, e o Anel Viário Contorno Sul onde se localizam o Ribeirão *Shopping*, implantado em 1981 como já tratamos, e a Universidade Paulista (UNIP), implantada no ano de 1996, chegando até o Distrito de Bonfim Paulista (GOMES, 2011). Entre a faculdade e o distrito estão instalados a maior parte dos condomínios horizontais construídos, principalmente, a partir da próxima década. Apresentamos na figura 2.3 a localização de todos esses elementos.

Figura 2.3 – Território da riqueza: Av. Presidente Vargas, Av. João Fiúsa, Ribeirão *Shopping*, UNIP e Distrito de Bonfim Paulista (2019) – Ribeirão Preto/SP



Elaboração: autoria própria (2019)

É a partir dessa parte sul do Anel Viário que começa a área, apontada por Vera Migliori (1997), como de uso apenas residencial. Ou seja, a Avenida João Fiúsa e a Avenida Presidente Vargas vão constituir o território mais "moderno" de Ribeirão Preto no período atual, logo, é o eixo de maior especulação e revalorização imobiliária da cidade. Essa é a parcela mais luminosa da cidade, ou seja, com maior acúmulo de densidade técnica-científica-informacional e de capitais. Como relata Gomes

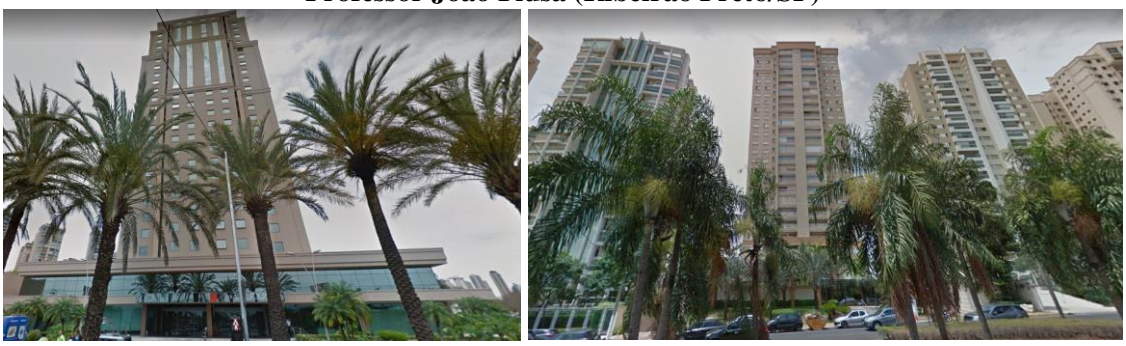
> A zona Sul de Ribeirão Preto concentra, além dos terrenos mais caros da cidade, os imóveis que mais se valorizam. Em condomínios como o Colina Verde, o metro quadrado chega a custar 5 mil reais, e uma casa pode atingir 4 milhões de reais. Na Avenida João Fiusa (...), apartamentos de cobertura, como no *Edifício Place de Vogues*, custam até 3,5 milhões, exemplos que demonstram a forte especulação e a supervalorização a que foi submetida esta zona ao longo dos últimos quinze anos [1995-2010], sobretudo (GOMES, 2011, p. 72).

O autor explica ainda que

> Esta avenida [Professor João Fiúsa] concentra grandes edifícios de luxo. Seu projeto de expansão e verticalização foi originado da fusão de interesses e capitais de quatro grupos imobiliários locais: Habiarte Banc, Copema, Stéfani Nogueira e Conspace, que redundou na criação do Grupo de Desenvolvimento Urbano – GDU Incorporações e Construções. Este grupo passou a ter um papel fundamental na expansão da zona Sul, adquirindo terrenos, lançamento de loteamentos, condomínios e favorecendo a especulação cada vez maior da região, sobretudo a partir de meados da década de 1990 (GOMES, 2011, p. 72).

Na foto 2.2 constam alguns exemplos de edifícios comerciais e residenciais modernos, que se propõem inteligentes, encontrados nas avenidas Presidente Vargas e Professor João Fiusa. Embora não sejam edifícios inteligentes veiculam esse discurso que tende a incentivar o processo de revalorização imobiliária. "O *marketing* urbano (das construções e dos terrenos) gera expectativas que influem nos preços" (SANTOS, 2008 [1993], p. 107). Esses objetos marcam o mais recente território da riqueza, em Ribeirão Preto, que também vai se desenhando e se expandindo a partir de 1990. Do mesmo modo ocorre com o território da pobreza que se expandiu intensamente para a região Oeste.

Foto 2.2 – Edifícios inteligentes localizados na Avenida Presidente Vargas e na Avenida Professor João Fiúsa (Ribeirão Preto/SP)



Fonte: Google Street View (2019)

Porém, diferente do que constata Gomes (2017), consideramos que o grande momento de expansão dos condomínios na região Sul se concentra nos anos 2000, quando ocorre a segunda maior leva de loteamentos na história da cidade (com 77 aprovações) perdendo apenas para a década de 1950 (tabela 1.1, p. 81). E tiveram como principal destino a constituição dos condomínios e loteamentos fechados que praticamente dominam a parcela sul da cidade. Essa constatação é feita com base nos estudos mais recentes sobre esses empreendimentos realizados por Tânia Figueira (2013), Bruno Barcella (2018) e Débora Zamboni (2018).

Assim, mantemos como evento geográfico que explica a dinâmica urbana dos anos 1990 a supervalorização do solo urbano desde a Avenida João Fiúsa até os limites sul da cidade, porém não os condomínios horizontais que são marcas da próxima década. Segundo Gomes (2009, p. 157), "[a] maioria das vinte e quatro torres projetadas inicialmente, pela GDU [Grupo de Desenvolvimento Urbano formado pelos quatro maiores grupos imobiliários locais], para a João Fiúza foi, praticamente, erguida em um período de doze anos (de 1995 a 2007).". Ou seja, esse processo dere valorização da cidade ocorre entre o fim da década de 1990 e os anos 2000.

Outra importante política urbana que teve início dos anos 1990, e marca as décadas seguintes, foi a implantação de parques urbanos em vetores de revalorização (GOMES, 2013) inicialmente delineados pelo projeto "Ribeirão Preto 2001 – Ação Estratégica para o Desenvolvimento", apresentado em 1996 (MOREIRA, 2015).

Esse plano urbano, sintético para a quantidade de mudanças que propõe para a cidade, tinha como pontos principais: colocar a Secretaria de Planejamento e Gestão Urbano como central na política urbana da cidade (BEZZON, 2008), como ocorre hoje; propor a descentralização de diversas atividades em novas centralidades que se incentivariam, majoritariamente, na região Sul; internacionalização do Aeroporto Estadual de Ribeirão Preto

– Dr. Leite Lopes[80], ideia que desde então vem sendo retomada por diversas gestões, inclusive a atual; uma importante política de valorização cultural através, principalmente, da reforma do Theatro Pedro Segundo, no centro histórico (política que mais foi levada à cabo durante o mandato de Palocci); e a transferência da sede da prefeitura para esses novos centros de planejamento da cidade que seriam construídos distantes do centro (MOREIRA, 2015). Logo da implantação do projeto, as propostas para fortalecer as atividades culturais foram as únicas a serem iniciadas. Realizou-se a reforma do Theatro Pedro Segundo e implantou-se a Feira do Livro realizada, desde então, na praça XV de Novembro, em frente ao respectivo teatro. Expomos em linhas gerais esse projeto, porque uma importante parte dele está sendo colocando em andamento pela gestão atual (Antônio Duarte Nogueira Júnior / PSDB), justamente na região do aeroporto intensificando a pressão sob a parcela mais recente da periferia urbana, que se expandiu nessa direção na década de 2010, como analisaremos a frente.

Retomamos, assim, que a delimitação da região Sul como principal área para a expansão da revalorização imobiliária foi definida no Plano Diretor, de 1995, e mantida até os dias atuais. Além do acirramento da segregação socioespacial, há também um considerável incremento de vazios urbanos chegando a equivaler a 40% do total do perímetro urbano (ELIAS, 2003, p. 331). Áreas que serão, em parte, apropriadas pelos pobres urbanos.

Concomitante a esse processo de revalorização imobiliária há um intenso empobrecimento da população. O pesquisador José Manuel Pires faz uma síntese de importantes dados para a década:

> Observa-se, nos anos 1990, um incremento de 45,92% no percentual de pobres, de 5,88% para 8,58%, o que equivale a um aumento de quase 18.000 pessoas na cidade vivendo abaixo da linha de pobreza fixada pelo IBGE/PNUD. Vale dizer, aumentou de 25.356 para 43.322 o número de pessoas sobrevivendo com uma renda per capita de até R$ 75,50 (equivalente a meio salário-mínimo em agosto de 2000). Infelizmente, trata-se aqui de um fenômeno generalizado no Estado de São Paulo, conquanto a evolução desfavorável desse indicador tenha sido cada vez mais significativa em Ribeirão Preto que na média do Estado. Todavia, cabe apontar que, a despeito desse desempenho insatisfatório, Ribeirão Preto ainda se situava, em 2000, entre os municípios com menor percentual de pobres – vigésimo-sétimo lugar entre as 645 cidades paulistas (nono lugar em 1991) (PIRES, 2004, p. 20).

[80] Segundo Carolina Moreira (2015, p. 124) "Em relação à área para localização do aeroporto (...) vê-se que a área indicada coincide com a localização atual, porém não foram previstas desapropriações para garantir futuras ampliações, o que hoje gera a maior parte das discussões sobre a adequação do aeroporto".

A taxa de crescimento ao ano da população, entre 1991 e 2000, foi de 1,78%[81]. O mesmo autor, ao analisar esse dado, aponta que

> A diferença no dinamismo econômico entre as décadas de [19]70 e [19]80 e os anos [19]90 fica nítida nas taxas de crescimento demográfico bastante diferenciadas. Entre 1970 e 1990, a taxa de aumento populacional do município foi bem maior que a do Estado de São Paulo (...). Nos anos [19]90, a taxa de crescimento populacional ficou restrita quase totalmente ao crescimento vegetativo. Para isto, também colaborou, é importante observar, o processo de mecanização da agricultura canavieira (PIRES, 2004, p. 04).

Assim, é inegável que uma marca desse período em Ribeirão Preto é a intensificação da pobreza urbana, posto que, embora o crescimento demográfico da cidade tenha sido restrito ao vegetativo, há um considerável aumento da população residente em assentamentos precários da ordem de 20% ao ano (tabela 2.5, p. 124). Para acomodar tamanho incremento populacional além da continuidade da formação de favelas iniciam-se as ocupações urbanas, como ocorreu em todas as grandes cidades e metrópoles do país. As ocupações, de modo geral, datam da década de 1980, porém, no caso de Ribeirão Preto se intensificaram a partir de 1990. A maior delas e mais conhecida é a ocupação do Horto Florestal que, após projeto de urbanização, recebeu o nome de Jardim Progresso e foi regularizada, em 2019, como já colocamos. Essas mesmas constatações, da intensificação da pobreza urbana e das ocupações urbanas, foram notados por nós para Campinas também na década de 1990 (RIZZATTI, 2014). Entretanto, nas maiores cidades brasileiras a gênese das ocupações data de 1980 (RODRIGUES, 1988[82]; BONDUKI & KOWARICK, 1988).

Como escrevem estes últimos autores (1988, p. 160 e 161) analisando essa nova forma da periferia especificamente na cidade de São Paulo

> As invasões/ocupações organizadas de terra surgem a partir de 1981, marcando um novo quadro da situação habitacional em São Paulo no qual para os trabalhadores de baixa remuneração é cada vez mais difícil adquirir um lote periférico e ingressar no longo e desgastante processo de auto-construção. Ao mesmo tempo que a "opção periférica" fica mais distante, o desemprego e a queda do salário real impossibilitam o dispêndio mensal com o aluguel, levando milhares de pessoas a terem que encontrar uma solução habitacional que não implicasse em qualquer custo monetário. As favelas, ocupações espontâneas de terra, que já vinham crescendo significativamente em São Paulo desde meados da década de 1970, tornam-se insuficientes para abrigar uma grande massa de

[81] Segundo nossos cálculos, apresentados na tabela 2.1 (p. 98), a taxa de crescimento demográfico médio para Ribeirão Preto no período de 1990/2000 foi de 2,1% ao ano, tal diferença pode se justificar nos anos considerados. Para o mesmo período, a taxa de crescimento brasileira foi de 1,63% ao ano (IBGE, 2000) e a do Estado de São Paulo foi de 1,8%.

[82] A autora explica que, entre 1981 e 1984, ocorreram 65 ocupações na Grande São Paulo, sendo 18 em áreas particulares e 27 em áreas públicas que somavam 9.358 famílias. Enquanto, em 1987, já se calculavam 222 ocupações nas quais se calculavam 32.181 famílias (RODRIGUES, 1988, p. 161).

> trabalhadores sem opção de moradia. É neste quadro que as invasões/ocupações organizadas de terra ganham grande impulso, **revelando um grau de mobilização e organização popular anteriormente desconhecido das lutas urbanas de São Paulo e que somente pode surgir em função da existência de núcleos de aglutinação popular nos bairros periféricos formados no período anterior** (BONDUKI & KOWARICK, 1988, p. 160 e 161, destaque nosso).

Destacamos na nossa análise a importância desse acúmulo de saberes, também frisado pelos autores supracitados, a partir das outras formas de periferias urbanas que vão se mantendo no território. Como aponta Stella Paterniani (2019), há uma coetaneidade na luta pela moradia e pela cidade que, embora ocorram diversas remoções e desalojamentos, essa história se soma, se agrega, se alimenta. Só assim é possível compreender a riqueza tão perceptível nessas enormes parcelas das cidades brasileiras.

Esses grandes movimentos de ocupação denunciam, a nosso ver, dois elementos: a crise econômica dos anos 1990 escondida pela mídia hegemônica brasileira, devido ao processo de neoliberalização que ocorria no país comandado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB / 1995-1998 e 1999-2002) (SILVEIRA, 2008); e o fortalecimento do movimento social no país devido a luta pelo fim da Ditadura Militar e a profunda crise habitacional resultantes das políticas elaboradas por esse Regime, que levaram a elaboração da proposta pela Reforma Urbana, durante a Constituinte, quando começaram as ocupações urbanas, e que atinge até a implantação do Estatuto da Cidade (2001). Este pode ser considerado uma vitória parcial, mas ainda assim uma vitória, demonstrando a maior capacidade de conhecimento do planejamento urbano por parte dos movimentos de moradia, que passam a estudar as áreas da cidade para ocupar pontos estratégicos, pois selecionam majoritariamente terrenos que acumulam dívidas públicas e que não cumprem com a função social da propriedade tal qual foi definida na Constituição de 1988.

Assim, os movimentos organizados de moradia, além de fazerem a luta embasada em argumentos legais em prol de suas ações, demonstrando conhecimento do arcabouço jurídico, também conseguem instalar as famílias de baixa renda, algumas vezes, em lugares melhores do que onde vinham se instalando com as favelas. Destacamos esse fato da luta dentro da legalidade não porque a valorizemos como um dado autônomo, afinal, como já pontuamos aqui, a legislação brasileira é aplicada de maneira específica para as diferentes parcelas da população, de acordo principalmente com sua classe, raça o gênero. Nosso destaque se deve à ampliação das possibilidades de vitórias que o domínio da legislação permite, afinal tal domínio se dá

inclusive sobre as suas brechas (HOLSTON, 2010)[83]. Pelo que observamos, essa importante estratégia de ocupação de terrenos vazios e ociosos se fortaleceu novamente na cidade, na década de 2010, quando dobrou o número de ocupações no território ribeirão-pretano.

Assim, para analisar a importância das ocupações urbanas a partir de Ribeirão Preto, trataremos da maior delas: o Jardim Progresso. Tomaremos a quantidade de páginas que nos parece necessária para assegurar a memória dessa formação, posto que encontramos apenas uma dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2005); um capítulo de livro (ADAS, 2004) e um artigo científico (GASPAR & MIRANDA, 2016) que retomam parcelas dessa narrativa que não pode ser obliterada devido ao seu potencial e aos seus desdobramentos no fortalecimento das periferias urbanas. Por isso, teceremos seu processo de formação (ADAS, 2004; GASPAR & MIRANDA, 2016), com direito a detalhes, e posteriormente retomaremos seus desdobramentos para os movimentos sociais que lutam pela moradia (OLIVEIRA, 2005).

A ocupação do Jardim Progresso se localiza na região do Horto, loteada em 1969, e, após manter-se por vinte e oito anos sem cumprir sua função social, ou seja, vazia sem nenhum tipo de uso, foi ocupada em fevereiro de 1997. O primeiro ponto que destacamos é a data da ocupação. Nesse mesmo mês, em fevereiro de 1997, ocorreram também as duas maiores ocupações urbanas de Campinas: o Jardim Campo Belo (aproximadamente 7.500 famílias) e o Parque Oziel (ao redor de 4.000 famílias). Tal fato se deve, entre outros motivos, à criação do Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST), no ano de 1997. A ocupação do Parque Oziel é uma das primeiras auxiliadas pelo movimento e ganhou proporções nacionais durante a luta para permanecerem no local (SIMÕES, CAMPO & RAFAEL, 2017), chegando a ser urbanizada e regularizada em área privilegiada do território campineiro por estar próxima do centro histórico e comercial da cidade, assim como do principal terminal rodoviário intraurbano. Fizemos o estudo dessas duas ocupações no mestrado (RIZZATTI, 2014). Como veremos, há muitos elementos em comum entre esta ocupação em Campinas e o Jardim Progresso em Ribeirão Preto.

Sobre a ocupação em território ribeirão-pretano, Sérgio Adas (2004, p. 219, 220 e 225) conta que

> O Horto, futuro Jardim Progresso, foi ocupado em agosto de 1996, por 127 famílias de trabalhadores sem-teto. Em janeiro de 1997 eram 287 famílias. Passados cinco anos (2001) o contingente era de 1.500 famílias, somando de 7.050 a 10.400 habitantes. Em dezembro de 1996, a área foi definida por lei

[83] Esse autor apresenta um interessante estudo sobre a importância do conhecimento e posterior manejo de suas brechas legais por parte da população residente num loteamento clandestino, no bairro Jardim Camélia em São Paulo.

> municipal que seria o Parque Ecológico e Botânico Angelo Rinaldi. (...). A área esteve desocupada durante 28 anos, desde 1969. Nesse período teve um lixão na área que foi desativado e plantações com caráter de abandonadas. Também já foi ocupada duas vezes por favelas na década de [19]70 e na década de [19]80. Um dos primeiros conjuntos habitacionais da Cohab foi para transferência das famílias da favela [instalada nessa área] na década de 1980, o conjunto Branca Salles.

Ainda nas palavras do pesquisador

> Longe de ser uma contestação dirigida ao sistema, contra a ordem jurídica a fim de destruí-la, o ímpeto inerente aos moradores para se promover a ocupação traduzia muito mais as aspirações de brasileiros lutando pelo direito à propriedade (ou, ao menos, da posse) de uma casa, desejosos de integrar-se numa sociedade que os excluía e exclui reiteradamente, cujas experiências profissionais e existenciais não fizeram senão intensificar suas carências ante a efetividade das leis em suas vidas. (...). É certo, (...) que, por um lado, as invasões [sic] urbanas se inserem e despertam a questão da transgressão à ordem jurídica, mais especificamente às normas que disciplinam o direito urbanístico e o direito de propriedade (...) [mas], se consideradas a partir da necessidade dos invasores, é capaz de gerar direitos (ADAS, 2004, p. 261 e 263).

Um elemento interessante e que se conecta ao Parque Oziel, em Campinas, (que teve uma ampla divulgação na cidade, com muitas tentativas de remoção), é o da existência de fortes indícios de incentivo do próprio poder púbico local para que a área a fosse ocupada, como aconteceu também na Cidade Locomotiva segundo relato das lideranças. Devido à riqueza de detalhes traremos mais uma longa citação retirada do texto de Sérgio Adas:

> Reportando-se ao início do processo de ocupação do Horto, o morador tece as seguintes considerações: 'Começou a chegar gente em 1996, novembro de 96, nas eleições do [Luiz Roberto] Jábali [PSDB], **o Jábali veio aqui, mandou invadir, dizendo que se ele ganhasse isso aqui continua, aí o povo invadiu, e tem mais gente chegando**.'. (...). Uma vez que vários trechos de depoimentos, colhidos de moradores diversos, indicam a mesma correlação, ou seja, a existência de certo incentivo para a realização das ocupações, promovido pelo candidato que logrou chegar à prefeitura durante as campanhas eleitorais do segundo semestre de 1996, não seria desprovido de sentido aventar-se a hipótese de que, em seu nascedouro, o impasse dos sem-teto no Horto Florestal também foi inaugurado pela vigência de um clientelismo político, ao mesmo tempo pronunciado junto aos ocupantes que aspiravam a conquista do local e dissimulado ante a opinião pública. Também manifestaram esse parecer algumas assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, indicando que houve um aumento gradativo das ocupações em sua época inicial em razão do período eleitoral. (...). Não obstante, é preciso considerar que a mesma hipótese aplica-se à administração antecessora, de Antônio Palocci Filho (PT, 1992-1996). Não seria desprovido de sentido afirmar que prevaleceu certa hesitação ante os destinos ou intervenções a serem realizadas por sua administração diante do impasse dos moradores sem-teto do Horto Municipal. Essa sugestão, aliás, foi notificada na imprensa escrita: '**Um dos pontos que**

> **chama a atenção no movimento sem-teto é a rapidez com que tudo aconteceu. As quase mil casas foram construídas em pouco mais de quatro meses.** A invasão começou em setembro. As autoridades não pararam as construções no início. A invasão foi feita em setembro, em plena campanha política. Nessa época ninguém mexeu conosco com medo de perder votos', acusa. Segundo as declarações de um dos líderes do movimento no Jardim Aeroporto, Hélio Augusto Barbosa, o governo do ex-prefeito Antônio Palocci empurrou o problema o quanto pôde. A primeira notificação de despejo chegou apenas em dezembro, logo após o petista Sérgio Roxo perder a eleição para o tucano Luiz Roberto Jábali' (Silva, 1997: 15)[84] (ADAS, 2004, p. 254 e 255, destaques nossos).

Esse mesmo processo é apontado na pesquisa de Doraci Lopes (1988) sobre a cidade de Campinas na qual a autora indica que o então prefeito Francisco Amaral (PMDB) incentivou diretamente a ocupação do Parque Oziel e indiretamente a do Jardim Campo Belo. Informação que também nos foi relatada em trabalhos de campos realizados com lideranças de ambas áreas (RIZZATTI, 2014). Lopes (1988) aponta como possível intenção para tal incentivo (que pode ser compreendido pela própria omissão do poder público perante as ocupações) o interesse do prefeito de que Campinas chegasse à um milhão de habitantes e, assim, facilitasse a criação da Região Metropolitana de Campinas (RMC). Ambos fatos realmente ocorreram no ano de 2001. Trouxemos esse relato na nossa pesquisa de mestrado (RIZZATTI, 2014) e estamos de acordo com a hipótese levantada. Em muitos casos de ocupação no país houve não só a coadunação, mas o incentivo das mesmas por parte do poder público local com o intuito, no mínimo, de angariar votos para a eleição.

Seguindo a história do Jardim Progresso, Adas (2004, p. 254, destaque nosso) conta que

> Nessas cinco áreas [Jardim Aeroporto, Simioni, Salgado Filho I, Vila Carvalho e Horto Florestal] a situação naquele momento [1997] apresentava-se de tal modo que o Jardim Aeroporto constituía o local de maior tensão, com cerca de 260 famílias, contabilizando aproximadamente 1.000 pessoas, expostas à uma ação de reintegração de posse perpetrada pela Justiça com prazo de 60 dias para a saída dos ocupantes da área. No Simoni o número de famílias chegava a 300, enquanto os sem-teto residentes no Jardim Salgado Filho I computavam 50. Desprende-se, assim, que a ocupação do **Horto Florestal era a que continha maior número de famílias e, a julgar pelas outras áreas, a que havia encontrado até aquele momento, através de seus líderes, melhores condições de negociação junto aos poderes locais constituídos**.

Indica-se no trecho a importância da liderança para estabilizar a área através de estratégias acertadas de negociação. Por fim, a área começa a se estabilizar juridicamente no ano 2000 como conta o autor supracitado:

---

[84] SILVA, José Rubens. Casa para os sem-teto. **Revide**, 9 mar. 1997.

> A Prefeitura determina em Lei Complementar n. 1028, de 7 de junho de 2000, a revogação da Lei 618 de 1996 que definia a área do Horto Florestal como área de proteção ambiental que fica, com a lei de 2000, definida como área destinada à implantação de núcleo habitacional. (...). Após as falsas promessas, feitas em outubro de 1999, e a promulgação da Lei Complementar, em junho de 2000, os moradores do Jardim Progresso somente assistiriam ao início das intervenções urbanísticas a partir de janeiro de 2001. Ou seja, após transcorridas as eleições municipais em outubro de 2000, que alçaram para a nova administração o prefeito Antonio Palocci Filho (PT). (...). **Em junho de 2004, a menos de quatro meses das eleições municipais, a regularização de 1.312 imóveis do bairro do Jardim Progresso foi anunciada pelo então prefeito da cidade,** Gilberto Maggioni, pré-candidato à reeleição pelo PT. (...). Praticamente oito anos depois do início da ocupação e dois transcorridos desde a remoção das proibições legais para sua regularização, proclamou-se ainda a construção de outros benefícios no bairro como é o caso da construção de uma escola infantil. Não resta dúvida de que essas ações, uma vez praticadas, beneficiarão as atuais [2004] 1.312 famílias do Jardim Progresso, ou seja, de acordo com a estimativa de uma família média do IBGE (...), cerca de 5.200 pessoas, das quais 2.600 portam seus devidos títulos eleitorais (ADAS, 2004, p. 260, 278, 283 e 284, destaque nosso).

Essa regularização, entretanto, só ocorrerá no ano de 2019. Tatiana Gaspar & Ana Miranda (2016) descrevem as ações mais recentes realizadas pelo poder público e atualizam os dados indicando que há 1.917 lotes que somam, segundo a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 7.668 moradores hoje nesse local. As autoras explicam que

> Entre 1991 e 2001 a Prefeitura Municipal implantou redes de infraestrutura de água e esgoto, drenagem e pavimentação da área. Desde então, iniciou-se o cadastramento socioeconômico dos moradores pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Ribeirão Preto, até que em 2010 foi estabelecido o convênio com o Programa Estadual de Requalificação de Núcleos Habitacionais 'Cidade Legal', que atualizou o cadastramento das famílias e levantamento planialtimétrico e cadastral com marcação de lotes e edificações. A mobilização da população iniciou-se [sic] por meio de reuniões públicas com o trabalho de conscientização sobre o processo de regularização fundiária, tendo como principal objetivo o estabelecimento do controle da ocupação da área, o que permitiria iniciar o projeto de regularização fundiária com a demarcação dos lotes e implantação de infraestrutura. Em 2012, a Secretaria de Planejamento e Gestão Pública expediu o Auto de Regulamentação referente ao Parcelamento da área do Jardim Progresso, recebendo em 2013 a Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental da Secretaria de Habitação do Governo do Estado de São Paulo. Embora o processo de regularização fundiária social ainda não esteja concluído, hoje o Jardim Progresso é um bairro integrado à cidade, com parcelamento aprovado na prefeitura e registrado em cartório, rede de água, esgoto, energia elétrica e asfalto implantados. **No que se refere à regularização fundiária, ainda falta a efetivação da posse em favor dos moradores e a garantia de níveis adequados de habitabilidade das edificações** (GASPAR & MIRANDA, 2016, p. 09, destaque nosso).

E agora nós damos continuidade a esse relato e registramos nessa tese a efetiva regularização do bairro Jardim Progresso, no dia 13 de junho de 2019, com a entrega de 1.290 títulos de propriedade. Logo, 627 domicílios não foram regularizados. Ainda que façamos uma análise crítica dessa regularização (apresentada no último item do capítulo), não se pode negar que há uma vitória, ainda que incompleta, por parte da população que segue residindo na área, desde 1996. Sabemos que para que "outros mundos sejam possíveis" (*Ejército Zapatista de Liberación Nacional* – EZLN) não necessariamente é por títulos de propriedade privada e individual que se deve lutar, mas pelo seu fim. Entretanto, até que esse dia seja construído, por meio da luta, é necessário que valorizemos as pequenas vitórias. E construir um bairro inteiro e lutar pela sua regularização não pode ser desconsiderado, já que, além de toda a sabedoria que se acumula em meio a esse processo, muitos cidadãos e cidadãs também foram se construindo a si mesmos e aos seus pares.

Assim, as proximidades entre as histórias do Jardim Progresso, em Ribeirão Preto, e do Parque Oziel, em Campinas, são interessantes e indicam um processo de construção da luta do movimento de moradia e pela Reforma Urbana a nível nacional. Um processo que resulta em maior conhecimento das normas urbanas nacionais, estaduais e municipais, por parte da população pobre que não teve acesso, em momento nenhum de suas vidas, à uma educação de qualidade; em formação e capacitação de movimentos sociais e lideranças; e na capacidade de construção da cidade pela população pobre através da tecnologia da sobrevivência. Assim como lhes permite conhecer mais e melhor seus deveres e direitos como explica a grande líder de ocupação de imóveis vazios de São Paulo, Carmen da Silva, na epígrafe que trazemos no começo dessa primeira parte da tese. Nas palavras de Sérgio Adas

> A área do Residencial dos Eucaliptos está situada ao lado da área do Tiro de Guerra, localizada muito próxima ao viveiro de mudas da PMRP e até hoje não foi ocupada, ou seja, nela não foram construídas casas de alvenaria. Isso demonstra que **as lideranças dos ocupantes estavam informadas da particularidade do terreno onde se moviam as ações**. (...). **Guardadas as devidas proporções, não seria exagero afirmar que a cidade de Ribeirão Preto envereda para uma situação semelhante ao caso da cidade de São Paulo, Campinas e tantas outras brasileiras que, a partir da década de 1980, passaram a conviver com as ocupações organizadas de terra.** Somente os próximos anos poderão confirmar a continuidade ou não dessa tendência (ADAS, 2004, p. 266 e 288, destaque nosso).

Ao que tudo indica, trata-se de uma tendência que não só continuou como se intensificou e se aprimorou desde os anos 1980. Ao final da década de 1990, as favelas e ocupações urbanas são entendidas como um sério problema em Ribeirão Preto. Segundo o autor supracitado:

> à época da ocupação promovida pelos trabalhadores sem-teto na área do Horto Municipal, outras ocupações ocorriam na cidade de Ribeirão Preto. No Jardim Aeroporto, era noticiado no jornal *O Diário*, em 26 de fevereiro de 1997, uma área "invadida" possuindo 270 famílias instaladas no local; no Simioni também ocorreu uma ocupação, mas não havia ainda um levantamento do número de pessoas instaladas. (...). No início de 1997, o então prefeito Luis Roberto Jábali falava de comprar outro terreno para realocar a população do Horto e dos **sem-teto do Jardim Aeroporto, liderados por Helio Augusto Barbosa e Margarida Aparecida Caetano do Jardim Jockey Clube**. (...). (...). Na matéria publicada na revista *Revide*, o jornalista José Rubens da Silva informava que no início do mês de fevereiro de 1997, segundo a vice-prefeita e secretária do Bem-Estar Social, Devilta Pereira Alves, já haviam sido construídas cerca de mil casas nas áreas ocupadas no Simioni, Jardim Aeroporto e Horto Municipal. Segundo as informações apresentadas no artigo, cada sem-teto estaria gastando em média R$ 1.400,00 na construção das casas de alvenaria, muitos deles financiavam o material de construção em 12 vezes para edificar suas moradias nos terrenos que contavam com 5 metros de frente e 30 metros de fundo. (...). (...). No mês de abril de 1997, enquanto a Secretaria do Bem-Estar Social de Ribeirão Preto divulgava como sendo 8 mil o número de famílias morando em favelas ou áreas clandestinas na cidade, o MSTR[85] contava com 2.500 famílias cadastradas na cidade. A mesma secretaria, num universo de 656 questionários aplicados entre as famílias de sem-teto, estimava que 60% delas tinham renda mensal que oscilava entre R$ 200,00 e R$ 500,00 (ADAS, 2004, p. 249, 265 e 270).

Como indicamos acima, essa explosão da população pobre construindo parcelas da cidade através de ocupações urbanas denuncia as perversidades do modo de produção capitalista e da urbanização corporativa e fragmentada, com destaque para a política econômica neoliberal que vem estendendo suas raízes intensamente durante a década de 1990. As enormes partes de cidades construídas através das ocupações são, muitas vezes, mais bem providas do que aquelas construídas pelo poder público voltadas para essa mesma população, pobre, negra e parda. Entre os enormes loteamentos sem áreas mistas com pouca ou nenhuma infraestrutura, característica dos conjuntos habitacionais, as áreas ocupadas por movimentos de moradia, que conseguem se manter por alguns anos, constroem territórios, muitas vezes, menos hostis aos seus habitantes. É claro que a informalidade do comércio, da infraestrutura e dos serviços reduz sua qualidade, mas a rapidez com que muitos problemas vão sendo resolvidos, em relação à morosidade intencional do poder público, pode tornar o ambiente da ocupação mais apropriado para o modo de vida urbano do que em áreas regularizadas que compõem as periferias urbanas. Destacamos, ainda, na citação acima como a participação das mulheres nas lutas de moradia, especificamente nas ocupações urbanas, é uma constante desde seu início. O mesmo ocorre no Parque Oziel e no Jardim Campo Belo.

[85] Movimento dos Sem-Teto da Região de Ribeirão Preto (MSTR).

Além de tudo isso que as ocupações de terras vêm se mostrando capazes, elas foram e seguem sendo um importante celeiro de formação de lideranças para todo tipo de luta social, com destaque para as lutas por moradia. Segundo Sérgio Adas, vai ser a partir dessas importantes ocupações que se constituiu, em 1997, o Movimento Regional dos Sem-Teto (MRST) que depois passou a ser denominado MSTR (Movimento dos Sem-Teto da Região de Ribeirão Preto). Além deste, na própria ocupação do Jardim Progresso germinou-se a semente do MUST (Movimento de União dos Sem-Teto) (OLIVEIRA, 2005).

Em dissertação realizada especificamente sobre a atuação desse movimento urbano em Ribeirão Preto, Valdeir de Oliveira (2005) descreve a importância do MUST para a formação de líderes na luta pela moradia:

> Todas as conquistas referentes à urbanização da área [do Jardim Progresso] tiveram como meio de interlocução o MUST. Nas assembleias, que aconteciam ordinariamente todos os meses nas casas de representantes da ocupação, **a população do Horto Municipal pode experimentar uma nova forma de participação política**, onde todos possuíam o direito de expressar suas opiniões e decidir sobre as prioridades do bairro. Os efeitos dessa experiência ganham visibilidade quando **constata-se que a grande maioria das pessoas que participaram ativamente do MUST ainda continuam de alguma forma no movimento em favor da moradia** (OLIVEIRA, 2005, p. 88, destaques nosso).

Trazemos, com o intuito de ilustrar essa capacidade de organização, os seguintes relatos adquiridos por Sérgio Adas em suas pesquisas de campo sobre a conexão regional dos movimentos que foram se fortalecendo no final dos anos 1990:

> Em 1997 se constitui o Movimento Regional dos Sem-Teto (MRST), que tinha como coordenadores, na época, Sidney Antônio Joaquim e Hélio Augusto Barbosa, que pouco tempo depois passou a ser denominada MSTR (Movimento dos Sem-Teto da Região de Ribeirão Preto). (...). Articulando contatos com sem-teto de cidades próximas a Ribeirão Preto, como Barrinha (a 36 km) e Tambaú (a 109 km), as lideranças do movimento identificavam a disponibilidade de áreas nas pequenas cidades visando realizar novas ocupações, transferindo métodos e divulgando a cartilha que se prestava a organizar o movimento em Ribeirão Preto. Desde abril de 1997, portanto transcorrido um mês da formalização do movimento, Sydnei Antônio Joaquim, então seu presidente recém-eleito, veterano na organização dos sem-teto e participantes de suas reuniões há mais de dez anos em outras localidades (Folha de S. Paulo, 1997: 7-4), já anunciava que as ações se tornariam mais pronunciadas nas pequenas cidades do que propriamente na cidade de Ribeirão Preto (Credencio, 1997: 7-1) (ADAS, 2004, p. 269, 270 e 271).

Valdeir Oliveira (2005) relata, também, a conexão de diferentes lutas ao redor da luta por moradia, numa década que o movimento sindical perdia força. A nosso ver, há um

importante indício do aumento da centralidade da luta por moradia de maneira geral no Estado de São Paulo. O autor escreve que

> Justamente pelo ritmo de mobilização, capacidade de formulação de estratégias e de formalização das reivindicações, não seria equivocado estabelecer o caráter comutativo entre a organização dos sem-teto e outros movimentos sociais operando na região de Ribeirão Preto na mesma época. Se, por um lado, a região da cidade que lhe empresta o nome passou a vislumbrar a partir do início da década de 1990 um enfraquecimento do poder de negociação dos sindicatos de trabalhadores nos mais diferentes setores, conheceu, por outro, o fortalecimento dos movimentos sociais tanto nos cenários rurais quanto urbanos (OLIVEIRA, 2005, p. 270).

E mais do que isso, há uma importante marca da presença das mulheres como lideranças desses movimentos. Embora seja difícil encontrar referências bibliográficas e dados comprovando essa característica, os estudos que vêm sendo realizados por todo o país, e a América Latina, ao redor das questões de gênero apontam o protagonismo das mulheres nas diversas formas das periferias urbanas: em favelas, conjuntos habitacionais, quilombos, loteamentos clandestinos e ocupações urbanas de imóveis e de terra (FONSECA, MACIEL & IVINS, 2012; HELENE, 2019; MUNDIM, WECHSLER & PRIMI, 2013; SILVA, 2007; SIMÕES, *et. al.*, 2017; SOUZA, 2018; TAVARES, 2015).

Nas palavras de Diana Helene (2019, p. 972): "(...) a presença feminina é tão superior nos movimentos de moradia que é facilmente percebida por contrastes visuais. (...) pode-se dizer que quase 80% dos participantes são mulheres. Claudia Garcez, coordenadora estadual do MTST, afirma que 60% dos cargos de coordenação do MTST são compostos por mulheres". Nas pesquisas em ocupações urbanas de Campinas e Ribeirão Preto que vimos realizando, desde o ano de 2008, essa constatação também se confirma.

Assim como, nos estudos que encontramos que pormenorizavam a formação e o cotidiano de algumas periferias urbanas de Ribeirão Preto (DE LAURENTIIS, 2010; FERNANDES, 2004; OLIVEIRA, 2005) sempre são citadas mulheres nas organizações ou na luta pelo direito à moradia, à creche, à infraestrutura, enfim, pelo direito ao território. A nosso ver não se trata de uma novidade histórica a participação e liderança de mulheres nas lutas que estão diretamente ligadas à reprodução da vida, trata-se da invisibilização delas com a ausência de documentação e estudos para comprovarmos essa relação. Nossa proposta com essa tese é inclusive auxiliar na construção dessa história.

Dando continuidade à análise da década de 1990, trataremos agora especificamente das favelas. Na tabela 2.9 apresentamos as informações daquelas que existiam, em fevereiro de 1994, segundo a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social de Ribeirão Preto (ELIAS, 2003).

Tabela 2.9 – Núcleos de favelas existentes em Ribeirão Preto/SP (fevereiro de 1994)

Favela	Ano formação	Localização	Região	N. Domicílios	Habitantes
Vila Carvalho	1964	Vila Carvalho	Norte	45	225
Mangueira	1968	Vila Virgínia	Oeste	310	1550
Lacerda	1970	Lagoinha	Leste	34	170
Vila Elisa	1974	Vila Elisa	Norte	160	800
Frangolar	1974	Vila Virgínia	Oeste	4	20
Adelino Simioni 2	1975	A. Simioni 2	Norte	23	115
Tanquinho	1976	Tanquinho	Norte	35	175
Morro	1976	Vila Virgínia	Oeste	50	250
Monte Alegre	1977	Monte Alegre	Oeste	95	475
Fepasa	1977	Vila Carvalho	Norte	45	225
Jardim Jandaia	1979	Jardim Jandaia	Norte	320	1.600
Parque Ribeirão Preto	1982	Pq. Ribeirão Preto	Oeste	40	200
Raposa	1984	Alto da Boa Vista	Centro/Leste	20	100
Jardim do Trevo	1984	Lagoinha	Leste	38	190
Simioni	1986	Simioni	Norte	180	900
Jardim Zara	1989	Jardim Zara	Leste	40	200
Francisco Junqueira	1989	Francisco Junqueira	Centro/Leste	7	35
Avelino de Palma	1989	Avelino de Palma	Norte	25	125
Alto do Ipiranga	1989	Alto do Ipiranga	Oeste	74	370
Jardim Salgado Filho 2	1990	Jd. Salgado Filho 2	Norte (região do aeroporto)	8	40
Coca-Cola	1991	Ipiranga	Oeste	13	65
21			**TOTAL**	**1.566**	**7.830**

Fonte: ELIAS (2003)
Organização: autoria própria (2018)

Destacamos na tabela 2.9 a manutenção da região Norte como o principal território da pobreza, concentrando nove das vinte e uma favelas existentes em 1994. A maior delas, neste momento, era a do Jardim Jandaia com 320 domicílios e aproximadamente 1.600 habitantes. Essa região é seguida pela Oeste com sete núcleos, incluindo o segundo maior núcleo em contingente populacional: a favela Mangueiras que contava, na época, com 310 domicílios e uma população aproximada de 1.550 pessoas. Compreende-se assim como o processo de periferização vai se desenhando.

Dentre esses vinte e um núcleos, se mantém no território ribeirão-pretano no período atual, pelo menos catorze deles. Aqueles que temos certeza que não existem mais são os que se localizavam em áreas privilegiadas da cidade: favela do Lacerda (no bairro Lagoinha, no setor Leste), a favela da Raposa que se localizava no bairro Alto da Boa Vista, um bairro de média-alta renda, e o núcleo Francisco Junqueira, área inserida no Quadrilátero Central. Também não consta mais como assentamento precário o núcleo Monte Alegre, por ter sido regularizado em

2019. Além dessas, pelo que verificamos no PLHIS-RP (2019), também não se constou as favelas Lacerda, Vila Elisa, Frangolar e Alto no Ipiranga. Na região do aeroporto havia, em 1994, apenas um núcleo de favela constituído, o Jardim Salgado Filho 2, com apenas oito domicílios e aproximadamente quarenta moradores, situação que se alterará consideravelmente durante os anos 1990 chegando ao início da próxima década com oito núcleos instalados nessa parcela da cidade.

Outro importante programa habitacional ocorrido na década de 1990 e destacado em pesquisas e em entrevistas com movimentos de moradia da cidade, foi o Programa Lotes Urbanizados (Lei Municipal n. 6.771/94) instituído durante o primeiro governo de Antônio Palocci Filho (PT / 1993-1996). O programa propunha a autoconstrução com o subsidio de materiais pelo poder público em loteamentos regularizados e urbanizados e sob administração da Cohab-RP. Esse programa é descrito no estudo de Laura de Laurentiis (2010) que trata da área do Ribeirão Verde, região distante da malha urbana da cidade (são dezessete quilômetros até o centro), urbanizada e loteada, em 1995, em acordo entre a Cohab-RP e outras duas empresas. A autora explica que

> a primeira gestão de Antonio Palocci (1993-1996), pautada em projeto de governo que prioriza o desenvolvimento com democratização e com ênfase nos programas sociais, investiu fortemente nas parcerias com o setor privado, inclusive na produção de habitação de interesse social através da Cohab-RP. Entre os vários programas (...) [o] Programa Lotes Urbanizados (...) objetiva ampliar a oferta de lotes dotados de infraestrutura básica (água, esgoto, energia elétrica e pavimentação) para famílias de baixa renda, residindo em situações de risco, em casas alugadas ou em locais sujeitos a obras públicas. Esse Programa é uma alternativa de baixo investimento, que serve de base para várias formas de execução de unidades habitacionais. Os projetos desse Programa podem ser desenvolvidos em terrenos da Cohab-RP, da Prefeitura, das comunidades organizadas e em terrenos de iniciativa privada em parceria com a Prefeitura (LAURENTIIS, 2010, p. 26).

O Ribeirão Verde é um bairro de difícil acessibilidade com apenas uma via fazendo sua conexão com o restante da cidade[86]. Diversas favelas e ocupações estão mais bem localizadas do que essa área que é, de maneira geral, regularizada. A região[87] é hoje uma conhecida periferia

[86] "Queda de postes "trava" trânsito em única via de acesso a bairro de Ribeirão Preto, SP: Motoristas que deixam o complexo Ribeirão Verde enfrentam congestionamento na Avenida Antônia Mugnatto Marinceck nesta segunda-feira (22). CPFL realiza reparos no local.", portal da internet do G1, dia 22/05/2017. Acessado em 18/08/2018.

[87] Próximo a essa área, em antiga fazenda da qual o loteamento Ribeirão Verde também fazia parte em tempos remotos, se instalou o assentamento rural Mário Lago, no ano de 2003, organizado e mantido até hoje pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Trata-se de um dos mais importantes assentamentos desse movimento social no país com a instituição de escola e posto de saúde na área para atender a população que nele reside. Pontuamos essa nota para demonstrar possíveis conexões entre periferias urbanas e periferias rurais, assim como, seria possível pesquisar se há associações entre essas áreas para facilitar a permanência no território.

onde já ocorreram e ocorrem constantemente ocupações urbanas[88]. Inclusive as principais lideranças da comunidade Cidade Locomotiva se conheceram em uma ocupação que aconteceu lá, no ano de 2013. Apenas uma das lideranças atuais da Locomotiva já participava enquanto liderança da União dos Movimentos por Moradia (UMM) quando dessa ocupação no Ribeirão Verde. Os outros líderes moraram nessa ocupação e se aproximaram do movimento organizado durante esse período. Eles se mantiveram por aproximadamente dez meses na área e após sete liminares de reintegração de posse expedidos houve a remoção[89].

Os dois líderes de um dos maiores movimentos de moradia da cidade, o Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR) que milita junto ao GARP (Grupo de Auto-gestão Habitacional de Ribeirão Preto), ressaltaram o Programa Lotes Urbanizados de maneira que nos parece bastante ilustrativa. Apresentamos no quadro 2.1 esse relato.

Quadro 2.1 – Conversa entre líderes do MLNR e GARP sobre o Programa Municipal Lotes Urbanizados em Ribeirão Preto/SP

Paulo – Ribeirão já teve condição melhor de projeto habitacional. Por exemplo, na década de [19]90 teve o Programa Lotes Urbanizados, foi um projeto excelente, porque você possibilita o indivíduo a ter acesso à terra e ele trabalha com autoconstrução, porque deu terra para pessoa ela se vira. O programa parece que era muito bom porque ele oferecia cinco projetos que a pessoa podia escolher e ele podia começar a construir a partir daquele projeto já aprovado na Prefeitura. Então dava até um suporte, tinha uma cesta com material de construção, então foi feito muita casa. Isso fomentou trabalho, criou condições das pessoas que nunca tiveram terem acesso à moradia, a burocracia é muito menor. **A região do Ribeirão Verde, Leite Lopes, Palocci, Pedra Branca foram construídas assim.** Teve alguns lotes urbanizados particulares que foram importantes, mas tiveram vários em terrenos da prefeitura que foram importantes [também]. A prefeitura urbanizou a área e ofereceu esse material, esses bens subsidiados. Porque você pega uma área que não é muito valorizada e não está muito longe da cidade, não é muito caro para colocar infraestrutura. Aí a prefeitura coloca e a pessoa se vira. Eu lembro que no programa você tinha material pra fazer uma edícula, dois cômodos, a pessoa já muda pra lá e para de pagar aluguel. Você vai lá no Leite Lopes, onde eu moro, você não vê mais nenhum terreno vazio. Marcelo – E o bom do Lote Urbanizado é que o cara não realiza só um sonho, ele realiza um sonho de fato, porque ele constrói o que ele imaginou, ele não vai pegar uma casa de Cohab cheia de vício, uma igual a outra. Ele retoma a dignidade dele e a realização do sonho dele. Ele sonhou, ele para na frente do terreno e pensa na casa que ele quer e realiza o sonho dele.

Fonte: pesquisa de campo (07/02/2018)

Assim, o Programa cria outra forma de periferia urbana, regularizada, porém autoconstruída. Embora esse tipo de ação pública já fora implantada em outras cidades do país (BONDUKI, 1994), desde a década de 1940, em Ribeirão Preto é o primeiro que tivemos conhecimento. Segundo Danilo dos Santos (2017), o Programa diversificou as políticas

[88] "Famílias ocupam área particular na zona leste de Ribeirão Preto, SP: terreno estaria abandonado há mais de 20 anos, segundo vizinhos. Integrantes de movimento social devem construir barracos nos próximos dias", portal da internet do G1, dia 23/02/2015 - Acessado em 18/08/2018.

[89] Nota-se aqui a pressão do poder público, fomentada provavelmente pelo proprietário da área, para que o período possível de implantar a Liminar da Reintegração de Posse não fosse ultrapassado.

habitacionais inserindo a possibilidade de mutirões também em partes dos conjuntos habitacionais implantados a partir dos 1990, e com mais ênfase na década seguinte (p. 104). Segundo o autor essa diversificação ocorreu em outras cidades no mesmo período quando também se abriram possibilidades de entrada de capitais privados na Cohab-RP. Processo que se intensificou desde então (ibidem).

A atual gestão retoma essa ideia com a nova Lei de Habitação de Interesse Social (Lei Complementar n. 2.927/2018) que propõe a construção de um cômodo e um banheiro, em absurdos 16 m², para posterior expansão por parte dos próprios moradores, nomeada como "Unidade Evolutiva em lote urbanizado". Essa é uma das dezessete leis que a gestão atual do município pretendia criar ou rever, como trataremos ao analisar a década atual. E nomear a construção, por parte do poder público, de casas minúsculas e de baixa qualidade como "Unidade Evolutiva" é uma estratégia de *marketing* perversa. Para começar, elas precisam sobreviver por alguns anos para que possam "evoluir" a casas minimamente habitáveis por meio do trabalho não-pago da autoconstrução. Criar-se-á, então, outra forma da periferia urbana em Ribeirão Preto, posto que aí serão moradias regularizadas, com parte feita por autoconstrução e parte não. Os conjuntos habitacionais horizontais também apresentam forma parecida, posto que a população os modifica segundo suas necessidades.

Nossa crítica é a mesma para todas essas políticas habitacionais: são construções distantes das áreas centrais e localizadas na parcela pobre do município, onde há menos ofertas de empregos e serviços, mantendo a segregação socioespacial interseccionalizada e a gênese da urbanização corporativa com a manutenção de glebas, terrenos, lotes e imóveis vazios em áreas mais bem providas.

Para além dessas novas formas da periferia urbana segue, na região Norte e Oeste, a instalação de novos conjuntos habitacionais, porém em intensidade menor que no período anterior. Como apresentamos na tabela 2.2 (p. 104), durante os anos 1990 foram construídas 6.823 unidades habitacionais, quase um terço do que foi construído na década anterior, entregues principalmente entre 1992 e 1994. No restante da década foram entregues apenas 347 unidades. Do total de unidades construídas em 1990, 4.851 se concentraram em apenas três conjuntos habitacionais: Jardim Maria Casagrande Lopes, finalizado em 1992, com 1.718 unidades habitacionais; Jardim Alexandre Balbo, entregue em 1993, com 1.367 unidades; e o Jardim Heitor Rigon, entregue em 1994, com 1.766 unidades habitacionais.

Outro agente promotor de habitação que se destacou na última década do século XX foi a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) que entregou 6.740 unidades habitacionais desde 1994 em Ribeirão Preto (DOS SANTOS, 2017, p.

96). Entretanto, não conseguimos obter a listagem de quais são esses conjuntos nem onde se localizam.

Durante esse quarto e atual período de periferização, a intensa migração segue como uma importante característica da cidade. É surpreendente o dado trazido por Denise Elias (2003, p. 335), retirado da Secretaria de Bem-Estar, que indica, para o ano de 1993, a chegada de cerca de cinquenta migrantes por dia na cidade. Esse dado parece não condizer com a taxa de crescimento populacional que apresentamos no início desse subcapítulo, entretanto, segundo Baeninger *et. al.* (2010), a migração campo-cidade nesse período foi a mais intensa ocorrida no Polo de Ribeirão Preto[90], considerando os dados de 1940 a 2007, atingindo uma redução de 4,63% ao ano da população rural (p. 175). De modo que, o contingente populacional da cidade não se alterou tanto, em consonância com o que aponta Pires (2004). Desse grande contingente de migrantes, a Secretaria calcula que apenas 5% foi inserida de maneira formal no mercado de trabalho. Enquanto o crescimento populacional nas favelas, entre 1990 e 1995, foi de um total de 35%, segundo a mesma Secretaria. A cidade se torna, em 1995, a sétima do Estado de São Paulo com maiores números absolutos de indigentes. Segundo os dados de José Manuel Pires (2004)

> Quando se considera o subgrupo de pessoas pobres classificadas como indigentes – definidas como aquelas pessoas com renda per capita abaixo de R$ 37,50 – o desempenho de Ribeirão Preto nos anos 1990 revela-se ainda mais perverso. O município, que ocupava em 1991 a posição de número trinta e três quanto ao percentual de indigentes (1,5%, equivalente a 6.468 pessoas), teve esse potencial mais do que duplicado nos anos 1990 (3,63%), quase triplicando o número de pessoas nessas condições (18.328); Ribeirão Preto passou a ser, em 2000, o 119º município com menor número de indigentes (PIRES, 2004, p. 20).

Assim, retomando os principais eventos geográficos que marcaram o processo de periferização em Ribeirão Preto, na década de 1990, destaca-se a intensificação do empobrecimento da população, com um crescimento de 193% de habitantes residentes em assentamentos precários entre 1993 e 2001, o que atinge um crescimento anual de 24%. No ano de 1996, é iniciada a maior ocupação urbana da cidade, o Jardim Progresso, regularizada em 2019. Ocorrem durante toda a década diversas ocupações com destaque para a área do aeroporto (que contabiliza, em 2001, oito delas) além dos arredores dos maiores conjuntos habitacionais. Ou seja, todas localizadas na região Norte, embora o direcionamento para a área do aeroporto

[90] O polo de Ribeirão Preto, categoria utilizada por Baeninger *et. al.* (2010), é composto por 25 municípios sendo uma regionalização próxima a da atual Região Metropolitana de Ribeirão Preto instituída em 2016.

exponha uma expansão do território da pobreza. Assim, as ocupações de terras urbanas ganham, inclusive, voz na mídia local devido à magnitude que o fenômeno atinge. Trata-se de uma interessante "outra modernidade" elaborada pela população pobre que amplia sua capacidade de construção através de tecnologias da sobrevivência, cada vez mais elaboradas, e de um intenso acúmulo de conhecimentos e saberes, não só da política pública mas de como lidar com ela sendo pobre e/ou negro e pardo e/ou mulher. Como é o caso de diversas lideranças dessas ocupações. Além disso, há outra expansão do território da pobreza na região Oeste com a instalação do Jardim Progresso, de outras ocupações urbanas e de conjuntos habitacionais nessa porção da cidade. Essa área é inclusive menos distante do centro e dos postos de trabalho que se instituem no novo eixo de intensa revalorização imobiliária, a Avenida Professor João Fiúsa, que se dá como par dialético da expansão da pobreza urbana.

A modernização conservadora e seletiva, na década de 1990, ficou a cargo do início da supervalorização da parcela Sul da cidade, política definida no primeiro Plano Diretor de Ribeirão Preto (1995), desde as Avenidas Presidente Vargas e Professor João Fiúza até o Distrito de Bonfim Paulista, com a implantação de condomínios verticais e o início da construção dos condomínios horizontais e loteamentos fechados por todo esse eixo. Em consonância com essa política instituiu-se o projeto urbano "Ribeirão Preto – 2001" que direciona o planejamento até os dias atuais. Trata-se das marcas dos ditames da política econômica neoliberal na urbanização da cidade.

2.2.2 Década de 2000: Arrefecimento da pobreza, condomínios horizontais e Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR)

Destacamos no processo de urbanização dos anos 2000, em Ribeirão Preto, a continuação do empobrecimento da população urbana, mas que apresentou um ritmo inferior à década anterior e posterior. A partir do começo do século atual as estratégias de revalorização da terra urbana, que se iniciaram na segunda metade dos anos 1990, se concretizam por meio da instalação dos condomínios horizontais no setor Sul, desde a Avenida Professor João Fiúza com a implantação de prédios tecnológicos e parques urbanos. Ao mesmo tempo, se forma um importante movimento de moradia da cidade, o Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR), deflagrando a crise habitacional na qual já estava inserida desde a década anterior. Destaca-se também a constituição da região do aeroporto como o mais recente eixo de periferização contando com, pelo menos, oito núcleos de favela e ocupações nos seus arredores, já em 2001.

No ano 2000, a cidade possuía uma população aproximada de 504.814 habitantes (IBGE). De acordo com os dados apresentados na tabela 2.1 (p. 98), a taxa de crescimento

populacional nesta década foi de 1,1% ao ano. Taxa esta próxima ao crescimento da população residente em assentamentos precários que, como pode ser visto na tabela 2.5 (p. 124), foi de aproximadamente 1,6% ao ano, entre 2001 e 2010, passando de trinta e dois assentamentos precários que somavam 4.600 domicílios, e aproximadamente 23.000 pessoas, em 2001, para quarenta e três assentamentos, com 5.681 domicílios, equivalente a 28.405 habitantes, em 2010.

O mesmo não se pode dizer sobre o perímetro urbano do município. A década de 2000 é marcada por ser a segunda década com maior número de loteamentos, ficando atrás apenas dos anos 1950. Como é possível ver na tabela 1.1 (p. 82), foram realizados setenta e sete loteamentos na década passada, enquanto, em 1950, foram oitenta e nove. Assim como na figura 1.3 (p. 84) é nítida a considerável expansão do espaço urbano que, com menos loteamentos empreendidos, ainda assim, amplia consideravelmente mais áreas urbanas do que na década de 1950. Esse grande número de loteamentos, principalmente até o ano de 2009, ocorreu para a implantação dos condomínios horizontais na região Sul (FIGUEIRA, 2013; GOMES, 2011; ZAMBONI, 2018), esgarçando a malha urbana ao implantar loteamentos distantes da infraestrutura consolidada.

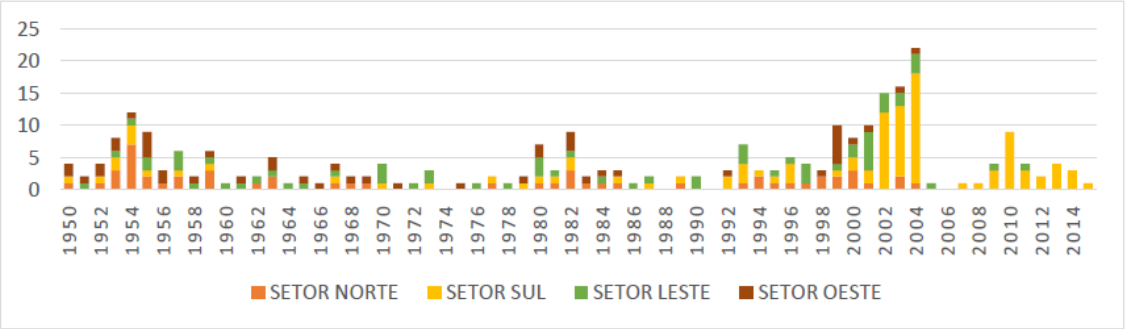
Tem-se, assim, um prejuízo não só financeiro, mas social devido à redução das relações sociais ocasionada pela vida murada que leva uma geração a nascer e crescer entre os muros dos condomínios, dos *shopping* e das faculdades particulares. Distantes da diversidade, essência das cidades, vemos florescer uma população alienada da realidade do país onde vive e as consequências sociais de tal fato são severas. Estamos começando a reconhecê-las no período atual, porém a tendência ainda é seu agravamento. Aprofunda-se a fragmentação do espaço urbano e esgarçam-se as relações sociais. Teresa Pires Caldeira (2003) define com perspicácia esses efeitos dos enclaves fortificados na sociedade urbana ao escrevê-los como

> espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos (...). Privatização, cercamento, policiamento e técnicas de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em torno de separações rígidas e segurança sofisticada, no qual a desigualdade é um valor estruturante (CALDEIRA, 2003, p. 12).

Lembramos que segundo a descrição que fizemos da Lei Municipal n. 3.346/77, que regulamentou o parcelamento do solo urbano, entre 1977 e 2007, já era permitida a criação de loteamentos sem contiguidade com a malha urbana. É essa lei, da década de 1970, que vai permitir a instalação de condomínios distantes e que tem seu caráter segregador agravado pela

Lei Municipal n. 5.685, de 1990, que zoneia a região Sul, após os limites do Anel Viário, majoritariamente para uso residencial. Segundo Tânia Figueira (2013), foram implantados quarenta e um condomínios em Ribeirão Preto, entre 2000 e 2009. Enquanto, na década anterior, foram aprovados doze loteamentos para implantação dos mesmos. No doutorado de Débora Zamboni (2018), a autora elabora um gráfico de todos os empreendimentos viabilizados[91], desde 1950 até 2015, por setor da cidade.

Gráfico 2.3 – Empreendimentos viabilizados por setor em Ribeirão Preto/SP (1950-2015)



Fonte: ZAMBONI (2018, p. 108)

Nota-se a intensa concentração de empreendimentos viabilizados na primeira metade da década de 2000, com destaque para o ano de 2004, com quase vinte e cinco deles, majoritariamente, concentrados na região Sul (representada pela cor amarela). Sendo que nos dois anos anteriores (2002 e 2003) tal número esteve ao redor de quinze e concentrados no mesmo setor. Quanto às décadas prévias, destaca-se o ano de 1954, principalmente, com empreendimentos viabilizados na região Norte, provavelmente composto pela alta quantidade de loteamentos, como analisamos no segundo período de periferização. Seguido pelo ano de 1982, concentradamente na região Oeste indicando, provavelmente, a intensa implantação dos conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-RP nessa parcela da cidade, como também analisamos no terceiro período de periferização.

A interessante conclusão a que chega Zamboni (2018), no final da tese, com ênfase na análise da implantação dos condomínios na região Sul, foi de que:

> na área de expansão urbana do Setor Sul de Ribeirão Preto há significativa parcela do território conformada por grandes propriedades de uso rural que se consolidam como patrimônio de herança, **cujos donos são famílias proprietárias há mais de 60 anos**. Esses proprietários, em sua maioria,

[91] Considera-se como empreendimentos viabilizados: loteamentos, conjuntos habitacionais de interesse social e condomínios horizontais. Segundo a autora não se pode falar em aprovações, porque "nem todos os empreendimentos estão regularmente aprovados", por isso o uso do termo "viabilizados" (ZAMBONI, 2018, p. 107 e 108).

> preferiram, diante das possibilidades apresentadas, realizar parcerias com os promotores imobiliários de empresas locais ao invés de venderem suas terras para a viabilização de empreendimentos (p. 237, destaque nosso).

Assim, nota-se como a estrutura patrimonialista e patriarcal que indicamos no começo dessa periodização, com base em Doin *et. al.* (2007), se mantém até os dias atuais. Além disso, Zamboni (2018) expõe a manutenção da lógica da urbanização corporativa nesse processo de revalorização da região Sul ao concluir que, "a dinâmica do Setor Sul de Ribeirão Preto está mais vinculada à importância das relações dos agentes locais, da atuação desses agentes junto ao poder público municipal" (p. 237). E explica ainda que, essa estratégia econômica tem como principal momento de ganho a "transformação do uso da terra rural em terra urbana" (ibidem). Trata-se assim de considerável manutenção do processo de urbanização corporativa desde sua gênese. Logo, mantem-se também seu caráter interseccional, afirmação possível de ser feita devido à ausência de políticas públicas que intencionassem alterar essa estrutura.

Na dissertação de Bruno Barcella (2018), fez-se uma análise do mesmo processo, com ênfase na revalorização do metro quadrado urbano de diferentes parcelas da cidade, para o período entre 1995 e 2015, e o autor conclui que: "nota-se (...) um aumento expressivo dos preços ofertados no decorrer da década de 2000, principalmente pós-2005" (p. 193). Além disso, o autor apresenta os gráficos com os valores do metro quadrado por bairro, sendo possível identificar todo o relato que realizamos, posto que vão no mesmo sentido, demonstrando os altos valores dos metros quadrados nas áreas centrais e na região Sul e os menores valores nas regiões Oeste e Norte. Agrega-se ainda que, "o aumento dos preços ofertados não ocorre de maneira homogênea em todas as áreas da cidade. Pelo contrário, tal processo é cada vez mais seletivo e desigual (...)" (p. 194). Ou seja, há um aprofundamento da segregação socioespacial (DAL POZZO, 2015).

A revalorização do solo urbano se dá na cidade como um todo, porém, como apontou Barcella (2018), de maneira heterogênea. Ainda assim, a comparação entre o preço do metro quadrado, em 1995, com o preço em 2015, expõe o chamado *boom* imobiliário vivido pelo país nesse período, com destaque para a primeira década do século XXI (FIX, 2011; ROLNIK, 2015). Como é possível observar nos gráficos apresentados por Barcella (2018, p. 127), enquanto, em 1995, os menores valores de metro quadrado, de Ribeirão Preto, foram calculados em menos de R$ 50,00 (nos bairros Portinari, Itaú, Cândido Portinari, Salgado Filho e Aeroporto), e os maiores estavam ao redor de R$ 800,00 (com destaque para o bairro Macedo); em 2015, esses valores eram, respectivamente, de R$ 200,00 (nos bairros Vila Elisa, Salgado

Filho, Jardim Itaú e Aeroporto), R$ 2.000,00 (no Jardim Nova Aliança) e R$ 1.400,00 (no Jardim São Luís).

Esse processo de revalorização está conectado à uma mudança em nível nacional do mercado imobiliário. Como explicado no trabalho da pesquisadora Mariana Fix (2011), a partir da segunda metade dos anos 2000, há um grande investimento imobiliário nas cidades médias do país. No caso de Ribeirão Preto, se dá a partir de 2005, quando entram no mercado imobiliário municipal empresas com capital extra-local (BARCELLA, 2017; GOMES, 2013). Segundo Barcella (2017, p. 07)

> a partir de 2005, o mercado imobiliário ribeirão-pretano iniciou um processo de atração de empresas de capital extralocal, como é o caso da Chemin Construtora, Rossi e da Arco, reforçando a ideia de que o mercado imobiliário na cidade estava em processo de expansão. Neste contexto surge um novo tipo de negócio: a parceria entre grandes construtoras de fora da cidade com as construtoras locais ainda emergentes, como Klabin Segall e a COPEMA, Adolpho Lindenber e a Habiart Blanc, Camargo Correia e Perplan empreendimentos. (...) com o mercado imobiliário aquecido e em expansão a partir de 2007 a cidade tornou-se um alvo de grandes investimentos de importantes incorporadoras do país (BARCELLA, 2017, p. 07)

Ao mesmo tempo, no ano de 2001, havia na cidade, segundo Maria Esther Fernandes (2004), trinta e dois núcleos de favelas que somavam 4.600 domicílios e uma população de, aproximadamente, 23 mil pessoas. Na tabela 2.10 apresentamos todos esses assentamentos precários indicando sua localização, a quantidade de domicílios e a estimativa de moradores. Como sempre, a grande maioria se localiza na região Norte (20 núcleos), seguido da Oeste (6), depois Leste (4) e há apenas um núcleo instalado na zona Sul.

Tabela 2.10 – Assentamentos precários em Ribeirão Preto/SP (março de 2001)

Nome	Localização**	Região	Domicílios	Moradores[92]	Existia em 1993?
Monte Alegre***	Rua Javari	O	250	1.250	S
Mangueiras	Rua Anália Franco	O	310	1.550	S
Salgado Filho 2	Rua Mogi das Cruzes	N	48	250	S
Salgado Filho 1	Rua Lorena	N	70	350	N
Aeroporto ou Favelinha	Rua Porto Ferreira	N	830	3.210	N
Alto do Ipiranga	Avenida Rio Pardo	N	75	375	S
Jandaia 1	Rua Japurá	N	140	700	S
Jandaia 2	Rua Paulo Marzola	N	60	300	N
Fábio Barreto ou da Transerp	Rua Tapajós	N	120	600	N
Vila Elisa ou Favela do Dito Cabrito	Rua Campinas	N	30	150	S
Zara	Rua Soares de Oliveira	L	150	750	S
Avelino Palma	Rua Maria Inês Rossi	N	180	900	S
Simioni 1 ou Nova Simioni	Avenida Magid Simiao Trad	N	433	2.155	S
Simioni 2 ou do Brejinho	Rua Olímpia Rossi	N	63	315	S
Simioni 3 ou do Núcleo	Rua José Paterno	N	82	440	N
Favela do Tanquinho	Rua México	N	100	500	S
Fepasa	Avenida Brasil	N	50	250	S
Salgado Filho 1 ou Ferro Velho	Rua Caconde	N	15	65	N
Avenida Recife	Avenida Recife	N	10	50	N
Rua Ubatuba	Rua Ubatuba	N	90	450	N
Santa Helena	Rua Uruguai	N	10	60	N
Recreio Anhanguera 1	Fundos da usina Biagi	L	20	100	N

[92] Esse dado já consta na fonte de onde retiramos, em alguns momentos o número de domicílios foi multiplicado por 4 em outros por 5. Não sabemos o motivo dessas escolhas.

Recreio Anhanguera 2	Rua Elisa Caldana	L	38	100	N
Valentino Figueiredo	Rua Nazareno Caparolli	N	48	240	N
Jardim do Trevo	Rua Tuffi Racci	L	110	550	S
Jóquei Clube	Rua Ermelinda Del Russo	N	10	50	N
Carlos Campos	Rua Carlos Campos	O	11	55	N
Bonfim Paulista ou Vila Faiani	Distrito de Bonfim Paulista	S	29	140	N
Jardim Progresso***	Horto Florestal	O	1.584	10.000	N
Jardim Itaú	Entrada do Jardim Itaú	O	26	125	N
Coca-Cola	Rua Caravelas	O	35	175	S
TOTAL	**31 núcleos**		**5.027**	**26.205**	**14**

** Geralmente os moradores das favelas usam essa localização como endereço.
*** Regularizado em 2019.
Fonte: Fernandes (2004) e Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social de Ribeirão Preto
Organização: autoria própria (2020)

Da tabela 2.10 nota-se que se mantiveram, em relação à década anterior, catorze núcleos de favelas. Além disso, os seis núcleos que não existem mais hoje (Raposa, Lacerda, Francisco Junqueira, Morro, Frangolar e Parque Ribeirão Preto), segundo o PLHIS-RP (2019), ainda existiam em 2001, indicando que suas remoções se deram nas duas últimas décadas.

Outro ponto que destacamos, da tabela 2.10, é o grande crescimento de assentamentos precários na região do aeroporto (destacados em cor verde) que é, hoje, a região do município com a maior quantidade de núcleos de favelas e ocupações urbanas (PLHIS-RP, 2019). Há assim um novo desenho da periferia urbana constantemente expandindo-a. Enquanto em 1993 foi identificado apenas um núcleo de favela na região, em 2001 havia oito núcleos; em 2010, eram dez núcleos na área. Entre 2010 e 2017, foram removidos seis deles dessa área e formados outros cinco novos, ou seja, ao total eram nove em 2017. E segundo o PLHIS-RP, de 2019, foram contabilizados cinco núcleos no "entorno imediato do Aeroporto Leite Lopes", porém no que consideramos região do aeroporto, área maior que o seu entorno imediato, é possível contabilizar dezesseis assentamentos precários a partir do mapa-base que acompanha o plano. Veremos isso mais detalhadamente na análise da próxima década.

Seguindo os eventos que marcaram os anos 2000 em Ribeirão Preto, indicamos a formação do Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR). Trata-se de um importante movimento de luta por moradia da cidade que, hoje, está na iminência de iniciar a construção de dois

conjuntos habitacionais através do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida – Entidades que serão os únicos nessa categoria do programa no município.

Uma das principais lideranças do MLNR relatou seu início da seguinte maneira (quadro 2.2):

Quadro 2.2 – Relato da liderança sobre o começo do Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR) em Ribeirão Preto/SP

Bom dia Helena, sou o Marcelo, sou idealizador e coordenador do Movimento Livre. O Movimento Livre nasceu de uma ideia minha e de um pastor evangélico chamado José Caçula, em 24 de maio de 2004. A gente visitando famílias no Jardim Progresso vendo a situação que elas viviam, a gente não achou bacana. E na frente dessa casa que fomos visitar tinha um terreno grande que era denominada como 'João Sujo' hoje mais conhecido como ocupação Portelinha. Dali pra cá a gente começou a reunir um grupo de 40 pessoas, mais ou menos, pra fazer uma ocupação. De maio até 1º julho, que foi o dia que fizemos a nossa primeira ocupação, porque era época de registro de candidatura do prefeito. A gente achou que fazendo a ocupação naquela data a gente não sofreria reintegração de imediato. Começamos ali com 48 famílias às seis horas da manhã, por volta das quatro da tarde a gente já tinha ocupado 17 áreas do Município e 2 do Estado com 1.584 famílias. E ficamos. Resistimos na ocupação por 4/5 dias, aí o prefeito, na época era o Gilberto Maggioni [PT], chamou a gente pra conversar, conversamos, nos propomos a acabar com as ocupações porque, na verdade, o que a gente queria mesmo era protestar a falta de moradia que tinha na cidade. **Naquela época o déficit habitacional já era grande, não era como é hoje, mas já era bem grande. E naquela época conseguimos o que a gente queria, protestamos, trouxemos o Conselho Municipal de Moradia [Popular] de volta.** Em 2004 mesmo fomos em Brasília, já perto do final do ano, na Secretaria Nacional de Habitação, que na época o secretário era o Jorge Hereda, conhecemos os programas que tinham pra habitação. Não tinha o Minha Casa, Minha Vida ainda, eles estavam desenvolvendo isso naquela ocasião, e conhecemos vários programas de habitação. Trouxemos pra Ribeirão, conversamos com o prefeito, o prefeito nos ajudou, indicamos algumas famílias pra dois condomínios que tinham em Ribeirão que era o Leo Gomes e o Parque do Sabiá e nasceu aí o movimento. De lá pra cá a gente começou a se fortalecer, trazer mais associado, agora no ano de 2013, nós viramos entidade. Fizemos uma parceria com a Federação Nacional das Entidades dos Correios e Telégrafos (Fenatec) e viramos entidade. Hoje somos uma entidade constituída e habilitada no Ministério das Cidades e estamos em vias de dois projetos de 160 unidades que está no Ministério da Cidade pra publicação. Esses conjuntos habitacionais são para serem construídos no Heitor Rigon, região Norte da cidade. [A compra dos terrenos já está acertada com os proprietários e o movimento está no aguardo da publicação.]

Fonte: trabalho de campo (07/02/2018)

Como é possível verificar, o movimento iniciou no ano de 2004 devido ao grande contingente populacional sem acesso à moradia ou à moradia com qualidade. Eles utilizaram a ocupação de terrenos vazios como estratégia para chamar atenção para a questão e tiveram o objetivo alcançado. Consideramos que esse é o processo de formação dessas lideranças, pois é a partir dessas ações que conseguiram conhecer o Ministério das Cidades, compreender melhor a política de habitação do país, os tipos de programas que existem e como participar. E atingem o que seria, a nosso ver, o ápice da vitória desses movimentos no período atual: o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades.

Tal compreensão se deve à considerável qualidade dessa parcela do programa federal. Como aponta Nicolaas (2017), em estudo específico sobre essa parte do programa, é na categoria Entidades que são respeitados o direito à moradia digna. Apesar de se basear na produção de unidades habitacionais como estratégia principal de redução do déficit habitacional – uma escolha equivocada, a nosso ver, quando feita como principal estratégia, posto que temos inúmeros imóveis vazios e terrenos particulares bem localizados, e que não cumprem sua função social, que poderiam ser utilizados para tal fim, pois focar na produção de novas unidades habitacionais, além de perpetuar a estrutura da propriedade privada individual, fomenta a urbanização brasileira com a manutenção dos vazios urbanos –, trata-se de um programa de produção habitacional que respeita as particularidades de cada família e realizado com obras com qualidade construtiva. Em artigo com análise mais crítica dessa parcela do programa, Cibele Rizek & Caio de Santo Amore (2013, p. 05) apontam que:

> Nesse cenário de retomada da ação do Estado [na produção habitacional], a alternativa que restou aos movimentos, ou o posicionamento político que os mesmos adotaram na interlocução e nos embates com um governo que apoiam amplamente, para que pudessem de algum modo "participar da festa", foi cavar no MCMV uma modalidade para as **Entidades**, utilizando as bases do Programa Crédito Solidário, o mesmo fundo [Fundo de Desenvolvimento Social – FDS], agora alimentado com recursos da União, as mesmas condições objetivas que estruturam a prática autogestionária desde pelo menos a experiência paulistana dos mutirões do final da década de 1980: proposição dos empreendimentos pelas associações (chamadas Entidades Organizadoras) e responsabilização pelos contratos, atendimento integral das famílias beneficiárias organizadas ou indicadas pela entidade, liberação antecipada das parcelas do cronograma físico-financeiro – tendo em vista que as proponentes não dispõem de fluxo de caixa para realizar a obra e medi-la posteriormente, como ocorre normalmente com as construtoras.

Os autores indicam ainda que "Verifica-se uma **produção absolutamente residual** das Entidades, participando com apenas 0,36% das unidades concluídas, 0,18% das unidades entregues e 0,25% do volume de recursos investidos." (ibidem, p. 08). E também mapeiam as principais entidades que lograram realizar seus projetos habitacionais e sobre o que explicam: "é notável a expressiva participação não só de entidades originárias da luta pela moradia e pela Reforma Urbana, como também ligadas à assistência social ou a sindicatos." (ibidem, p. 10).

O próprio líder do MLNR nos explicou, também, sua compreensão da importância do Programa (quadro 2.3).

Quadro 2.3 – Fala de liderança do Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR)

Marcelo – Diferente do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial, o Faixa 1 do MCMV, aquele convênio Prefeitura e Construtora) que é tudo ao Deus dará, as construtoras querem explorar comercialmente, eles fazem casa pra pobre, então não estão nem aí, não tem fiscalização nenhuma. De 2009 pra cá eu tenho acompanhado todos os MCMV de Ribeirão, eu sempre estive do lado, fiscalizando e tudo, e não tem um cuidado, tem muito vício de obra, você vê que não tem um conjunto que eles entregam que não tem problema de vazamento, de trinca, de várias coisas. Já o Entidade é diferente, porque já tem as pessoas interessadas. Recentemente a gente esteve no Rio Grande do Sul e a gente viu como funciona, os moradores vão fiscalizar a obra, eles sabem que vai ser deles ali. O material que está no memorial descritivo é aquilo que vai ser colocado. No FAR não é isso, eles colocam material de pior qualidade, já no Entidade não. Tem as comissões que vão fiscalizar a obra, que vão comprar material, eles vão ficar de olho, porque vai ser pra eles o material.

Fonte: trabalho de campo (07/02/2018)

O movimento conseguiu realizar todas as infindáveis etapas para adquirir os recursos para a construção de dois conjuntos habitacionais com 160 unidades habitacionais cada, totalizando 320 domicílios. Segundo o sítio virtual da entidade[93], o Ministério da Cidade publicou no Diário Oficial, do dia 27 de fevereiro de 2018, a portaria 162 com a seleção das entidades e projetos aptos para receber a execução da obra, dentre as quais estava selecionado o MLNR. Foi dado um prazo de trinta dias, renováveis por mais trinta, para a entrega da documentação incluindo todos os projetos arquitetônicos e executivos da obra, além da documentação de todas as famílias que seriam atendidas pelo projeto. Trata-se de uma quantidade enorme de documentos de alta precisão e caros para serem obtidos. Assim, contando com a ajuda da Assessoria Técnica, equipes da Prefeitura, Cohab-RP, Secretaria Municipal de Assistência Social e da própria Caixa Econômica Federal, o movimento conseguiu adquirir toda a documentação necessária. Foram realizadas diversas estratégias pelo movimento para conseguir pagar por essa documentação, como: almoços, rifas, participação em festas organizadas pelo poder público local etc.

Entretanto, o governo federal cancelou todo o processo argumentando que elaboraria uma nova portaria. Passados quatro meses, no dia 7 de junho de 2018, foi publicada a portaria 367 estabelecendo o regulamento do novo processo de seleção. O movimento, então, entregou novamente toda a documentação necessária e foi selecionado. No dia 25 outubro de 2018, entregaram, mais uma vez, toda a documentação exigida para liberação do início do projeto. Em 21 de novembro de 2018 foi assinado pela Caixa Econômica Federal o convênio para garantir o repasse, no valor de R$ 465.952,38, para o início das obras da primeira fase do programa, com 160 unidades habitacionais. O investimento total foi calculado, nesse período,

[93] http://movimentolivrenr.blogspot.com/2018/06/movimento-livre-protocola-novamente.html - Acessado em 02/03/2020

em R$ 17.180.000,00 que beneficiariam aproximadamente 800 pessoas, com o total de 320 unidades habitacionais. Desde então, nenhuma verba foi liberada e o MLNR vem organizando estratégias de pressão da Câmara de Vereadores, da PMRP, para que levem a demanda pela liberação dos projetos, aprovados pelas portaria 595 e 597 do Ministério das Cidades, para as instituições superiores.

Destacamos ainda, da fala de Marcelo (quadro 2.3), a importância dada na constituição da associação formal pelo movimento (o líder chama isso de "tornar-se entidade"). Fato que ocorreu nove anos após o início do movimento. Essa valorização demonstra como é importante atingir esse patamar para poder aprimorar a luta pela moradia. Além disso, a demora para atingi-lo indica a necessidade de acumulação de conhecimentos de como fazer a luta, quais estratégias as fortalecem e como efetivá-las. Devido à complexidade existente nos trâmites burocráticos para constituir uma associação formal, que tende a aprofundar-se para a população que possui menor escolaridade, como é o caso de grande parte das lideranças de movimentos por moradia, conseguir formalizar-se é uma vitória da luta social. Na segunda parte da tese trataremos da importância de tornar-se associação formal à luz dos cotidianos das ocupações de terras urbanas estudadas.

Outro ponto destacado pelo mesmo líder (quadro 2.3) foi o retorno do Conselho Municipal de Moradia Popular, no ano de 2004. Esse fato foi apontado por todas as lideranças que conversamos por se tratar de um importante local para a disputa das ações voltadas para a moradia popular no âmbito municipal. Entretanto, segundo as atas do Conselho, foi apenas em 2009 que realmente o mesmo voltou a ocorrer, pois, entre 2004 e 2009, era formado somente por secretários da prefeitura que se ausentavam da reunião.

Dessa maneira, trazemos o MLNR por demonstrar as importantes dimensões que podem atingir uma organização que teve início com pessoas que não tinham, praticamente, nenhum conhecimento da legislação urbana e habitacional em nenhum dos seus âmbitos e, vinte anos depois, estão organizados ao ponto de serem selecionados para a pequena parcela de projetos financiados pelo MCMV – Entidades. O fato de o Programa não ter ainda liberado o capital necessário para o início das obras não pode ser visto como um fracasso da organização, mas sim da política habitacional em âmbito nacional e das enormes instabilidades e alterações políticas vividas pelo país desde 2015. Trata-se, sim, de uma importante vitória cheia de sabedorias, conhecimentos e técnicas acumulados, não só pelos líderes, mas por todas as pessoas que tiveram e têm contato com os diversos processos necessários para chegar na importante vitória de ser selecionado nesse programa habitacional. Além disso, não tivemos acesso a nenhuma pesquisa que citasse o Movimento Livre Nova Ribeirão e consideramos de

grande importância auxiliar na construção dessa história e na manutenção dessa memória popular que tão facilmente pode ser apagada. Como sabemos que já foi feito com a história pessoal e coletiva de inúmeros cidadãos e cidadãs ribeirão-pretanos pobres, negros e negras, pardos e pardas, homens e mulheres, crianças, jovens e idosos.

Assim, para finalizar nossa análise dessa década, apresentamos na tabela 2.11 os dados disponibilizados no Atlas de Desenvolvimento do Brasil no qual consta a população relativa pobre e extremamente pobre em Ribeirão Preto, para o período entre 1991 e 2010. Ou seja, englobando as duas décadas analisadas até aqui nesse último período da periodização.

Tabela 2.11 – População extremamente pobre e população pobre em Ribeirão Preto/SP (1991, 2000, 2010)

	1991	**2000**	**2010**
População extremamente pobre	0,8% (3.493 habitantes)	1,5% (7.574 habitantes)	0,6% (3.628 habitantes)
População pobre	4,7% (20.524 habitantes)	5,9% (29.790 habitantes)	2,5% (15.117 habitantes)

Fonte: Atlas de Desenvolvimento do Brasil (2013)
Organização: autoria própria (2020)

É notável como a porcentagem de pessoas extremamente pobre[94] quase dobra entre 1991 e 2000, indo de 0,81% do total populacional para 1,52%; enquanto na década seguinte cai a menos da metade chegando a 0,61%. Já o índice de pobres cresce de 4,73% da população, em 1991, para 5,95% em 2000; e, na década seguinte, decresce para menos da metade, tendo 2,95% da população considerada em situação de pobreza. Ou seja, em quantidades absolutas, no ano de 2010, a população pobre (aproximadamente 15.117 habitantes) é inferior ao contingente de 1990 (ao redor de 20.524 habitantes). Sabemos que esses dados por si não explicam muita coisa, entretanto agregando-os aos que viemos apresentando fortalece a compreensão de que houve um arrefecimento do empobrecimento da população devido às políticas públicas implantadas no país, com destaque para os Programas Federais Fome Zero e Bolsa Família que acessaram diretamente a população mais pobre do país (SILVA, 2017).

Entretanto esse processo foi interrompido na segunda década do século XX a partir, entre outros fatores, da crise econômica que atingiu o país com a redução dos preços das *commodities* e pelo questionável *impeachment* realizado contra a presidenta Dilma Roussef em seu segundo mandato (PT / 2015-2016). Veremos como esse processo se deu na escala das políticas urbanas municipais de Ribeirão Preto, com destaque para a intensa constituição de novas ocupações urbanas, principalmente, a partir da segunda metade da década. Analisaremos

[94] Segundo o IBGE é considerada população extremamente pobre aquela que vive com menos de meio salário mínimo por mês, ou com menos de 1,90 dólares por dia.

também os conjuntos habitacionais construídos através do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV), acompanhado pela política de intensas e violentas remoções dos assentamentos precários que culminou no perverso Plano de Preservação do Patrimônio Público Municipal (PPPPM) (Lei Complementar n. 268/16); e pela nova lei federal de regularização fundiária que já teve seus desdobramentos em âmbito municipal.

2.2.3 Década de 2010: Remoção não é solução! Regularização fundiária e Programa MCMV

Para analisar o processo de periferização da urbanização corporativa de Ribeirão Preto na década atual iremos estudar a duplicação do número de assentamentos precários na cidade, quando se constituí também a ocupação de terras urbanas Cidade Locomotiva, no começo de 2014. Essa nova explosão de ocupações e favelas instigou a implantação de políticas de remoção, que se autointitularam como "conservação do patrimônio público", "solução de remoção" e até mesmo a conhecida "reintegração de posse" que atingem todas os mesmos fins: instituição da política do terror e do medo nos pobres urbanos, além de fomentar um círculo vicioso da pobreza.

Um caso emblemático disso, em Ribeirão Preto, foi o Programa Municipal de Desfavelamento, iniciado em 2009, que levou à remoção com extremo uso de violência por parte da Polícia Militar de, pelo menos, cinco assentamentos. Posteriormente foi implantado o Plano de Preservação do Patrimônio Público Municipal (PPPPM), no ano de 2016, que tinha a intenção de criminalizar as ações de ocupações de terras urbanas inclusive autorizando o uso de violência por parte da Guarda Civil Municipal e da Polícia Militar. Ambas políticas se apoiaram justamente na implantação do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida que também reafirmou o território da pobreza. Por fim, analisaremos a nova lei federal de regularização fundiária e seus desdobramentos em âmbito municipal que está sendo acompanhada de perto pelos movimentos sociais organizados na luta pela moradia digna em Ribeirão Preto, com destaque para a União dos Movimentos de Moradia. Essa nova legislação pode indicar as tendências da próxima década tanto da urbanização quanto das políticas públicas do município, como apontaremos. Não apresentaremos a lista das favelas e ocupações, os chamados assentamentos precários no PLHIS-RP (2019), pois ela está disponível no PLHIS-RP de 2010 e no de 2019.

A partir desse quadro notamos que, afora a continuidade da implantação dos condomínios horizontais na região Sul seguindo com a revalorização do solo urbano em ritmo reduzido em relação à década anterior (ZAMBONI, 2018; BARCELLA, 2018), o outro fator

que mantém o aprofundamento da urbanização corporativa é o Programa MCMV principalmente com a parcela dos imóveis construídos para acessar a chamada Faixa 2 e Faixa 3. Entretanto, seria necessário uma pesquisa específica sobre esse programa na cidade para poder confirmar essa hipótese.

Como podemos retomar da Tabela 2.5 (p. 124) havia em 2010, segundo o PLHIS-RP (2010), quarenta e três núcleos de favelas, com 5.681 domicílios e uma população estimada em 26.590 pessoas. No ano de 2016, segundo Raquel Rolnik (que realizou palestras e trabalhos de campo na cidade) havia já 56 núcleos de favelas. Como escreve em *post* no seu blog[95]:

> No final de setembro, estive em Ribeirão Preto e visitei algumas comunidades em conjunto com o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, a União de Movimentos de Moradia, o Núcleo de Assistência Jurídica da Faculdade de Direito da USP Ribeirão Preto, a Pastoral da Moradia e associações locais. Fiquei absolutamente chocada ao ver a situação habitacional da cidade, cuja precariedade eu não via há muitos anos no Brasil, apesar de estarmos falando de uma capital regional potente, considerada a Califórnia brasileira. (...). São **famílias formadas principalmente por mulheres com crianças** vivendo em extrema vulnerabilidade. A narrativa delas é quase sempre a mesma: eu pagava aluguel, estava muito caro, meu marido ficou desempregado e a única alternativa foi vir para cá. Não há em Ribeirão alternativa de moradia digna e nem nenhuma política municipal para enfrentar essa questão (ROLNIK, 2016, destaque nosso).

No ano de 2017, a Prefeitura indicou a existência de 96 núcleos de favelas e/ou ocupações de terras urbanas, com uma população aproximada de 43.981 pessoas que, nos nossos cálculos, indicam a existência de ao redor de 8.600 domicílios. Com a elaboração do novo PLHIS-RP (2019) foram constatados menos assentamentos precários (87), porém que somam uma quantidade maior de domicílios (9.734).

Esse aumento indica um crescimento de 8,3% ao ano de população residindo nessas áreas entre 2010 e 2019. É, assim, a segunda década com maior crescimento da população em assentamentos precários ficando atrás apenas dos anos 1990 (com uma taxa de 24% ao ano entre 1993 e 2001). Segundo os dados que disponibilizamos, duplicou a quantidade de núcleos nos últimos dez anos com a constituição de quarenta e quatro novas favelas ou ocupações. E dentre estas, quarenta se formaram entre 2016 e 2017 (equivalente a mais de uma ocupação por mês) desvelando não só a crise econômica vivida pelo país, a partir de 2014, mas também os reflexos das mudanças políticas desde 2016.

Rapidamente, realizaram-se câmbios legislativos que afetaram diretamente a população de baixa renda: congelamento dos gastos públicos durante vinte anos; reforma trabalhista;

[95] https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/direito-a-moradia/ - Acessado em 06/08/2019

suspensão de parte das famílias do Programa Bolsa Família; congelamento do Programa Minha Casa, Minha Vida; nova lei federal de regularização fundiária, entre outros. Estas são algumas das principais ações que deflagraram as intenções da elite econômica e política do país com a realização do questionável *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef (PT). Destacamos essas ações devido a nossa temática de análise, de outra forma, diversas outras poderiam ser elencadas.

Um elemento importante dessa década é a implantação do primeiro Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS-RP) de Ribeirão Preto, em 2010. Tal plano foi instituído pela obrigatoriedade que o governo federal impôs de que as cidades que quisessem receber o Programa MCMV elaborassem seus Planos Locais de Habitação[96]. Trata-se de importante iniciativa para a compreensão da situação da crise habitacional nacional. A existência desses planos em diversos municípios do país auxilia em pesquisas como essa e no desenvolvimento de políticas públicas eficientes. Por pior ou melhor que sejam suas elaborações, ter em mãos um documento oficial que, no mínimo, indique onde se localizam a maioria das favelas e ocupações da cidade, qual a situação urbanística delas e seus contingentes populacionais é importante para dimensionar os problemas urbanos e habitacionais a partir de dados quantitativos e alguns até qualitativos.

O PLHIS-RP, de 2010, foi elaborado pela Klink – Capacitação Consultoria com a equipe composta pela arquiteta-urbanista Profa. Dra. Rosana Denaldi, como supervisora; pelo sociólogo Flávio Henrique Ghilardi; pela arquiteta-urbanista Profa. Dra. Vera Lúcia Blat

[96] Como explica Nabil Bonduki (2013, p. 35) "o plano local de habitação seria essencial enquanto instrumento básico para o equacionamento do problema habitacional específico, ao propor uma estratégia própria, estabelecer programas, projetos e faixas de renda de atenção prioritária, definir limites e tudo mais que se entendesse por política habitacional no âmbito local. (…). Ademais, o plano local de habitação seria indispensável, também como instrumento de avaliação da capacidade institucional de cada ente federativo para respaldar a decisão do governo federal, de aceitar ou não sua adesão integral ao SNH [Sistema Nacional de Habitação], conferindo autonomia ao município para execução de sua própria política habitacional.". Porém, diversos mecanismos de incorporação dessa política impediram a real autonomia e o bom funcionamento dos planos habitacionais, tornando-os obrigatórios porém não efetivos, sem capacidade de acelerar a transferência de renda para os municípios e de torná-los realmente autônomos (ibidem). De acordo com o mesmo autor (ibidem, p. 36) "o FNHIS [Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social] foi aprovado como um fundo orçamentário e não como um fundo financeiro, tornando-o pouco mais do que uma dotação orçamentária gerida por um Conselho gestor com participação da sociedade, reduzindo enormemente seu potencial de financiamento. Por outro lado, não foi admitida a possibilidade de transferência fundo a fundo para Estados e municípios cuja adesão integral fosse concedida.". Para essa transferência entre o fundo de âmbito federal e o fundo de âmbito municipal deveriam ser utilizados os Planos Municipais de Habitação, pois a partir deles seria possível verificar quais municípios têm capacidade de ter autonomia na aquisição do fundo federal, de modo que o governo Federal se concentraria em desenvolver as políticas habitacionais das cidades que não tivessem preparadas para elaborar seus planos municipais até que atingissem autonomia no setor. Porém, "[a]o eliminar a concepção de transferência fundo a fundo e o conceito da adesão integral, a nova PNH [Política Nacional de Habitação] fragilizou enormemente o papel e a importância do plano local de habitação, instrumento fundamental à concessão da "maioridade" para os entes federativos em termos de política habitacional" (ibidem, p. 36).

Migliorini; e pela estagiária Maria Custodia Guedes Fonseca. Essa equipe foi contratada pela PMRP e pela Cohab-RP com coordenação composta por Marina Amorim Cavalcante de Oliveira como representante da PMRP e as estagiárias Lígia Lanni e Marília Nardini. E todo o processo de elaboração foi acompanhado pelo Conselho Municipal de Moradia Popular segundo o que consta no documento. O contrato foi feito no ano de 2009, e o plano foi finalizado e instituído em 23 de agosto de 2010.

Desde então, foi realizada a revisão do mesmo com a provável implantação do novo PLHIS-RP (2020-2029) através do Projeto de Lei Complementar n. 94/2019, enviado à Câmara de Vereadores no dia 24 de outubro de 2019. Esse plano abarcará o período entre 2020 e 2029, logo, seria o plano em vigor no momento. Tal revisão foi feita pela própria Secretaria de Planejamento e Gestão Pública sem a indicação de nenhuma empresa de consultoria contratada para auxiliar no processo.

A revisão desse plano vem na rasteira de dezessete leis, novas ou revistas, que guiam as políticas urbanas de Ribeirão Preto pela nova gestão (Antônio Duarte Nogueira Junior – PSDB / 2017-2020) a partir da revisão do Plano Diretor Municipal (Lei Complementar n. 2866/2018) pois, até então, estava em vigor o plano revisado na segunda gestão de Antônio Palocci Filho (PT / 2001-2004), datado de 2003 (Lei Complementar n. 1.573/2003). Durante a primeira gestão de Dárcy Vera (DEM / 2009-2012) foi realizada a revisão do documento, porém esta nunca foi aprovada pela Câmara Municipal, não obstante, ela constava no sítio virtual da PMRP como vigente.

O atual secretário de Planejamento e Gestão Pública encarregado de todas essas revisões foi Edsom Ortega Marques (PSDB). Dentre as leis revistas desde então estão: a lei municipal de regularização fundiária (Lei Complementar n. 2.858/2018, além dos Decretos n. 360/2017 e n. 150/2019); a lei municipal de Habitação de Interesse Social (Lei Complementar n. 2.927/2018); a lei do Conselho Municipal de Moradia Popular (n. 2.351/2019); a revisão do Código de Obras (Lei Complementar n. 2.932/2019); e o Código Sanitário Municipal (Lei Complementar n. 2.963/2019). E segue em processo de revisão: o Plano de Mobilidade Urbana, o Código de Posturas Municipais, o Plano Municipal de Saneamento Básico, o Plano Viário, o Código Municipal do Meio Ambiente, o Plano de Macrodrenagem e, finalmente, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Entre outros que não estão na alçada dessa tese.

Não iremos analisar a revisão da lei maior municipal, posto que não é a ênfase dessa pesquisa. Entretanto, destacamos alguns elementos que acompanhamos desse processo, do qual participamos nos poucos momentos abertos ao público em geral. A primeira audiência realizada para revisão do Plano Diretor de Ribeirão Preto ocorreu no dia 01 de setembro de 2017 e o novo

plano foi aprovado no dia 27 de abril de 2018, sendo publicado no Diário Oficial do dia 03 de maio de 2018. Ou seja, realizaram a revisão do Plano Diretor, de uma cidade de mais de meio milhão de habitantes e elaborado quinze anos antes (em 2003), no período de seis meses. Para isso, foram feitas apenas sete audiências, sendo duas técnicas e cinco abertas ao público em geral. Além disso, teve uma apresentação aos vereadores, separadamente de outra para os Conselhos Municipais e, finalmente, apresentaram o plano na sua redação final para a população em geral. Nessa apresentação, que ocorreu no dia 16 de outubro de 2017, não foi disponibilizado espaço para a participação pública, logo, não pode ser considerada uma audiência pública (embora conste como tal no sítio virtual da Secretaria de Planejamento e Gestão Urbana).

Além disso, como acompanhamos corpo a corpo, desse total de sete audiências a Prefeitura havia programado apenas cinco, que se realizaram entre os dia 01 e 05 de setembro de 2017. As outras duas foram realizadas após um grupo de advogados, da Faculdade de Direito da USP-RP, apresentarem uma nota indicando a possibilidade de acusação de improbidade, por parte do poder público, devido às diversas falhas e omissões durante a participação popular, obrigatória para a revisão desse tipo plano segundo o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/01). Após tal "ameaça", a PMRP organizou duas novas audiências, nos dias 19 e 20 de setembro de 2017, sendo uma técnica e uma aberta para a população em geral[97].

Do novo Plano Diretor de Ribeirão Preto (Lei Complementar n. 2.866/2018), destacamos a expansão da zona de urbanização controlada ampliando ainda mais o perímetro municipal da cidade, inclusive em direção à região Leste, até então pouco urbanizada por ser área de recarga do Aquífero Guarani, o que exige controle e medidas específicas para não contaminá-lo e não impermeabilizar a recarga. Deu-se assim seguimento a um processo de urbanização corporativa desde seu principal fomentador, a especulação imobiliária, a partir da manutenção e expansão de vazios urbanos dentro do perímetro urbano.

Além disso, foram alterados os intervalos das reuniões ordinárias dos Conselhos Municipais que passaram de mensais para trimestrais dificultando consideravelmente a atuação destes, com apenas quatro reuniões obrigatórias ao ano. Foi, também, indicado no novo plano a revisão de dezessete novas leis reguladoras das políticas urbanas para os anos seguintes, as quais estão em andamento.

[97] É possível acessar os registros feitos pela PMRP do processo de revisão do Plano Diretor no sítio virtual do mesmo, em https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/planejamento/plano-diretor-do-municipio Acessado em 03/03/2020

Antes de adentrarmos as ações voltadas para a política habitacional de Ribeirão Preto na segunda década do século XXI, com ênfase nas remoções forçadas e no Programa MCMV, trataremos da nova lei de regularização fundiária em âmbito federal e municipal devido a possibilidade de nortearem as tendências da urbanização brasileira na próxima década.

- **Nova lei de regularização fundiária**

A nova lei federal de regularização fundiária do Brasil, n. 13.465 de 2017, foi implantada, inicialmente através da Medida Provisória n. 759, no dia 23 de dezembro de 2016, ou seja, menos de quatro meses após a efetivação do questionável *impeachment* da então Presidenta Dilma Roussef (PT / 2011-2014 e 2015-2016). Com a alteração de vinte e uma leis[98] que a antecediam e, pela velocidade com que foi imposta à sociedade brasileira, pode ser compreendida como um importante objetivo do governo da época, o qual alterou significativas políticas progressistas, ainda que com fortes limitações. Como descreveram advogados da área, "Repentinamente, sem consulta pública ou qualquer intervenção prévia com a comunidade profissional e acadêmica, uma nova norma passa a viger de forma imediata, revogando por completo o capítulo da lei nacional (...) que trata da matéria de regularização fundiária" (ZANOLA, et. al., 2019, p. 18).

Entre as leis alteradas estava a de regularização do solo urbano, importante fruto da luta pela Reforma Urbana. Essa legislação deu um considerável salto qualitativo com a Lei Federal n. 11.977[99], instituída no ano de 2009 na segunda gestão de Lula da Silva (PT / 2002-2006 e 2007-2010), posteriormente aprimorada na primeira gestão de Dilma Roussef através da Lei Federal nº 12.424 em 2011. No terceiro capítulo desta lei, que também implantou o Programa MCMV, foi definida pela primeira vez no país a normatização para a regularização fundiária plena[100]. Ou seja, entendendo a regularização como um "instrumento prioritariamente de garantia de direitos aos moradores de áreas irregulares" (RIBEIRO, 2018, p. 250).

Entretanto, com a mais recente Lei Federal de Regularização Fundiária (nº 13.465/2017), instituída por Michel Temer (MDB / 2016-2018), revogou-se integralmente o referido capítulo sobre a regularização fundiária urbana. Essas alterações têm como objetivo,

[98] Dentre elas destacamos a Lei Federal n. 6.766 de 1979 (Lei de Parcelamento e Uso do Solo) e a Lei Federal n. 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade), devido a importância de ambas na história da urbanização e do urbanismo brasileiro; além da revogação da Lei Federal n. 11.977 de 2009 que a precedia.

[99] A Lei Federal anterior que tratava da regularização do uso do solo é a n. 6.766 de 1979 (Lei de Parcelamento e Uso do Solo) "de difícil aplicação na prática socioeconômica das prefeituras municipais" (Zanola et. al., 2019, p. 02) devido ao seu excesso de normas e especificidades. Ente sobre o qual recai a responsabilidade dessa legislação, desde a Constituição Federal de 1988. Além disso, não compreendia a regularização fundiária de maneira integral como fez a Lei Federal n. 11.977/2009.

[100] A regularização fundiária foi definida como importante norte da política urbana brasileira na Constituição de 1988, através dos artigos 182 e 183, regulamentados pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001). Porém, desde então, não havia sido implantada uma lei específica para normatizar a regularização fundiária urbana no país.

dentre outros, o aprofundamento das políticas governamentais econômicas mais próximas dos ditames neoliberais. Tal interpretação se deve à simplificação do processo de regularização fundiária instituída pela nova lei com foco na titularização, com o intuito de inserir uma considerável quantidade de terras urbanas regularizadas no mercado imobiliário. Enquanto aos moradores dessas áreas não está garantido o direito a uma vida digna, com acesso a infraestrutura e serviços públicos urbanos formais e de qualidade. Trata-se, assim, do aprofundamento da urbanização corporativa através de mais uma adaptação do modo de produção capitalista. Logo, essa lei também seria, no limite, parte da "modernização hegemônica". Como explica Raquel Rolnik

> Na fase financeirizada e rentista do capital, as terras apropriadas sob regimes de posse que não a propriedade individual titulada e registrada (...) passam a funcionar como uma reserva (garantia para os ativos) [...] de *locus* de um exército industrial de reserva, **as favelas do mundo converteram-se em novas reservas de terra para extração de renda**, sob a hegemonia do complexo imobiliário-financeiro (2015, p. 166 e 167, destaque nosso).

Essa atualização ocorre devido ao objetivo da nova lei que parece se concentrar apenas na titularização da propriedade, em detrimento da melhoria da situação de vida da população de baixa renda residente em áreas irregulares. Destacamos que o mercado de terras e domicílios/barracos irregulares ocorre no país e é, inclusive, muito lucrativo, porém o que se objetiva agora é justamente reduzir o caráter de irregularidade obrigando as transações de alienação de imóveis a passarem pelo sistema imobiliário formal (RIBEIRO, 2018). Além disso, o título de propriedade permite que uma família tenha mais facilidade de acesso a créditos formais de diversos tipos.

O IBGE estima que, pelo menos, 50% dos imóveis no Brasil estão em situação de irregularidade fundiária (RIBEIRO, 2018). Essa irregularidade não se refere especificamente a áreas da população de baixa renda, posto que até a implantação da recente lei (n. 13.465/2017), os enclaves fortificados não estavam devidamente regularizados no país. Além disso, o déficit habitacional atinge atualmente 7,7 milhões de famílias no país (FGV, 2018). Há, assim, uma enorme gama de possibilidades de regularizar imóveis.

Mais do que isso, a nova lei trata tanto de regularização tanto em áreas rurais quanto urbanas, entre outros temas de grande importância como a Amazônia Legal, intitulando-se "sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da

União" (BRASIL, 2017). Essa abrangência chama atenção devido às dimensões continentais do país que leva a uma enorme complexidade de situações, sendo extremamente difícil que apenas uma lei dê conta da diversidade de irregularidades em âmbito agrário e urbano. Focaremos, para análise, apenas os elementos referentes às regularizações urbanas.

A nova lei (n. 13.465/17) instituiu o conceito de núcleo urbano informal e o diferenciou em duas modalidades para a regularização fundiária: a de interesse específico (REURB-E), voltada para atender núcleos urbanos irregulares, onde reside a população de rendas econômicas médias e altas; e a regularização fundiária de interesse social (REURB-S), voltada para áreas irregulares nas quais reside a população de baixa renda. Entretanto, não há nenhuma definição para distinguir o que o Estado brasileiro delimita como baixa, média e alta renda permitindo uma margem de manipulação dessas modalidades.

Soma-se a isso que, o próprio termo núcleo urbano é definido na nova lei como "assentamento humano, com uso e características urbanas (...) ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural" (Art. 11, inciso I), ou seja, permite-se a compreensão de núcleos urbanos descontínuos a malha urbana sem nenhum limite para a distância entre eles. Assim, nota-se a possibilidade de excessiva expansão do perímetro urbano através de bolsões urbanos em meios rurais, os quais tendem a fomentar a expansão entre a malha contígua e as novas áreas regularizadas. Aprofunda-se novamente uma das principais gêneses da urbanização corporativa brasileira: o fomento à especulação imobiliária a partir da expansão desmedida do perímetro urbano com a manutenção de grandes vazios. Nesse sentido, ressalta-se ainda que, a nova lei revogou a obrigatoriedade de justificar, através de projeto específico, a expansão do perímetro urbano. Tal obrigatoriedade havia sido implantada por meio da Lei Federal n. 12.608/2012.

Dentre outras leis alteradas pela nova legislação está a primeira de parcelamento do solo urbano, a Lei Federal n. 6.766/1979 conhecida como "Lei Lehmann" da qual já falamos aqui, que não permitia a alienação de áreas públicas através da implantação de condomínios horizontais e loteamentos fechados. Na nova lei, esses empreendimentos foram oficialmente autorizados em âmbito nacional. Além disso, foi desobrigada a reserva de 30% da gleba para uso público, o que leva a possibilidade de regularização de áreas sem implantação de escola ou posto de saúde, como ocorreu em Ribeirão Preto no Jardim Progresso. Com isso, se reduz a qualidade de vida da população de baixa renda que tem menor capacidade de mobilidade urbana, seja pelo modelo de transporte público de pouca qualidade implantado nas cidades brasileiras, seja pelo seu alto custo. Concomitantemente, fomenta-se o uso do transporte privado individual ao regularizar áreas urbanas formadas, majoritariamente, por condomínios e

loteamentos fechados que irão sobrecarregar as vias para acessar escolas e fixos de saúde distantes e/ou concentrados em algumas parcelas do tecido urbano.

Outro destaque importante da Lei Federal n. 13.465/2017 é que ela institui o chamado "direito real de laje" (Cap. V). A laje é entendida como a construção, até então irregular, de patamares acima da planta térrea das casas (construção-base), estratégia utilizada principalmente em núcleos irregulares de baixa renda, principalmente, onde há maior pressão imobiliária e menos espaço disponível impedindo a expansão horizontal. Logo, eles se expandem verticalmente, seja para que os novos patamares sejam cedidos a um dos membros da família, seja para serem transferidos onerosamente a terceiros. A regulamentação além de aumentar a quantidade de títulos de posse em áreas irregulares, acumulando o valor de troca desses imóveis, pois cada um dos pavimentos se torna passível de posse havendo uma tendência de supervalorização do lote, também fomenta esse tipo de construção de baixíssima qualidade. Ressalta-se que há casas que chegam a ter quatro ou cinco pavimentos, entre superiores e em subsolo, sem a devida estrutura, possibilitando consideráveis problemas de engenharia estrutural a médio e longo prazos. Segundo a nova Lei Federal, Municípios e Estados poderão dispor sobre posturas edilícias e urbanísticas para o fornecimento desse título de propriedade, logo, não se obriga a que tal normatização seja instituída. No Jardim Progresso, por exemplo, não foi delimitada nenhuma norma para a regulamentação das lajes.

Por fim, a nova lei federal altera a preferência dada às mulheres para serem nomeadas nos títulos quando da regularização. Embora haja uma indicação no Capítulo I, Seção I (da regularização fundiária urbana), Art. 10º. "Constituem objetivos da Reurb (...)", inciso XI "conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher". Na lei anterior, de 2009, especificava-se inclusive que, na regularização fundiária de interesse social "(...) os contratos em que o benefício final seja mulher chefe de família (...) poderão ser firmados independentemente da outorga do cônjuge" (Capítulo IV, Art. 73-A). Essa desobrigação da concordância do cônjuge é importante para a manutenção, ou não redução, da autonomia da mulher chefe de família. Outra especificidade da qual não trata a nova lei é sobre a preferência de que a mulher se torne a titular da propriedade em caso de separação ou divórcio, independentemente do regime no qual foi contraído o matrimônio. Essa especificidade se mantém para a propriedade das unidades habitacionais do Programa MCMV como veremos a frente.

Para adaptação à nova Lei Federal de Regularização Fundiária (n. 13.465/2017), a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto instituiu o Decreto n. 360, no ano de 2017, que delimitou as regras para regularização fundiária no município. Nesse decreto, indicou setenta núcleos para

reintegração, sendo trinta e cinco na modalidade REURB-S (atingindo 5.728 unidades habitacionais nas quais estimam-se residir 25.600 pessoas) e outros trinta e cinco núcleos na modalidade REURB-E (que somam 4.919 unidades habitacionais e uma população estimada de 21.366 pessoas). Esse decreto foi regulamentado pela Lei de Regularização Fundiária Municipal (n. 2858), no ano de 2018, com a manutenção dos núcleos previamente definidos. Nota-se a proximidade na quantidade de núcleos, unidades habitacionais e pessoas entre as duas modalidades, o que demonstra certa perversidade do poder público, posto que, a situação de moradia em assentamentos irregulares de baixa renda (REURB-S) apresenta maiores e mais profundas precariedades do que nos casos atingidos pela REURB-E, de modo que aquelas deveriam ser prioritárias.

Para a definição das áreas selecionadas para regularização na modalidade de interesse social (REURB-S), o município instituiu os "Critérios para Regularização Fundiária do Município" apresentados na reunião do Conselho Municipal de Moradia Popular (CMMP), no dia 27 de fevereiro de 2018[101]. Porém, após consideráveis reclamações feitas pelos conselheiros (majoritariamente lideranças de ocupações urbanas da cidade) não foi realizada nenhuma alteração. Assim, os critérios instituídos foram: 1) quantidade de unidades habitacionais existentes no núcleo urbano informal; 2) antiguidade da implementação do núcleo urbano informal; 3) decisão judicial; 4) existência de recursos advindos de programas de habitação para fins de regularização fundiária de âmbito estadual ou federal já destinados a núcleos específicos; 5) existência de processos administrativos junto a Secretaria de Planejamento e Gestão Pública contendo projetos necessários para a regularização.

As lideranças presentes nessa reunião do CMMP, incluindo líderes da MLNR e UMM, apontaram questionamentos aos critérios e às áreas escolhidas para REURB-S. Entretanto, o Decreto n. 360/17 já havia sido implantado, logo, essa apresentação no Conselho não teve nenhuma validade quanto a consulta popular. Apesar disso, após a emissão de uma liminar de reintegração de posse da comunidade Vila União, uma das sete comunidades organizadas pela UMM na cidade, no dia 26 de setembro de 2018, com prazo de quatro dias para ser efetivada, os movimentos se manifestaram nas portas do Palácio do Rio Branco onde funciona a prefeitura. Nesta manifestação participaram tanto a UMM quanto o MNLR, embora este não tenha comunidades em situação de remoção foi demonstrar apoio e auxiliar na negociação com o poder público local.

[101] Ata disponível em https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/splan/pdf/20180227_moradia_ata.pdf - Acessado dia 10/12/2019.

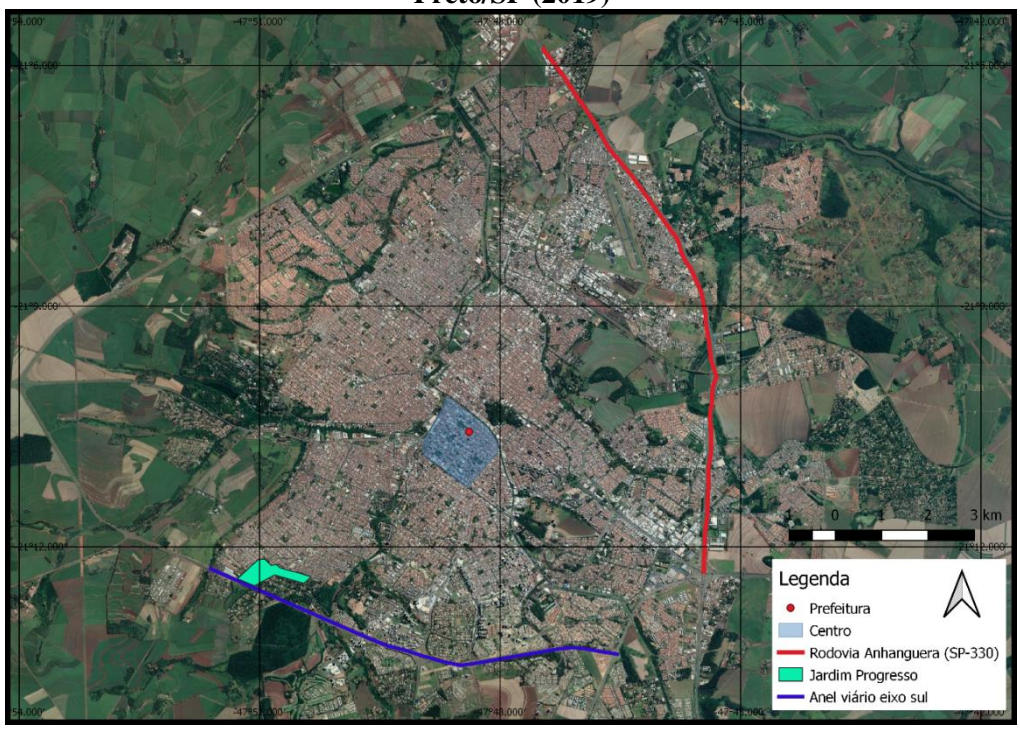
Após a recusa dos órgãos públicos de receber as lideranças para negociar, os membros dos movimentos sociais ocuparam a PMRP durante 48 horas finalizando-a apenas após o secretário de Planejamento e Gestão Urbana se reunir com as lideranças e instituir um novo Decreto (n. 150/2019) no qual foram definidos outros catorze núcleos para aplicação de REURB-S.

Essas novas comunidades selecionadas não correspondem necessariamente aos critérios definidos (e questionados) na lei municipal de regularização fundiária, sendo resultado da negociação feita entre o poder público local e as lideranças dos movimentos sociais. Desse modo, vemos aqui uma considerável vitória dos movimentos sociais locais. Não se trata de uma vitória completa, pois outras comunidades seguem fora da lista da REURB-S, entre elas a Comunidade Cidade Locomotiva e a própria Vila União. Porém também não se trata de uma derrota, pois, além das novas comunidades inseridas para serem regularizadas, até o momento a prefeitura não conseguiu realizar a remoção de nenhum das comunidades que tinha líderes presentes na ocupação do órgão público[102]. Analisaremos com mais profundidade essa ação na PMRP a partir do ângulo da luta pelo lugar, na segunda parte dessa tese.

Quanto a regularização do bairro Jardim Progresso, ele consta na lista para REURB-S desde o primeiro decreto instituído com base na nova lei (n. 360/2017). É possível visualizar no figura 2.4 a localização da área no município de Ribeirão Preto.

[102] Em contrapartida, no dia 16 de abril de 2020, durante o período de isolamento social implantado pela própria Prefeitura Municipal, foi realizada a remoção de uma comunidade que não fazia parte de nenhum movimento organizado. Ainda assim, ela foi denunciada por eles.
http://www.labcidade.fau.usp.br/como-tem-sido-a-atuacao-do-poder-publico-para-a-garantia-do-direito-a-moradia-durante-a-pandema-em-ribeirao-preto/ Acessado em 11/07/2020

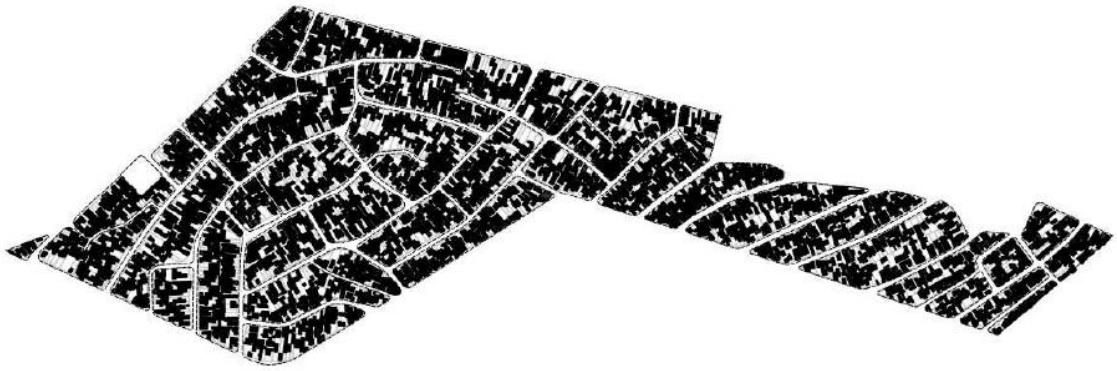
Figura 2.4 – Localização do Quadrilátero Central e do bairro Jardim Progresso em Ribeirão Preto/SP (2019)



Elaboração: autoria própria (2019)
Fonte: Googlemaps (2019)

Como já apontamos na análise da década de 1990, o estudo de Gaspar & Miranda (2016) demonstrou a necessidade da garantia de níveis adequados de habitabilidade das edificações do respectivo bairro. Entretanto, nada foi feito entre essa constatação e a regularização. Além disso, é possível verificar na figura 2.5 o levantamento da ocupação do solo do bairro Jardim Progresso, realizado na pesquisa mencionada, no qual se verificou a ausência de espaços vazios para a implantação de fixos públicos para atendimento da população ali residente. Atualmente, o bairro Jardim Progresso conta com apenas uma unidade de creche e uma unidade de educação infantil públicas, que estão localizadas na pequena área institucional do bairro, o que evidencia a falta de serviços urbanos básicos como educação, saúde e lazer para um bairro de baixa renda que conta com quase duas mil unidades de moradias. A denominada área institucional não chega a 3% do total, impossibilitando a implementação de áreas verdes, praças, equipamentos públicos e outros. Há uma distância considerável entre o centro da cidade, onde se concentram esses fixos, e o bairro, dificultando a acessibilidade a esses serviços por parte dessa população. Mais uma vez, nada foi feito para reduzir esses problemas antes da regularização da área.

Figura 2.5 – Ocupação do solo do bairro Jardim Progresso em Ribeirão Preto/SP



Fonte: Gaspar & Miranda (2016, p. 11)

Apesar disso, a regularização fundiária do Jardim Progresso foi finalizada em junho de 2019, após pouco mais de dois anos da implantação da nova Lei Federal (n. 13.465/2017). Enquanto desde a instituição da legislação anterior (n. 11.977), no ano de 2009, nenhuma regularização havia sido feita na cidade. Não foi nem instituída uma lei municipal para sua regulamentação durante o período de sete anos em que a antiga lei vigorou. E na cerimônia de entrega dos títulos de posse para as famílias residentes no Jardim Progresso, no dia 13 de junho de 2019, o Prefeito Antônio Duarte Nogueira Júnior (PSDB / 2017-2020) emitiu a seguinte fala: "Estas propriedades agora têm um valor financeiro, servem de garantia aos seus proprietários e como herança para seus filhos"[103]. Expõe-se, assim, o que parece ser o principal objetivo da nova lei federal: permitir a definição de valor financeiro, a possibilidade de uso da propriedade como garantia de acordos financeiros e a regularidade para qualquer tipo de alienação, inclusive para a realização de empréstimos financeiros às milhões de casas em situação de irregularidade existentes no país.

Assim, embora seja válido o argumento de que uma regularização lenta não é interessante para nenhum dos agentes urbanos, não se justifica colocar a velocidade desse processo acima da garantia das pessoas à cidadania e aos direitos urbanos. Como escreve Rolnik (2015, p. 161) "O movimento de tomada de terras por um capital financeirizado tem assumido várias formas. Uma delas é a compra – a partir da "regularização" da propriedade e de seu registro como propriedade privada (...)". Pode-se compreender, assim, que a nova lei federal de regularização fundiária, e no caso de Ribeirão Preto a legislação municipal que se desdobrou da federal, tem a intenção de fornecer maior quantidade de título de propriedade devidamente

[103] Link direto da notícia: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/1520-familias-do-jardim-progresso-e-do-jardim-monte-alegre-recebem-titulo-de-regularizacao-fundiaria - Acessado em 23/09/2019

regularizados para revalorizar o mercado imobiliário, aprofundando e atualizando a urbanização corporativa e interseccionalizada.

- **Remoções (I)**

Na sequência, analisaremos um primeiro conjunto de políticas urbanas que fundamentadas nas remoções de ocupações de terras e favelas na cidade de Ribeirão Preto com destaque para: a política de desfavelamento (2009-2013) e o Plano de Preservação do Patrimônio Público Municipal (2016).

A partir de 2009, no primeiro mandato de Dárcy Vera (DEM / 2009-2012) em Ribeirão Preto, instituiu-se um programa municipal de desfavelamento que teve como um dos principais focos a remoção de núcleos, principalmente da região do aeroporto. Ao mesmo tempo, foi dado início à urbanização da favela Monte Alegre e da ocupação Jardim Progresso com base no Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, iniciado em 2007, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[104]. Foram enviadas para conjuntos habitacionais 4,8 mil famílias, desde o início da política de desfavelamento, e foi realizado o recadastramento das famílias na fila de espera pela casa própria na Cohab-RP. A principal justificativa do poder público para essas ações foi, justamente, a criação do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida.

A partir da análise de reportagens de jornal[105] é possível constatar que foram removidas das proximidades do aeroporto, parcial ou completamente, os núcleos de favelas denominados: Adamantina, Da Mata, Itápolis e da Família (esta última não constava no PLHIS de 2010). No

[104] De acordo com o Manual de Instruções dos Projetos Prioritários de Investimentos (PPI), elaborado pelo Ministério das Cidades para as ações denominadas como 'Intervenções em Favelas', válido para o período de 2007 a 2010, "os projetos de infraestrutura priorizados foram reunidos em três eixos estratégicos com destaque especial para Infraestrutura Social e Urbana, onde estão incluídos os Projetos Prioritários de Investimento – PPI para intervenção em favelas, sob responsabilidade do Ministério das Cidades, com a finalidade de executar ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social." (p. 03). As intervenções deveriam ser amparadas pelo Ministério das Cidades e financiadas pela Caixa Econômica Federal. Foram diferenciadas dois tipos de ações: ação 1 – apoio a empreendimento de saneamento integrado em assentamentos precários em municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou municípios de mais de 150 mil habitantes; ação 2 – apoio à urbanização de assentamentos precários. Ribeirão Preto é considerada no documento um dos municípios de mais de 150 mil habitantes, posto que, quando da sua elaboração ainda não havia sido institucionalizada a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, o que acontecerá apenas em 2016. Ainda de acordo com o mesmo "as intervenções propostas deverão ter como objetivo precípuo a implantação de ações necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade da população localizada em área inadequada à moradia, visando sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social" (p. 03). Dentre as diretrizes se destacam: atendimento à população em situação de risco, insalubridade e degradação ambiental; famílias de baixa renda *per capita*; e promoção do ordenamento territorial das cidades.

[105] Notícia G1, portal online, do dia 01/06/2012, intitulada "Remoção pode deixar 17 famílias sem casa em Ribeirão Preto/SP". Notícia da Folha de S. Paulo, do dia 14/10/2010, com título "Remoção de 3ª favela começa ainda neste ano" - Acessadas em 11/08/2018

restante da região Norte foram removidas, parcial ou totalmente, as favelas denominadas: do Brejo, do Tanquinho, Vila Elisa e Jardim Zanetti. No começo de 2014, constatou-se a remoção de 16 núcleos de favelas[106]. Diversos desses núcleos removidos foram novamente constituídos poucos anos depois (NAJURP, 2017), como ocorreu com a favela da Família.

Dentre as oito remoções forçadas feitas a partir desse Programa, uma delas ganhou destaque nacional[107] devido ao absurdo uso de violência[108] por parte das forças policiais: a remoção da favela da Família. Esse assentamento precário não constava no PLHIS-RP de 2010 e, ao que tudo indica, foi constituído entre o final deste ano e o começo de 2011.

Daremos destaque a essa ação por dois motivos: primeiro pela absurda violência com que a remoção foi feita, e segundo porque as lideranças da Comunidade Cidade Locomotiva indicaram que foi a partir dessa remoção que o movimento do qual fazem parte decidiu alterar as estratégias de luta. Começaram, então, a bloquear as rodovias ao redor da cidade e realizaram duas invasões no Aeroporto Estadual de Ribeirão Preto – Dr. Leite Lopes como forma de protesto à situação de moradia calamitosa na qual estava/está Ribeirão Preto. Eles apontam que ao realizarem essas ações de bloqueio e invasão, a Prefeitura reduziu o uso de violência devido à divulgação desses fatos na mídia local. Essas ações serão retomadas na próxima parte da tese.

No dia 05 de julho de 2011, foi realizada a retirada a força e violenta das pessoas e famílias que viviam e construíram a favela da Família, localizada no bairro do Jardim Aeroporto, com estimativa, na época, de 700 famílias em terreno particular (aproximadamente 3.500 pessoas). A comunidade foi informada, uma semana antes, sobre a remoção e, quando chegou na madrugada do dia indicado para tal ação, a maioria das famílias se mantinha no local. Em vídeo disponível no sítio virtual *Youtube*[109] ("Reintegração de posse na Favela da Família – Ribeirão Preto-SP (05/07/11)" de autoria de Vinícius Barros) estão registradas as conversas entre as lideranças da favela e um capitão da Polícia Militar (PM), além do momento da invasão da área pelos policiais e início da destruição das casas pelas máquinas. Na descrição do vídeo está indicado que a área permaneceu vazia durante catorze anos e começou a ser ocupada pela população que vinha de favelas que foram sofrendo remoção (disfarçada de reintegração de posse), desde 2009, quando começou o programa de desfavelamento.

---

[106] Notícia Cidade On, portal online, do dia 05/01/2014, intitulada "26 mil famílias e 1 sonho em Ribeirão: casa própria" - Acessada em 11/08/2018

[107] Notícia da Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano (Ribeirão Preto), do dia 05/07/2011, intitulada "Reintegração de posse termina em confronto em Ribeirão Preto" - Acessada em 11/08/2018

[108] Consideramos o uso do termo violência 'excessiva' impróprio, pois indica que há uma quantidade de violência que não é excessiva. Qualquer uso de violência é absurdo e excessivo.

[109] https://www.youtube.com/watch?v=jgTN7mpPZeA - Acessado em 11/08/2018

Essa continuidade entre remoções que leva a população a ocupar uma área, sem uso por catorze anos, e é novamente removida devido a uma mesma política urbana de "desfavelamento", demonstra uma vez mais a perversidade da urbanização corporativa e interseccionalizada. A própria denominação dessa política como "desfavelar" a cidade aponta para a reprodução da lógica corporativa, afinal ela não se propõe a "solucionar os problemas de moradia" ou, que seja, reduzi-los. Considerar que derrubar as casas construídas nas favelas seja uma política habitacional demonstra como esta é pensada na chave do mercado imobiliário e da desumanização. Isso é, com a destruição das casas, as pessoas que nelas viviam "obrigatoriamente" iriam para uma casa que não esteja em áreas de favelas. Como se fosse uma questão de opção. Ou, o que seria a melhor perspectiva do ponto de vista do poder público, elas sairiam da cidade. "Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças (...)" (SANTOS, 2014 [1987], p. 59).

Assim como, a reorganização da luta social a partir desses fatos desvela sua contínua capacidade de atualização. Alterou-se a ação estatal, altera-se a estratégia de luta. E, dessa maneira, a dialética da urbanização corporativa se mantém e também atualiza-se.

No vídeo, as lideranças pedem que algum representante da Prefeitura vá até a área para conversar com eles e garantir algum destino para as famílias e relembram, várias vezes, que a prefeita não se encontrava na cidade naquele momento pois sabia que essa ação seria levada à cabo naquele dia. Vamos reproduzir parte da conversa entre o capitão da PM e uma das lideranças do assentamento devido a sua riqueza de detalhes para demonstrar a selvageria com que a lógica capitalista da urbanização corporativa segue ocorrendo nas cidades brasileiras (quadro 2.4).

Quadro 2.4 – Conversa entre liderança da favela da Família e capitão da PMSP na iminência de uma remoção (Ribeirão Preto/SP)

LIDERANÇA (L) – Se vier na base do esculacho com as famílias, vai ser na base do esculacho, porque **eu luto é pela melhoria e não pela maioria**. Porque ela [a prefeita Dárcy Vera] foi viajar, ela viu que a bomba estourou e aí... perna pra quem tem. Ela não veio aqui dar uma satisfação pras famílias, uma palavra, uma atenção. A maioria das famílias da [favela] Itápolis veio pra cá e ela não veio dar uma atenção a essas famílias [favela removida da região do aeroporto pelo mesmo programa]. PMSP – O juiz expediu o mandato [liminar] de reintegração, ele entende que tem que reintegrar a posse, não tem problema [sic], a gente reintegra a posse [sic], tem os caminhões aí pra levar pra casa de família, quem não tem pra onde ir tem o CETREM pra ir [sic] (...) então, a gente tem que fazer a reintegração [sic], de qualquer forma a gente tem que fazer [sic], então, se a gente tem que fazer eu gostaria que vocês me ajudassem [sic sic sic] (...) L – Eu fui na Prefeitura, uma, duas, três, quatro vezes, fui com o pessoal do Sem Terra [MST], pedimos a atenção dela, marcamos o horário lá na agenda, tal dia, tal hora nós vai lá [Prefeitura definiu uma data para ir na ocupação], pergunta se ela veio aqui até hoje. PMSP – Essas coisas eu nem comento, porque eu nem posso comentar [sic], razão vocês têm, você sabe disso aí, eu não tiro a razão de vocês...

L – Eu moro nesse bairro aqui desde criança, eu vi esse bairro crescer, quando eu mudei pra cá essa turma aqui tinha 14 anos.
[Aos fundos houve-se os moradores entoando o grito "Favela unida jamais será vencida". Há um corte e aparece o mesmo líder sendo entrevistado por repórter da Rede Globo informando que já houve 'esculacho' na retirada das famílias da favela Itápolis. Aparecem nas imagens várias bandeiras do MST.]
[A população ateia fogo em entulhos e fecha as ruas de acesso à área para impedir, ou atrasar, a entrada da PMSP e entoam o grito "Fogo na rua, Dárcy Vera a culpa é sua".
Corta e volta para a conversa entre o líder e o policial.]
L – O pessoal quer algum representante da Prefeitura que venha aqui pra dar uma posição pra eles, se vier o representante eles vão abrir os portões, os bombeiros apagam o fogo e eles mesmo vão carregar os caminhões com a mudança deles, **não vão deixar ninguém pôr a mão que eles não querem que quebre nada. Eles mesmo vão tirar a mudança deles que o que eles têm aqui, eles conseguiram com muito suor.**

Organização: autoria própria (2018)

No início da manhã, a PMSP informa oficialmente que, após contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, é comunicado que nenhum representante do poder público seria enviado para a área, de modo que, as famílias decidiram resistir à remoção. É, então, filmada a entrada de dezenas de polícias armados, com escudos e cachorros, que atiravam com balas de borracha e bombas de efeito moral. Mais uma vez, o braço armado do Estado em defesa da manutenção do *status quo* violenta física, psicológica e moralmente a população que deveria defender. As máquinas destroem os domicílios com tudo o que tem dentro, enquanto um helicóptero da polícia sobrevoa a área passando bem próximo das pessoas no intuito de amedrontá-las[110]. Segundo reportagem de jornal[111] a ação de retirada à força e violenta de pessoas e famílias inteiras terminou com onze feridos, porém neste grupo não estão todos aqueles que perderam seus pertences[112] (comprados com muita dificuldade, posto que é uma população com baixíssimo poder de compra), seus documentos (!), seus animais de estimação e todas e todas que foram violentados psicologicamente. Difícil pensar que um ser humano que esteja ali no dia da remoção não tenha sofrido danos psicológicos ao ver suas casas derrubadas e ter que fugir de bombas "de efeito moral". O ônus social de uma ação dessas é difícil de ser mensurado.

[110] Qualquer pessoa que já tenha participado de manifestações que, devido a presença da PMSP, terminam em confrontos violentos ou de qualquer outro tipo de ação na qual a polícia decide pelo uso da força, situações nas quais os helicópteros da instituição costumam ser usados, sabe como o alto ruído dos mesmos é opressivo e amedrontador.
[111] Reportagem da Folha de S. Paulo, caderno cotidiano (Ribeirão Preto), do dia 30/07/2011, intitulada "Nova remoção de favela ocorre sem conflitos em Ribeirão Preto (SP)" - Acessada em 11/08/2018.
[112] Notícia da Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano (Ribeirão Preto), do dia 07/07/2011, intitulada "Expulsos de favela em Ribeirão Preto 'garimpam' em busca de bens" - Acessada em 11/08/2018.

Passados cinco anos dessa ação violenta, é constatado em notícia de jornal[113] a existência de 50 domicílios na área da favela da Família, dentre os quais ao menos cinco são de famílias que estavam na violenta remoção[114]. Tais fatos indicam, no mínimo, que a área não foi utilizada para nenhum fim nesse período descumprindo a função social da propriedade. Segundo a reportagem (Cidade On, 27/07/2016):

> Nos últimos 12 meses, 50 famílias desiludidas de conquistarem de forma oficial a casa própria invadiram [sic] o espaço e, mesmo assombradas pelo medo de novo despejo, **depositam o pouco que têm na construção de novos barracos: alguns deles de alvenaria e feitos com muito capricho.** Outros moradores, como a auxiliar de limpeza (...), escurraçada em seu barraco em julho de 2011 pelos policiais militares, sem ter para onde ir, cruzou a rua e, junto a seis outras famílias, invadiu [sic] o terreno ao lado. Hoje [2016], a Favela do Campinho, como é conhecida, já conta com 70 famílias. (...) a auxiliar de limpeza (...) **abandonada pelo marido e com seis filhos para criar**, não teve outra alternativa a não ser se juntar a outros moradores da Favela da Família depois de perder o emprego. Mas tudo ainda podia piorar. Três meses após erguer um barraco, teve a reintegração de posse e ela foi retirada pelos cabelos, do barraco onde morava. "Entrei para pegar minha bolsa e um policial grudou no meu cabelo e me colocou para fora. Na época, meus seis filhos moravam comigo e perdi todos eles, que fugiram correndo pelos fundos. Bateu o desespero, muita coisa ruim passa pela cabeça.". [Outra antiga moradora da Favela da Família conta] "**Perdemos praticamente tudo: fogão, geladeira, beliche, sofá, foi chocante ver tudo derrubado**, passaram a máquina em cima. **Documentos eu tive que tirar tudo de novo**.". A auxiliar de restaurante (...), 36 anos, ainda carrega as marcas da reintegração de posse ocorrida na Favela da Família (...). **O fato desencadeou um quadro depressivo nela.** "Faço tratamento até hoje". A mulher diz que **seu barraco foi o primeiro a ser destruído por um trator durante a reintegração e tudo o que tinha foi parar dentro de uma fossa.** "Eu e meus filhos **saímos com a roupa do corpo e meu cachorro que estava dentro de casa morreu. Era tiro de borracha para todo lado, pensei que matariam meus filhos. Foi o pior dia da minha vida, parecia uma guerra, fomos humilhados.**". A mãe de (...) foi atingida por uma bala de borracha nas nádegas durante a ação policial.

Relatamos essas passagens da reportagem para destacar alguns elementos em comum nas histórias que demonstram a cara da pobreza no Brasil: mulheres chefes de domicílio, violência policial absurda e a criação de um círculo vicioso da pobreza com a destruição de casas com todos os pertences da população, incluindo seus documentos (!) pelos quais a força policial deveria, no mínimo, velar. Afinal, como uma pessoa consegue um emprego fixo sem,

---

[113] Notícia do Cidade On, portal online, do dia 27/07/2016, intitulada "5 anos após reintegração violenta, Favela da Família já tem 50 barracos – Em 12 meses, famílias invadiram espaço no Jardim Aeroporto e construíram novos barracos" - Acessada em 11/08/2018.

[114] Apresentamos nos anexos desse trabalho um manifesto assinado por diversas organizações de Ribeirão Preto denunciando a violência causada pelo Estado na remoção da favela da Família e pedindo o cumprimento dos seus deveres na garantia de moradia digna para a população e pela não criminalização dos movimentos sociais.

pelo menos, seus documentos? Como há um cidadão e uma cidadã se sua documentação não é respeitada por nenhum órgão do poder estatal? Como há um cidadão ou uma cidadã se o Estado os humilha constantemente? É um espaço sem cidadãos (SANTOS, 2014 [1987]). "O espaço é, desse modo, instrumental à produção de pobres e da pobreza" e, por isso, é também uma instância da sociedade (SANTOS, 2009 [1990], p. 66 e 67).

É esse o desenho da periferia urbana pobre brasileira que queremos desvelar com o desenvolvimento dessa tese. A periferia brasileira é composta por mulheres, adolescentes e crianças que constroem e reconstroem parcelas das cidades onde moram ou para onde migram. São mulheres que trabalham em serviços reprodutivos, ou seja, invisibilizadas e exploradas pelo sistema capitalista, logo, recebendo as piores remunerações. As periferias urbanas são munidas de uma capacidade de reconstrução que apenas a ausência de opção, e não só suas resiliências, explicam.

A desproporção da invasão dos policiais armados contra a população composta por idosas e idosos, mulheres e homens, adolescentes e muitas crianças, numa área construída por meio do esforço dessas pessoas, que não tiveram acesso a seus direitos como cidadãos durante toda a vida, é o retrato fiel da história da urbanização brasileira[115]. A urbanização corporativa e interseccionalizada fomentada pelas empresas e sua infindável busca de lucro e defendida pelo Estado a base de violência.

O próprio vídeo "Reintegração de posse na Favela da Família – Ribeirão Preto-SP (05/07/11)" finaliza com os seguintes dizeres "Enquanto a Zona Sul de Ribeirão Preto aparece em rede nacional como circuito de *Stock Car* e reduto de luxuosos condomínios, a Zona Norte e outros cantos se destacam pela falta de princípios sociais básicos. A histórica incompetência do poder público local e a sua contínua preferência por políticas de grande impacto econômico, fazem proliferar, entre outras mazelas, dengue, favelas e violência".

Devido a essa ação de retirada a força e violenta de pessoas, suas famílias e seus bens, se formou, na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da Universidade de São Paulo (USP), o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP) com o intuito de

[115] Essa política de remoção excessivamente violenta expõe o que o filósofo camaronês Achille Mbembe (2011 [2006]) define como necropolítica: a política de morte e de poder sobre a morte. Sua proposta parte de uma contraposição ao conceito de biopoder proposto por Michel Foucault que seria resumidamente o "dominio de la vida sobre el que el poder ha establecido su control" (MBEMBE, 2011 [2006], p. 20). Mbembe explica que "la noción de biopoder es insuficiente para reflejar las formas contemporáneas de sumisión de la vida al poder de la muerte. (…) he utilizado las nociones de política de la muerte y de poder de la muerte, para reflejar los diversos medios por los cuales, en nuestro mundo contemporáneo, las armas se despliegan con el objetivo de una destrucción máxima de las personas y de la creación de *mundos de muerte*, formas únicas y nuevas de existencia social en las que numerosas poblaciones se ven sometidas a condiciones de existencia que les confieren el estatus de *muertos-vivientes*" (MBEMBE, 2011 [2006], p. 75). É possível encontrar uma análise aprofundada desse conceito em relação à política urbana e habitacional da cidade de São Paulo em Paterniani (2019).

"fortalecer as ocupações urbanas da cidade na luta pela garantia do direito à moradia digna" (NAJURP, 2017, p. 9). Esse grupo tem oferecido assistência à ocupações que sofrem ameaça de remoção. O documento elaborado pelo grupo trata da análise dos casos de remoção das favelas João Pessoa e Nazaré Paulista, ambas localizadas na região do aeroporto. São demonstradas, nesse documento, diversas ilegalidades dos próprios representantes da lei que, por exemplo, evitam informar a população de audiências para defender suas áreas das remoções.

Segundo o respectivo estudo

> Essa pretensa política habitacional, marcada quase exclusivamente pelo *desfavelamento* e pelo deslocamento de famílias de comunidades para conjuntos habitacionais, foi e vem sendo direcionada principalmente às favelas localizadas no entorno do Aeroporto. As primeiras famílias a saírem dessas comunidades foram viver em habitações de interesse social que viriam a integrar os bairros Jd. Paiva, Jd. Dr. Paulo Gomes Romeu, Wilson Toni e Eugênio Mendes Lopes. Esses conjuntos habitacionais, contudo, logo passaram a apresentar inúmeros problemas. Em primeiro lugar, todos os referidos conjuntos encontram-se em áreas periféricas, quase sem conexão com a malha urbana já consolidada, e distantes de onde, de forma geral, seus novos habitantes trabalham e estudam. Além disso, foram construídos sem qualquer preocupação com a manutenção da unidade da comunidade nos novos locais, gerando o rompimento do vínculo dessas pessoas não só com o espaço onde viviam, mas, também, com seus antigos vizinhos. (...). Desse modo, muitos são os que abandonam esses conjuntos habitacionais, voltando para as ocupações (NAJURP, 2017, p. 13)

Nitidamente, uma narrativa da ficção da linearidade "insegurança de posse – remoção – auxílio-aluguel/unidade habitacional" (PATERNIANI, 2019). Trata-se de um relato quase uníssono da inserção do Programa Federal MCMV nas metrópoles e cidades grandes e médias brasileiras. A exceção, a nosso ver, ocorreu apenas com a parcela de conjuntos que foram construídos a partir do MCMV – Entidades[116], como já tratamos quando apresentamos o Movimento Livre Nova Ribeirão.

Temos ainda a narrativa de um educador social de uma das ocupações da região do aeroporto que relatou que, durante esse período de desfavelamento, as lideranças das comunidades mais organizadas (logo, onde a remoção é mais difícil de ser realizada) eram assediadas pelos servidores públicos do primeiro escalão. Esses servidores ofereciam às

[116] Segundo Raquel Rolnik (em palestra que participamos em março de 2016), essa parcela do programa é a que realmente foi desenhada pelos participantes e lutadores/as da Reforma Urbana (no item das políticas habitacionais). Porém apenas 1% do capital disponibilizado pelo Ministério da Fazenda foi destinado ao MCMV – Entidades. O restante foi implantado na outra parcela do Programa que teve como maior objetivo salvaguardar as grandes empreiteiras e construtoras da crise financeira mundial de 2008 (ROLNIK, 2015).

lideranças casas próprias nos conjuntos habitacionais desrespeitando a fila de cadastro da Cohab-RP com o intuito de afastá-los das ocupações que organizam e pelas quais lutam.

Essa política de desfavelamento realizou sua última remoção em outubro de 2013, segundo as notícias de jornais. No ano seguinte, foram noticiados o inchaço e aumento das ocupações pela cidade como relata reportagem do dia 09 de outubro de 2014[117]:

> Segundo a líder comunitária do Jardim Aeroporto (...) há pelo menos 140 novas construções, entre barracos e casas de alvenaria, no entorno do [Aeroporto] Leite Lopes (...). O *boom* de barracos ocorre há dois meses (...). Os invasores [sic] abriram novas "ruas" e há áreas em demarcação, com fitas que apontam futuras construções de barracos. Ações de extinção de favelas foram prioridade da primeira gestão da prefeita Dárcy Vera (PSD). Em outubro do ano passado [2013], a prefeita fez a última remoção no bairro.

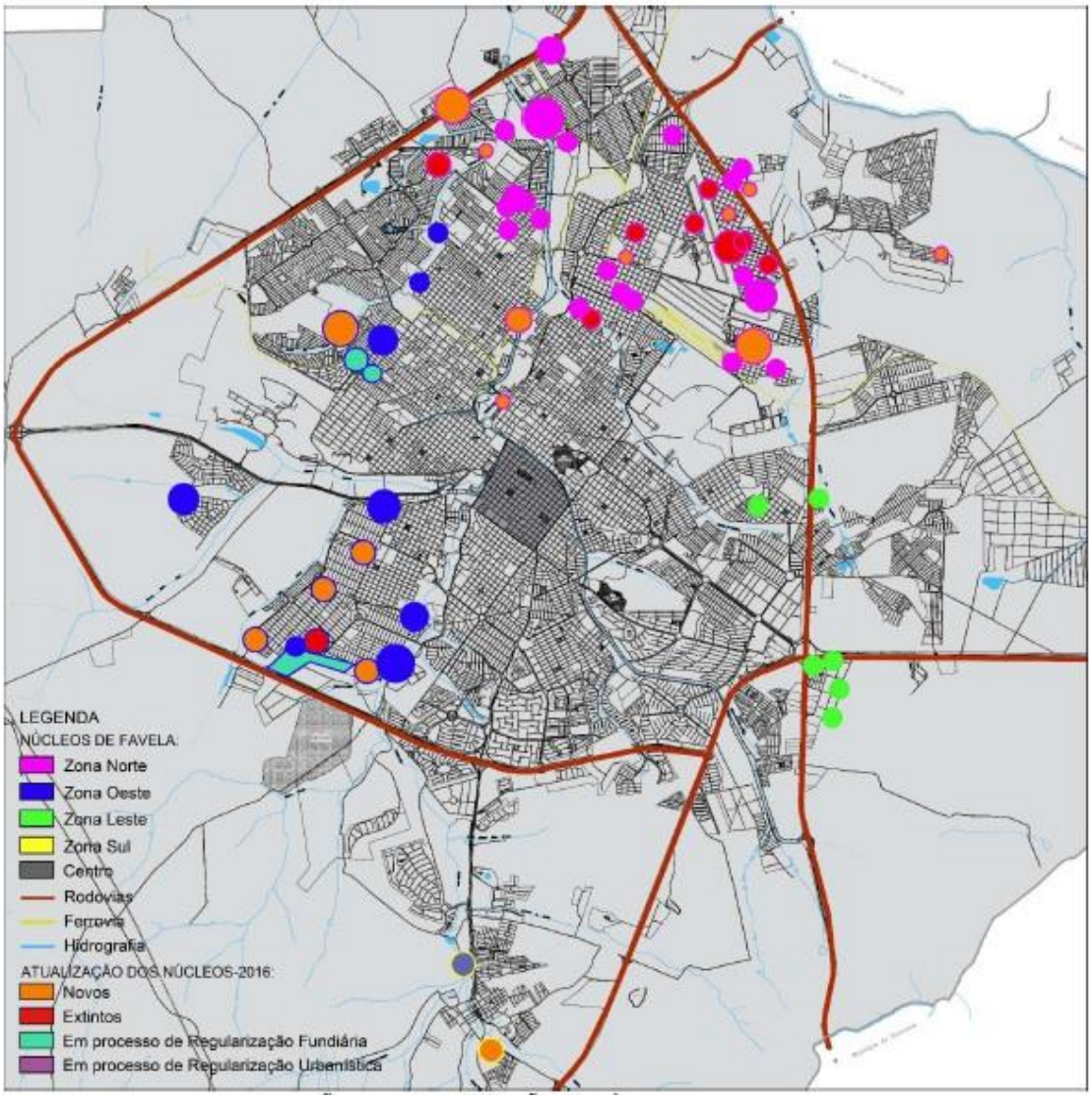
Foi em 2014 que teve início a ocupação da Comunidade Cidade Locomotiva. As lideranças faziam parte de uma ocupação iniciada em 2013 no bairro Ribeirão Verde que, após sete liminares de reintegração de posse que conseguiram suspender, uma ação foi levada a cabo removendo a população. Entre essas sete liminares, as lideranças bloquearam as rodovias ao redor da cidade em protesto à situação de crise habitacional pela qual passava, e passa, o município. A intenção era também que, em caso de reintegração, eles fossem destinados diretamente para uma nova área e foi o que aconteceu. O local hoje ocupado pela Cidade Locomotiva foi indicado pelo poder público para tal fim, como já relatamos que ocorreu no Jardim Progresso, em Ribeirão Preto, e no Parque Oziel, em Campinas. Eles relataram ainda que, desde a intensa violência utilizada e divulgada nacionalmente na reintegração da favela da Família, as lideranças optam pelo bloqueio das rodovias e invasão do aeroporto como forma de protesto, por ser uma estratégia que amedronta o poder público e demonstra a capacidade de enfrentamento da população pobre.

Apresentamos na figura 2.6 o mapa elaborado pelas professoras Tatiana Gaspar & Ana Miranda atualizando os novos núcleos de favelas e ocupações implantados entre 2010 e 2016 (marcados em laranja); os núcleos que passaram ou passariam por processos de regularização urbanística (em cor lilás) e de regularização fundiária (em azul claro); e a localização dos núcleos removidos indicados em vermelho como núcleos extintos.

---

[117] Reportagem da Folha de S. Paulo, caderno Cotidiano (Ribeirão Preto) intitulada "Sem obra no aeroporto de Ribeirão Preto, favelas 'renascem'". Tais fatos são apresentados também na reportagem do mesmo jornal e caderno, divulgada no dia 09/10/2013, intitulada "Ribeirão Preto 'congela' ações de desfavelamento e núcleos aumentam" - Acessadas em 11/08/2018.

Figura 2.6 – Novos núcleos de favelas, área em regularização urbanística e fundiária e núcleos extintos (remoções) na cidade de Ribeirão Preto/SP (2010-2016)



Fonte: GASPAR & MIRANDA (2016, p. 7)

Como é possível visualizar na figura 2.6, foram construídos quinze novos assentamentos precários, entre 2010 e 2016, sendo oito deles no setor Norte, cinco no Oeste, um próximo ao Centro e um no Sul. No mesmo período foram realizadas nove remoções, sendo oito delas na região Norte, seis especificamente nas proximidades do aeroporto, e uma no setor Oeste.

Ainda tratando dessa política habitacional durante as gestões de Dárcy Vera, em seu segundo mandato (2012-2016), realizado através do PSD com coligação com mais dezesseis partidos, foi implantado, no ano de 2016, uma lei que criminalizava as ocupações urbanas. Trata-se da Lei Complementar n. 2.773, de 03 de junho de 2016, que instituiu o Plano de Preservação do Patrimônio Público Municipal (PPPPM). Na análise feita no *blog* da

pesquisadora Raquel Rolnik, sobre a grave situação de moradia em Ribeirão Preto, ela escreve que

> A prefeitura de Ribeirão Preto, além de sistematicamente promover ações de remoção em áreas municipais ocupadas, também criminaliza as famílias. Por iniciativa da Prefeitura, em junho deste ano [2016], foi sancionado o Plano de Preservação do Patrimônio Público, que simplesmente institui ações repressivas e de criminalização de ocupantes de áreas públicas municipais. E não apresenta qualquer responsabilidade ou compromisso com o destino das famílias (ROLNIK, 2016).

Gaspar & Miranda também escreveram, em nota-de-rodapé, que

> Entre outros aspectos, essa lei se sobrepõe ao direito à cidade e ao direito à Moradia Digna – direito fundamental no sistema jurídico nacional e internacional -, além de instituir ações repressivas e de criminalização dos movimentos de moradia e da população ocupante de áreas públicas municipais. Como alternativa às famílias reintegradas é oferecido, na maioria das vezes, abrigo no Centro de Triagem e Encaminhamento ao Migrante/Itinerante e Morador de Rua [CETREM], ampliando a violência desse processo de remoções, já que neste espaço não é possível a permanência de crianças e animais (2016, p. 7 e 8).

Por fim, apresentamos no quadro 2.5 um relato-análise do pesquisador e participante ativo nos Conselhos Municipais da PMRP, Thiago Scatena, que escreveu na sua página pessoal de uma rede social, no dia 02 de junho de 2016, um dia antes da aprovação da Lei:

Quadro 2.5 – Relato-análise da Lei Complementar 2.773/16 de Ribeirão Preto/SP[118]

Como é o Fazer Cidade? Mais um atentado contra os pobres da cidade de Ribeirão Preto, e quem mais queira ocupar os espaços vazios e abandonados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - PMRP. Seguinte, dia 31 de maio, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto colocou em discussão o Projeto de Lei Complementar 268/2016, oriundo do Executivo Municipal (prefeita Dárcy Vera do PSD), intitulado Plano de Preservação do Patrimônio Público Municipal (PPPPM). http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/JW…/ViewerJS/index.xhtml Qual o interesse do PL? Esse Projeto de Lei tem por interesse minimizar as "invasões" (no texto original não há aspas, mas como sabemos que não existe invasão de algo que é público e não executa sua Função Social da Propriedade, inseri aspas) nas áreas públicas municipais. Como? Por meio de um Grupo de Acompanhamento das Ações do PPPPM, vinculado à Secretaria Municipal da Casa Civil, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e analisar medidas do próprio PPPPM. Quem fará parte do PPPPM? A Casa Civil da PMRP, a Fiscalização Geral da PMRP, a Guarda Civil da PMRP, a Secretaria de Infraestrutura e também a Secretaria de Obras Públicas da PMRP, a Limpeza Urbana da PMRP, o Meio

[118] Apesar de dificilmente as redes sociais hegemônicas serem consideradas uma fonte de informação para a pesquisa acadêmica consideramos que, devido à veracidade das informações e ao importante sujeito político que é seu autor na cidade, devemos trazer esse relato na íntegra, posto que o autor ainda não possui textos acadêmicos sobre o assunto. Thiago Scatena nos autorizou publicar esse texto nessa tese e para o fim que se propõe de denúncia.

Ambiente da PMRP, a Assistência Social da PMRP, o Planejamento da PMRP, os Negócios Jurídicos da PMRP, a Saúde da PMRP, o Bem Estar Animal da PMRP, a Comunicação Social da PMRP e as autarquias DAERP e Transerp, ou seja PMRP. **Tendo como coordenador do Grupo um representante da Guarda Civil, a polícia.**
Quais são as atribuições do Grupo de Acompanhamento das Ações do PPPPM?
Fazer ações preventivas, repressivas e de revitalização para evitar ou minimizar as "invasões" em áreas públicas municipais e restabelecer a "normalidade social" (outra aspas colocada por mim pelo motivo de que a dita normalidade social é um escárnio para quem não tem um teto para morar). Também tem como atribuição manter contato e diálogos com os líderes das "invasões" a fim de buscar "medidas conciliatórias" (provavelmente mandar o povo para o CETREM e colocar na lista de espera da imobiliária chamada COHAB-RP). Caso as ditas "medidas conciliatórias" não vinguem, iniciará as medidas repressivas, que são o aparato jurídico legal que legitimará a remoção por meio da força da Polícia Militar e da Guarda Civil, a tão conhecida Reintegração de Posse. E mais, também se utilizará da CPFL e do DAERP para o desligamento das ligações que abastecem essas "invasões".
E o fato essencial desse PL 268/2016: ele foi fruto dos trabalhos do GTHIS (Grupo Técnico de Habitação de Interesse Social), sem passar pelo crivo do Conselho de Moradia Popular de Ribeirão Preto, e feito pela administração pública para interesse da administração pública, com grande força da Secretaria da Casa Civil de Ribeirão Preto.
Mais um atentado contra as pessoas pobres que não tem como comprar uma casa ou alugar na cidade de Ribeirão Preto, que possui mais de 50 ocupações de moradia. Vale lembrar que a cidade rica, capital do agronegócio, Ribeirão Preto, não possui Secretaria de Habitação, não tem vinculação de despesas para um mínimo planejamento habitacional, possui mais de 50 ocupações de moradia, tem uma autarquia chamada COHAB-RP dominada pelo PMDB há anos que possui inúmeras acusações de fraudes e listas de espera de mais de 20 anos, não está cumprindo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), de 2010, possui um forte *lobby* de empresários e construtoras para flexibilizar a fraca legislação de Uso e Ocupação do Solo, de 2007, instrumentos urbanísticos nunca utilizados do Plano Diretor ultrapassado, sem Zonas de Interesse Social bem definidas, e uma Câmara Municipal que mais parece um balcão de negócios.....
É um cenário de catástrofe urbana anunciada.
É isso galera, temos que ocupar esse GTHIS criado por decreto do executivo, e que atropela a autoridade do Conselho de Moradia Popular e a sociedade civil, o GTHIS é ilegítimo e imoral.
Peço que divulguem.

Fonte: Página do Facebook (acessado em 24/08/2018)
Obs.: destaque nossos

Segundo o texto da lei, em seu Artigo 1° diz-se que "Fica pela presente lei complementar instituído o Plano de Preservação do Patrimônio Público Municipal, visando evitar e/ou minimizar as invasões de áreas públicas municipais (...)" (RIBEIRÃO PRETO, PL 268/16, p. 4). Em seu artigo 3º, parágrafo único, define-se que "[o] Coordenador do Grupo de Acompanhamento das Ações do Plano (...) será o representante da Guarda Civil" (p. 5) e sua função é descrita no artigo subsequente da seguinte maneira:

> I – coordenar as ações preventivas, repressivas e de revitalização destinadas a evitar ou minimizar as invasões de áreas públicas no município de Ribeirão Preto, preservar a posse das áreas públicas municipais e restabelecer a normalidade social; II – manter o diálogo com os líderes da invasão e **inicialmente buscar as soluções conciliatórias com o intuito de minimizar a <u>drasticidade</u> dos efeitos que uma invasão pode gerar**; III – frustrada a solução conciliatória, dar início as medidas inerentes ao Plano (...) inclusive se for o caso acionar o aparato jurídico municipal para medidas pertinentes; IV – acionar a Polícia Militar, se necessário, para a garantia da execução do Plano

> (...) e/ou Reintegração de Posse; V – acionar a CPFL, em caso de utilização de rede clandestina de rede de energia nas áreas invadidas, para que providencie o desligamento da rede (ibidem, p. 5-6, destaque nosso).

É, no mínimo, intrigante que, após um caso de extrema violência que descrevemos acima com a reintegração de posse da favela da Família, o executivo e o legislativo municipal implantem uma lei que regulamenta o uso de violência por parte da Guarda Civil Municipal e da Polícia Militar para evitar, remover ou reintegrar posse nas novas invasões da cidade. Não seria o caso do executivo e legislativo desta cidade instituírem uma Política de Habitação Municipal, ou novas estratégias de política habitacional? Por exemplo, a Prefeitura poderia aplicar a legislação federal e instituir o IPTU Progressivo no Tempo nos terrenos e imóveis vazios ou ociosos da cidade e, naqueles instituídos há mais de cinco anos, destituir a propriedade e transferi-la para famílias que não possuem uma casa para morar.

As lideranças da Cidade Locomotiva também têm conhecimento da lei e apontam que se consideram perseguidas pelo poder público local que tenta, a qualquer custo, encarcerá-las. Inclusive, no começo do ano de 2018, uma das principais lideranças da área foi encarcerada por motivos pouco justificáveis, mas que não relataremos aqui por proteção à mesma, e foi necessária uma grande força-tarefa dos dirigentes para conseguir tirá-la da injusta situação de cárcere. Trata-se da criminalização dos movimentos sociais.

Não pretendemos entrar em detalhes, mas é importante apontar que essa administração municipal composta pelas duas gestões de Dárcy Vera (2009-2012 / 2013-2016), além de todas as acusações de desrespeito aos direitos humanos que viemos relatando, finaliza seu último mandato renunciando ao cargo e está presa há mais de três anos devido a acusação de diversas ações de corrupção durante sua gestão[119]. Apontamos isso, pois queremos frisar o quão perverso foi seu governo para a maior parte da população[120] e o quanto a justiça brasileira é um dos pilares das características da nossa formação socioespacial. As gestões da, então, prefeitura de Ribeirão Preto são acusadas por corrupção e não por seus inúmeros crimes contra seres humanos, pessoas e famílias inteiras. Devido à renúncia da chefe do executivo municipal, pouco da PPPPM foi colocada em prática.

---

[119] Em portal de notícia G1, do dia 27/12/2016, intitulada "Dárcy Vera presa: escândalos de corrupção marcaram a cena política na região de Ribeirão Preto" - Acessada em 12/08/2018.

[120] Reportagens sobre o tema: Portal G1, Ribeirão Preto, do dia 18/05/2014, intitulada "Jovem morre após procurar unidades de saúde por 5 vezes em Ribeirão Preto, SP – Adolescente foi levada em três postos e morreu com suspeita de meningite. Médicos alegaram caxumba, torcicolo, virose e não pediram exame, diz mãe."; Portal G1, Ribeirão Preto, do dia 04/10/2014, intitulada "Morre motorista que teve rim extraído após diagnóstico de gases em SP – Paciente foi submetido a cirurgia após ser consultado por 4 vezes em 3 dias. Família acusa equipe médica da UPA de Ribeirão Preto (SP) de negligência."; Portal G1, Ribeirão Preto, do dia 01/04/2016, intitulada "Ribeirão Preto tem 24,4 mil casos de dengue e registra maior epidemia da história" - Acessadas em 12/08/2018.

- **Programa Federal Minha Casa Minha Vida**

Uma das principais justificativas utilizadas pelo poder público local para as inúmeras ações de remoção das quais tratamos no item anterior foi a implantação do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida como já constatamos. Mas, agora o analisaremos.

Observamos como, na década de 2010, é o próprio Programa MCMV o vetor modernizante implantado em Ribeirão Preto e reprodutor da periferia urbana. Não só pela construção desumana que são os conjuntos habitacionais, e das quais já tratamos no terceiro período de periferização, mas também porque eles se apresentam como "solução", possível apenas a partir da remoção. Além disso, a implantação do Programa na cidade, como ocorreu de modo geral em todo o país, fomentou a revalorização do solo urbano que já vinha ocorrendo na década anterior (ROLNIK, 2015).

Vários pesquisadores/as brasileiros/as vêm apontando e denunciando tanto a péssima qualidade dos conjuntos habitacionais do Programa quanto sua construção distante da malha urbana contigua da cidade (IPEA, 2014; ROLNIK, 2015), repetindo os graves erros dos conjuntos financiados pelo Fundo Nacional de Habitação (FNH) nos anos 1970. A principal mudança que é apontada entre os dois programas é que raramente foram construídos, pelo MCMV, conjuntos tão grandes quanto com o FNH. Ainda assim, os empreendimentos produzidos para acessar a chamada "Faixa 1" do MCMV[121] – uma nova nomenclatura para generalizar os pobres urbanos que engloba as famílias com renda de R$ 0 a R$ 1.600[122] – são grandes, mal construídos, com vícios de obra, monótonos, com material de baixíssima qualidade, sem o cuidado com os mapas afetivos das áreas das quais a população foi removida e levada para locais distantes de suas antigas moradias, com vizinhos que não conheciam, e sem nenhum direito ao território. Os exemplos são muitos por todo o Brasil[123].

Como explicam Raquel Rolnik & Luciana Royer (2014) sobre a lógica construtiva do Programa:

> Pelas regras do programa, prevalece uma racionalidade centrada na oferta, em que construtoras privadas exercem o papel preponderante na concepção e

[121] Segundo Carlos Eduardo Nobre, "[c]omo um macro sistema de engenharia institucional, o PMCMV se estruturou a partir de dois subsistemas. O Subsistema Faixa 1 e o Subsistema Faixas 2 e 3. O Subsistema Faixa 1 corresponde à unificação dos Programas Pró-Moradia, de Arrendamento Residencial, de Subsídios à HIS e Crédito Solidário, portanto, corresponde aos programas específicos de HIS direcionados à população de mais baixa renda que compõem as estatísticas do déficit habitacional de até 3 SM" (NOBRE, 2018, p. 93).

[122] Em 2009, a renda familiar máxima para enquadramento dos beneficiários do Subsistema Faixa 1 era de R$ 1.395 (equivalente a três salários mínimos), e, em 2014, era de R$ 1.600 (2,2 salários mínimos) (NOBRE, 2018).

[123] Em reportagem disponibilizada no *site* The Intercept Brasil, intitulada "O maior conjunto do Minha Casa Minha Vida está desabando", do dia 23/03/2018, descreve-se que há 8.855 unidades habitacionais que já tinham problemas de infiltração apenas quatro meses após sua inauguração, além de diversos problemas com violência na área - Acessado em 24/03/2018.

> implementação dos projetos. Ainda que exista parceria com o município ou o Governo do Estado, em geral a construtora define o terreno onde será executado o empreendimento habitacional e elabora seu projeto arquitetônico, normalmente estandartizado, sem necessariamente, considerar a caracterização do déficit habitacional e da demanda existente, ou mesmo seguir diretrizes locais de desenvolvimento urbano, quando existem (ROLNIK & ROYER, 2014, p. 4).

Segundo os dados apresentados no artigo de Lúcia Shimbo & Luciana Ceron (2014) que analisa a implantação do Programa na Região Administrativa de Ribeirão Preto, dos trinta e cinco empreendimentos construídos em Ribeirão Preto, apenas cinco pertencem à Faixa 1 do Programa e, dentre estes, todos estão localizados em áreas de grande concentração de população de baixa renda, especificamente na região Noroeste da cidade, parte do território da pobreza. Há ainda, nessa mesma área, uma considerável concentração de empreendimentos da Faixa 2 do Programa, porém que também são construídos em outras parcelas da cidade. Enquanto os catorze empreendimentos voltados a atender a Faixa 3 estão dispersos por toda a cidade com apenas dois deles localizados em área de concentração populacional de baixa renda econômica. As autoras explicam ainda que em termos de configuração urbanística, "no geral, 45% das unidades estão em empreendimentos contíguos com mais de 500 unidades, indicando forte concentração de grandes conjuntos e, consequentemente, uma prevalência da "concepção privada" de desenho urbano" (ibidem, p. 6).

No gráfico apresentado no mesmo artigo (SHIMBO & CERON, 2014, p. 8) é possível visualizar a enorme concentração de empreendimentos nas Faixas 2 e 3 do Programa, tanto na Fase 1 (2009 a 2011) quanto na Fase 2 (2012 a 2014) em que foi executado. As autoras explicam que (p. 9)

> De forma geral, verifica-se uma continuidade no total de unidades contratadas entre as duas fases do programa, com um pequeno incremento de 1,92% (4.988 UHs na Fase 1 em comparação à 5.084 UHs na Fase 2). Entretanto, na comparação das faixas de atendimento, há uma significativa queda de 87% na produção pela modalidade FAR, para atendimento das famílias com rendimento de até R$ 1.600,00; e um incremento expressivo de 39% na modalidade FGTS, para as Faixas 2 e 3 – sendo que, na Faixa 2, esse incremento é praticamente duplicado e, na Faixa 3, há uma manutenção entre as duas fases.

Com o início do MCMV, foram construídos, no ano de 2009, 383 unidades habitacionais em um mesmo conjunto em Ribeirão Preto, porém entregues em momentos diferentes durante o ano: o Conjunto Habitacional Dr. Paulo Gomes Romeu localizado no setor Oeste. São 35 unidades para a população removida da favela Monte Alegre (devido à reurbanização da área como apontamos no item anterior) e 29 unidades que atenderam a famílias removidas do Jardim

Aeroporto. Posteriormente, no ano de 2013 foram entregues 113 unidades da segunda etapa do Conjunto Habitacional Dr. Paulo Gomes Romeu; em 2014, foram 192 unidades do Conjunto Habitacional Zana, no extremo Noroeste da cidade colado ao Anel Viário Contorno Norte, no bairro Heitor Rigon; no ano de 2015, não foi realizada nenhuma entrega; e em 2016, foram finalizados cinco conjuntos habitacionais, todos participantes do Programa Federal. São eles: Conjunto Habitacional Residencial Lessa Mantovani, com 96 unidades habitacionais,; Conjunto Habitacional Mendes Batista, com 96 unidades; Conjunto Habitacional Rio Negro, com 256 unidades; Conjunto Habitacional Tapajós, com 288 unidades; e Conjunto Habitacional Residencial Tocantins, com 192 unidades habitacionais. Todos majoritariamente localizados no bairro Heitor Rigon no extremo Noroeste da cidade, no limite do Anel Viário Contorno Norte. As construtoras responsáveis pelas obras foram Construtora Isso, Casa Alta Construções e Construtora Itajaí Ltda.

Na Fase 2 do Programa foi realizada a contratação do Empreendimento Vida Nova Ribeirão que tem projetado, na 1ª etapa, a construção de 2.440 unidades habitacionais localizadas além do Anel Viário Contorno Norte e voltadas para atender a Faixa 2 do Programa. O empreendimento é divulgado no sítio virtual da construtora como “No coração de Ribeirão Preto”, embora seja um dos mais distante do centro da cidade. Esse conjunto está em construção e todas as unidades já foram vendidas. No projeto final, de responsabilidade da Construtora Pacaembu, constam 6.991 unidades habitacionais em mais 2,8 km². Até o momento não foi entregue nenhuma das etapas. Apresentamos na figura 2.7, elaborada pela própria construtora, a localização do futuro empreendimento.

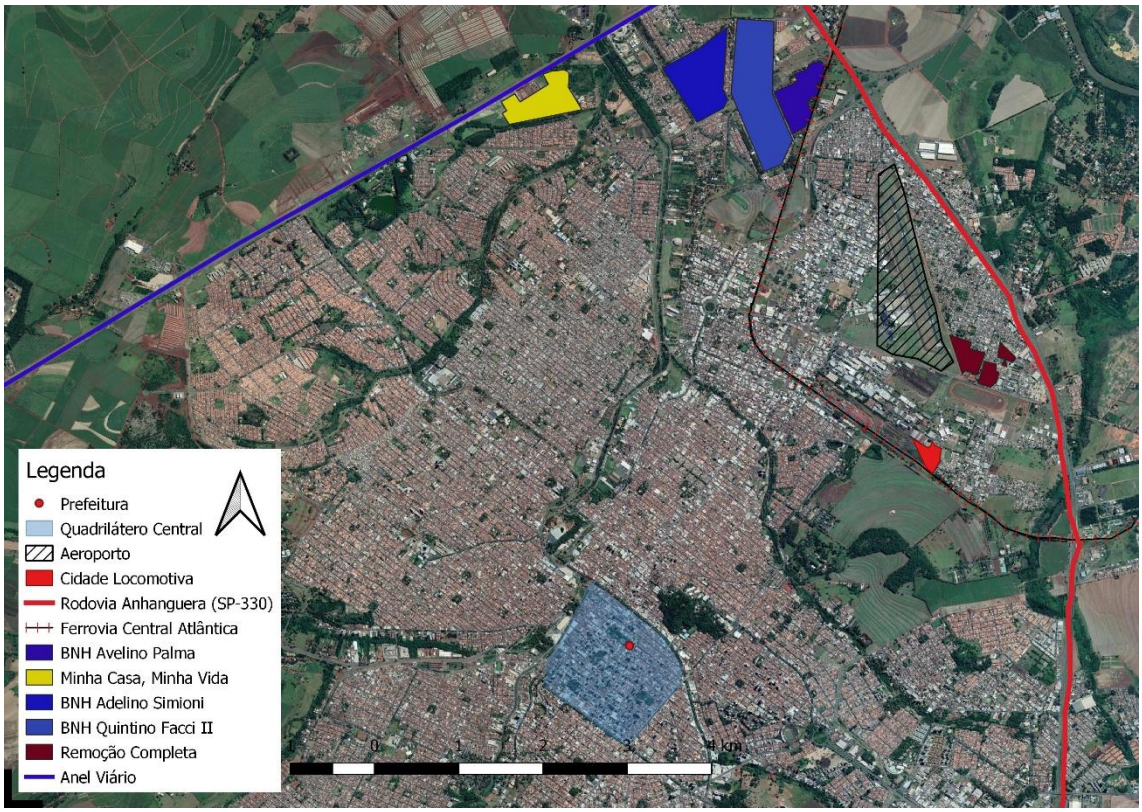
Figura 2.7 – Localização do empreendimento Vida Nova Ribeirão (Faixa 2 do MCMV) em Ribeirão Preto/SP

Fonte: Construtora Pacaembu (2020)

Em entrevista realizada com um dos arquitetos que pretendiam elaborar o Estudo de Impacto Ambiental e o Estudo de Impacto de Vizinhança para autorizar a obra, em maio de 2018, questionamos como seria possível que o projeto fosse aprovado se ultrapassava o mais recente perímetro urbano delimitado no Plano Diretor de 2018, instituído poucos dias antes. O profissional respondeu "Até lá ele será expandido novamente". Essa resposta indica a certeza na continuidade da urbanização corporativa e interseccionalizada.

Essas localizações demonstram, também, que esses conjuntos habitacionais estão ainda mais afastados do centro da cidade e da malha urbana contígua do que os conjuntos construídos no período anterior, a partir do BNH. De modo que se aprofunda essa urbanização, pois se mantém o padrão de segregação racial (mapa 03) e se intensifica as dificuldades vividas pelos chefes de domicílio homens e mulheres que residem nesses locais. Com destaque para estas, posto que, são majoritariamente responsáveis pelas atividades de cuidado, levar e buscar na escola, posto de saúde e áreas de lazer, que estão mais distantes do que, de modo geral, localizam-se os assentamentos precários de onde foram removidas (BERNARDES & ANTONELLO, 2019; FREITAS, 2018), como já debatemos no período anterior. É possível visualizar na figura 2.8 os maiores conjuntos habitacionais construídos no período de periferização anterior, por meio do BNH; a localização do bairro Heitor Rigon, onde foi construído a maioria dos conjuntos habitacionais do MCMV, especificamente para Faixa 1; e a localização de alguns dos assentamentos precários indicados no PLHIS-RP (2019) para "solução" de remoção completa (logo, classificados como T4). Dentre esses, apresentamos também a localização da Cidade Locomotiva que se encontra na mesma situação, isso é, se localiza mais próxima ao centro da cidade do que os novos conjuntos habitacionais do MCMV.

Figura 2.8 – Maiores conjuntos habitacionais do BNH, do MCMV e assentamentos precários para remoção completa no entorno imediato do aeroporto no PLHIS-RP (2019) – Ribeirão Preto/SP



Elaboração: autoria própria (2020)
Fonte: Googlemaps (2020)

É visível a maior proximidade tanto dos assentamentos precários indicados para remoção completa, quanto dos conjuntos habitacionais, construídos na década de 1980. Além disso, ambos estão mais integrados à malha urbana por terem vias de acesso direto e mais estruturadas, embora quando da construção dos conjuntos do BNH não fosse assim. Retomando a localização do maior conjunto a ser construído pelo MCMV na cidade, figura 2.8, se esgarça ainda mais o tecido urbano. Novamente, compreende-se o prejuízo social aprofundado pelas remoções e não solucionados pelas políticas focadas na construção de conjuntos habitacionais. Ao contrário, essa junção de políticas urbanas retroalimentam a pobreza e fomentam a urbanização corporativa.

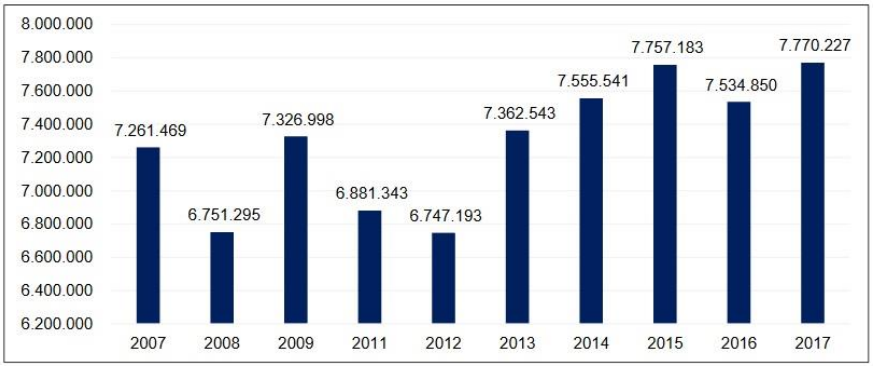
Além disso, o cadastro da Cohab-RP contava com 80 mil famílias no final de 2012, porém esse número foi atingido em dez anos de funcionamento do cadastro constando a repetição de diversas famílias, logo, trata-se de um dado impreciso. Após o recadastramento, no começo de 2013, contava com 29 mil famílias, destas 22 mil foram classificadas na chamada Faixa 1. Em oito meses, esse número de cadastros cresceu 12%, atingindo um total de 32,5 mil inscrições das quais 26 mil pertencentes à Faixa 1. Nota-se, não só através desse dado, mas de

diversos que viemos apresentando nessa década, com destaque para as remoções, como a criação do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida resultou numa possível ampliação do déficit habitacional do país.

Como tratamos no segundo período de periferização, tal crescimento é uma característica dos momentos em que foram implantados grandes programas habitacionais no país, leia-se o BNH durante a Ditadura Militar e o MCMV no período atual. Nesses dois momentos ocorreu um aumento do *déficit* habitacional e os motivos apontados, com os quais concordamos e se repetem em Ribeirão Preto, são: o aumento do preço da terra urbana (ABREU, 2014; GOMES, 2011; BARCELLA, 2018); a intensificação das remoções forçadas das ocupações e favelas dos municípios (justamente pela existência dos respectivos programas) (MARICATO, 1996); e a implantação de mais unidades habitacionais voltadas para as faixas de renda que não compõem realmente o déficit habitacional do país (SHIMBO & CERON, 2014; ROLNIK, 2015).

É possível observar essa tendência do aumento do déficit habitacional concomitante a inserção de políticas nesse setor, indicando a ineficácia de seus propósitos, no gráfico 2.4. Nele, indica-se os dados absolutos do déficit, em âmbito nacional, para o período entre 2007 e 2017, quando ocorrem duas importantes políticas habitacionais a partir do governo federal, através do PAC e do MCMV.

Gráfico 2.4 – Evolução do déficit habitacional total (número de unidades) no Brasil (2007-2017)



Fonte: FGV (2018)

Como é possível verificar no gráfico 2.4, há redução do déficit no ano de 2008 a qual se deve aos resultados momentâneos do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, iniciado em 2007, inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de âmbito federal. Já a redução apresentada nos anos 2011 e 2012 estão diretamente ligadas à entrega dos conjuntos habitacionais na primeira fase do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida, e início

da Fase 2. Contraditoriamente, expondo a relativa ineficácia desses programas, amplia-se o déficit nos anos imediatamente seguintes aos da implantação dos respectivos programas.

Além de tudo isso, esses programas mantém a segregação racial (PATERNIANI, 2019) e intensificam a vulnerabilidade das mulheres chefes de domicílios não só devido à baixa qualidade das construções, com reduzidos espaços principalmente para as áreas essenciais às atividades de cuidado e reprodução da vida, mas também pelo aumento das remoções que, como apresentamos, atinge diretamente essa população.

No quesito das desigualdades de gênero, o Programa MCMV implantou uma importante novidade com a preferência dada às mulheres como titulares das unidades habitacionais (Art. 35, Seção VIII, Capítulo I, Lei Federal 11.977/2009). E, mais do que isso, sua regulamentação definiu prioridades para casos que se complexizam: "Na hipótese de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV (...) será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicáveis" (Art. 35-A); e, sendo a mulher chefe de família, tal titulação não exige a concordância do cônjuge (Art. 73-A, Capítulo IV). Essas tão importantes especificidades permitem a manutenção da autonomia da mulher, pois para aquelas que vivem em situação de violência de diversos tipos e/ou com instabilidade financeira ter a garantia legal de manter a propriedade da moradia caso decidam denunciar ou se separar é um fator essencial. Está em tramitação, inclusive, um projeto de lei (PL 4.692/2019) que propõe inserir como critério de preferência para a seleção em programas de habitação social as mulheres que vivem em situação de violência. Essa estratégia pode, além de ampliar a autonomia, também incentivar a denúncia, posto que, essa seria uma das comprovações da situação vivida. Em cartilha elaborada pela Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada especialmente para pensar sobre as especificidades dessas políticas para as mulheres é feito um importante esclarecimento:

> É preciso ficar claro que reconhecer a ligação social e cultural das mulheres com o espaço doméstico não pode significar um reforço da ideia de que "lugar de mulher é na cozinha" e de que o espaço público do mercado de trabalho, da política e das demais dimensões da vida é exclusivo dos homens. O importante é compreender que a garantia do direito à moradia adequada às mulheres é fundamental para a realização de suas atividades cotidianas e, inclusive, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para a efetivação de outros direitos (ONU, 2011, p. 05).

Assim, é um importante avanço na política habitacional considerar as desigualdades de gênero garantindo a titulação da propriedade no nome das mulheres. Entretanto, é necessário calibrar o discurso que vem junto dessa política cuidando para não fomentar a conexão já tão

incorporada na construção social de gênero entre espaço privado e mulheres reproduzindo a organização generificada do espaço urbano.

Voltando à análise para a cidade de Ribeirão Preto, é possível observar nos mapas da Costura (I) dessa primeira parte da tese que, comparando-se o mapa 02 (rendimento médio mensal domiciliar) com o mapa 04 (rendimento médio mensal por domicílio chefiados por mulheres), como a concentração dos domicílios com renda média de até três salários mínimos (mapa 02), de modo geral, ocorre nas regiões Norte e Oeste da cidade. É possível, inclusive, visualizar o processo de construção das periferias urbanas, com as áreas próximas ao Anel Viário Contorno Norte com rendas domiciliares um pouco superiores às dos domicílios localizados no limite do Anel Viário Contorno Oeste, que também são superiores às médias das rendas domiciliares ao redor do aeroporto. Sendo esta última a periferia urbana mais recente de Ribeirão Preto. Entretanto, quando observamos o mapa 04, nota-se como a renda média dos domicílios chefiados por mulheres, em todas as regiões da cidade é inferior à renda média domiciliar geral, o que indica que os domicílios com chefia feminina possuem menor renda do que os chefiados por homens. Embora venha se alterando a relação entre mulheres chefes de domicílio e feminização da pobreza (HIRATA & KERGOAT, 2007), posto que o protagonismo feminino tem se expandido em todas as camadas sociais (CAVENAGHI & ALVES, 2018), tal constatação ainda segue válida para Ribeirão Preto, como para outras cidades brasileiras, principalmente, quando analisado a partir de suas periferias urbanas.

- **Remoções (II)**

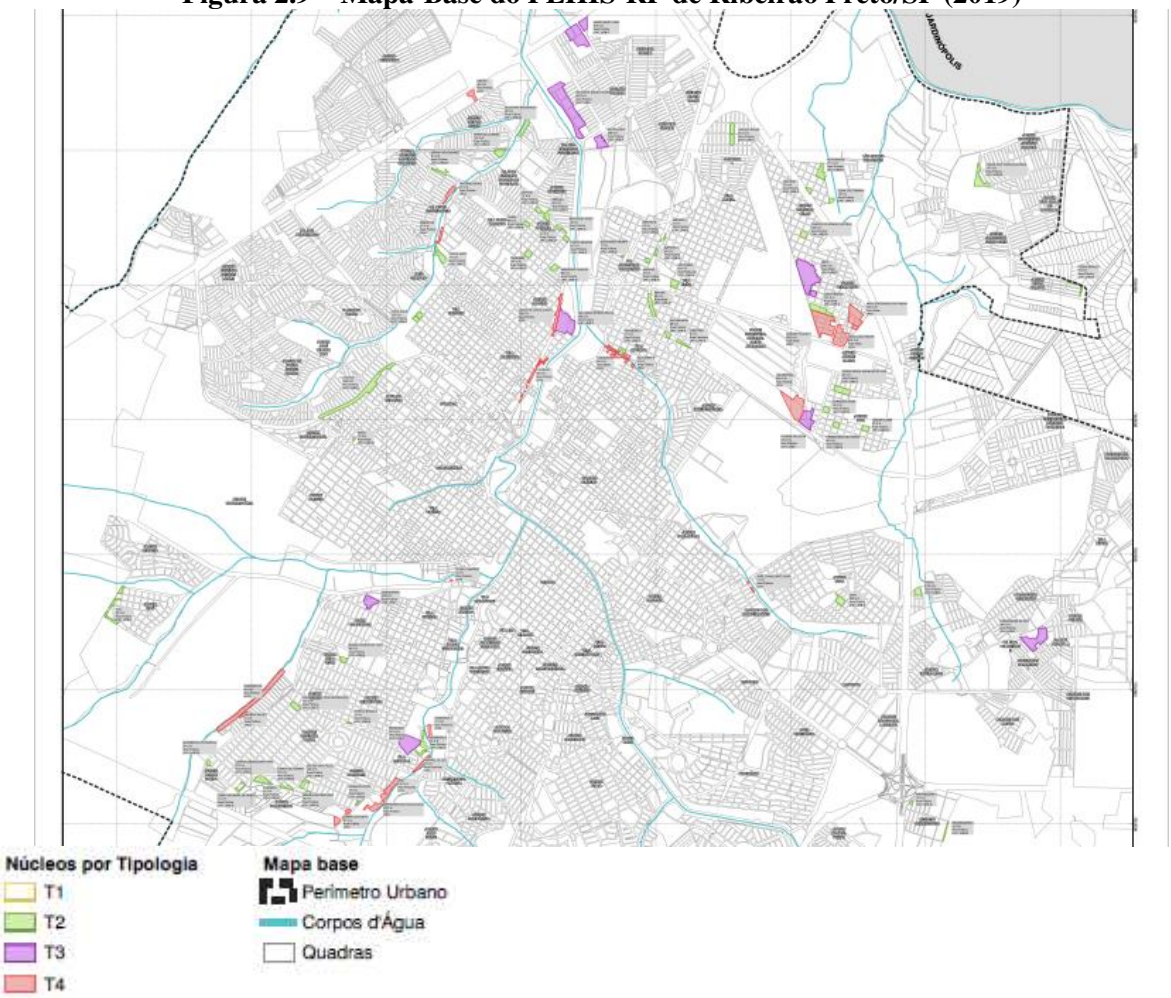
Dando sequência à análise das políticas urbanas com ênfase na ampliação e manutenção das periferias, retomamos que na gestão atual está em iminência a retomada das remoções como "solução". Essa definição da remoção como uma solução para os problemas de moradia, e não como o seu agravamento, consta no PLHIS-RP (2019) em vias de entrar em vigor no município.

Não analisaremos como se deu a revisão desse plano, por não ser o foco dessa pesquisa. Não obstante, ressaltamos que foram realizadas apenas duas audiências públicas e duas audiências técnicas antes da elaboração do Projeto de Lei do PLHIS-RP (2019) que segue em tramitação. Um destaque que retomamos desse PL é a alteração do nome do Conselho Municipal de Moradia Popular (Lei Complementar n. 2.351/2019) para Conselho Municipal de Habitação. Apenas para que conste nesse relato, pois já tratamos desse Conselho com o nome anterior, posto que a mudança ainda não está oficializada.

Apresentamos na sequência a figura 2.9 referente ao mapa-base que compõe o PLHIS-RP (2019) no qual constam todos os assentamentos precários (APs) existentes na cidade no

momento de sua elaboração e segundo o poder público e a tipologia de problemas utilizá-la para classificá-los. Os movimentos sociais locais apontam que o número dos assentamentos é superior ao delimitado no plano.

Figura 2.9 – Mapa-Base do PLHIS-RP de Ribeirão Preto/SP (2019)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Urbana / Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (2019)

Nota-se que a maioria dos APs foram classificados na tipologia de problemas T3 (cor roxa) o que indica a área como consolidável, porém com necessidade de remoção média de 35% dos domicílios para mais; e T4 (cor vermelha) que indica a impossibilidade de consolidação e remoção de 100% dos domicílios.

Essa tipologia utilizada no plano se baseia na definição das seguintes características: infraestrutura implantada, padrão das edificações e grau/possibilidade de consolidação do parcelamento (PLHIS-RP, 2019, p. 35). Buscou-se assim "iluminar" as intervenções urbano-habitacionais demandadas, nas palavras do próprio plano. Apontamos a diferenciação entre as quatro tipologias na nota-de-rodapé 63 (p. 114).

Segundo a análise do PLHIS-RP (2019) a divisão das regiões da cidade[124] é caracterizada da seguinte maneira:

- Porção Oeste: onde se localizavam as grandes fazendas de café do século XIX, hoje ocupada em grande parte pelo campus da USP;
- Zona Norte: onde a ocupação se torna significativa na década de 1980, com a concentração de conjuntos habitacionais da Cohab-RP;
- Zona Sul: onde a ocupação iniciou-se na década de 1980 e intensificou-se a partir da década de 2000, e hoje se caracteriza pela presença expressiva de conjuntos residenciais fechados;
- Porção Leste: se caracteriza como área de afloramento do Aquífero Guarani.

Quanto à distribuição dos (APs), o plano constata que

> estão distribuídos espacialmente em todas as regiões do Município, mas predominantemente nas regiões Norte e Oeste, ocupando, principalmente, áreas públicas de loteamentos irregulares mais antigos (décadas de 1960 a 1980), que não haviam sido urbanizados. Observa-se na porção Norte, caracterizada pela forte presença de Conjuntos Habitacionais de Interesse Social implantados pela COHAB-RP [16], os APs encontram-se localizados em áreas públicas [5] e em Áreas de Preservação Permanente (APP) [6] (...). Também na porção Norte do município formou-se um conglomerado de APs nas proximidades de três grandes equipamentos urbanos (...) no entorno imediato do Aeroporto Leite Lopes [5]; nas proximidades do Jóquei Clube [4] [e] no entorno imediato do Parque Permanente de Exposições [2] (PLHIS-RP, 2019, p. 32).

É neste último caso, no entorno imediato do Parque Permanente de Exposições, que está classificada a Cidade Locomotiva supreendentemente, posto que ela se localiza colada à ferrovia onde foram constatados outros assentamentos. Ou seja, a comunidade também poderia ter sido classificada como próxima aos grandes equipamentos urbanos. A nosso ver, tal indicação pode auxiliar na justificativa para a remoção da comunidade, como está indicado no próprio plano que ocorrerá ao categorizá-la na tipologia T4, acionando os argumentos de áreas de risco, de ocorrência de inundações[125] e de preservação ambiental, todas conectáveis aos riscos socioambientais. Retomaremos isso mais a frente.

O PLHIS-RP (2019) contabilizou, ao todo, trinta e oito assentamentos precários na região Norte, sendo dezesseis em áreas ao redor de conjuntos habitacionais. Sem dúvida é a

[124] O Plano utiliza porção, zona, setor e região como sinônimos.

[125] Não concordamos com o uso do termo inundações para os eventos de excesso de água pluvial na Cidade Locomotiva, pois não seu trata da ação fluvial que somada às chuvas inundam à área. São pontos de alagamentos causados pela ausência de drenagem, como ocorre em diversas outras comunidades classificadas como áreas de inundação. Essa diferenciação é importante, pois, embora ambas (alagamentos e inundações) tenham consequências drásticas para a população e resultem da ação antropológica, os alagamentos deixam nítida a responsabilidade do planejamento urbano nas suas ocorrências.

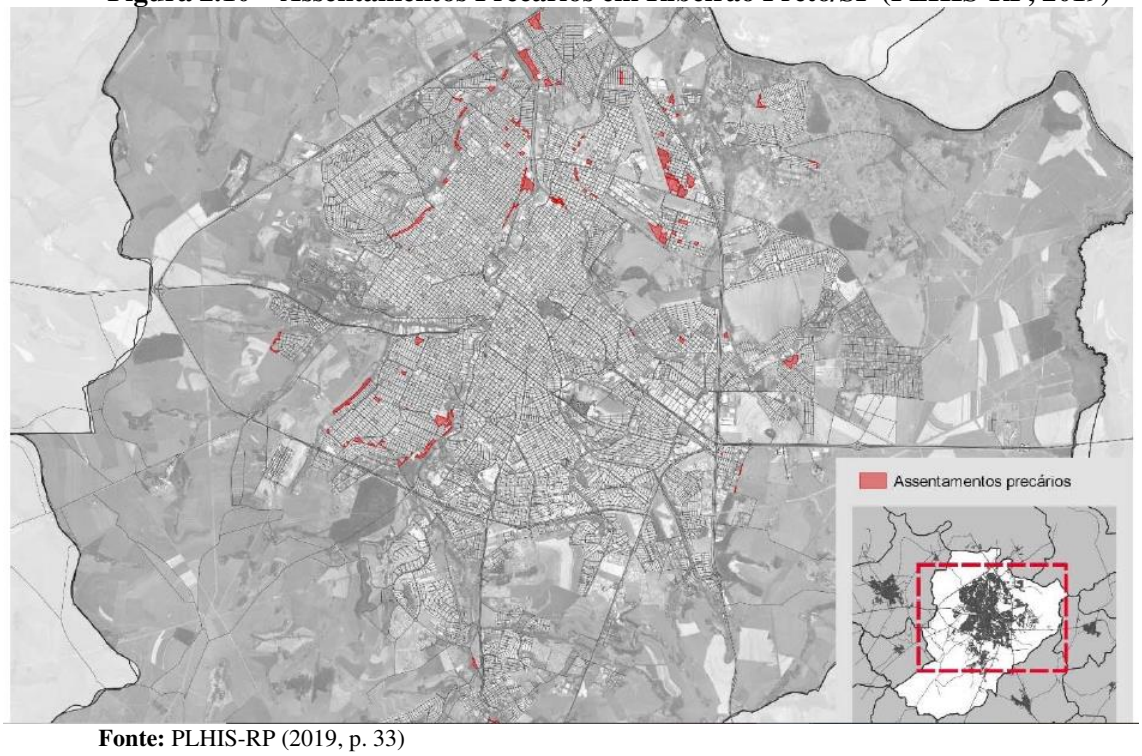
categoria que apresenta maior quantidade de APs. A nosso ver, esse fato revela a perversidade da lógica construtiva desses empreendimentos imobiliários que, ao invés de solucionar os problemas de moradia, o reproduzem.

Seguindo a compreensão da distribuição dos APs, o plano indica que "[n]a porção Leste, externamente ao Anel Viário no trecho formado pela Rodovia Anhanguera, localiza-se um conjunto de APs mais antigos [8] (...). Um segundo conjunto, composto por dois assentamentos de dimensões maiores, formou-se mais recentemente em áreas públicas não urbanizadas de loteamentos: Cidade dos Trabalhadores e Comunidade da Paz." (p. 32 e 33). Estes dois últimos são ocupações organizadas pela União dos Movimentos de Moradia (UMM), a partir de 2010.

Na região Oeste são contabilizados vinte assentamentos subdivididos entre os localizados em áreas públicas de loteamentos regulares (6), em Áreas de Preservação Permanente (APPs) (7) e em áreas ao redor do Jardim Progresso (7). Há ainda um único núcleo localizado na zona Sul, o AP Faiane que foi urbanizado pela empresa Alphaville para instalação de seu empreendimento nas proximidades, porém não está regularizado.

Assim, o plano localiza sessenta e nove dos oitenta e sete assentamentos precários que identifica. Apresentamos na figura 2.10 retirada do PLHIS-RP (2019) a localização de todos os APs sem diferenciá-los por tipologia.

Figura 2.10 – Assentamentos Precários em Ribeirão Preto/SP (PLHIS-RP, 2019)



Fonte: PLHIS-RP (2019, p. 33)

É notável como na região do centro expandido, podemos dizer até em quase toda a malha contígua da cidade, não há núcleos de favelas ou ocupações atualmente. Tal fato pode indicar um bom controle do poder público para evitar que essa parcela mais valorizada da cidade, assim como da região Sul, mantenha-se sem a instalação de núcleos irregulares de baixa renda em prol da revalorização imobiliária. Nota-se a eficiência do planejamento urbano excludente.

Como nos foi relatado em pesquisas de campo por integrantes da UMM, os movimentos dão preferência para ocupar os setores Norte e Oeste justamente porque sabem que há maiores chances de se manterem, do que se ocupam as regiões Leste e Sul. Assim como, há uma clara preferência de ocupar áreas públicas devido à redução da violência e da maior morosidade do poder público em relação aos proprietários particulares. Como explicam Tatiana Gaspar e Ana Miranda (2016):

> Essas ocupações, em sua grande maioria ocorrem em áreas públicas municipais, onde deveriam ser implantados equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres de uso público. Grande parte dessas ocupações são caracterizadas como consolidáveis, o que constitui, à princípio, um facilitador no processo de regularização fundiária. Contraditoriamente, apenas dois assentamentos tiveram processos de regularização fundiária iniciados pela Prefeitura Municipal [Monte Alegre e Jardim Progresso]. Em grande parte dos casos, **as ações têm se restringido a realização de reintegrações de posse [remoção], com apenas uma minoria dos removidos sendo contemplados com unidades habitacionais produzidas pela iniciativa privada através do Programa Minha Casa Minha Vida** – MCMV (GASPAR & MIRANDA, 2016, p. 6 e 7, destaque nosso).

Não obstante, faz parte do histórico do centro e seus arredores os antigos cortiços e favelas que já estiveram e estão nessa parcela da cidade, entretanto não foram localizados nos mapas que constam no PLHIS-RP (2019) porque foram considerados como déficits habitacionais "fora dos assentamentos precários" os quais não foram mapeados. Embora o plano contabilize esses déficits (separados entre quantitativos e qualitativos), só foram georreferenciados os assentamentos precários e suas tipologias. Talvez essa decisão de quais periferias urbanas devem, ou não, aparecer nos mapeamentos do poder público tenham o intuito de omitir narrativas (HARLEY, 2009). Afinal, "A cartografia pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder" (ibidem, p. 03), pois os "mapas exercem uma influência social" (ibidem, p. 14). Ou seja, se o mapa demonstra que toda a cidade é costurada por enormes periferias urbanas que conectam pequenas manchas "modernizadas" pode-se empoderar muito mais a população a tomar o que é seu, não só por direito, mas porque foi ela quem a construiu: a cidade. Se agregarmos a isso a massiva necessidade que o território da riqueza, as manchas "modernizadas", tem de que a população que vive nas periferias urbanas esteja dentro dos seus

domicílios, nos comércios e serviços trabalhando, teremos aí sim um fiel retrato da urbanização corporativa e interseccionalizada vista pelo avesso.

Apresentamos a tabela 2.12, extraída do PLHIS-RP (2019), que indica a quantidade de domicílios "com solução de consolidação" e domicílios "com solução de remoção e reassentamento" segundo a PMRP.

Tabela 2.12 – Domicílios "com solução de consolidação" e domicílios "com solução de remoção e reassentamento" em Ribeirão Preto/SP (PLHIS-RP, 2019)

Tipologia dos assentamentos precários	Total de assentamentos precários	Total de domicílios	Domicílios com solução de consolidação	Domicílios com solução de remoção e reassentamento
T1	1	44	44	0
T2	54	4.044	3.437	607
T3	9	3.596	2.336	1.260
T4	23	2.050	0	2.050
TOTAL	**87**	**9.734**	**5.817**	**3.917**

Fonte: PLHIS-RP (2019, p. 41)
Elaboração: PLHIS-RP (2019)

Como é possível observar, aproximadamente um quarto (26%) dos assentamentos precários teriam como "solução" suas remoções completas, equivalente a vinte e três assentamentos. Somando com os domicílios calculados para serem removidos nas outras tipologias de problemas (T2 e T3), tem-se o equivalente a 40% dos domicílios indicados para serem "solucionados" através das suas remoções (calculado em 3.917 domicílios equivalente a aproximadamente 19.585 pessoas). Essa compreensão de "remoção como solução" se justifica, no plano, pelo reassentamento da população em outros locais da cidade.

Na terceira e última audiência pública para revisão do mesmo, realizada em 28 de agosto de 2019, foi apresentada os capítulos finais do plano no qual constam os orçamentos necessários para o desenvolvimento da política habitacional, segundo os problemas habitacionais constatados no plano[126]. Após a apresentação, indagamos ao Secretário de Planejamento e Gestão Urbana, Edsom Ortega Marques, qual parcela desse enorme e relativamente detalhado

[126] No quarto capítulo do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto, de 2019, intitulado "Condições de financiamento da política habitacional no contexto da atualização do PLHIS" são explicados os programas que serão implantados na cidade, de âmbito federal, estadual e municipal, para "solucionar" os déficits habitacionais qualitativos e quantitativos. No final do quinto capítulo (item 5.3 intitulado "Orçamento do PLHIS – Parâmetros de investimentos, orçamento estimativo e metas de atendimento para os próximos 10 anos") são descritos os parâmetros de orçamento para os seguintes programas: Programa de Regularização Fundiária, Programa de Urbanização, Programa de Produção Habitacional e Programa Lote Urbanizado. Consta ainda o item 5.4.1.5 "Resumo dos valores de referência para o orçamento do PLHIS". Na sequência, o capítulo é finalizado com a apresentação dos itens 5.4.2 "Orçamento estimativo para implementação do PLHIS"; 5.4.3 "Planejamento financeiro para implementação do PLHIS" e 5.4.4 "Planejamento de execução do PLHIS para o PPA". Após isso há apenas as "Considerações finais" e o plano é encerrado.

orçamento a prefeitura possuía ou garantia até o momento. A resposta do secretário foi "Nenhuma. Está vendo essas porcentagens de quanto precisamos de orçamento federal, estadual e municipal? Não temos nada disso garantido, será necessário lutar para adquiri-lo." (caderno de campo do dia 28/08/2019).

Como interpretar a apresentação desses dados por parte da própria secretaria de planejamento com a afirmação imediata de que essas receitas não existem? Ora, são esses dados fictícios? Fazer planejamento habitacional de interesse social seria, então, calcular quanto deveria ser implantado para "solucionar" o problema habitacional ainda que essas cifras sejam fictícias? Se focamos na "previsão" de gasto desse orçamento, entre 2020 e 2029, proposta pelo Plano, torna-se ainda mais fictício, posto que todos os valores calculados se alterarão e não é necessário ser especialista em economia para saber.

A partir disso, somado ao conhecimento do processo de urbanização brasileira e das políticas habitacionais, sabemos que há uma enorme tendência ao não cumprimento desse orçamento. De modo que, caso as "soluções" de remoções comecem a acontecer, dificilmente haveria verba pública para que a "solução" do reassentamento realmente ocorra.

Como já relatamos ao analisar a nova lei de regularização fundiária, pelo menos quinze comunidades já estiveram na eminência de sofrer reintegração de posse nos últimos dois anos. Até agora, estas não se deram devido à organização e intensa pressão por parte dos movimentos sociais que lutam pela moradia. Porém, no momento no qual o poder público decida que elas serão levadas a cabo, a tendência é que elas ocorrerão. Agora, se os reassentamentos, pós remoção, serão feitos, isso é realmente difícil de saber. Se depender do orçamento público disponibilizado para tal, já sabemos: não haverá reassentamento.

Assim, queremos frisar os atos de remoção especificamente como uma não-solução e, mais, as compreendemos como ações que aprofundam as desigualdades socioespaciais e, inclusive, atingem com mais intensidade as mulheres chefes de domicílio, crianças e idosos. Paterniani (2019) expõe esse raciocínio perverso do poder público de maneira sagaz. Nas palavras da pesquisadora

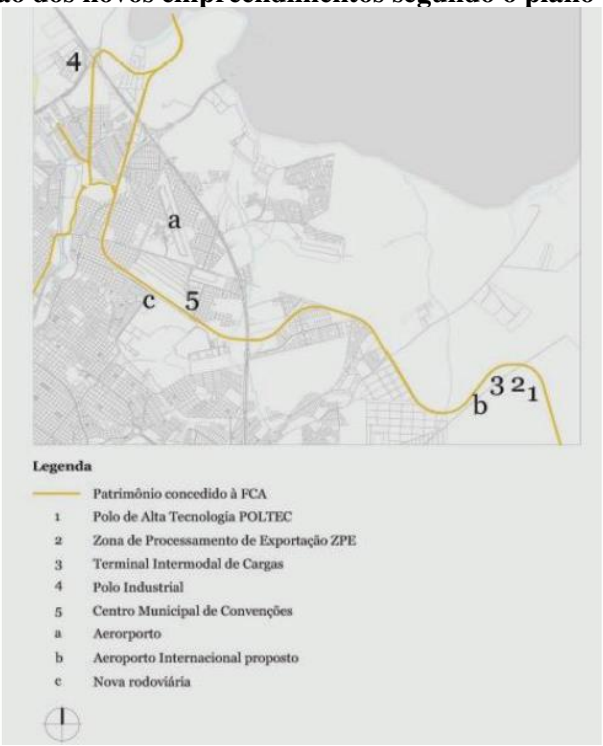
> A narrativa do atendimento com vias *a resolver o problema da habitação precária* é, assim, uma ficção de linearidade. Tal ficção de linearidade é expressa perfeitamente na sequência insegurança de posse – remoção – indenização; ou uma variação insegurança de posse – remoção – auxílio-aluguel/unidade habitacional [este último diretamente conectado com os casos que analisamos aqui]. Um olhar rápido pode concluir que o caráter ficcional dessa linearidade se dá porque a unidade habitacional definitiva não é produzida. No entanto, um olhar atento revela que a não-produção da UH definitiva não é uma falha da política pública ou uma lacuna a ser completada para a narrativa consolidar-se enquanto real. **A não-produção da UH definitiva, isto é, a não-construção do conjunto habitacional é um elemento**

> **fundamental da política pública habitacional. A não-construção do conjunto habitacional é um modo de existência da política habitacional** (PATERNIANI, 2019, p. 272 e 273, destaque nosso).

E, realmente, quando compreendidos os planos urbanos que a atual gestão possui, entende-se que quando eles indicam a "solução" da remoção, está sendo indicado, na verdade, a solução para outra questão urbana (considerada por eles um problema): a infinita necessidade de revalorização do solo.

Quando analisamos as novas áreas de revalorização que vem sendo planejadas desde o Plano "Ribeirão Preto – 2001", elaborado na primeira gestão do mandato do prefeito Antônio Palocci Filho (PT / 1993-1996), essa constatação fica evidente. O plano propunha a transferência da Prefeitura Municipal para a região próxima ao aeroporto, além da expansão deste fixo para atendimento internacional. Além disso, propunha-se a instalação de um Distrito Empresarial também nessa área da cidade, como pode ser observado na figura 2.11. O plano, afinal, tinha como palavra-chave a "descentralização" (MOREIRA, 2015), a qual nós acrescentaríamos: a descentralização para ampliar a revalorização.

Figura 2.11 – Localização dos novos empreendimentos segundo o plano "Ribeirão Preto – 2001"

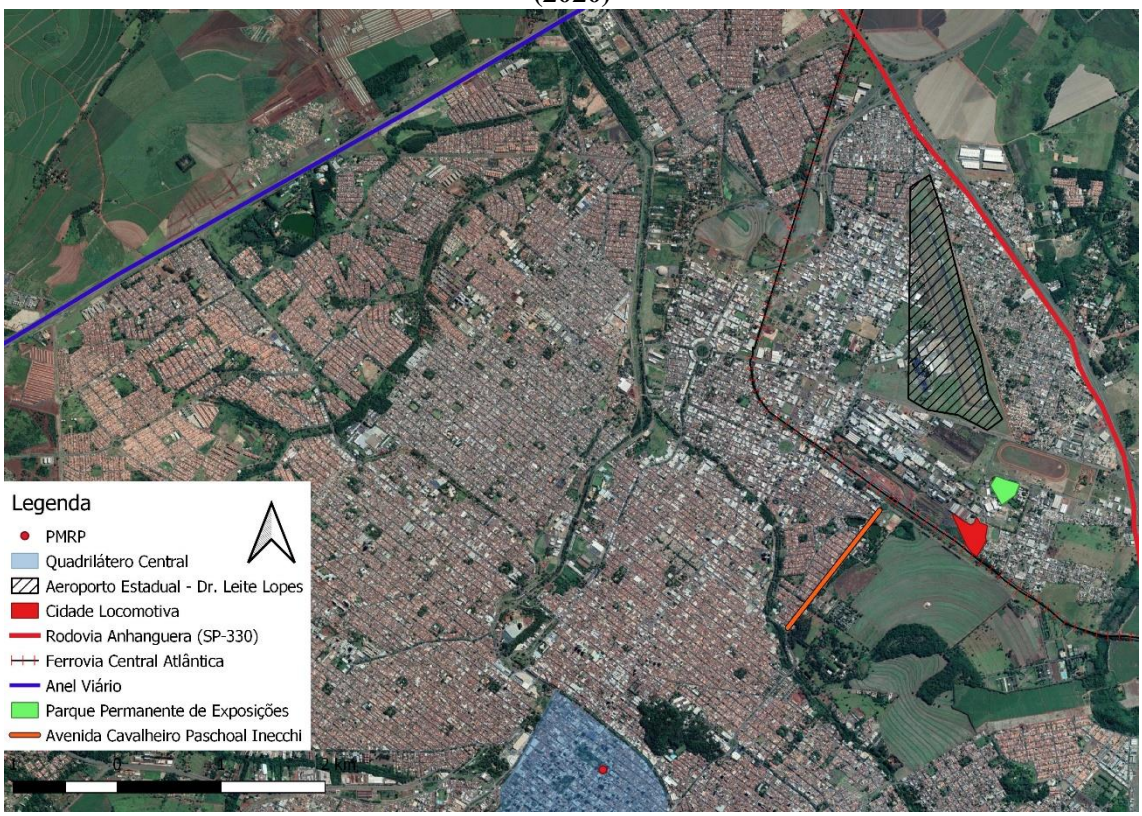


Fonte: Moreira (2015, p. 115)

Nota-se na figura 2.11 que o item da legenda numerado como 5 (Centro Municipal de Convenções) se localiza exatamente onde hoje está construída a Comunidade Cidade

Locomotiva. Além disso, já foi realizado um concurso público, em setembro de 2018, para a escolha do "anteprojeto arquitetônico do Centro Administrativo" que se localizará nos arredores imediatos da comunidade, na Avenida Cavalheiro Paschoal Inecchi, como é possível visualizar na figura 2.12 na sequência. Apresentamos ainda a localização da Ferrovia Central Atlântica, que delimita o final da Cidade Locomotiva, e do Parque Permanente de Exposições.

Figura 2.12 – Localização da comunidade Cidade Locomotiva, Avenida Cavalheiro Paschoal Inecchi, Ferrovia Central Atlântica e Parque Permanente de Exposições em Ribeirão Preto/SP (2020)



Elaboração: autoria própria (2020)

Trazemos a localização do Parque Permanente de Exposições, pois como frisamos, constatou-se no PLHIS-RP (2019) que a Cidade Locomotiva se localiza nos arredores imediatos do Parque Permanente de Exposições e não nos arredores imediatos da linha de trem da Ferrovia Central Atlântica, como foram classificados outros assentamentos precários. Como é possível visualizar na figura 2.12, não faz sentido essa classificação do plano, o que nos alerta para a possibilidade de justificar a remoção da comunidade com base na preservação do respectivo parque. Soma-se a isso a proximidade da comunidade com a área onde se pretende implantar o novo Centro Administrativo, ou seja, a nova Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Não nos parece que esta pretenda se localizar frente a frente com a respectiva comunidade que, portanto, já está contabilizada para a "solução" de remoção.

Soma-se a isso a pretensão de expandir o aeroporto, exposta durante as audiências públicas para revisão do Plano Diretor, e que pode ser verificada no mesmo, para que se torne de âmbito internacional indicando uma provável revalorização imobiliária dessa parcela da cidade. Posto que, essa expansão pode incentivar a instalação de empresas de logística, transportes particulares, estacionamentos, entre outras. De modo que, para que essa ampliação ocorra será necessária a "solução" de remover uma parcela considerável dos assentamentos precários da área. Como é possível observar no Mapa-Base (figura 2.9 p. 205) que consta no PLHIS-RP (2019), apresentado anteriormente, as maiores remoções (forçadas e violentas de pessoas, famílias e seus bens) estão planejadas para ocorrer no entorno imediato do aeroporto e seus arredores. Todas sob "justificativas técnicas", parecem faltar as justificativas econômicas e políticas que há por detrás das técnicas.

A "justificativa técnica" para a "solução" de remoção da Cidade Locomotiva, por hora, é de que a área sofre com os alagamentos no verão. Como detalharemos na próxima parte dessa tese, técnicos, arquitetos, engenheiros e a própria população da área sabem que é possível solucionar esse problema com a efetivação de algumas obras de engenharia simples para aprimorar o escoamento das águas pluviais e sua vazão. Obra constantemente realizada para a implantação de condomínios horizontais e loteamentos fechados ao redor de recursos hídricos. Trata-se de interesses político-econômicos que, mais uma vez, se escondem por traz da enorme tirania da "solução" das remoções que fomentam a eterna necessidade de implantação de políticas habitacionais ou, pelo menos, de arrecadar dinheiro em diferentes esferas do poder público com essa justificativa.

Finalizamos essa periodização retomando a necessidade de compreender o acúmulo de sabedorias, conhecimentos e tecnologias necessários para a constituição dos chamados assentamentos precários, que compõem parte do que definimos como periferias urbanas, entendidas teoricamente como espaços opacos prenhes do Período Popular da História (SANTOS, 2000). Acionar essa narrativa das riquezas acumuladas nas diferentes formas-conteúdo da periferia urbana é disputar o discurso competente (CHAUÍ, 1993) difundido pela burguesia nacional e pelas corporações, brancas e majoritariamente masculinas, e corroborado pelo poder público, branco e majoritariamente masculino, para que consigam se apropriar dos espaços construídos pelos economicamente pobres urbanos, negros/as e pardos/as, mulheres, homens, crianças, idosos, idosas, pessoas com diferentes capacidades, locais de origem, religião, expressão de sexualidade, entre muitas outras diferenças que constroem o cotidiano dos lugares, como analisaremos atentamente na próxima parte dessa tese.

Considerações finais

Nos dois capítulos dessa primeira parte da tese percorremos o processo de urbanização corporativa e interseccionalizada de Ribeirão Preto, desde 1880 até 2019. Um percurso de cento e quarenta anos subdividido em quatro períodos a partir das mudanças da periferização fomentada por esse processo. O principal fio condutor da narrativa que elaboramos foram as alterações das formas-conteúdo da periferia urbana ao se adaptarem às políticas urbanas em consonância com as novas necessidades do modo de produção capitalista e da racionalidade que engendra.

Este modo de produção e sua racionalidade mantêm desde sua gênese a segregação racial e a organização generificada do espaço urbano constituindo a segregação socioespacial a partir de desigualdades que se interseccionam. Estas, entretanto, se alteram para aprimorar a acumulação de densidades técnica-científica-informacionais e sustentar a modernização seletiva. Sem embargo, esse processo não se dá sem a resistência das contra-racionalidades gestadas nas e a partir das periferias urbanas. A luta pelo direito ao território se atualizada em consonância com as alterações da racionalidade capitalista. Novas estratégias de organização e novas maneiras de construir cidade vão sendo elaboradas pela população economicamente pobre, negra, parda e com mulheres chefes de domicílios.

Assim, no primeiro período de periferização (1880-1949) a modernização seletiva do espaço urbano se deu através do planejamento "higienista" (racista) que teve como objetivo embranquecer o Quadrilátero Central através, principalmente, da remoção e proibição dos cortiços. No segundo período (1950-1969), inicia-se a mecanização do trabalho no campo expulsando os e as trabalhadoras que constituem os primeiros núcleos de favela implantados na cidade. No terceiro período (1979-1989) se destaca a intensificação da modernização do campo com a implantação do Programa Nacional do Álcool que fomenta a expulsão do trabalhador, transformado em "boias frias", e concentra ainda mais a propriedade da terra. As favelas se multiplicam e se adensam e institui-se a política habitacional do BNH através das Companhias de Habitação que a efetivam em âmbito municipal através dos conjuntos habitacionais, forma-conteúdo da periferia que se destaca nesse momento. E no quarto e atual período de periferização, que se inicia na década de 1990, amplia-se intensamente a pobreza urbana constituindo as ocupações de terras urbanas como marca da periferia. Concomitante à revalorização do solo urbano com a especulação fomentada pelos condomínios verticais e horizontais de luxo ampliam-se os vazios urbanos. Na década de 2010, inicia-se o Programa MCMV que fomenta a intensificação das violentas remoções e com a crise política e econômica que atravessa o país, explodem as ocupações urbanas na segunda metade da década atual. Junto

disso, altera-se a política nacional de habitação com a nova lei de regularização fundiária que repercute no município. Todo esse percurso aprofunda a segregação socioespacial interseccionalizada com a concentração da população negra e parda na periferia urbana e a manutenção de uma separação completa entre o espaço do trabalho "produtivo" e o espaço do trabalho reprodutivo, estes cada vez mais distantes do centro quando construídos pelo próprio poder público aprofundando essa suposta separação que, também, retroalimenta a feminização da pobreza.

É necessário disputar essa narrativa da modernização capitalista que reproduz as desigualdades interseccionalizada e oblitera a riqueza das periferias urbanas. Nesse sentido, destacamos o Programa de Preservação do Patrimônio Público Municipal (PPPPM) elaborado no ano de 2016, em Ribeirão Preto, com a intenção de criminalizar as ações de ocupação de terras urbanas devido à dimensão incontrolável que já havia chegado denunciando a crise urbana e habitacional pela qual passa a cidade. Numa passagem do texto que institui esse programa diz: "manter o diálogo com os líderes da invasão e **inicialmente buscar as soluções conciliatórias com o intuito de minimizar a drasticidade dos efeitos que uma invasão pode gerar**".

A intensa confusão criada com o termo "invasão" leva justamente a um ponto central das questões ao redor da propriedade da terra no Brasil. Quem invade? Como sabemos, historicamente o processo de grilagem é feito por todo o país desde que éramos colônia de Portugal. Relembramos que a ação de grilagem dificilmente pode ser feita por população de baixa renda, posto que exige capital considerável para a falsificação de documentos. Perguntamos: quem invade? A Polícia Militar com armas, máquinas e helicópteros que passam derrubando casas com móveis, comidas, remédios, documentos e animais? Quem invade? A população pobre que não tem onde morar e ocupa um terreno vazio que não cumpre com a função social da propriedade e da cidade durante décadas ou séculos? Quem invade? A mãe monoparental que nunca teve acesso a uma escola pública de qualidade que lhe permitisse qualificar sua mão-de-obra e acaba por receber um salário mínimo num emprego de quarenta horas semanais, fora o tempo do trajeto? Quem invade? A adolescente que perdeu sua cartela de anticoncepcionais num processo de remoção que derrubou sua casa com todos seus remédios e documentos dentro, engravidou, não pode abortar (porque o aborto não é permitido no país) e teve que criar sozinha um filho, sem nunca ter tido acesso a uma escola pública de qualidade para qualificar sua mão-de-obra. Recebe menos que o homem, ainda que realize a mesma atividade no trabalho, que a engravidou e não assumiu a paternidade (e tampouco foi acusado de aborto por isso), e não tem dinheiro para alugar uma casa para ela e seu filho, comprar

móveis, comida, pagar o transporte público recebendo menos de um salário mínimo ao mês? Quem invade?

Perguntamos: quem cria efeitos drásticos? As famílias que constroem suas casas em terrenos vazios que não cumprem suas funções sociais há décadas ou séculos? Ou seriam essas as "drasticidades dos efeitos que uma invasão pode gerar" ao questionar essa lógica perversa que mantém enormes terrenos e móveis vazios por todo o país? Ou seria a drasticidade da mudança da gênese da urbanização corporativa e interseccionalizada? Ou seria a ação da Polícia Militar que entra armada, com cachorros, máquinas e helicópteros derrubando casas construídas pelas próprias pessoas que moram nelas com comidas, documentos, móveis, animais, remédios, roupas, brinquedos, memórias e sentimentos? Áreas que após essas mesmas ações de violência e caos institucional, pois causado por uma instituição do Estado, voltam a ficar vazias por mais anos, décadas e séculos se as pessoas não forem ali construir novamente suas casas para poder trabalhar, criar seus filhos, constituir laços, construir histórias, sentimentos, afetos e memórias pessoais e coletivas. Quem cria efeitos drásticos? Quem, portanto, invade?

Tensionamos, através do percurso dessa tese, a importância de visualizarmos uma racionalidade alternativa capaz de elaborar e executar lutas que demonstram grande capacidade de conhecimento e planejamento do espaço urbano a partir de outras lógicas que perpassam os conhecimentos e sabedorias das mulheres, das mulheres negras e da população negra e parda que é a maior parte da população brasileira.

Analisaremos na próxima parte da tese a possibilidade de compreender os lugares como uma conjunção entre passado e presente e como as periferias urbanas não precisam ser compreendidas apenas pelo tempo cronológico e linear, seguindo suas histórias entre remoções e reconstruções por toda a cidade. De modo que, ainda que não estejam fisicamente inseridas no tecido urbano, fazem parte das suas costuras históricas. Há uma coetaneidade na luta pela moradia e pela cidade que, embora ocorram diversas remoções e desalojamentos, essa história se soma, se agrega, se alimenta. Só assim é possível compreender a riqueza tão perceptível nessas enormes parcelas das cidades brasileiras. E mais do que isso, há uma importante marca da presença das mulheres negras e pardas como lideranças desses movimentos.

Pretendemos, assim, abarcar a escala do cotidiano dos lugares através da análise das suas construções, das suas configurações territoriais e das suas vidas de relações que costuram a malha urbana e o tecido social cada vez mais esgarçado pelo sistema capitalista na sua faceta neoliberal resistindo a esse processo, ainda que também reproduzindo-o parcialmente.

PARTE II

LUGAR, COTIDIANO E INTERSECCIONALIDADE

“Não acredita nessas lágrimas que com elas
eu também posso botar fogo no mundo.”
(Ivanete Araújo, liderança de movimento de moradia em São Paulo, 2019)

INTRODUÇÃO

Nessa segunda parte da tese construímos uma proposta metodológica de análise da periferia urbana a partir das ocupações de terra, fundamentada principalmente no escopo teórico elaborado por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro, com o intuito de demonstrar como o cotidiano desses lugares são prenhes de saberes, conhecimentos, tecnologias da sobrevivência, modernidades e racionalidades alternativas ensejadas pelas contra-racionalidades. A construção e manutenção das periferias urbanas só é possível através dos gestos-fios e dos eventos geográficos que tecem o cotidiano que resiste, e, ao mesmo tempo, reproduz o sistema capitalista-racista-patriarcal.

Por meio dessa proposta, pretende-se também escapar da "narrativa generalizante da periferia" (PATERNIANI, 2019) que silencia essas enormes parcelas do espaço urbano. É necessário enfrentar o desafio de analisar a periferia sem generalizá-la. Assim, o faremos através da formação desses lugares, possível por meio de uma vida de relações sociais conflitantes, contraditórias e complementares: as ondulações da tessitura social que se inscrevem no chão de historicidade (RIBEIRO, 2005, p. 416). Pretende-se valorizar as vitórias cotidianas, ainda que efêmeras e incompletas (CHATTERJEE, 2008) pois, além de possibilitar a permanência nesses lugares, dão continuidade ao fortalecimento do conjunto de saberes essenciais para a manutenção e melhora da vida da maior parte da população que reside na periferia do sistema-mundo.

Com isso, seguimos estudando a urbanização brasileira desde seu avesso, ou seja, a partir da periferia urbana que costura o espaço urbano. Sendo o espaço geográfico uma indissociabilidade, contraditória e complementar, entre configuração territorial e relações sociais (SANTOS 2017 [1996]), estudar a urbanização nos exige essa atenção em toda sua trama. Da totalidade ao lugar tem-se que compreender como vão se construindo um ao outro, sociedade e espaço. Desde o cotidiano do lugar, realizado pelas relações entre sociedade, Estado e corporações indissociáveis das materialidades, se tece a urbanização. Assim, adentrar a escala do lugar é encontrar como as estruturas da urbanização corporativa e interseccionalizada se manifestam, sendo reproduzidas e contrarrestadas, no cotidiano. Como explica Heleieth Saffioti

> Não há um plano macro e um plano micro, como creem certos intelectuais (...). Evidentemente, há uma malha grossa e uma malha fina, uma sendo o avesso da outra, e não níveis diferentes. A rigor, poder-se-ia dizer que os processos sociais apresentam duas faces: uma micro e outra macro, sobressaindo-se uma ou outra, dependendo das circunstâncias. Transmitindo as palavras de plano e nível a ideia de hierarquia, **as pessoas põem logo o macro acima do micro. Esta nova terminologia pretende evitar esta hierarquização, além de mostrar o emaranhado destes processos. E as mulheres sabem como tecer a malha**

> **social, operando em processos macro e em processos micro.** (SAFFIOTI, 2013, p. 80 e 81, destaque nosso).

Nossa proposta se comparte em dois âmbitos de análise dos eventos geográficos na escala tempo-espacial do lugar: (i) a partir da configuração territorial, das materialidades, das técnicas e dos sistemas de objetos por meio do estudo das especificidades da localização, da construção das tecnologias da sobrevivência e dos conflitos inerentes ao processo de formação e manutenção do lugar quando este é feito pela própria população que o habita, que tensionam as construções sociais, as formas sociais; (ii) por meio da análise de outros eventos geográficos que narram a formação do lugar mediado por uma atividade cartográfica que percorre as lutas pelo lugar.

No lugar e no cotidiano o nó raça-classe-gênero é perpassado por outros marcadores sociais da diferença, devido à grande diversidade da população que reside nas periferias urbanas, interseccionalizando-os. Como explica Ana Clara (RIBEIRO, 2013 [2005], p. 80) "Por mais singelos que sejam os lugares, neles existe uma complexa vida de relações que surge em práticas cotidianas. (...) lugar e cotidiano constituem uma mesma realidade". Nas palavras de Milton Santos "(...) a possibilidade de uma teorização que abranja o todo e a parte no campo do espaço se tornou possível também através, creio eu, e digo com toda a timidez, do cotidiano. Porque o cotidiano é a realização das pessoas e, quem sabe, também das instituições e das empresas nos lugares" (SANTOS, 1999a, p. 22). Assim, alterando-se a escala tempo-espacial altera-se os tipos de desigualdades reproduzidas e produzidas no e através do espaço geográfico. As enormes desigualdades estruturais entre o Norte e o Sul global ganham novas roupagens específicas de suas formações socioespaciais, das regiões dentro do país, das cidades e dos lugares.

Por isso, nessa parte da tese propõe-se pensar como o lugar reproduz, e questiona, as desigualdades da formação socioespacial brasileira e as singularidades dentro das desigualdades, que se dão de diversas maneiras. Para fazer esse estudo atentamos que compreendemos a escala do lugar como uma escala tempo-espacial (SANTOS, 2013 [1994]) e que não deve ser entendida em nenhuma dessas dimensões de maneira geométrica, linear ou estática. Como explica Doreen Massey

> As identidades dos indivíduos não estão alinhadas com nenhum lugar ou classe; eles provavelmente são construídos de ambos, assim como todo um complexo de outras coisas, especialmente "raça" e gênero. O equilíbrio entre esses constituintes, e as características particulares traçadas em qualquer encontro ou em qualquer período, pode, é claro, variar. E (...) isso também se aplica aos lugares. Eles não têm identidades únicas, pregadas, nesse sentido. Os lugares, certamente, quando conceituados como localidades, não são internamente não-

> contraditórios. Dado que são construídos a partir da justaposição, da intersecção, da articulação, de múltiplas relações sociais, dificilmente poderiam ser assim. **Eles são freqüentemente divididos com tensões e conflitos internos. Lugares são espaços compartilhados.** (MASSEY, 1994, p. 4, destaque nosso, tradução nossa).

Assim, a escala geográfica é socialmente construída. Nas palavras de Neil Smith "a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é reproduzida por estruturas geográficas de interação social. (...) a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa" (SMITH, 1997, p. 139). Como explica M. Santos "a ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. (...). A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade [cotidiana]" (SANTOS, 2014 [2005], p. 170).

Os lugares escolhidos têm suas bases locais na comunidade Cidade Locomotiva, localizada nas proximidades do aeroporto ao norte da cidade de Ribeirão Preto/SP, e na comunidade Menino Chorão, por sua vez também próxima a um aeroporto, no sul de Campinas/SP. Suas relações, hierárquicas e contiguas, extrapolam constantemente as fronteiras desses locais, e é a partir dessas extrapolações que se delimita a escala de cada um desses lugares. Decidimos pela análise dessas duas ocupações pela riqueza dos seus processos de formação, de suas localizações e por terem importantes lideranças mulheres (respectivamente Jucilene e Dona Carmen). E, apesar dessas proximidades, há inúmeras singularidades na Cartografia da Luta pelo Lugar elaborada em cada uma, devido ao cotidiano tecido nelas, o que nos pareceu enriquecer a proposta metodológica. Assim, essa luta se dá através do cotidiano do lugar, cotidiano que ocorre também além das fronteiras do local.

Na construção desses lugares há um acúmulo de saberes pretéritos e conhecimentos que remete à extrapolação, também, do tempo cronológico e linear e à uma relação conflitante de temporalidades que se intercruzam neles. Podemos considerar que "o conhecimento é o resultado de um aprendizado social, pois que ele é antes de tudo conhecimento das determinações socialmente constituídas" (GORZ, 2005, p. 79). O saber, por sua vez, está mais relacionado com a capacidade de cada um de aprender a partir das situações do cotidiano. Ainda segundo André Gorz (2005, p. 12), o saber é composto pela "atividade social que constrói relações comunicativas, não submetidas a um comando". Nota-se, então, uma diferença essencial entre os saberes e os conhecimentos: enquanto estes últimos podem se voltar a atender à ação hegemônica, os saberes valorizam e provém do cotidiano, respondendo às necessidades que nele surgem, sendo, muitas vezes, uma maneira de resistir às ordens vindas de fora do lugar

(SANTOS, 2017 [1996]), por meio dos vetores da modernização (RIBEIRO, 2013 [2005]) e da temporalidade hegemônica (SANTOS, 2013 [1994]).

Não obstante, há uma linha tênue entre saber e conhecimento, afinal eles se retroalimentam. Michel Foucault (1989 [1979], p. 148) nos recorda que "todo saber tem sua gênese em relação de poder". Inspirada nesse autor Ana Paula Mestre (2015, p. 241) reflete "[o]s pobres são ágeis para subverter as técnicas e as normas. (...) resolvem situações de escassez com habilidade" e aponta para o poder continente no saber dos pobres. Já a pensadora negra estadunidense, Patricia Hill Collins, faz uma interessante proposta dessa diferenciação a partir da análise da mulher afro-americana:

> A distinção entre conhecimento e sabedoria, assim como o uso da experiência como o limite entre os dois, têm sido fundamentais para a sobrevivência da mulher negra. No contexto das opressões interseccionais, a diferença é fundamental. **Conhecimento sem sabedoria é suficiente para os poderosos, mas sabedoria é essencial para a sobrevivência dos subordinados** (COLLINS, 2019, p. 411, destaque nosso).

A manutenção de uma ocupação urbana só é possível devido ao acúmulo de saberes e conhecimentos durante os trinta, quarenta, cinquenta anos, ou mais, de vida daqueles que a constroem. Como escreve De Certeau (2003 [1990], p. 47), "muitas práticas cotidianas (...) são do tipo táticas (...) [e] dependem de saberes muito antigos". Sobreviver através da ação espontânea, da "arte do fazer" e suas "táticas", da "viração" (RIBEIRO, 2005) ou da "arte do contorno" (TELLES, 2015), por si, exige esse acúmulo que vai, na verdade, além do tempo que essas pessoas viveram. Só é possível pela sobreposição de saberes pretéritos que remetem a outros tempos indicando, inclusive, a importância da comunicação para tal sobreposição e a coetaneidade entre passado e futuro.

> A ação espontânea sustenta-se na comunicação e em saberes pretéritos (...). Evidentemente, existe dominação da ação espontânea e preservada de aprendizados pretéritos, das relações hierárquicas e da vivência da escassez. Porém essa ação possui a capacidade de ir além do já concebido e previsto. Dos gestos-fios "impensados" podem vir descobertas radicalmente novas e vínculos imprevisíveis, o que também é necessário à tessitura do social, especialmente num período caracterizado pelo esgarçamento de relações sociais. Acrescente-se que o entendimento como "impensado" por determinado segmento social pode simplesmente expressar a existência de racionalidades alternativas, estranhas à lógica sistêmica (parcelar e excludente) dominante (RIBEIRO, 2005, p. 421).

Além disso, a formação de um lugar não se inicia no dia da chegada da primeira pessoa àquele local. Via de regra, é uma formação que remete, no limite, à diáspora africana, às migrações entre as regiões brasileiras e/ou à migração campo-cidade. É uma história narrada

por meio da vida de muitas pessoas e que aponta linhas de fuga do presente: “rejeitar o presentismo, o monopólio branco sobre o futuro e a atualidade como definitiva são modos de não sucumbir à morte” (PATERNIANI, 2019, p. 169). Por isso, as periferias urbanas apontam ao Período Popular da História (SANTOS, 2000) pois prenhes de modernidades e racionalidades alternativas.

Assim, é preciso recordar a existência de diferentes temporalidades abarcadas pelo espaço geográfico. Como explica M. Santos (2013 [1994], p. 29), “o que existe são temporalidades hegemônicas e não-hegemônicas, ou hegemonizadas. As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade enfim. Os outros agentes sociais, hegemonizados pelos primeiros, devem contentar-se com tempos mais lentos”. Consideramos, entretanto, que não há necessidade de contentamento e que a nomeamos como “outra temporalidade”, ao invés de não-hegemônica ou hegemonizada, de modo que o cotidiano da periferia urbana não seja pensado constantemente a partir de chaves de ausência ou de hegemonização. Mas de alternativas a estas.

A partir disso, a compreensão geográfica do lugar, que utilizamos nessa tese, foi sintetizada por Ana Clara Torres Ribeiro como: o encontro entre os vetores da modernização com a cultura dos lugares, a qual ela define também como unidade básica da vida social, composta pela densidade comunicacional, pela pedagogia da co-presença e pelos laços sociais criados por experiências compartilhadas, sabores e gestos que estimulam a memória coletiva (RIBEIRO, 2013 [2005]). Enquanto os vetores da modernização são compostos pela velocidade, capacidade de convencimento e modelagem dessa vida social (ibidem). Ou seja, são relações imbricadas.

Acrescentamos que a comunicação-informação estabelecida através de alguns objetos técnicos, principalmente por meio dos *smartphones*, também compõem a cultura do lugar, especificamente sua densidade comunicacional. “Afinal, o esforço da comunicação integra as tarefas do “fazer sociedade”, numa época em que a informação, transformada em mercadoria, ameaça a negociação de sentidos, as trocas intersubjetivas, a sociabilidade e o conhecimento” (RIBEIRO, 2005, p. 417). Aprofundaremos essa explanação no terceiro capítulo dessa tese.

Essa definição de lugar relaciona-se com as elaboradas por Milton Santos que nos fornece duas propostas principais para pensa-lo: delimitando-o pelo encontro complexo entre verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 1999a); e definindo-o através das densidades técnicas, informacionais e comunicacionais juntamente com os eventos geográficos que fazem a conexão espaço-tempo (SANTOS, 2017 [1996]). Na verdade, essas propostas se enredam, pois as densidades técnicas e informacionais compõem as verticalidades (ou os vetores da

modernização), enquanto a densidade comunicacional comporia parte das horizontalidades (a cultura do lugar, a unidade básica da vida social).

Fundamentada nessa proposta, entendemos os eventos geográficos do lugar como manifestação das ações que respondem ao projeto e às intenções de sobrevivência da população pobre. Esses eventos seguem sendo uma mediação entre ações e objetos. A efemeridade deles não lhes tira a importância, pois o cotidiano nos lugares é composto por elas, os gestos-fios que costuram a sociabilidade (RIBEIRO, 2005).

Essa compreensão de lugar, a nosso ver, coaduna com a proposta de Doreen Massey (2000) como uma combinação de fluxos instituída a partir de relações locais e mais amplas, logo, cheios de conflitos. Nas palavras da autora:

> em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. (...) os lugares não têm de ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias (MASSEY, 2000, p. 184).

Para captar os gestos-fios que tecem a sociabilidade nas periferias urbanas, e constroem os lugares, serão analisados o que nomeamos de tecnologia da sobrevivência que também compõe os eventos geográficos. Propomos a tecnologia da sobrevivência como a relação entre técnica, saber e conhecimento potencialmente criada pela população alijada do direito ao território. Ou seja, compreendendo a técnica como modos de fazer (SANTOS, 2017 [1996]). Como explica Ana Clara "a técnica contém saberes práticos. Até mesmo a técnica considerada precária orienta a ação e o senso comum que moldam a vida dos lugares. Despreza-la significa a subalternização daqueles que a dominam e que, com ela, conseguiram sobreviver até o momento da intervenção modernizadora" (RIBEIRO, 2013 [2005], p. 84).

Para isso, analisaremos no próximo capítulo o processo de implantação da tecnologia da sobrevivência (como as redes de distribuição de água e luz, drenagem, esgotamento) implantados na ocupação urbana Cidade Locomotiva, localizada em Ribeirão Preto, e na Menino Chorão, em Campinas, por meio de solidariedade e organização, mas também de diversos conflitos necessários para confrontar a urbanização corporativa e interseccionalizada.

Destacamos que essa luta social é essencial e historicamente composta por mulheres, embora não só por elas, porém considerando a opressão-dominação-exploração imposta a elas por meio do sistema patriarcal-capitalista-racista deve-se atentar em como as **mulheres** se fazem presentes nas lutas ao redor da reprodução e manutenção da vida (MASSEY, 1994;

McDOWELL, 2000; SILVA, 2009; SIMÕES et. al., 2017; GARCIA, 2009; HELENE, 2015, 2019; TAVARES, 2015, entre algumas outras).

É preciso analisar essa intensa presença do corpo feminino na luta que é mencionada, mas insuficientemente problematizada e valorizar suas vitórias. Assim, "Avancemos, pues, para explorar los aspectos materiales del género y sus relaciones, sin perder nunca de vista la idea de "lugar" como intersección de un conjunto variado de corrientes e interacciones que operan en un abanico de escalas espaciales" (McDOWELL, 2000, p. 19). Nas palavras de Ana Clara

> Estas outras formas de poder incluem vínculos comunitários, experiências religiosas, relações étnicas e aprendizados ancestrais. (...) é preciso realizar o estudo das tendências contra-hegemônicas. Este estudo exige a pesquisa de outras formas de poder que, reunidas na cena urbana, adquirem visibilidade e grande influência nos momentos mais agudos de mudança conjuntural (RIBEIRO, 2013 [2009], p. 198).

Com esse intuito, no quarto capítulo adentraremos alguns momentos específicos da formação dos lugares estudados, outra parte dos seus eventos geográficos, que nos permitem vislumbrar possíveis mudanças nas relações sociais de poder, algumas resistindo, outras fortalecendo-as e muitas fazendo as duas coisas ao mesmo tempo.

Para isso, elaboramos o exercício cartográfico, ao qual nomeamos Cartografia da Luta pelo Lugar, inspirado na obra de Ana Clara Torres Ribeiro que propõe: "as estratégias e as táticas do "outro" formam uma cartografia muito diferente daquela desenhada pela ação esperada nos espaços públicos da modernidade. (...). Os usos do território mapeados nesta cartografia decorrem de regras – não ditas – do cotidiano e da sociabilidade" (RIBEIRO, 2013 [2009], p. 199 e 200). Cartografamos os eventos geográficos que se sobressaem na narrativa da história dos lugares pelos seus moradores e moradoras, com destaque para as líderes mulheres, e os espacializamos atentas à valorizar suas vitórias.

Retomamos, dessa maneira, a proposta de Bolívar Echeverría de modernidades alternativas que o autor enxerga nas populações indígenas, devido a capacidade destas de mesclar suas tradições às dos colonizadores como forma de resistência, por exemplo, através da miscigenação das crenças religiosas (MILLÁN, 2013). Ampliamos essa compreensão e consideramos modernidade alternativa os espaços opacos da urbanização corporativa e interseccionalizada, posto que, propõem racionalidades alternativas e novos usos aos sistemas de objetos e ações como forma de sobrevivência, mas também de criatividade e possibilidade de reduzir as tragédias impostas pelo sistema racista-capitalista-patriarcal.

Valorizar as vitórias que são, via de regra, incompletas e efêmeras não significa apoiar que a população viva da maneira precária, em diversos sentidos, na periferia urbana, mas que

desvalorizar a importância dessas vitórias tampouco é uma posição incólume. Como sustenta Partha Chaterjee a população que reside em núcleos irregulares de baixa renda e que logra permanecer nesses lugares, ainda que de forma instável e fragmentada, "podemos (y debemos) decir que han expandido sus libertades por caminos que no estaban para ellos en la sociedad civil" (CHATTERJEE, 2008, p. 143).

O discurso de que nas periferias urbanas só há dores, velharias e feiura fortalece sua invisibilização e de tudo o que eles já fizeram em toda a história do país, isso é, invisibiliza suas enormes dimensões, como se fossem exceção e não regra. Stella Paterniani (2019) propõe a ideia de afrofuturismo que se aproxima do que pensamos com a valorização das vitórias. A autora explica:

> O Afrofuturismo é um termo cunhado por Mark Dery (1994) para caracterizar criações artísticas que exploram futuros possíveis para pessoas negras por meio da ficção especulativa. É por meio da ficção especulativa que se pode imaginar o mundo para além da miséria do presentismo, das definições pela ausência, do léxico da precariedade. (...) o afrofuturismo aparece como cosmopolítica, vinculada a uma noção de espaço anti-moderna, anti-cartesiana (...) vinculada ao reconhecimento do negro como sujeito histórico (...). Argumento como uma noção espacial de práxis negra (...) [que] engendra uma noção específica de tempo: anti-cartesiano, anti-moderno, não-cronológico (PATERNIANI, 2019, p. 41 e 45).

Há diferenças entre nossas propostas, mas há muito mais proximidades. A autora acima relata como sua ideia de afrofuturismo se fortaleceu ao caminhar com uma importante liderança do movimento de moradia de São Paulo, o Nelson, que lhe foi apontando todos os edifícios que ainda estão por ser ocupados através da luta, ao mesmo tempo os que já o foram. Afinal, a cidade de São Paulo foi construída constantemente pela população pobre e negra que ocupa desde o seu mais antigo centro urbano até os confins das periferias mais distantes. Trata-se da coetaneidade que nega, como estratégia de sobrevivência, o presentismo. Escreve Milton Santos no desfecho da obra "O Espaço do Cidadão": "ficar prisioneiro do presente ou do passado é a melhor maneira para não fazer aquele passo adiante, sem o qual nenhum povo se encontra com o futuro" (2014 [1987], p. 161).

A isso apontamos com a valorização das vitórias momentâneas, efêmeras e incompletas. Elas são como a utopia, que serve antes de mais nada para que não deixemos de caminhar, como nos narrou Eduardo Galeano citando seu amigo Fernando Birri[127]. Há outras cidades e formas de vida potencialmente em gestação na luta pelos lugares, precisamos enxergá-las!

[127] https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs - Acessado em 15/04/2020.

COSTURA (II): Ocupações organizadas de terras urbanas

O termo periferia urbana é entendido por nós como relativo à "ausência de acessibilidade e dotação de bens e serviços (...) [do que à] distância física do centro" (SANTOS, 2009 [1990], p. 36), compreensão válida também para os pobres das áreas centrais que, embora estejam próximos desses bens e serviços, muitas vezes, não têm acesso aos mesmos. Não obstante, quando se apreende a periferia a partir de seu cotidiano se amplia a complexidade quanto à sua dimensão espaço-temporal abarcando a vida de relações que a constitui e que se constitui por meio dela. Como escreve Vera da Silva Telles "há uma zona incerta que não se reduz às fronteiras físicas (se é que elas existem) do que chamamos de "periferia", pois passa por todo o entrelaçado da vida social, pelas práticas e suas mediações, pelos circuitos da vida urbana e pelas conexões que se fazem nas dobraduras da vida social" (TELLES, 2007, p. 204).

Dentre as formas-conteúdo do processo de periferização destacamos as ocupações de terras urbanas, cada vez mais presentes nas metrópoles e grandes cidades do Brasil a partir do início dos anos 1980, como manifestações atualizadas da urbanização corporativa e interseccionalizada. Trata-se de uma forma-conteúdo da periferia urbana caracterizada pela rápida ação de construção de moradias, majoritariamente em terrenos públicos, mas também em terrenos privados, dentro do perímetro urbano, pela população de baixa renda e possível por um planejamento prévio para a escolha do local, do momento e da forma como ocorrerá a ocupação. Assim como, exige-se planejamento para construí-la e mantê-la por meio de novos usos dados aos objetos e às ações que compõem o espaço urbano. Como escreve Arlete Moysés Rodrigues (1988, p. 14) "as ocupações de terra que ganharam maior expressão nesta década [1980] permitem ver com clareza, num curto espaço de tempo (...) o processo de organização e a produção da cidade e da cidadania, na medida em que é um processo que se expressa conflitantemente".

Essa forma da periferia se diferencia das favelas pois estas costumam ocorrer de modo individual e mais lento, com a chegada esparsa de famílias de baixa renda que constroem sua moradia para viver em formas denominadas como barracos devido a materialidade utilizada na construção (de modo geral, são resíduos sólidos reutilizados para esse fim como: madeira, papelão, plástico etc.). Enquanto as ocupações de terras comumente aceleram a construção de moradias em alvenaria e dos extensores urbanos (LEMES, 1986) necessários à manutenção da vida como: redes de distribuição de água e de energia elétrica. Tudo isso sendo possível pelo acúmulo de conhecimento, saber, técnica e tecnologia. Trata-se de uma verdadeira *tecnologia da sobrevivência.* Tal diferença entre favelas e ocupações urbanas se calca, portanto, no

planejamento das ações de ocupação e na sua realização coletiva e não individualizada nos núcleos familiares. “Esses “territórios dissidentes”, as “ocupações”, são, muitas vezes, ao mesmo tempo, espaços de experimentação sociopolítica (novas relações de poder, menos ou mais horizontais e anti-heterônomas[128]), político-cultural (cultura desalienante, arte engajada, novas formas de socialização) e econômica (circuitos da economia popular-solidária)” (SOUZA, 2011, p. 157 e 158).

Pode-se ainda diferenciar as ocupações de terras urbanas da luta pela moradia travada a partir dos loteamentos irregulares ou clandestinos, posto que estes últimos enfatizam essa luta na aquisição da regularização do solo (seja no âmbito do loteamento ou dos lotes).

> a mobilização das classes populares em torno da luta pela terra [urbana] assume duas dinâmicas: numa primeira, os moradores dos loteamentos visando a regulamentação e legalização das áreas, para obter a propriedade e os serviços públicos urbanos; numa segunda dinâmica, os movimentos dos favelados [sic] na luta pela posse de terra e, mais especificamente, as ocupações massivas e organizadas exigindo do Estado respostas e soluções que variam de acordo com os interesses políticos em jogo (JACOBI, 1982, p. 53).

As ocupações organizadas de imóveis e de terras urbanas perpassam as questões da propriedade privada e individual tensionando-as. Embora não tenhamos conhecimento de ocupações que conseguiram manter-se obtendo a regularização sem que algum tipo de acordo monetário pela terra ou pelo imóvel fosse realizado, esse processo, ainda assim, disputa os rumos da urbanização corporativa e interseccionalizada. Tal disputa se deve à possível redução do valor do solo urbano, em relação ao mercado imobiliário, assim como, pela alteração na lógica especulativa, ao dar uso a imóveis e terrenos que não cumpriam com a função social da cidade e da propriedade. Como explica Pedro Jacobi “As invasões [sic] tocaram fundo nas raízes da sustentação do sistema econômico e político vigente, pois mexeram com a questão da propriedade privada, tornando inaludível mudanças na legislação do uso da terra e colocaram em pauta dois temas contrapostos: o de direito à habitação e o do direito à propriedade” (1982, p. 69).

Além disso, conhecemos casos em que essa vitória se deu em terrenos bem localizados e valorizados, tensionando ainda mais os rumos da urbanização. Isso aconteceu no Parque Oziel, em Campinas/SP (RIZZATTI, 2014) e no edifício Mauá, no centro de São Paulo/SP[129]. Não obstante, há inúmeros casos de acordos feitos entre Estado e corporações (tanto para fins

[128] No sentido de manterem autonomia.
[129] Informação disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/13/prefeitura-de-sp-compra-predio-ocupado-ha-10-anos-por-r-20-mi-e-local-vai-ser-moradia-popular.htm - Acessado em 16/04/2020

empresariais quanto para fins residenciais com os condomínios e loteamentos fechados) que ocuparam irregularmente terrenos públicos, inclusive, em áreas de proteção ambiental (BOULOS, 2015).

Para desenvolver as análise que nos propusemos nessa tese apresentaremos um resumo do caminho percorrido para a formação das ocupações de terras urbanas que selecionamos para estudar: a Cidade Locomotiva, em Ribeirão Preto/SP, e a Menino Chorão, em Campinas/SP.

Embora o processo de urbanização corporativa e interseccionalizada analisado nessa tese seja analisado a partir da cidade de Ribeirão Preto, decidimos agregar como situação para análise uma outra ocupação, localizada na cidade de Campinas, devido à riqueza que ela possui para compreender as singularidades dos lugares. Como já elaboramos uma compreensão da urbanização corporativa de Campinas, com ênfase na sua periferização através justamente da análise da região onde está inserida a Menino Chorão (RIZZATTI, 2014; RIZZATTI, & SILVA, 2017), consideramos que seria um ganho analítico ampliar o campo incorporando-a.

COMUNIDADE CIDADE LOCOMOTIVA E UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM) – RIBEIRÃO PRETO/SP

A Cidade Locomotiva foi ocupada em fevereiro de 2014 após a remoção de uma ocupação anterior no bairro Ribeirão Verde. As principais lideranças da Locomotiva se conheceram nessa ocupação prévia que ocorreu no ano de 2013. Já tratamos dela no final da primeira parte da tese.

Embora poucas famílias tenham acompanhado a chegada das e dos líderes na nova área, poucos meses após o início da ocupação Cidade Locomotiva foram para lá diversas famílias que estavam no Ribeirão Verde. Há assim uma considerável continuidade nessas ocupações ampliando sua dimensão tempo-espacial.

Hoje vivem nela 370 famílias (ao redor de mil pessoas) e, no momento, não está permitida a instalação de novas casas. Entretanto, há uma intensa dinâmica de chegada e saída de novas famílias, assim como de uma mesma família que sai da ocupação e posteriormente retorna. Constatação esta que também permite ver como se ampliam as fronteiras do lugar.

A Cidade Locomotiva é uma ocupação conhecida em Ribeirão Preto pelos seguintes motivos, segundo nossa análise: 1) realizaram protestos ocupando as pistas do aeroporto (localizada a aproximadamente 800 metros da ocupação), bloqueando a Rodovia Anhanguera (uma das principais do Estado de São Paulo) que passa ao lado da ocupação e, também, já cortaram a eletricidade da linha de trem sob concessão da Ferrovia Central Atlântica (FCA) que passa no fundo da comunidade – todas essas ações foram difundidas na mídia local; 2) é,

atualmente, uma das ocupações com maior participação nos Conselhos Municipais, tendo representantes em praticamente todos, estratégia esta que foi ampliada pela constituição formal da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL), em fevereiro de 2018; 3) são entrevistados pela mídia local sempre que ocorre algum evento ao redor dos problemas urbanos e habitacionais no município, por exemplo, com o início da pandemia mundial causada pela doença Covid-19 os e as líderes da comunidade concederam entrevistas nos primeiros dias do distanciamento municipal para conhecer as medidas que (não) estavam sendo tomadas para auxiliar a população de baixa renda[130]; 4) possuem contato em diversas faculdades particulares e na Universidade de São Paulo implantadas em Ribeirão Preto, inclusive realizando palestras e participando de atividades.

A mais recente tentativa de entrada da Polícia Militar para a verificação do uso de parcelas do terreno, que são de propriedade privada da empresa de logística VLI[131], ocorreu em abril de 2020 e foi rapidamente impedida por uma articulação entre representantes das faculdades particulares, advogados formados na FDRP/USP e pela divulgação da situação na mídia local com ênfase na perversidade dessa ação em meio ao isolamento social instituído municipalmente. Nota-se a considerável capacidade de organização e difusão que a comunidade possui.

Apresentamos no mapa 05 (Mapa de localização – Ribeirão Preto/SP)[132] ao final dessa Costura (II) a localização da comunidade Cidade Locomotiva; do centro da cidade de Ribeirão Preto; da Prefeitura Municipal (PMRP); e dos fixos de transportes próximos da comunidade (FCA, Rodovia Anhanguera e Aeroporto Estadual Dr. Leite Lopes).

A ocupação possui esse nome, pois ela se instalou num terreno vazio às margens da ferrovia e havia no terreno dezenas de vagões de trem abandonados. Parte deles foram transformados em entulhos para o aterro da área e outra parte, ao redor de dez vagões, foram transformados em moradia e são utilizados principalmente pelas lideranças da área.

---

130 http://www.labcidade.fau.usp.br/o-que-a-ocupacao-cidade-locomotiva-em-ribeirao-preto-nos-ensina-em-tempos-de-pandemia/ Acessado em 11/07/2020

131 Segundo informações disponibilizadas no site da empresa, a Ferrovia Centro-Atlântica S.A. obteve a concessão da malha Centro-Leste em decorrência do processo de desestatização da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) em junho de 1996. Atualmente é controlada pela empresa de logística VLI, que detém 99,9% de suas ações. Essa estrada de ferro se insere num complexo logístico que envolve **7.220 quilômetros de extensão** e passa por mais de **trezentos municípios, em sete estados brasileiros** (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Bahia, São Paulo) e Distrito Federal. É o principal eixo de integração entre as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Destaca-se como uma rota importante para o fluxo logístico de carga geral, por meio de suas conexões com outras ferrovias, permitindo o acesso aos maiores centros consumidores do país. http://www.vli-logistica.com.br/conheca-a-vli/ferrovias/ferrovia-centro-atlantica-fca/ - Acessada em 11/08/2019

132 Mapa disponível na página 227.

Os e as líderes da Cidade Locomotiva fazem parte do movimento social organizado União dos Movimentos por Moradia (UMM), fundado em 1987, que é uma importante organização que articula diversos movimentos que atuam em áreas de favelas, cortiços, mutirões, ocupações e loteamentos. Com base em Regina Bega dos Santos, consideramos movimentos sociais como a organização de um determinado coletivo ou grupo que realiza ações a partir da conscientização de possibilidades latentes que permitam tal organização (SANTOS, 2004).

Apresentamos no quadro 3 uma síntese da formação da UMM e das suas diretrizes:

Quadro 3 – Informações sobre a União dos Movimentos de Moradia (UMM)

A UMM foi fundada em 1987 com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social. Sua atuação iniciou-se pela capital e Região Metropolitana de São Paulo e hoje atinge a outras regiões do estado [de São Paulo]. Sua forma de organização tem uma forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, de onde se originam grande parte de suas lideranças. Trabalha-se com grupos de base local, que se articulam regionalmente ou em nível municipal e se fazem representar nas instâncias estadual e nacional do movimento. Sempre defendendo a proposta autogestionária, o direito à moradia e à cidade e a participação popular nas políticas públicas, a UMM organiza-se em torno desses princípios comuns que se traduzem em reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo. Nesse sentido, tem enfrentado governos e diferentes gestões, ao longo desse tempo, buscando a negociação e a ação propositiva, sem deixar de lado as ferramentas de luta e pressão do movimento popular. Desse trabalho, resulta a conquista de cerca de 30 mil moradias construídas em mutirão ao longo dessa caminhada, diversas favelas urbanizadas e prédios reciclados para fins habitacionais. Além disso, têm influenciado na construção de programas e legislação habitacional, como atualmente o faz no Plano Diretor que foi aprovado na Câmara Municipal de São Paulo. A UMM participa do Conselho Municipal de Habitação das cidades de São Paulo/SP e Diadema/SP.

Fonte: http://sp.unmp.org.br/ - Acessado em 09/08/2019
Elaboração: autoria própria (2019)

Entre as regiões do Estado de São Paulo que o movimento atua estão as cidades de Jundiaí, Baixada Santista, Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto, sendo esta última a mais recente pois iniciada no ano de 2012. A atuação na capital é, sem dúvida, a mais intensa. Quanto à organização interna do movimento, há uma interessante subdivisão das temáticas em secretarias segundo algumas formas-conteúdo da periferia urbana (secretarias dos cortiços e secretarias das favelas) e alguns marcadores sociais da diferença (havendo uma secretaria para os/as LGBTTs, uma para idosos, uma para juventude e uma para negros/as). Em um dos eventos que participamos[133] do movimento foi debatida a criação de uma secretaria para as mulheres, proposta problematizada pelas próprias participantes da reunião devido à segregação que

[133] No dia 15/06/2019 na sede do movimento na cidade de São Paulo/SP.

causaria de assuntos que são, na verdade, transversais à luta pela moradia. Como demonstramos na análise da primeira parte da tese.

Voltando à Cidade Locomotiva, ela é liderada por um grupo subdividido entre diretores e colaboradores e nem todos residem na área. Inclusive, alguns não chegamos a conhecer. Dentre os que conhecemos e pelo que acompanhamos durante o período da pesquisa, os e as principais líderes da área são: Jucilene, Platinir, Abençoado e Baixinho. Em fevereiro de 2020 ingressou uma nova líder denominada Irmã Rosa. O Abençoado não reside mais na área e, embora siga em contato com os e as líderes, não faz mais parte da direção. Há, ainda, o Mariano que representa a região de Ribeirão Preto na UMM e teve que se mudar para a capital, no início de 2018, por ter sido "promovido" como representante regional. Finalmente, como diretor em todas as setes comunidade existentes na cidade coordenada pela UMM está o Mauro Freitas, arquiteta-urbanista que foi secretário municipal de planejamento entre 1993 e 1996. Como colaboradoras/es conhecemos[134]: Elza, Soraia, Bárbara e Oscar, entre outros e outras. E as lideranças que já conhecemos das outras comunidades da cidade pertencentes ao movimento estão[135]: Zé (Jardim Itaú), João (Vila União), Carol (Sete Curvas), Ana (Sete Curvas) e Negra (Cidade dos Trabalhadores).

Apresentamos na foto 2 algumas imagens feitas pela AMCL nas quais é possível visualizar o tamanho e a organização urbanística da área, assim como, é visível a passagem dos trens em fluxo praticamente durante todo o dia transportando, principalmente, açúcar. Também se pode observar os vagões de trens próximos aos balcões industriais nos quais algumas famílias expandiram a área de residência conectando o vagão a uma construção em alvenaria (demonstradas no quadrado preto).

Foto 2 – Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

[134] Nomes alterados, pois não foi possível entrar em contato com todas e todos para confirmar a inclusão de seus verdadeiros nomes na tese.
[135] Nomes alterados, pois não foi possível entrar em contato com todas e todos para confirmar a inclusão de seus verdadeiros nomes na tese.

Fonte: Página do Facebook Cidade Locomotiva (2019)

COMUNIDADE MENINO CHORÃO – CAMPINAS/SP

Essa ocupação foi iniciada no ano de 2010 e, apesar de sofrer uma grande pressão do poder público municipal para sua remoção devido à expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos[136], ainda se mantém no local com 381 casas. Essa quantidade de casas indica que há um número maior de famílias, devido à coabitação. São aproximadamente 1.500 pessoas. A comunidade localiza-se nas margens da Rodovia Santos Dumont (SP-075) e da Rodovia Engenheiro Miguel Melhado de Campos (SP – 324) que margeia toda a região do Jardim Campo Belo. Esta região de Campinas/SP é constituída majoritariamente por ocupações de terras, com aproximadamente 7.500 famílias em vinte bairros (MOYSÉS, 2016).

No mapa 06 (Mapa de localização – Campinas/SP)[137] é possível visualizar a comunidade, o fixo aeroportuário, as rodovias, a região do Jardim Campo Belo e o bairro Jardim Colúmbia com quem a comunidade faz divisa compartilhando alguns acontecimentos importante que trataremos a frente no capítulo quatro.

A comunidade possui uma das piores situações de implantação de extensores urbanos e equipamentos coletivos da região porque não foi incluída no Projeto de Inclusão Social Vip-Viracopos, que era parte do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do Programa de Aceleração do Crescimento, de âmbito federal, realizado entre os anos 2007 e 2010

[136] Segundo os planos de expansão do aeroporto, na área ocupada pela Menino Chorão seriam construídos estacionamentos particulares além dos que já existem dentro do macrofixo de transporte.
[137] Mapa disponível na página 228.

(RIZZATTI, 2015; 2015b). Ainda assim, possuem sistemas de distribuição de água e de energia elétrica, ambos instalados de maneira irregular e informal e hoje formalizados, embora sigam com ligações irregulares.

Não há nenhum movimento social organizado que apoia ou coordena essa ocupação, mas há uma liderança desde seu início, Dona Carmen, que é apoiada por grupo de mulheres que vão constantemente se alterando de acordo com a intensa dinâmica de chegada e saída de novas famílias no local. Essa seria a associação de moradores da comunidade, entretanto, não é formalizada nem regularizada. Segundo a líder há uma presença majoritária de mulheres na comunidade, pois desde o começo ela teve um viés feminista para sua construção.

Dona Carmen relata com muito orgulho que foram as mulheres que construíram esses sistemas de água e eletricidade no começo da implantação da comunidade. Essas características se devem, em certa medida, à postura da própria líder que, após diversos episódios vividos ao redor de violência doméstica, se considera feminista e tenta construir uma comunidade também feminista segundo seus relatos. A ocupação, inclusive, ficou conhecida em Campinas pela ampla divulgação do pacto realizado entre a líder e as moradoras mulheres contra a violência doméstica a partir de 2012. Uma das estratégias para fortalecer esse pacto foi divulgá-lo através da mídia local, dos movimentos feministas e das universidades públicas e faculdades particulares existentes na cidade. Hoje esse pacto não está vigente. Analisaremos no quarto capítulo todos esses acontecimentos.

Apresentamos na foto 3 algumas imagens da ocupação. Em cima à direita se vê a rua principal da entrada da comunidade, à esquerda o barracão cultural construído pela liderança com apoio das moradoras, no qual são realizadas diversas atividades (inclusive algumas que nós organizamos), e na fotografia abaixo visualiza-se um parquinho para as crianças e, ao fundo, uma das torres do aeroporto (quadrado vermelho).

Foto 3 – Comunidade Menino Chorão (Campinas/SP)

Fonte: acervo próprio (2020) e Google Mapas (2020)

Após apresentadas mais essas costuras da urbanização corporativa e interseccionalizada, as quais nessa segunda parte da tese são especificamente constituídas pelas ocupações organizadas de terras urbanas, adentraremos os dois capítulos (três e quatro) nos quais buscamos compreender a dimensão dos lugares na dinâmica dos seus cotidianos.

MAPA 05

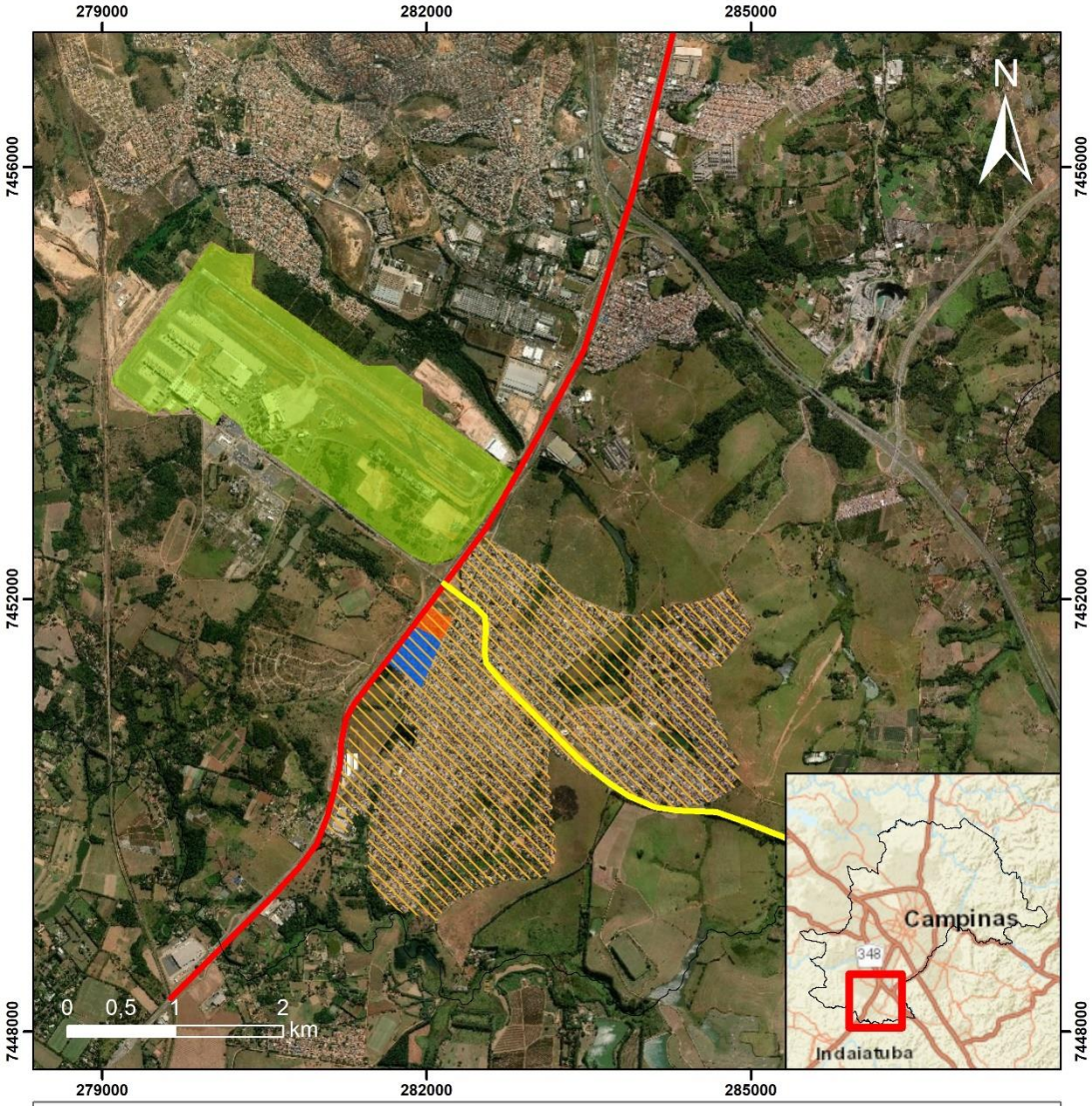
Mapa de localização - Ribeirão Preto - SP

PMRP
Ferrovia Central Atlântica (FCA)
Av. Cavalheiro Paschoal Inecchi
Anel Viário
Rodovia Anhanguera (SP-330)
Parque Permanente de Exposições
Comunidade Cidade Locomotiva
Quadrilátero Central
Aeroporto Estadual – Dr. Leite Lopes

INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Datum: SIRGAS 2000 UTM 23S
Escala: 1: 45.000

Organização:
Helena Rizzatti
Elaboração:
Joselito da Silveira Jr.

MAPA 06

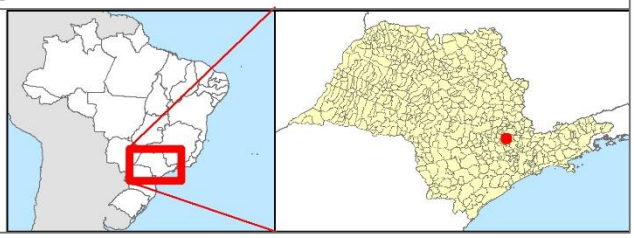


Mapa de localização - Campinas - SP

- Campinas
- Rodovia Miguel Melhado do Campos (SP-324)
- Rodovia Santos Dumont (SP-075)
- Região do Jardim Campo Belo
- Jardim Colúmbia
- Comunidade Menino Chorão
- Aeroporto Internacional de Viracopos

INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Datum: SIRGAS 2000 UTM 23S
Escala: 1: 50.000

Organização:
Helena Rizzatti
Elaboração:
Joselito da Silveira Jr.



CAPÍTULO 3 – TECNOLOGIA DA SOBREVIVÊNCIA: O ACÚMULO DE TEMPO NO LUGAR

Nesse capítulo pretendemos focar nas especificidades das materialidades dos lugares estudados, seus sistemas de objetos e sua configuração territorial. Esse estudo só é possível considerando materialidades e usos de modo indissociado, contraditório e complementar (SANTOS, 2017 [1996]). Para isso, propomos o termo *tecnologia da sobrevivência* que considera como saberes e conhecimentos permitem a implantação de técnica e tecnologia, por meio de objetos técnicos, construindo enormes parcelas de cidades, em áreas centrais e distantes, e em períodos anteriores e atuais, conformando as periferias urbanas.

Mestre (2015, p. 32) utiliza o termo *gambiarra* para pensar os "artefatos improvisados que cresceram em razão da necessidade da população pobre interagir com as novas tecnologias e pertencer à grande cidade.". Enquanto Michel de Certeau as denomina como "artes do fazer" (2003 [1990], p. 41) que "constituem mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural". Este autor propõe "uma prática de dissimulação" compreendida como aquela feita a partir da "sucata". E escreve que "longe de ser uma regressão para unidades artesanais ou individuais de produção, o trabalho com sucata (ou seus equivalentes) reintroduz (...) na ordem vigente as táticas "populares" de outrora e de outros espaços. (...). Sem sair do lugar onde tem que viver (...) ele aí instaura *pluralidade* e criatividade." (DE CERTEAU, 2003 [1990], p. 88 e 93).

Trata-se, a nosso ver, de inovações feitas por parte da população economicamente pobre, embora rica de conhecimento, criatividade, saberes e baixa tecnologia. Como explica uma ativista que desenvolve projeto social no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, Thamyra Thâmara[138]:

> Baixa tecnologia são as gambiarras. Aquilo que a periferia já cria todo dia para resolver problemas de escassez ou de ausência do Estado, mas não é visto como tecnologia. Existe a ideia de que tudo que a periferia produz é "jeitinho brasileiro", nunca inovação. A gente vê o gato de uma forma moralista, mas é inovação. **É tecnologia da sobrevivência** (2018).

[138] Reportagem disponibilizada no sítio da internet *Huff Post Brasil*, no dia 11/06/2018, intitulada "Thamyra Thâmara: a mina que prova que a periferia é dona do conhecimento. Hacker social, ela criou espaço de compartilhamento no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro".
https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/10/thamyra-thamara-a-mina-que-prova-que-a-periferia-e-dona-do-conhecimento_a_23455445/?utm_hp_ref=br-homepage&ncid=tweetlnkbrhpmg00000002 - Acessada em 25/06/2018

Foi dessa reportagem que tiramos o termo utilizado aqui devido a proximidade da nossa compreensão de que as periferias urbanas apontam às racionalidades e modernidades paralelas, ao invés de serem entendidas como antigas e inadequadas, elas são todo o contrário, elas são uma outra modernidade.

Para essa análise focaremos bastante nos gestos-fios (RIBEIRO, 2005). Escreve De Certeau (2003 [1990], p. 41) que "procedimentos populares (também "minúsculos" e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-las; enfim, que "maneiras de fazer" formam a contrapartida, do lados dos consumidores (ou "dominados"?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.". Esses jogos com os mecanismos das disciplinas são compreendidas pelo autor como "tecnologias mudas [que] curto-circuitam as encenações institucionais" (ibidem). Uma compreensão próxima ao que propomos como *tecnologias da sobrevivência*.

Nas palavras de Ana Clara "no cotidiano e no lugar, gestos-fio costuram saberes à co-presença estimulando a superação do prestígio ainda mantido pelas leituras mecanicistas e funcionalistas da vida urbana" (RIBEIRO, 2005, p. 416). E complementa que "o cotidiano e o lugar trazem a necessidade de refletir sobre o não-dito, o invisível, o anônimo, e também sobre aquilo que se dúvida valer a pena dizer" (ibidem). São o que ela chama de "fazer sociedade" ou de arte de "resolver" a vida que carregam resistências, mas também contradições.

> Sem dúvida, a arte de "resolver" a vida pode conter elementos da servidão humana que marcam a desigual sociedade brasileira. Porém, esta arte possivelmente contém elementos, mesmo que embrionários, da autonomia que constrói o lado libertário dos sujeitos sociais. Assim, **o gesto solidário daqueles que lutam pela redução da desigualdade, no país, pode ser complementado pelo gesto de solidariedade originado da resistência dos praticantes dos lugares. Esta é uma complementaridade entre técnicas, valores e saberes, passível de incorporação nos processos transescalares e transculturais, que são intrínsecos ao desenvolvimento** (RIBEIRO, 2013 [2005], p. 85, destaque nosso).

Para realizar esse estudo, analisaremos a configuração territorial a partir (i) do espaço herdado, das especificidades dos terrenos onde se instalaram as ocupações e da sua localização; (ii) da implantação dos extensores urbanos com destaque para os novos usos dados aos objetos já agidos e ao espaço herdado. Expõe-se, dessa maneira, como os lugares são uma junção entre passado e futuro, assim como se acionam saberes e conhecimentos para suas construções. Ao mesmo tempo, com a análise dos extensores urbanos, ou seja, dos sistemas técnicos de infraestrutura urbana implantados, (iii) compreenderemos como as técnicas são modos de fazer que reproduzem, ou questionam, as formas sociais e geográficas. Ou seja, não há técnica por

si, o que há é o fazer técnico, os sistemas de ações associados aos sistemas de objetos, ainda que de formas conflitivas, conectando passado e futuro. Assim, conflitos concernentes às relações sociais fazem parte das tecnologias da sobrevivências pois, para a implantação destes são tensionadas as relações sociais. Buscamos com isso compreender o acúmulo de tempo que é o espaço geográfico.

A proposta de Milton Santos de que meio geográfico e meio técnico não devem ser compreendidos separadamente permite essa indissociabilidade entre as relações sociais e a configuração territorial. Desse modo, segundo ele, só é possível compreender o meio geográfico indissociavelmente do meio técnico, reduzindo os ruídos ocasionados por essa separação. Como o autor escreve:

> Nossa pergunta é: por que uni-los, através de uma separação, em vez de considera-los como fundidos ao produzir o meio geográfico? De fato, dizemos nós, não há essa coisa de meio geográfico de um lado e de um meio técnico de outro. O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico (...) que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional. (...) o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdos. (SANTOS, 2017 [1996], p. 41).

Propomos pensar, com isso, "A ideia de técnica como algo onde o "humano" e o "não humano" inseparáveis é central. Sem isso, seria impossível pretender superar as dicotomias tão tenazes na geografia e nas ciências sociais quanto as que opõem o natural e o cultural, o objetivo e o subjetivo, o global e o local etc" (SANTOS, 2017 [1996], p. 24). Assim, a configuração territorial do espaço urbano constitui e é constituído por uma racionalidade dominante masculina, branca e burguesa, porém quando essa organização é feita pela própria população pobre, negra e parda, com altos índices de domicílios chefiados por mulheres, pode-se ocorrer pequenas mudanças nessa constituição.

> A lei, o costume, a família acabam conduzindo ou se relacionando a um tipo de organização geográfica. A propriedade é um bom exemplo porque é, ao mesmo tempo, uma forma jurídica e uma forma espacial. A evolução social cria de um lado formas espaciais e de outro lado formas não espaciais, mas, no momento seguinte, as formas não espaciais se transformam em formas geográficas. Essas formas geográficas aparecem como uma condição da ação, meios de existência – e o agir humano deve, em certo momento, levar em conta esses meios de existência (SANTOS, 2017 [1996], p. 75).

Sendo a técnica modos de fazer, compõe parte do disciplinamento social (FOUCAULT, 1989 [1979]), logo, reproduz ou resiste às formas sociais racistas-classista-patriarcais, às relações sociais de poder. Consideramos que essa colocação é ainda mais válida quando refletimos sob a perspectiva das periferias urbanas autoconstruídas, pois são as próprias

moradoras e moradores que constroem toda a área. Logo, necessitam obrigatoriamente refletir sobre as formas sociais seja por reproduzi-las, seja por questioná-las. Como escreve Collins "(...) as mulheres negras [às quais, aqui, agregaríamos a população pobre como um todo] não podem se dar ao luxo de ser idiotas, nossa objetificação como o Outro retira de nós as proteções conferidas pela pele branca, pela masculinidade e pelo dinheiro." (COLLINS, 2019, p. 411). Disso provem o caráter obrigatório da organização para o processo de construção dos lugares. Por exemplo, para respeitar a legislação urbana, componente do espaço herdado, no intuito de facilitar o processo de regularização da área, especificamente para a forma-conteúdo ocupação de terras urbanas que têm esse intuito desde sua gênese, há necessidade de muita organização. Se cada pessoa construir sua casa onde quiser, as exigências mínimas para possibilitar a luta pelo lugar não ocorreriam. Porém, sempre há lacunas para escolhas individuais ou coletivas.

A distribuição e o tamanho dos cômodos de cada casa, por exemplo, é de escolha familiar ou individual. E nesse ponto os homens possuem grande influência, porque costumam ser os principais responsáveis pela construção. Embora isso não seja uma regra, pois muitas mulheres possuem conhecimento para construir sozinhas[139], com a ajuda de filhos, filhas, parentes, amigos e amigas, ou mesmo auxiliando na construção. É possível notar na autoconstrução um ponto de conflito importante na ordem do cotidiano. Diversos embates são travados para decidir qual será o tamanho da cozinha e da área de serviço, quantos quartos se constroem ou se será dada preferência para uma sala mais ampla e assim por diante.

Quanto às decisões coletivas, a principal delas é definir até que ponto se permitirá que cheguem mais famílias no local. Se serão separadas áreas para implantação futura de fixos de serviços públicos (postos de saúde, centros de assistência social, escolas e creches) ou mesmo para a realização de eventos locais. Tal conflito foi registrado tanto na Cidade Locomotiva quanto na Menino Chorão. Há também incentivo para a separação de áreas no lote de cada casa a ser destinada para hortas individuais e comunitárias também em ambos lugares. Uma pequena busca por alguma autonomia na produção de alimentos através da plantação de frutas, verduras e temperos. Uma interessante proposta de autonomia se ganha dimensão para tal.

Além disso, também é possível compreender desse conflito a intenção de construir um lugar aconchegante dentro das possibilidades materiais. Afinal, se só quisessem um local para morar não haveria necessidade de investirem tempo e energia na construção de praças,

[139] Há um coletivo constituído na cidade de Belo Horizonte chamado Arquitetura na Periferia que se concentra na formação de mulheres para expandirem seus conhecimentos sobre a autoconstrução. Esse coletivo também realiza ações coletivas de reformas e melhorias em casas de periferias com realização de obras feitas apenas por mulheres. É possível acessá-lo pela página de Facebook "Arquitetura na Periferia".

plantações, áreas para eventos. Esses elementos podem indicar para uma Cartografia da Luta pelo Lugar, como apresentaremos no próximo capítulo. Não se trata de uma visão harmônica desses lugares, até porque é a manutenção dos conflitos, e não seu ocultamento, que lhes possibilitará a permanência. Esta última nunca virá sem conflito. Mas isso não nos exige frieza na análise, faz-se essencial dar espaço à poesia construída nesses lugares. Apresentamos um pouco dela nas fotos que seguem (foto 3.1).

Foto 3.1 – Poesias construídas nas ocupações urbanas (Cidade Locomotiva e Menino Chorão)[140]

[140] As fotos são apresentadas em tamanho grande, pois a poesia se esconde. É necessário atenção para encontrá-la!

Foto 3.1 – Poesias construídas nas ocupações urbanas
(Cidade Locomotiva e Menino Chorão)

Foto 3.1 – Poesias construídas nas ocupações urbanas (Cidade Locomotiva e Menino Chorão)

Fonte: acervo pessoal (2018, 2019, 2020)

Mantendo essa proposta, para pensar a materialidade, os sistemas técnicos implantados nesses locais por seus moradores e moradoras, analisaremos nesse capítulo: (i) como as características físicas e a localização de cada ocupação gera singularidades nesses lugares trazendo também um pouco do debate ao redor das questões socioambientais; (ii) como se deu o processo de instalação dos extensores urbanos em ambas ocupações, com destaque para a implantação das tecnologias para comunicação e informação, ou seja, a implantação principalmente do acesso à internet nas áreas e como o uso dessa tecnologia amplia suas singularidades; e, por fim, (iii) analisaremos o evento geográfico da reimplantação da rede de distribuição de água na Cidade Locomotiva por meio de um episódio rico para compreender a dinâmica do cotidiano do lugar, no qual se destaca a capacidade de organização das mulheres.

3.1 As especificidades do terreno e de sua localização

Esse subcapítulo apresentará as especificidades vividas por cada ocupação urbana devido às características do terreno onde se localizam que influem de direta e indireta nas suas construções e manutenções. A Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP) localiza-se numa área de bacia de contenção exigindo capacidade de tecnologias da sobrevivência para reduzir os graves impactos causados por esse risco socioambiental.

O outro elemento que analisaremos é a localização relativa das comunidades estudadas. Ambas estão próximas a aeroportos, fato que influenciou mais diretamente a formação da Menino Chorão (Campinas/SP) do que a ocupação de Ribeirão Preto. Entretanto, esta última se localiza nas margens da linha férrea impactando constantemente o cotidiano da população.

Nos parecem análises ricas para compreender a dimensão do lugar na dinâmica do cotidiano com destaque na influência da configuração territorial, dos objetos técnicos, nos permitindo abarcar algumas das singularidades vividas nas diversas periferias urbanas brasileiras.

Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

A localização da Cidade Locomotiva, embora de baixo valor econômico como já tratado no primeiro capítulo, possui uma riqueza de recursos locacionais para a luta pelo lugar, pelo direito à cidade e ao território. Isso quer dizer que a proximidade de importantes eixos e fixos de transporte lhes fornece recursos para essa luta.

A menos de dois quilômetros da ocupação estão instalados o Aeroporto Estadual de Ribeirão Preto – Dr. Leite Lopes e a Rodovia Anhanguera (SP-330), ambos já ocupados pela população como uma estratégia de luta, ações que analisaremos no próximo capítulo. Localiza-

se também a linha férrea, hoje sob concessão da Ferrovia Centro Atlântica – FCA e utilizada pela empresa de transporte com nome social VLI, que passa no fundo da comunidade e que já foi interrompida, algumas vezes, pela população para realizarem algumas reinvindicações. Esse modal tem um intenso uso para o transporte de centenas de toneladas de açúcar para o país e para o mundo, de modo que, bloquear o seu funcionamento afeta fluxos em escala mundial. Como explicado no sítio virtual da empresa de transporte, o Terminal Integrado Guará, que se refere ao terminal que se localiza na cidade de Ribeirão Preto, é de uso exclusivo para transbordo de açúcar até o Porto de Santos. Podemos ver no mapa 05 (p. 227) a localização desses eixos de transporte em relação à ocupação.

As áreas ocupadas pela comunidade são majoritariamente de propriedade da União devido à instalação da ferrovia (modal de transporte gerido em escala nacional), mas há uma rua da comunidade, próxima à entrada da mesma e distante da linha férrea, que é de propriedade municipal. Essa parcela de responsabilidade municipal fomenta as negociações com a Prefeitura característica estratégica para a escolha da área, pois, havendo algum terreno de responsabilidade do município, pode-se facilitar a realização de acordos com o órgão público. Se toda a área fosse da União o estabelecimento desses acordos seria mais difícil. Além disso, devido à proximidade da linha férrea as lideranças limitaram uma distância de trinta metros para começar a construir as casas. Segundo a legislação em vigor é necessária um distanciamento mínimo de quinze metros.

Outra especificidade do terreno se deve a área funcionar como bacia de contenção de águas pluviais[141] com seu ponto mais baixo cumprindo a função de escoar o excesso de água superficial, um canal pluvial. A comunidade está toda rodeada por indústrias que despejam seus esgotos sem tratamento nesse sulco profundo do terreno, além de alguns domicílios da ocupação e de outras favelas ao seu redor que não construíram suas fossas sépticas. Logo, o canal pluvial se torna um esgoto a céu aberto que para escoar necessita atravessar a linha férrea por baixo desta. Para isso há duas manilhas despejam o material hídrico para fora da área onde está instalada a comunidade. É possível visualizar essa passagem e as manilhas na foto 3.2 que segue. Porém essa manilha entope continuamente devido à alta quantidade de resíduos que se acumula nela e, também, à péssima qualidade da obra de infraestrutura (de baixíssimo nível de complexidade). Parte desse resíduo provém da própria comunidade, parte das outras comunidades vizinhas e parte das indústrias que, devido às suas proporções, são as principais responsáveis por tal acúmulo. O resultado é que a comunidade sofre com um grave problema

[141] Uma bacia de contenção de águas pluviais é um desnível feito no terreno como uma estratégia de drenagem, mais comum em áreas próximas a massas de vegetação nas quais são feitas as bacias.

de alagamentos durante o período de chuva, que não é curto podendo durar até seis meses entre outubro e março. Além disso, é notável como as linhas férreas fragmentam o espaço urbano em diversas dimensões desde as relações sociais até o escoamento pluvial.

Foto 3.2 – Esgoto a céu aberto e Ferrovia Central Atlântica na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Página de Facebook Cidade Locomotiva e acervo pessoal (2018)

Como apontam os líderes em reuniões com o poder público, a responsabilidade desses alagamentos se deve à ausência de obras de drenagem num loteamento considerado legal, ou seja, se a prefeitura aprovou esse loteamento é de sua responsabilidade cobrar dos seus proprietários originais a realização obrigatória dessas obras. Ou o próprio poder público assumi-las se esse for o acordo feito com os responsáveis pelo loteamento. Assim, a justificativa da prefeitura de que é necessária a "solução de remoção" completa da área (como indicado no PLHIS-RP, devido a ocorrência dos alagamentos e a proximidade do Parque Permanente de Exposição), provem de uma lógica econômica e política perversa que se justifica nos riscos socioambientais aos quais seus moradores estão expostos.

Apresentamos no quadro 3.1 explicações de duas lideranças da comunidade (Abençoado e Baixinho) que retratam alguns desses problemas vividos na área ao mesmo tempo que demonstram um pouco do conhecimento que possuem para resolvê-los, porém para isso necessitam de auxílio dos órgãos públicos principalmente para financiar as máquinas necessárias. Afinal, tudo o que é possível de fazer sem esse auxílio eles já fizeram.

Quadro 3.1 – Explicação das lideranças sobre o problema de alagamento no local (Cidade Locomotiva, Ribeirão Preto/SP)

Baixinho – Temos uma rede de esgoto a céu aberto, essa manilha é o causador do nosso problema que chega a alagar, por ela ser 60 por 60 [centímetros] quando vem muita água ela não dá vazão pra água, represa e sobe aí vai só subindo.... Abençoado – Olha a cor dessa água olha. Essa cor aqui é aquele produto lá da firma que tá jogando lá na frente, tem dia que essa firma joga tipo um ácido branco, espumado branco, cai aqui e tudo que for de mosquitinho que tá voando você vê morrer nessa espuma... imagina o que acontece com uma pessoa, imagina lá aquilo ali, respirar.... essa cor da água meio azulada é a que tá caindo lá na frente, e eles [Prefeitura] não se atentam sobre isso porque não quer urbanizar e não quer cuidar disso aqui. O que vê feito aqui foi a gente que fez. Abençoado – Aquela casa ali já aterrou? Quero mostrar pra você a fundura. Era um barranco aqui, isso aqui era uma bacia, tá entendendo? Tipo uma bacia de contenção. Aí na época que veio o engenheiro "ah, mas não tem como fazer porque tem..." aquele negócio da bacia de Guarani lá, da água né [Aquífero Guarani], "que era seis metros, não podia mexer". Eu disse: Abençoado, você me dá um B8 [motor para bomba] e sai de perto eu lhe garanto que eu vou cavar 20, quer dizer, 50 centímetros e faço uma bacia de contenção aí... eu falo isso pra você porque eu já fui operador de máquina, tá entendendo? E eu fazia.

Fonte: pesquisa de campo (06/02/2018)
Organização: autoria própria (2019)

Nota-se no quadro 3.1 como "(...) o saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais. O sábio local não é aquele que sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política" (SANTOS, 1999, p. 21). Os moradores desse lugar possuem esses saberes sobre o local em si, conhecimentos especializados sobre a técnica necessária para solucionar os problemas que identificam, sobre o Aquífero Guarani e sobre o que o local necessita.

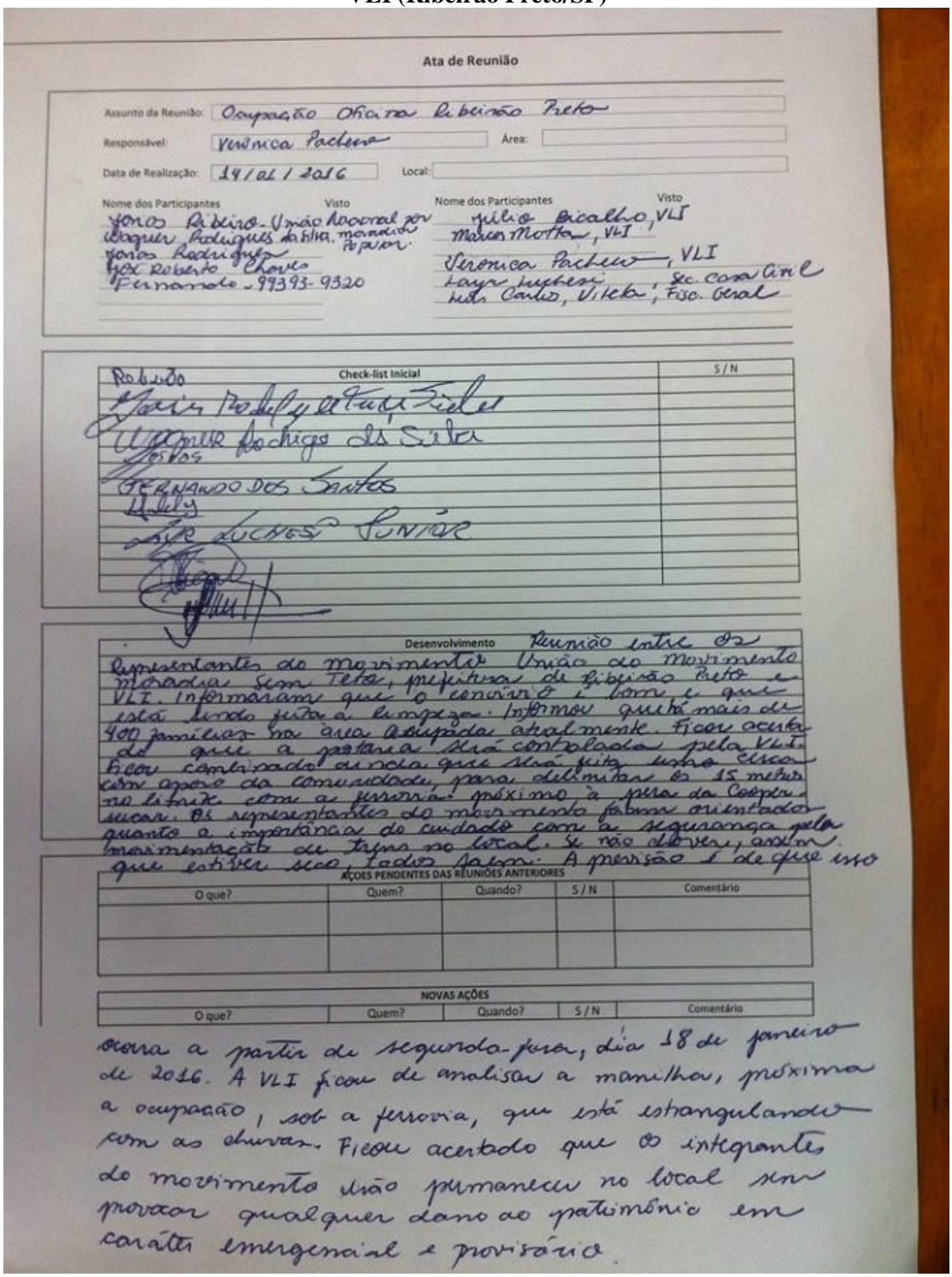
Os constantes alagamentos reduzem a qualidade de vida da população, pois, além de perderem os poucos móveis e eletrodomésticos que possuem se expõem à inúmeras enfermidades contidas no esgoto que se mistura com a água da chuva. Na foto 3.3 são apresentados, da esquerda para a direita, de cima para baixo: a manilha quando o canal pluvial está seco; o canal seco; uma das várias colorações que ele adquire; um dos alagamentos na área; e o canal no período do verão (cheio).

Foto 3.3 – Canal pluvial e alagamentos na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Página de Facebook Cidade Locomotiva (2018)

Na foto 3.4, na sequência, expõe-se o documento elaborado na reunião realizada entre o poder público local, líderes da Cidade Locomotiva e representantes da empresa de transporte de carga VLI, responsável pela administração dessa parcela da ferrovia FCA. No documento é possível ler que a reunião foi realizada no dia 18 de janeiro de 2016, e a empresa firmou que verificaria a possibilidade de instalar novas manilhas de vazão de água para reduzir os problemas de alagamento.

Foto 3.4 – Documento da reunião entre Prefeitura, Cidade Locomotiva e empresa de transporte VLI (Ribeirão Preto/SP)



Ata de Reunião

Assunto da Reunião: Ocupação Oficina Ribeirão Preto

Responsável: Verônica Pacheco Área:

Data de Realização: 14/01/2016 Local:

Nome dos Participantes | Visto | Nome dos Participantes | Visto

Jorios Ribeiro - União Nacional por Moradia Popular
Wagner Rodrigues da Silva
Jorios Rodrigues
José Roberto Chaves
Fernando - 99393-9320

Júlio Bicalho, VLI
Marcos Motta, VLI
Verônica Pacheco, VLI
Layr Luchesi, Sec. Casa Civil
Luis Carlos, Vileta, Fisc. Geral

Check-list Inicial | S/N

Roberto
Jorios Rodrigues da Silva
Wagner Rodrigo da Silva
Jorios
Fernando dos Santos
Layr Luchesi Junior

Desenvolvimento Reunião entre os representantes do movimento União do Movimento Moradia Sem Teto, prefeitura de Ribeirão Preto e VLI. Informaram que o convívio é bom e que está sendo feita a limpeza. Informou que há mais de 400 famílias na área ocupada atualmente. Ficou acertado que a portaria será controlada pela VLI. Ficou combinado ainda que será feita uma cerca com apoio da comunidade, para delimitar os 15 metros no limite com a ferrovia próximo à pera da Cooper-sucar. Os representantes do movimento foram orientados quanto a importância do cuidado com a segurança pela movimentação de trens no local. Se não chover, assim que estiver seco, todos saem. A previsão é de que isso ocorra a partir de segunda-feira, dia 18 de janeiro de 2016. A VLI ficou de analisar a manilha, próxima a ocupação, sob a ferrovia, que está estrangulando com as chuvas. Ficou acertado que os integrantes do movimento irão permanecer no local sem provocar qualquer dano ao patrimônio em caráter emergencial e provisório.

AÇÕES PENDENTES DAS REUNIÕES ANTERIORES

O que?	Quem?	Quando?	S/N	Comentário

NOVAS AÇÕES

O que?	Quem?	Quando?	S/N	Comentário

Fonte: Página Facebook Cidade Locomotiva (2018)

Ao mesmo tempo, os alagamentos são uma sobrecarga para as mulheres que vivem na área, pois a perda de roupas, comidas, geladeiras, colchões, máquinas de lavar roupa, entre outros, afeta diretamente o cotidiano lhes sobrecarregando mais uma vez. Assim como, há

enfermidades contraídas pelo contato com a água contaminada por esgoto doméstico e industrial agravando os problemas do trabalho reprodutivo.

O cotidiano com os alagamentos é fonte de diversos conflitos no lugar, entre diversos outros motivos como o próprio *stress* que causa, parte das lideranças vivem nos vagões de trem, anteriormente abandonados, e, embora a qualidade de vida aí seja inferior a das casas de alvenaria devido ao alto grau de transmissão de calor do material dos vagões, fazendo com que esquente em demasia no calor e gele no frio, eles estão em um nível superior ao que as águas atingem quando alaga.

A escolha desse local para a moradia das lideranças não se deu ao acaso. Trata-se de uma estratégia comum nos movimentos de moradia que suas lideranças vivam em casas que apresentem menos ou menores problemas do que o restante da população, quando isso é possível, para que tenham um pouco de estabilidade para agir nos momentos mais críticos, por exemplo, de alagamento ou remoção. Há uma diretriz, de modo geral nesses movimentos, de que as lideranças tenham preferência para a aquisição de casas próprias e, ainda que diversas delas questionem esse raciocínio quando começam a participar da luta, a ideia é que sejam um exemplo para as outras famílias e, também, que tenham mais disponibilidade para organizar a luta[142].

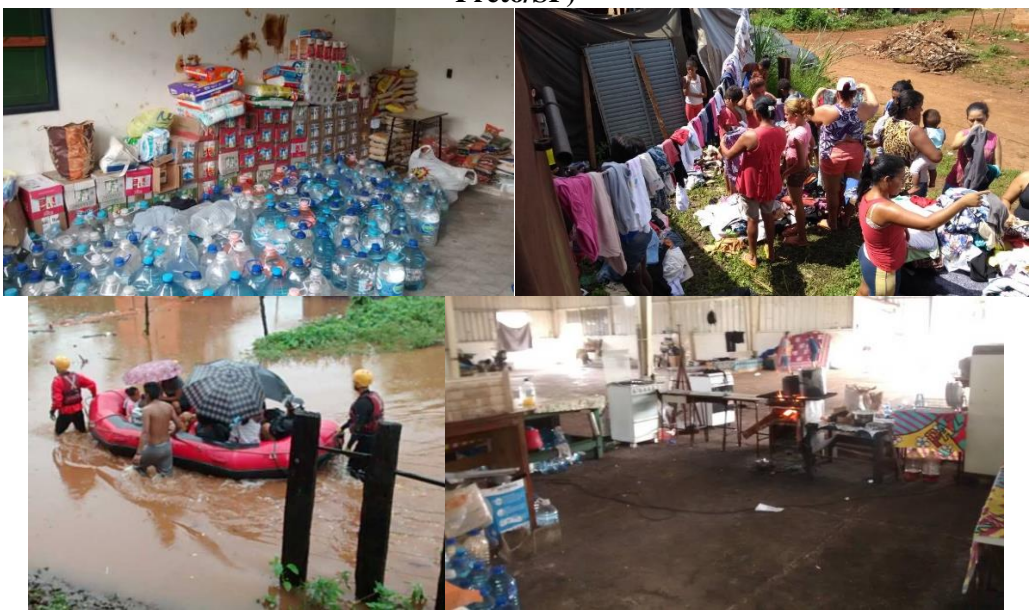
Ou seja, quando alaga a Cidade Locomotiva são as lideranças que acionam as autoridades locais, entre outras pessoas, para as diversas ações que precisam ser rapidamente tomadas: bombeiros para resgatar pessoas, animais e eletroeletrônicos; mídia local para divulgar o ocorrido e pedir doações; apoiadores da comunidade para buscar ou fazer doações etc. Além disso, é necessário organizar as doações para que alcance o maior número de famílias possível, além de muitas vezes exigir a escolha das famílias com necessidades mais urgentes, o que costuma ser definido como os domicílios com crianças e mães monoparentais, com idosos, com doenças crônicas, e assim por diante. Precisam ainda buscar locais para as famílias pernoitarem, quando não há tempo de escoar a água até o final do dia, realizar reuniões com órgãos públicos para pressionar que a área seja regularização com sua devida urbanização, entre diversas outras ações de diferentes graus de complexidade e urgência.

É possível ver algumas dessas ações na foto 3.5 que expõe diferentes alagamentos vividos pela comunidade. Da esquerda para direita e de cima para baixo há: doação de alimentos, com destaque para a quantidade de água necessária; doação de roupas na própria

[142] Essa compreensão foi dada a partir de materiais audiovisuais (documentários e entrevistas) sobre as ocupações dos imóveis do centro de São Paulo, por meio da participação em reunião da União dos Movimentos de Moradia e em conversa com lideranças de diferentes movimentos de moradia em São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto.

comunidade; presença dos bombeiros resgatando moradores e moradoras; cozinha montada no CETREM (Central de Triagem e Encaminhamento ao Migrante, Itinerante e Morador de Rua de Ribeirão Preto) quando a população precisa pernoitar neste local à espera do escoamento da água.

Foto 3.5 – Ações necessárias quando ocorrem alagamentos na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)



Fonte: Página Facebook Cidade Locomotiva (2018)

A constante ocorrência dos alagamentos é uma característica fundamental para compreender esse lugar, porque marca seu cotidiano. É também um dos principais motivos da saída de famílias da área em busca de outras ocupações, favelas, núcleos irregulares para morar, posto que degradam em demasia esse cotidiano dificultando o vislumbrar do futuro tão necessário para as lutas diárias das periferias urbanas. Como retoma Milton Santos a partir de Sartre, a manutenção de projetos é essencial à vida (2017 [1996]).

Lembramos que foi o próprio poder público quem fomentou a ocupação dessa área pela população após serem removidos de uma ocupação anterior no bairro Ribeirão Verde, obedecendo aos ditames da urbanização corporativa e interseccionalizada. Fato comum no processo de urbanização do território brasileiro como relatamos na primeira parte dessa tese. Além disso, como apresentado no quadro 3.1 (p. 239) com a fala de um dos líderes, não são necessárias obras complexas para solucionar esse enorme problema do cotidiano desse lugar.

Expomos na foto 3.6, na sequência, o croqui elaborado por Mauro Freitas, arquiteto-urbanista, um dos líderes Cidade Locomotiva e membro da União dos Movimentos de Moradia, elaborado em 2016, e entregue para a prefeitura orientando o desvio da função de bacia de

contenção para depois da linha férrea. Mas, como já expusemos no final do capítulo anterior, diversos elementos indicam o real interesse de apontar que a solução para esse lugar é a sua remoção, uma perversidade por si pois se deve ao projeto de construir a nova sede da prefeitura próxima a essa área, de expandir a revalorização do solo urbano em direção a região ao redor do aeroporto (expandindo junto a remoção de dezenas de outras ocupações e favelas instaladas nessa parcela da cidade), assim como, de dar seguimento ao projeto de expansão do fixo aeroportuário processo que, especula-se, também incentivaria a revalorização do solo.

Foto 3.6 – Croqui para projeto urbanístico de aprimoramento da drenagem na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Página do Facebook Cidade Locomotiva (2018)

A vida de relações na Cidade Locomotiva é incrível e surpreendente, não queremos fazer um retrato apenas de seus problemas, pois sabemos que escancarar a crueldade da pobreza é, também, retratar o lugar a partir dos olhos brancos da ciência e não das pessoas que ali vivem. A intenção, no entanto, é retratar as questões materiais que compõem a configuração territorial do lugar. No quarto capítulo essa situação se altera consideravelmente quando nos focamos na força que essa população têm para fomentar a vida de relações.

Comunidade Menino Chorão (Campinas/SP)

A comunidade Menino Chorão se localiza a quase quatro quilômetros do Aeroporto Internacional de Viracopos[143] no município de Campinas e sofreu muitas ameaças de remoção por parte do poder público desde o início da sua construção, em 2010. Entretanto, a partir de 2017, o assunto foi suspenso. Os planos de ampliação do aeroporto se arrefeceram desde então, porém assim que retomados as ameaças e toda a violência que acionam provavelmente retornarão[144].

Outro fator importante da localização dessa comunidade é que ela está instalada na região do Jardim Campo Belo, na parcela sul da cidade. Trata-se da área com maior índice de população de baixa renda do município ao qual se podem somar os maiores índices de todos os referenciais de problemas urbanos graves: fome, agressão policial, violência doméstica, homicídio etc. (RIZZATTI, 2014).

Assim, o fato de a Menino Chorão ter se constituído nessa área, ocupada desde 1997, reduziu o nível de confronto com o poder público no seu início. Vive hoje na região do Jardim Campo Belo aproximadamente 7.500 famílias em vinte bairros majoritariamente em situação irregular, de modo que, quando começam a construir a Menino Chorão não há um impacto considerável que leve a prefeitura a impedir, ou tentar impedir, sua instalação e permanência.

Entretanto, antes de chegar a esse lugar parte das famílias, inclusive a líder Dona Carmen, havia ocupado uma área, também localizada na região do Jardim Campo Belo, no bairro Jardim São Domingos que é o mais distante do centro e que possui maior índice de regularização de toda a região. Essa primeira ocupação foi removida e as mulheres, como destaca a líder, foram deixadas na rua[145]

> sem ter para onde ir. A gente parecia zumbis andando sem destino, a maioria mulheres e muitas com crianças pequenas. Minha primeira atitude foi procurar comida com mais algumas pessoas para essas mulheres com filhos. Na primeira casa fomos recebidos com uma jarra de água gelada na cara, mas não desistimos. Na próxima tentativa, conseguimos comida.

[143] O uso dos arredores dos aeroportos para residência da população urbana pobre no Brasil é recorrente. Isso se deve à separação obrigatória de grandes áreas no entorno desses macrofixos de transporte devido a questões de segurança e saúde, em razão dos altos ruídos que as aeronaves emitem quando pousam e decolam. Porém, devido a situação de extrema precariedade da população pobre brasileira, entre morar na rua, embaixo de viadutos, ou mesmo em áreas de alagamento ou de alto risco de deslizamento de massa, os ruídos dos aviões podem ser a escolha pelo "menos pior". Isso também significa uma urbanização mais espraiada, posto que, pelos mesmos motivos, os aeroportos são instalados, em geral, distante da área mais central do tecido urbano.

[144] Fizemos uma análise detalhada sobre a expansão do aeroporto e sua relação com o discurso midiático que pode ser consultado em Rizzatti (2015a).

[145] Relato retirado de https://www.feac.org.br/a-guerreira-que-luta-por-direitos-e-contra-a-violencia/ - Acessado em 10/02/2020

Seguindo o relato, a líder conta que começou a chover e elas intensificaram a busca por um lugar para ficarem; foram informadas por um morador da área que havia casas abandonadas próximas de onde estavam, encontraram-nas e ocuparam quarenta e nove casas do Residencial Jardim Marisa. Segundo Dona Carmen "Nós entramos pela janela, arrebentamos as portas e entramos. Fiquei quase um ano lá, até ser a primeira a ser despejada, porque fui flagrada pela equipe de um jornal arrombando uma das casas." Caminhou em busca de um lugar para montar seu barraco até que chegou na área onde hoje está a comunidade Menino Chorão e decidiu montar seu barraco ali.

O Residencial Jardim Marisa foi construído por meio do Programa Municipal Vip-Viracopos, implantado no ano de 2008, porém após a finalização da construção das casas, no final de 2009, estas se mantiveram vazias por meses. Esse programa municipal fazia parte do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, iniciado em 2007 em âmbito federal, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Analisamos essa ocupação do residencial na dissertação de mestrado (RIZZATTI, 2014) quando ainda não havíamos conhecido Dona Carmen. Tanto a pesquisa como a construção do lugar não seguem uma história linear, elas se dão por processos mais amplos do que o momento inicial da ocupação, ou da pesquisa, e seu momento de remoção. Como aponta esse relato de Dona Carmen, a comunidade Menino Chorão não começa no dia que ela instala seu barraco na área, começa muito antes talvez com a primeira ocupação que fizeram no Jardim São Domingos, ou talvez quando Dona Carmen chega a Campinas enganada pelo tráfico de pessoas, em 2004. Ou ainda poderíamos apontar a própria diáspora africana como o início de toda a periferia urbana brasileira.

Para a luta específica pela regularização fundiária, pelo tão importante papel que atesta a propriedade, saber a data de início das ocupações urbanas é de extrema importância. Entretanto, para a história das pessoas e dos lugares essa leitura precisa ser feita de maneira mais abrangente permitindo a compreensão de um conhecimento e uma sabedoria que se acumulam e que precisam ser visto para além de datas. Tentaremos fazer isso no próximo capítulo.

A permissividade por parte do poder público local com a permanência da população na área da Menino Chorão indica, novamente, a irresponsabilidade do órgão, mas não a incoerência do mesmo com a sua própria lógica de funcionamento que coloca os interesses corporativos antes dos da população. A expansão do Aeroporto Viracopos já estava em andamento, não era necessário fazer muitos cálculos para saber que ocorreria um confronto. Mas a lógica da prefeitura, como já foi ouvido por nós em momentos que realizamos trabalhos

em conjunto com o órgão, foi: depois a gente tira esse pessoal daí. Lógica que inúmeras vezes se torna um "tiro pela culatra", pois dependendo das dimensões e da força/organização que a população atinge não é possível sua remoção, ou ela é possível a base de extrema violência desgastando a imagem dos gestores. A remoção da ocupação conhecida como Pinheirinhos, em São José dos Campos/SP, pelo então governo do Estado de São Paulo (Geraldo Rodrigues Alckmin Filho, PSDB), em janeiro de 2012, é um exemplo disso[146]. Assim como a remoção da favela da Família, em 2011, em Ribeirão Preto que analisamos na primeira parte da tese. Voltaremos a esses episódios de Campinas e de Ribeirão Preto no próximo capítulo.

É possível visualizar no mapa 06 (p. 228) a localização relacional da comunidade Menino Chorão.

Toda a região do Jardim Campo Belo se localiza aproximadamente a 17 quilômetros do centro de Campinas e faz parte da sua macrorregião pobre (ao sul da Rodovia Anhanguera) devido à histórica segregação do território da riqueza e da pobreza no município, de maneira que a instalação de enormes ocupações nessa área pouco afetou os interesses do mercado imobiliário. Até que a expansão do Aeroporto de Viracopos começou a ser fomentada em meados de 2006. Essa conclusão é nítida na análise comparativa que fizemos entre a ocupação dessa área e a ocupação do Parque Oziel, também em Campinas. Como analisamos com profundidade em outras oportunidades (RIZZATTI & SILVA, 2017), o Parque Oziel se localiza a apenas cinco quilômetros do centro da cidade e próximo a áreas que eram destinadas a implantação de hotéis de luxo acarretando no assassinato de quatro líderes nos primeiros seis meses da ocupação.

Assim, uma importante especificidade locacional se deve a quão valorizada é a parcela da cidade onde se instala uma ocupação. Quando isso se dá em áreas que já possuem maior valorização, sua manutenção tende a ficar sob acentuada violência. Lembremos, entretanto, que como relatamos no primeiro capítulo, a expansão das áreas valorizadas da cidade é uma constante, de modo que a história do urbano brasileiro é, em grande medida, a da expulsão da população pobre, negra e parda de áreas construídas por ela mesma para áreas mais distantes e mais precárias.

Outro elemento específico da localização da comunidade Menino Chorão é a proximidade da Rodovia Santos Dumont que faz o acesso entre Campinas e Sorocaba.

[146] Relata Guilherme Boulos "Em 22 de janeiro de 2012, a Polícia Militar de São Paulo invadiu a ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos, numa operação de guerra que chocou o país. Dezenas de feridos, duas mulheres e a morte de Ivo Teles dos Santos por traumatismo craniano após espancamento pela PM. Este foi o saldo da ação que despejou 1.600 famílias e destruiu suas casas" (BOULOS, 2015, p. 115).

Entretanto, não foram relatados casos de bloqueio dessa rodovia durante a formação desse lugar. Essa ação já foi feita na Rodovia Engenheiro Miguel Melhado Campos, também conhecida como Estrada Velha de Indaiatuba, que corta toda a região do Jardim Campo Belo. Essa última via de transporte foi bloqueada em protesto organizado pelas mulheres da comunidade Menino Chorão, em setembro de 2013, após o feminicídio de três mulheres numa mesma noite na região. Ou seja, quando o pacto contra a violência doméstica já havia sido estabelecido na comunidade elas puderam se organizar, inclusive, para ajudar outras mulheres para além do local demonstrando a força e expansividade dos lugares[147].

Questões socioambientais como camuflagem de vetores da modernização

Compreendemos os riscos socioambientais como a exposição da população à fatores de perigo, no caso, aos alagamentos. Essa exposição independe se o respectivo perigo é gerado natural ou antropologicamente, posto que o fator de destaque é que o tipo de manejo, ou de ausência deste, agrava a situação de perigo. Deve-se compreender que, embora muitos perigos tenham origem natural, é a ação humana que o expande através do seu fomento ou ignorando-o.

No caso da comunidade Cidade Locomotiva é uma soma desses fatores, pois a ocorrência de chuvas abundantes é um elemento natural nessa parcela do país, sendo resultado da ação humana a ausência de um processo de urbanização considerando essa característica. Ora, se essa é uma marca do regime de chuvas da região onde se localiza a cidade de Ribeirão Preto a realização de loteamentos sem a implantação do devido sistema de drenagem não pode acontecer. Não pretendemos aprofundar as importantes compreensões teóricas ao redor dos riscos socioambientais, trata-se de uma temática cara a Geografia como um todo. Nossa intenção é apenas apontar alguns elementos perversos fomentados pelas políticas urbanas, focada na continuidade da urbanização corporativa em âmbito nacional, por meio de um discurso competente (CHAUÍ, 1993) que se utiliza das questões socioambientais para justificar ações de interesse político-econômico (GOMES, 2013). Como escreve Rodrigues (2005, p. 91) "os problemas ambientais são utilizados, no discurso oficial (...), como forma de ocultar contradições de classe, de apropriação das riquezas naturais, do território".

[147] Tive a oportunidade de participar dessa ação e lhes prestei uma "femenagem" no prólogo que consta na dissertação de mestrado (RIZZATTI, 2014). Ainda nesse prólogo retomei outra incrível ação organizada por mulheres, nesse mesmo período e muito próxima à comunidade Menino Chorão, em Campinas, pelas profissionais do sexo do Jardim Itatinga que, munidas de coragem, sabedoria e biquinis, resistiram a um cerco feito no bairro pela Polícia Militar durante dias, devido ao qual tiveram que buscar soluções para conseguirem alimentos e até água. Cito esse evento aqui para que seja uma vez mais registrado na literatura acadêmica, registro acessível mais detidamente no mestrado de Aline Tavares (2014).

Participamos de um encontro da União dos Movimentos de Moradia (UMM) na cidade de São Paulo, no dia 15 de junho de 2019, e um dos eixos para os Grupos de Trabalho foi debater especificamente os problemas de moradias em áreas classificadas como de risco. No evento houve a participação de uma advogada, Juliana Gaspar Garcia, que trabalha especificamente com problemas de moradia (responsável por explicar as mudanças nos processos de remoção e regularização fundiária a partir da nova lei federal n. 13.465/17) e do defensor público do Estado de São Paulo, Rafael Negreiros, que também tratou de ambas questões, riscos socioambientais e nova lei de regularização. Os dois profissionais expuseram em suas apresentações de maneira unânime que o discurso dos riscos socioambientais vem sendo mobilizado pelo poder público erroneamente de maneira intencional para justificar remoções e reintegrações de posse. É o que também vemos acontecer em Ribeirão Preto.

A advogada explicou ainda que, segundo a recente lei n. 13.465/17, é possível regularizar áreas de proteção e de risco ambiental se os órgãos públicos forem consultados e analisarem o caso. A indicação da lei é de que se isole apenas as parcelas que não puderem ser regularizadas, devido ao risco iminente, e o restante siga com o processo de regularização.

Essa brecha da lei, na verdade, não é uma brecha, pois é intencional por facilitar os processos de regularização de condomínios e loteamentos fechados e, também, para expandir o ingresso de imóveis regularizados no país como um todo, tanto de alta como de baixa renda, que parece ser afinal o principal objetivo da nova lei como já analisamos com no segundo capítulo dessa tese.

No mesmo sentido ocorreu o debate sobre a necessidade de remoção integral da população da região do Jardim Campo Belo no início do planejamento da expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos em 2006. Pois, por estarem dentro da "curva de ruídos" desse macrofixo de transporte seria inviável sua expansão de acordo com os Estudos de Impacto de Vizinhança. Entretanto, "inexplicavelmente", a partir de um certo momento esse dado foi alterado com base em "relatórios técnicos" e a abrangência da curva foi consideravelmente reduzida. Relatamos esse processo na dissertação de mestrado (RIZZATTI, 2014). Retomamos essa informação para demonstrar, novamente, como trata-se de vontade política para "solucionar" grandes problemas socioambientais, solução esta que ocorre inúmeras vezes na forma de violentas remoções, como ainda pode ocorrer nas duas ocupações que estudamos.

Apenas para relembrar dois autores que trouxemos quando tratamos da questão socioambiental na dissertação de mestrado:

> o paradigma do planejamento, que havia fundado os padrões que buscavam constituir a sociedade como objeto de ação racional e que tinha na razão as bases da sua legitimidade entrou em declínio com a crise dos anos [19]70. Como contra ponto a este declínio, estaria em emergência um novo paradigma, o ecológico, estabelecendo novos problemas, novas técnicas de ação e novas escalas de articulação. Estes dois paradigmas se diferenciam nos seguintes pontos:
> 1) A ordem social deixa de ser a base da legitimidade de discursos e ações, sendo substituída pelo tema do ambiente, que incorporaria as ideias de participação, autonomia local e desregulamentação.
> 2) A sociedade deixa de ser vista como objeto da ação, substituída pela caracterização da natureza como sistema global, onde os homens são incluídos.
> 3) O Estado nacional deixa de ser a escala de formação das identidades coletivas e da constituição de instituições garantidoras dos direitos e deveres inerentes a estas identidades. O plano e o nível local passam a ser os novos territórios da ação coletiva.
> Nesse sentido, é possível que a emergência avassaladora da questão ambiental signifique não um novo paradigma, mas um novo padrão que possa se articular ao paradigma do planejamento. (...). Estaríamos assim diante de um novo padrão, que passa a colocar a cidade não como questão social, ou questão do desenvolvimento, mas como uma questão ambiental (RIBEIRO & CARDOSO, 1994, p. 87).

Nas palavras de Topalov (1997, p. 42): “Planejadores e ambientalistas têm, talvez, apesar de tudo, algo em comum que é a crença no poder racionalizador da ciência. Com toda a certeza, a angústia da catástrofe ecológica veio substituir a da questão social.”. Ou seja, se há interesses econômico-políticos são vislumbradas muito mais possibilidades de soluções do que quando a área ainda não os atraiu. Historicamente, trata-se de uma questão de tempo até que os vetores da modernização atinjam parcelas da cidade até então invisibilizadas, quando são automaticamente acionados os conhecimentos científicos e modernos. Assim, a periferia que “soluciona” diversos problemas urbanos se torna um problema do dia para a noite (MARICATO, 1996). Nossas palavras sobre esse tema foram:

> Jogar luz sobre a questão ambiental é indiscutivelmente importante, inclusive para questionar o sistema econômico em vigor que praticamente impede a manutenção desse meio, porém é preciso se atentar para as poucas sérias discussões ao redor do assunto. A melhora ambiental, sem vir junto de uma melhora da desigualdade social e do respeito aos direitos humanos, pode ser mais uma forma de manipular e tentar conter a crise do sistema econômico capitalista. Sabemos que hoje o discurso em prol do meio ambiente fomenta um mercado, tratando-se de um possível novo nicho de exploração para o capital (RIZZATTI, 2014, p. 147).

De lá para cá, essas questões se complexizaram ainda mais e o que vemos hoje é uma nova manipulação do seu discurso pela atual gestão do país. Diariamente o governo federal (Jair Bolsonaro, PSL/Sem partido) ataca o discurso e mesmo as legislações em defesa do meio-

ambiente com o claro intuito de reduzir as áreas de proteção ambiental, que são majoritariamente reservas indígenas, com o intuito de expandir as áreas para o agronegócio[148].

Como nos permitimos pensar criticamente as propostas em defesa da melhoria ambiental se vemos um nível de manipulação contra os seres humanos e o chamado meio ambiente atacados de maneira atroz nos últimos anos? "Sem pensar não há liberdade" (RODRIGUES, 2005, p. 107). Trata-se de um momento, no mínimo, de aprendizagem e uma dose de desespero.

Pensar os problemas socioambientais separando o social do ambiental impede sua compreensão. É necessário fazer uma análise conjunta dessas questões, por isso, as consideramos como socioambientais. O ataque intencional do atual governo nacional desvirtua questões levantadas em diversas pesquisas sob intenções de ganhos econômicos por parte de empresas com "etiquetas verdes" e "pegadas ecológicas". Não podemos nos furtar a esse debate e isso não quer dizer estar contra a luta em defesa do meio ambiente, apenas reafirmar que lutar pelo meio ambiente sem compreendê-lo em intrínseca relação com a sociedade humana também não pode ser o caminho.

Como questionou Margarita Guttman no "*Foro global ciudad y coronavirus: una ecuación compleja*", realizado no dia 26 de março de 2020, "onde estão os brados da *Smart City*? Onde estão as funções das cidades sustentáveis? Como ficam na atual situação, os objetivos saudáveis para as cidades?" A apropriação capitalista de todos esses discursos precisa se posicionar perante a pandemia vivida no mundo urbano enquanto finalizamos essa tese (CHUANG, 2020).

No próximo item analisar-se-á o processo de implantação especificamente dos objetos técnicos, por excelência tecnologias da sobrevivência, nessas comunidades com destaque para o acesso às redes de internet por potencializar a capacidade de comunicação, organização e informação desses lugares.

[148] Notícia do dia 04/07/2019, no portal virtual da G1, reportagem intitulada "Bolsonaro diz que ampliação de área de proteção ambiental "dificultava o progresso" no país". Acessado em 10/08/2019

3.2 Tecnologias da sobrevivência

Os extensores urbanos instalados em ambas ocupações urbanas foram implantados exclusivamente pela população residente nas áreas sem nenhum apoio do poder público local. Embora seja um fato corriqueiro ou até majoritário no processo de urbanização brasileiro, é necessário muito conhecimento e organização para realizar essas implantações. A construção das casas com sistemas de distribuição de água, acesso à energia elétrica e fossas sépticas já exigem considerável conhecimento, mas estamos falando da distribuição de água e energia e, até, da implantação de sistema sanitário para mais de trezentas casas em cada um dos locais estudados.

Esse conhecimento está intimamente ligado ao cotidiano da população pobre do país que é obrigada a construir suas próprias casas e, muitas vezes, a de seus vizinhos e familiares, mas também por ser um dos principais trabalhos remunerados exercidos pela população, principalmente do gênero masculino, de baixa renda no Brasil como um todo. Sérgio Ferro escreveu um interessante texto (2005 [1969]) tratando desse tema onde expõe com detalhe como a implantação de tecnologia nos quintais de obras não compensa economicamente para a construção civil em âmbito nacional, pois tornaria o processo de construção mais caro do que com a utilização da mão-de-obra desqualificada. Essa análise de Ferro foi feita, no final da década de 1960, com valores em Cruzeiro Novo. Porém ela é revisada pelo próprio autor, em 2005, mantendo válida sua conclusão para o período atual. Assim, o baixíssimo valor pago pelas atividades braçais da construção civil e as características da urbanização corporativa e interseccionalizada levaram ao acúmulo de conhecimentos e saberes por uma grande parte da população, principalmente masculina, aprimorando sua capacidade para a construção, não só de casas, como de cidades.

Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

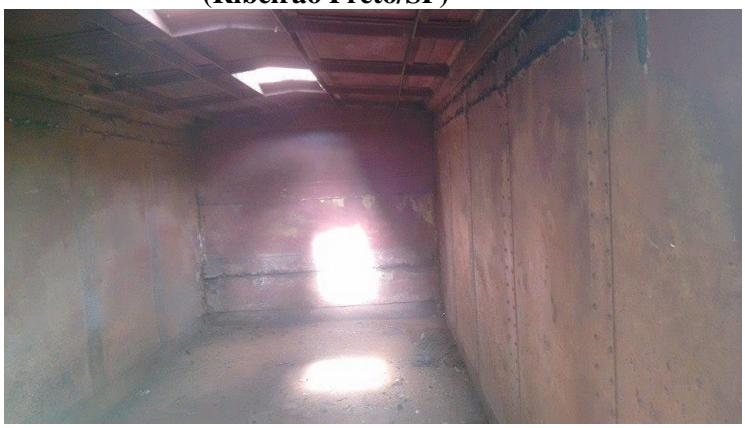
Iniciamos essa análise na Cidade Locomotiva pelas casas e pelo vagão social que é utilizada como sede da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL) como pode-se ver na foto 3.7 na sequência.

Foto 3.7 – Novos usos dados ao vagão social: sede da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: acervo pessoal e página do Facebook Cidade Locomotiva (2018)

Já expusemos alguns problemas no uso de vagões de trem como moradia no item anterior, porém é inegável a necessidade de saber e conhecimento para transformar esse objeto técnico de armazenamento e transporte numa residência. Algumas famílias construíram casas de alvenaria na frente do vagão incorporando-o como um cômodo, como demonstramos nas fotografias na Costura II. Pode-se ver na foto 3.8 o vagão antes de ser usado e na foto 3.9 os novos usos dados a esse objeto abandonado. Tratam-se de objetos velhos-novos.

Foto 3.8 – Vagão de trem abandonado no início da ocupação da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)



Fonte: página Facebook Cidade Locomotiva (2018)

Foto 3.9 – Vagões de trem transformados em casa na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: acervo pessoal (2018)

Como explica M. Santos (2008 [1978]) os lugares são acúmulo de tempo, assincronicamente, por unirem objetos de diferentes "idades", e sincronicamente, porque todos esses objetos se juntam no lugar. Além disso, nos lugares se intercruzam diferentes temporalidades. Por isso, o mundo está no lugar e o processo de globalização da economia amplia as singularidades dos lugares ao invés de homogeneizá-los como querem que acreditemos (SANTOS, 2000).

> A presença simultânea de variáveis com idades tão diversas dá como resultado que a combinação característica de cada lugar *é única*. O lugar é, pois, o resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre. (...). O lugar assegura assim a unidade do contínuo e do descontínuo, o que a um tempo possibilita sua evolução e também lhe assegura uma estrutura concreta inconfundível. Em um ponto determinado no tempo, as variáveis do espaço são *assincrônicas* de um ponto de vista genético, isto é, levando em conta as diferenças de "idade" que as caracterizam no polo do sistema e nos outros pontos periféricos do espaço. No entanto, as variáveis funcionam *sincronicamente* em cada "lugar". Todas trabalham em conjunto, graças às relações de ordem funcional que mantêm. Cada lugar é, a cada momento, um sistema espacial, seja qual for a "idade" dos seus elementos e a ordem em que se instalaram (SANTOS, 2008 [1978], p. 258)

Esses vagões abandonados também apontam para a necessidade de analisar a construção das periferias urbanas de maneira não linear. É preciso reconhecer que este objeto técnico tem grande importância para o modo de produção capitalista, foi implantado no país desde a

segunda metade do século XIX com a intensificação da produção cafeeira voltada para a exportação. São as linhas férreas construídas nesse período que explicam, em grande medida, o processo de urbanização do país e principalmente do Estado de São Paulo (BRANDÃO, 2012; CANO, 2007; SANTOS 2008 [1993]).

Parte considerável desse enorme sistema técnico foi abandonado, durante o século XX, devido às alterações no modo de produção capitalista e às irracionalidades que implantam nos países periféricos tornando nossos territórios esquizofrênicos. Afinal, a eleição do modal rodoviário como o principal a ser utilizado num país de dimensões continentais expõe as fraturas desse sistema quando implantado nas suas periferias. Como escreve M. Santos (2013 [1994], p. 107) "outro elemento importante para entender os atuais sistemas técnicos é que eles exigem cada vez mais uma unidade de comando. De uma multiplicidade de instalações e uma pluralidade de comandos, encaminhamo-nos para o comando único". É justamente a unificação desse comando que impulsionou e pressionou a mudança do modal viário no território brasileiro. Trata-se de uma importante rugosidade que expõe as alterações do modo de produção, assim como, suas irracionalidades.

A retomada desse objeto dando-lhe um novo uso tem sido possível apenas por meio do acúmulo de conhecimento técnico e de saber ancestral, posto que, junto com o novo uso, institui-se uma nova força, a força da autoestima que a capacidade de saber fazer fomenta. E mais, esse saber fazer também amplia a valorização da cultura do lugar, enraíza a unidade básica da vida social, porque só se sabe fazer porque se aprendeu de outros que lhe ensinaram o saber fazer.

Não é fácil, devido aos meus limites como redatora, transmitir o orgulho que transparece em Abençoado quando ele me mostra sua capacidade de domínio da técnica, conhecimento que lhe permite transformar um objeto abandonado há décadas numa casa com tudo o que se pode ver na foto 3.9 (p. 254) já apresentada. Se pode ver o mesmo sentimento de poder nos olhos do filho da Ju quando ele e Platinir, juntos, constroem um fogão à lenha na mais recente ocupação de área rural que estão participando desde fevereiro de 2020. Pode-se ver esse velho-novo objeto na foto 3.10.

Foto 3.10 – Velha técnica no novo fogão a lenha

Fonte: acervo pessoal liderança (2020)

Sagaz, escreve Milton Santos:

> O espaço aparece como um substrato que acolhe o novo mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila, que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar. Os velhos cimentos tornam-se novos cimentos: línguas, religiões, culturas, modos de contemplar a Natureza, o Universo, modos de se ver e de ver os outros. (...). A *técnica* entra aqui como um traço-de-união, histórica e epistemologicamente (SANTOS, 2013 [1994], p. 34 e 39).

Devido ao problema dos alagamentos a área da comunidade foi aterrada com mais de duzentos caminhões de entulhos elevando-se de um metro e meio (1,5 m) a cinco metros o nível que tinha quando as lideranças chegaram ao local. Nas palavras de um dos líderes "Não tem nem um caminhãozinho, nem uma pedrinha de entulho, doado ou mesmo vendido pela prefeitura!" Boa parte desses entulhos provêm de vagões de trem abandonados que estavam na área e foram transformados em pequenos pedaços de ferro, para serem utilizados como entulho, através do aluguel de máquinas que fazem a moagem do ferro. Aqui, novamente, ocorre um novo uso dado a um objeto agido, herdado. Vagões que se transformam em material de aterro para auxiliar a sobrevivência, a reprodução da vida e a construção da cidade.

As casas construídas em cima de entulhos constituem um alto risco devido à instabilidade que gera no solo que dará base à construção, e as lideranças sabem disso... mais um dentre outros inúmeros riscos que se somam em seus cotidianos e no da população pobre, negra e parda brasileira. É possível ver na foto 3.11 momentos de aterramento da área.

Foto 3.11 – Aterramento com entulhos da Cidade de Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Página do Facebook Cidade Locomotiva (2018)

Para transformar os vagões em pequenos pedaços que sirvam como entulho, assim como para abrir as ruas e instalar o sistema de saneamento básico, as lideranças juntam dinheiro com as e os moradores (a chamada "vaquinha") e também utilizam o pagamento de associados da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL), que é opcional. Além disso, é possível ainda fazer acordos com lojas que alugam o maquinário necessário para essas atividades. Lembremos que esse também é um dos trabalhos destinados para a população de baixa renda no país, assim, o conhecimento sobre como utilizar essas máquinas, onde consegui-las e como negociar seus aluguéis faz parte do cotidiano desses lugares e, a nosso ver, compõem a força das mulheres e dos homens que neles vivem.

A instalação dessas infraestruturas coletivas, ou seja, que não são feitas para cada casa, exige trabalho coletivo. Podemos ver na foto 3.12 um desses momentos para a construção de uma ponte com o uso dos trilhos de trem como base que, depois, é finalizada com madeira. Uma vez mais, novos usos dados a objetos herdados. A ponte sendo mais um velho-novo objeto que ultrapassa qualquer tentativa de datação.

Foto 3.12 – Construção de ponte de população da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Página do Facebook Cidade Locomotiva (2018)

É possível observar nas fotos, também, a participação das mulheres em algumas dessas atividades que seriam consideradas, devido a construção social de gênero, como masculinas. São os tensionamentos das formas sociais ocasionados pelo cotidiano do lugar, trataremos disso no próximo subcapítulo.

A área da Cidade Locomotiva já possui, além do sistema de energia elétrica e distribuição de água implantados e em funcionamento, o sistema de saneamento básico todo instalado. Porém, para conectá-lo ao restante do sistema municipal, que é a única maneira para que funcione, é preciso desligar/cortar a ferrovia por um curto período para realização das obras necessárias para essa conexão. Entretanto, a empresa de transporte VLI até hoje não permitiu oficialmente esse corte impedindo o funcionamento do sistema sanitário. O curto período de tempo necessário para a ligação desse sistema é compreendido e sentido como um considerável prejuízo financeiro por parte da empresa. Enquanto para as pessoas que podem passar anos sem ter acesso à rede sanitária formal, ainda que seja necessário uma interrupção da ferrovia que dure alguns dias para que esse acesso seja feito lhes faz compreender e sentir esse intervalo de suspensão do funcionamento da ferrovia como um curto período de tempo. Embora construídos lado-a-lado, população e empresa vivenciam temporalidades diferentes (SANTOS, 2000; 2013 [1994]). Quem deveria mediar essas diferentes interpretações seria o poder público que, se calculasse o gasto anual com doenças ocasionadas pela ausência de saneamento básico, compreenderia que se trata de um pequeno período de tempo com grandes ganhos para quem mais lhe deveria interessar, a população local. Tem-se nessa suposta encruzilhada uma dicotomia entre o cálculo econômico de um lado e o princípio de solidariedade de outro, trata-se de uma suposta encruzilha pois ela própria é criada pelos novos paradigmas do governo empresarial que transfere aos “cidadãos” a “liberdade” da competitividade e que, no fim, o que realmente faz é atualizar a modernidade capitalista através de uma racionalidade neoliberal.

> En realidad se instituye um acto de juicio, que depende de critérios éticos y políticos, por una medida de eficiencia a la que se supone una neutralidad ideológica. De este modo se tienden a ocultar las finalidades propias de cada institución en provecho de una norma contable idéntica, como si no tuviera cada una de dichas instituciones valores constitutivos que le son propios (LAVAL & DARDOT, 2013, p. 317).

Essa ligação, entre o sistema sanitário implantado pela população com o restante da cidade, só pode ser feita de maneira formal, ou seja, pelo órgão local responsável pela obra (Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas). Não fosse por isso, esse problema já teria sido solucionado pelos moradores e moradoras. Enquanto isso, eles e elas constroem suas próprias fossas sépticas para a destinação do esgoto de suas residências. Pode-se ver na foto 3.13 (da esquerda) uma das estratégias elaboradas por um líder que utilizou uma geladeira para esse fim. Na imagem à direita se vê o sistema sanitário coletivo já implantado pela população.

Foto 3.13 – Fossa séptica individual e sistema de esgoto sanitário coletivo na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Página do Facebook e acervo pessoal (2019)

Difícil analisar a foto à esquerda. Ao mesmo tempo que é surpreendente a "viração", a criatividade, a capacidade de dar novos usos aos objetos, a arte do fazer, sobressalta-se também o nível de precariedade. Quanto tempo um recurso desse pode ser usado sem causar problemas socioambientais? Agora imaginemos a diversidade de objetos utilizados pelas outras 370 casas que tiveram que instalar suas próprias fossas. Se é que todas instalaram ou apenas despejam seus esgotos diretamente no canal pluvial que alaga constantemente[149].

[149] Recordemos a porcentagem das nossas cidades que se constituíram a partir de núcleos de autoconstrução e que também tiveram que recorrer a esses recursos, ou a essa extrema escassez de recursos, para sobreviver e construir seus cotidianos. Não é necessário imaginar, em notícia do portal da internet G1, do dia 14/02/2019, constata-se que "Quase 90% dos poços artesianos do Brasil são clandestinos, aponta estudo. (...). Segundo os dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, de 2016, cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada, e mais de 100 milhões [praticamente metade da população do país] não têm coleta dos esgotos". Já havíamos apresentado esses dados quando explicamos porque não utilizamos o termo planejamento sanitarista no começo dessa tese. Não parece excesso repetir um dado tão alarmante.

O nome disso é sobrevivência, tecnologias da sobrevivência, os sobrenomes são diversos: urbanização corporativa, neoliberalismo, modernização capitalista, genocídio indireto da população pobre e negra brasileira, produção do ciclo de feminização da pobreza, globalização perversa, entre muitos outros.

Analisaremos ainda dentre os extensores urbanos da comunidade Cidade Locomotiva um rico processo de reimplantação da rede de distribuição de água, porém isso será feito no terceiro item desse capítulo. Antes disso, descreveremos a implantação das tecnologias da sobrevivência na comunidade Menino Chorão.

Comunidade Menino Chorão (Campinas/SP)

Conhecemos a comunidade Menino Chorão três anos após sua implantação, em agosto de 2013, de modo que não foi possível acompanhar os momentos específicos em que ocorreram as instalações dos extensores urbanos, o que reduz o detalhamento da análise.

Segundo nos relatou Dona Carmen, as instalações iniciais foram feitas segundo o conhecimento que cada mulher participante da ocupação possuía. Logo que chegaram na área, em 2010, utilizaram água de bicas que havia na região do Jardim Campo Belo. Em alguns meses, instalaram um pequeno sistema de distribuição de água construído com a união de todas as mulheres que viviam na ocupação, porém ele não cobria a área toda. Em 2012, foram instalados dois hidrômetros pela prefeitura que eram divididos entre as famílias e a ligação clandestina de água foi cancelada. Após um ano, em meados de 2013, foram instalados mais cinco hidrômetros. A ocupação conta até hoje com esses sete equipamentos para suprir suas 381 casas. Uma média de 54 famílias para cada relógio.

A instalação clandestina de energia elétrica, os chamados "gatos"[150], foi realizada por uma moradora que fez a conexão com o sistema já implantado no bairro Jardim Fernanda que fica aos fundos da área da Menino Chorão. Apenas no ano passado, em 2019, foi inserido o sistema formal de energia após mais de nove anos do início da ocupação, a Companhia de Habitação de Campinas instalou o sistema formal. Hoje, cada casa tem seu relógio.

E por fim, o acesso à internet era feito por meio de pacote de dados dos *smartphones*. Entretanto, no primeiro semestre de 2019, uma empresa, que a líder não soube identificar o nome, entrou em contato com a comunidade oferecendo o serviço de instalação de internet via

[150] "O "gato" é um termo popular usual para se referir ao "consumo" de energia elétrica através de desvios do fluxo de energia para o uso particular ilegal. A prática do "gato", contudo, é de certa forma complexa, pois está sujeita a diversos fatores (ZANOTELLI, 2013, p. 15 *apud* MESTRE, 2015, p. 44).

rádio. As casas que optaram pela instalação pagam um valor de R$ 75 ao mês, há casas que compartilham esse gasto e o acesso à rede de internet.

Mais uma vez o "reino da competitividade" do raciocínio neoliberal, atualização do sistema capitalista, mostra a que veio. Uma população de baixíssima renda que tem constantemente dificuldade de alimentar a própria família paga esse valor altíssimo (equivalente a 7,2% do salário mínimo) por um direito que, ademais, se constitui por meio das infraestruturas intensamente "difundida" pela racionalidade capitalista: as tecnologias da informação e comunicação (TICs). Onde está a globalização? Milton Santos explica: essa é a globalização! "O mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa" (SANTOS, 2000, p. 27).

Na sequência analisaremos justamente essas infraestruturas para comunicação e informação e seus usos em ambas ocupações.

Imbricações entre comunicação e informação: a densidade comunicacional

O alargamento do processo de globalização, a partir de 1990, está atrelado ao adensamento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2013 [1994]) em pontos privilegiados do território. Impulsionado pela acumulação flexível (HARVEY, 1992) tem como elemento central o permanente aprimoramento das tecnologias de comunicação e informação, ou seja, a aceleração dos fluxos informacionais. Segundo M. Santos (2000), o acesso às tecnologias do período (como é o caso dos computadores, dos transmissores de onda de rádio, das antenas etc) é um fator indispensável de ser considerado por permitir novos usos dados a essas técnicas. O autor ressalta que "o computador, símbolo das técnicas da informação, reclama capitais fixos relativamente pequenos, enquanto seu uso é mais exigente de inteligência (...) e torna-se possível sua adaptação aos mais diversos meios" (idem, p. 164).

No contexto atual da urbanização brasileira é possível distinguir a existência de círculos de informações destinadas à produção e de círculos de informações banais, associadas ao cotidiano; ambas informações são em larga medida manipuladas por grandes empresas, porém, a segunda é menos restrita e se capilariza no território (SILVA, 2001). Nesse universo de informações banais podemos, por exemplo, destacar a produção e a veiculação de notícias, monopolizadas por grandes grupos de comunicação e associadas ao consumo e à indústria cultural. São informações hierárquicas que atingem verticalmente os lugares e, por isso, conforme Santos (2000), seriam informações descendentes. Mas, entre as informações banais também se destaca uma pluralidade de meios e agentes (antigos e novos) que organizam

informações políticas, econômicas, culturais, ao lazer, entre outras, mais destinadas à construção da cidadania, à produção de um sentido político-cultural (idem). Tratar-se-iam de dinamismos mais arraigados ao lugar, ao dilema da sobrevivência, da resistência e da reprodução e constituiriam informações ascendentes. Esses círculos de informação se misturam, trazem novos conteúdos ao espaço geográfico, tornado campo de conflitos entre forças descendentes e ascendentes (SILVA, 2012).

Devemos ainda considerar que tais círculos conformam *densidades comunicacionais, técnicas e informacionais*. A primeira intimamente ligada ao lugar, à comunicação e ao cotidiano. Segundo Milton Santos, a densidade comunicacional resulta do "tempo conflitual da co-presença" (SANTOS, 2017 [1996], p. 205), onde sobressaem as relações de proximidade devido ao trabalho comum no lugar que "precisa e cria informação sobre a população e o mercado" (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 93), essas informações prescindem do conhecimento do lugar e são difundidas neste mesmo lugar, logo, permitem o descobrimento de interesses comuns entre os moradores. A densidade técnica faz referência ao grau de artificialidade do lugar devido à capacidade de responder às racionalidades capitalistas carregado pela técnica, e também à possibilidade de novos usos dados aos objetos técnicos através das contra-racionalidades. Por sua vez, a densidade informacional se refere ao grau de exterioridade do lugar, isto é, quanto e como o mundo chega aos diversos espaços urbanos através das redes de telecomunicação e dos objetos informacionais mobilizados. Entendemos que as densidades técnicas, informacionais e comunicacionais se dão nos lugares em diferentes graus de intensidade, constituindo historicidades singulares que auxiliam na compreensão da dinâmica urbana contemporânea (RIBEIRO, 2013).

A produção da informação envolve a dimensão do conhecimento técnico e a dimensão da política e, assim também o é, para a construção cotidiana da parcela da cidade tomada pelos pobres que, apesar de sua grande dimensão, é consideravelmente invisibilizada e silenciada nos grandes meios de comunicação. Diante da violência da globalização neoliberal, um saber local, urbano, produtor de um discurso sobre o cotidiano, se (re)organiza. Seria um *saber do lugar* (SANTOS, 1999a; RIBEIRO, 2004) em oposição ao *saber dos experts* (SANTOS, 1999a).

Apresentamos um exemplo de informação ascendente que dinamiza o saber do lugar na figura 3.1 na sequência. São dois informativos produzidos e distribuídos pelo Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR), movimento que luta pela moradia digna, do qual tratamos na primeira parte dessa tese. Apresentamos esses materiais completos nos anexos.

Figura 3.1 – Informativos do Movimento Livre Nova Ribeirão (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: acervo pessoal (2018)

Os informativos do MLNR, expostos na figura 3.1, foram elaborados nos meses de abril e maio de 2017 e, dentre outras temáticas, dão informações sobre o processo de aquisição do financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades e sobre os conteúdos das reuniões no Conselho Municipal de Moradia Popular. Além disso, há algumas propagandas, que financiam a publicação do informativo, e divulgação de canais para interessados/as em participar do movimento. Esses informativos são distribuídos nas reuniões no poder público das

quais o movimento participa e na sua sede. Além desse meio, o MLNR possui também um *blog* (www.movimentolivrenr.blogspot.com) no qual constam informações sobre a luta pela moradia da cidade como um todo.

Como escreve Adriana Bernardes da Silva (2005, p. 04)

> Há um desafio político, que vislumbramos na passagem do período técnico-científico-informacional ao período popular: produzir informações geograficamente orgânicas e democratizá-las, dando potência à comunicação dos homens lentos (aqueles que vivem no lugar e não apenas circulam); tornarmo-nos sujeitos mais engajados na construção dos lugares em que vivemos.

Visualizamos nessas produções locais, que veiculam informações que interessam ao lugar e dinamizam a política dos de baixo, um canal de difusão da racionalidade alternativa gestada pelos agentes que produzem esses materiais por meio da vida de relações que estabelecem. Logo, há nesses materiais propostas, ideias e aconteceres que vão além de quem os produz podendo dinamizar um saber do lugar.

Armand Mattelard (2005) explica que para informar no período atual é necessário, em grande medida, a instalação das tecnologias da informação, ou seja, de canais que permitam a transmissão da informação, sem a obrigatoriedade da existência de laços em comum entre os indivíduos, tendo sua difusão passível de ser controlada pela racionalidade seletiva da modernização capitalista. Características intrínsecas ao círculo de informação descendentes e limitadoras ao ascendente. Assim, nossa análise das ocupações urbanas considera a instalação das tecnologias necessárias à chegada da informação que são, também, essenciais à sobrevivência. Afinal comunicar e informar é uma necessidade básica da vida de relações.

Na Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP) há acesso à internet em toda a área via rádio[151] e sua instalação foi feita pela empresa Ribernet[152]. É a única infraestrutura que não foi construída pela própria população, demonstrando o considerável grau de controle desse serviço informacional-comunicacional, e para utilizá-la as famílias pagaram pela instalação e depois mensalmente pelo acesso. A empresa instala a antena que apresentamos na foto 3.14 e através

[151] É um meio consideravelmente precário de acessar a rede de internet, pois a velocidade é reduzida e a comunicação é instável, posto que a transmissão é feita através do espectro eletromagnético, meio que permite muitas interferências. É por esse espectro que é realizada a transmissão de rádio no Brasil, até o momento, por isso é considerada como internet via rádio. Enquanto o acesso via banda larga, principal maneira de acesso das áreas luminosas, utiliza as fibras óticas para a conexão com o meio virtual as quais oferecem maior velocidade e qualidade do que a conexão via rádio.

[152] A empresa de nome social "Ribernet Internet Banda Larga" se instalou em Ribeirão Preto no ano de 2007 e exerce suas atividades também na cidade de Pirassununga. Os serviços oferecidos pela empresa são de instalação e manutenção de tecnologias que permitem a acessibilidade a internet para residências e empresas. https://www.riber.net.br/quem-somos.php - Acessado em 01/03/2020

dela é possível realizar o acesso. Na fotografia apresentamos a antena do vagão social, sede da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL), que é paga pela Associação e para usufruto necessários a ela.

Foto 3.14 – Antenas para acessar internet via rádio

Fonte: acervo pessoal (2018)

Como nos lembra M. Santos (2009 [1990], p. 53), "nos lugares onde os habitantes das favelas e ocupações puderam se organizar politicamente o processo de expulsão não ocorreu ou se deu de forma lenta". Essa organização política se baseia em vários elementos, dentre os quais a *capacidade de comunicação e informação da população*, o que ocorre, majoritariamente, com os trabalhos das lideranças que, dentre outras funções, elaboram planejamentos e distribuem informações, principalmente, quando se instituem como Associações de Moradores do Bairro como é o caso da AMCL.

É importante lembrar que para a produção dos comprovantes de residência, de cartazes, panfletos e outros materiais, que as associações produzem e distribuem, faz-se necessário que as lideranças tenham acesso à tecnologia: computadores, impressoras, cartuchos, caixas de som, carros etc. Com tais objetos eles produzem esses diversos materiais de divulgação das lutas, ações e conquistas dos bairros, como boletins, panfletos, entre outros. Além disso, elaboram, protocolam e armazenam documentos com pedidos para a região e seus moradores, ações possíveis apenas devido ao conhecimento prévio que as lideranças possuem sobre os complexos mecanismos burocráticos das instituições públicas somados ao acesso à tecnologia o que pode ser feito de maneira alternativa mesclando novos e velhos objetos. Há aqui mais tecnologias da sobrevivência que produzem e difundem *círculos de informações ascendentes* (SANTOS, 2014 [1987]; 2000; RIZZATTI & SILVA, 2017; RIZZATTI, 2014).

Retornando às comunidades, na Menino Chorão (Campinas/SP), o chamado sinal da internet tem qualidade reduzida devido à proximidade com o Aeroporto Internacional de Viracopos que, por sua abrangência, altera a estabilidade dos sistemas 4G/5G[153]. Embora a Cidade Locomotiva também esteja próxima de um aeroporto este é de menor envergadura, não comportando nem o fluxo regional, que é orientado para o Aeroporto Estadual Professor Eribelto Manoel Reino instalado na cidade de São José do Rio de Preto, e influenciando menos na acessibilidade ao meio virtual.

Nota-se que para o acesso à internet não é necessário um trabalho coletivo, a solução tende a ser individual/domiciliar ainda que algumas casas compartilhem as mesmas antenas e dividam as mensalidades entre si em ambas ocupações. Sem embargo, a possibilidade e a capacidade da população pobre de instalar e utilizar esses objetos técnicos é um dos indícios para a constituição do Período Popular da História, o qual teria como um de seus fundamentos a ampla capacidade de comunicação e informação possibilitada por esse sistema técnico (SANTOS, 2000; SILVA, 2005).

Além disso, percebe-se a reduzida possibilidade de serem fomentados novos usos que permitam o acesso à internet. Dentre todas as tecnologias da sobrevivência que descrevemos, essa é a única que só se tornou acessível através da sua implantação a partir de agentes externos ao lugar, ou seja, com o oferecimento desses serviços por empresas especializadas. Ocorre o que Mestre (2015, p. 41) chamou de "pseudo liberdade" ao analisar o controle aprimorado pelas empresas que implantam o sistema formal de energia elétrica. Esse aprimoramento se deve ao aumento da dificuldade, por parte da população, de fazer gambiarras no sistema.

Na Cidade Locomotiva há apenas uma casa que oferece um serviço próximo ao de *lan house*[154], porém com apenas um computador e uma impressora não chega a ser uma *lan house*. A AMCL também possui uma impressora e um computador na sede social apenas para fins da associação, não oferecem esse serviço ao restante da população. Na Menino Chorão não há essa estrutura na associação que funciona na casa da Dona Carmen. Além disso, o fato de a líder não ser alfabetizada faz com que ela busque moradores que tenham computador em casa quando

[153] Trata-se da quarta e quinta gerações (4G e 5G) de tecnologia para o acesso à internet através de objetos móveis (telefone e computador). A primeira foi via rádio criada na década de 1980, nos Estados Unidos; a segunda, desenvolvida na década de 1990, ocorreu quando os celulares e outros operadores móveis começaram a utilizar essas tecnologias; e a terceira, quarta e quinta são as tecnologias que permitem acessar a internet através de um pequeno conector, que é acoplado ao celular ou ao computador. Essa conexão é feita via instalações de antenas das empresas de comunicação móvel próximas as áreas onde serão realizados os acessos.

[154] *Lan houses*, que pode ser traduzido como "casa rede", são estabelecimentos comerciais nos quais o serviço comercializado é o acesso ao computador e à rede de internet.

precisa utilizá-lo. Outra opção são também as diversas *lan houses* existentes nos bairros do Jardim Campo Belo em Campinas (RIZZATTI, 2014).

Na maioria das casas não há computadores pessoais nos dois lugares. Apenas no caso das associações esse equipamento mantém sua importância para elaborar e arquivar documentos, cartazes, fotos etc. Com o ingresso dos *smartphones*, que são mais baratos e mais fáceis de serem adquiridos, vem reduzindo a necessidade dos computadores pessoais e, assim, amplia-se a acessibilidade às tecnologias do período por parte da população pobre. É uma constatação importante de se fazer no período atual[155].

Caminhar-se-ia, mais um passo, em direção ao Período Popular da História, entretanto não é assim tão simples. Acessar as tecnologias da informação e comunicação é um elemento da forma, específico da tecnosfera. Faz-se necessário uma análise das intenções, dos usos, da psicosfera que estão sendo fomentados e possibilitados pela ampliação desse acesso. Como escreve Cristiano Nunes Alves (2010, p. 07)

> Da comunicação entre os indivíduos, acreditamos emergir formas de pensar e agir no território a partir de um projeto alternativo à racionalidade hegemônica. A informação e a comunicação têm capacidade de ordenação social, (...) ou seja, são entes de fundamental importância no contexto urbano contemporâneo. Daí a nossa inquietude para compreender o papel das densidades informacionais-comunicacionais no lugar, bem como as possibilidades da comunicação no período em curso.

Milton Santos faz a seguinte tipologia sobre a produção e distribuição da informação e da comunicação:

> A informação é privilégio do aparelho do Estado e dos grupos econômicos hegemônicos, constituindo uma estrutura piramidal. No topo, ficam os que podem captar as informações, orientá-las a um centro coletor, que as seleciona, organiza e redistribui em função do seu interesse próprio. Para os demais não há, praticamente, caminho de ida e volta. São apenas receptores, sobretudo os menos capazes de decifrar os sinais e os códigos com que a mídia trabalha (SANTOS, 2014 [1987], p. 127).

De acordo com Maria Eduarda Gonçalvez (1994), "o conceito de informação pressupõe um estado de consciência sobre fatos ou dados", ou seja, a partir do dado ou fato bruto constrói-se um entendimento do mesmo. Nesse sentido, Marcelo Lopes de Souza (2006, p. 228) afirma que "é importante ressaltar a necessidade de saber lidar com a informação, dando-lhe um

[155] Em reportagem do portal da internet G1, do dia 06/04/2016, constata-se que "Smartphone passa PC [*Personal Computer*] e vira aparelho n° 1 para acessar internet no Brasil: Celular está em 80% das casas e PC, em 76,6%; dado do IBGE é de 2014. Pnad mostra que, pela 1ª. vez, internet chega a 50% das casas". http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/smartphone-passa-pc-e-vira-aparelho-n-1-para-acessar-internet-no-brasil.html - Acessada em 12/08/2019

sentido, uma finalidade (...). Daí a importância de valorizar aquele que aprende a usar a informação, pois esta ajuda na organização dos saberes, permite identificar falhas". Ou seja, facilitar o acesso aos canais de comunicação e informação não significa, automaticamente, acessar informação de qualidade ou mesmo compreender a informação. Assim como, ampliar os canais de comunicação não quer dizer fomentar os projetos alternativos à racionalidade capitalista. Adentraremos um pouco esses elementos, porém sem a intenção de extenuá-los. Para isso, exporemos as estratégias de acesso e produção da informação e comunicação utilizados pelas respectivas associações de moradores e lideranças dos lugares estudados.

A AMCL faz uso constante da sua página de Facebook, chamada "Cidade Locomotiva", para divulgar as atividades que acontecem na ocupação, assim como, os problemas que vivem ali: alagamentos, atividades de luta, festas, doações, visitas de políticos etc. Há mais de três mil fotos postadas na página que é consideravelmente ativa, havendo postagens algumas vezes por semana. Todas essas postagens são feitas pela única líder mulher, Jucilene, que se responsabiliza pelas atividades de arquivamento dos registros e dos documentos da ocupação. Como trataremos no próximo subcapítulo há uma constante reprodução na divisão das tarefas necessárias à luta sob os ditames da construção social de gênero (SCOTT, 1989; SAFFIOTI, 2015 [2004]). Como é possível notar, diversas imagens utilizadas neste estudo foram retiradas dessa página de Facebook.

Além disso, as lideranças da AMCL participam com certa constância de programas de televisão na mídia local para contar sobre suas lutas e sobre a comunidade. Quando ocorrem os alagamentos têm facilidade de noticiar nesses canais, aumentando a quantidade de ajuda que recebem e a pressão sobre o poder público local para oferecer algum tipo de auxílio. Assim, estabelecer contato com esses canais locais de informação é de grande importância para o cotidiano do lugar. Em meio aos enormes problemas agravados pela pandemia causada pela nova doença, Covid-19, essa estratégia está sendo essencial para que a comunidade receba algumas cestas básicas e materiais de higiene.

A nosso ver, esse é um elemento de destaque na especificidade desses lugares. A capacidade da AMCL de comunicação e informação para além da área e das pessoas que vivem na ocupação é uma das grandes forças para manterem-se no local, logo, também para manterem o lugar, seus vínculos, suas horizontalidades, sua unidade básica de vida social. Explica Milton Santos que:

> Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, cuja fusão os caracteriza e distingue. Essas qualidades se interpenetram, mas não se confundem. (...). As

> relações informacionais são verticais; as relações comunicacionais são horizontais. As relações informacionais podem ser
> "indiferentes" em relação ao meio social ambiente. As relações comunicacionais são uma resultante do meio social ambiente. As primeiras são mais dependentes da tecnoesfera e pscioesfera. Isso não quer dizer que tecnoesfera e psicoesfera não interajam; estamos, apenas, exercendo um exagero do discurso analítico (SANTOS, 2013 [1994], p. 160 e 161).

Essa proposta do autor aponta a um entendimento da comunicação que coaduna com a de Muniz Sodré (1999, p. 11) quando escreve que "diz-se comunicação quando se quer fazer referência à ação de pôr em comum tudo aquilo que, social, política ou existencialmente, não deve permanecer isolado". A comunicação, de acordo com Claude Raffestin (1993), acontece por meios interpessoais e informais, considerados meios de grande valor, por serem capazes de criar novos conteúdos no espaço geográfico, dificilmente controlados. Enquanto para M. Santos (2017 [1996]) comunicar é o ato de colocar em comum e, para tanto, se faz necessário que os indivíduos compartilhem experiências, vivam cotidianos parecidos, logo, para o autor, a comunicação necessita de um território contíguo criando, assim, a densidade comunicacional.

A AMCL possui um grupo no aplicativo de celulares *Whatsapp* nomeado "Cidade Locomotiva" que utiliza para divulgar importantes informações da própria comunidade e da cidade; atividades da União dos Movimentos de Moradia (UMM) no Estado de São Paulo; assim como, para divulgar a participação das lideranças em ações políticas em Ribeirão Preto, no Estado, no país ou até mesmo fora dele[156]; e, mais do que isso, o principal uso do grupo é para auxiliar no cotidiano do lugar compondo sua unidade básica de vida social. Nos parece que o uso desse meio de informação-comunicação constitui, também, a densidade comunicacional do lugar.

Participam desse grupo pessoas que já tiveram contato com os líderes, com destaque para Jucilene que é a única responsável por acrescentar novos membros, não que seja a única administradora, todas as lideranças que compõem a direção da AMCL são, porém, no período que acompanhamos o grupo, ela foi a única a se responsabilizar por essa atividade. Além de mim, há outras professoras universitárias da área de arquitetura-urbanismo da cidade, entre outros profissionais, que participam de diversas maneiras na luta local, regional e nacional pela moradia que fazem parte do grupo. Também participa a população de outras comunidades da UMM existentes na cidade ou que sejam próximas aos líderes da Cidade Locomotiva. Nesse momento que escrevo há aproximadamente duzentas pessoas no grupo e, dentre elas, dez são

[156] Nos dias 2, 3 e 4 de maio de 2019 a líder Jucilene participou da Conferência Internacional do Proyecto Enlace del Caño Martín Peña com edição intitulada "Recuperación, titularidade y desplazamientos: reflexiones desde la gestión comunitária" em Porto Rico.

administradoras. Nestas estão: um importante líder da UMM em escala estadual, que não tem muito conhecimento da Cidade Locomotiva em si; líderes que estão desde o começo na ocupação; e novas lideranças que vem se juntando às antigas, considerados por estes como coordenadores ou pessoal de apoio. Porém esses números se alteram constantemente, muitas pessoas saem, muitas são incluídas, alguns moradores ou moradoras são excluídas pelos administradores em momento de conflito acirrado, ou saem por conta própria, e assim por diante. Há uma dinâmica intensa.

O grupo possui uma riqueza de conteúdos para análise. Há um conflito constante nele para que seja respeitada sua função, assim, os membros mais ativos tentam controlar as temáticas dos conteúdos veiculados. Aquelas que são consideradas apropriadas poderiam ser definidas como: a comunicação entre as lideranças e a coordenação com a população da ocupação especificamente para as questões ao redor da luta por moradia em âmbito local, estadual e nacional; divulgação de vagas de emprego, cursos técnicos, oportunidades ao redor de opções de trabalho ou de qualificação da mão-de-obra; informações sobre saúde, educação e lazer em âmbito municipal (campanhas de vacinação, vagas disponíveis, suspenção de atividades etc.); e para tratar dos inúmeros eventos geográficos e gestos-fios que tecem o cotidiano do lugar, porém atentando-se para uma linha tênue, ultrapassada algumas vezes, porém dificilmente esquecida, entre assuntos de caráter pessoal e privado ou de caráter público e comunitário. No próximo subcapítulo analisaremos um evento geográfico que nos permitirá aprofundar um pouco essa separação que se propõe dicotômica que, na verdade, é bastante imbricada.

Para manter esse controle dos conteúdos veiculados os e as participantes são acompanhadas a todo momento, sendo rapidamente criticados quando saem do escopo temático definido, por nós, como "assuntos de interesse da comunidade e da luta por moradia". Tentando delimitar um pouco os conteúdos "indevidos" poderíamos fazer a seguinte discriminação: aleatórios (bom dia, boa tarde, boa semana etc); inapropriados (sexual, linguagem inapropriada, incentivo de consumo de bebida alcóolica ou outras drogas legais ou ilegais etc.); religiosos (especificamente mensagens com conteúdo religioso, é permitida a divulgação de cultos que acontecerão no local); vendas de produtos e oferecimento de serviços remunerados (embora para este último haja certa tolerância, devido aos serviços que podem ser compreendidos como de interesse da comunidade, por exemplo, transporte individual de pessoas e mercadorias). Para vendas de produtos e outros serviços foi feito um grupo separado que não é administrado pelas lideranças e do qual não fizemos parte.

Esse controle dos conteúdos veiculados se justifica na necessidade de aprimorar a comunicação entre lideranças e moradores, posto que muitas informações importantes eram perdidas com a chegada de centenas de mensagens ao dia. Além disso, a reduzida capacidade de memória dos *smartphones* dificultavam a manutenção e qualidade da comunicação. Assim, as pessoas que estão no grupo e que participam ativamente dele, que não são todas, estabeleceram essas delimitações num período de intenso conflito devido a ocorrência contínua de alagamentos concomitantes a sérios problemas com a distribuição de água, entre o final de 2018 e o começo de 2019. Durante a ocorrência desse evento, em apenas três dias, mais de setecentas mensagens foram veiculadas através desse canal de comunicação. A delimitação dos conteúdos e sua vigilância[157] é fomentada pelas lideranças, mas não é possível que mantenham esse controle se outras moradoras (e alguns moradores) não ajudem. Entretanto, há uma constante cobrança por parte destas para que os e as líderes tomem alguma atitude de repreensão quando são desrespeitadas as temáticas definidas como apropriadas.

Uma dessas atitudes de repreensão para inibir os conteúdos indevidos é o bloqueio de todos os membros do grupo de enviar mensagem, ficando permitido apenas aos administradores. Entretanto, a intensa vida de relações do lugar impede que esse bloqueio se mantenha por mais do que algumas horas. Ou seja, para além da organização da luta por moradia, é administrado a partir do grupo: a distribuição de doações, a realização do cadastro da associação e seu pagamento, organização de atividades para a comunidade (culturais, de saúde, de grupos de apoio etc.), problemas internos com distribuição e manutenção das redes de água e energia, a entrada da polícia ou de políticos na área, entre diversas outras ações organizativas. Além da constante necessidade de manutenção do cotidiano do lugar buscando reduzir as possibilidades de confronto através de algumas diretrizes para a unidade básica da vida social, por exemplo: recriminando roubos dentro da área, recomendando que não se acumule indevidamente resíduos, orientando a redução do excesso de barulho no período noturno, para saber se a comunidade está alagando (quando está chovendo), para saber de animais ou documentos perdidos (e encontrados) etc. Esse veículo de comunicação e informação permite visualizar as ondulações da tessitura do tecido social do lugar, e não só do local, posto que muitas vezes são veiculadas informações provindas e sobre outras parcelas da cidade que também tecem o cotidiano do lugar. As regras locais, não-ditas e ditas, são captáveis,

[157] O que estamos chamando de vigilância é o envio de mensagens pelo próprio grupo dizendo que não é permitida a veiculação dos respectivos conteúdos e que o mesmo já foi explicado diversas vezes. Via de regra, após isso ser feito as pessoas que enviaram o conteúdo indevido o apagam e, algumas vezes, pedem desculpa. Mas também ocorre de haver um conflito ao redor das diferentes compreensões sobre quais são os conteúdos devidos e quais são os indevidos.

os limites entre o público e o privado são constantemente redefinidos, os conflitos, confrontos, parcerias e solidariedades se mesclam inúmeras vezes.

Um elemento que nos chamou atenção nessa divisão entre o que pode ou não ser veiculado se deu ao redor de um caso de violência doméstica. Pelo período que acompanhamos o grupo houve apenas um evento no qual uma mulher pediu ajuda por meio do grupo (em mensagens de áudio) pois seu companheiro a estava ameaçando de expulsá-la da casa e de agredi-la. Era possível inclusive ouvi-lo nos áudios enviados. As primeiras mensagens de retorno a essa denúncia foram questionando a finalidade do grupo: "agora virou grupo de denúncia?" Mas o maior número delas se deu no âmbito da separação entre assuntos de âmbito privado ou público. Ou seja, como o grupo era especificamente para tratar de assuntos referentes ao espaço público tal denúncia por esse meio era inapropriada. Por fim, um dos líderes se dirigiu à casa, conversou com o casal e informou através do grupo que a situação havia "se acalmado" e que esperava que agora pudessem ter "um pouco de paz" **no grupo**.

Provavelmente, se esse evento tivesse ocorrido na comunidade Menino Chorão as ações seriam outras. Devido a compreensão das desigualdades de gênero que Dona Carmen possui e que foi dinamizado por um trabalho organizativo com outras mulheres da comunidade que lhe apoiam, respaldam e somam nessa luta, há maior possibilidade de enfrentamento da reprodução dessa desigualdade. Trata-se das singularidades dos lugares pela indissociabilidade entre relações sociais e configuração territorial. Ou seja, entre a história de vida das pessoas que tecem o cotidiano do lugar e a estruturação e uso dados aos sistemas técnicos constituem-se as heterogeneidades tão ricas dos lugares e, por isso, se justifica novamente a necessidade de estudá-las com profundidade. Seguiremos analisando essas singularidades no decorrer da tese.

Outro elemento importante dos aplicativos para *smartphone* enquanto canal de comunicação-informação é o recurso que possui de gravar as falas e enviá-las sem necessitar de um aparelho nem de uma rede de internet de alta qualidade. Em questionários aplicados nas casas foi possível delimitar que aproximadamente 70% da população é alfabetizada, porém em diferentes níveis de alfabetização[158]. Há inclusive líderes que não são alfabetizados. Esse recurso permite, assim, que mesmo essas pessoas se informem e se comuniquem através desse aplicativo.

[158] Esse questionário foi aplicado devido às oficinas de interpretação e elaboração de textos realizadas pela pesquisadora como parte da proposta de trabalho de campo que fazemos na conclusão dessa tese. Trata-se de um tipo de pesquisa-ação. A aplicação de questionários sociais ou socioeconômicos não são utilizados por nós como uma metodologia investigativa devido a intensa dinâmica característica das ocupações de terras urbanas.

Na comunidade Menino Chorão a principal líder, Dona Carmen, também não é alfabetizada e essa se mostra como uma importante especificidade do lugar. Devido a essa limitação não há página do Facebook, nem nenhum sítio virtual sobre a comunidade. Nesse caso, o elemento que diferencia essa ocupação é a reduzida quantidade de líderes na Menino Chorão, pois com um número maior ampliar-se-ia a probabilidade de que alguns deles tivessem melhor domínio da escrita na língua portuguesa. Apesar disso, segundo nos relatou Dona Carmen, foi criado um grupo da comunidade, no início de 2019, do qual fazem parte dezenove moradoras. E elas estavam se organizando para criar um outro grupo para veicular, especificamente, temáticas ao redor de oportunidades de emprego. Nota-se como a organização é necessária até para montar um grupo de comunicação por aplicativo de *smartphone* desvelando, novamente, como para a instalação de uma rede de distribuição de energia e água exige-se ainda mais organização. Tratar esses processos de elaboração e implantação das tecnologias da sobrevivência de maneira banal, devido à difusão que elas possuem nas cidades brasileiras, é um desperdício investigativo para a compreensão da dimensão do lugar na dinâmica do cotidiano.

Devido a essa especificidade da Menino Chorão, a principal estratégia de divulgação de informação sobre o que ocorre nela, que é acionada por Dona Carmen, é a proximidade com alguns vereadores municipais voltados para as causas da moradia digna, além do contato com grupos que lutam em diferentes frentes pelos direitos humanos na cidade, com destaque para aqueles que trabalham com os matizes resultantes das desigualdades de gênero. O contato com esses grupos e pessoas lhe possibilita divulgar informações da comunidade, algumas vezes, até na mídia local. Inclusive, a divulgação do pacto contra a violência doméstica teve considerável impacto ao ser divulgado pelo principal jornal local da região de Campinas, o Correio Popular. Analisaremos esses elementos no próximo capítulo.

A estratégia de participação dos Conselhos Municipais incentivada e instruída pela União dos Movimentos de Moradia, como uma diretriz geral, se mostra eficiente pois amplia a capacidade de difusão das ocupações, assim como, acumula força por parte dos e das lideranças ao serem conhecidas pelos gestores e servidores públicos. Entretanto, para realizar essa estratégia há considerável necessidade de alfabetização, ainda que não seja um elemento obrigatório, devido a ampla quantidade de informação transmitida por meio das apresentações e documentos elaborados pelo poder público para balizar essas reuniões.

Dessa maneira, a implantação e uso das novas tecnologias da informação e ocupação nessas periferias urbanas (reduzindo seus fatores de opacidade e adensando o meio técnico-científico-informacional) com destaque para o aplicativo *Whatsapp*, possível através dos

smartphones (tecnologias da informação), aponta para a possibilidade de comunicação à distância e que não exige o recurso da escrita. Em comparação às outras tecnologias que permitiam a comunicação (carta, telefone e *e-mail*) há importantes alterações tanto na difusão delas no território quanto na acessibilidade, ambas parecem ampliar-se.

Com base nisso, pode ser interessante a flexibilização da distinção entre comunicação e informação. Essa distinção muitas vezes é feita devido à intermediação da técnica que caracterizada uma ação de informação, e sua ausência, ou seja, quando a troca de conteúdos ocorre através do contato quente, indicando para uma ação de comunicação como entendido por Milton Santos (2017 [1996]), Ana Clara Torres Ribeiro (2013 [2005], 2005), Muniz Sodré (1999), Claude Raffestin (1993), entre outros.

Essa flexibilização que sugerimos através de uma maior imbricação entre comunicação e informação exige cuidado, pois a comunicação não só estaria mediada pela técnica como também por uma megacorporação dos meios de comunicação e informação, como é o caso do *Whatsapp*, empresa pertencente ao grupo conhecido pelo nome social de *Facebook*. Devido a isso, o uso de canais vendidos por essas empresas para comunicar-se amplia a capacidade de controle por parte desses agentes dos vetores da modernização, assim como, aumenta a dependência deles para fornecerem elementos básicos da vida de relações, como é o caso da comunicação. Essa dependência amplia o poder econômico e político desses agentes da modernização devido ao acúmulo dos dados pessoais, importante mercadoria do momento atual, que são cada vez mais e melhor armazenados por essas redes sociais ampliando o poder do capital-informacional (BOLAÑO & VIEIRA, 2014; DANTAS, 2002). Como sintetiza Raphael Silva (2019, p. 22)

> Hoje a internet se impõe como uma rede de informação tendencialmente essencial para a comunicação pessoal, bem como para as ações da indústria cultural, das instituições públicas e dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, parte significativa dessa essencialidade (...) não é exatamente em seu caráter descentralizado ou de seu potencial como plataforma para livre circulação de informações. Não por acaso, o que verdadeiramente se expande no mundo, em conjunto com a conectividade à internet, é o domínio sobre a produção e a circulação de informações exercido por um grupo seleto de corporações globais [como Google e Facebook].

Assim, a luta pelo direito à informação e à comunicação se faz premente no período atual. Constituir redes de internet, aplicativos e páginas virtuais que não sejam controlados pelas megacorporações pode ser uma importante tentativa não só de resistir ao sistema capitalista, como também de aprimorar o uso desse meio como genuínas estratégias de comunicação

através dos novos objetos técnicos, da tecnologia da sobrevivência[159]. Não nos parece interessante o fomento à redução do uso da tecnologia para comunicação e informação, mas sim a redução do controle desses meios, e do conteúdo que veiculam, pelas grandes empresas[160].

Um fato notável sobre a importância de criar e fomentar a comunicação feita através de objetos técnicos porém tendo o controle destes, é o cuidado tomado pelas lideranças das ocupações quando tratam de temas com alto potencial de confronto com o poder público. Decisões sobre momentos e formas para ocupar órgãos públicos ou fixos de transporte, por exemplo, não costumam ser tomadas através dos grupos de *Whatsapp*. Embora isso não seja uma regra. A tendência que vislumbramos é a criação de grupos menores, nesse mesmo aplicativo, com a participação de pessoas consideradas de mais confiança. Pode-se compreender, assim, que há uma interessante busca de refazer a comunicação direta, quente, que segue valorizada, porém cada vez mais necessária de ser mediada por objetos técnicos. Assim como, nos permite diferenciar os eventos geográficos dos gestos-fios, posto que, se há necessidade de alterar o canal de comunicação-informação para planejar uma ação não se trata, então, de uma ação espontânea. Esse não é o único elemento que diferencia um do outro, mas um indício para diferenciá-los.

A nosso ver, todas as estratégias que descrevemos nesse capítulo, a partir da análise do cotidiano dos lugares, se instituem no âmbito da comunicação e da informação, sendo poucos os momentos que há uma cisão nítida entre ambas. Seriam, assim, estratégias talvez mais próximas à informação o uso da página do *Facebook* e o contato com as mídias locais, enquanto as mais próximas da órbita da comunicação se dão no uso dos grupos de *Whatsapp*. Com isso, consideramos que as novas tecnologias da informação e comunicação podem ampliar a imbricação entre comunicação e informação e alterar o entendimento da comunicação enquanto um compartilhamento que se dá através de relações contiguas territorialmente e sem a mediação da técnica.

---

[159] Essas modernidades alternativas já estão sendo desenvolvidas. Como apresentado na reportagem intitulada "Internet das pessoas: como excluídos digitais brasileiros cansaram de esperar e criaram a própria rede", publicada no dia 14/08/2019. Trata-se de interessantes iniciativas no interior do país de criação e implantação de redes de internet alternativas através de mesclas entre tecnologias e sistemas formais e informais, assim como, de objetos novos e velhos.
https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/uma-internet-para-chamar-de-nossa/#tematico-3 Acessado em 29/08/2019

[160] O Ejército Zapatista de Libertación Nacional (EZLN) é um interessante exemplo de como o uso da internet como um canal de informação e comunicação é essencial para a organização das lutas sociais e na concepção de contra-racionalidades. Recomenda-se o acesso à sua página virtual e a leitura dos ricos, sagazes e complexos informes elaboradoras pelos, pelas e peloas (maneira que o movimento se refere às pessoas transsexuais) diversos membros dessa organização.
https://enlacezapatista.ezln.org.mx/ - Acessado em 09/08/2019

Nota-se como é necessária uma considerável contiguidade, não territorial, mas cotidiana para que se possa participar do grupo de *Whatsapp*. Seria, como já apontamos, essa contiguidade do cotidiano que delimitaria flexivelmente as fronteiras do lugar. Afinal, não participarão dos grupos de comunicação pessoas que nunca tiveram contato com os e as líderes ou moradores do local. Por esse caminho talvez, teríamos alguma delimitação do lugar que se expande até os locais onde estão todas essas pessoas que compõem a comunicação através desses grupos. Enquanto a página do *Facebook* parece manter a intermediação da técnica, sem a necessidade do compartilhamento do cotidiano, pois não se exige que se conheça a área ou os moradores dela, nem mesmo seus líderes, para que se possa seguir sua respectiva página. Embora seja difícil que pessoas que nunca tiveram conhecimento de sua existência a acessem isso não o impossibilitaria, como ocorre para acessar os grupos de comunicação via *Whatsapp*. Assim, nos parece que as novas tecnologias da informação e da comunicação exigem a constante revisão das bases teóricas, como não poderia ser diferente. Afinal, a teoria deve ser revista a partir da campo empírico.

É nos interstícios da tentativa de diferenciar a comunicação da informação que reside a importância desses meios que as mesclam cada vez mais, pois através do grupo de *Whatsapp* é possível aproximar à muitas famílias o cotidiano da luta por moradia que ocorre no país. É visível em algumas falas veiculadas por esse meio como surpreende alguns moradores e moradoras das próprias comunidades que as lideranças participem de marchas em Brasília ou em São Paulo como parte da luta. Dessa maneira, essa fato ou dado chegaria então, segundo Maria Eduarda Gonçalvez (1994), como uma informação, porém a sua decodificação como um elemento contíguo aos seus cotidianos, o cotidiano da população que não tem acesso à moradia digna no país, só é possível por existir a co-presença, ainda que mediada pelo *smartphone* que também possibilita a partilha da contiguidade da luta pelo país afora, a comunhão cotidiana. Como escreve Milton Santos:

> Em todos os casos, a informação joga um papel parecido àquele que, no passado remoto, era destinado à energia. Antigamente, sobretudo antes da existência humana, o que reunia as diferentes porções de um território era a energia, oriunda dos próprios processos naturais. Ao longo da história é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território (SANTOS, 2014 [2005], p. 140).

O que é mais facilmente encaixável nessa separação analítica entre comunicação e informação é o recurso à mídia local como estratégia de divulgação dos problemas enfrentados na Cidade Locomotiva e na Menino Chorão, assim como em muitas outras periferias urbanas.

Para esses meios se leva uma realidade que não faz parte do cotidiano de uma considerável parcela da população ribeirão-pretana e campineira como um fato, um dado que, ainda que possa atingir a consciência dessa população e sua empatia, não as conecta com os cotidianos veiculados, não compõem suas contiguidades de vida nem mesmo territorial. Ainda que compartilhem algumas parcelas das cidades, não se veem uns aos outros nelas, com maior ênfase para a população de renda econômica alta que dificilmente compreende que a pessoa (quase sempre uma mulher) que limpa suas casas e abre o portão de entrada do prédio onde moram, vive em um desses lugares mostrados na televisão e teve, na madrugada passada, toda a sua casa alagada, passando a noite em claro, e todo o dia sem saber direito para onde irá voltar ao fim da jornada de trabalho, em que estado estará a casa para a qual regressará ao final do expediente para fazer o jantar e dar banho nas crianças, muitas vezes sem a ajuda de mais ninguém. Assim, a mídia local se apresenta como um meio informacional com reduzida potencialidade de comunicação ainda que veicule uma informação ascendente, posto que esta provem do lugar.

Enquanto a participação dos Conselhos Municipais volta a imbricar comunicação e informação, assim como os círculos de informação. Há uma informação verticalizada, as informações descendentes, transmitidas pelos servidores públicos através de uma relação com pouca mediação técnica. Ao mesmo tempo que há uma troca de comunicação e informação entre os e as líderes que levam dados e acontecimentos dos lugares aos servidores, dinamizando um círculo de informação ascendente. Ambos trocam constantemente informação e comunicação de maneira imbricada.

Assim como, *Facebook* e *Whatsapp* também permeiam essa separação. A nosso ver, compõem as densidades comunicacionais, mas o *Whatsapp*, por exigir um maior compartilhamento do cotidiano e maior proximidade entre as pessoas que participam do mesmo grupo, pode ter um peso comunicacional mais amplo. Enquanto o *Facebook* se demonstrou como uma importante plataforma para o arquivamento e divulgação de informações. A líder Jucilene, da Cidade Locomotiva, nos relata que sua primeira função quando começou a participar da luta pela moradia, ainda em outra ocupação, era tirar fotos das atividades e guardá-las, pois aprendeu com companheiros mais antigos que essas fotos são documentos de grande valor para comprovar a duração temporal e as ações realizadas na luta pelo lugar. Sempre que há problemas com seu celular ou computador, ambos de baixa qualidade constantemente com problema, ela se preocupa em não perder as mais de três mil fotos que têm armazenadas porque sabe que aí reside uma das esperanças de conquistar vitórias. Devido a isso, a possibilidade de armazená-las na página do *Facebook* é de grande importância para ela.

Não obstante, esses três meios de veiculação de informação e comunicação (mídia local, aplicativo e página na internet) são gerados, administrados e controlados pelas corporações midiáticas que estão diretamente relacionadas com a manutenção do processo de urbanização corporativa e interseccionalizada e com o aprofundamento da globalização da economia. Assim, o desenvolvimento de meios de informação e comunicação fora do controle das grandes empresas é essencial para a constituição de um Período Popular da História e para a ampliação das racionalidades alternativas justamente por meio de uma modernidade alternativa.

3.3 Técnica como modo de fazer: uma narrativa em torno da rede de distribuição de água (Cidade Locomotiva)

Buscamos nesse subcapítulo evidenciar a materialidade como ente intrínseco às relações sociais constituindo-as e sendo constituída por elas. Milton Santos escreve

> Hoje, sabemos que (...) [a] revolta tem de se dar contra as relações sociais inegalitárias que esses objetos permitem. O que se impõe é conhecer bem a anatomia desses objetos e daquilo que eles, juntos, formam: o espaço. É pelo entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano que poderemos, talvez, contribuir para a necessária teorização da relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, que é um componente fundamental do espaço, uma estrutura de controle da ação, um limite ou um convite à ação (SANTOS, 2013 [1994], p. 103).

Propomos, assim, compreender as relações sociais como um acúmulo de formas sociais, ou seja, como parte do meio técnico, e vice-versa, o que permite a complexização da análise sobre a instalação e manutenção dos extensores urbanos, apenas e quando são feitos pela própria população que os utilizará. Como escreve María Laura Silveira (1999, p. 26):

> (...) [as] contradições desenvolvem-se sobre heranças materiais e heranças organizacionais (que são também normativas), funcionando graças a formas técnicas e sociais. A situação [geográfica] é um cenário para as novas formas de produção e de vida, para as novas ações e para a implantação de novos objetos, respondendo a novas racionalidades, a novas intencionalidades, a novos futuros. Ela é feita de tempos que serão formas, condicionando, então, os eventos e acolhendo possibilidades.

Estamos interpretando o adjetivo "novo" não apenas para inovações tecnológicas, mas também para o novo que a cada dia se constitui com a existência humana. Assim, a implantação ou reimplantação de tecnologias da sobrevivência traz novos conteúdos ao território usado porque, como nos fala M. Santos, a chegada de qualquer objeto ao espaço altera todo o território (2017 [1996]). Não é possível analisar os objetos fora de seu entorno, assim como não é possível um sistema de objetos sem um sistema de ação e neste estão incluídas as relações sociais de

poder. Ou, como preferimos nomear neste trabalho, a configuração territorial e as relações sociais estão intrínseca e constantemente relacionando-se e constituindo-se mutuamente.

Para fazer essa análise retomaremos um "longo" episódio ocorrido na Cidade Locomotiva que, por ser mais recente que a Menino Chorão, lida com maior constância com situações (no sentido de eventos geográficos) que envolvem relações sociais e sistemas técnicos.

Como descrevemos no item anterior, o processo de instalação das tecnologias da sobrevivência exige, majoritariamente, trabalho coletivo. Porém, chegar a esse coletivo não é um caminho fácil e linear como pode parecer muitas vezes. É necessário acionar diversas estratégias.

Ao que nos parece, através dos relatos obtidos nos trabalhos de campo, pois não tivemos a oportunidade de acompanhar uma ocupação desde o seu início, quando o que há no local é o enorme matagal resultante de anos dos terrenos sem cumprir a função social da cidade, as famílias que chegam na área devem ajudar nas tarefas de capinar e limpar o terreno, abrir as ruas, separar os lotes, conectar a energia, organizar a estratégia de aquisição de água (descobrir qual bica ou fonte de água limpa há próxima onde encherão baldes para uso individual/familiar, ou se há recurso hídrico que permita a instalação de mangueiras para levar a água até um ponto da área de onde as famílias irão buscá-las[161]). Todos e todas precisam se unir. Não há outra opção.

Na foto 3.15 visualiza-se como era a área da Cidade Locomotiva no início da ocupação. Como é possível ver, na primeira foto à esquerda estão os vagões que são, hoje, utilizados como moradia e todo o restante do terreno coberto por mato onde agora estão construídas a maioria das casas da ocupação. Para quem conhece a área é visível, também, a elevação do terreno que não possui mais o desnível que consta na fotografia devido ao aterramento que fizeram para reduzir os problemas causados pelos alagamentos. Na imagem à direita, vemos os primeiros barracos instalados na área; embaixo à esquerda, estão duas mulheres capinando seus próprios terrenos; e à direita embaixo se vê a área após um dos primeiros alagamentos.

[161] Também há as relações de afetos ao redor dessas escolhas como maestralmente narrado por Conceição Evaristo na sua obra literária Becos da Memória (2017) da qual apresentamos um trecho na epígrafe dessa tese. Nele a autora narra os conteúdos afetivos por trás da escolha de qual torneira a personagem opta para encher os baldes de água diariamente segundo seu "estado de ânimo". As relações afetivas são importantes elementos para compreender o cotidiano dos lugares, constantemente rotas são redesenhadas devido a recordações, memórias e sentimentos (com destaque para o medo) que se queira, ou não, estimular.

Foto 3.15 – Área da Cidade Locomotiva no início da ocupação – 2014 (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Página Facebook Cidade Locomotiva (2019)

Porém, a partir de um certo momento da construção do lugar, resumiríamos quando já há minimamente acesso à água e à energia elétrica e as casas tenham seus primeiros cômodos construídos, começa o processo de negociação entre associação, ou lideranças, e moradores e moradoras para dar continuidade à construção e manter o grau de união alcançados. Lembremos que uma vez instalados esses sistemas básicos a manutenção deles precisa ser constante devido à baixa qualidade dos materiais utilizados, e mesmo da instalação. Por isso, a união é uma constante no cotidiano desses lugares o que vai se tornando um desafio, e fonte de conflitos, para mantê-la. É importante considerar, também, que união não quer dizer ausência de conflito, ao contrário, se refere mais à mediação deles que à sua ausência. Essa constatação é importante para reduzir a visão harmoniosa que muitas pesquisas sobre a pobreza urbana dinamizam.

Segundo as lideranças da AMCL o valor cobrado com a chegada de uma nova família teoricamente seria uma parte do que foi gasto na construção desses elementos básicos. Diz-se teoricamente porque muitas famílias e indivíduos quando chegam depois do momento inicial da ocupação, quando já foi construído essa estrutura básica, não buscam as lideranças e se buscam não é obrigatório o pagamento, pois é uma sugestão feita pelos líderes e que é motivo de diversos conflitos. Algumas famílias não concordam em pagar, outras acham que o pagamento deveria ser obrigatório, outras alegam não saber da necessidade de pagamento, entre outros motivos.

Os conflitos intrínsecos a essas uniões necessárias para a manutenção da vida são fontes de tensionamento das próprias relações sociais de poder, por meio deles se podem instituir momentos nos quais essas relações se alteram ainda que de maneira efêmera. Uma efemeridade que, no entanto, ocorre muitas vezes gerando um acúmulo de experiência social (RIBEIRO, 2005) que permite vislumbrar "outros mundo possíveis" (EZLN) em gestação nesses lugares.

A análise que propomos fazer nesse subcapítulo, que nos permite esses vislumbres, é de um evento geográfico (a reimplantação da rede de distribuição de água) que tem um período de duração. Nessa duração, entre a retirada do sistema anterior e a instalação do novo, ocorrem diversos gestos-fios que vão possibilitando, ou dificultando, a ação planejada que é o evento geográfico.

Diferenciamos eventos geográficos de gestos-fios devido a importância dos aconteceres do lugar que "elaborados pela ação espontânea, ou seja, pela ação não planejada ou apenas singelamente concebida, são portadores dos valores compartilhados por um determinado povo, etnia, camada social ou grupo" (RIBEIRO, 2005, p. 417), como Ana Clara define os gestos-fios. Enquanto os eventos geográficos são ações que resultam de um tipo de planejamento. Não se trata do planejamento estatal ou econômico (MONTEIRO, 2007), mas são ações que precisam ser pensadas e calculadas previamente a sua efetivação. Ressaltamos, entretanto, que se trata de uma diferenciação e não uma separação total. Como no evento geográfico que analisamos nesse subcapítulo, há um conjunto de gestos-fios que levam à realização do evento. Essa imbricação entre gestos-fios e eventos geográficos é a "arte de resolver a vida" que tece o cotidiano do lugar, o cotidiano praticado (SILVA, 2014a). Como sintetiza Henri Lefebvre (1980, p. 250) "o quotidiano possui o privilégio de arcar com o fardo mais pesado. Se o poder ocupa o espaço que gera, o quotidiano é solo sobre que se erigem as grandes arquiteturas da política e da sociedade". É que poderemos observar no episódio que analisaremos pormenorizadamente.

O evento geográfico sobre o qual dos debruçamos tem início com a retirada de parte da rede de distribuição de água que, embora já tivesse sido implantado em toda a Cidade Locomotiva, foi proposto pelas lideranças após acordo com a prefeitura. Essa retirada da distribuição de água de uma parte da ocupação tinha a intenção de que o DAERP (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto) o implantasse de maneira formal e regular com a instalação dos hidrômetros nas casas, podendo assim iniciar o pagamento desse serviço.

Para o processo de regularização fundiária de uma área ocupada irregularmente pela população de baixa renda é exigida a comprovação de pagamento de serviços públicos no intuito de comprovar o tempo que estão ali, por isso a proposta das lideranças. A nosso ver, a

exigência dessa comprovação tem o intuito de indicar ao poder público que há intenção das famílias de pagar pela moradia, comprovando, na verdade, que estão vivendo em situação irregular porque não conseguem pagá-la no mercado imobiliário formal (coadunado pelo Estado). Não esqueçamos que condomínios e loteamentos fechados também eram, majoritariamente, irregulares (embora inseridos nesse mercado formal) até a implantação da nova lei nacional de regularização fundiária, em 2017, que tratamos no segundo capítulo. E deles não é exigido esse tipo de comprovação de intenção de pagamento, nem de tempo de permanência no local. Há uma lógica perversa, inerente à lógica da propriedade privada, que exige da população pobre constantemente comprovar que vive em condições de irregularidade por falta de escolha. Comprovação esta que não é exigida para o conjunto da população rica que também vive em situação irregular.

Para que a AMCL acordasse com a população essa estratégia de retirada da rede de água a proposta foi debatida por alguns dias através do grupo do *Whatsapp* e também em reuniões presenciais. O principal argumento utilizado foi o da facilitação do processo de regularização que é o norte seguido pela associação para definir as estratégias de luta.

Ao fim, decidiu-se pela retirada de parte do sistema em agosto de 2018, porém até fevereiro de 2019 não havia sido feita a devida instalação do novo sistema pelo DAERP. Durante todo esse período, a população localizada na área de onde removeu-se a distribuição de água teve que recorrer aos caminhões-pipas que, segundo o acordado com o órgão responsável, viriam duas vezes por dia (teoricamente em horários fixos, que seriam às dez horas da manhã e às quinze horas) levando, ao todo, dezoito litros de água (um caminhão de doze litros no começo do dia e um de seis litros no final). Porém, inúmeras vezes o caminhão-pipa não foi e a população chegou a ficar três dias seguidos sem receber água.

Os conflitos ocorridos durante todo esse período foram inúmeros: moradores e moradoras especulavam que o caminhão tinha passado em uma rua, mas não em outra; ou que algumas pessoas enchiam suas caixas mais do que deviam e acabava a água dos caminhões (o órgão não disponibilizava mais água do que os dezoito litros diários); ou que as lideranças não faziam os seus trabalhos de ligar para pedir o caminhão de água e eram responsáveis pela decisão de retirar o sistema que já estava instalado; ou se especulava sobre alguma família que estava desperdiçando água ou fazendo mal uso da água. Frases como “eu vi ontem a tarde fulana jogando fora toda a água da caixa” foram recorrentes. Enfim, expõe-se a inexistência da suposta dicotomia existente entre o espaço público e o espaço privado.

Como explica Susan Okin (2008) trata-se, na verdade, de uma separação (nunca dicotômica posto que possuem diversas imbricações) entre espaço público e espaço doméstico.

Afinal, há inúmeras questões relativas, por exemplo, à família (que pertenceria somente ao espaço privado numa visão dicotômica) que ocorrem e/ou necessitam da esfera pública (que costuma ser definida como a do Estado e, ao mesmo tempo, como o que ocorre fora do espaço doméstico) ignorando a "natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, consequentemente, uma parte central das desigualdades de gênero" (OKIN, 2008, p. 307).

As próprias ocupações de terras urbanas, por si, atravessam as fronteiras do público e do doméstico. Para solucionar problemas doméstico como acesso à água e energia elétrica, entre inúmeros outros, é necessário colocá-los no âmbito público para que possam ser solucionados. Assim, mais do que alterar a definição de um e outro consideramos pensá-los de maneira relacional, ou seja, são os usos dados ao espaço que os definiriam e esta definição não pode propor-se imutável nem excludente.

O evento geográfico que analisamos nesse subcapítulo imbrica o público e o doméstico todo o tempo. A falta de água vivida no que seriam os espaços domésticos, que sobrecarregam os trabalhos reprodutivos, tendencialmente sobrecarregando as mulheres, precisava ser resolvida através do Estado e/ou da ação coletiva organizada da população do lugar. Seja para a instalação do novo sistema de distribuição de água, seja para o envio dos caminhões-pipa.

Assim como, ultrapassa os limites domésticos vividos por uma família, pois necessitam que outras famílias adentrem suas "propriedades" para encher as caixas d'água quando não há alguém da própria casa que possa fazê-lo. Esse âmbito do espaço doméstico, inclusive, os funcionários do DAERP nitidamente não ultrapassavam pois, outra situação conflitante nesse período era a necessidade de ajuda física para encher as caixas d'água, pois o DAERP não disponibilizou um funcionário especificamente para isso alegando, justamente, que não podia se responsabilizar em adentrar os terrenos das famílias. Então, a comunidade era responsável por adquirir, guardar e utilizar grandes e pesadas mangueiras para levar a água do caminhão-pipa até as caixas d'água.

E para fazer essa tarefa eram solicitadas forças masculinas dos adolescentes e jovens, majoritariamente os filhos das famílias monoparentais com chefes mulheres, ou dos poucos homens adultos dispostos a ajudar afora aqueles que faziam parte da AMCL. Reproduzindo as características fomentadas pela construção social de gênero (SCOTT, 1989). Como explica a autora (1989, p. 26), "frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explicita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino". Como veremos a frente, essa compreensão generalizada se altera no cotidiano do lugar.

Além disso, a falta de regularidade do horário dos caminhões-pipas dificultava a organização. Muitos domicílios nos quais os e as chefes estavam no trabalho quando o caminhão chegava tinham que contar com o apoio da AMCL e de outras famílias, muitas vezes seus vizinhos diretos, para que tivessem suas caixas enchidas. Se não desse certo de fazer esse acordo, essas chefes chegavam em suas residências no período da noite, depois de um longo dia de trabalho, e de mais algumas horas incômodas no transporte público, e não tinham água para tomar e dar banho, nem para fazer e servir o jantar para toda a família. Necessitavam, assim, contar com a ajuda de alguém para conseguir baldes de água para tais fins. Os áudios de mães pedindo-os com crianças chorando ao fundo aconteceram inúmeras vezes. São pessoas que passaram o dia recolhendo os resíduos sólidos das residências pela cidade, limpando suas ruas, limpando os *shopping centers* e quando, finalmente, chegam em suas casas estão sem água e sem previsão de quando a terão. Como fala Ermínia Maricato o sistema capitalista quer que as e os trabalhadores desapareçam quando termina o horário de trabalho[162].

Embora os conflitos sejam constantes, não foram notados dias em que alguma família tenha ficado sem nenhum tipo de ajuda da população ao seu redor. Mas não podemos romantizar essa situação. As pessoas lhes ofereciam algum balde de água ou as casas que não eram atingidas pela falta d'água ofereciam suas torneiras para atender às famílias que precisavam. Mas isso é o limite da sobrevivência. Nos parece difícil, e em certa medida prejudicial, considerar que uma mãe nessa situação que recebe um balde de água conta com uma rede de apoio que realmente reduz o peso de seu cotidiano. Ainda que permita a sobrevivência familiar. E fazemos esse adendo aqui com o intuito de não romantizar. Todos e todas estão passando dificuldades e cobrar uma enorme disposição de solidariedade é ingênuo e cruel; há solidariedade, sem dúvida, mas o que deveria haver, para além disso, era cidadania e direito ao território e não podemos reduzir o peso disso supervalorizando as relações solidárias. Não obstante, não fossem essas pequenas inúmeras solidariedades esses lugares não existiriam.

Ocorreram brigas que duraram dias seguidos no grupo de *whatsapp* e com a chegada das chuvas em dezembro, que além de causar os alagamentos impediam a entrada dos caminhões-pipas pela possibilidade de atolar, vieram também as altas temperaturas do verão brasileiro. Acirraram-se os conflitos (encaminhar-se-ão soluções e se alcançarão vitórias).

As mães ansiavam pela água para poder reduzir minimamente o incômodo delas e das crianças e, em meio a muitos áudios tristes, também apareciam algumas fotos de pessoas tentando entrar nas suas geladeiras, de risadas do que chamamos popularmente de "rir das

[162] Reflexão emitida em aulas que assistimos da professora-pesquisadora lecionadas no Instituto de Economia da Unicamp em 2012, entre outras palestras.

desgraças" ou de "rir para não chorar". As poesias dos lugares! E o poder público local em férias! Era então aclamada a ajuda divina e que "se Deus quisesse" esses caminhões iam chegar, "bota na mão de Deus que esses caminhões chegam", "Deus sabe da nossa luta pra poder ter um pouco de água no meio de todo esse calor, meu Deus", e assim por diante. Nota-se aqui como as instituições religiosas se instituem nas brechas, grandes brechas, intencionais do poder público. Afinal, no território da riqueza não falta água por mais de algumas horas[163] o que também ocorre raramente devido às obras de manutenção. Como apontam estudos sobre a ampliação da presença das igrejas neopentecostais nas periferias urbanas brasileiras a sensação de abandono pelos poderes públicos e pela igreja católica são importantes motivadores ao ingresso, ou conversão, dessa população para esses segmentos religiosos (MATOS, 2007). Retornaremos a essa questão no próximo capítulo.

Obviamente, as mulheres eram as principais mediadoras dos conflitos, afinal, se elas são diretamente sobrecarregadas pela falta d'água são elas também que vão estalar os conflitos em busca de uma solução. Não obstante, também eram as principais organizadoras da dinâmica de distribuição da água definindo as rotas que fariam os caminhões em cada dia de modo que, se não fosse suficiente para todas as famílias a quantidade de água, não fossem sempre as mesmas que ficassem sem o recurso. Embora essas rotas não fossem tão bem definidas nem se alteravam tanto, eram de grande importância. Costumeiramente a população da rua 2 e 3 tinha mais problemas para receber água do que a da rua 1 que se localiza mais próxima da entrada da ocupação. Assim, eram as mulheres atentas ao momento de chegada do caminhão quem indicava a rota que deveria ser feita. Não havia um planejamento por parte do DAERP como, a nosso ver, deveria ocorrer.

Enquanto isso, no grupo do aplicativo e em reuniões presenciais no vagão social (sede da associação), eram levantadas as opções de que a população voltasse a abrir valas nas ruas para implantar o sistema informal novamente. Consideraram, também, pagar o aluguel das máquinas para ajudar a abrir os buracos, porém era necessário comprar os canos para distribuir a água e não haveria dinheiro suficiente. Um dos líderes esteve constantemente ajudando na organização dos caminhões, tanto ligando no DAERP todos os dias durante esses meses, quanto recebendo o caminhão-pipa e tentando entrar em contato com as famílias através do *Whatsapp*

[163] No período de estiagem nos verões de 2014 e 2015 essa constatação foi alarmante. As notícias da mídia local apontando a ausência de água durante dias no território da pobreza eram constantes. Enquanto nos bairros de alta renda as notícias reclamando da falta d'água relatava períodos bem menores sem acesso aos recursos. Há um exemplo na notícia intitulada "Falta d'água castiga população de sete bairros em Ribeirão Preto" do dia 20/10/2015 no sítio virtual Cidade On.
https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,2,2,1110529,Falta+dagua+castiga+populacao+de+seis+bairros+em+Ribeirao+Preto.aspx – Acessado em 09/08/2018

para que todas fossem atendidas. Porém, notamos uma considerável ausência das lideranças para organizar esse processo.

A nosso ver, são muitas as tarefas necessárias na manutenção de uma ocupação. Entre participar das reuniões com o poder público local, buscar ajuda quando ocorriam os alagamentos, cuidar dos seus problemas pessoais/familiares, somado ao cansaço que vem da realização de todas essas atividades juntas, para quem vive no mesmo lugar que essas pessoas e também está sem acesso a água. Nesse período, a líder Jucilene contraiu dengue o que nos pareceu desestruturar a possibilidade de uma atitude mais efetiva por parte da AMCL. E, como ela se relaciona com outro importante líder da comunidade, seu adoecimento reduziu ainda mais a capacidade de organização. Nota-se como a manutenção desses lugares é uma demanda que exige constante acúmulo de saberes e conhecimentos, além de muita força física.

Assim, ainda em dezembro de 2018, duas moradoras se dispuseram a fazer uma "vaquinha" para comprar os canos, porém explicaram que, se elas iam fazer a atividade de organizar e juntar o dinheiro, seria função dos homens se organizarem para abrir as valas para a implantação dos mesmos. Em uma tarde conseguiram juntar os R$ 400 necessários para a compra do encanamento, entretanto a abertura das valas não foi realizada e começou-se a questionar, através do grupo no aplicativo, para onde tinha ido o dinheiro juntado. Especulou-se, inclusive, que elas tinham gasto com coisas pessoais, pois as tinham visto chegando na comunidade com "sacola de mercado". As duas mulheres que organizaram a "vaquinha" se sentiram diretamente ofendidas e devolveram todo o dinheiro recolhido família por família. E o que estava próximo a ser resolvido voltou à estaca zero.

Passadas mais algumas semanas, ainda com longas ondas de calor assolando a cidade e chuvas torrenciais causando alagamento no local, se acirraram novamente os conflitos. Apresentamos no quadro 3.2 a fala de uma moradora (Elza) responsável por ajudar a fazer a "vaquinha" para a compra dos canos enviada em formato de áudio no grupo do aplicativo:

Quadro 3.2 – Fala de moradora da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

ELZA
No começo, eu mais a Soraia fomos para rua, conversamos com os morador, gente aqui da rua 1 colaboraram sim com os dez reais que era pra pagar os canos, tem gente da rua 2 também, duas pessoas da rua 2 que colaboraram que viram a nossa luta. Só que tipo assim, quando passou quinze dias começaram a jogar piada, falando que a gente tava passando com a sacola do mercado com o dinheiro deles. Só que não, a gente provou que a gente não gastou o dinheiro de ninguém, que a gente saiu devolvendo cada dez reais que a gente tinha pegado. Mas aí, tipo assim, um quer, dois quer, três quer, quatro quer, mas fica aí todo mundo de bracinho cruzado olhando pra nossa cara, aí desse jeito não dá né. **Porque se for pra cavar, nois tamos aqui, nois somos muié, a gente cava essa porra também, entendeu, desculpa da palavra, só que se as muié caí na luta pra cavar, pra puxar cano e os homi fica tomando cerveja aí fica difícil né, aí fica difícil. Vamos ver como é que vai ficar essa situação. Porque falar é fácil, quero ver fazer. Eu quero ver é lutar, arregaçar a manga e ir pra luta.** Vamos arregaçar as mangas e vamos arregaçar essas ruas aqui, com picarete no sol quente o dia inteiro. **Vamos ver se nóis tem coragem ou não tem, a gente mostra que a gente tem sangue na veia ou não tem.**

Fonte: grupo de *Whatsapp* Cidade Locomotiva (dezembro/2018)

Como analisamos essa fala? As desigualdades das relações de gênero se escancaram e podíamos expor algumas dezenas de outras falar com o mesmo potencial. A essência da "mulher universal" a que tanto se recorre ainda, e no governo atual do país podemos dizer a que se recorre ainda mais[164], é dilacerada por essa fala. Há um nítido enfrentamento ao que Tereza de Laurentis (1987) define como tecnologias de gênero, que é a naturalização dos corpos gendrados[165]. Ou seja, a naturalização de que o corpo da mulher é naturalmente frágil e o do homem naturalmente forte.

Elza é mãe monoparental ("mãe solteira" ou "mãe solo" como têm reivindicado alguns movimentos feministas), tem quatro crianças, está constantemente atenta ao que se passa na comunidade. E, toda vez que pode, participa das ações de luta da AMCL, sempre que o acúmulo de funções de ser mulher, chefe de domicílio monoparental, pobre e negra lhe permite. Associar o corpo dessa mulher, que construiu sua casa (com a ajuda de amigos, amigas e familiares, o que aponta a co-presença e a densidade comunicacional necessárias para a manutenção desse círculo de relações e para a dinamização dessa solidariedade), constrói o lugar, cuida de quatro filhas/os, participa ativamente da luta, a uma imaginário frágil é uma importante demonstração da iminente superação das tecnologias de gênero.

[164] Reportagem intitulada "Fala de ministra [da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos] sobre "meninos de azul e meninas de rosa" é questionada por psicólogos e educadores", sítio virtual O Globo, 03/01/2019. https://oglobo.globo.com/sociedade/fala-de-ministra-sobre-meninos-de-azul-meninas-de-rosa-questionada-por-psicologos-educadores-23343556 - Acessada em 26/06/2019.

[165] O termo gendrado é um neologismo com origem na palavra gênero que ainda não foi inserido no dicionário, embora diversos textos que veiculam as teorias feministas o manejem há décadas. O corpo gendrado é o corpo formatado segundo as normas do ser mulher ou do ser homem, buscando diferenciá-lo das característica do corpo sexuado que terá uma relação única com as características biológicas (SAFFIOTI, 2015 [2004]).

Seguindo nosso relato, por fim, no mês de fevereiro de 2019, foram realizadas as obras de implantação do sistema de água pelos próprios moradores, com a participação de homens e mulheres para cavar as valas necessárias para acomodação dos canos. Ainda assim, foram as mulheres que seguiram organizando a população através do grupo de *Whatsapp* até a finalização desse evento geográfico. E contaram com a ajuda da AMCL tanto nas obras quanto na sua organização. Como escreve Linda McDowell, "las mujeres han desempeñado siempre un papel fundamental en todo lo relacionado con la reivindicación del acceso a bienes y recursos que se hallan desigualmente distribuidos en el plano espacial por las actuaciones políticas locales" (2000, p. 171).

Trata-se do que Joan Scott (1989) explica sobre a capacidade de alteração das relações sociais de poder a partir de mudanças organizativas das próprias relações de gênero:

> o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1989, p. 21).

E a autora aponta ainda para a gestação de outros futuros possíveis, por ora utópicos, a partir dessas mudanças, por ora efêmeras, nas relações sociais de poder. Ela escreve que "essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que **o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça**" (SCOTT, 1989, p. 29, destaque nosso).

Ou seja, a mudança das relações sociais de poder leva também, mas não apenas, à reprodução dessas relações como verificamos nesse episódio devido à sobrecarga que resolver o problema de distribuição da água causou sobre as mulheres. Apesar disso, essa organização também possibilita a alteração, mesmo que momentaneamente, das relações sociais ao redor do gênero como foi exposto na fala de Elza (quadro 3.2). Nesse episódio especificamente as mulheres não abriram as valas, embora tenham ajudado quando isso ocorreu em fevereiro de 2019, assim como, os homens não fizeram o trabalho reprodutivo. Entretanto, essas possibilidades foram fomentadas.

Viemos tentando demonstrar essa fundamental e potente presença das mulheres na luta pelo direito à moradia, à cidade e ao território em diversos momentos dessa tese. E não se trata de uma constatação nova nas ciências humanas, porém consideramos importante interpretá-las a partir do meio técnico, principalmente onde este é implantado pela própria população, porque

isso permite uma melhor compreensão de como as relações desiguais de poder (as formas sociais) se reproduzem também no e através do meio técnico. Unindo essas duas esferas de análise estamos, afinal, analisando o espaço geográfico. Nas palavras de M. L. Silveira (1999, p. 26) "a indagação dos sistemas técnicos, entendidos como objetos técnicos e como formas de fazer, nos ilumina um caminho de pesquisa (...) donde podemos ver o movimento conjunto e permanente dos sistemas de objetos [configuração territorial] e sistemas de ações [relações sociais]".

A construção dos sistemas técnicos dos extensores urbanos de maneira formal e regular, nas áreas voltadas para a população de mais alta renda, se dá estrategicamente distanciando quem a planeja de quem a implanta e de quem a usa. Assim, os possíveis tensionamentos das relações sociais de poder são mais limitados, posto que, esse processo de construção do lugar é orientado pelos manuais neoliberais e urbanísticos sem exigir uma organização conflitiva, e geradora de mudanças, para sua realização. Sem embargo, são possíveis realizar pesquisas ao redor das formas sociais também nesses lugares da cidade, assim como, das lógicas que organizam esses espaços, logo, também organizam suas relações sociais.

Retornando à fala de Elza (quadro 3.2), nota-se o que Teresa De Laurentis (1987) descreve como sabedoria popular para desmistificar as relações desiguais do sistema sexo-gênero[166]:

> O que a sabedoria popular percebe, então, é que gênero não é sexo, uma condição natural, e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição "conceitual" e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos. Esta estrutura conceitual é o que cientistas sociais feministas denominaram o "sistema sexo-gênero" (p. 211).

O estudo atento dos usos dos objetos, da relação intrínseca entre técnica e ação (relações sociais), pode alterar errôneas compreensões e associações enraizadas na sociedade e na produção acadêmica. A que destacamos nessa parte da análise é a do chamado "espaço gendrado"[167], compreendido pelas pesquisas que não se dão no âmbito da Geografia, como a relação entre locais utilizados por mulheres e características femininas na sua organização (cores, tipos de objetos, disposição, funções etc.) e locais utilizados por homens com as

[166] Essa maneira de denominar as desigualdades de gênero é proposta por diversas autoras apontando que "não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida" (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 109). E justamente para não fomentar esse "essencialismo biológico" tendeu-se a denominar apenas como desigualdade gênero. É possível encontrar uma interessante análise da construção desses conceitos em Piscitelli (2002; 2009).

[167] Não se trata aqui da organização generificada do espaço, embora haja relação entre ambos.

características masculinas. Seriam, assim, segundo o entendimento que temos sobre espaço um "local gendrado". O que realizamos nesse estudo na escala do cotidiano do lugar foi a reflexão sobre uma possível "configuração territorial gendrada" que, sendo a relação entre configuração territorial e relações sociais (contida no termo gendrada), é a reflexão do espaço geográfico. Ora, se o processo de urbanização provém, em grande medida, de uma racionalidade masculina, branca, adulta, de classe alta/proprietária, logo, ensejando uma segregação socioespacial interserccionalizada, pode ser interessante pensar sobre uma "configuração territorial gendrada" para aprimorar nossa compreensão sobre o espaço urbano.

Poder-se-á aprofundar as investigações que questionem essas relações entre gênero e organização do espaço justamente pela constatação da construção de enormes parcelas da cidade por uma população composta, também e em grande medida, por mulheres, negras e monoparentais. Desvelar esses elementos seria (i) fomentar espaços públicos que levem em consideração os gêneros para seu planejamento, com destaque para o âmbito do urbanismo, expandindo o raciocínio de um "espaço gendrado" para além dos ambientes domésticos. Estas pesquisas vêm sendo desenvolvidas, não necessariamente mobilizando o conceito de "espaço gendrado", mas sempre pensando as implicações entre essas separações dicotômicas e a manutenção e aprofundamento das desigualdades de gênero no espaço urbano (BUCKINGHAN, 2011; CEPAL, 1996; SANTORO, 2007; SOTO, 2014). Assim como, (ii) refletir o processo de urbanização também a partir das desigualdades de gênero que são reproduzidas pela lógica corporativa e interseccionalizada por meio da organização generificada do espaço urbano, e alterando-a em direção à constituição de uma "configuração territorial gendrada" que leve em consideração a imbricação entre trabalho "produtivo" e reprodutivo e espaço doméstico e público. Ou seja, ao invés de aprofundar essas separações, pensando-as de maneira relacional e contígua.

Essa narrativa que elaboramos e analisamos nos parece apontar alguns desses limites das fronteiras entre o pessoal e o político, o privado (doméstico) e o público, o trabalho "produtivo" e o reprodutivo, assim como, da comunicação e da informação, que são ultrapassadas ainda que de maneira efêmera. Como escreve De Laurentis (idem, p. 215)

> Uma vez que aceitemos o conceito fundamental do feminismo de que o pessoal é político (...) não mais podemos afirmar que existem duas esferas da realidade social: a esfera privada ou doméstica, da família, sexualidade e afetividade, e a esfera pública do trabalho e da produtividade (...). Em vez disso, poderíamos imaginar vários conjuntos inter-relacionados de relações sociais – relações de trabalho, classe, raça e sexo-gênero (...). Os homens e as mulheres não só se posicionam diferentemente nessas relações, mas – e esse é um ponto

> fundamental – as mulheres são diferentemente afetadas nos diferentes conjuntos.

Quando Elza fala sobre os homens ficarem sentados nos bares bebendo cerveja enquanto as mulheres abrem as valas para a implantação do sistema de distribuição de água, a fronteira entre o pessoal e o político foi ultrapassada. Assim como, quando a população questiona para onde foi o dinheiro da "vaquinha", originalmente para comprar os canos, alegando que Elza o havia gastado em coisas pessoais porque a viram chegar na comunidade com sacolas de mercado, a fronteira entre o individual e o coletivo foi ultrapassada. Quando chefas de família organizam as atividades reprodutivas desde os locais onde exercem seus trabalhos "produtivos", administrando uma maneira de ter suas caixas d'água enchidas enquanto estão nos seus ambientes de trabalho, a fronteira entre o local do trabalho "produtivo" e o local do trabalho reprodutivo se sobrepõem. Quando se pede para que pessoas subam numa casa que não é delas, abram a caixa d'água, coloquem a mangueira e aguardem seu enchimento, as fronteiras entre o privado e o público são permeadas.

O uso dos aplicativos de celulares para ações mais próximas a da comunicação são visíveis em episódios como o que trouxemos nesse subcapítulo por fomentar questões sobre o poder do boca-a-boca, da comunicação e sua densidade nesses lugares. Nesse episódio se trata, sem dúvida, da comunicação quente que apenas a contiguidade territorial e cotidiana permite que ocorra, seja cara-a-cara, seja através da mediação técnica do aplicativo no *smartphone*. No evento aqui analisado essa ação comunicacional que pode ser considerada como fofoca instigou a devolução do dinheiro que já havia sido juntado pelas mulheres a compra dos canos. São novos gestos-fios que se constituíram a partir das fofocas retardando a solução do problema e ampliando os conflitos. Interessantes compreensões do cotidiano do lugar podem surgir a partir da análise desse potencial do boca-a-boca (seja ele mediado pela técnica ou não).

São tempos nos quais uma eleição presidencial foi vencida por um candidato praticamente sem apresentar suas propostas através da televisão (importante via de informação da disputa eleitoral desde a redemocratização[168]), o que já indica por si só alterações das fronteiras entre comunicação e informação. Precisamos nos atentar à força desse tipo de comunicação conhecida no senso comum por fofoca ou "telefone sem fio" (VERGARA

[168] O então candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL/Sem partido) não participou de nenhum debate eleitoral no segundo turno das eleições de 2018. Segundo reportagem intitulada "Um final sem debate: Bolsonaro e Haddad não ficam cara a cara", do dia 25/10/2018, "pela primeira vez desde que o Brasil voltou a ter eleições diretas (...) uma eleição com segundo turno terminará sem os tradicionais debates cara a cara na televisão" veiculada pelo Nexo Jornal.
https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/25/Um-final-sem-debate-Bolsonaro-e-Haddad-n%C3%A3o-ficam-cara-a-cara - Acessado em 07/12/2018

FIGUEROA, 2015) e que atualmente pode ser nomeada, guardadas as devidas proporções, por *fake news*[169].

O processo de implantação do relativamente simples (e essa relatividade vem do maior nível de complexidade dos objetos que se instalam nos pontos luminosos da cidade) sistema de distribuição de água pode revelar alterações nas relações desiguais de gênero tal qual difundida no discurso competente que direciona nossa análise: a compreensão das alterações, das mudanças (ainda que efêmeras) das relações sociais no cotidiano dos lugares através da análise dos seus eventos geográficos e gestos-fios, realizando assim um estudo que busque compreender as relações sociais tal qual se dão no cotidiano, ou seja, de maneira mais complexa do que uma análise que trata o que compreendemos por sociedade como uma caixa fechada, lisa, regular e única.

Assim, no próximo capítulo nos debruçaremos nos eventos geográficos que não se dão necessariamente por meio das materialidades, embora esta sempre esteja presente nas relações sociais, seguindo a busca pelas efemeridades que demonstram os potenciais de resistência da periferia urbana e suas singularidades. Esses eventos foram selecionados para narrar a luta para a permanência do lugar, a luta pelo lugar.

[169] Enquanto a fofoca tem uma ação localizada, as *fake news* tem alcance mais amplo e são fomentadas por agentes diferentes aos das fofocas. Há, entretanto, interessantes possibilidades de compreensão da contemporaneidade com a análise das relações entre as densidades técnicas, informacionais e comunicacionais e a disseminação de fofocas e *fake news* a partir do cotidiano dos lugares.

CAPÍTULO 4 – CARTOGRAFIA DA LUTA PELO LUGAR: UMA PROPOSTA[170]

Nesse capítulo dinamizaremos a compreensão da vida de relações e da cultura do lugar, a unidade básica da vida social (RIBEIRO, 2013 [2005]). São as relações contiguas, horizontais, que se imbricam com as relações hierárquicas, verticais, conformando o lugar (SANTOS 2017 [1996]). São relações que mesclam as lógicas locais com as lógicas geradas fora dele, inclusive globais, constituindo o sentido global do lugar (MASSEY, 1994). Todas essas propostas para apreender o lugar apontam como é o amálgama dessas relações que gera a singularidade do lugar.

O capítulo anterior também abarcava essa esfera, porém demos ênfase na sua materialidade, sua configuração territorial, seus sistemas de objetos. Assim, neste capítulo, analisaremos outros eventos geográficos que tecem a vida social. Porém, essa análise abarca uma quantidade infindável de ações. Realçaremos também alguns gestos-fios que concebem a luta pela formação e permanência do lugar propondo um exercício de representação, que nomeamos como uma cartografia, que permita demonstrar essa colcha de retalhos que tece a dimensão do lugar na dinâmica do cotidiano. Este vai além dos limites do local devido à tessitura do social que extrapola esses limites. As pessoas que vivem num lugar realizam diversas atividades fora dele, além de se comunicarem e se informarem muito além do local onde vivem. O cotidiano compartilhado não se limita às pessoas que vivem no mesmo local. Há compartilhamentos que se dão devido à contiguidade das relações de gênero, de classe e de raça. Nesse capítulo nossa análise se enfatizará no cotidiano do lugar.

A formação do lugar é um processo que se dá através de ações que são planejadas pelas pessoas que o constroem, assim como, por ações impostas pelos vetores da modernização. Além dessas há os gestos-fios, as ações invisíveis, não planejadas, anônimas e não-ditas. A partir disso, nossa proposta de análise dos eventos geográficos (e gestos-fios que os compõem) segue as orientações de Ana Clara Torres Ribeiro para a realização de pesquisas "com apoio em metodologias comprometidas com as identidades sociais, os valores culturais e, especialmente, com o reconhecimento da plenitude do Outro" (RIBEIRO, 2005, p. 415). Buscamos desvelar mais um pouco da "arte de resolver a vida" (RIBEIRO, 2013 [2009]).

---

[170] O exercício de representação que realizamos nesse capítulo foi inicialmente desenvolvido no Seminário de Pesquisa em Geografia Social intitulado "*Espacios de acción sociopolítica*" lecionado pela Profa. Dra. Julie-Anne Boudreau no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) do qual participamos no segundo semestre letivo de 2019 (entre os meses de janeiro e maio de 2019). Tal participação foi possível devido ao financiamento obtido pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Super (CAPES).

Com esse intuito, elaboramos um exercício de representação dos eventos geográficos intitulado "Cartografia da Luta pelo Lugar". Selecionamos os eventos que nos pareceram essenciais para compreender a formação e a permanência, ainda que intermitente, desses lugares. Essa permanência só é possível através da luta social e esta é feita pelas pessoas. Assim, no âmbito da luta, mas para além dela, "não há evento sem ator. Não há evento sem sujeito (...). Nesse sentido toda teoria da ação é, também, uma teoria do evento e vice-versa. Essa assimilação da ideia de evento e da ideia de ação é fundamental para a construção de uma teoria geográfica" (SANTOS, 2017 [1996], p. 146 e 147).

Ao analisar os eventos geográficos enfatizamos também a problematização das relações sociais de poder que constituem a interseccionalidade entre marcadores sociais da diferença. Joseli Silva (2009, p. 124) escreve que

> é preciso investigar o processo de formação espacial do local eleito e as características das relações que lhe dão sentido, como os elementos de sociabilidade, os valores instituídos, as redes de poder, e assim por diante. Portanto, conceber a periferia a partir de singularidades, além de constituir uma questão metodológica de escala, permite a construção de indicadores para a operacionalização do conceito de gênero [raça, classe, etnia, sexualidade, religião etc.].

Com esse intuito, tivemos que fazer escolhas e assumir seus riscos, pois analisar tudo o que acontece no processo de formação das ocupações urbanas é impossível. E mais do que isso, a teórica soma de todos os eventos não leva à compreensão da totalidade (KOSÍK, 1976), esta só é mensurável pelo entendimento dos seus sentidos (SANTOS, 2017 [1996]; SILVEIRA, 1999). Assim, nossa seleção foi feita a partir da luta social que permitiu a permanência do lugar, logo, percorremos o caminho da luta pelo lugar. Como veremos, em meio a esta luta a opressão-dominação-exploração sistêmica também surgem reproduzindo-se, e gerando resistências, a partir de compreensões das interseccionalidades vividas pelas sujeitas e sujeitos envolvidos nos eventos. As histórias pessoais e coletivas também compõem o amálgama das relações que constituem o lugar. Nesse sentido, Milton Santos escreve que

> Se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou alguma dessas possibilidades existentes no mundo. Mas **o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social**, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. O lugar é o depositário final, obrigatório, do evento (SANTOS, 2017 [1996], p. 144, destaque nosso).

Ou seja, se a formação socioespacial brasileira é estruturada pelo sistema racista-capitalista-patriarcal, reproduzido através do processo de urbanização corporativa, os eventos geográficos também carregam e expõem essas características, aprofundando-as e/ou questionando-as. Os eventos são, afinal, a mediação entre o lugar e o mundo (SANTOS, 2017 [1996]).

M. Santos considera os eventos como sinônimo de ação, próximo aos gestos-fios. São os eventos resultado da ação humana, logo, a construção de uma escola ou mesmo a morte de uma pessoa, ainda que natural, são eventos, pois eles afetam algo e alguém. E essa afetação é um momento do presente que se conecta ao passado (a relação que foi construída) e aponta ao futuro (a ausência material ou a mudança dessa relação). Nas palavras do autor:

> Quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o "valor" desse lugar muda; e assim o "valor" de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e, através desse fato, ganha uma exclusividade que é sinônimo de dominação; ou, modificando a sua própria maneira de exercer uma atividade preexistente, cria, no conjunto das localidades que também a exercem, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares. Uma indústria que se instala ou que se moderniza, um hospital ou uma escola que se criam, uma atividade administrativa que se inicia e mesmo um homem que muda de residência ou que morre são, tudo isso, fatores de desequilíbrio e, portanto, de evolução, isto é, de mudança do significado dos lugares no conjunto do espaço (SANTOS, 2014 [2005], p. 66).

Assim, os eventos podem ser todas as ações exigindo a seleção daqueles que serão analisados o que deve ser feito a partir do problema da pesquisa. E, sendo o evento compreendido como ação, Ana Clara propõe uma problemática que guiou nossa análise por toda essa segunda parte da tese:

> Temos que observar as práticas, como as pessoas chegam até aqui, como isso acontece. São os acontecimentos (...) que podem permitir, quem sabe, o aparecimento do sujeito. **Não é o grande evento metafísico, não é revolução pela revolução, são os acontecimentos que podem permitir a imersão de múltiplos sujeitos.** Devemos olhar as práticas como acontecimentos, e nesse sentido ressacralizar o mundo (RIBEIRO, 2014, p. 299, destaque nosso).

Propomos a elaboração de uma representação que consideramos uma cartografia narrativa. Sabemos que o que elaboramos nesse exercício representativo não é uma cartografia *stricto sensu*, o objetivo não é esse. A mobilização do termo cartografia se deve à disputa que ele gera e que vem se intensificando com a ampliação do alcance das tecnologias que permitem a representação de elementos visíveis e invisíveis numa imagem (ARCHELA & THÉRY,

2008). Entretanto isso não é suficiente para a concepção de um mapa (ibidem). Como escreve Renato Emerson dos Santos "A luta contra a invisibilidade (...) vem assumindo também a forma de uma disputa cartográfica – a partir da difundida ideia de que como diz o ditado, o que "sumiu do mapa" não existe e, portanto, aparecer no mapa é atestar e legitimar sua existência, condição para o reconhecimento e sustentabilidade" (SANTOS, 2019, p. 07). Entendemos, portanto, que a luta pelos lugares precisa aparecer nos mapas.

A cartografia "(...) pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder. (...) o geômetra, conscientemente ou não, não reproduz somente o entorno em sentido abstrato, mas também os imperativos territoriais de um sistema político" (HARLEY, 2009, p. 03). Mapas são objetos técnicos, posto que a cartografia é uma técnica extremamente controlada pelos Estados e, mais especificamente, pelos exércitos. Logo, esses objetos técnicos sempre narraram a visão de seus elaboradores, ou patrocinadores. "Os mapas exercem uma influência social, tanto por sua omissões quanto pelos elementos que eles representam e valorizam" (HARLEY, 2009, p. 14). Mapas são, portanto, narrativas e, mais do que isso, são narrativas em disputa, pois a cartografia também é passível de apropriação e subversão.

Dessa maneira, disputar o uso da racionalidade veiculada também por meio da cartografia exige compreender seus instrumentos técnicos de controle, isso quer dizer, os *softwares*, os serviços de mapas *online*, banco de dados, fotografias, computação gráfica, (SANTOS, 2011). É uma relação intrínseca entre tecnosfera e psicosfera, entre sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2017 [1996]). Exige-se, para realizar outras cartografias, racionalidades e modernidades alternativas. E, para isso, é necessário encontrar os movimentos sociais e as disputas territoriais menos visíveis. Como propõe Ana Clara Torres Ribeiro "As estratégias e as táticas do "outro" formam uma cartografia muito diferente daquela desenhada pela ação esperada nos espaços públicos da modernidade" (2013 [2009], p. 199).

> Hoje é necessária uma cartografia que valorize o contexto da ação, vínculos sociais, vivencias e experiencias. Uma cartografia objetiva e subjetiva que não renegue o pequeno, aquilo que, mesmo fugaz, pode ser de extrema importância por ser a única resistência possível nos enredos e descaminhos do mapa do medo. (...). Na cartografia predominante, desaparece a vida de relações, empobrecendo as representações da experiência social (RIBEIRO, 2010, p. 30).

Essa busca por novos usos da cartografia vem ocorrendo em diversos âmbitos da Geografia. Grupos de pesquisadores, assim como pesquisadores/as individuais, vêm desenvolvendo estratégias inovadoras para cartografar questões que envolvem gênero, classe, raça, etnia, violência, luta por moradia, luta em defesa dos recursos naturais, luta em defesa do

território etc.[171]. Enquanto a que propomos refere-se à luta pelo lugar que, no limite, se trata da luta pelo direito ao território.

Com o intuito de respeitar a complexidade que envolve a elaboração cartográfica utilizaremos o termo cartografia, sem dúvida num sentido *lato sensu*, mas os produtos visuais desse exercício são considerados como representações e não como mapas. Intentamos, com isso, ampliar possibilidades sem desrespeitar rigores necessários.

Elaboramos, assim, um exercício de representação cartográfica considerando o que R. Santos (2011) chama de "ativismo cartográfico" que possui quatro vetores centrais de práticas que vão crescendo e se fortalecendo: "1) o debate acadêmico sobre as representações espaciais; 2) o uso de cartografia como instrumentos de luta; 3) o uso de cartografias como tecnologias sociais de gestão pelo Estado; 4) cartografias como sistemas de informações, "meio" de comunicação e representação cujo controle é o objeto de disputa" (SANTOS, 2011, p. 03). Indicaremos como consideramos que cumprimos cada um desses vetores mais à frente.

Nesse intuito, a Cartografia da Luta pelo Lugar foi realizada na comunidade Cidade Locomotiva, em parceria com a líder Jucilene e outras diretoras que puderam e quiseram participar. Organizamos oficinas para elaborar a narrativa do lugar que, como deve ser, se mesclam com a história de suas vidas. A partir desse relato foram selecionados, em conjunto com a pesquisadora, os eventos geográficos que marcaram essa formação. Posteriormente foi desenvolvida, pela própria investigadora, uma iconografia para a espacialização dos eventos que foi apresentada e debatida com a líder.

Na Menino Chorão esse processo foi feito apenas entre a líder, Dona Carmen, e a pesquisadora e em formato de entrevista, não de oficina. Além disso, agregou-se informações disponibilizadas em outras entrevistas realizadas por nós e por outras pessoas, com outros fins. Juntamente com a líder foram decidimos os eventos geográficos para representar. Na sequência, a própria investigadora selecionou a iconografia e fez a proposta de representação.

Assim, não consideramos que realizamos uma cartografia social, posto que a representação cartográfica foi elaborada pela pesquisadora após o levantamento de sugestões por parte das entrevistadas. Tampouco se trata de uma cartografia participativa porque poucos participantes das áreas fizeram parte das oficinas especificamente para esse fim, de modo que

[171] Embora seja um universo já consideravelmente grande de produções com esse objetivo indicamos algumas com as quais tivemos contato durante o período de realização desse doutorado: GeoBruxas (México), Geografiando para la resistência (Equador), Iconoclasistas (Argentina), Observatório dos Conflitos Urbanos (Brasil), Observatório das Remoções (Brasil) e Mapeamento Regional das Instituições Negras (Brasília).

não se configurou uma atividade com representatividade suficiente para ser considerada participativa.

Realizamos também oficinas com crianças e adolescentes com o intuito de aprimorar seus conhecimentos cartográficos. Foram elaborados zines[172] nos quais contava-se a história dos lugares onde eles e elas moravam ou de outros lugares que escolhessem. Entretanto, muitas vezes os e as participantes acabavam contando de algum sonho ou narrando uma história inventada. Algumas dessas oficinas ocorreram nas escolas públicas frequentadas pela população dos lugares estudados.

Essas atividades se deram no âmbito da nossa proposta de trabalho de campo interativo, um tipo de pesquisa-ação, no qual ao pesquisar um lugar precisamos retribuir o enorme conhecimento adquirido por nós. Para isso, nos atentamos às necessidades de cada lugar às quais poderíamos auxiliar um pouco. Nessa toada elaboramos, também, oficinas de interpretação e produção de textos para moradores e moradoras que estavam se preparando para prestar o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Expomos nos anexos alguns materiais utilizados nas oficinas e outros produzidos por elas. É possível visualizar na foto 4.1 na sequência os registros fotográficos de alguns momentos dessas oficinas, tanto as especificamente cartográficas quanto referentes ao trabalho de campo interativo.

Foto 4.1 – Oficinas realizadas nas comunidades Cidade Locomotiva e Menino Chorão (Ribeirão Preto/SP e Campinas/SP)

[172] Zines são revistas elaboradas manualmente e de maneira informal sobre alguma temática ou sobre diversas temáticas no mesmo zine. São utilizadas em movimentos sociais, atividades culturais, por educadores etc.

Fonte: acervo pessoal (2019)

Nomeamos de “luta pelo lugar” para enfatizar que é uma luta que vai além da moradia, disputando diretamente ou indiretamente com a urbanização corporativa e interseccionalizada. As ocupações urbanas não constroem apenas casas, mas parcelas de cidade onde se intercruzem os vetores da modernização (a ferrovia, o trabalho “produtivo”, a legislação urbana etc.) com a cultura do lugar, a unidade básica da vida social (a organização da luta, as conversas, as relações humanas, os conflitos, o lazer, o fazer/ter comida, o buscar água, entre infindáveis outras ações). Assim, a luta é pelo lugar e não por moradias. Trata-se de uma escala geográfica socialmente construída (SANTOS, 2014 [2005]; MASSEY, 1994; SMITH, 1997, p. 139). Linda McDowell sintetiza e aprimora as propostas teóricas de Dorren Massey e Neil Smith de compreensão da escala a partir das práticas socioespaciais:

> Lo que define el lugar son las prácticas socioespaciales, las relaciones sociales de poder y de exclusión; por eso los espacios se superponen y entrecruzan y sus límites son variados y móviles (Massey, 1991; Smith, 1993). **Los espacios surgen de las relaciones de poder; las relaciones de poder establecen las normas; y las normas definen los límites, que son tanto sociales como espaciales, porque determinan quién pertenece a un lugar y quién queda excluido, así como la situación o emplazamiento de una determinada experiencia.** (…). Así, una casa o una vecindad constituyen una localidad delimitada por la escala – esto es, reglas-relaciones de poder que mantienen fuera a los demás –, pero se constituyen por la intersección de un conjunto de factores que coinciden allí, sin que por ello su funcionamiento quede restringido al nivel local. Como ha planteado Doreen Massey (1991), las localidades surgen en la intersección de los procesos locales y globales, es decir, de las relaciones sociales que operan con el alcance de escalas espaciales. Esto produce lo que ella denomina "un sentido global del lugar". Los lugares ya no son "auténticos", ni están "arraigados en la tradición" (McDOWELL, 2000, p. 14, 15 e 16, destaque nosso).

Após a escolha dos eventos geográficos que podem extrapolar os limites locais e percorrem esses lugares, foi selecionada a iconografia para espacializá-los a qual será apresentada separadamente para cada exercício cartográfico. Em ambos, os símbolos iconográficos têm os tamanhos alterados de acordo com as mudanças no acúmulo de força que cada agente possuía em cada evento. A escolha de considerar que o que se altera é a quantidade de força que cada agente acumula, paralisando na representação o que é extremamente efêmero e dinâmico na realidade, se fundamenta na compreensão elaborada por Milton Santos, e compartilhada por Ana Clara Torres Ribeiro, sobre a força das pessoas que vivem nas periferias urbanas sob a temporalidade alternativa, também denominada como "tempo lento" (SANTOS, 2013 [1994]).

Não faria sentido definir que há um acúmulo de saber e conhecimento, pois estes apenas aumentam, não são efêmeros, como a força (no âmbito da luta social) que se acumula em alguns momentos e se arrefece em outros. Atentemo-nos, não se perde a força, mas ela pode se desconcentrar em alguns momentos nos quais a luta precisará se reorganizar para se fortalecer novamente. Isso vale tanto para o Estado quanto para a sociedade civil, embora seja mais instável nesta última. Além disso, a força se redistribui em cada evento segundo os e as agentes que estão envolvidos nele. Assim, é necessário analisar o conjunto de eventos selecionados para poder compreender as dinâmicas do acúmulo de força entre um e outro. A alteração desse acúmulo de um ou uma agente, individual ou coletivo, apontaria uma possível mudança, ainda que momentânea, das relações sociais de poder.

Como explica Guilherme Boulos (2015), um dos líderes do Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o acúmulo de forças por parte do Estado e da ocupação é um

elemento importante para viabilizar ou impedir as remoções que é o fato maior que nos norteia. Ressaltamos que remover uma ocupação não significa o fim desta nem mesmo sua derrota, tais constatações (se é que são possíveis de serem feitas) se dariam pela total dispersão da organização que deu origem àquele lugar (a ocupação). Isso porque a análise considera a escala do lugar, pois se a realizássemos na escala do corpo a compreensão sobre a continuidade poderia acompanhar os novos lugares ou locais nos quais a/o agente dinamizasse sua luta pelo direito à moradia, à cidade e ao território. No nosso caso, isso acontece em certa medida com relação às lideranças de cada comunidade. Os eventos geográficos da luta pelo lugar acompanham uma parte das suas dinâmicas territoriais.

Nas palavras de Ribeiro (2005, p. 415, destaque nosso)

> No âmago dessas duas correntes [(1) aquela formada por análises que apontam para a crise societária, a barbárie e a anomia, que têm origem no neoliberalismo; (2) a que estimula a pesquisa de estratégias e táticas de sobrevivência], **existe um núcleo comum de questões relacionadas à dinâmica das forças instituintes e à [força da] continuidade da vida urbana**. O envolvimento com esse núcleo é obrigatório para todos aqueles que, preocupados com o presente, procuram caminhos para um futuro radicalmente democrático.

Além disso, propusemos uma maneira de marcar a duração relativa de cada evento geográfico espacializado através da diferença na espessura de retângulos que delimitam os ícones representativos dos e das agentes envolvidos em cada evento. Para pensar essas durações nos apoiamos na seguinte passagem de Milton Santos:

> Há os acontecimentos que se dão sem plano algum, como que de surpresa. Outros são planejados. E a vontade de determinar o futuro se explicita segundo diversos horizontes temporais, desde o curtíssimo ao mais longo prazo. (...). O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. **Daí decorre a ideia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença eficaz.** Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos (SANTOS, 2017 [1996], p. 148 e 149, destaque nosso).

Assim, para a realização desse exercício cartográfico foi necessário: 1) localizar o evento geográfico (podendo-se extrapolar o local e permitindo compreender os limites flexíveis do lugar); 2) os e as agentes envolvidos; 3) como se distribui o acúmulo de forças entre eles; 4) como essa distribuição se altera de um evento para outro; 5) a duração relativa de cada um deles; e, embora não seja obrigatório, 6) outros objetos, técnicas e ações importantes para compreender a formação do lugar, sejam eles constituidores de uma materialidade, como a ocupação, inovações técnicas ou dinâmica de algum objeto específico; ou não, como a

ocorrência de pactos, leis, acordos, novos usos, entre outras imaterialidades, que ajudam a delimitar o evento, sendo que pode ser esse objeto, técnica ou ação representados o evento em si. Além disso, os itens 4 e 5 são representados a partir do estabelecimento de relações entre o conjunto de eventos selecionados, pois é pela visão desse "todo", ou seja, da narrativa que se pretende contar através na representação cartográfica que permitirá definir a distribuição do acúmulo de forças entre os e as agentes envolvidos em cada evento, a sua duração e até mesmo a sua localização.

Retomando os quatro vetores do "ativismo cartográfico" delimitados por R. Santos (2011), consideramos que os cumprimos. A cartografia foi elaborada (1) por uma mistura de técnicas cartográficas com o uso de mapas, imagens de satélite, iconografias e desenhos através de *softwares* específicos. Enquanto a proposta cartográfica buscou (2) auxiliar na compreensão da importância das lutas pelo lugar, ou seja, para se manterem as ocupações, as representações finais demonstram as pequenas, ou não tão pequenas, mudanças no acúmulo de forças, na disputa pelo lugar, nas relações sociais de poder que, embora efêmeras, permitem a manutenção do lugar que é, afinal, o grande objetivo dessa forma-conteúdo da periferia urbana.

Além disso, a cartografia elaborada (3) pode ser utilizada indiretamente como tecnologias sociais de gestão do Estado por narrarem e fortalecerem as lutas pelo lugar. Logo, não se trata de uma comprovação oficial para o Estado, mas pode auxiliar na reconstituição dos fatos, fortalecendo a própria população e, quem sabe, a pressão sobre o poder público local para a não efetivação das remoções. Afinal, a memória da luta e a valorização das vitórias que resultam dela são fundamentais para sua manutenção. E trata-se de (4) um meio de comunicar um objeto em disputa, afinal, se esses lugares não estivessem em disputa, não se precisaria lutar para permanecer.

Esse exercício de representação cartográfica, no entanto, se volta mais para o desenvolvimento de teorias que buscam a dimensão do lugar na dinâmica do cotidiano, podendo não ser suficiente como tecnologia social de gestão do Estado e, então, não permitindo sua definição como um ativismo cartográfico. Além disso, consideramos importante aprimorar seu caráter participativo possibilitando expandir as reflexões e compreensões da luta pelo lugar. Não obstante, a realização de trabalhos de campo interativos, que possibilita a constituição de laços de confiança sem os quais se perderiam diversas trocas de saberes e conhecimentos necessários para a elaboração da Cartografia da Luta pelo Lugar, nos parece uma maneira de fortalecer essa luta.

4.1 Cartografia da Luta pelo Lugar: Cidade Locomotiva

Para a Cartografia da Luta pelo Lugar na comunidade Cidade Locomotiva, localizada em Ribeirão Preto/SP, foram selecionados seis eventos descritos na sequência:

1) **Remoção da Favela da Família – 2011:**

Essa remoção marcou as e os moradores das dezenas de assentamos irregulares da cidade e da região devido à violência efetivada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, como já descrevemos detalhadamente na primeira parte da tese. As narrativas apontam que a pouca organização da área, o fato de estar em propriedade privada e a política municipal de "desfavelamento" foram elementos importantes para esse alto grau de violência. Essa constatação foi notada nas entrevistas de todas as lideranças da cidade com as quais conversamos; todas indicam esse evento como um marco na luta levando a um aprimoramento da organização da mesma. Logo, a história da luta pelo lugar, como já dissemos, não se dá sempre no local extrapolando-o diversas vezes e essa é uma delas.

2) **Ocupação no bairro Ribeirão Verde e início da formação das e dos líderes da Cidade Locomotiva – 2013:**

Como narramos na Costura (II), foi nessa ocupação que as lideranças da Cidade Locomotiva se conheceram e começaram a participar da União do Movimento de Moradias (UMM), apenas uma delas participava antes disso. Outra vez, a luta pelo lugar extrapola os limites locais.

3) **Bloqueios do Aeroporto Estadual de Ribeirão Preto de importância local e regional (3A), da Rodovia Anhanguera (SP-330) de importância estadual e nacional (3B) e da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) de importância nacional (3C[173]) – 2013:**

Essas ações apresentaram um potencial confronto com extrema violência, pois impediram o uso desses importantes fixos de transporte durante o bloqueio. As ações foram organizadas pela UMM com participação das lideranças da Cidade Locomotiva que, entretanto, ainda não existia. Os bloqueios intencionavam pressionar a não remoção da ocupação do Ribeirão Verde (evento 2) e, no caso de ser efetivada, exigiam a destinação imediata das famílias para uma nova área. Segundo os relatos das lideranças, o intuito era um comprometimento do poder público local de que o episódio violento da Favela da Família não voltaria a se repetir.

4) **Ocupação da Cidade Locomotiva – fevereiro de 2014:**

Esse evento também deve ser compreendido como uma vitória da luta pelo lugar. Nele, consolida-se a formação do grupo de lideranças que atua nessa área. Todos estavam juntos na

[173] Esse bloqueio não será representado no mapeamento porque ele repetirá os itens 3A e 3B por apresentarem a mesma distribuição das forças entre os agentes e de duração.

ocupação no bairro Ribeirão Verde, removida após sete liminares de despejo, ou seja, em seis delas conseguiram resistir e, quando não foi mais possível negociar, ela se deu de forma pacífica e com a população sendo direcionada para a área onde hoje está a Cidade Locomotiva.

5) **Criação da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL) – fevereiro de 2018:**

Esse evento é também uma vitória. Ele explica parte do ganho de força da luta pelo lugar através da instituição de uma associação de maneira formal permitindo que tenham um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e possibilitando novas estratégias de luta. Ter um CNPJ permite entrar com pedidos na prefeitura, participar de editais de diversos tipos, protocolar ações e demandas em diferentes órgãos públicos e privados etc. Além disso, pode ser utilizado para a luta de outras ocupações ampliando a força dos lugares. Sua espacialização se dá em conjunto com o evento quatro, posto que a força apresentada pelo tamanho do ícone das lideranças se deve, também, a esse evento. Assim, é o momento que a líder mulher, Jucilene, possui o maior acúmulo de força entre todos os agentes que participam do evento. Isso se deve ao fato de ela ser a presidenta da associação.

6) **Ocupação na prefeitura contra remoção da comunidade Vila União – setembro de 2018[174]:**

Esse evento demonstra outra vitória da luta pelos lugares. Para apresentá-la necessitamos descrever detalhadamente os elementos que culminaram nesse evento. Também aponta, novamente, para a expansão do lugar para além das fronteiras locais tanto devido às lutas quanto às pessoas. Ou seja, pessoas de diversas outras ocupações se somaram a esse evento geográfico como também acontece nos eventos 1, 2 e 3.

Antes da instituição da nova lei de regularização fundiária em âmbito nacional (n. 13.465/2017) a PMRP havia elaborado um documento indicando que seriam removidos oitenta e sete núcleos irregulares de baixa renda, dentre os noventa e seis que constavam na cidade em 2017. Após a elaboração da nova lei federal, foi instituído o Decreto Municipal n. 360, em dezembro de 2017, que elaborou uma lista selecionando trinta e cindo desses núcleos que para serem regularizados como REURB-S. Seleção mantida pela lei municipal de regularização fundiária (n. 2858/2018). Após isso, a prefeitura emitiu uma reintegração de posse para uma das comunidades da UMM, a Vila União, levando às principais lideranças da cidade, de diversos movimentos por moradia, a protestarem. Com o silenciamento do poder público eles

[174] Em portal de notícia da G1, no dia 05/09/2018, reportagem intitulada “Manifestantes ‘sem-teto’ cobram moradia na Prefeitura de Ribeirão Preto, SP: ocupantes de área pública na zona norte fizeram passeata pelas ruas do Centro em direção ao Palácio do Rio Branco” - Acessada em 11/08/2019.

ocuparam o prédio onde funciona a sede da prefeitura (o Palácio do Rio Branco). Após as negociações para finalizar essa ocupação foi acordado a seleção de mais um conjunto de núcleos para regularização via REURB-S. Essa lista foi emitida por meio do Decreto Municipal n. 150, de junho de 2019, agregando catorze novas áreas. Se essas regularizações ocorrerão é uma dúvida, mas é importante reconhecermos esse evento geográfico como uma vitória (incompleta e efêmera).

A Cidade Locomotiva não faz parte de nenhuma das seleções. Como já explicamos no capítulo dois, ela consta dentre as comunidade que sofrerão a "solução de remoção" por motivos questionáveis. Ainda assim, em março de 2020 foi realizada uma nova reunião entre as lideranças da ocupação e a Secretaria de Planejamento e Gestão Pública negociando a permanência desse lugar através da realização das obras de drenagem, de responsabilidade do próprio poder público como debatemos no terceiro capítulo.

Finalizada a descrição dos eventos, apresentamos a iconografia selecionada pela pesquisadora para representar os agentes e objetos que participaram deles:

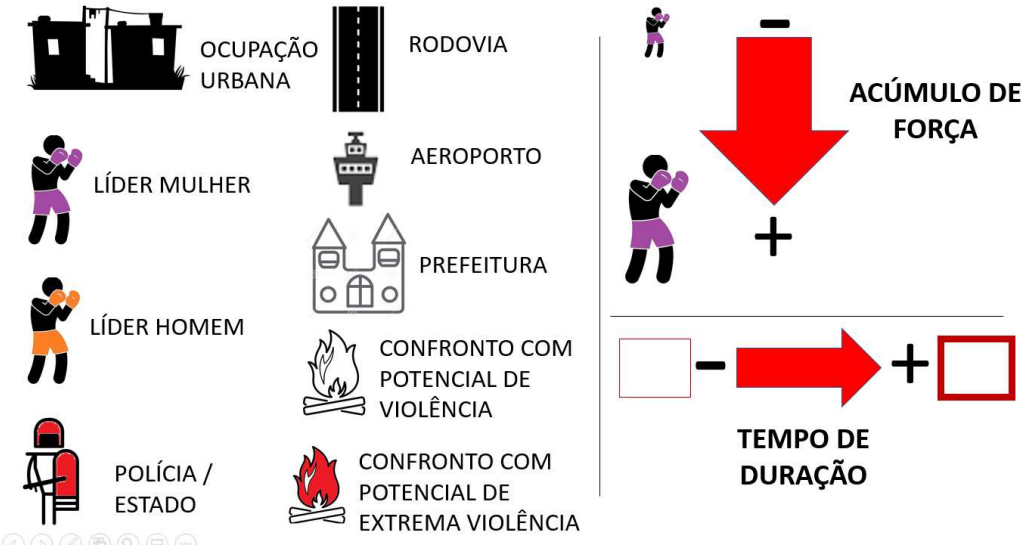
a. Estado (representado através do seu braço armado: a Polícia Militar) – policial;
b. Líder mulher – lutadora de boxe com luvas lilases;
c. Líder homem – lutador de boxe com luvas laranjas;
d. Ocupação – barracos;
e. Rodovia – estrada;
f. Aeroporto – torre de controle aeroportuário;
g. Prefeitura – palácio;
h. Confronto com potencial de violência – fogueira branca;
i. Confronto com potencial de extrema violência – fogueira vermelha.

Esses ícones alteram de tamanho quando há mudança, ainda que momentânea, do acúmulo de força de cada um dos agentes. Os tamanhos desses símbolos devem ser comparados entre os agentes que compõem o mesmo evento e dentro do conjunto de eventos. Dentre os ícones escolhidos para simbolizar as materialidades (ocupação urbana, rodovia, aeroporto e prefeitura) apenas as ocupações urbanas apresentam alteração de tamanho com o intuito de auxiliar na compreensão sobre o acúmulo de força adquirido pelo lugar. Os outros símbolos indicam apenas o recurso utilizado para a efetivação do evento. Enquanto os ícones indicando confronto, com potencial de violência ou de extrema violência (representados pela fogueira branca e vermelha respectivamente), apontam um componente importante do evento, posto que a eminência de violência deve ser considerada para a interpretação das forças em disputa.

Nomeamos como confronto, e não como conflitos, porque estes são essenciais à vida de relações por movê-las, enquanto os confrontos se referem à iminência do uso de violência física que não é necessária para fomentar mudanças, embora muitas vezes o faça como veremos nas alterações das estratégias de luta entre o evento 1 e 3.

Os ícones que compõem cada evento são delimitados por um retângulo, na cor vermelha, que, segundo sua espessura, indica a duração relativa do mesmo o qual deve ser considerado diferenciando-o em relação ao conjunto de eventos. Apresentamos no quadro 4.1 a iconografia desenvolvida para a espacialização dos eventos geográficos da luta pelo lugar.

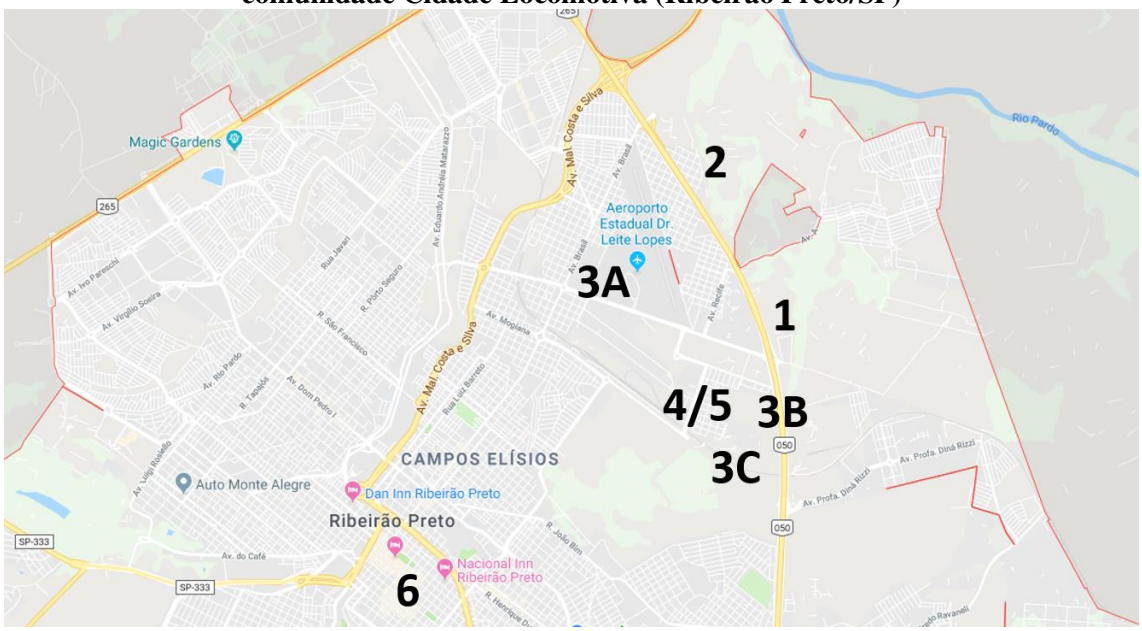
Quadro 4.1 – Iconografia da Cartografia da Luta pelo Lugar da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)



Elaboração: própria autoria (2019)

Na figura 4.1 apresentamos a localização, na cidade de Ribeirão Preto, dos seis eventos geográficos selecionados para a cartografia da comunidade Cidade Locomotiva. Visualiza-se, assim, uma parte da amplitude das "fronteiras" do lugar. Todos os locais indicados compõem seu cotidiano constituído, como escreveu Milton Santos (1999a), pelas ações das pessoas, instituições e empresas que se cruzam nos lugares.

Figura 4.1 – Localização dos eventos geográficos da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

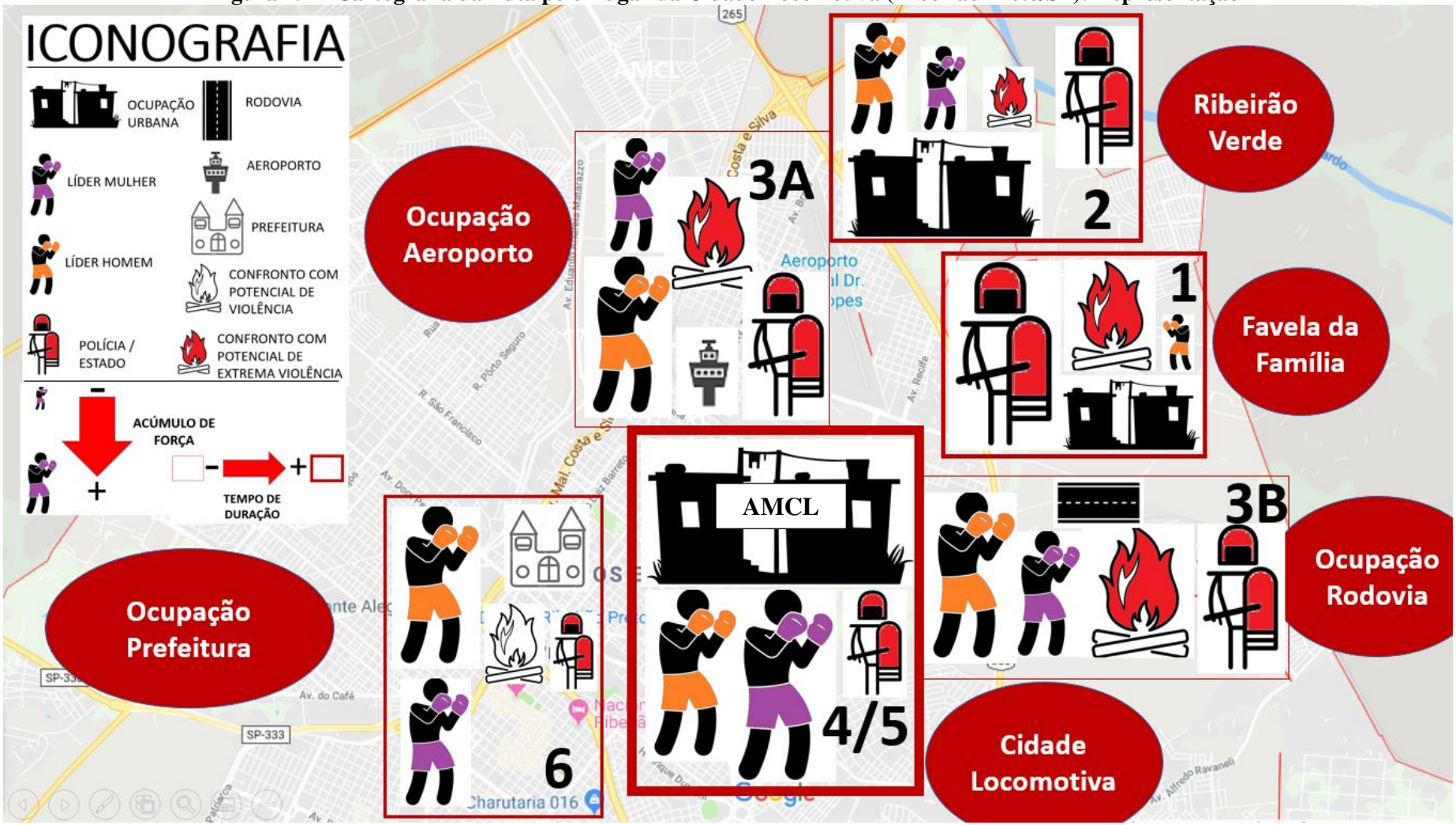


Fonte: Google Maps (2019)
Elaboração: autoria própria (2019)

Como é possível visualizar na figura 4.1, os eventos 1, 2 e 3 remetem aos elementos destacados na análise das especificidades da localização dessa ocupação, que fizemos no terceiro capítulo. Enquanto os eventos 4 e 5 se localizam na própria Cidade Locomotiva e o 6 no Quadrilátero Central de Ribeirão Preto.

Finalmente, apresentamos na figura 4.2 a representação elaborada para a Cartografia da Luta pelo Lugar da Cidade Locomotiva.

Figura 4.2 – Cartografia da Luta pelo Lugar da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP): Representação



Fonte: Google Mapas (2019)
Elaboração: autoria própria (2019)

Dentro de cada retângulo delimita-se os agentes que participam diretamente do evento e está indicado o número a que se refere cada evento. Entre o primeiro e o último deles ocorre um considerável processo de compreensão e acúmulo de luta por parte das lideranças da Cidade Locomotiva. Assim como, há um processo que se dá em paralelo da constituição da líder mulher que acumula e arrefece força devido as reproduções e possíveis alterações das desigualdades de gênero de acordo com a situação constituída em cada evento.

Nota-se no **evento 1** a força que se acumula no braço armado do Estado, os policiais militares. Eles destroem a Favela da Família em poucas horas passando com tratores por cima de tudo que estava ali, desde pessoas e animais até as materialidades. Essa ação reafirma o ciclo da pobreza, pois as famílias que ali viviam perdem o pouco que conseguiram juntar para garantir a sobrevivência e a residência. Agregamos o ícone da ocupação por ser uma materialidade importante do evento, havia ali um conjunto de casas e uma vida de relações construídas. Enquanto a materialidade é quase completamente destruída, a vida de relações segue todavia com muitos traumas. O símbolo do confronto com eminência de extrema violência é efetivado nesse evento.

A formação socioespacial brasileira vem sendo constituída e mantida também pelo sistema judiciário e efetivada, dentre outros agentes, através da força policial. Os dados do país da violência cometida por esse representante do Estado contra a população pobre, negra e parda são alarmantes. Tratando-se dos homicídios da população negra em geral, o Atlas da Violência no Brasil[175] (IPEA, 2019) aponta que dentre as vítimas de homicídio, ano de 2017, 75,5% eram negras. A taxa de homicídio dos/as negros/as indica que a cada vítima não-negra deste tipo de crime no país, há 2,7 negros/as assassinados/as. Essa taxa, nos dez anos analisados, aponta um crescimento de 33,1% de homicídios de pessoas negras, enquanto para as não negras o crescimento, no mesmo período, foi de 3,3%. Segundo pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Senado Federal em parceria com a ONU-Brasil divulgou-se[176], para o ano de 2017, que morria um jovem negro a cada 23 minutos no país.

Se discriminada a violência causada pela força policial a interseccionalidade das estruturas da desigualdade brasileira se desvela ainda mais. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 75,4% das

[175] O Atlas da Violência no Brasil completo pode ser acessado em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf - Acessado em 01/08/2019

[176] Dados acessível em: https://nacoesunidas.org/racismo-a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-e-assassinado-no-brasil/ - Acessado em 01/08/2019

vítimas decorrentes da ação policial são pessoas negras e 77,9% são de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos. Trata-se do extermínio da juventude negra e parda brasileira (GOMES & LABORNE, 2018). Há uma interseccionalidade da desigualdade de classe, raça, gênero e geração nessa problemática nacional.

No atual governo federal (Jair Bolsonaro, PSL/Sem partido) esse processo tende a aprofundar-se com a constante tentativa de facilitação da posse de arma[177], sendo uma das primeiras ações realizadas ainda em janeiro de 2019[178] e parte da plataforma eleitoral desse governo. Dentre outros episódios de desprezo à denúncia[179] dessa que é uma das maiores taxas de homicídio policial do mundo: a brasileira[180].

No **evento 2** essa relação de forças entre a Polícia Militar e as lideranças se altera nesse evento que representa a ocupação até sua remoção no bairro Ribeirão Verde. As lideranças começam a se constituir durante essa ocupação e conseguem negociar a remoção. Percebe-se nesses conflitos a possível constituição, ou não, de novos sujeitos coletivos (RODRIGUES, 1988), com destaque para a líder Jucilene como veremos no evento 5.

Talvez não se reduza o acúmulo de força da PM (é difícil afirmar isso de um agente que é autorizado a utilizar de quase toda e qualquer violência para atingir seu objetivo), mas ocorre acúmulo de força por parte das lideranças, força essa provinda da organização, do saber e do conhecimento dinamizados por meio do movimento organizado. Por isso, mantivemos o ícone do policial quase do mesmo tamanho que no evento 1, mas aumentamos o das lideranças e incluímos a líder mulher, pois foi nessa ocupação que Jucilene entrou na organização. Além disso, também está presente o símbolo da ocupação, pois essa materialidade foi constituída nesse local durante o período de quase um ano. Esse ícone se apresenta em tamanho maior que o do evento 1, porém menor que o do evento 4 (ocupação da Cidade Locomotiva), posto que é nesta última ação de ocupação que se atinge uma considerável estabilidade para a luta pelo lugar. O ícone do confronto, demonstrando iminência de extrema violência, não foi efetivado. E esse não é um fato pequeno, conseguir uma remoção sem uso de violência por parte da PM é uma vitória para a luta pelo direito à moradia digna. É a partir dessa constatação, inclusive, se pode interpretar a distribuição de forças nesse evento.

---

[177] Informação disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/06/28/veja-o-que-mudou-sobre-posse-e-porte-de-armas-apos-7-decretos-do-governo.ghtml - Acessado em 01/08/2019

[178] Informação disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46832821 - Acessado em 16/01/2019

[179] Informação disponível em: https://www.justificando.com/2019/11/22/o-perfil-racializado-das-vitimas-da-violencia-policial/ - Acessado em 23/11/2019

[180]Dados disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/05/01/O-aumento-da-viol%C3%AAncia-policial.-E-como-ela-%C3%A9-vista-pelos-brasileiros - Acessado em 01/08/2019

Com tudo que viemos relatando sobre as diversas violências que se intercruzam numa ação de remoção a ausência de pelo menos uma delas, a física, é uma importante indicação de alterações momentâneas das relações de poder instituídas pela formação socioespacial brasileira e suas características no processo de urbanização. Como escreve Pedro Jacobi:

> A resolução do problema [das ocupações de terras urbanas] sob uma ação policial, mesmo em cumprimento de ordem judicial, não só não resolve a questão como acirra as condições objetivas que geraram e continuam a gerar estes fatos. Os pobres dentre os pobres da cidade não têm outra alternativa senão ocupar espaços de terra sob os riscos de sua expulsão dado que a maioria da população de baixa renda está sistematicamente excluída dos programas habitacionais do governo [além desses não se proporem objetivamente a esse fim] (JACOBI, 1982, p. 69).

Trata-se de uma expressão da formação socioespacial brasileira que enovela as estruturas da desigualdade aliançada também pelo poder judiciário que possui um importante papel nessa manutenção. Como escreve M. Santos:

> O aparelho judicial brasileiro – assim como as instâncias preparatórias dos processos, por exemplo, a polícia – não está estruturado para a proteção dos direitos expressos em lei, sobretudo para a proteção dos pobres. (…). Para os pobres, a justiça é mais barreira intransponível que uma porta aberta. (…). As formas de distorção da condição de cidadão são extremamente numerosas e, em muitos casos, sutis e sofisticadas. As relações entre a sociedade civil e o Estado tornam-se, cada vez mais, objeto de deformações e enviesamentos, mistificações sabiamente engendradas (SANTOS, 2014 [1987], p. 90).

As ações de remoções justificadas pelos riscos socioambientais ou respeito à propriedade privada, como é o caso dos eventos 1 e 2, podem ser consideradas formas sutis ou sofisticadas de distorcer a cidadania principalmente aos olhos da população de renda média e alta que não conhecem essa realidade. O mesmo não se pode dizer da violência policial que, embora também se muna de justificativas muitas vezes eficientes para essa faixa da população, quando se visualizam os dados não há nenhuma sutileza.

Nos **eventos 3** (A e B, o mesmo ocorreria no C se o representássemos) pode-se compreender que os acúmulos de pressão se alteram momentaneamente. Isso não é uma verdade absoluta e nem válida sempre que um movimento se organiza e realiza esse tipo de estratégia. Trata-se de uma vitória nestes eventos específicos, e só após sua finalização é possível fazer essa leitura. As ações de enfrentamento realizadas nos espaços públicos que utilizados intensamente pelas corporações podem resultar em grandes tragédias, porém nessas específicas que espacializamos não foi o que ocorreu. Lembramos que a Rodovia Anhanguera (SP-330)

pertence ao Estado de São Paulo e está sob concessão da empresa CCR Autoban, Intervias, Autovias e Entrevias. Na parcela onde ocorreu essa ação a concessão está sob a Autovias[181].

Nota-se, ao observarmos a sequência dos eventos, que o acúmulo de forças por parte dos agentes da luta por moradia, a sociedade civil organizada, se ampliou momentaneamente, pois, ao invés de responder com violência, o Estado negociou. Aí não está presente o ícone de ocupação, pois não chegou a se constituir essa materialidade a qual indicamos no símbolo da rodovia que é dinamizada como um recurso para a luta. Enquanto o ícone de confronto com iminência de extrema violência indica que se o Estado decidisse não negociar e reprimir a ação o resultado provavelmente seria, novamente, trágico. É possível ver na foto 4.2 algumas imagens da ocupação da Rodovia Anhanguera. Novamente há aqui a amplitude das fronteiras do lugar para além do local e das pessoas que o constroem.

Foto 4.2 – Bloqueio da Rodovia Anhanguera (SP-330) (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Página do Facebook Cidade Locomotiva (2018)

Nesses eventos altera-se a marca de suas durações temporais que atingem seu menor tamanho, pois a ação de bloquear o uso desses importantes eixos de transporte é tão preocupante para as corporações que a negociação, ou a repressão, por parte do poder público ocorre rapidamente. Indica-se aqui a preferência que esse agente tem no uso do espaço. Milton Santos elabora uma crítica sobre as relações entre sociedade, Estado e corporações que ajuda a explicar essas rápidas atitudes de coação desses protestos, inclusive com pouco uso de violência, de modo que a situação não saia, ainda mais, do controle do poder público:

> as relações atuais entre as firmas e o poder público atribuem às empresas um certo poder de regularização da vida social. Cada vez mais, e a cada dia que passa, as empresas ditam normas, que são frequentemente ainda mais rígidas que as do poder público e as quais o cidadão não pode resistir, sob pena de se ver paralisado ou tolhido em seu cotidiano. É, às vezes, mais fácil contornar uma determinação burocrática do que infringir uma decisão de um empresário, tomada em seu próprio benefício (SANTOS, 2000, p. 67).

[181] Essa empresa pertence ao grupo empresarial Arteris S/A.

Nota-se o quão significativo é a não ocorrência de violência física nesse evento. Lembramos, ainda, que essas ações de protesto/bloqueio além de denunciar os problemas habitacionais da cidade também pediam o não uso de violência na remoção representada pelo evento 2, assim como a destinação de algum terreno para as famílias que ficaram sem lugar onde morar devido a essa remoção. O que acontecerá dando início ao próximo evento.

Não negamos aqui como essa lógica de remover a população pobre e enviá-la para outro local da cidade, no qual recomeçará a construção, é um fomentador do ciclo de pobreza mantendo a urbanização corporativa e interseccionalizada. Entretanto, que isso seja feito, por exemplo, com reduzida violência física, ou até sem violência física, indica um acúmulo de saber e conhecimento por parte da população que conseguiu negociar o processo de remoção que precisa ser compreendido e devidamente valorado. Nesse caso, essa negociação se deu por meio de ações que poderiam gerar ainda mais violência, apontando a arte de resolver a vida em dois eventos com durações e recursos diferentes.

No **evento 4** representa-se uma vitória (efêmera, momentânea e incompleta). Esse evento tem a duração mais longa dentre todos, dura até hoje, pois se deve à permanência da ocupação desde o seu início em fevereiro de 2014. Consideramos que há uma acumulação de força das lideranças, porque por enquanto lograram manter-se. O tamanho do ícone da líder mulher será explicado na análise do evento 5. Quanto à força policial, se apresenta com o segundo menor tamanho da representação, pois nunca conseguiu realizar remoções na área. Ainda assim, a PM entra diversas vezes por ano para fazer "ronda" e, assim que entra, os moradores e moradoras enviam mensagens no grupo de *Whatsapp* informando-comunicando. É nítido como sua presença é incômoda para toda a população. Apesar disso, não incluímos o ícone do confronto, pois nunca foi registrada a entrada de policiais especificamente para ações de remoção. Embora já tenham efetivado prisões dentro do local. Também acrescentamos o maior símbolo de ocupação devido a importância dessa materialidade nesse evento, assim como a sua estabilidade no sentido da permanência.

A definição desse evento como uma vitória nunca será completa nem perene devido a manutenção da urbanização sob os ditames corporativos e interseccionalizados, pois ainda que ocorra a regularização da área, esta tenderá a expulsar uma considerável parcela da população que a construiu. Essa constatação deve fortalecer o entendimento desses lugares como prenhes de racionalidades, temporalidades e modernidades alternativas. O acúmulo de conhecimento e saber ocorre no processo de luta. Nenhuma das lideranças, assim como, da população, principalmente a que se envolve na luta, estarão menos preparadas para disputar os rumos da urbanização brasileira ainda que ocorra a remoção ou a regularização. Obviamente, a

regularização oferece menor risco de violência e reprodução da pobreza além de possibilitar um pouco da alteração dos rumos corporativos do processo de urbanização, mas isso apenas se ela se der no âmbito da regularização plena (RIBEIRO, 2018; ZANOLA *et. al.*, 2019).

No **evento geográfico 5** há outra vitória, incompleta e efêmera, com a instituição da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL). Ele foi espacializado juntamente com o evento 4 e é representado no tamanho do ícone da líder mulher e nas iniciais da associação dentro do símbolo da ocupação. É o evento no qual Jucilene acumula maior quantidade de força que qualquer outro agente. Isso se deve ao cargo de presidência ocupado por ela na associação, mas é mais do que isso, pois refere-se ao acúmulo de conhecimento, saber e capacidade de gestão adquirido e mobilizado por ela.

Isso é uma vitória, ainda que, como já dissemos na primeira parte da tese, não é uma novidade na luta por moradia a presença de liderança feminina. O que aponta também os limites dessa vitória. As mulheres estão presente nessas lutas, pois, por serem sobrecarregadas com os trabalhos reprodutivos, necessitam de moradias, rede de saneamento, escolas, postos de saúde etc. para poder realizá-los. Em contrapartida, a participação na luta, muitas vezes, lhes permite potencializar suas vidas como um todo, reduzindo os níveis de violência doméstica sofridos e ampliando suas autonomias, como descrito a partir de vários exemplos no artigo de Diana Helene (2019) e no forte relato de Ivanete Araújo exposto na epígrafe dessa segunda parte da tese.

Especificamente com a líder Jucilene apresentamos seu relato pessoal, no quadro 4.2, que aponta para a mesma direção:

Quadro 4.2 – Relato da líder Jucilene sobre a da luta por moradia[182] (Cidade Locomotiva – Ribeirão Preto/SP)

Jucilene nos conta que ouviu falar da ocupação no bairro Ribeirão Verde por uma colega de trabalho e decidiu ir, porque não estava dando conta de pagar o aluguel. Deixou seu único filho com sua mãe, que reside na cidade de Porto Ferreira (a noventa quilômetros de Ribeirão Preto), e foi para a ocupação. Chegando lá, não ficou na fila para a distribuição de terrenos, como orientado pelos organizadores. Encontrou um terreno demarcado e começou a capinar gerando certo conflito com os organizadores, porém possibilitando a aproximação deles para resolver devidamente a questão. Como estava de férias do serviço, foi ajudando o pessoal da organização: marcando os nomes dos moradores no "caderninho", dividindo a comida e outras doações que chegavam e, assim, foi se envolvendo com o movimento organizado. Hoje é presidente da Associação de Moradores Cidade Locomotiva, anteriormente era secretária e cada dia vê mais sentido na luta. Antes de chegar na primeira ocupação (no Ribeirão Verde), estava para se casar com seu então namorado, porém ele a ameaçou dizendo que se ela fosse para a ocupação ele não continuaria com ela, porque não era coisa de "mulher direita" participar de ocupação. Mesmo assim, ela foi e eles se separaram. Hoje, diz que não se imaginaria naquela vida de casada, tendo que cozinhar e lavar roupa de marido. Conta que tem aprendido muito participando do movimento e não quer sair. Mas o dia a

[182] Não conseguimos fazer esse relato especificamente com as palavras da líder, porque o mesmo ocorreu num momento de convivência e conversas informais entre ela e a pesquisadora. Quando finalizada a conversa, pediu-se a autorização de Jucilene para utilizar seu relato nessa pesquisa. Mais uma vez os trabalhos de campo interativos, que vão além da realização de entrevistas, sejam estruturas ou semi-estruturadas, se mostram essenciais para o aprimoramento da investigação.

dia não é fácil, tem que fazer muita coisa, há muitos conflitos entre as lideranças e com moradores e moradoras. Ainda assim, considera a parceria dos outros companheiros e companheiras de luta muito importante porque cada um soma com um pouco do que sabe. Seu filho voltou a morar com ela logo que conseguiu finalizar a transformação do vagão de trem abandonado na sua casa.

Fonte: trabalho de campo (maio de 2018)

É notável como a desigualdade de gênero está intrinsecamente relacionada com as liberdades de escolhas de uma mulher. Jucilene destaca dois pontos como fundamentais para sua autonomia: a participação no movimento de moradia e o fato de não estar trabalhando como dona-de-casa. Esses elementos embatem diretamente com a construção social de gênero que direciona expectativas e limita as possibilidades na vida das mulheres (FEDERICI, 2017; MCDOWELL, 2000; SCOTT, 1989; VALENTINE, 2007). O que Jucilene nos relata é a coragem necessária para ir contra tais expectativas que são associadas a nós, mulheres, sem que as tenhamos escolhido. Como escreve Patricia Hill Collins (2019, p. 424) "Ao procurar dados em dimensões de sua vida pessoal que são sistematicamente excluídas das abordagens positivistas de validação do conhecimento, [aponta-se à] experiência vivida como um critério de significado".

O uso do termo "mulher direita" indica toda a pressão e controle social que há sobre o corpo da mulher e suas possibilidades de luta pela sobrevivência. Busca-se com isso reduzir sua autonomia. Indicar que "mulher direita" é aquela que não ocupa significa destinar que a mulher, pobre, negra, chefe de domicílio, monoparental está fadada a pagar aluguel, ou morar de favor, durante toda a vida. Está fadada a uma reduzida autonomia. Quando se associa essa naturalização aos índices da feminização da pobreza imobiliza-se a vida dessas mulheres. E, como explicado por Federici (2017; 2019), é justamente esse um dos objetivos do sistema capitalista que se associa ao racismo e ao patriarcado desde sua gênese. Ou seja, ter controle sobre o corpo da mulher para que este atenda aos fins necessários para a manutenção desse sistema: o trabalho doméstico e não remunerado de reprodução da vida e da força de trabalho.

Além disso, a sobrecarga das mulheres pela obrigatoriedade dos trabalhos reprodutivos leva à dinâmicas familiares intensas, como se verifica no relato de Jucilene. Marianna Moreira (2015), a partir da pesquisa que realizou nas dinâmicas de famílias residentes em ocupações de imóveis vazios, se aprofunda na análise dessa dinâmica e explica que

> é preciso nos desfazermos da imagem estática da unidade doméstica, visto que as análises pautadas em "tipologias residenciais" – de diferentes categorias residenciais – se adaptaram particularmente mal às populações pobres urbanas, uma vez que obscurecem aspectos fundamentais da organização do grupo doméstico: sua flexibilidade e suas mutações no tempo (MOREIRA, 2015, p. 91).

A autora acima aponta inclusive como o cuidado das crianças exige a negociação de diversas fronteiras (de gênero, raça, etnia, geração, religião etc.), dentre as quais se destaca, no relato de Jucilene, a geracional. Seu filho chega a ficar mais de um ano com a mãe na cidade de Porto Ferreira e, hoje, está com a líder e seu companheiro na nova ocupação que estão organizando na área rural da cidade de Jardinópolis, na região de Ribeirão Preto. Trata-se de um dinamismo que precisa ser mais estudado nas pesquisas da Geografia.

Essa incorporação à luta por parte de Jucilene que a levou não só à participar da ocupação como à organizá-la e, junto disso, também lhe possibilitou elaborar novas matrizes discursivas quanto à construção social de gênero, nos permite compreender seu caminhar pessoal no sentido da constituição de um sujeito coletivo (RODRIGUES, 1988).

Ao mesmo tempo, e também expondo os limites da vitória que simboliza ter uma mulher como presidenta da associação, há uma redução do protagonismo da líder em momentos de enfrentamento policial, como pode ser verificado pelo tamanho do ícone que a representa nos eventos 3 e 6, e nos momentos de representação para além do lugar. Ou seja, quando as lideranças participam de programas na mídia local ou fazem exposições nas casas legislativas, são os líderes masculinos que representam a comunidade. Enquanto nas reuniões entre as lideranças das outras comunidades da cidade isso não ocorre, indicando que nas fronteiras do lugar Jucilene se mantém considerada capaz, por ela mesma e pelos companheiros de luta, de representar a comunidade. Não obstante, esses limites tendem a ser ultrapassados com o acúmulo dos saberes e conhecimentos por parte da líder, como se sugestiona ao observarmos as mudanças corporais de Jucilene nas fotografias expostas na foto 4.3.

Na imagem de cima à esquerda é notável como a única líder que está tomando nota na reunião é a mulher. Na fotografia à direita não há participação da líder na reunião junto ao poder público, nela estão presentes algumas das principais lideranças da UMM a nível regional. Já nas imagens de baixo altera-se um pouco essa disposição. À esquerda nota-se como a mesma líder possui mais centralidade, talvez mais força, em reunião realizada no vagão social da Cidade Locomotiva. E na fotografia de baixo à direita, da mais recente reunião feita com o secretário de Planejamento e Gestão Urbana, em março de 2020, há algumas mudanças. Além da presença de mais líderes mulheres, a líder da Cidade Locomotiva, que segue sendo a única a tomar nota, também demonstra uma posição mais fortalecida, mais à vontade talvez, nesse espaço dominado por homens brancos e de classe de renda mais alta.

Foto 4.3 – Reuniões com o poder público e no vagão social da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Página do Facebook Cidade Locomotiva (2018, 2019 e 2020)

Ainda sobre o evento geográfico 5, da oficialização da Associação de Moradores Cidade Locomotiva, em fevereiro de 2018, há mais elementos possíveis de serem analisados. Para começar sua data. Oficializa-se a associação após quatro anos da ocupação; nesse meio tempo, já havia sido instalado o sistema de energia elétrica, de distribuição de água, de saneamento, acesso à internet, além de todas as 370 casas, enfim, tudo o que descrevemos no terceiro capítulo. Como aponta Marcelo Lopes de Souza (2011, p. 156):

> as associações de moradores exercem o papel de agências de "intermediação jurídica" (no sentido de uma juricidade alternativa, não estatal) (...). Transação de compra e venda contam, (...) pelo Brasil a fora, com líderes de associações de moradores como testemunhas; as associações de moradores "oficializam" tais transações e os documentos daí decorrentes – muitas vezes um simples papel escrito à mão -, invocando um poder normativo e regulador geralmente reconhecido pelos moradores, por meio do carimbo da entidade e da assinatura de um representante seu. (...). (...) sob a mediação de uma instância microlocalmente reconhecida como possuindo legitimidade normativa também nesse terreno.

Esse fato indica três possíveis conclusões: destreza da população para construir cidade; maior necessidade dessas infraestruturas para sustentar a vida; e terceira, que é uma somatória das duas anteriores, dificuldades para lidar com a norma, entendida também como uma técnica, pois envolve uma quantidade considerável de papeis e regras a serem lidas e compreendidas. Conforme Bruno Latour (1996) há poder instituído não só através desses objetos-documentos (o não humano), como por meio deles (a relação entre não humanos e humanos), pois considera-

se que esses objetos têm agência (*apud* FARÍAS, 2011). Dessa maneira, os objetos-documentos de oficialização de uma associação de moradores estabelecem diferentes redes entre os atores da periferia urbana e os atores que fazem o trabalho burocrático de elaborá-los. Trata-se de compreender quem são os objetos e os atores através das redes que se instituem a partir desses objetos. Quando notamos o tempo que se tarda para oficializar uma associação, que não precisa esperar um período mínimo de tempo de existência da comunidade para poder ser instituída, e o reduzido grau de complexidade que esse documento possui para quem tem conhecimento dessa burocracia, pode-se compreender que as diferentes redes constituídas a partir desse objeto distribuem de maneira diferente o poder embutido nesse objeto-documento e que de emana.

Por outro lado, ainda desdobrando-se a terceira conclusão, pode-se compreender a menor relevância da instituição de uma associação formal para a manutenção da vida. Não obstante, parece ser importante para a luta pelo lugar. Isso indica o acúmulo de conhecimento que o processo de luta leva, fazendo com que uma ação que não pareça essencial para a manutenção e reprodução da vida ganhe importância por vislumbrar além da manutenção da vida, instrumentalizando a luta pelo lugar, que pode levar ao direito ao território.

Outro elemento que se destaca é a necessidade de alfabetização para conseguir organizar uma associação formalizada. O acesso à educação de qualidade com condições de permanência pode ampliar ou reduzir as desigualdades vividas nos lugares e na luta por este. O fato de Jucilene ser alfabetizada facilita a realização dos trâmites burocráticos para fundar a associação. Este marcador social influenciará diretamente na Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão conforme veremos no próximo subcapítulo.

Quanto à importância da criação da AMCL na luta pelo lugar, retomamos a proposta do pesquisador indiano Partha Chatterjee (2008) que trabalha, dentre outros objetos, com áreas de ocupação na cidade de Calcutá (Índia). Esse autor nos ajuda, assim como Milton Santos (2014 [1987]), Arlete Moysés Rodrigues (1988), Marcelo Lopes de Souza (2011), Regina Bega dos Santos (2004), no entendimento da importância da organização na luta social que terá suas especificidades em cada frente de batalha. Na luta por moradia, que tem como um dos fundamentos o questionamento aos ditames da propriedade privada, essa organização é essencial para impedir a remoção ou reduzir o grau de violência quando esta ocorre (SANTOS, 2014 [1987]), embora isso não seja uma regra.

Nesse sentido, Partha Chatterjee (2008) propõe que há necessidade de revestir um grupo de população numa comunidade para que seja possível negociar seus direitos. Instituir, assim, um tipo de unicidade em meio a pluralidade de pessoas que habitam nesses lugares. Cada um chegou num momento no lugar, há famílias com problemas diferentes entre si, com origens e

costumes diferentes etc., então, é necessário constituí-las com algo em comum, por alguma perspectiva em termos legais, ou seja, discriminável na legislação. Por isso, escreve o autor (CHATTERJEE, 2008, p. 130), "Éste es un elemento crucial de la política de los gobernados: "revestir la forma empírica de un grupo de población (tal o cual asentamiento, por ejemplo) con los atributos morales de una comunidad"".

Ele nomeia essas estratégias da população que ocupa terras urbanas de política dos governados na qual é importante valorizar as pequenas, e muitas vezes efêmeras, vitórias. Nesse sentido, o autor escreve que "En países como India [dentre os quais incluimos o Brasil no ámbito da luta por moradia], cuando los pobres (…) consiguen influir en su favor en la implementación de políticas públicas, podemos (y debemos) decir que han expandido sus libertades por caminos que no estaban para ellos en la sociedad civil" (CHATTERJEE, 2008, p. 143).

Recordemos que, quando falamos em ocupações urbanas, estamos falando de quebras e questionamentos à propriedade privada baseado justamente na tensão entre direitos sustentados legalmente e direitos adquiridos pelo uso contínuo[183] (CHATTERJEE, 2008, p. 145). Por isso, nos parece importante a formação da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL), pois através dela abrem-se caminhos para a legitimidade da política do cotidiano perante o poder público.

A instituição dessas associações tendo como presidenta uma mulher demonstra também a possibilidade de ampliação da autonomia das mulheres que constroem esses lugares. Dentre as sete ocupações da União dos Movimentos de Moradia (UMM) existentes em Ribeirão Preto, pelo menos três têm líderes mulheres como diretoras. São elas: Cidade Locomotiva, Cidade dos Trabalhadores e Sete Curvas. Dizemos que são pelo menos três, pois não conhecemos todas as comunidades. Não obstante, apenas a Cidade Locomotiva possui associação formalizada até esse momento.

No **evento geográfico 6** (Ocupação na prefeitura contra remoção da comunidade Vila União – setembro de 2018) há outra vitória demonstrada no acúmulo de força por parte do movimento de moradia representado pelo aumento do ícone das lideranças na espacialização do evento. Esse acúmulo se deve ao seu desfecho. Após dois dias de ocupação da PMRP, as

[183] O autor diferencia os direitos adquiridos pelo uso contínuo como uma importante chave de análise para os países como a Índia o que, uma vez mais, nos parece válido para o Brasil. Dentre outras possibilidades, o usocapião, o direito real de uso e a concessão de uso especial para fins de moradia são alguns dos instrumentos urbanos que já temos legislado na política urbana brasileira em consonância com a compreensão dos direitos adquiridos. Esses direitos, inclusive, vêm sendo questionados com a 80ª. Proposta de Emenda à Constituição elaborada pelo senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

lideranças foram chamadas para uma reunião de negociação com o Secretário de Planejamento e Gestão Urbana, Edsom Ortega (PSDB). Nela, lograram alterar a data da reintegração de posse da comunidade Vila União[184] (pertencente à UMM), que havia sido iniciada no dia anterior à ocupação da sede da prefeitura, e instituiu-se o Decreto Municipal (n. 150/2019) com a inserção de catorze novas áreas para regularização fundiária de interesse social (REURB-S).

Trata-se, como sempre, de uma vitória incompleta, efêmera e momentânea porque, a reintegração foi apenas adiada, e não suspensa. Além disso, só com o passar do tempo se confirmará se esses novos núcleos incluídos para serem regularizados o serão de fato. E mesmo que sejam, como já dissemos, o processo tende a expulsar diversos moradores e moradoras que construíram o lugar devido ao encarecimento que a regularização gera, à pressão imobiliária para venda dos imóveis e porque raras vezes não se exige a remoção de algumas moradias devido a riscos socioambientais, necessidade de áreas para instalação de fixos públicos etc. durante um processo de regularização. Como escreve Flávio Villaça:

> Verificar até que ponto a atuação de um governo corresponde a política pública por ele anunciada, ou seja, corresponde ao seu discurso, é uma tarefa complexa. (…). O mais importante é desvendar e entender a ação real do governo, porque na maior parte dos casos ele procura escondê-la, esconder as consequências daquilo que faz, esconder seus reais objetivos. Entretanto, pode não ser possível confrontar a política enunciada com a política efetivamente implementada, uma vez que os governantes nem sempre enunciam com antecedência a política que vão seguir. (…). Dir-se-á que toda e qualquer política tem sempre uma dimensão econômica. Sim, mas a questão é descobrir quem, que grupo ou classe, comanda a política, efetivamente decide quanto a ela e quais os benefícios que auferem, mesmo que existam outros grupos que possam até receber algum benefício, mas que não tem qualquer controle sobre a política (VILLAÇA, 1986, p. 09).

Na espacialização do evento 6 alteramos a coloração da fogueira, ou seja, fizemos a leitura de que essa manifestação não tem potencial de extrema violência, pois ela foi realizada na própria sede da prefeitura que se localiza no centro da cidade. Assim, houve considerável garantia de proteção para as pessoas que a realizaram, porque os gestores públicos não têm interesse em criar cenas de violência em meio a população de passagem pelo Centro. Neste circula um conjunto diverso de pessoas dentre as quais muitas não imaginam qual é o real tratamento destinado, por parte do poder público, para a enorme parcela da população pobre,

[184] No portal de notícias Cidade On, no dia 27/09/2018, na reportagem intitulada "Após manifestação, prefeitura adia reintegração de posse na Vila União: secretário de planejamento afirmou que prefeitura não deve participar da reintegração até a conclusão das tratativas com a comunidade". (Acessada em 11/08/2019)

negra e mães monoparentais da cidade. Pelos mesmos motivos, o ícone da força policial é o menor de todos.

O período de duração do evento tem uma duração um pouco maior do que o dos eventos 3 (A e B) e isso se deve ao fato de que a ocupação da sede da prefeitura teve a duração de dois dias. Em ambos casos há interesse por parte do Estado de que a duração seja, de maneira geral, curta. Ainda assim, nota-se como bloquear o uso de espaços públicos onde prevalecem interesses privados, como são as rodovias, aeroportos e ferrovias (evento 3), leva a uma velocidade maior para que o poder público aja do que em espaços públicos não utilizados diretamente pelas corporações, como é o caso da sede da prefeitura.

Dessa forma, o evento 6 é o que mais nos ajuda a compreender a dinâmica do acúmulo de força entre o conjunto de eventos representados, pois com base nele demonstra-se a capacidade de negociação por parte dos e das líderes com o Estado, já que conseguiram, pelo menos momentaneamente, inserir novas ocupações na lista de regularização fundiária. Isso pode indicar que algumas das estratégias de luta realizadas pelas lideranças obtiveram resultados eficientes, dentre elas consideramos: a participação de um movimento social organizado de considerável envergadura na luta, a UMM, e as estratégias de informação-comunicação, instruídas por ela, para que as lideranças participem ativamente dos Conselhos Municipais. Opinião que foi externada por um dos maiores líderes desse movimento em evento realizado em Ribeirão Preto. Acompanhando esses dias de ocupação da prefeitura, através do que era notificado pelo grupo de *Whatsapp* da Cidade Locomotiva, era nítido o conhecimento que o secretário de planejamento tinha das lideranças que são mais participativas nesses espaços abertos à sociedade dentro do poder público.

Queremos aprofundar um pouco essa análise antecipando o que pode ser um dos desdobramentos da pesquisa. Partimos da constatação teórica que aponta Michel Foucault (1989 [1979], p. 148) de que "todo saber tem sua gênese em relação de poder". E é notável como isso que estamos nomeando de "acúmulo de força" se deve, não só, mas em grande medida, à participação da União dos Movimentos de Moradia (UMM) na região de Ribeirão Preto. Essa afirmação se explica, a nosso ver, pelo conhecimento e saber que essa organização possui da luta por moradia. Ou seja, trata-se de um saber-conhecimento da legislação urbana brasileira, da comunicação com o poder público e seu braço armado (PM), e de estratégias de comunicação-informação. Todos esses saberes-conhecimentos possibilitam alterar, ainda que momentaneamente, as relações entre a população pobre, negra, do gênero feminino e o poder público local.

No intuito de problematizar o desenrolar desses eventos na Cidade Locomotiva, concordamos com a análise de Partha Chatterjee (2008) de que, embora temporais e conjunturais, as vitórias alcançadas pela população precisam ser valorizadas justamente para permitir-nos novas compreensões das relações de poder que se dão nesses lugares. Como escreve o autor:

> El éxito de (…) [las] reivindicaciones depende por completo de la habilidad de los grupos particulares de población que las articulan para movilizar apoyos e influir en la implementación de las políticas públicas en favor suyo. **Pero este éxito es necesariamente temporal y coyuntural.** El balance estratégico de las fuerzas políticas puede cambiar y las reglas pueden dejar de ser flexibles (CHATTERJEE, 2008, p. 134, destaque nosso).

Sua análise nos parece certeira e, por isso, é importante que essas lutas por moradia sejam estudadas através dos seus eventos geográficos, por permitir que compreendamos melhor seus processos. Afinal, ainda que seja muito difícil que alcancem exatamente aquilo pelo que lutam, a regularização integral com a devida urbanização e aquisição da posse documentada mantendo toda a população na própria área, outras pequenas vitórias vão sendo alcançadas no desenrolar dessas longas lutas. As pesquisas precisam se aprofundar nos estudos desses pequenos ganhos nos quais residem as contra-racionalidades ao sistema político econômico capitalista. Onde brechas que apontam para o futuro podem ser vislumbradas (os afrofuturismos e a outra cidade em gestação). Assim, a única certeza que se tem é a da necessidade e importância da luta cotidiana e, mais do que isso, de que a luta ensina, fortalece e move a sociedade em direção ao amanhã.

> La sociedad civil actúa como referente ideal para las fuerzas favorables al cambio político, pero es a través de la lucha cotidiana por el reconocimiento de derechos legales y derechos adquiridos como se pueden producir, a largo plazo, redefiniciones sustanciales de la propiedad y de la ley en el ámbito del Estado moderno realmente existente. **Lo paralegal, a pesar de su estatus ambiguo, no es una condición patológica de la modernidad tardía: en la mayor parte del mundo es parte integral del proceso de construcción histórica de la modernidad** (CHATTERJEE, 2008, p. 153 e 154, destaque nosso)

Na mesma direção escreve Milton Santos ao diferenciar as políticas dos de baixo da política institucional imposta desde cima:

> na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos *de baixo*, constituída a partir das suas visões de mundo e dos lugares. (...) a política institucional (...) se funda na ideologia do crescimento, da globalização (...). A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. Nos lugares, uma e outra se encontram e confundem, daí a presença simultânea de comportamentos contraditórios, alimentados pela

> ideologia do consumo. Este, ao serviço das forças socioeconômicas hegemônicas, também se entranha na vida dos pobres, suscitando neles expectativas e desejos que não podem se contentar. (...) a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia (SANTOS, 2014 [1987], p. 132 e 133).

O evento geográfico 6 nos permite, ainda, uma análise da interseccionalidade nas relações cotidianas. Como é possível visualizar no mapeamento, o ícone representando a liderança feminina indica menor acúmulo de força do que em relação a masculina. Isso se deve a diversos elementos que fomos notando durante esses dias de enfrentamento direto com o poder público. Durante os dois dias de ocupação da sede da prefeitura houve presença da mídia local registrando-a e apenas os homens deram declarações a esse meio de informação (foto 4.4). Assim como, as primeiras pessoas com quem se comunicou o secretário de planejamento foram com os líderes homens. Da mesma maneira, quando ocorreu a reunião de negociação, embora estivessem presentes tanto homens como mulheres (e seja importante valorizarmos a presença dessas líderes mulheres), foi nítido como o servidor público negociou diretamente com os homens, com destaque para o único líder branco e com formação de terceiro grau dentre os participantes na reunião, Mauro Freitas. É possível visualizar um pouco desses acontecimentos na foto 4.5 na sequência. Em grande medida essa espécie de reverência social se constitui como um dos aspectos simbólicos da dominância masculina nas relações, permeadas pela estrutura do poder patriarcal. Pode-se observar na primeira fotografia os líderes homens sendo entrevistados (com destaque para o desenho estampado na camisa da UMM, utilizada pelas lideranças, de uma famosa imagem da pesquisadora-militante, negra, estadunidense, Angela Davis). E nas fotografias seguintes se vê como havia apenas três líderes mulheres na reunião com o poder público e somente duas tinham lugar na mesa.

Foto 4.4 – Entrevistas pela mídia local apenas de líderes homens (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Grupo de *Whatsapp* (2019)

Foto 4.5[185] – Reunião de negociação durante ocupação da PMRP (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Grupo de *Whatsapp* (2019)

Mauro Freitas já foi Secretário de Planejamento da cidade durante a segunda gestão do Antônio Palocci (PT, 2002-2004), como já dissemos, e hoje faz parte da União dos Movimentos de Moradia (UMM) tendo uma participação fundamental tanto no trato com os políticos, ainda que não seja o principal porta-voz do movimento nas mídias locais nem nos espaços do poder público legislativo, quanto na elaboração de projetos e realização de avaliações técnicas das ocupações realizadas pela UMM, na região de Ribeirão Preto, por ser arquiteto-urbanista e ter um escritório voltado para isso. Sua importância na relação com o poder público local se deve

[185] A baixíssima qualidade das imagens se deve a terem sido retiradas de um vídeo gravado por uma liderança antes de começar a reunião.

ao poder atrelado ao seu conhecimento técnico que faz com que os gestores locais lhe tratem com mais cuidado e atenção do que destinam às lideranças de maneira geral, além do fato de já ter sido secretário municipal. Além do poder que automaticamente é associado a sua imagem de homem branco escolarizado, e, portanto, mais palatável e respeitável.

Como já relatado por ele, a intenção do movimento é que outros líderes se fortaleçam e aprendam responsabilizando-se pela comunicação-informação com as mídias locais e com o poder público. Nossa dúvida é: por que Jucilene não é fortalecida e ensinada também nessa perspectiva? Ainda que seja indiscutível que os coordenadores regionais da UMM estejam sempre atentos a formação dela como líder, nos parece haver uma reprodução da construção social de gênero que acaba por ser fomentada pela instância de poder institucional que não reconhece Jucilene como líder.

Não fazemos uma crítica ao líder Mauro, o que seria uma enorme injustiça de nossa parte, pois ele realiza suas responsabilidades junto das comunidades com muito afinco, respeito e seriedade em todos os momentos que pudemos acompanhá-las. Na verdade, valorizamos muito o trabalho dele como de todos os e as líderes. Mas é necessário enfrentarmos esses limites da organização da política dos de baixo.

As mulheres que participaram da ocupação da prefeitura (evento 6), fossem elas líderes ou não, ficaram responsáveis por montar uma cozinha no pátio interno da prefeitura e por preparar as refeições. É possível visualizar a cozinha e as trabalhadoras/lideranças na foto 4.6. Neste fato, reconhecemos a reprodução da divisão sexual do trabalho em que aos homens é destinado o poder da fala e das decisões e às mulheres, o cuidado e a cozinha. Tal reificação desvela a violência do patriarcado que segmenta o movimento coletivo por gênero, atribuindo participações desiguais que acabam por tolher a participação feminina na política.

Foto 4.6 – Cozinha montada e gerida pelas mulheres na ocupação da PMRP (Ribeirão Preto/SP)

Fonte: Grupo de *Whatsapp* (2019)

Novamente, nosso objetivo é demonstrar como a interseccionalidade precisa ser visualizada para que seja combatida no enovelamento das desigualdades. No artigo de Marianna Moreira (2015), que analisa as espacialidades das famílias em contextos marcados pela instabilidade de moradia, a autora retoma uma interessante ponderação de quando nossas pesquisas nos levam a relatar essas dinâmicas:

> Procurar compreender certas dinâmicas não significa louvá-las, nem advogar sua preservação. Significa, antes, olhar de forma realista para as diferenças culturais que existem no seio da sociedade de classe – sejam elas de classe, gênero, etnia ou geração; significa explorar o terreno que separa um indivíduo do outro na esperança de criar vias mais eficazes de comunicação (FONSECA, 2004, p. 14 *apud* MOREIRA, 2015, p. 88).

Além disso, a construção rápida e eficiente dessa cozinha para funcionar durante dois dias é mais uma demonstração de novos usos dos objetos, de velhos-novos objetos e da modernidade alternativa em gestão da luta levada diariamente pela periferia urbana.

A partir dos eventos que espacializamos na Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Cidade Locomotiva, se destacaram dinâmicas que enovelam as relações de classe-raça-gênero mantendo as desigualdades estruturais da formação socioespacial brasileira na ação da Polícia Militar, do judiciário e do poder público local, assim como na divisão de tarefas que reproduz a construção social de gênero. Além disso, os diferentes graus de alfabetização e escolaridade por parte dos líderes altera, também, suas funções na luta, o que nuança, uma vez mais, condições desiguais estruturais e históricas. Mas mais do que isso, a elaboração dessa cartografia e sua análise nos permitiu ampliar a compreensão dos pormenores da luta pelo lugar. Apenas datar o mês que começou a ocupação, os momentos que a marcaram e o dia que foram removidas pode ocultar diversos conflitos e confrontos, anteriores e posteriores à ocupação em si que levam a uma narrativa generalizante das periferias. É necessário adentrar esses momentos marcantes e aprofundar a análise relatando a disputa de forças estabelecida em cada um deles e como foram dinamizados para a superação, ou não, das tensões colocadas.

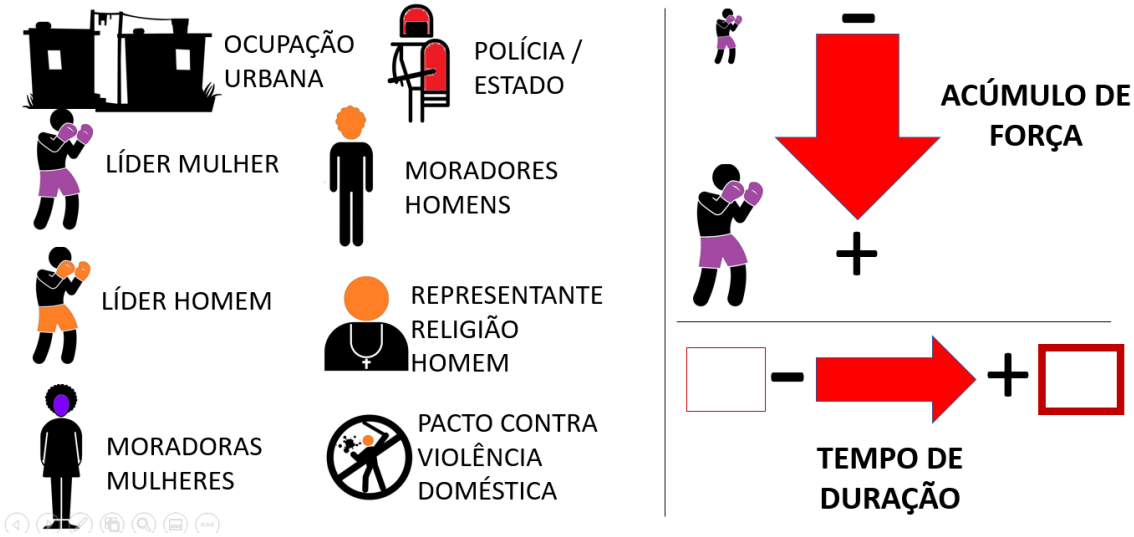
No próximo subcapítulo apresentaremos a Cartografia da Luta pelo Lugar na comunidade Menino Chorão e as análises que esse exercício de representação cartográfica nos possibilitou elaborar.

4.2 Cartografia da Luta pelo Lugar: Menino Chorão

Para expor a Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão, localizada na cidade de Campinas/SP, alteraremos alguns elementos da organização que fizemos no subcapítulo anterior. Selecionamos sete eventos para serem representados e para apresentá-los faremos em três blocos (Representação 1, Representação 2 e Representação 3), pois tivemos que compartir a cartografia obtida através do exercício proposto. Isso se deve ao fato de quatro dos eventos ocorrerem na mesma localização, na própria comunidade, assim, para deixá-los todos dentro de apenas uma representação teríamos que ignorar suas localizações. Consideramos que a localidade onde eles ocorrem é importante, pois possibilita, ou impossibilita, o acesso a diferentes recursos para a luta. Como demonstramos no item 3.1 e na atividade cartográfica elaborada para a Cidade Locomotiva.

Para espacializar esses eventos foram necessárias algumas mudanças também na iconografia elaborada. Inserimos ícones para representar os moradores homens e as moradoras mulheres que vivem no local. Inserimos, ainda, um ícone para representar os agentes religiosos; e um para o pacto de não-violência doméstica. Além disso, removemos as simbologias que indicavam a existência de confrontos com iminência de violência ou com iminência de extrema violência, pois estes estavam ligados aos eventos nos quais houvesse a presença do braço armado do Estado, a Polícia Militar, e, embora haja dos dois eventos em que esses agentes participam, não houve confronto. Também retiramos os símbolos que se referiam às materialidades da rodovia, prefeitura e aeroporto por não terem sido mobilizados como recursos para a luta em nenhum dos eventos. Assim, apresentamos no quadro 4.3 a iconografia desenvolvida.

Quadro 4.3 – Iconografia da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão (Campinas/SP)



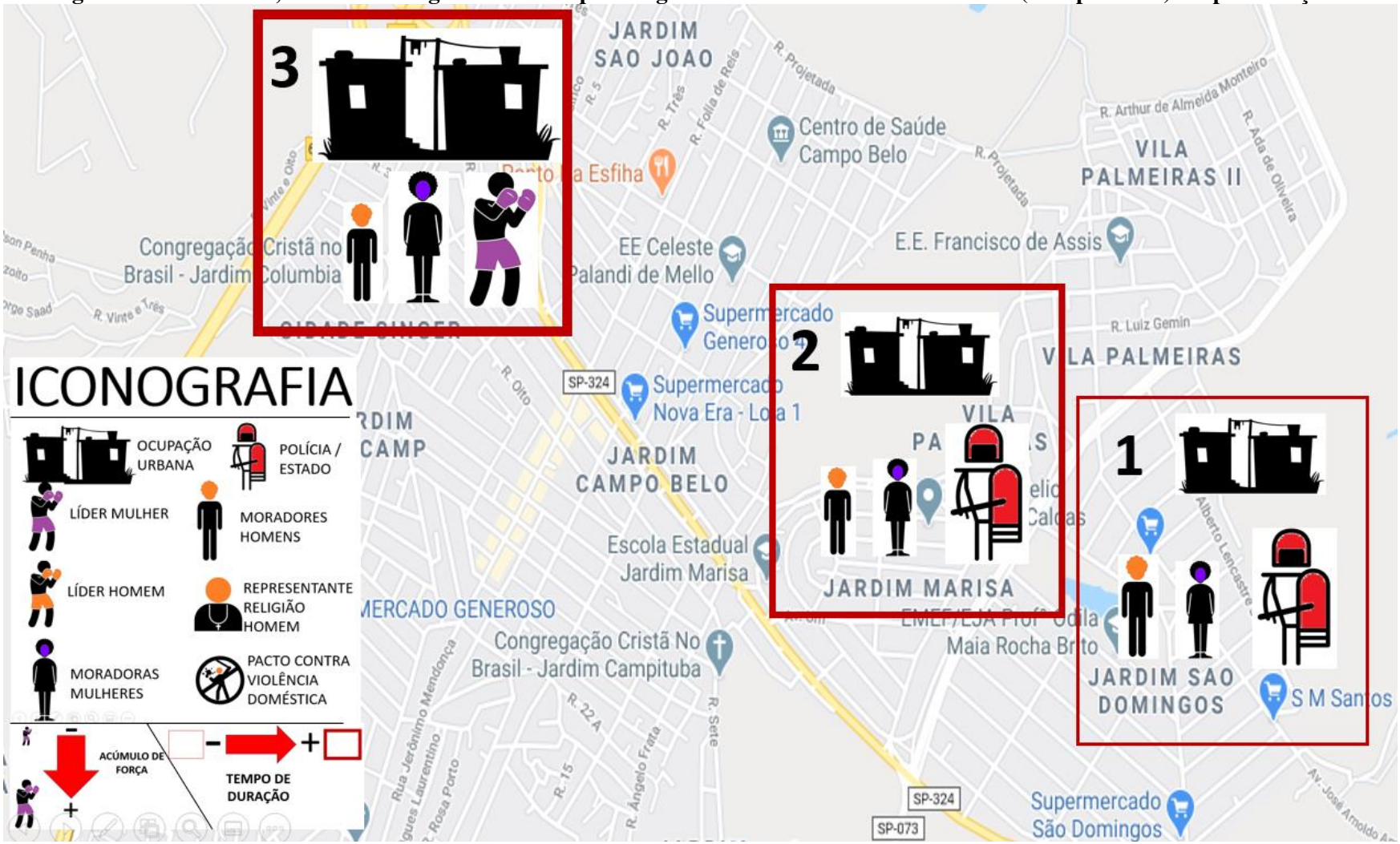
Elaboração: autoria própria (2020)

Na sequência descrevemos cada um dos ícones:

a. Líder mulher – lutadora de boxe com luvas lilases;
b. Líder homem – lutador de boxe com luvas laranjas;
c. Ocupação – barracos;
d. Moradoras mulheres – pessoa lilás;
e. Moradores homens – pessoa laranja;
f. Representante religioso do gênero masculino – pessoa com sinal em cruz laranja;
g. Existência de pacto contra a violência doméstica – símbolo de proibido agredir com pessoa do gênero masculino (laranja).

Na sequência, expõe-se a Representação 1 da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão (figura 4.3) no qual foram espacializados os eventos geográficos 1, 2 e 3. Logo após a representação descreveremos cada um dos eventos e, concomitantemente, os analisaremos, pois fazê-lo apenas após a apresentação de todas as representações e de todos os eventos distanciaria a espacialização de sua análise, o que nos pereceu prejudicar a proposta cartográfica.

Figura 4.3 – Eventos 1, 2 e 3 da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão (Campinas/SP): Representação 1



Fonte: Google Mapas (2020)
Elaboração: autoria própria (2020)

1) **Ocupação realizada no bairro Jardim São Domingos na região do Jardim Campo Belo – 2009:**

A formação da comunidade Menino Chorão se confunde com a história da líder Dona Carmen. Entendemos o início desse lugar com a primeira ocupação da qual ela participou como moradora e que ocorreu no bairro Jardim São Domingos. Não havia liderança nessa ocupação. A população se manteve nela durante poucos meses sem chegarem a construir casas em alvenaria. Devido a esta última característica escolheu-se representar o ícone da materialidade da ocupação como o menor dentre todos os setes eventos.

O tempo exato que Dona Carmen ficou nesse local é difícil de ser delimitado por ela, que já nos disse de dois a seis meses em diferentes entrevistas e conversas que tivemos ao longo dos anos. Nota-se como a temporalidade quando se vai de ocupação em ocupação parece ser bem diferente daquela de quem tem estabilidade de moradia. Trata-se do "tempo social da ação (...) as ações se inscrevem no tempo absoluto, mas são ritmadas por tempos relativos, fracionados segundo estruturas particulares" (RAFFESTIN, 1993, p. 49). Como reflete Norbert Elias

> Que os relógios sejam instrumentos construídos e utilizados pelos homens [sic] em função das exigências de sua vida comunitária, é fácil de entender. Mas, que o tempo tenha igualmente um caráter instrumental é algo que não se entende com facilidade. (...). O quanto a incapacidade de considerar as funções de orientação e de regulação social do tempo contribuiu para as dificuldades que têm entravado nossos esforços de chegar a uma teoria consensual do tempo é algo que se destaca, em particular, das tradicionais tentativas que visam resolver o problema no plano filosófico (1998, p. 9).

Consideramos que o esforço de representar os eventos geográficos tentando visualizar essas dimensões (localização, duração, agentes, distribuição de força, materialidades e ações dinamizadas) possibilitam uma maneira de pensarmos a relatividade que tais componentes do evento possuem, assim como suas imbricações (SANTOS 2017 [1996]). Quanto ao tempo de duração, nossa decisão momentânea foi a de mensurá-lo em relação aos outros eventos espacializados. Decidiu-se, então, pela espessura do retângulo como a menor dentre os três eventos da Representação 1 principalmente devido a manutenção das casas como barracos demonstrando a constante instabilidade vivida na duração desse evento, além disso a construção em alvenaria é uma das marcas das ocupações urbanas possibilitando diferenciá-las de outras formas-conteúdo da periferia urbana.

Devido ao início do Programa Municipal Vip-Viracopos estavam sendo controladas as novas ocupações na região do Jardim Campo Belo, posto que se enunciou que seria regularizada (processo que, ao fim, ocorreu em poucos bairros da área). Diferentemente do que vinha

acontecendo até então, pois, entre 1997, quando ocorreu a primeira ocupação na região, e 2008, quando começou o respectivo programa, não havia nenhuma preocupação por parte do poder público local de fazer esse controle (RIZZATTI, 2015a). Esse é um dos retratos mais fiéis da urbanização corporativa e interseccionalizada: a constante expulsão dos pobres urbanos dos lugares construídos por eles quando um vetor da modernização os alcança com maior intensidade. Nesse caso, o vetor é a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos na qual se mobilizam diversos interesses corporativos.

A força policial é a maior dentre todos os agentes que participam do evento porque foi efetivada a remoção que, entretanto, ocorreu sem violência física, afora a violência de perderem suas casas, pois, independentemente de serem de alvenaria ou não, havia tempo, energia, cuidado e esperança acumulados nelas. Justamente por isso, quando se retoma a formação de uma ocupação não se trata da história de um local, mas de um lugar, pois há acontecimentos ocorridos em outros locais e entre pessoas que não necessariamente estão ali. É o que ocorre nesse caso. Trata-se de uma rede entre agentes e objetos nos quais estes também possuem agência ao dinamizar emoções e lembranças.

Os ícones para representar os moradores e as moradoras indicam quase a mesma força acumulada, porém é um pouco maior no gênero masculino dada as características patriarcais da nossa formação socioespacial. Ou seja, consideramos que há uma reprodução das desigualdades de gênero, posto que, isso só não ocorreria se houvesse uma organização específica para questioná-la como acontecerá mais a frente nesse lugar.

2) Ocupação do Residencial Jardim Marisa na região do Jardim Campo Belo – 2009:

Parte das moradoras que estavam na ocupação removida do bairro Jardim São Domingos, após passarem alguns dias dormindo na rua, na região do Jardim Campo Belo, descobriram que as casas do Residencial Jardim Marisa estavam vazias e ocuparam-nas. Como eram casas já construídas, ou seja, com uma materialidade mais estável temporalmente, ampliamos um pouco o ícone representando a ocupação. Mas não é o maior dentre os três eventos, posto que para os e as agentes que participaram deles a estabilidade dessa ocupação não foi a maior de todas. Elas e eles se mantiveram nesse local pelo período aproximado de um ano, o que nos levou a representar a duração do tempo como a segunda maior dentre os três eventos.

Esse evento retoma também as verticalidades que atingem o lugar a partir do Programa Municipal Vip-Viracopos (2007-2010), pois o residencial foi construído a partir desse programa. Era fonte de reclamação de alguns moradores que entrevistamos, ainda durante a pesquisa de mestrado, a manutenção dessas casas vazias. Elas foram construídas para que

famílias removidas de outra área na região (especificamente da rua São João), que viviam em situação de risco socioambiental, fossem realojadas. O que ocorreu apenas após a ocupação do residencial que pressionou a prefeitura a iniciar o realojamento. Assim, há uma interessante contiguidade, um imbricamento, entre os cotidianos das pessoas que foram removidas do bairro Jardim São Domingos e da rua São João que, de modo geral, não se conheciam. Além de ser um episódio que demonstra o amálgama que permite a apreensão de um lugar. Mescla-se vetores da modernização (Programa Vip-Viracopos) e a unidade básica da vida social (moradia).

Para espacializar esse evento invertemos os tamanhos dos ícones das moradoras mulheres e dos moradores homens em relação ao evento anterior, porque elas já começaram a se organizar junto a Dona Carmen. Para compreender essa distribuição dos acúmulos de força necessitamos retomar um pouco a história de vida da líder.

Dona Carmen é natural de Fortaleza e chegou diretamente em Campinas enganada pelo tráfico sexual e foi mantida em cárcere privado no bairro Jardim Itatinga durante quarenta dias. Esse bairro se localiza próximo da região do Jardim Campo Belo. Após conseguir fugir dessa situação, junto de três amigas, foram para um abrigo no centro da cidade onde tiveram conhecimento da ONG SOS Ação Mulher e foram acolhidas pela instituição. Durante o período de acolhimento, Dona Carmen pode digerir um pouco das violências domésticas reincidentes que havia vivido por toda sua vida que deixou marcas visíveis e simbólicas por seu corpo e sua luta. Ela relata que, embora sempre tivesse a tendência a defender e se unir a outras mulheres, foi após esse período de acolhimento que ela definiu que essa seria sua bandeira de luta: ao redor da união e da proteção entre as mulheres e contra a violência doméstica. Assim, nesse evento 2, a líder vai ampliando cada vez mais suas ações nesse sentido. Por isso, demonstramos o ícone das moradoras mulheres um pouco maior do que o dos homens. Na nossa perspectiva, poderia haver o ícone da Dona Carmen como líder nesse evento. Porém ela não concorda que já fosse uma liderança nesse momento. Essa posição estava em gestação.

A análise concomitante entre os eventos geográficos do lugar e os eventos geográficos da vida da líder pode indicar que, além da conexão entre mundo e lugar, unicidade e diversidade, possível de ser feita através dos eventos geográficos, talvez eles permitam também a conexão entre corpo, lugar e mundo.

Além disso, mantivemos o tamanho do ícone representando a força policial, pois seu acúmulo se manteve em relação aos e às outras agentes dos eventos. Nesse momento, a líder, as moradoras e os moradores ainda não estavam organizados o suficiente para poder fazer frente e disputar o acúmulo de forças.

3) Início da ocupação Menino Chorão na região do Jardim Campo Belo – 2010:

Após ser a primeira moradora removida do Residencial Jardim Marisa, Dona Carmen chegou no local praticamente vazio no início da região onde se instalaria a comunidade. Havia alguns poucos barracos já construídos na área e a líder resolveu montar o seu. Entre uma remoção e outra ela relata que deixou seu pertences entre amigos para poder recorrê-los depois. Um acontecer importante no cotidiano da periferia urbana. No artigo de Marianna Moreira (2015), a autora sintetiza com base especificamente nas mulheres que fizeram parte de seus trabalhos de campo e que eram "gestoras" das suas famílias:

> As mulheres sem-teto deste trabalho jamais estão desabrigadas, mas nem sempre o abrigo comporta tudo aquilo que pertence à família. Assim, fazem circular pessoas e coisas, dispersam no espaço os integrantes do grupo, mesmo que apenas por um momento, para depois reuni-los novamente sob um mesmo teto, conferindo aquilo que poderíamos chamar de lar (MOREIRA, 2015, p. 117).

Não é exatamente o caso que estamos analisando nesse evento, pois, embora a vida de Dona Carmen também já lhe tenha obrigado a dispersar seus filhos/as algumas vezes, majoritariamente entre familiares, nesse momento do evento 3 não há essa necessidade. Quando ela migrou de Fortaleza para Campinas seus sete filhos e filhas estavam criados.

Aponta-se aqui para as interessantes análises que podem ser feitas considerando também a importância dos objetos (não-humanos) para compreender a dimensão dos lugares na dinâmica do cotidiano. Pode-se realizar uma análise dessa dinâmica a partir da agência dos objetos na capacidade de mobilizar afetos, memórias, lembranças que são importantes para compreender o cotidiano.

Algumas pesquisas vêm demonstrando, por exemplo, como as mulheres alteram suas rotas diárias devido a memórias acionadas em alguns locais por violências sofridas neles (RICO & SEGOVIA, 2017; JIRÓN & GÓMEZ, 2018). Ações semelhantes podem resultar de fotos, documentos, entre diversos outros objetos perdidos, quase perdidos ou quebrados nas inúmeras remoções vividas por uma pessoa, uma família ou um conjunto de pessoas.

O início da construção da casa de Dona Carmen nesse local onde, hoje, está a comunidade Menino Chorão, nos levou a inserir o ícone da líder mulher, posto que, sua chegada não indica a de uma moradora, mas também a de uma líder em formação. Além disso, o símbolo da ocupação e da duração do evento são os maiores dentre todos aqueles que foram considerados na atividade cartográfica. Nas próximas representações, as durações dos eventos espacializados se alterarão constantemente tendo este como principal referência, enquanto o ícone da ocupação se manterá sempre do mesmo tamanho delimitado aqui. Essas escolham se

devem a permanência da ocupação no local, ainda que tenham ocorrido mandatos de reintegrações de posse durante esse período nenhuma delas se efetivou.

Para dar seguimento a nossa análise, apresentamos na sequência (figura 4.4) a Representação 2 da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão na qual foram especializados os eventos 4 e 5.

Como é possível visualizar, na Representação 2 e na Representação 3 decidimos pelo uso de imagens de satélite da localização da comunidade, enquanto na Representação 1 e na cartografia da Cidade Locomotiva utilizamos as imagens da malha urbana. Consideramos que o uso da imagem de satélite seria o mais interessante para todas as atividades cartográficas, pois ela carrega mais as cores do lugar ampliando o vislumbre na vida de relações que há nele. Entretanto, quando se espacializam diversos eventos geográficos sobre uma mesma imagem de fundo, o uso da imagem de satélite aumenta a quantidade de informações a serem captadas visualmente gerando confusão e tirando o foco de outros elementos importantes da representação. Por isso, decidimos manter a imagem de satélite apenas nas representações que espacializam menos eventos.

Ao mesmo tempo, a visualização de todos os eventos na mesma representação ampliaria a eficiência da interpretação cartográfica buscada na atividade, pois permitiria comparar diretamente os acúmulos de forças nos e nas agentes, a relação entre a duração dos eventos e as relações entre um evento e outro. Porém, isso nem sempre é possível devido a necessidade de sobrepor espacializações. As limitações precisam ser reconhecidas para que lidemos com elas. O que nos resta é, então, suprir essas deficiências apontando-as e aprimorando a descrição e análise dos eventos.

Figura 4.4 – Eventos 4 e 5 da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão (Campinas/SP): Representação 2

Fonte: Google Mapas (2020)
Elaboração: autoria própria (2020)

4) Instituição da Dona Carmen como liderança e conflito com líder homem do bairro Jardim Colúmbia da região do Jardim Campo Belo – 2011:

Dona Carmen conta que seguia em contato com as famílias que ocupavam o Residencial Jardim Marisa e incentivou-as a ir para a nova ocupação, posto que suas remoções do residencial era questão de tempo. Após aproximadamente oito meses, foram chegando essas famílias e outras de mulheres que a líder havia feito amizade durante o período que viveu na rua e no abrigo no centro de Campinas; a comunidade passou de 50 para 200 famílias. A líder se arriscou a calcular que 80% delas era chefiada por mulheres. Foi quando o líder da ocupação do bairro Jardim Colúmbia, bairro no qual se localiza a ocupação, foi conversar com Dona Carmen e queria que aquela ocupação respondesse a ele como liderança. Ela e as outras mulheres que viviam ali se posicionaram contra o líder. Nas palavras de Dona Carmen: "Nós disse pra ele: e por que é que você que vai ser o líder? Você é um simples homi, você só é homem, é o que tem de diferente de você. E por isso você que vai ser nossa liderança?" Ela pediu que as moradoras mulheres dessem suas opiniões. E relata: "Eu me dispus a correr atrás dos direitos e lutar pela comunidade. Mesmo analfabeta, eu correria atrás de quem pudesse nos ajudar e pedi para quem concordasse que levantassem a mão". E, assim, foi decidido que ela seria a liderança da área. O líder do Jardim Colúmbia disse, então, que a comunidade teria que escolher um nome para que não fosse identificada como parte do bairro, fio quando decidiram por Menino Chorão.

Esse evento nos permite algumas análises.

Primeiramente, demonstra como o conflito leva, também, ao movimento. A definição oficial de quem seria a liderança da ocupação ocorreu devido a pressão realizada pelo líder do Jardim Colúmbia. Assim como, foi um catalizador da união e fortalecimento das moradoras mulheres entre si e com a Dona Carmen. Por isso, as representamos com ícones maiores que dos moradores homens. Afinal, essa união não foi acompanhada por eles. Fica nítido, também, como o acúmulo de forças do líder homem era reduzido, levando-nos a representá-lo com um ícone pequeno. Enquanto Dona Carmen é a agente com maior acúmulo de força nesse evento, porém não no total dos eventos. Esse máximo será atingido no quinto evento na sequência.

Soma-se a isso uma possível constatação da reprodução das relações sociais de poder com a pressão feita pelo líder homem de se tornar o representante de um grupo composto, majoritariamente, por mulheres sem nunca ter feito parte do seu cotidiano. O decréscimo de força e capital político experimentado pelo líder masculino poderia ser menor se sua chegada não correspondesse a um modo imperativo de fazer política. Caso priorizasse o diálogo, a coletividade poderia ter sido construída de outro modo, possibilitando talvez, a união de forças.

Podemos, talvez, sugerir que o respectivo líder pode ter se surpreendido com a negativa organizada que recebeu.

Nesse sentido, os vetores da modernização chegam aos lugares também através das relações sociais de poder que se reproduzem nele e por meio dele, por exemplo, através das relações de trabalho. Ao mesmo tempo, a unidade básica da vida social também faz essa reprodução, embora de modos diferentes, por exemplo, através da pressão realizada por parte do líder homem. Há assim indissociabilidade entre os vetores da modernização e a cultura do lugar. Como sintetiza D. Massey:

> Tampouco nossa experiência e interpretação de todas essas mudanças [do processo de globalização] dependem apenas do nosso lugar dentro ou fora das relações de classe capitalistas. Etnia e gênero, para mencionar apenas os dois outros eixos mais óbvios, também estão profundamente implicados nas maneiras como habitamos e vivenciamos o espaço e o lugar, e as maneiras pelas quais estamos localizados nas novas relações de compressão tempo-espaço (MASSEY, 1994, p. 164, tradução nossa).

Embora esses dois vetores, das lógicas globais e das lógicas locais, se constituam de maneira imbricada há relações que terão maior carga de um do que de outro. A cultura do lugar, no caso, é um importante limitador ou fomentador de alterações das relações sociais de poder a depender do contexto. Ainda assim, as desigualdades sociais estão sempre imbricadas, uma mulher negra sempre será vista como mulher e negra carregando todas as mazelas instituídas na formação socioespacial brasileira a esses marcadores sociais. Como explica Linda McDowell:

> en la definición del lugar, debemos tener en cuenta que las actuaciones sociales, entre ellas un amplio espectro de interacciones en múltiples lugares y situaciones – por ejemplo, en el trabajo, la casa, el bar o el gimnasio – y las distintas formas de pensar y representar el lugar y el género se relacionan entre sí y se crean unas a otras. Todos actuamos como nos dictan nuestras ideas, que siempre responden a una creación cultural y están histórica y espacialmente situadas (McDOWELL, 2000, p. 20).

Além disso, é possível vislumbrar nesse evento o que Marcelo Lopes de Souza (2006) chama de “cacequismo” e personalismo os quais, segundo o autor, “dizem respeito ao comportamento autoritário e egocêntrico de não poucos líderes de associações de moradores” o que, quando acontece, facilita identificar “as contradições de um ativismo que, mesmo tendo agasalhado práticas genuinamente democráticas, não esteve imune à reprodução, especialmente

em escala microlocal (associações de base), da heteronomia[186] (predominante na sociedade e simbolizada pelo aparelho do Estado)" (idem, p. 293).

Para representar esse evento, fizemos uso de mais uma estratégia: de aproximar, ou distanciar, os e as agentes que o compõem. Assim, nota-se como a líder, as moradoras e os moradores estão representados continuamente, enquanto o líder do bairro está afastado. Com isso, buscamos atentar para uma relação muito próxima entre aqueles e distante deste. Esse recurso nos pareceu eficiente para todos os próximos eventos.

Outra importante análise que se desdobra desse evento 4 é o fato de Dona Carmen ser analfabeta. Sua situação de analfabeta ou de semianalfabeta, como ocorre com diversas lideranças, matiza as profundas desigualdades sociais vividas no país e estruturadas pela interseccionalidade de raça-classe-gênero. Tanto ela como as moradoras e moradores sabem que isso é um elemento potencialmente limitador. Junto dessa constatação a líder já propõe uma possível estratégia que permita a continuidade da luta: "eu correria atrás de quem pudesse nos ajudar". E foi isso o que ela fez desde então. Dona Carmen mantém uma intensa relação com o vereador Pedro Tourinho (PT) que, até hoje, sempre a ajudou a barrar os mandatos de reintegração de posse, inclusive informando-a quando soube previamente que seriam emitidos, e também lhe orientou para utilizar os recursos do poder público da melhor maneira possível. Por exemplo, a aquisição dos hidrômetros, em 2012, que relatamos no capítulo anterior, ocorreu por meio do auxílio do vereador que elaborou o documento a ser enviado para a Sanasa Campinas[187] e pressionou a autarquia para atender ao pedido.

Por fim, o tempo de duração do evento é o menor dentre todos, posto que esse embate ocorreu em poucas horas. O que não condiz com sua importância, ressaltando novamente como a relação entre curtos e longos espaços de tempo precisam levar em consideração os e as agentes envolvidos no evento, assim como, a relação deste com eventos anteriores e posteriores.

5) Pacto contra a violência doméstica na comunidade Menino Chorão – 2012-2016:

Dona Carmen relata que desde que se lembra esteve em defesa das mulheres, ainda que tenha sofrido violência doméstica de todos os seus maridos (ela conta que foram sete), chegando a perder uma gestação de cinco meses de gêmeos e parte de sua dentição devido a episódios violentos. Assim, sua formação como feminista, segundo ela, se deu durante toda sua vida e se fortaleceu com o acolhimento recebido na "SOS Ação Mulher" e, posteriormente, com seu ingresso no movimento social Marcha Mundial de Mulheres (MMM).

---

[186] Heteronomia se refere à sujeição do indivíduo à vontade de terceiros ou de uma coletividade, em oposição ao conceito de autonomia no qual o ente possui arbítrio e pode expressar sua vontade livremente.
[187] Sociedade de Abastecimento e Saneamento.

Ela conta que depois de ouvir muitas mulheres sendo espancadas na Menino Chorão, chamar a segurança pública (a PM ou a Guarda Municipal) e nada acontecer[188], começou a debater o assunto nas reuniões da associação que já contavam com a presença majoritária delas. Até que decidiram que se houvesse violência contra a mulher "dentro da favela" elas "iriam atrás para impedir". Utilizaram o jargão refeito pelo movimento feminista brasileiro para explicar a proposta: "em violência contra a mulher se mete a colher". A versão original desse ditado é "Em briga de marido e mulher, não se mete a colher" e sua alteração, a partir do pacto, rompe também com as fronteiras teoricamente bem delimitadas entre público e privado sendo ""o privado" (...) usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial, e ""o público" para referir-se a uma esfera ou esferas vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis" (OKIN, 2008, p. 306).

Os ditados populares assim como esses limites entre os diferentes espaços são meios, dentre inúmeros outros, por onde o machismo se difunde e retroalimenta-se (SAFFIOTI, 2015 [2004]). Como essa autora (2015 [2004]) também explica, a saída da situação de violência doméstica está quase sempre atrelada a uma influência externa que constrange ou pressiona o rompimento aos limites do espaço privado/doméstico.

Definimos esse pacto como contra a "violência doméstica" com base na compreensão elaborada por Heleieth Saffioti (2015 [2004]) que primeiramente se baseia nos direitos humanos para entender o conceito de violência definindo-a como "todo agenciamento capaz de violá-los[189]" (ibidem, p. 76). A partir disso, a autora (2015 [2004]) explica que a violência de gênero é aquele que acontece entre pessoas que estabelecem uma relação sexual entre si, o que independe se isso se dá com pessoas de gêneros diferentes, entretanto essa violência pode abarcar a violência doméstica. Esta última é delimitada em referência ao domicílio, embora não seja só dentro dele que ela ocorre.

Esse tipo de violência indica uma relação de poder entre gêneros e interna ao domicílio, sem se relacionar com as diferenças geracionais que levariam a violência intrafamiliar a qual também faz parte do universo da violência doméstica. Esta trata-se, assim, de uma violência obrigatoriamente do gênero masculino (SAFFIOTI, 2015 [2004]) que, entretanto, pode ser

[188] Destaca-se como nesses momentos esse território se torna invisível para o Estado inclusive na principal, e muitas vezes única, forma com que ele se faz presente nas periferias urbanas, enquanto policiamento. Desvela-se novamente o poder público atuando como necropolítica (MBEMBE, 2006), ao negar possibilidades de acesso aos direitos sociais e constituindo tal negação crônica numa violência estrutural.

[189] A definição do que são direitos humanos, obviamente, também deve ser problematizada. Nesse sentido a autora aponta para a importância, e urgência, de se aprofundar a compreensão dos direitos humanos no âmbito feminino (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 78).

realizada por uma mulher, quando assume o papel patriarcal ou em obediência ao chefe domiciliar, contra as crianças que vivem na casa. Uma mulher que se vê obrigada a assumir esse papel patriarcal quase sempre vivencia outra situação de violência, e como tal também é vítima, que reproduz a violência como única forma de aceder poder.

Segundo o relato que nos fez Dona Carmen, o pacto que estabeleceram se referia a essa compreensão abrangente de violência doméstica, posto que, era válido também para a agressão física realizada contra as crianças.

Foi feito, então, o pacto dentro da ocupação em concordância entre as moradoras mulheres, que incluía a dona de um dos dois únicos bares, que existiam no local (foto 4.7). Acordou-se que o homem que violentasse seria castigado: não poderia consumir bebida alcóolica, não poderia jogar futebol no único campo que há na ocupação e a agressão poderia ser revidada pelo grupo de mulheres, caso a mulher agredida decidisse por isso. Nesse ponto nota-se o que Saffioti (2015 [2004]) chama de "violência reativa". As mulheres agredidas, de uma ou de outra maneira, reagem a violência que sofrem, o que se deve distinguir de uma mulher violenta, as quais existem, porém "são, todavia, muito raras, dada a supremacia masculina e sua socialização [das mulheres] para a docilidade" (p. 82).

Foto 4.7 – Bar que apoio o pacto contra violência doméstica na comunidade Menino Chorão (Campinas/SP)

Fonte: acervo pessoal (2020)

Além disso, essa abertura às mulheres que fossem agredidas definirem se queriam revidar ou não a agressão demonstra o entendimento do grupo de que sempre há características individuais em meio a fenômenos sociais amplos. Observa-se com isso tanto a importância da cultura do lugar, como da diversidade que a compõem.

Foi estimulado também, nas diversas reuniões e reflexões necessárias para o estabelecimento e manutenção desse pacto, a realização de "greve de sexo" caso ocorressem episódios de agressão dentro da comunidade. Nota-se aqui uma reação sexual a uma violência

que, justamente, mistura relações de gênero, com relações domésticas e sexuais. Logo, para reagir a ela é necessário enfrentar todos esses elementos.

Durante um tempo as moradoras usaram também apitos como estratégia de proteção, assim, quando as mulheres ouvissem alguém sendo agredida, deveria apitar próximo ao local até que outras se juntassem e pudessem entrar na casa e interromper a violência. Aqui, novamente, vê-se permeabilidade entre espaço púbico e privado, assim como entre âmbitos pessoais e políticos. Permeabilidade constantemente apontada pelos estudos ao redor das questões feministas e/ou de gênero.

Durante o período que se manteve esse pacto, os moradores homens avisavam às novas famílias que chegassem para morar no local sobre esse acordo, pois, se não lhes agradassem (principalmente ao homem recém-chegado), era recomendado que fossem para outro local da região do Jardim Campo Belo. Essa comunicação entre os moradores com o novos, a nosso ver, indica a coadunação por parte desses moradores com o pacto o que pode ser uma interessante constatação. A construção social de gênero também impõe opressões aos homens que se veem forçados a se portarem como tal construção delimita as caraterísticas associadas ao gênero masculino.

Para espacializar esse evento inserimos um novo ícone que demonstra a existência do pacto, posto que sua instituição é o fator explicativo da distribuição de forças entre os e as agentes. A líder é representada com o maior acúmulo de força, seguido das moradoras mulheres que, também acumulam força. A escolha por essa diferenciação se deve a capacidade de organização e união que a líder logrou durante o período que se manteve o pacto. Pelos relatos que tivemos em diversas oportunidades, nos pareceu que ela teve papel central no incentivo e apoio para que as moradoras conseguissem efetivá-lo.

Não se pode esquecer que, durante esse tempo, Dona Carmen não tinha companheiro fixo, de modo que tinha menor predisposição de passar por um episódio de agressão e ter a coragem necessária para denunciar o próprio companheiro. Para compreender a dimensão desse pacto é essencial lembrar da complexidade que envolve uma denúncia desse tipo. Os índices de feminicídio[190] no país são enormes e se concentram na população negra e pobre. Pelo mesmo

[190] Segundo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência Contra a Mulher, de 2013, o feminicídio é "a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração do seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante". Essa definição pode ser encontrada em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/ - Acessado em 30/07/2019

motivo, Dona Carmen vivia uma possibilidade iminente de ser agredida, ou até de sofrer feminicídio, como uma estratégia para desmobilizar o pacto.

De acordo com o Atlas da Violência do Brasil (IPEA, 2019), são vítimas de assassinato treze mulheres por dia, o equivalente a uma mulher a cada duas horas, aproximadamente. Do total de vítima, entre 2007 e 2017, 66% eram mulheres negras, e o crescimento deste crime no país, nesse período, foi de 29,9% paras as negras e 4,5% para as não negras. Especificando-os como casos definidos como de feminicídio tem-se que, entre 2007 e 2017, pelo menos 28,5% dos homicídios contra a mulher ocorreram dentro da residência[191], número que pode chegar a 39,3% devido às inconstâncias das análises feitas a partir dos microdados da saúde (IPEA, 2019, p. 40). Soma-se a isso, a reduzida porcentagem de denúncia desses casos, posto que, na grande sua maioria, vítima e algoz vivem na mesma casa.

Além disso, há inúmeros elementos que exigem muita coragem por parte de uma mulher pobre e negra de denunciar o próprio companheiro, como questões financeiras, ausência de apoio, falta de opção para onde ir após a denúncia, envolvimento emocional, relação familiar, receio de constranger ou colocar os/as filhos em risco, entre diversos outros. "Há (...) uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia [da violência doméstica e intrafamiliar], por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra (seus) próprios(as) filhos(as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas" (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 74). Assim, na perspectiva das mulheres o lar pode significar o contrário da proteção, e ser o lugar da violência, do medo, do silenciamento, pois é justamente no lar o principal lugar que as mulheres sofrem violência doméstica (MASSEY, 1994).

Devido a tudo isso, o ícone representativo dos moradores homens é o que apresenta menor acúmulo de força nesse evento e está um pouco distanciado da líder que está conectado ao das moradoras mulheres. Entretanto, não é o momento com menor arrefecimento da força dos moradores homens, pois estes se dão quando ocorrem as duas remoções anteriores ao começo dessa ocupação (eventos 1 e 2). Isso se deve à constatação de que estar organizado é um fator que acumula força a toda a população da periferia urbana e aqui não se pode ver diferente. Assim, como não havia tamanha organização nas ocupações dos eventos 1 e 2

[191] Segundo o relatório (IPEA, 2019, p. 40), "(...) há reconhecimento na literatura internacional de que a significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas. Portanto, a taxa de incidentes letais intencionais contra mulheres que ocorrem dentro das residências é uma boa *proxy* para medir o feminicídio. Naturalmente, ainda que o número real de feminicídios não seja igual ao número de mulheres mortas dentro das residências (mesmo porque vários casos de feminicídio ocorrem fora da residência), tal *proxy* pode servir para evidenciar a evolução nas taxas de feminicídio no país".

decidimos por apontar neles a simbologia dos moradores homens como as menores dentre todos os eventos. Soma-se a isso, o relato que fizemos de que vários moradores do gênero masculino contavam do pacto aos homens das novas famílias que chegavam na área o que se mostra como uma ação de apoio ao mesmo. Afinal, nenhum deles tinha a obrigação de permanecer no local e se o faziam e, ainda, ajudavam na divulgação, nos parece assertivo compreendê-lo com um possível apoio. Acima de tudo, a luta feminista é pela igualdade, e não pela continuidade da opressão, independente de qual gênero é o opressor e qual é o oprimido. Ou seja, a existência desse pacto não acarreta no arrefecimento da força dos homens, inclusive pode expandi-la, porque a construção social dos gêneros também os oprime. Nas palavras de H. Saffioti:

> Efetivamente, a questão [da violência doméstica contra as mulheres] se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer. O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios. A *organização social de gênero*, baseada na virilidade como forma-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 75).

Quanto ao posicionamento do ícone da líder mulher entre os moradores e as moradoras se deve à proteção que sua capacidade de organização fornecia às mulheres que viviam no lugar. E definimos que isso tinha certa validade para o lugar, e não só para o local, porque no período em que o pacto tinha bastante eficiência ocorreu o assassinato de três mulheres numa mesma noite, dentro de suas próprias casas, na região do Jardim Campo Belo. E as mulheres da Menino Chorão, junto a líder, se manifestaram contra essa violência, bloqueando, durante algumas horas, o fluxo da Avenida Engenheiro Miguel Melhado de Campos que corta a região, como já descrevemos no capítulo anterior. Essa manifestação teve inclusive o apoio da MMM, organização de amplitude nacional, e foi veiculada pela mídia local[192] (MOYSÉS & RIZZATTI, 2017). Assim, a existência do pacto na Menino Chorão possibilitava um mínimo apoio às mulheres para além do local da ocupação.

É importante destacar que Dona Carmen parece ter sido eficiente nas ações de informação-comunicação, justamente divulgando o quanto pode o pacto efetuado no intuito de ampliar sua eficiência, expandir a ideia e garantir mais proteção. Após a divulgação de algumas reportagens relatando-o houve uma ampla resposta positiva de diversas instituições[193]. A líder participou de palestras e rodas de conversa nas universidades públicas e privadas da cidade, foi

[192]http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/10/apos-serie-de-mortes-mulheres-protestam-contra-violencia-domestica-em-campinas.html - Acessado em 16/04/2020

[193] Matéria do Brasil Urgente Campinas - https://www.youtube.com/watch?v=0vt8rm0jHF4 – Acessado em 16/04/2020

entrevistada por outras mídias locais, assim como, expandiu sua participação nas organizações em defesa da mulher. Essas ações comunicacionais também foram importantes para a manutenção e eficiência do pacto[194].

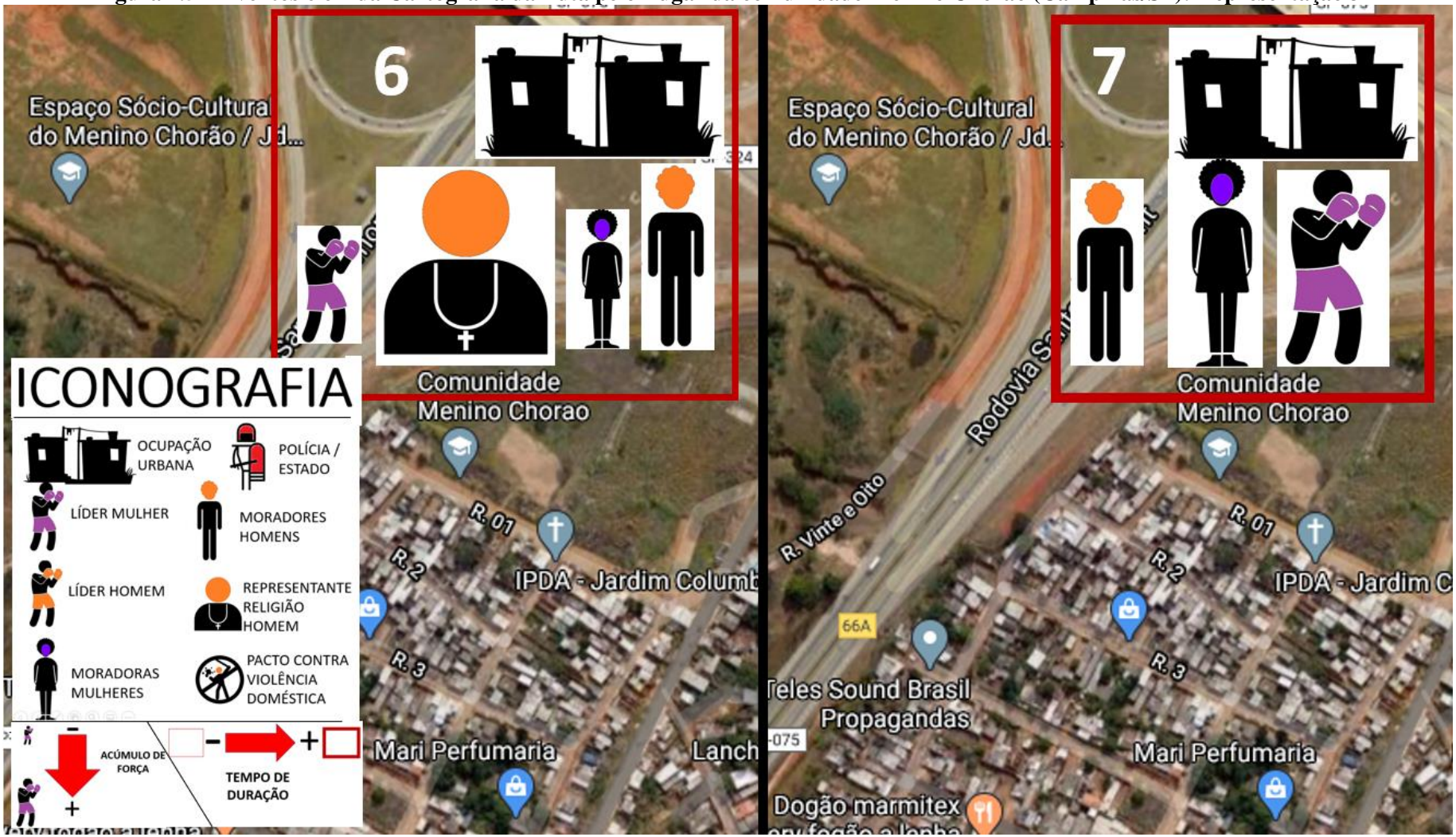
Segundo Dona Carmen, a violência doméstica foi realmente zerada na comunidade durante três anos, entre 2012 e 2015, período em que essas ações de comunicação-informação foram mais constantes. Além disso, a intensa dinâmica de chegada e saída de famílias, que caracteriza as ocupações urbanas, também era um desafio para a manutenção do pacto. Entretanto, é considerado que ele foi mantido entre 2012 e 2016, logo, esse tempo de duração foi delimitado como o segundo maior dentre os sete eventos especializados por ter ocorrido por um maior intervalo de tempo superado apenas pela permanência da própria comunidade (evento 3). No ano de 2016 as relações foram se alterando constantemente, uma das hipóteses levantadas pela líder se deve, além do que já citamos, à crise política e econômica vivida no país desde então. No primeiro semestre de 2016 um coletivo do qual a pesquisadora desse tese faz parte foi convidado por Dona Carmen para participar de uma roda de conversa com as mulheres da ocupação dinamizando as temáticas ao redor da crise. A líder notava um crescente apoio ao questionável processo de *impeachment* em andamento no Congresso Nacional e nos convidou para debater a questão.

Esse processo político em âmbito nacional, que se aproxima em demasia de um golpe parlamentar, fortaleceu diversos discursos, que viemos apresentando no decorrer dessa tese, que vão no sentido contrário ao pacto contra a violência doméstica, como: questionando a luta pela igualdade de gênero e pelo direito à sexualidade, a favor do armamento da população, entre outros. Essas importantes mudanças políticas vividas no país, junto a intensa dinâmica populacional das ocupações urbanas e ao enorme enfrentamento das desigualdades estruturais da formação socioespacial brasileira que esse pacto fazia podem ser elementos importantes para compreender seu desgaste. E houve ainda a chegada de uma instituição religiosa no local que é apontado, por Dona Carmen, como "a gota d'água" para a desarticulação do pacto como analisaremos nos próximos eventos.

Na sequência, apresentamos a figura 4.5 na qual consta a Representação 3 onde estão espacializados os eventos 6 e 7, os últimos que narram a luta pelo lugar na comunidade Menino Chorão.

[194] Em algumas participações que a líder fez, principalmente, nas universidades e faculdades ela foi criticada pelo uso de violência contra os agressores. A nosso ver, essa crítica é descabida. Quem vive no lugar decide a dimensão de seus atos. Pessoas de fora não têm ideia de qual era a realidade de violência que elas viviam e não estão em posição que lhes permita realizar tal crítica.

Figura 4.5 – Eventos 6 e 7 da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão (Campinas/SP): Representação 3



Fonte: Google Mapas (2020)
Elaboração: autoria própria (2020)

6) Igrejas neopentecostais e combate ao pacto contra a violência doméstica – 2016-2017:

Entre os anos de 2016 e 2017, o pacto estabelecido, que já ia se desfazendo, finalmente, se rompeu. Além dos fatores já descritos no evento anterior, surgiu um novo agente no local com a instalação de igrejas neopentecostais dentro dos seus limites físicos da Menino Chorão. Especificamos isso, pois, na região do Jardim Campo Belo já havia dezenas dessas instituições. Segundo nos relatou Dona Carmen, os líderes religiosos que chegaram lá emitiam em suas pregações mensagens que iam contra o pacto e a própria líder. Em 2017 o pacto estava totalmente desfeito e poucas mulheres que residiam na área seguiam participando das reuniões da comunidade. Esses líderes foram, no entanto, expulsos do local em 2018, após a descoberta que cometiam violência sexual contra as mulheres participantes de suas igrejas.

As igrejas pentecostais são um ramo dentro do segmento religioso evangélico que vem crescendo em relação a outros no próprio segmento e, também, em relação a outros segmentos (católico, umbanda etc.). O ramo neopentecostal se iniciou na década de 1980, no Brasil, porém sua difusão ocorreu na década seguinte devido, principalmente, ao uso de canais midiáticos (rádio e televisão) para sua difusão (TEIXEIRA, 2018; SANTOS, 2019; MARQUES, 2019) e a sua adaptação à política econômica neoliberal (FELTRAN, 2014; MARTINS, 2011).

Segundo dados do censo demográfico, de 2010, analisados por Vagner Marques (2019) houve uma expansão da população que se identifica como evangélica, no Brasil, que foi de 15,4%, em 2000, para 22,1%, em 2010. Ou seja, "Em dez anos os evangélicos saltaram de 26 milhões para mais de 42 milhões de brasileiros, totalizando mais de 16 milhões de *crentes*[195] em apenas uma década; quase a lotação máxima do estádio de futebol Arena Corinthians em São Paulo se converteu para o campo evangélico a cada dia entre 2000 e 2010" (MARQUES, 2019, p. 106). Segundo levantamento realizada pela Datafolha[196], em 2020, as mulheres representavam 69% dos fiéis que se definem como evangélicos. E dentre os que se declaram preto ou pardos soma-se um percentual de 59% nesse segmento religioso. Dentro deste, a maior concentração se dá no ramo neopentecostal que representa 22% das e dos evangélicos (MARQUES, 2019, p. 107).

Marques (2019) nomeia esse ramo neopentecostal como as "igrejas menores das quebradas da fé" em contraposição, principalmente, ao ramo que também compõe os neopentecostais que fazem parte, por exemplo, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)

[195] Maneira como seu autointitulam os e as seguidoras da religião evangélica.

[196] https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml - Acessado em 27/01/2020

que constrói, de modo geral, mas não só, grandes templos religiosos para realizar seus cultos. As "igrejas das quebradas da fé" são as inúmeras instituições que se ramificam com diferentes nomes e instalam suas pequenas igrejas (ou as fundam em casas já construídas) nas enormes periferias urbanas do país. A instituição religiosa fundada na comunidade Menino Chorão pertence a esse ramo.

Em estudo específico sobre mulheres neopentecostais na periferia urbana da Região Metropolitana de São Paulo, Teresinha Matos (2007) sintetiza os principais argumentos dados pelas suas entrevistadas, os quais, segundo a autora, coadunam com outras pesquisas sobre a mesma temática.

> Na visão dessas mulheres, que se sentiam abandonadas pelos poderes públicos e pela Igreja Católica, a conversão do catolicismo ao pentecostalismo termina com seu sofrimento. A vida mais regrada, sem álcool ou cigarro, e a dedicação à nova religião transformam suas vidas. Elas passam a se sentir mulheres felizes e vitoriosas, conforme não se cansam de repetir. (...). [E isso se deve à] rede de proteção pentecostal [que] supre as lacunas deixadas pelo Estado (MATOS, 2007, p. 131).

O cotidiano vivido na periferia, numa análise generalizante, impulsiona a busca por parte da sua população pelas instituições religiosas, com destaque para as neopentecostais, em detrimento do Estado e das associações de moradores (MATOS, 2007). No estudo de Marques (2019), o autor aponta, também, a retórica acessível que é desenvolvida por esse segmento facilitando a compreensão de parcelas da sociedade. Enquanto a pesquisa de Eric Martins (2011) indica a capacidade de exploração das narrativas do cotidiano da periferia para a atração de sua população. As estratégias de informação-comunicação novamente se destacam como essenciais para compreender esse fenômeno social. E soma-se a isso a capilaridade que possuem no território (SILVA, 2014; SANTOS, 2019; TEIXEIRA, 2018).

Com ênfase nos projetos desenvolvidos, especificamente, pelas Igrejas Universais do Reino de Deus, para debater a violência doméstica Jacqueline Teixeira (2018) atenta para

> pensar organizações religiosas enquanto tecnologias produtoras de modelagens de sujeitos, bem como de sentidos para concepções de direitos e de vida civil, tão em disputa na arena pública nacional. O primeiro movimento analítico nesse sentido consiste em conceber igrejas enquanto tecnologias agenciadoras de condutas que produzem indivíduos por meio da elaboração e do aprimoramento contínuo de técnicas de assembleia (TEIXEIRA, 2018, p. 14)

A autora explica, assim, como as formas sociais, no caso religioso, também se constituem enquanto técnica, fortalecendo a análise que fizemos indicando a uma possível

relação entre as desigualdades de gênero e a construção da periferia urbana que pode levar a uma compreensão da "configuração territorial gendrada" (subcapítulo 3.3).

Segundo aponta Teresinha Matos (2007, p. 152), o discurso proferido nessas instituições "afirmam a centralidade do feminino relacionado à gestação, ao crescimento e à proteção da vida e da família. Além disso, apontam a mulher como a responsável pela saúde da família". Esse elemento ajuda a compreender porque a instalação das instituições religiosas na Menino Chorão levaram ao afastamento das moradoras mulheres em relação à líder, assim como, ao fim do pacto contra violência doméstica, posto que, este pacto se organizava numa rede para além do ambiente familiar. Além disso, apoiar uma radical alteração da representação do feminino baseado na ideia da "mulher universal" é um dos elementos diretamente combatidos por esse novo agente religioso no local. Soma-se a isso o fato de a denúncia dos atos violentos cometidos pelo líderes serem desencorajada e, até, combatida por meio desse mesmo discurso.

A conexão entre capilaridade territorial (MARQUES, 2019; TEIXEIRA, 2018; SILVA, 2014), retórica apropriada (TEIXEIRA, 2018; MARTINS, 2011) e conteúdo que reafirma o "papel da mulher" nos trabalhos reprodutivos (TEIXEIRA, 2018; MATOS, 2007) podem ser importantes indicações para compreender esse fenômeno contemporâneo que é a enorme difusão das igrejas neopentecostais na periferia urbana brasileira.

Ainda assim, todos esses elementos explicam mais os possíveis motivos que levam a população a recorrer a essas instituições religiosas do que quais são as motivações destas de se multiplicarem. A questão financeira se apresenta, então, como motivador de destaque. Como conclui Martins (2011) ao analisar pormenorizadamente a retórica ativada nessas instituições:

> estes líderes abordam *via* discurso neoliberal a relação do humano com o sagrado. Disso decorre uma inevitável crítica destinada não ao uso dessa ordem discursiva na religião, mas à forma como uma postura que visa lucro incessante, protagonizado pelo consumismo, adquire legitimidade religiosa, possibilitando, inclusive, uma abordagem sobre o dízimo – uma de suas práticas mais polêmicas – que segue os ditames de uma lógica empresarial (MARTINS, 2011, p. 19).

E conectando essa compreensão da racionalidade neoliberal dessas instituições com a realidade vivida nas periferias urbanas brasileiras, Gabriel Feltran (2014) elabora uma interessante análise que perpassas as novas lógicas ensejadas por essa política econômica, da qual já tratamos na primeira parte da tese. Explica o pesquisador que

> a representação da "violência urbana" retirou do centro da "questão social" contemporânea "trabalhadores", deslocando-o aos "marginais". (...) como efeito colateral, emergem distintos regimes normativos nas periferias – por

> exemplo: *estatal, do "crime" e religioso* – que embora estejam sempre em tensão, encontram coesão no fato de regularem mercados monetarizados (FELTRAN, 2014, p. 495).

Semelhantes dinâmicas podem ser observadas nas duas ocupações urbanas estudadas. Uma das principais funções das lideranças, em ambas, é mediar as relações do lugar com o Estado, com a Igreja e com o tráfico. Sobre este último as duas estabeleceram acordos parecidos delimitando áreas específicas para a realização das atividades do tráfico. Faz-se necessário estabelecer uma convivência amigável com esses agentes que, inclusive, podem ser moradores da comunidade. Assim como, não se proíbe a venda de suas mercadorias para os e as moradoras o que se delimita são os locais para implantação das "bocas"[197].

Seguindo na análise sobre a espacialização do evento, definimos como o agente com maior acúmulo de força o líder religioso. Na sequência, consideramos que houve um acúmulo dos moradores homens, posto que, embora alguns apoiassem o pacto, sempre houve e ampliou-se a quantidade deles que se incomodavam com sua existência. Ao mesmo tempo, definimos que a líder mulher é a que possui o menor acúmulo de força nesse momento, pois ela foi constantemente combatida pelos líderes religiosos. Além disso, posicionamos este entre ela e todos os e as moradoras, afinal foi o momento de maior desmobilização da comunidade para as diversas atividades necessárias para sua manutenção que, inclusive, não tem nenhuma relação com o pacto contra violência doméstica. Definimos também que todos os e as agentes envolvidos nesse evento estão separados devido ao alto grau de desunião vivido na sua duração.

Quanto às moradoras mulheres, as definimos como as que menos possuíam força. E isso se deve ao fato de que, durante o ano de 2018, foi descoberto em flagrante um líder religioso violentando sexualmente uma moradora mulher.... Desvelando o que, mesmo sem essa terrível constatação, poderia ser concluído: quem mais perdeu com o fim do pacto contra a violência doméstica foram as mulheres que vivem no lugar. Todas perderam. E afirmamos que não é necessário a confirmação desse tipo de violência para que possamos concluir isso, pois a perda da força das mulheres quando sua união se rompe é uma constante.

O nível de perversidade que esse evento desvela demonstra como as desigualdades de classe-raça-gênero se constituem numa relação imbricada entre vetores da modernização e a unidade básica da vida social. Nas palavras de Heleieth Saffioti:

> Convém lembrar que o patriarcado serve a interesses dos grupos/classes dominantes e que o sexismo não é meramente um preconceito, sendo também o poder de agir de acordo com ele. (...). Em outras palavras, os preconceituosos

[197] Nome popular dado aos pontos onde há venda de drogas ilícitas.

> – e esse fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 123).

Essa autora aponta como o poder tem duas faces: a da potência e a da impotência. De modo que o ato violento por parte do líder religioso é justamente a reafirmação de um poder mantido, em grande medida, por meio da violência (SAFFIOTI, 2015 [2004]). E esse domínio não se dá apenas na dimensão territorial, mas também simbólica. Nesse evento que analisamos essa sobreposição é nítida.

A pesquisadora Francesca Gargallo faz uma análise sobre a relação entre patriarcado e religião a partir do estudo das comunidades indígenas ao redor da América Latina refletindo sobre a interseccionalidade entre gênero, etnia e religião a partir da colonização. Ela explica que:

> Toda religión dominante adapta sus códigos de conducta al capital simbólico heredado de la cultura preexistente. En el caso del cristianismo católico que se impone con la conquista, su carácter misógino intensifica los rasgos patriarcales (…). A nivel práctico, el sacerdote del catolicismo es un hombre, y a nivel simbólico, su divinidad se representa como una figura masculina acompañada de una figura femenina de menor rango, una mujer misericordiosa y madre, pero asexuada y virgen. La misoginia católica desde hace unos 40 años ha adquirido una vestimenta neoevangélica (…) em muchas regiones de Nuestra América [América Latina]. (…). Las iglesias neoevangélicas ejercen un control sobre la espiritualidad de las personas que tiende a la exaltación de su voluntad y salvación individual, rechazando los rasgos asamblearios que se habían mantenido en el catolicismo. Por supuesto, muchas mujeres se sienten felices cuando sus maridos se convierten, porque su nueva iglesia le exige un control sobre su persona que incluye cierta sobriedad y el abandono del alcohol, lo cual redunda en una disminución de la violencia familiar. No obstante, pierden la sociabilidad pública de la organización de las fiestas patronales, con su economía y su participación en las decisiones colectivas, extraviando así su control sobre esa esfera pública que siempre estuvo en manos de las mujeres indígenas, la social (GARGALLO, 2015, p. 128 e 129).

A análise que a autora faz da manutenção do sistema patriarcal através do capitalismo e do neopentecostalismo nos parece assertiva para o que pudemos observar na Menino Chorão. O que alterou essa estabilidade dos líderes religiosos na comunidade foi justamente a descoberta da principal violência fomentada pelo sistema patriarcal: o estupro e o abuso sexual (SAFFIOTI, 2015 [2004]). Analisaremos esse fato como parte do evento 7.

A religião como um marcador social pode se dar enquanto desigualdade ou enquanto diferença (BRAH, 2006). E o caso que analisamos permite essas duas análises. A participação das mulheres da Menino Chorão nas novas igrejas neopentecostais que se instalaram na ocupação pode ser compreendida como uma melhoria da área por parte da população que vive

lá. O mesmo passaria na Cidade Locomotiva na qual as lideranças constantemente organizam a realização de cultos. Para que a população possa realizar seus rituais religiosos em lugares próximos de suas casas a instalação dessas instituições pode representar uma melhoria em seus cotidianos. Porém, quando a chegada dessa instituição religiosa se posiciona contra um acordo tão importante como este que aconteceu no Menino Chorão essa interpretação se altera.

Por fim, o evento possui duração mediana. Não é o de menor duração, como nos eventos 1, 2 e 4, mas considerou-se que durou menos que os eventos 3, 5 e 7. Como já dissemos, o evento 3 (início da comunidade Menino Chorão) é o mais amplo temporalmente, pois a ocupação segue existindo. O pacto de violência durou, aproximadamente, quatro anos, sendo em três deles muito eficiente. E, devido ao grande poder que os líderes religiosos manejam, conseguiram expulsá-los do local em apenas dois anos. Entretanto, conforme descreveremos no próximo evento, relativizamos essa duração como não tão duradoura respeitando o que se propôs na atividade cartográfica desde seu início. Ou seja, esse evento teria todos os indícios para perdurar por um tempo muito maior, mas não conseguiu. Trata-se de uma vitória!

O evento geográfico 6 nos pareceu o mais desafiador para elaborar a espacialização, pois exigiu muitas interpretações de nossa parte. A temática religiosa se mostra delicada, de modo que, tentar compreender a leitura das e dos moradores sobre as mudanças ocorridas na área com a chegada dos líderes religiosos não foi possível. Isso exigiria uma participação muito mais orgânica do que a que conseguimos estabelecer com a comunidade. E tivemos o mesmo sentimento em relação à Cidade Locomotiva na qual consideramos que estabelecemos uma participação mais orgânica do que na Menino Chorão, pois realizamos atividades semanais lá durante o período de um ano. Ainda assim, durante essas atividades, a temática religiosa, que foi colocada algumas vezes, sempre se mostrou delicada de ser comentada ou debatida. E, desde princípios de 2020, os e as líderes religiosos vem intensificando suas participações na Cidade Locomotiva, há inclusive uma nova líder mulher na comunidade que se autointitula “irmã” e é representante de instituições religiosas neopentecostais.

7) Expulsão dos líderes religiosos após constatação de atos violentos – 2018:

A violência sexual também é um dos reveladores das estruturas desiguais enoveladas que marcam a formação socioespacial brasileira. Como uma das maneiras de desvelar essas desigualdades estruturais, Lilia Schwarcz descreve os dados sobre violência doméstica no país:

> Segundo dados do Ipea, 88% das vítimas de assédio são do sexo feminino, 70% são crianças e adolescentes, 46% não tem ensino fundamental completo, e 51% são de cor parda ou preta (...). Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, registrou-se no Brasil, em 2015, uma média de um estupro a cada onze

> minutos. Já de acordo com o Ministério da Saúde, a cada quatro minutos uma mulher dá entrada no SUS vítima de violência sexual. As estimativas variam, mas em geral calcula-se que esses casos correspondam a apenas 10% do total (2019, p. 191 e 192).

Saffiotti (2015 [2004], p. 121) considera a violência sexual como o ápice do patriarcado que se baseia no controle e medo, os quais encontram na violência uma importante maneira de se impor. Enquanto Collins (2019) aponta a interseccionalidade implicada nesse tipo de violência. A autora escreve que

> violência sexual contra afro-americanas refletem um processo mais amplo pelo qual a violência é socialmente construída de maneira especificamente racializada e generificada. (...). Embora as estatísticas atuais indiquem que as mulheres negras têm mais probabilidade de sofrer estupro que as mulheres brancas, elas são menos propensas a denunciar o estupro, menos propensas a levar o caso aos tribunais, menos propensas a conseguir que julgamentos resultem em condenações de seus algozes e, o que é ainda mais perturbador, menos propensas a procurar aconselhamento e outros serviços de apoio (COLLINS, 2019, p. 252 e 253).

Dessa maneira, para se lutar contra essa violência é necessário acúmulo de força e organização, assim como, para resistir a todas as outras violências sistêmicas que compõem o cotidiano da periferia urbana.

E o uso desse recurso de controle e medo por líderes religiosos não é raro no país. Segundo reportagem publicada pela Pública[198], entre os anos 2016 e 2018, foram recebidas 462 denúncias de violações cometidas por líderes religiosos, quantidade que equivale a três delas por semana, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Desse total, 167 casos envolveram denúncias de violência sexual. Um quantidade equivalente a 36,1% do total.

Além disso, a intensa exigência de que comprovemos as denúncias de abuso, agressão e estupro são, em si mesmas, violências. Com os dados oficiais de feminicídio e violência contra mulher do país, da América Latina e de diversas outras partes do mundo, poder-se-ia inverter essa relação e responsabilizar aos homens que comprovem que não foram algozes. Essa proposta é feita, na verdade, de maneira simbólica por diversos motivos. A presunção de inocência é essencial para a preservação dos direitos da população pobre. Assim como, o encarceramento como penalidade por crimes, fraudes etc. resulta no aprofundamento das desigualdades socioespaciais vividas pela população pobre, negra, parda e chefas monoparentais do país. Apesar disso, precisamos fomentar ideias e debates ao redor da

[198] https://apublica.org/2019/06/disque-100-registrou-167-denuncias-de-violacao-sexual-praticada-por-lideres-religiosos-em-tres-anos/#Link2 - Acessado em 02/02/2020

pandemia que é a violência contra a mulher e o feminicídio. O pacto contra violência doméstica efetivado na Menino Chorão é um vislumbre dessas alternativas.

A descoberta do estupro cometido por um dos líderes religiosos na comunidade reacendeu esse pacto por algumas semanas ou meses. Como relatado por Dona Carmen, as mulheres quando o flagraram começaram a gritar denunciando a violência que foi interrompida com o arremesso de pedras dentro da casa onde estava ocorrendo. Como sintetiza a líder: "Expulsamos o pastor na pedrada (risadas)!"

Após essa ação foi decidido pelas mulheres que todos os líderes religiosos deveriam sair da área. Devido a isso, o líder de uma igreja que se localizava na região do Jardim Campo Belo, fora do local, entrou em comunicação com Dona Carmen para acordarem se ele poderia seguir com suas atividades religiosas e como isso aconteceria. A líder relata que delimitou apenas que não era para ser fundada nenhuma outra instituição religioso no local.

Segundo a última conversa que tivemos com Dona Carmen, no final do ano de 2019, permitiu-se que um novo líder religioso fosse mensalmente no local para realizar seu culto. E ela afirmou que a presença das mulheres tem sido reduzida a qual calcula em dois terços das que estão na comunidade hoje.

As mulheres voltaram a se aproximar da líder, embora seja apenas três delas que estavam na ocupação desde a instituição do pacto contra violência doméstica e não há sinais ainda de ser possível restabelece-lo. Devido a isso, espacializamos esse evento considerando um novo acúmulo de forças por parte da líder e das moradoras mulheres, com destaque para essas últimas. E embora os moradores homens sejam representados com o mesmo acúmulo de força do evento anterior, decidimos por mantê-lo inferior ao das mulheres e do mesmo tamanho da líder devido a união conseguida por elas para a expulsão dos líderes religiosos.

Representamos todos os e as agentes separados, com uma pequena aproximação entre a líder e as moradoras mulheres, porém alteramos a ordem não mais posicionando-a entre os dois gêneros. Por fim, não há mais o símbolo do líder religioso, nem do pacto de violência. De modo que, os e as agentes que participam desse evento são os mesmos do evento 3 quando começou a ocupação. Quem sabe não se trata de um novo momento que poderá ser recheado de pequenas, efêmeras e importantes vitórias.

Finalizada a Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Menino Chorão, pudemos analisar como alguns marcadores sociais da diferença se interseccionam podendo ampliar as desigualdades, como ocorreu com as ações tomadas pelos líderes religiosos, ou combatendo-

as, como foi o caso do pacto contra violência doméstica. Surgiu novamente a escolaridade como um marcador que exigiu estratégias para reduzir a desigualdade que fomenta.

Assim, a atividade cartográfica que realizamos parece ser eficiente para uma análise pormenorizada do processo de formação e da luta por um lugar, pois expõe suas singularidades e amplia a possibilidade de visualizar os conflitos e contradições que sempre existem neles. A narrativa contada nessa cartografia vai na direção do que Vera da Silva Telles (2007) chama de "caminhar pela sombra", necessária às e aos moradores da periferia urbana, com o manejo de seus conhecimentos e saberes para sobreviver sem morrer e sem necessariamente ser fagocitado por alguma atividade que não gostariam, como a vivência da violência doméstica, da religiosidade, do tráfico de drogas etc. Não é possível sobreviver sem se envolver com o que se passa ao redor deles nesses lugares, mas é necessário saber como se envolver. Além disso, a roda da fortuna, nas palavras da autora, gira o tempo todo para eles, quem está estável e com conhecimento das dinâmicas de força ao seu redor num dia pode perdê-la em outro, seja por um conflito entre moradores, ou com a polícia, ou mesmo por alterações em escalas maiores, como a mudança de políticas urbanas que podem, por exemplo, levar à remoção. Trata-se do que a autora chama de "arte do contorno", que também é nomeada como "arte do fazer", "viração" e "arte de resolver a vida".

Além disso, a cartografia também possibilita a visualização de fenômenos sociais que, entretanto, não se dão por igual no tempo e no espaço, logo, que precisam ser analisados nos seus contextos. A violência doméstica, por exemplo, perpassa classe social, raça e diversos outros marcadores sociais interseccionalizando-os. Entretanto, essa violência se materializa em diferentes formas (física, psicológica, simbólica, patrimonial) e em concentrações distintas pelo espaço geográfico. Pode-se desenvolver interessantes pesquisas que incorporem o território como um marcador social desde a sua complexidade e não como localização.

Não obstante, a análise que fizemos se refere à maneira como o lugar apreendido pela dinâmica do cotidiano, da sua vida de relações, seus gestos-fios, sua unidade básica da vida social, suas tecnologias da sobrevivência e materialidades, resiste e reproduz as relações sociais de poder, o que nos pareceu possível através do estudo de eventos geográficos que incorporassem essas problemáticas. Se estas se voltassem, por exemplo, para questões socioambientais os eventos selecionados seriam outros, embora alguns pudessem se manter. Como escreve Milton Santos

> O lugar é a oportunidade do evento. **E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais.** É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é, ao mesmo

> tempo, deformante e deformado. Por isso fala-se na imprevisibilidade do evento (...) **a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos.** É esse o grande papel do lugar na produção da história, e apontá-lo é a grande tarefa dos geógrafos neste fim de século (SANTOS, 2014 [2002], p. 163, destaques nossos).

É uma análise que vai, assim, do micro ao macro e vice-versa, demonstrando como essas escalas espaço-temporais, da urbanização ao lugar, estão diretamente interrelacionadas, porém não se resumem uma a outra fazendo-se necessário alterar a rede de conceitos para estudá-las e, talvez, compreendê-las.

Observa-se na Cartografia da Luta pelo Lugar de ambas comunidades como a espacialização dos eventos geográficos, muitos deles efêmeros, possibilita uma compreensão mais aprofundada do acúmulo ou arrefecimento da força dos agentes, logo, de possíveis vitórias. Se apenas narrássemos esses eventos também seria possível observar algumas dessas alterações, entretanto, nos parece que o esforço de espacializá-los através de uma representação visual, que chamamos de cartografia, desvela problemáticas da dimensão espaço-tempo e possibilita o vislumbre de "outros mundos possíveis" encaminhando ao período popular da história.

Permite-nos, assim, ver que nos espaços opacos, territórios da pobreza, pequenas e efêmeras mudanças acontecem, e não são raras, potencializando as pessoas que vivem nesse lugar e a luta necessária para mantê-los. Trata-se de um cotidiano rico e difícil de ser captado em análises macroescalares tempo-espacialmente. A seleção de eventos geográficos exige o conhecimento dos detalhes da formação e da luta pelo lugar fomentando também um trabalho de campo mais interativo. São nesses lugares e tempos efêmeros que muitas descobertas ocorrem, saberes e conhecimentos se acumulam e modernidades e racionalidades alternativas são gestadas.

Considerações finais

A segunda parte da tese, composta por mais um par de capítulos, estruturou uma proposta metodológica de análise das periferias urbanas compreendidas a partir da escala dos lugares, as quais são fluidas pois construídas socialmente. Propôs-se compreender os as racionalidades, modernidades e temporalidades alternativas que possibilitam a existência desses lugares e expõem uma outra cidade potencialmente em gestação.

Para isso, analisamos as ocupações urbanas nomeadas Cidade Locomotiva e Menino Chorão localizadas, respectivamente, nas cidades de Ribeirão Preto e Campinas ambas no interior do Estado de São Paulo.

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre a análise das técnicas, dos sistemas de objetos e sua interrelação com os saberes e conhecimentos necessários para construir grandes parcelas de cidades, como fazem as ocupações urbanas. Isso porque essa forma-conteúdo da periferia não se propõe a levantar casas para as famílias que ali chegam, mas se organizam ao redor da proposta de construir extensores urbanos. Estes incluem água, saneamento, drenagem, áreas de lazer, hortas, casas, ruas, avenidas e sistema de comunicação-informação. A isso nomeamos *tecnologias da sobrevivência*.

A imbricação entre comunicação-informação também se mostra uma constante na dinâmica do lugar que vem se apropriando cada vez mais das tecnologias da informação e comunicação para se estabelecer. Isso leva a essa mistura entre ação informativa e ação comunicacional, assim como à necessidade de atentar-nos para ampliação do seu controle por parte das grandes corporações.

A análise nos permitiu, ainda, visualizar as formas sociais conjuntamente com a formas técnicas. Isto é, as relações sociais baseadas nas desigualdades de gênero-raça-classe exigem adaptações e disputas inclusive para a implantação dos sistemas técnicos dos extensores urbanos. De modo que, pode ser possível disputar a "configuração territorial gendrada" principalmente nos lugares onde a própria população constrói grande parte do sistema de objetos para fazer uso deste e refazer a organização generificada do espaço urbano considerando a imbricação entre trabalho "produtivo" e trabalho reprodutivo e espaço público e espaço doméstico. Quanto mais as mulheres participam da construção desses lugares, mais eles refletem suas necessidades, pois elas, como parte deles, os modificam. Pode-se compreender dessa maneira a redução das desigualdades às acessibilidades da modernização que as ocupações urbanas muitas vezes conseguem fazer. Trata-se do poder da agência coletiva. Se não fosse pela eficiente organização das mulheres da Cidade Locomotiva em fomentar a

reinstalação da rede de distribuição de água, este poderia tardar ainda mais para ocorrer. E isso é uma vitória.

No quarto capítulo, nos debruçamos mais detidamente sobre as relações sociais que permitiram a construção e permanência desses lugares, possível apenas através da luta social. Enfatizamos compreender como os marcadores sociais das diferenças, vistos de maneira interseccionalizada, se espacializam enquanto desigualdades ou enquanto diferenças. Marcadores sociais engendram espacialmente desigualdades estruturais, no nó gênero-raça-classe, e às vezes perpassadas por outros fios que agenciam relações sociais diversas. Assim, propusemos um exercício de representação ao qual nomeamos de "Cartografia da Luta pelo Lugar".

Para elaborá-la selecionamos eventos geográficos que auxiliassem na narrativa da formação desses lugares singularizando-os, com ênfase nos eventos que poderiam demonstrar as interseccionalidades dos marcadores sociais. Assim, propusemos compreender a dinâmica nos acúmulos de forças entre os e as agentes envolvidos em cada evento e sua duração temporal permitindo ampliar a compreensão das, incompletas e efêmeras, vitórias. Dentre os marcadores sociais que conseguimos observar que se interseccionam com o nó raça-classe-gênero se destacaram a escolaridade e a religião, importantes componentes da diversidade da periferia urbana. Notamos ainda a constituição das líderes mulheres de cada ocupação, Jucilene e Dona Carmen, que através das suas formações enquanto sujeitos coletivos tensionam a construção social de gênero. As desigualdades estruturais foram enfrentadas possibilitando a redução da violência policial em diversos eventos, assim como, da violência doméstica na Cidade Locomotiva e na Menino Chorão respectivamente. Buscou-se, dessa maneira, fazer frente à narrativa generalizante da periferia urbana através de uma maior e melhor visualização do seu cotidiano.

Tudo isso foi mobilizado pela compreensão da urbanização corporativa e interseccionalizada vista pelo seu avesso: a periferização.

CONCLUSÃO

"Agora eu sonho...
Hoje em dia eu tenho uma perspectiva de vida.
Eu vejo, assim, opa... esse problema aí é meu também.
Não dava importância pra política.
E hoje, epa...
Vou assistir que esse problema aí tem tudo a ver comigo."
(Raquel, liderança de movimento de ocupação de São Paulo, 2012[199])

[199] Documentário LEVA - https://www.youtube.com/watch?v=xn2um8xhc4o - Acessado em 12/10/2012

O espaço geográfico, detendo uma autonomia relativa, nos revela as sucessivas modernizações e suas contradições. Contém um acúmulo desigual de tempo devido às sobreposições de modernizações, que se instituem segundo as características de cada formação socioespacial, funcionalizando a totalidade em movimento que não possui uma coalisão já realizada (SILVA, 2001). Trata-se da imbricação entre eventos geográficos e rugosidade espacial, dimensões espaço-temporais. Constitui-se, assim, a heterogeneidade dos lugares. "Há, desse modo, uma receptividade específica dos lugares (...) aos fluxos de modernização ou inovação" (SANTOS, 2008 [1978], p. 260).

A modernização capitalista também definida como seletiva deveria, na verdade, ser cunhada como sectária caracterizando-a pelo que provavelmente mais lhe constitui: a intolerância. Essa modernização sectária exclui das benesses que realiza e que promete realizar a maior parte da população mundial (SANTOS, 2000), embora seja totalmente dependente dela (FEDERICI, 2017). Sua racionalidade se constituí ao redor do projeto (no sentido sartreano) do sujeito moderno, basicamente, a partir da referência ao homem branco, adulto, heterossexual, rico, que anseia velocidade e estabelece seu cotidiano no centro dos países centrais do sistema-mundo (ou desejando-o) (MASSEY, 1994). Trata-se, outrossim, de uma modernização hegemônica (ECHEVERRIA, 2010), conservadora, seletiva e sectária, que se propõe única. É, pois, castradora e reacionária (FREIRE, 2005 [1968]).

O processo de globalização (SANTOS, 2000) instituído por meio da modernização capitalista (seletiva e sectária) alcança seu ápice, no período atual, com a unicidade técnica (constituída, entretanto, por sistemas técnicos de diferentes "idades"), a cognoscibilidade planetária (que, no entanto, pouco conhece do cotidiano dos lugares) e a convergência dos momentos (ainda que coexistam diferentes temporalidades).

A urbanização, essencial para manter o motor único desse processo global (a mais valia universal), ocorre em prol dos interesses corporativos, assentidos pelos Estados, e em consonância com as necessidades dessa modernização (SANTOS, 2000; 2008 [1993]). Especificamente na formação socioespacial brasileira, marcada pela desigualdade estrutural do nó raça-classe-gênero (SAFFIOTH, 2015 [2004]), esse processo engendra a segregação socioespacial interseccionalizada que costura a malha urbana pelo seu avesso: o processo de periferização constituidor dos espaços opacos. Trata-se de um período, portanto, que é uma crise (SANTOS, 2000).

Analisamos o processo de urbanização corporativa e interseccionalizada por meio do estudo da cidade de Ribeirão Preto, importante nó da rede urbana brasileira (CORRÊA, 2006)

e considerada, numa visão generalizante, como um ponto luminoso no qual se adensa o meio técnico-científico-informacional (SANTOS 2017 [1996]).

Os vetores da modernização chegam ao território ribeirão-pretano reorganizando-o segundo as lógicas corporativas globais e nacionais e desorganizando-o localmente, constitui-se um espaço "esquizofrênico", pois fragmentado, que tensiona as lógicas locais gestadas na contiguidade do cotidiano dos lugares. Destacam-se, nessa parcela do território, como lógicas que se impõem verticalmente: a economia cafeeira, a agroindústria e o mercado imobiliário. Enquanto as principais políticas urbanas que normatizam essas verticalidades através do espaço urbano são: o planejamento "higienista" que, perpetuador do racismo, institui até hoje políticas de embranquecimento das áreas luminosas através da modernização sectária; a ideologia da casa própria desde a solução periférica até o mais recente programa público de produção habitacional que mantém a organização generificada do espaço urbano; e a constante "solução da remoção", uma das mais cruéis demonstrações da intolerância dessa modernização retroalimentadora da crise habitacional e urbana.

A racionalidade desses vetores da modernização coadunados pelas políticas urbanas aprofundam as desigualdades estruturantes da formação socioespacial brasileira por meio da manutenção da divisão racial e sexual do trabalho (hierárquica e setorial), dos movimentos migratórios, da titulação da terra, da normatização dos corpos, da arquitetura habitacional e, enfim, da organização do espaço urbano nas suas diversas escalas.

Concomitantemente, as atualizações do modo de produção capitalista por meio de sucessivas modernizações fomentam novas formas-conteúdo da periferia urbana que também se atualiza. Especificamente em Ribeirão Preto se instituem enquanto cortiços, favelas, loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais de interesse social e ocupações urbanas organizadas. A luta social vai se alterando já que o espaço tornado esquizofrênico tensiona as lógicas cotidianas, se aprimora inovando as formas de resistência.

Essas enormes parcelas do espaço urbano são, pois, necessárias à manutenção do sistema capitalista, porém são mais do que isso. Como um "espelho da feiticeira" costuram outra cidade em potencial "que não se deixa apreender facilmente por discursos únicos" (RIBEIRO, 2013 [2006], p. 216). Trata-se de uma cidade concebida pela negritude, pela maternagem (COLLINS, 2019), pela pobreza econômica questionando as normatizações que tentam ditar-lhe sua maneira de viver. É a "arte do fazer" (DE CERTEAU, 2003 [1990]) que é em parte constituída no tempo presente e em parte constituída por ancestralidades. São, pois, acúmulos de tempo e rugosidades nos lugares que vão engendrando modernidades alternativas.

"Está em curso a reinvenção do próprio tecido social, sustentando novas formas de apropriação do espaço urbano" (RIBEIRO, 2013 [2006], p. 221) através do território praticado. São radicais, pois assim se define o que é comprometido com a libertação das pessoas "pela criticidade que alimenta [a radicalidade]" (FREIRE, 2005 [1968], p. 26).

A análise das ocupações organizadas de terras urbanas Cidade Locomotiva, localizada em Ribeirão Preto/SP, e Menino Chorão, localizada em Campinas/SP, nos permitiu uma aproximação do território praticado. Os trabalhos de campo interativos foram ricos em ensinamentos e reflexões. Compreendemos esses lugares a partir de fronteiras flexíveis delimitadas pela escala do cotidiano através dos gestos-fios e eventos geográficos que expandem os limites do local (SANTOS 2017 [1996]; 2014 [2005]).

A modernidade alternativa, gestada na periferia urbana da periferia do sistema-mundo, é constituída por meio do cotidiano praticado (SILVA, 2014). São formas alternativas de construir casas e parcelas de cidades, dando novos usos aos objetos e à própria técnica através das tecnologias da sobrevivência. Essas formas alternativas resultam de uma racionalidade alternativa onde reside a criticidade, logo, a radicalidade. As ações, que podem ser gestos-fios, não planejadas, não ditas, anônimas, como podem ser eventos geográficos, planejados em certa medida, alteradores do lugar e dos agentes que toca, são capazes de questionar a forma social e constituir uma "configuração territorial gendrada" por meio do cotidiano dos lugares. Como pudemos vislumbrar no episódio de reinstalação da rede de distribuição de água na comunidade Cidade Locomotiva.

A comunicação e a informação também se mostram como elementos essenciais à luta pelo lugar. Constatamos a incorporação dessas novas tecnologias, principalmente, através do uso de redes sociais e de aplicativos de *smartphone* nas duas ocupações estudadas. Tais redes comunicacionais-informacionais embora sejam passíveis de controle pelas grandes corporações midiáticas, podendo-se compreendê-las mais próximas às características da ação informativa posto que mediada pela técnica, circulam um conteúdo relacionado ao cotidiano do lugar constituindo uma características que as aproxima da ação comunicacional (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2017 [1996]; SILVA, 2005; SODRÉ, 1999). Há, assim, um aprofundamento da imbricação entre informação e comunicação que perpassa os lugares.

Na busca da dimensão desses lugares na dinâmica do cotidiano notamos suas singularidades e sua capacidade de questionar e contrapor as relações sociais de poder constituindo vitórias, ainda que incompletas e efêmeras. Demonstra-se como o processo de urbanização corporativa e interseccionalizada é combatido todos os dias pela maior parte da

população brasileira. Para fortalecer esse combate parece interessante elaborar estratégias para cartografá-lo. Com esse intuito, através do exercício de representação cartográfica da luta pelo lugar, elaborado a partir da seleção de eventos geográficos que narravam a formação dos lugares, buscamos compreender singularidades e potencialidades.

Acompanhamos, através do esforço de espacialização desses eventos geográficos, a ampliação da capacidade de organização das lideranças. Estas conseguiram acumular força suficiente para negociar com o poder público a permanência de ocupações de terras, a inserção de mais de uma dezena de ocupações para serem regularizadas ou, que seja, uma remoção sem violência física. Tais fatos ocorreram por meio da análise da Cidade Locomotiva em Ribeirão Preto.

Pudemos acompanhar, ainda, a formação de duas lideranças mulheres, uma em cada comunidade, Jucilene e Dona Carmen. Cada uma a seu modo, a partir de sua história pessoal intercruzada com a do lugar, se constituiu enquanto sujeito coletivo com novas matizes discursivas (RODRIGUES, 1988) não só quanto ao direito ao território (SANTOS, 2014 [1987]), mas também com relação à construção social de gênero (SAFFIOTH, 2015 [2004]) e seu questionamento. Para isso, selecionamos eventos que além da formação do lugar permitissem visualizar os marcadores sociais das diferenças enovelados.

Essa problemática nos permitiu analisar, também, a constituição de um pacto contra a violência doméstica na comunidade Menino Chorão em Campinas, que efetivou uma enorme capacidade de tensionar as desigualdades de gênero. Esse pacto tecido no cotidiano foi duramente afetado com a chegada de instituição religiosa e seu discurso que dinamiza a ideia da "mulher universal" (reafirmando o feminino ao trabalho reprodutivo). Entretanto, a instituição religiosa foi expulsa do local demonstrando novamente o poder da união entre as mulheres. São gestos-fios que revelam a força do lugar e suas potencialidades latentes e preexistentes.

Todo esse caminho percorrido nos aponta às inúmeras possibilidades de vislumbrar "um mundo onde caibam outros mundos" (EZLN) gestados através das costuras do processo de urbanização, costuras essas que são a maior parte do tecido urbano. Consideramos que realizamos uma Geografia das existências através do fazer geográfico no contexto do tempo presente (SILVA, 2014b). E por meio desse fazer notamos o potencial e a premência do Período Popular da História (SANTOS, 2000).

A periferia urbana possui a força da mudança. Essa constatação não reivindica sua existência, reivindica essa mirada para a compreensão das suas dimensões espaço-temporais. A

perversidade do sistema capitalista não pode nublar nossa capacidade de vislumbrar sua superação possibilitando utilizar desses vislumbres para a elaboração de pesquisas, políticas e utopias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marlon. **Diferenciando o espaço e produzindo cidades:** lógicas e agentes da produção do espaço urbano em Ribeirão Preto/SP e Londrina/PR. Dissertação. Mestrado em Geografia. Unesp, Presidente Prudente, 2014. 172pps.

ADAS, Sérgio. "A luta pela vida e pelo espaço: os trabalhadores sem-teto do Jardim Progresso". In.: FERNANDES, Maria Esther (coord.). **A cidade e seus limites:** as contradições do urbano na "Califórnia Brasileira". Pp. 205-302. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coordenação Djamila Ribeiro. Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2019. 143p.

ALVES, Cristiano Nunes. **Densidade comunicativa e a música nos lugares:** o circuito sonoro de Recife. Texto para sessão coordenada, ENG, Porto Alegre, 2010.

ARCHELA, Rosely Sampaio & THÉRY, Hervé. "Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos", **Confins [Online]**, 3, 2008.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. "Apresentação". In.: BRANDÃO, C. **Território & desenvolvimento.** As múltiplas escalas entre o local e o global. Pp. 17-22. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

BAENINGER, Rosana; *et al*. **Polos regionais:** São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto. Campinas: Núcleo de Estudos da População/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Instituto de Economia – Unicamp, 2010.

BARCELLA, Bruno. O mercado fundiário em Ribeirão Preto/SP: processos e agentes, preços e localizações. **Caminhos de Geografia** 18 (62), pp. 161-173, 2017.

BARCELLA, Bruno. **A dinâmica dos agentes imobiliários e suas estratégias fundiárias em cidades médias:** da reprodução do capital à reprodução das desigualdades socioespaciais. Dissertação (mestrado). UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018. 216 f.

BECKER, Howard S. **OUTSIDERS** – estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [1963].

BERNARDES, Viviane & ANTONELLO, Ideni. Dinâmicas Femininas e Segregação Socioespacial: Reflexão a partir do Conjunto Habitacional Vista Bela – Londrina, Paraná. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 66-89, 2019.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Schwarcz Ltda., 1982.

BEZZON, José Carlos F. **O planejamento para o desenvolvimento local em cidades 'glocais' brasileiras:** em direção ao novo *modus operandi* de gestão e produção da cidade.

Tese. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos, 2008. 272p.

BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez., 2015.

BOLAÑO, C.; VIEIRA, E. S. Economia política da internet e os sites de redes sociais. **Eptic Online:** revista eletrônica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura, Aracaju, v. 16, n. 2, p. 71-84, maio/ago. 2014.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, vol. XXIX (127), 3º, p. 711-732, 1994.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil.** São Paulo: Estacao Liberdade, 1998.

BONDUKI, Nabil. Plano Local de Habitação: das origens aos dilemas atuais nas regiões metropolitanas. In.: DENALDI, Rosana (org.). **Planejamento Habitacional:** notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. Pp. 29-43. São Paulo: Annablume, 2013.

BONDUKI, Nabil & KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: do populismo a redemocratização. In: KOWARICK, L. (Org.). **As lutas sociais e a cidade:** São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BORIN, André. **A "nova" senzala é logo ali:** ao lado da "Capital do Agronegócio": lá nos fundos dos canaviais sertanezinos. Dissertação (mestrado). FCHC, UNESP, 2011. 279f.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, Campinas, 2006.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento.** As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

BRENNER, Neil. La formación de la ciudad global y el re-escalamiento del espacio del Estado en la Europa Occidental post-fordista. **Revista** Eure, v. XXIX, n. 86, p. 5-35, Santiago de Chile, 2003.

BUCKINGHAN, S. "Análisis del derecho a la ciudad desde una perspectiva de género". In.: Sugranyes, Ana & MATHIVET, Charlotte. **Ciudades para tod@s.** 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2003.

CALLIL Júnior, Ozório. **O centro de Ribeirão Preto:** os processos de expansão e setorização. Dissertação. Mestre em Arquitetura e Urbanismo. USP, São Carlos, 2003. 213p.

CAMPOS, Mariza. "Conjunto Habitacional Avelino Alves de Palma: a luta dos moradores pelo espaço. In.: FERNANDES, Maria Esther (coord.). **A cidade e seus limites:** as contradições do

urbano na “Califórnia Brasileira”. Pp. 79-123. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 5ª. Ed. Campinas: Unicamp, 2007.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), **Racismos contemporâneos** Pp. 49-58. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. **Mulher e trabalho**, v. 1, p. 89 – 96, 2001.

CAVENAGHI, Suzana & ALVES, José Eustáquio. **Mulheres chefes de família no Brasil:** avanços e desafios. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y Caribe). **El desarrollo de los asentamientos humanos desde la perspectiva de género.** 1996. 19f.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril, cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHATTERJEE, Partha. “La política de los gobernados”. In.: CHATTERJEE, Partha. **La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos.** Pp. 125-158. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993.

CHUANG, **Contagio social.** Guerra de clases microbiológica en China. Traducción Rosario, Lazo Negro, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within:* a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan/abril, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapping the margins:** intersectionality, Identity Politics, and violence against women of color. Pp. 1241-1299, 1989.

https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-

identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf - Acessado em 11/08/2019

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, ano 10, p. 171-188, 2002.

DAL POZZO, Clayton. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas:** os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Tese. Doutorado em Geografia. UNESP, Presidente Prudente, 2015. 400p.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação.** A fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016. 244p.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano.** Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2003 [1990].

DE TILIO, Rafael. **Inquéritos policiais e processos de crimes sexuais:** estratégias de gênero e representações da sexualidade. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Área de concentração: Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

DEMICINI, Daniel. **A arte de construir cidades em meio à política local:** Ribeirão Preto, 1890-1960. Dissertação de mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

DOIN, J. E. M. *et al.* A Belle Époque caipira: problematizações, e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização do Mundo do Café (1852-1930) a proposta do CEMUNC. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 91-122, 2007.

DOS SANTOS, Danilo Brich. **O papel da COHAB-RP na produção do espaço urbano em Ribeirão Preto (SP).** Dissertação (mestrado). IAU, USP, São Carlos, 2017. 172p.

ECHEVERRÍA, Bolívar. "Acepciones de la Ilustración", en **Modernidad y blanquitud**, Ed. Era, México, 2010.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura:** a região de Ribeirão Preto – SP. Edusp: São Paulo, 2003. 400p.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória.** Editora Mulheres, Florianópolis, 2013.

FARÍAS, Ignacio. "Ensamblajes urbanos: la TAR y el examen de la ciudad" **Athenea Digital**, 11(1), pp. 15-40, 2011.

FARIAS, Juliana, *et. al.*, **Cidades Negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

FARIAS, Rodrigo. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1910):** o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina. Dissertação (mestrado). IFCH, UNICAMP, Campinas, 2003.

FELTRAN, Gabriel. O valos dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 27, n. 72, set-dez, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes:** o legado da raça braça, Vol. I. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008 [1965].

FERNANDES, Maria Esther (coord.). **A cidade e seus limites:** as contradições do urbano na "Califórnia Brasileira". São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.

FERNANDES, Maria Esther & ADAS, Sérgio. "A produção da subcidadania no processo de (des)organização da cidade corporativa". In.: FERNANDES, Maria Esther (coord.). **A cidade e seus limites:** as contradições do urbano na "Califórnia Brasileira". Pp. 43-78. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.

FERRO, Sérgio. **A produção da casa no Brasil.** Mimeo. 2005 [1969].

FIGUEIRA, Tânia. **Produção social da cidade contemporânea:** análise dos condomínios urbanísticos e loteamentos fechados de alto padrão do subsetor sul de Ribeirão Preto/SP. Dissertação. Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, USP, 2013. 223p.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão.** São Paulo: Boitempo, 2001.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil.** Tese (doutorado) IE, Unicamp, Campinas, 2011. 263 p.

FONSECA, Denise; MACIEL, Inês; IVINS, Courtney. Feminização territorial e gestão comunitária na Roupa Suja, Rio de Janeiro. **Revista latino-americana de geografia e gênero**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 16-29, ago./dez., 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 9ª. Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989 [1979].

FRANÇA, Jorge Luiz de. Ideias femininas na imprensa ribeirão-pretana (1900-1940). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH, São Paulo, 2011.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras:** uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

FRASER, Nancy. "Contraditcions of capital and care". ***New left review***, 100, p. 99-117, 2016.

FREITAS, Carolina. **Mulheres e periferias como fronteiras:** o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio. Dissertação (mestrado). FAU, USP, 2018. 213f.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 [1968].

GADELHA, Regina. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do Século XIX. **Revista História**, 1989.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais:** Salvador, cidade D'oxum, e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Gramond**,** 2009. 543p.

GARGALLO, Francesca Celentani. **Feminismos desde Abya Ayla:** ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en Nuestra América. Cidade do México: UACM, 2015.

GASPAR, Tatiana & MIRANDA, Ana. Assessoria técnica em habitação de interesse social no jardim progresso: a construção de novas redes de ação prática em Ribeirão Preto/SP. **Seminário UrbFavelas**, Rio de Janeiro, 2016. 18p.

GOMES, Marcos Antônio. **Produção do espaço, valorização diferencial do solo e desigualdade socioespacial urbana em Ribeirão Preto-SP**, **Geografar**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 58-76, 2011.

GOMES, Marcos Antônio. **Os parques e a produção do espaço urbano.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GOMES, Nilma Lino & LABORNE, Ana Amélia. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, 2018.

GONÇALVES, Maria E. **Direito da informação.** Livraria Almedina, Coimbra, 1994.

GONZAGA, Teresinha. **A cidade e a arquitetura também mulher:** planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero. São Paulo: Annablume, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984.

GONZALEZ, Lélia. A categoría político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.

GORZ, André. **O Imaterial:** conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GUIMARÃES, Pilar. **De trabalhadoras a militantes:** a luta das mulheres do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas-SP. Dissertação (Mestrado). FE, UNICAMP, Campinas-SP, 2016. 133p.

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. **Confins [Online],** 5, 2009.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: HUCITEC, 1980.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, n. 39, 48-64, 1996.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crise do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. "Introdução". **Os Limites do Capital.** Pp. 11-41. São Paulo: Boitempo, 2013. 519p.

HASENBALG, Carlos. "O negro na indústria: proletarização tardia e desigual" In: VALLESILVA, N.; HASENBALG, C. A. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Pp. 101-118. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

HASENBALG, Carlos. Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 38, n. 2, pp. 355-374, 1995.

HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. "Nota sobre desigualdade racial e política no Brasil" In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Marcia (orgs.). **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HELENE, Diana. **A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo.** Dissertação. Planejamento Urbano e Regional, FAU-USP, São Paulo. 2010.

HELENE, Diana. **Preta, pobre e puta:** a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese. Planejamento Urbano e Regional, IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 2015. 339p.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez, 2019.

HERINGER, Rosana & MIRANDA, Dayse. As cores da desigualdade de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi (org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Pp. 203-225. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**, n. 7, 2015. 22f.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.

HIRATA, H. & ROGERAT, C. Technologie, qualification et division sexuelle du travail. Revue Francaise de Sociologie, v.29, p. 171-93, 1988.

HIRATA, H., HUSSON, M., & ROLDÁN, M. Reestructuraciones productivas y cambios en la división sexual del trabajo y del empleo. **Sociología del Trabajo** (24), p. 75-97, 1995.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **ANPOCS**, 2010. 25p.

JACOBI, Pedro. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Espaço & Debates**, NERU: Cortez, nº 7, p. 53-69, out./dez., 1982.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2014 [1961].

JAIME, Eugenia & MANSUETO, Clara. **Espacio y género.** Construcción social de los géneros en la ciudad injusta. CABA: UBA (FADU), 2019.

JIRÓN, P., & GÓMEZ, J. Interdependencia, cuidado y género desde las estrategias de movilidad en la ciudad de Santiago. **Tempo Social**, 30(2), p. 55–72, 2018.

JODAS, Juliana. **"A luta também é com a caneta":** usos e sentidos da universidade para estudantes indígenas. Tese (doutorado). IFCH, Unicamp, Campinas, 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário crítico do feminismo.** HIRATA, H. *et. al.* (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos.** CEBRAP, 86, p. 93-103, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, Lúcio. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. **Espaço & Debates.** Revista de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo. N. 08, p. 55-63, jan/abr, 1983.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade:** os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: EDUSP, 1996.

LATOUR, Bruno. On actor-network theory: a few clarifications. **Soziale Welt**, [S.l.], v. 47, n. 4, p. 369-381, 1996.

LAURENTIIS, Laura. **Moradores-em-ação:** constituição da paisagem no bairro Ribeirão Verde, em Ribeirão Preto-SP. Dissertação. FAU, USP, São Paulo, 2010. 147p.

LAURENTIS, Teresa de. "The technology of gender". In.: **Technologies of Gender. Essays on Theory, Film and Fiction.** Pp. 1-30. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LAVAL, Christian & DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo.** Barcelona: Gedisa S.A., 2013.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In.: FORRACHIO, M. M. & MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade:** leituras de introdução à sociologia. São Paulo: Livros técnicos e científicos, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 2001 [1969].

LEMES, Manuel. **Equipamentos extensores da cidade de São Paulo.** São Paulo, FAU, USP, 1986.

LENCIONE, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial.** Centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH, USP, São Paulo, 1991. 286f.

LIBERATO, Tatiane & ANDRADE, Thales. Relações de gênero e inovação: atuação de mulheres nos NITs paulistas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

LOPES, Doraci Alves. **O movimento da Assembléia do Povo e a Crítica da 'Marginalidade'.** 1988. Dissertação. (Mestrado em Sociologia), IFCH, Unicamp, Campinas-SP, 1988.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica** seguido de **Sobre el gobierno privado indirecto.** Espanha: Edotiral Melusina, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo:** ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C. & MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único; desmanchando consensos.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

MARCONDES, Renato & GARAVAZO, Juliana. Comércio e indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962. In.: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto - 1904-2004:** Um espelho de cem anos. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004. 22p.

MARQUES, Vagner. **As igrejas menores nas quebradas da fé:** a construção da hegemonia do pentecostalismo nas periferias de São Paulo (1990-2010). Tese (doutorado). PUC-SP, São Paulo, 2019.

MARTINS, Eric Miletta. **O percurso sócio-cognitivo das recategorizações metafóricas:** construções de sentidos na retórica neopentecostal. IEL, Unicamp, Campinas, 2011.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender.** Mineápolis: University of Minnesota Press, 1994.

MASSEY, Doreen. "Um sentido global do lugar". In.: ARANTES, A. (org.), **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MATTELARD, Armand. "Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação". In.: **V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura.** Salvador, Bahia, Brasil, 2005.

MATOS, Teresinha. Caseiras pentecostais: mulheres felizes. **Último Andar**, São Paulo, 16, pp. 129-182, jun., 2007.

McDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar:** un estudio de las geografías feministas. Traducción de Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

MELLO, Rafael Cardoso de. Entre ofícios e representações: as mulheres de Ribeirão Preto na transição do século XIX e XX. **Revista eletrônica do arquivo do Estado**, n. 45, dez., 2011. (5 páginas).

MESTRE, Ana Paula. **Sentidos da modernização na periferia da metrópole:** o consumo de energia elétrica na economia dos pequenos em Heliópolis-SP. Tese (doutorado). IG, UNICAMP, 2015. 339f.

MIGLIORINI, Vera. **Os padrões de desempenho do uso e ocupação do solo na previsão e controle do adensamento de áreas intra-urbanas.** Tese. Escola Politécnica. USP, São Paulo, 1997, 170p.

MILLÁN, Margara. Crisis civilizatoria, movimientos sociales y prefiguraciones de una modernidad no capitalista. **Acta sociológica**. Núm. 62, p. 45-76, sept./dic., 2013.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. "O Planejamento: algumas considerações", **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, n. 1(2), vol. 1, p. 40-54, maio, 2007.

MOREIRA, Carolina. **Cultura e urbanização:** Ribeirão Preto em duas décadas (1993-2013). Tese de Doutorado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo – São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2015. 511p.

MOREIRA, Marianna. Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. **Espaço e cultura.** N. 38, p. 85-122, jul./dez., 2015.

MOTTA, Daniele. **Desvendando o nó:** a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo. Tese em Ciências Sociais, IFCH, Unicamp, 2017. 197p.

MOTTA, Daniele. **Desvendando Heleieth Saffioti.** Revista Lutas Sociais, vol. 22, n. 40, p. 149-160, 2018.

MOYSÉS, Maurício. **Urbanização corporativa e os conflitos urbanos em Campinas-SP:** uma análise a partir da região do Jardim Campo Belo. Unicamp, IG, Campinas, 2016.

MOYSÉS, Maurício & RIZZATTI, Helena. A urbanização de Campinas-SP e os recentes conflitos urbanos na região do Jardim Campo Belo. **Boletim Campineiro de Geografia.** n. 7, n. 1, p. 131-153. 2017.

MUNDIM, Maria Cecilia; WESCHSLER, Solange; PRIMI, Tatiana. Liderança feminina: o estado da arte nas publicações brasileiras. **Revista latino-americana de geografia e Gênero**, Ponta Grosa, v. 4, n. 2, p. 55-66, p. 55-65, ago./dez., 2013.

NAJURP (Núcleo de Assistência Jurídica de Ribeirão Preto), **Relatório de Direitos Humanos:** Análise do Processo Judicial de Reintegração de Posse das comunidades João Pessoa e Nazaré Paulista em Ribeirão Preto - SP, FDRP, USP, Ribeirão Preto, 2017. 64p.

NICOLAAS, Renee. **A autogestão no Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades:** Casos do Fórum de Cortiços e do Movimento Pró-Moradia Mario Lago. Dissertação. Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis, 2017. 191p.

NOBRE, Carlos Eduardo. **Usos do território no Brasil:** articulações federativas para implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de São Paulo. Tese (doutorado). IG, Unicamp, Campinas, 2018.

NOVELLINO, Maria Salet. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, **ABEP**, Caxambú-MG, 2004. 12f.

OKIN, Susana M. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

OLIVEIRA, Valdeir. **O espaço social em questão:** o Movimento de União dos Sem-Teto em Ribeirão Preto. Dissertação. Serviços social. Unesp, Franca, 2005. 102p.

PAZIANI, R. R. **Construindo a *'Petit Paris'*:** Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). Tese (Doutorado em História) – Franca: UNESP; FHDSS; FAPESP, 2004.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **São Paulo cidade negra:** branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. Tese de doutorado. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília, 2019.

PISCITELLI, Adriana. "Re-criando a categoria mulher?" In: ALGRANTI, Leila (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. N. 48. Campinas: IFCH- Unicamp, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: **Diferenças, igualdade.** ALMEIDA, H. B. & Szwako, J. E. (orgs). Pp. 116-149. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PIRES, José Manuel. O desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. In.: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto - 1904-2004:** Um espelho de cem anos. Pp.179-191. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004.

PERINELLI, Humberto & FRANÇA, Jorge Luiz de. Sedução, disciplina e marginalização: a prostituição na Ribeirão Preto da *Belle Époque Caipira* (1883-1919). **Revista eletrônica do arquivo do Estado**, n. 38, 2009. 10 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RICO, María Nieves & SEGOVIA, Olga. **¿Quién cuida en la ciudad?** Aportes para políticas urbanas de igualdad. CEPAL, 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Lugares dos saberes: diálogos abertos". In.: BRANDÃO, M. **Milton Santos e o Brasil.** Território, lugares e saberes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade hoje: leituras da experiência urbana. **Cadernos CRH**, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação". In.: SILVA, Catia Antonia. **Território e ação social:** sentidos da apropriação urbana. Pp. 19-29, Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente:** ação técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “O desenvolvimento local e a arte de ‘resolver’ a vida” **Por uma sociologia do presente:** ação técnica e espaço. Pp.75-89. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2005a].

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Outros territórios, outros mapas” **Por uma sociologia do presente:** ação técnica e espaço. Pp. 201-212. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2005b].

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação” **Por uma sociologia do presente:** ação técnica e espaço. Pp. 213-224. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2006].

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano”. **Por uma sociologia do presente:** ação técnica e espaço. Pp. 213-224. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2009].

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Teorias da ação. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Coordenação Djamila Ribeiro. Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2019. 111p.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Espaço & Debates**, n. 37, p.77-89, 1994.

RIBEIRO, Tarcyla. A propriedade privada no capitalismo sob dominância financeira no Brasil: uma análise a partir do novo marco normativo nacional de regularização fundiária. **Propriedades em Transformação: abordagens multidisciplinares sobre a propriedade no Brasil.** Pp. 241-259. São Paulo: Blucher, 2018.

RIZEK, Cibele & SANTO AMORE, Caio. A Inserção Urbana através da Produção do MCMV-Entidades no Estado de São Paulo: Abordagem Etnográfica de Casos Selecionados. **III ENANPARQ**, p. 22-30 São Paulo, 2014.

RIZZATTI, Helena. **O recente processo de urbanização da cidade de Campinas-SP (1990-2014):** as ocupações urbanas – um estudo dos usos do território na Região Sul. Mestrado em Geografia, IG, Unicamp, Campinas, Brasil, 2014. 258p.

RIZZATTI, Helena. A urbanização de Campinas/SP e a produção de informação nas maiores ocupações da cidade. In: **RUA** [online]. nº. 21. Volume 2, p. 221-245, 2015a.

RIZZATTI, Helena. As maiores ocupações urbanas da cidade de Campinas-SP: resistências e permanências. **Revista de Ciências Humanas**, v. 49, n. 2, p. 183-204, 2015b.

RIZZATTI, Helena & SILVA, Adriana Bernardes da. Cidades e contra-racionalidades: ocupações urbanas em Campinas/SP (do Parque Oziel ao Jardim Campo Belo). **Ra’eGa**, v. 40, p. 211-230, 2017.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** São Paulo: Editora Contexto, 1988.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Problemática ambiental = Agenda Política. Espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 83, p. 91-110, dez., 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Políticas públicas: FGTS e Planos Diretores – conteúdos e significados. **Cidades.** Vol. 9, n. 16, p. 10-30, 2011.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**. 17, CEAA, Universidade Candido Mendes, set, 1989.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3ª. Ed., São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel & ROYER, Luciana. O programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação, **III ENANPARQ**, São Paulo**,** 2014. 23p.

ROSSINI, Rosa Ester. As geografias da modernidade – Geografia e gênero – Mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 12, p. 7-26, 1998.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: recuperando a memória de uma pesquisa sobre a força de trabalho na agricultura canavieira na macro-área de Ribeirão Preto (SP-Brasil) 1977-2008. **Revista latino-americana de geografia e gênero**, v. 1, n. 1, p. 121-133. jan./jul., 2010.

ROSSINI, Rosa Ester. **Gênero e Geografia:** a modernidade tecnológica na agroindústria canavieira na macroárea de Ribeirão Preto (SP) – 1977-2013, **ABEP**, 2014. 12f.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: a modernidade técnico-científica na agricultura canavieira paulista eliminou quase toda a força de trabalho de homens e de mulheres no talhão: macro-área de Ribeirão Preto-SP**. IV Seminário Latinoamericano de Geografía, Género y Sexualidades.** IGEHCS, Tandil, Buenos Aires, Argentina, 2019. 8f.

SABATÉ, Ana; RODRÍGUEZ, Juana y DÍAZ, María Ángeles. **Mujeres, Espacio y Sociedad.** Hacia una Geografía del Género. Madrid: Síntesis, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

SANTORO, Paula. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. **Publicações do Instituto Pólis**, 2007. 17f.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano:** São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, José Leandro. **Templo é dinheiro:** o uso do território pelas igrejas neopentecostais na cidade de Maceió, AL (1987-2018). Dissertação (mestrado). Instituto de Geografia, UFAL, Maceió, 2019. 151p.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas características de análise. **Cadernos IPPUR**, Ano XIII, n.º 2, p. 15-26, 1999a.

SANTOS, Milton. As formas da pobreza e da dívida social. **3ª. Semana Social Brasileira**, 1999b. 23p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova.** São Paulo: EDUSP, 2008 [1978].

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008 [1993].

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2009 [1990].

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo.** São Paulo: Hucitec, 2013 [1994].

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 5a ed. São Paulo: Nobel, 2014 [1987].

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2014 [2005].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2017 [1996].

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Regina Célia Bega dos. **Movimentos sociais urbanos.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central** (online), v. 2, p. 1-17; Costa Rica, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. Geografia da ação nas lutas anti-racismo: um olhar aproximativo. **XVIII ENANPUR**, Natal, 2019. 27f.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. New York, Columbia University Press, 1989. 35p.

SHIMBO, Lúcia Zanin & CERON, Luciana Cristina. Produção do PMCMV na Região Central do Estado de São Paulo: um híbrido entre ocupação nas periferias e em áreas consolidadas. **III ENANPARQ**, São Paulo, 2014. 18p.

SILVA, Adriana M. Bernardes. **A contemporaneidade de São Paulo.** Produção de informações e reorganização do território brasileiro. Tese. Geografia, Faculdade de Filosofia Ciência, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2001.

SILVA, Adriana M. Bernardes. As grandes cidades e o período popular da história. In: SILVA, Maria Auxiliadora, et al. (orgs.) III Encontro com o pensamento de Milton Santos. **O lugar fundamentando o período popular da história.** Salvador, p. 171-188, mai., 2005.

SILVA, Adriana M. Bernardes. Círculos de informações, urbanização e usos do território brasileiro. **Revista da ANPEGE**, v. 8, n. 10, p. 3-15, ago./dez. 2012.

SILVA, Adriana. Cem anos de desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto. In.: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto - 1904-2004:** Um espelho de cem anos. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004. 19p.

SILVA, Adriana. **Expansão urbana e formação dos territórios da pobreza em Ribeirão Preto:** os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado (1887). Tese. Ciências Sociais. UFSCAR, São Carlos, 2008. 274p.

SILVA, B. L. **O rei da noite na eldorado paulista**: François Cassoulet e os entretenimentos noturnos em Ribeirão Preto (1880 –1930). Dissertação de Mestrado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

SILVA, Catia Antonia da. "Um desafio epistemológico e metodológico: por uma geografia das existências". In.: SILVA, C. A. **Pensamento vivo e humanismo concreto** em Ana Clara Torres Ribeiro. Pp. 13-26. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014a.

SILVA, Catia Antonia da. "O fazer geográfico em busca de sentidos ou a Geografia em diálogo com a sociologia do presente". In.: SILVA, C.; CAMPOS, A.; MODESTO, N. **Por uma geografia das existências:** movimentos, ação social e produção do espaço. Pp.19-45. Rio de Janeiro: Consequência, 2014b.

SILVA, Fernando Antonio da. **A pobreza na Região Canavieira de Alagoas no século XXI:** do Programa Bolsa Família à dinâmica dos circuitos da economia urbana. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. 2017. 321 p.

SILVA, João Enicelio da. **O corredor da fé:** expansão e concentração religiosa no bairro do Brás, em São Paulo. Dissertação (mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014. 135f.

SILVA, Joseli. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n. 44, Florianópolis, p. 117-134, jul./dez., 2007.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In.: SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Pp. 93-113. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Raphael Curioso. **A disseminação da internet e suas implicações para a dinâmica territorial brasileira.** Tese (doutorado). IG, Unicamp, Campinas, 2019.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica. **Revista Território**, ano IV, n.º 6, p. 21-27, jan./jun, 1999.

SILVEIRA, María Laura. Metrópolis brasileñas: um análisis de los circuitos de la economia urbana. **Revista Eure,** Vol. XXXIII, n. 100, p. 149-164, Santiago do Chile, 2007.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y território usado: imperativos y solidariedades. **Cuadernos del CENDES**, ano 25, n° 69, p. 01-19, set-dez, 2008.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos & RAFAEL, Rud. **MTST:** 20 anos de história – luta, organização e esperança das periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia literária, 2017.

SMITH, Neil. **Contornos de uma política especializada:** veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. Pp. 133-173, 1997.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura.** São Paulo: Vozes, 1996.

SOTO, Paula Villagrán. Patriarcado y orden urbano. Nuevas y viejas formas de dominación de género en la ciudad. **Revista venezoelana de estudios de la mujer**, v. 19, n. 42, p. 199-214, ene./jun., 2014,

SOTO, Paula Villagrán. Repensar el habitat urbano desde una perspectiva de género. Debates, agenda y desafíos. **Andamios**, v. 13, n. 32, pp. 37-56, sep./dic., 2016.

SOUZA, Cristiane. Do *interior* para a periferia: mulheres negras liderando lutas por moradia em Salvador, Bahia, Brasil. **Labrys, étude féministe / estudos feministas**, jul/2017-jun./2018. 36f.

SOUSA, Hugo de Freitas. **A produção social da cidade.** Os discursos legitimadores da segregação socio-espacial no interior paulista: Ribeirão Preto 1889-1930. Dissertação de Mestrado. Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SOUZA, Marcio Luís. **Vida urbana e suburbana nas terras do café:** racionalização dos negócios e da vivência coletiva em Ribeirão Preto (1874-1914). Dissertação de mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviços Social. História. Franca, UNESP, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. Pp. 147-166. São Paulo: Contexto, 2011.

TAVARES, Aline. **A Organização da Zona:** notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga Dissertação (mestrado), IFCH, Unicamp, Campinas. 2014. 134p.

TAVARES, Rossana. **Indiferença à diferença:** espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

TELLES, Vera da Silva. "Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa)". In.: RIZEK, Cibele & OLIVEIRA, Francisco. **A era**

da indeterminação. Pp. 194-218, 2007.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TELLES, Vera da Silva. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Marcia Pereira; MACHADO, Carly; SA CARNEIRO, Sandra de. **Dispositivos urbanos e trama dos viventes:** ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

TEIXEIRA, Jacqueline. **A conduta universal:** governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal. Tese (doutorado). FFLCH, USP, 2018.

TOPALOV, Christian. "Do planejamento à Ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitar?". **Cadernos IPPUR**, Ano XI, n. 1 e 2, p. 19-42, 1997.

VALENTINE, Gill. Theorizing and reseraching intersectionality: a challenge for feminist geography. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.

VERGARA FIGUEROA, Abilio. **Etnografía de los lugares.** Una guía antropológica para estudiar su concreta complejidad. Ciudad de México: Ediciones Navarra, 2015.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão deve saber sobre habitação.** 1986. 56p.

VILLAÇA, Flávio. "Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil". In.: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. **O processo de urbanização do Brasil.** Pp. 169-243. São Paulo: Edusp, 2004.

ZAMBONI, Débora. **A função social e a refuncionalização do território ferroviário da Cia Mogiana em Ribeirão Preto.** Dissertação. Mestre em Engenharia Urbana. UFSCAR, São Carlos, 2012. 122 p.

ZAMBONI, Débora. **A territorialidade do capital:** da fazenda ao condomínio, desenhando a cidade. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, UFABC, Santo André, 2018. 259f.

ZANOLA, R., PERIOTO, J., CASTRO, A., & SALLES, R. A medida provisória 759/2016 e o novo paradigma da política de regularização fundiária nacional: a imposição institucional do modelo capitalista financeirizado ocultada pela promessa de dinamização procedimental. **XVIII ENANPUR**, p. 27-35, maio, 2019.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública.** Ano 13, 2019. 206p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Análise de necessidades habitacionais e suas tendências para os próximos dez anos.** São Paulo-SP, 2018. 64p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIROS (FJP). **Déficit habitacional no Brasil.** Belo Horizonte-MG, 2018. http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/#inicio - Acessado em 15/09/2019.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Transição demográfica e demanda por moradia: projeção de domicílio do Estado de São Paulo até 2050. **Resenha de estatísticas vitais do Estado de São Paulo.** Ano 18, n. 1, jan., São Paulo-SP, 2018. 14p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Região de Influência das Cidades (REGIC)**. Rio de Janeiro-RJ, 2008. 200p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais.** Uma análise das condições de vida da população brasileira. N. 39, Rio de Janeiro-RJ, 2018. 151p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência.** São Paulo-SP, 2019. 116p.

OXFAM BRASIL. **Nós e as desigualdades.** Pesquisa Oxfam Brasil/Data Folha. Percepções sobre desigualdades no Brasil. São Paulo-SP, 2019. 36p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, **Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**. Ribeirão Preto-SP, 2010. 321p.

TRIBUNAL DE DESPEJOS & ALIANÇA INTERNACIONAL DE HABITANTES. **Brasil:** casos e recomendações. 2019. 81p.

Decreto n. 6.819 de 13 de abril de 2009. Brasil: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6819.htm

Decreto n. 6.962 de 17 de setembro de 2009. Brasil: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6962.htm

Decreto n. 360 de 26 de dezembro de 2017. Diário Oficial. Ribeirão Preto-SP: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Secretaria de Planejamento e Gestão Pública. Recuperado a partir de https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/splan/pdf/habitacao-decreto-360.pdf

Lei Complementar n. 2858 de 28 de março de 2018. Ribeirão Preto-SP: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Secretaria de Planejamento e Gestão Pública. Recuperado a partir de https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/planejamento/regularizacao-fundiaria

Lei Federal n. 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Brasil: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm

Lei Federal n. 10.257 de 10 de julho de 2001. Brasil: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

Lei Federal n. 11.977 de 07 de julho de 2009. Brasil: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm

Lei Federal n. 12.424 de 16 de junho de 2011. Brasil: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm

Lei Federal n. 12.608 de 10 de abril de 2012. Brasil: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

Lei Federal n. 13.465 de 11 de julho de 2017. Brasil: Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm

Medida Provisória n. 459 de 25 de março de 2009. Brasil: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Mpv/459.htm

Medida Provisória n. 759 de 22 de dezembro de 2016. Brasil: Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm

ANEXOS

ANEXO A: MANIFESTO EM DEFESA DA LUTA PELA MORADIA (RIBEIRÃO PRETO, 2011)

1 - Manifesto: violência nem por sentença / 2 - Urbanização À BRASILEIRA mostra intolerância à pobreza[200]

MANIFESTO EM DEFESA DA LUTA PELA MORADIA

Por uma Política Habitacional Digna, Participativa e Democrática

Nós, representantes de movimentos sociais, entidades sindicais e estudantis, de partidos políticos, de instituições públicas e de outras entidades da sociedade civil, participantes da MANIFESTAÇÃO PÚBLICA EM DEFESA DO DIREITO À MORADIA DIGNA, realizada no dia 11 de agosto de 2011, em frente ao Fórum da Justiça Estadual.

I – CONSIDERANDO:

a) a inadmissível violência praticada pela tropa de choque da Polícia Militar durante a reintegração de posse da Favela da Família – a qual repercutiu em âmbito nacional;
b) a total omissão da Prefeitura, tanto em seu dever de intervenção na questão de moradia em ocupações irregulares, quanto no de assistência aos moradores (famílias, idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência) – destacando-se o caso da Favela da Família;
c) a irresponsabilidade e insensibilidade do Judiciário local em sua decisão pela reintegração de posse da área da Favela da Família; enfrentando o problema apenas como simples direito de propriedade, e não como questão social complexa relacionada à função socioambiental da propriedade e ao direito constitucional à moradia digna;
d) a não cientificação da Defensoria Pública e do Ministério Público estaduais sobre as ações judiciais envolvendo a questão de moradia em ocupações irregulares;
e) a não requisição do dever da Prefeitura de intervenção na questão de moradia em ocupações irregulares e de assistência aos moradores pelo Judiciário local;
f) a não autorização pelo Judiciário local para realizar a Manifestação Pública e Pacífica em Defesa do Direito à Moradia Digna no pátio de entrada do Fórum da Justiça Estadual;
g) o repetitivo tratamento dos movimentos sociais como organizações criminosas, e não como coletivos legítimos e democráticos da sociedade civil pelos órgãos públicos, em especial, pela Polícia e pelo Judiciário;
h) a não participação efetiva dos moradores e de entidades representativas da sociedade civil no processo de desfavelamento e de construção de moradias populares dignas;
i) o não cumprimento da função socioambiental do imóvel urbano;
j) o enorme déficit de moradias populares (cerca de 20 mil domicílios), a enorme quantidade de núcleos de favela (cerca de 42), a imensa quantidade de famílias (cerca de 5.681 famílias e de 26.590 pessoas) vivendo em condições precárias de moradia;
k) o investimento público insuficiente em programas habitacionais para população de baixa renda e para ações de desfavelamento; principalmente, por parte da Prefeitura municipal;

---

200 http://movimentopromoradiaecidadania.blogspot.com/2011/08/1-manifesto-violencia-nem-por-sentenca.html - Acessado em 05/07/2018

l) a inexistência de equipamentos comunitários e serviços públicos próximos e em funcionamento na maioria das áreas de novas moradias populares – quando da realização de transferência das famílias contempladas;
m) a não implementação do IPTU progressivo pela inexistência de lei municipal e a não efetivação do parcelamento compulsório dos imóveis urbanos subutilizados decorrentes, principalmente, especulação imobiliária;
n) a não efetivação das áreas de interesse social destinadas a programas habitacionais populares.

II – REIVINDICAMOS:
a) o cumprimento – por parte da Prefeitura – do dever de intervenção na questão de moradia em ocupações irregulares e de assistência aos moradores (famílias, idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência – protegidos pela Constituição); principalmente, nas ações judiciais [arts. 203, 226, 227 e 230, CF];
b) a observação – por parte do Judiciário – do problema das ocupações irregulares nas ações judiciais como questão social complexa relacionada ao direito à moradia digna e ao direito à propriedade que atenda a sua função socioambiental urbana [art. 182, CF];
c) o cumprimento – por parte do Judiciário – do dever de cientificação da Defensoria Pública e do Ministério Público estaduais sobre as ações judiciais envolvendo a questão de moradia; devido à necessidade de defesa dos interesses sociais e direitos coletivos, evidenciados pela proteção constitucional dos moradores (famílias, idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência) [arts. 127 e 134, CF; 1º, LONDP; 1º, LONMP];
d) a requisição – por parte do Judiciário – do dever da Prefeitura de intervenção na questão de moradia em ocupações irregulares e de assistência aos moradores (famílias, idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência – protegidos pela Constituição) [arts. 203, 226, 227, 230, CF];
e) o respeito – em especial, por parte da Polícia e do Judiciário – ao direito constitucional à livre expressão e manifestação individuais ou coletivas em espaços públicos e de forma pacífica [art. 5º, IV e IX, CF];
f) o respeito ao direito constitucional à livre associação e o tratamento dos movimentos sociais como coletivos legítimos e democráticos da sociedade civil pelos órgãos públicos, em especial, por parte da Polícia e do Judiciário [art. 5º, XVII, CF];
g) a participação efetiva dos moradores e de entidades representativas da sociedade civil no processo de desfavelamento e de construção de moradias populares dignas; ficando a Prefeitura responsável pela documentação de todo esse processo [art. 2º, II, Estatuto da Cidade];
h) maior investimento público em programas habitacionais para população de baixa renda e para ações de desfavelamento; principalmente, por parte da Prefeitura municipal através de convênios com os governos federal e estadual [art. 2º, III, Estatuto da Cidade];
i) a garantia de equipamentos comunitários e serviços públicos próximos e em funcionamento na maioria das áreas de novas moradias populares – quando da realização de transferência das famílias contempladas [art. 2º, V, Estatuto da Cidade];
j) o respeito – por parte da Prefeitura – às normas de proteção do meio ambiente, de garantia de acessibilidade e mobilidade pela política urbana e pelos programas habitacionais do município [arts. 222 e 227, CF];
k) o encaminhamento do projeto de lei que institui o IPTU progressivo e a efetivação do parcelamento compulsório dos imóveis urbanos subutilizados – para fins de moradia popular – pelo Executivo municipal [arts. 182, p. 4º, CF; 5º e 7º, Estatuto da Cidade];
l) a regularização fundiária e urbanização – por parte da Prefeitura – de áreas ocupadas por populações de baixa renda [art. 3º, XIV, Estatuto da Cidade];

m) a efetivação das áreas de interesse social destinadas a programas habitacionais populares, respeitando a preservação ambiental da área de recarga do Aqüífero Guarani (localizada na Zona Leste).

VIOLÊNCIA: NEM POR SENTENÇA!
Pelo cumprimento da função socioambiental do imóvel urbano.

Entidades Apoiadoras: Associação Amigos do Memorial da Classe Operária – UGT; Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil; Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP); Associação Nacional dos Estudantes Livres (ANEL); Central Sindical Popular (CSPCONLUTAS); Centro de Defesa dos Direitos Humanos Irineu Luiz de Moraes; Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CEDHEP); Fórum Social de Ribeirão Preto; Instituto Práxis; Movimento de Mulheres de Ribeirão Preto; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); Movimento Pró Novo Aeroporto Regional de Ribeirão Preto; OAB-Ribeirão Preto (confirmar); PCdoB; PSTU; PT; Seminário Gramsci; Sindicato dos Correios; Sindicato dos Jornalistas; Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSP); Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (SINDSPREV).

ANEXO B: INFORMATIVOS DO MOVIMENTO LIVRE NOVA RIBEIRÃO (2017)

MOVIMENTO LIVRE NOVA RIBEIRÃO

INFORMATIVO PARA OS ASSOCIADOS DO MLNR - MAIO/2017

FENAHTECT SEDE: RUA ABEL CONCEIÇÃO, 974 - JARDIM MARCHESI - RIBEIRÃO PRETO-SP
movillivre.hotmail.com / www.movimentolibrenr@blogspot.com

1º MCMV-ENTIDADES DE RIBEIRÃO PODE SAIR AINDA ESTE ANO

O Movimento Livre protocolou na Caixa Econômica Federal o primeiro projeto Minha Casa Minha Vida Entidades de Ribeirão Preto.

O projeto está em análise técnica da Caixa Econômica Federal e depois vai para o Ministério das Cidades onde "disputará" com outros projetos do Brasil a seleção e possível contratação.

IMPORTÂNCIA

Para a cidade de Ribeirão Preto, a realização de um empreendimento feito a partir de uma entidade legalmente constituída e habilitada será uma grande vitória dos movimentos que lutam por moradia e uma conquista das famílias que participam do movimento.

O PROJETO

Sob a responsabilidade da Kadima Engenharia, o empreendimento possui 320 apartamentos, divididos em 10 torres de quatro pavimentos cada, contendo 8 apartamentos por andar. Cada apartamento possui dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro, com acessibilidade de acordo com as normas técnicas do programa MCMV.

LOCALIZAÇÃO

Localizado no Jardim Heitor Rigon, zona norte da cidade de Ribeirão Preto, próximo da Rodovia Alexandre Balbo, com acesso à Av. Mário Covas s/n, também conhecido como Via Norte ou no bairro Heitor Rigon, pela rua José de Alcântara, o empreendimento localiza-se em uma região que possui mercados, farmácias, 3 escolas, postos de saúde, base de apoio comunitária, vias de acesso e linhas de ônibus. Além disso, futuramente, terá uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento).

Presidente da COHAB vai acompanhar projeto do Movimento Livre

O Movimento Livre foi recebido pelo novo presidente da COHAB e ex Secretário Nacional da Habitação, Sr. Edson Ortega. Estiveram no encontro Marcelo Baptista, coordenador Administrativo do Movimento Livre, a Arq. e Urbanista Janaina da engenharia Kadima e Paulo Honório do Grupo de Autogestão Habitacional.

Edson Ortega disse que vai acompanhar pessoalmente toda tramitação do projeto e que a prefeitura tem o maior interesse em ajudar na concretização do empreendimento.

ACESSE NOSSO BLOG
movimentolivrenr.blogspot.com

CONSELHO DE MORADIA RETOMA AS ATIVIDADES

A primeira reunião do Conselho de Moradia Popular (CMP) foi coordenada pelo presidente da Cohab-RP, Edsom Ortega e contou com a participação do prefeito Duarte Nogueira, que reafirmou a meta de construir 15 mil casas populares em quatro anos, priorizando a população de baixa renda inscrita na Cohab-RP. O prefeito relatou também a construção de outras 10 mil moradias para a implementação de um programa de combate as ocupações irregulares, com ênfase para a remoção de famílias que moram em áreas de risco.

Na ocasião, Marcelo Baptista, coordenador administrativo do Movimento Livre, anunciou aos presentes que o MLNR vai contribuir com esta meta e que o Projeto "Kelly Cristina Uemura" vai atender parte desta demanda.

"Seminário Caminhos: Regularização Fundiária" reúne 90 pessoas no sábado em Ribeirão Preto

O evento foi proposto e organizado pelo Movimento Livre através do Fórum Permanente de Movimentos Populares.

O tema "Regularização Fundiária" é bastante importante dentro da conjuntura social da cidade, onde a luta por moradia popular ganha contornos dramáticos diante da realidade de mais de 90 assentamentos/ocupações urbanas, englobando mais de 20 mil pessoas.

O debate foi rico e profundo, com as contribuições especializadas de Frederico Firmiano (o Frede), da coordenação estadual do MST, e do arquiteto e urbanista Maurílio Chiaretti, Presidente do SASP (Sindicato dos Arquitetos de São Paulo).

Segundo Fred em sua fala, a MP 759 do governo Temer, busca dificultar a luta pelo acesso à terra no Brasil e tem, no seu bojo, perigosos mecanismos que podem facilitar a legalização da grilagem no Brasil, beneficiando o grande latifúndio em detrimento do pequeno produtor familiar e do assentado.

Já Maurílio deixou claro em sua fala que Ribeirão Preto não necessita de uma nova lei de regularização, pois esses mecanismos já constam do Estatuto das Cidades e podem estar presentes desde já no Plano Diretor, coibindo a especulação imobiliária e facilitando os programas de moradia popular e regularização das ocupações que ocorrem nos vazios urbanos.

A atual proposta de Plano Diretor está parada na Câmara há dois anos por pressão da especulação imobiliária, que não aceita um artigo que pretende proteger a área de recarga do Aquífero Guarani na zona leste da cidade e pelo próprio caráter do plano que, tecnicamente, traz alguns instrumentos de política urbana que podem coibir a especulação e democratizar o acesso social à propriedade urbana.

"Nossa luta é para transformar Ribeirão em uma cidade democrática e inclusiva. Inclusiva realmente para todos, sem distinção. Problemas sociais se resolvem com políticas públicas, com ação social, nunca com descaso e repressão. A existência, o fortalecimento do Fórum e a atualização constante de seu documento público são fundamentais para isso", disse Ricardo Jimenez, representando fórum.

Ribeirão Preto chega em 2017 com 96 assentamentos urbanos

Os dados oficiais apontam uma tendência preocupante: em 2015 eram 42, saltou em 2016 para 50 e agora no final de abril 2017 já são 96 assentamentos urbanos em Ribeirão Preto. Estes dados mostram que alguma coisa está acontecendo e é necessário tratar do assunto com seriedade, lucidez e propostas concretas.

A solução adotada pelos órgão públicos de judicializar e pedir a reintegração de posse não ataca o problema com franqueza e amplia o conflito social.

Neste sentido, o Movimento Livre, por meio do Seminário Caminhos – Regularização Fundiária, quer provocar um olhar consciente e responsável para o tema, buscar conhecer com profundidade a realidade e encontrar caminhos e alternativas para uma cidade socialmente justa.

A Regularização Fundiária pode ser uma alternativas

A regularização fundiária de interesse social é definida como regularização de assentamentos irregulares ocupados predominantemente por população de baixa renda, nos casos:

a) em que a área esteja ocupada de forma mansa e pacífica há pelo menos 5 (cinco) anos;

b) de imóveis situados em ZEIS;

c) de áreas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social.

MOVIMENTO SE PREPARA PARA OS NOVOS DESAFIOS

Em seus 13 anos de existência, o Movimento Livre sempre esteve junto das comunidades ajudando a cada uma de acordo necessidade e com o momento vivido.

Novos desafios nos são colocados e é necessário uma reestruturação na atuação do Movimento.

Já estamos com 4 anos de entidade legalmente constituída e alcançamos o direito de executar projetos de habitação sendo habilitado no Ministério das Cidades. Estamos prestes a ser selecionados para execução de nosso primeiro projeto, onde seremos responsáveis por uma obra que requer muita organização, assessoria e consciência de todos os membros da direção e associados em virtude da responsabilidade na execução de um projeto tão importante.

Este ano, de janeiro a maio, já realizamos 5 assembleias com todos os associados. Fizemos o recadastramento, criamos este jornal informativo, o blog, a página do face, organizamos o Seminários Caminhos, contratamos nova assessoria técnica de engenharia que praticamente refez os projetos de acordo com as normas técnicas, fizemos reuniões com o prefeito, com secretários, com o presidente da COHAB, celebramos acordos de parceria com o GAHRP, com a AME com o MOHAS. Recebemos assessoria da FENAHTECT na organização de documentos e projetos, enfim, estamos fazendo todo o necessário para sermos capazes de conduzir com eficiência os novos desafios. Mas é necessário todos nós estarmos juntos e em sintonia, por isso conto com todos os membros da administração e associados.

Marcelo Baptista - Coordenador Administrativo do Movimento Livre

Entre em contato com um dos nossos educadores. Ligue:
Rita 99606-0310 - Marilia 99795-0310 - Iran 99783-0310 - Sidney 99634-0310
Camila 99794-0310 - Rosa 99768-0310 - Marcelo 99612-0310
Escritório 99646-0310 - 3919-8275 - 3043-3307

EL SHADDAI
A TECNOLOGIA DO FRIO
CONTRATE UM PROFISSIONAL AUTORIZADO

INSTALAÇÃO, REFRIGERAÇÃO
HIGIENIZAÇÃO, CLIMATIZAÇÃO
ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO
3043-3307 / 98141-8524 / 99407-6550

MOVIMENTO LIVRE NOVA RIBEIRÃO

INFORMATIVO PARA OS ASSOCIADOS DO MLNR - ABRIL/2017

SEDE: RUA ABEL CONCEIÇÃO, 473 JARDIM MARCHESI RIBEIRÃO PRETO-SP
movlivre.hotmail.com / www.movimentolivrenr.blogspot.com

PROJETO DO MOVIMENTO LIVRE VAI PARA ANÁLISE DE SELEÇÃO

O Ministério das Cidades determinou que até 23 de abril todas as entidades devem protocolar os projetos na Caixa Econômica Federal.

O Movimento Livre apresentará o Projeto "Kelly Cristina Uemura". O empreendimento está situado no bairro do Heitor Rigon com aproximadamente 13.000 m². O escritório de engenharia e arquitetura Kadima, contratado recentemente pelo Movimento Livre, está fazendo todos os estudos de viabilidade técnica exigidos pelo programa Minha Casa Minha Vida Entidades e pela Secretaria do Planejamento Municipal.

Segundo o engenheiro Lourenço, o projeto deve atender as diretrizes viárias do município, existem árvores que deverão ser preservadas por isso a necessidade de estudos de implantação o que está sendo finalizado.

Também será necessário apresentar o Projeto Técnico Social que demandará dos associados um recadastramento na entidade além das reuniões e assembleias.

ATENÇÃO ASSOCIADOS DO MOVIMENTO LIVRE

TODOS DEVEM FAZER O RECADASTRAMENTO

Período: **entre 3 e 12 abril**
Endereço: Rua Abel Conceição, 974 Jm. Marchesi
Horário: das 8 às 20 horas
Neste domingo das 8 às 12 horas

Trazer documento **pessoal**:
CPF, RG, Residência, Carteira de trabalho, nº do NIS CADÚNICO

O associado poderá acertar possíveis pendencias no ato do recadastramento.

"Este recadastramento tem por objetivo organizar a demanda do projeto feixa 1 (até 1.800 reais de renda) que será protocolado na Caixa Econômica Federal

Movimento Livre prepara seminário sobre Regularização Fundiária

O Movimento Livre Nova Ribeirão juntamente com o Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo - SASP, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e o Fórum dos Movimentos Populares que congrega várias entidades da sociedade civil realizará no dia 29 abril o Seminário "Caminhos para a Regularização Fundiária."

A proposta do seminário é para entendermos melhor os impactos desta medida em nossas comunidades e saber quais caminhos poderemos seguir.

O Seminário está marcado para dia 29 de abril, das 8 às 13 horas no IPA Instituto de Psicologia Avançada que fica na Rua Ayrton Roxo, 256 em Ribeirão Preto.

Haverá certificado de participação e para tanto faremos as inscrições previamente o que possibilitará melhor organização da recepção e o indispensável cafezinho.

Maiores informações acessem a página do face: "Seminário caminhos"

Prefeito diz sim a nosso projeto

Para Marcelo Baptista coordenador administrativo do Movimento Livre, o ano de 2017 será de implementação de projetos e inicio de construções.

O movimento livre já realizou uma reunião com o novo prefeito de Ribeirão Preto Duarte Nogueira onde foi apresentado o projeto "Kelly Cristina Uemura" no bairro do Heitor Rigon. A assessoria técnica de engenharia está readaptando o projeto para atender a nova portaria e será protocolado na Caixa ainda no mês de abril.

Segundo o prefeito Duarte Nogueira, a Administração Municipal fará todo empenho para que Ribeirão Preto seja atendido nesta demanda habitacional para as famílias do movimento.

ACESSE NOSSO BLOG

www.movimentolivrenr.blogspot.com

O fantasma das desapropriações volta a assombrar famílias assistidaspelo Movimento Livre

Um das maiores angustias da população de Ribeirão Preto é a falta de moradia para as famílias mais carentes, aquelas que não se encaixam nos critérios de mercado.

Neste cenário, as ocupações de áreas abandonadas são uma realidade cada dia maior em nosso município.

O Movimento Livre tem acompanhado este problema e apresentado a prefeitura projetos e propostas para amenizar os conflitos. Soluções alternativas e viáveis que podem resolver parte dos problemas enfrentados pelo executivo e levar dignidade para estas pessoas.

Na final do ano de 2014, na eminência de remoção de alguns núcleos de favela, o Movimento Livre propôs ao executivo e foi aceito um acordo de inclusão destas famílias em dois projetos organizados pelo Movimento através do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. Este acordo foi celebrado e publicado no diário oficial do município em agosto de 2014. Definia que as remoções não aconteceriam dado que as famílias estariam contempladas nestes projetos.

Ocorre que recebemos dia 2 de fevereiro 2017 uma intimação sobre a reintegração de posse de áreas da prefeitura onde se formaram as comunidades Vila Feliz e Andorinha.

Neste período o Programa Minha Casa Minha Vida não contratou novos projetos devido à instabilidade política que levou ao impitimam da presidenta Dilma e somente agora o governo sinaliza a contratação de novos projetos.

Em reunião com o Rene Scatena, assessor do secretário da Casa Civil, Marcelo Baptista, expôs os problemas e indicou que o Movimento Livre apresentará projetos habitacionais na Prefeitura e na Caixa Econômica Federal até final do mês de abril. Solicitou prioridade na avaliação dos projetos nos departamentos municipais e um empenho do prefeito na gestão do projeto no Ministério das Cidades. Além de suspender possível reintegração de posse da área.

O Movimento Livre aproveitou a reunião para cobrar a volta das atividades do Conselho Municipal de Moradia Popular e os estudos para implementar uma lei de regularização fundiária nas áreas urbanas do município.

3 ANOS DE HISTÓRIA E LUTA

Conjuntos Habitacionais carecem de trabalho social Movimento Livre cobra ação da prefeitura

Segundo a Caixa Econômica Federal em Ribeirão Preto tem 22 empreendimentos cujos valores destinados ao trabalho Técnico Social ainda não foram solicitados, e o prazo para apresentar um cronograma de ação e metas para utilizar estes recursos terminaria em março.

O Movimento Livre Nova Ribeirão esteve na prefeitura para protocolar um requerimento de informação pois o Movimento entende fundamental este trabalho com a comunidade e acredita poder colaborar com os conjuntos habitacionais onde há conflitos sociais graves.

Segundo Marcelo Baptista, coordenador do Movimento Livre, os conjuntos habitacionais carecem de orientação de profissionais na área social. "Temos muitos problemas causados pela aglomeração de pessoas de várias origens. A organização do condomínio é complicada por falta de cultura de participação e com isso a inadimplência é muito grande. Também temos dificuldades com a limpeza e higiene nos conjuntos. Conviver num espaço tão limitado necessita de uma relação fraterna entre os vizinhos e acredito que um bom trabalho Técnico Social pode ajudar amenizar estes conflitos."

O documento também foi protocolado na Secretaria da Assistência Social no setor de habitação, nele é solicitada duas informações:

1- Cópia da planilha contendo as informações de cada empreendimento;

2 - Quais as providências que estão sendo tomadas pela administração para cumprir a data estipulada pela CEF (21 de março 2017) ?

Assim que receber o retorno do requerimento com a relação dos empreendimentos e os saldos remanescentes, o Movimento Livre pretende estudar uma forma de colaborar na execução deste trabalho.

Faça parte do Movimento Livre

O Movimento Livre Nova Ribeirão abriu inscrição para novos associados. A iniciativa visa reforçar o movimento com novas famílias que estão dispostas a lutar por moradia em nosso município.

Ao protocolar o nosso projeto do Jardim Heitor Rigon definiremos a demanda do empreendimento e será necessário formar novos grupos para iniciar novos projetos.

É importante saber que ao associar-se no movimento não significa estar aprovado na Caixa Econômica Federal. A Caixa exigirá documentação da família, inclusive o número do CADÚNICO e fará a conferência e cruzamento de dados.

Pode associar-se ao Movimento Livre qualquer pessoa disposta a lutar por moradia seja como colaborador ou candidato a demanda de projetos. Basta procurar um dos educadores ou na sede da entidade que funciona de segunda e sexta-feira no horário comercial.

Para ser membro o associado deve participar das assembleias, das reuniões de seu grupo e colaborar com a contribuição associativa. A contribuição associativa está prevista no estatuto e serve para manutenção do movimento e contratação de assessoria técnica necessária para elaboração de projetos.

Prioridade:

- Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- Famílias que façam parte pessoas com deficiência;
- Maior tempo de filiação do responsável familiar junto a Entidade Organizadora;
- Maior tempo de contribuição associativa;
- Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.

Não podem ser beneficiadas com o Programa pessoas que:

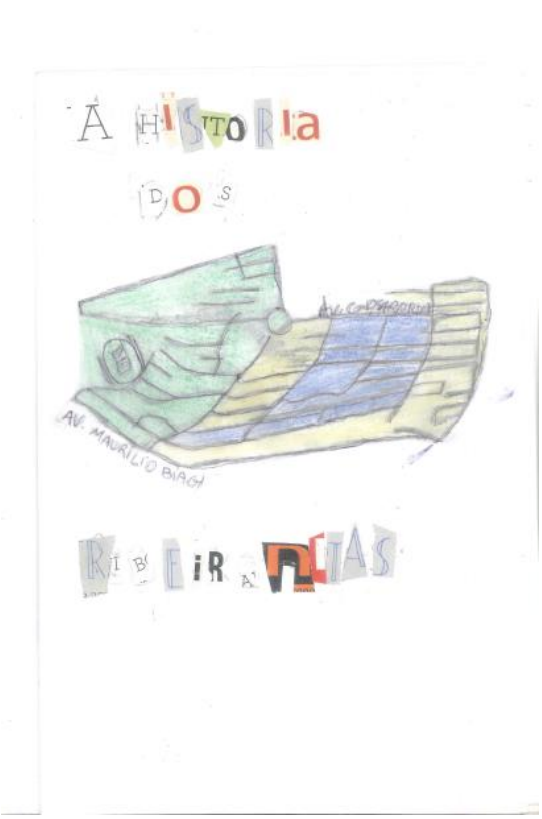
- São titulares de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do país;
- São proprietários ou promitentes compradoras de imóvel residencial em qualquer localidade do país;
- Tenham recebido, a qualquer época, subsídios diretos ou indiretos com recursos orçamentários da União e/ou de Fundos (FGTS, FDS, FAR, FNHIS) para aquisição de moradia;
- Tenham restrição cadastral no SINAD e no CADIN;
- Tenham débitos não regularizados junto à Receita Federal.

É importante destacar que os critérios são estabelecidos pelo Ministério das Cidades portanto estão sujeitos a alterações.

Entre em contato com um dos nossos educadores Ligue:
Rita 99606-0310 - Marilia 99795-0310 - Iran 99783-0310 - Sidney 99634-0310
Camila 99794-0310 - Rosa 99768-0310 - Marcelo 99612-0310
Escritorio 99646-0310 - 3919-8275 - 3043-3307

EL SHADDAI
A TECNOLOGIA DO FRIO
CONTRATE UM PROFISSIONAL AUTORIZADO
INSTALAÇÃO, REFRIGERAÇÃO
HIGIENIZAÇÃO, CLIMATIZAÇÃO
ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO
3043-3307 / 98141-8524 / 99407-6550

ANEXO C: ZINES REALIZADOS NAS OFICINAS (2017)



#faça seu próprio fanzine

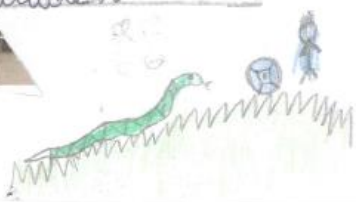
AUTORIZADA A REPRODUÇÃO COMPLETA OU PARCIAL DA OBRA. SEM FINS LUCRATIVOS ©COMMONS FREE
H. RIZZATTI / 2017

Título: 3 sonhos em 1

Em um dia de manhã na Estrada viajando com um amigo, de repente quando vou frear o carro não para e continua acelerando mas por pouco o carro não bate e consigo frear o veículo bruscamente. No dia de sexta tava jogando bola perto de mato grande, e chutei a bola lá e quando fui buscar tinha uma cobra gigantesca, mas consegui acertar a cabeça dela com um pedaço de madeira e mata-lá para conseguir pegar a bola que caiu no mato em que estava jogando perto.

Numa manhã de terça

passeando num parque
com Minha Bicicleta
Média, encontrei um par
de sapatos novos que
pertencia a um senhor
de idade, e logo fui
atrás de pistas de
onde ele mora; e logo
descobri que o senhor
de idade morava no
centro, e fui entregar
os sapatos. Cheguei
lá ele agradeceu e
ficou grato e falou que
poucas pessoas tem
essa atitude!.

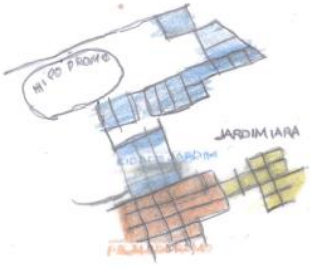


ostentar um
anel de Brilhante
e isso só vai gerar
violência, inveja, recalque
no seu semelhante.
que legal sua conquista
sua história de vida
também, mas o papo
é tão consumista
que faz de você
um artista refém.

ostentando pra
ter atenção
e achando
que isso é
manero e
essa ostentação
faz o Banco
do Branco
ganhar dinheiro

É a regra do Capitalismo eles querem
que a gente consuma
e as mulheres que
dão atenção que te
cobre de Beijo e afeto
mas você trata Elas
que nem objeto

RIBEIRÃO PRETO



PREFEITO: Gianni Patriot

PRIMEIRO PREFEITO NEGRO DE R.P.

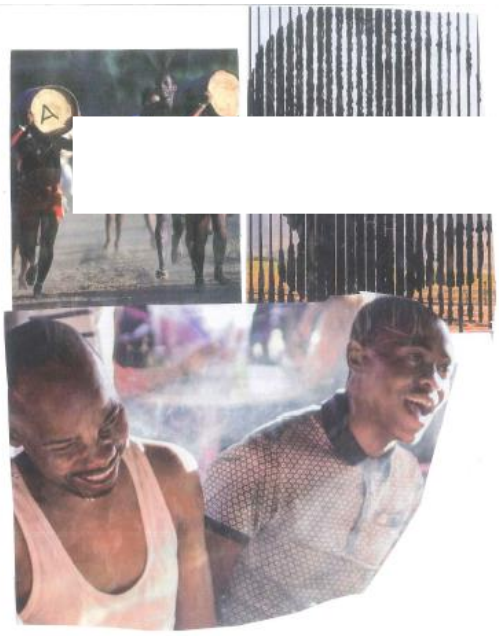
FAZER FANZINE FOI DIFICIL PRA NOIS PORQUE NÃO ACHAMOS PESSOAS NEGAS NAS REVISTAS EU ACHO QUE DEVERIA TER MAIS PESSOAS NEGRAS NAS REVISTAS E NOS PAISES INTEIRO

FAÇA SEO PROPRIO FANZINE!!!

89% DAS PESSOA SÃO NEGRAS
11% DAS PESSOA SÃO BRANCAS

QUANTAS PESSOAS NEGRAS VCVÊ NA TELEVISÃO?
E NAS REVISTAS? 2NA
E NA PREFEITURA?
E NO SHOPPING?
E NA PRESIDÊNCIA!
E NAS NOVELAS?

AUTORIZADA A REPRODUÇÃO DA OBRA COMPLETA OU DE PARTES SEM FIM LUCRATIVO
©COMMONS FREE
A.RIZZATTI / 2017



A APOSTA

CERTO DIA DOIS AMIGOS FIZERAM UMA APOSTA
ELES TERIA QUE PEDIR PRA CINCO MENINA PRA NAMORAR. SE ELE GANHASSE ELE RECEBERIA TREZ LANCHES DO AMIGO; SE ELE PERDESSE PAGARIA TRÉS LANCHES (ALÉM DE TOMAR OS CINCOS NÃO)

ADIVINHEM?

ELE PERDEU!

RESPETA NOSSO CORRE

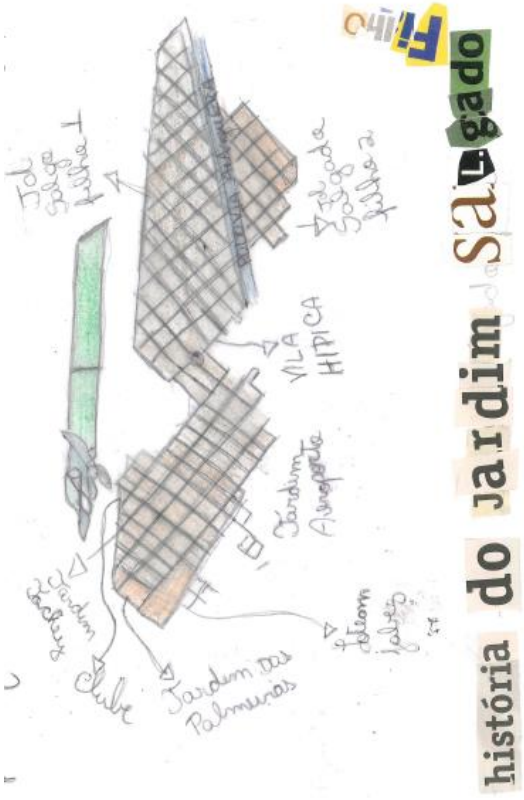
RESPEITA TIO
AS MINAS TÃO NO CORRE
RESPEITA TIO
GUERREIRA NUNCA MORRE
RESPEITA TIO
QUE O NOSSO SON É FORTE
UNIÃO FEMININA
QUE NÃO ACEITA OS CORTES!!!
(REP PLUS SEZE*)

*RAP PLUS SIZE (NOTA DE EDIÇÃO)

A COISA TÁ PRETA

VAMO, VAMO, VAMO,
SEM CORPO MOLE, MOLE, MOLE
TAMO NO CORRE, CORRE, CORRE
A COISA TÁ PRETA, PRETA
SEU TE FALAR
QUE A COISA TÁ PRETA
A COISA TÁ BOA
PODE ACREDITAR
SEU PRECONCEITO
VAI ARRUMAR TRETA
SAI DESSA GAROA
QUE É PRA NÃO MOIA!
A COISA TÁ PRETA,
OH QUE LEGAL!!!
(RINCON DAPIÊNCIA*)

*NOME INCLUÍDO NA EDIÇÃO



Era uma ~~chamada~~ menina chama da Beatriz
ela era feliz porque tinha Amigos
para Brincar.
Elas Brincavam de Pik-Pega, Isconde
Isconde, Pik-gelo-Americano e etc.
Um dia elas formaram um grupo
chamado 2ª Regima. E la foi criando
mais meninas para por no grupo.
Esse grupo era um grupo de
Brincadeiras.
As meninas se ajudavam quando
Precisavam na escola, no serviço de
casa e outras coisas.

3